

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior/
Ministério da Educação

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 227/2010 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU/PR nº 2546/2010;

Brasília, 30 de março de 2011

Presidente
Jorge Almeida Guimarães

Diretora de Gestão
Denise de Menezes Neddermeyer

Diretor de Programas e Bolsas no País
Emídio Cantídio de Oliveira Filho

Diretor de Avaliação
Lívio Amaral

Diretor de Relações Internacionais
Sandoval Carneiro Júnior

Diretor de Educação Básica Presencial
João Carlos Teatini de Souza

Diretor de Educação à Distância
Celso José da Costa

Auditor-Chefe
Fábio de Paiva Vaz

Procurador-Chefe
José Tavares dos Santos

Sumário

1. Identificação - Relatório de Gestão Individual	6
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	7
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade	7
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	7
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES.....	12
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES	12
2.3.2 Execução física das ações realizadas pela CAPES	15
2.3.2.1 Ações executadas no âmbito do Programa 1375.....	16
I) Ação 2317 - Acesso à Informação Científica e Tecnológica	16
II) Ação 4011 - Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento.....	26
III) Ação 09GK - Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.	35
IV) Ação OB95 – Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação.....	40
V) Ação 009H - Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado.....	45
VI) Ação 0967 - Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação	55
VII) Ação 0935 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior.....	66
VIII) Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País.....	71
IX) Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da.....	133
X) Ação 8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências	134
XI) Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação	135
XII) Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação.....	145
XIII) Ação 4909 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	147
XIV) Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados	148
2.3.2.2 Ações executadas pela em programas de governo sob a responsabilidade de outros órgãos	150
Programa 1448 - Qualidade na Escola (Ministério da Educação)	150
I) Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID	150
II) Ação: 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.	154
III – Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	159
IV) Ação 20CV – Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica	163
Programa 1061 – Brasil Escolarizado (Ministério da Educação)	172
I) Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.	172
II) Ação 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica.....	176
Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	178
I) Ação 2000 – Administração da Unidade.....	178

II) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	210
III) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	216
IV) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	217
V) Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.	218
VI) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	219
VII) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	220
Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC)	221
I) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	221
Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	228
I) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.....	228
II) Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	229
Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	230
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	230
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro	231
2.4.1. Programação Orçamentária	231
2.4.1.1 Programação das Despesas Correntes	231
2.4.1.2 Programação das Despesas de Capital	231
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	232
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	233
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	240
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	240
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	240
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	241
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	242
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	244
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	245
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	246
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	247
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	252
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	253
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	253
4.2 Análise Crítica.....	253
5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	254
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	254
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	256

5.3. Composição do Quadro de Estagiários	257
5.4. Quadro de custos de recursos humanos.....	258
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	259
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	262
6. Informações sobre transferências no Exercício.....	282
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	282
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010.....	282
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	283
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.....	284
6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	285
6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	287
6.2 Análise Crítica.....	289
7. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	290
7.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	290
8. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.....	292
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	292
9. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.....	294
9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	294
10. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	295
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	295
12. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.....	298
12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	298
12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (Quadro A.15.2 – Portaria tcu n.º 277/2010).....	326
12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	326
12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	331
12.5 Informação sobre as recomendações realizadas pela unidade de controle interno (item 16, Parte A, Anexo II, da Portaria TCU n.º 107/2010)	332
13. Declaração do contador	333
14. Registros nos Sistemas SIASG e SICONV	334
15. Cartões de pagamento do governo federal	334
16. Fechamento	334

1. Identificação - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 000244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			
Denominação abreviada: CAPES			
Código SIORG: 000250	Código LOA: 26291	Código SIAFI: 26291	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Educação Superior – Pós-Graduação e Extensão		Código CNAE: 8533-3/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022-6004	(061) 2022-6003	(061) 2022-6001
Endereço eletrônico: capes@capes.gov.br			
Página da Internet: http://www.capes.gov.br			
Endereço Postal: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 – Brasília, DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992 (D.O.U de 10.01.92); Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (D.O.U de 11.07.07).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto no 524, de 19 de maio de 1992 (D.O.U de 20.5.1992); Decreto nº 6.316, de 20 de Dezembro de 2007 (D.O.U de 21.12.2007); e Portaria nº 609, de 20 de maio de 2008 do Ministro de Estado da Educação (D.O.U de 21.05.2008).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As normas relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada encontram-se no sítio da CAPES http://www.capes.gov.br/sobre-a-/legislacao			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154003	FU/DF		
154004	FU/DF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15279	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
154003	15279		
154004	15279		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

Com a finalidade de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado, a Lei n.º 8.405/1992 autorizou o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em julho de 2007, a Lei nº 11.502 modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES, trazendo como nova finalidade da instituição induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, além de permanecer inalterada a sua missão original no que concerne à pós-graduação.

Dessarte, a missão institucional da CAPES foi consubstanciada por intermédio de três seguimentos principais de atuação, os quais representam atualmente seus objetivos estratégicos: a) investimentos na formação de recursos humanos pós-graduados e na formação de professores e profissionais para a Educação Básica; b) fomento às atividades voltadas para o desenvolvimento institucional acadêmico educacional, bem como à melhoria da qualidade da educação brasileira; e c) avaliação dos cursos de pós-graduação com vistas a manter e expandir a excelência da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica do País.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O ano de 2010 foi marcado pela continuidade do processo de consolidação desses novos objetivos, buscando-se uma abordagem sistêmica da Educação em todos os níveis, desde a formação básica, à pós-graduação *stricto sensu*. Assim, a atuação na unidade foi baseada na incorporação das novas atividades voltadas para a Educação Básica e sua integração com as linhas políticas tradicionais da instituição.

No âmbito da pós-graduação (Programa 1375 - Desenvolvimento da Pós-Graduação), o investimento na formação de recursos humanos e o fomento às atividades para consecução de tal objetivo tiveram como destaque a continuidade do apoio ao desenvolvimento eficaz das atividades regulares da pós-graduação, com a concessão de bolsas de estudo e apoio financeiro no âmbito de programas internos tradicionais da CAPES, de acordo com a estratégia de implementação desses programas visando à redução das assimetrias regionais do País, de modo a promover melhor e mais justa política de formação de recursos humanos.

Nesse sentido, em 2010, por meio da Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País, foram concedidas 31.039 bolsas de mestrado, 18.414 de doutorado e 793 de pós-doutorado no país, beneficiando alunos matriculados em programas de pós-graduação (PPG) avaliados e recomendados pela CAPES, bem como recém-doutores, no âmbito de programas internos da como Demanda Social, PROF, PROSUP, PRODOC, dentre outros. Do total de bolsas concedidas por essa ação, 5.924 foram destinadas ao programa Bolsas para Todos, direcionado a alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, mas que em 2010 também beneficiou alunos de áreas menos favorecidas das regiões Sul e Sudeste.

Merece destaque também a continuidade de diversas ações indutivas para o suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas

estratégicas para o País: TV DIGITAL, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar, Nanobiotecnologia e Comércio Exterior.

Ainda na pós-graduação, deve se conceder relevo especial à execução do Programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 98 projetos destinados à melhoria da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nos Programas de Pós-Graduação, com o investimento total de R\$ 69.443.188,98 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos), por meio da ação Fomento à Pós-graduação (Ação 4019). Por meio dessa Ação foram destinados recursos para financiamento de investimentos e custeio de PPG, no âmbito de programas internos da CAPES, bem como para custear a participação em eventos científicos no país.

Também há que se mencionar a ação de Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (09GK), para apoio aos cursos do Programa PROEX (que visa manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação com nota 6 ou 7, pertencentes a instituições jurídicas de direito público e privado). Em 2010 foram implementadas 1.962 bolsas de mestrado e 1.827 de doutorado nas diferentes áreas do saber, especialmente nas tecnológicas, tais como Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia e Ciências Biológicas, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível nas áreas priorizadas pela Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, para o fortalecimento da realização de pesquisas de ponta nas empresas e em instituições públicas e privadas.

Já o acesso à informação tecnológica e ao conhecimento científico (Ação 2317) representado pelo Portal de Periódicos, continuou recebendo recursos à altura de sua importância, com o investimento em 2010 no valor de 113 milhões de reais, sendo atualmente considerado o portal científico de maior capilaridade no mundo, beneficiando 311 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. Em 2010, o Portal de Periódicos completou 10 anos de atividades disponibilizando aos usuários artigos publicados em 26.372 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e 130 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento, incluindo uma seleção de fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na internet.

Deve se ressaltar também no âmbito da pós-graduação, a ampliação da cooperação e das relações internacionais da CAPES, tendo como seus pilares os princípios de simetria, flexibilidade, qualidade e agilidade. No âmbito da Ação de Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação (Ação 0967) em 2010 foram executados 608 projetos conjuntos de pesquisa e 180 parcerias universitárias envolvendo países da União Européia (Alemanha, França, Espanha, Holanda e Portugal), do MERCOSUL (Argentina e Uruguai), Estados Unidos e Cuba. Ademais, 10 projetos foram desenvolvidos em programas especiais com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor Leste). Ainda nesta ação, foram concedidas 1.526 novas bolsas de estudos e mantidos outros 905 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduíche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, que iniciaram seus estudos em exercícios anteriores, totalizando 2.431 bolsistas contemplados no exercício.

Já no âmbito da Ação de Concessão e Manutenção de Bolsas no Exterior (0935) foram concedidas 1.356 novas bolsas de estudos, referentes aos programas de bolsas no exterior que apóiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas geridos pela CAPES. Foram mantidos, em mais de 30 países, outros 1.171 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduíche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, que iniciaram seus estudos em exercícios anteriores.

Quanto às ações voltadas ao desenvolvimento e à consolidação das ações relativas à nova missão da CAPES, merece relevo a indução e o fomento à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica. Ressalte-se que, no início do exercício anterior, com o Decreto n.º 6.755/2009, foi instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, que disciplinou a atuação da no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Por conseguinte, em 2010 foi aprovado por intermédio do Decreto n.º 7.219, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência no âmbito da CAPES, mediante a concessão de bolsa de iniciação à docência a alunos de cursos de licenciatura que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, bem como aos professores responsáveis pela coordenação e supervisão destas atividades.

De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2010 para 16.714 bolsas, assim distribuídas: 13.649 bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciatura, 981 bolsas para coordenadores institucionais e de área e 2.084 para supervisores (professores de escolas públicas envolvidos com as atividades pedagógicas do PIBID). Atualmente, são 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

Já por intermédio da Ação 6333, a CAPES incentivou e promoveu a formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e o desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica, com vistas atender a execução do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR.

Até o exercício de 2010 implantou-se, no âmbito do PARFOR, 984 turmas em cerca de 313 cursos presenciais. Essas turmas e cursos estão atendendo, aproximadamente, um total de 33.000 professores distribuídos em 23 unidades federativas do País. Além de induzir a oferta emergencial (apoio à criação de novas turmas em cursos já reconhecidos e ofertados pelas IES, destinadas, exclusivamente, a atender professores em exercício na rede pública de educação), o PARFOR também estimula a destinação de vagas para este público em turmas regulares ofertados pelas IES. Nestas turmas de cursos regulares, o PARFOR mantém 760 alunos matriculados, o que fez com que o Plano atendesse, em 2010, um quantitativo de aproximadamente 34.000 professores.

Outra ação governamental voltada para a formação de professores da Educação Básica foi a Ação 20CV (Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica). Sua autorização ocorreu no exercício de 2010 e significou a possibilidade da CAPES, sem a dependência de recursos externos, investir em projetos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica, integrando Pós-Graduação e Educação Básica.

Por meio desta Ação, a CAPES desenvolveu um conjunto de programas – Prodocência, Observatório da Educação, Programa Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas, que visam estudar a Educação Básica, com o objetivo de desenvolvimento e melhoria qualitativa do processo educacional, com ênfase na articulação entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas da rede pública de educação básica.

Merece destaque também a autorização em 2010 da Ação de Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica. (20 CY). Um dos desafios da CAPES é estender o reconhecimento e a legitimidade de que goza no meio

acadêmico da pós-graduação *stricto sensu* à formação de professores para a educação básica. Nesse propósito, esta Fundação busca replicar experiências bem sucedidas na pós-graduação, adequando-as às novas responsabilidades que assumiu legalmente na Educação Básica. Uma dessas experiências é a integração com outros países, ampliando as fronteiras pedagógicas, culturais e científicas. A criação da nova Ação orçamentária 20CY, pode ser considerada mais um primeiro resultado alcançado pela nesse sentido.

Com relação à Educação Básica à distância, por intermédio da Ação 8429 a CAPES visou apoiar a capacitação de profissionais do magistério da educação básica, com destaque para a formação inicial e continuada de professores para este nível de ensino, através de Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Por intermédio dessa ação ocorreu o financiamento da infraestrutura das Instituições Públicas Ensino Superior (IPES) e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema UAB, visando à implantação e ao custeio dos cursos ofertados na modalidade à distância – com o objetivo de a realizar capacitação e formação inicial e continuada, à distância e semipresencial, de professores para atuação na educação básica e de profissionais para atuarem na gestão pública e em áreas específicas.

Em 2010, atingiu-se o total de 92 Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas ao Sistema UAB, sendo 50 Universidades Federais, 27 Universidades Estaduais e 15 Institutos Federais de Educação Tecnológica, responsáveis pela oferta de cursos em 587 polos de apoio presencial distribuídos pelas regiões do país.

Já por intermédio da ação 0A30 houve o pagamento de bolsas aos profissionais envolvidos na gestão pedagógica e na oferta dos cursos na modalidade à distância no âmbito do Sistema UAB. Em dezembro de 2010 registrou-se aproximadamente de 20.000 (vinte mil) bolsistas cadastrados, vinculados às 92 IES parceiras do Sistema UAB e aos 587 polos de apoio presencial ativos, distribuídos nas funções de coordenadores, professores conteúdistas, professores pesquisadores, revisores, tutores presenciais e à distância.

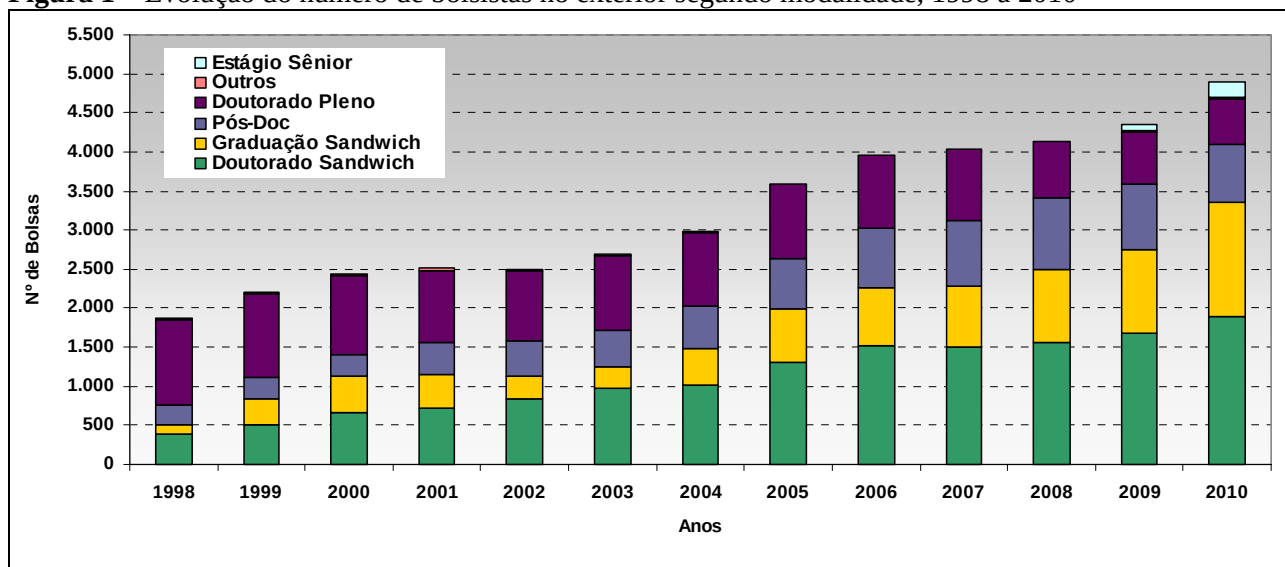
Em suma, no exercício de 2010, a CAPES continuou em sua missão de expandir ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo assim para prover ao país quadros de alto nível técnico e científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação, além de atuar na consolidação de sua nova missão, a formação inicial e a qualificação de docentes para a educação básica, conforme demonstrado no gráfico abaixo sobre número de bolsas concedidas.

No âmbito do terceiro objetivo estratégico, a ação de Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu* brasileira é uma das mais reconhecidas ações conduzidas pela CAPES, para atingir objetivos e prioridades institucionais. Criada em 1976, continua sendo a pedra basilar na construção e no desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*, estabelecendo o padrão de qualidade para os cursos de mestrado e doutorado, oferecendo-lhes um marco de referência sobre o estágio em que se encontram, seja no cenário nacional seja no panorama internacional. A avaliação orienta a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que resultam em avanços da ciência, da tecnologia e inovação.

Deve se destacar a realização no exercício de 2010 da Avaliação Trienal (referente ao período 2007-2009) do desempenho de todos os programas que compõem o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). A Avaliação contou com a participação de 877 avaliadores ad hoc com qualificação e competência técnico-científica nas suas respectivas áreas de conhecimento, distribuídos em 46 comissões de avaliação. No total, foram analisados os dados de 2.718 programas avaliados – correspondentes a 4.099 cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional.

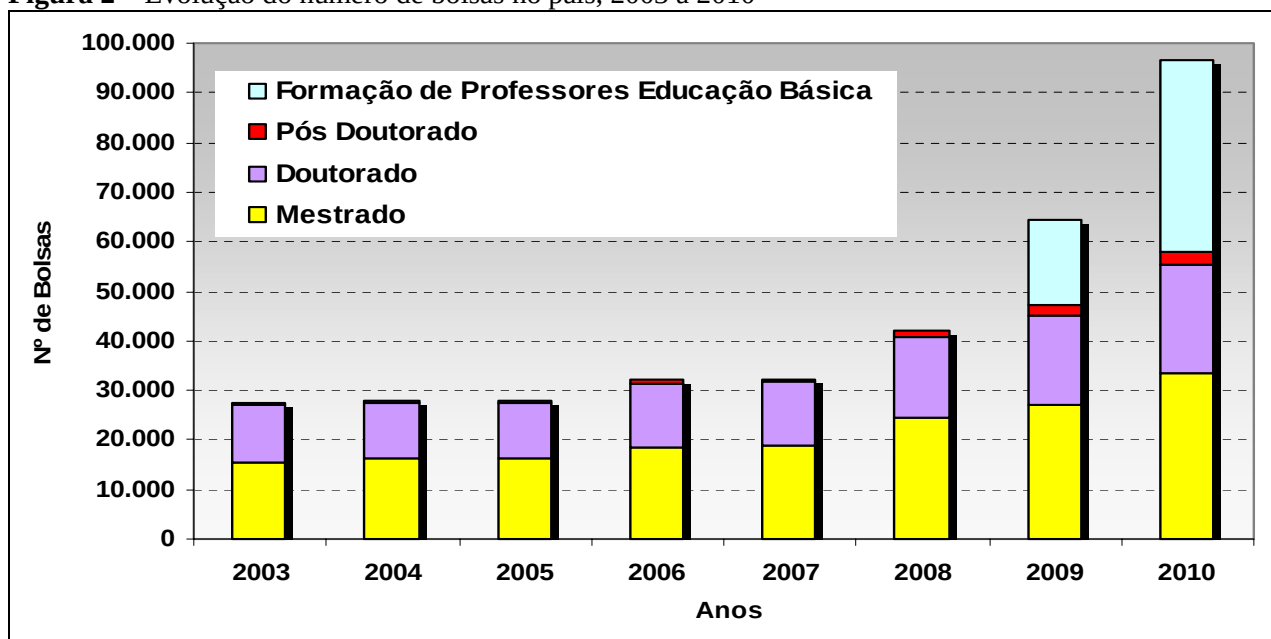
Finalmente, há que se dar relevo à expansão orçamentária ocorrida no exercício de 2010, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 34,4% em relação a 2009. Em que pese tal incremento, o contexto regulatório referente ao ano eleitoral que ocasionou adiamento na implementação de convênios, além de questões de caráter político-econômico (contingenciamento) tiveram impacto na execução de algumas ações orçamentárias.

Figura 1 – Evolução do número de bolsistas no exterior segundo modalidade, 1998 a 2010



Fonte: /Diretoria de Relações Internacionais

Figura 2 – Evolução do número de bolsas no país, 2003 a 2010



Fonte: /APE/Gabinete da Presidência

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1 – Portaria TCU nº 277/2010)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil				
Objetivos específicos		Acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES. Cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no país e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.				
Gerente		Jorge Almeida Guimarães Presidente da CAPES				
Responsável		Jorge Almeida Guimarães Presidente da CAPES				
Público Alvo		Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
949.509.011	1.307.672.703	1.204.825.295	979.413.538	225.411.756	946.916.602	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	1/100.000	03/10	17,39	20,44	-	22,17
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o somatório do número de alunos titulados anualmente nos cursos de mestrado no país em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O número de mestres titulados no país por cem mil habitantes estimado em 2010 (22,17) demonstra que o número previsto para 2011 (20,44) já foi superado. A partir da estimativa do número de mestres titulados em 2011, espera-se que o indicador para o ano em questão atinja o valor de 25,74. A comparação desse indicador estimado com o previsto para o final do PPA evidencia uma superação da meta na ordem de 25%.						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	1/100.000	03/10	5,05	6,28	-	6,48
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o somatório do número de alunos titulados anualmente nos cursos de doutorado no						

país em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes.

Análise do Resultado Alcançado:

O número de doutores titulados no país por cem mil habitantes estimado em 2010 (6,48) ultrapassa o valor previsto para o final do PPA (6,28). A estimativa do número de doutores titulados em 2011 leva a um número de 7,43. A comparação desse número estimado com o previsto para o final do PPA evidencia uma superação da meta em 18%.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	número índice	03/10	-	-	-	3,45

Fórmula de Cálculo do Índice:

O índice da Produção científica indexada tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda está em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.

Análise do Resultado Alcançado:

Este indicador apresenta a evolução da produção científica do País e a estimativa de 2010 para o número de artigos indexados evidencia um crescimento de 245% em comparação ao ano 2000

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	1/100.000	03/10	6,14	-	-	19,05

Fórmula de Cálculo do Índice:

Relação entre o somatório do número de artigos indexados em periódicos internacionais em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.

Análise do Resultado Alcançado:

No período analisado, o número de artigos por 100.000 habitantes cresceu 210%, ou seja, o índice estimado para 2010 é pouco mais que três vezes maior do que o de 2000.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	número índice	03/10	1	-	-	21,89

Fórmula de Cálculo do Índice:

O índice do número de acesso ao Portal de Periódicos tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2001, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.

Análise do Resultado Alcançado:

Este indicador representa a evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos durante uma série histórica e demonstra que o acesso à informação científica por meio deste importante instrumento da tem aumentado consideravelmente no decorrer dos anos. A tabela a seguir mostra que o valor estimado para 2010 é 21 vezes maior do que o de 2001.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	número índice	03/10	1	-	-	2,85

Fórmula de Cálculo do Índice:

O índice do número de bolsistas da modalidade doutorado sanduíche tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a

previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este indicador apresenta a comparação da estimativa do número de bolsistas da que obtiveram experiência internacional com realização de estágio com bolsa no exterior em 2009, comparado com os valores de anos anteriores. Comparando com o valor de 2000, retrata-se um aumento de 185%.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	número índice	03/10	1	-	-	1,81
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de alunos matriculados no Sistema Nacional de Pós-Graduação tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A comparação do total de matriculados estimado para 2010 em relação ao do ano 2000 demonstra um crescimento de 81%.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	número índice	03/10	1	-	-	3,08
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de alunos titulados no Sistema Nacional de Pós-Graduação tem sua base definida igual a 1 para o ano de 1998, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este indicador mostra a evolução de alunos titulados em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Ao se comparar a estimativa do total de titulados de 2010 com o de 1998, houve um aumento de 208%.						

A análise com relação ao contingenciamento no exercício com as consequências sobre o alcance das metas e eventuais fatos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa, bem como outros fatores que impactaram a gestão estão consignados individualmente nas ações que compõem o Programa (item 2.3.2.1).

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela CAPES

Execução física das ações realizadas pela UJ (QUADRO A.2.2 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP		unidade	80	88	0
12	122	0750	09HB	OP			0	0	0
12	122	0750	2000	A			0	0	0
12	122	1375	12TS	P		% de execução física	48	0	64
12	126	0750	2003	A			0	0	0
12	128	1061	0A30	OP		unidade	213.600	252.365	377.000
12	128	1061	8429	A		unidade	284.364	173.699	250.000
12	128	1067	4572	A		unidade	500	1.450	366
12	128	1448	6333	A		unidade	0	35.928	140
12	212	1375	0967	OP		unidade	2.643	1.232	3.778
12	301	0750	2004	A		unidade	1.227	545	1.227
12	301	0750	20CW	A		unidade	227	572	387
12	306	0750	2012	A		unidade	324	388	387
12	331	0750	2011	A		unidade	143	112	58
12	364	1375	009H	OP		unidade	1.640	1.772	2.235
12	364	1375	0487	OP		unidade	39.053	50.321	56.158
12	364	1375	0935	OP		unidade	1.967	1.299	4.226
12	364	1375	09GK	OP		unidade	4.849	3.789	4.739
12	364	1375	0B95	OP		unidade	1.451	2.457	1.689
12	364	1375	4011	A		unidade	10.000	22.983	11.000
12	364	1448	009U	OP		unidade	77.913	15.675	29.084
12	364	1448	20CY	A		unidade	84	959	572
12	365	0750	2010	A		unidade	22	45	41
12	571	1375	4019	A		unidade	1.685	1.750	1.754
12	573	1375	2317	A		milhar	60.000.000	67.392.805	70.000
12	847	1448	20CV	A		unidade	20.354	353	720
28	846	0901	0005	OP			0	0	0
28	846	0901	00G5	OP			0	0	0

Fonte: SIMEC

2.3.2.1 Ações executadas no âmbito do Programa 1375

I) Ação 2317 - Acesso à Informação Científica e Tecnológica

Ação 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica
Tipo	Atividade
Finalidade	Disponibilizar aos estudantes, aos professores e aos pesquisadores no País um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais, publicadas em periódicos indexados, de forma rápida e eficaz, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos.
Descrição	Manutenção e ampliação da biblioteca eletrônica da CAPES (Portal de Periódicos), de amplitude nacional, congregando as principais coleções de revistas científicas e bases de referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer as universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do País, a melhor, mais qualificada e atual informação científica necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa. O acesso à biblioteca eletrônica se dá via internet, de forma gratuita as organizações autorizadas. Essa ação permite à montagem de ilhas ou módulos de acesso à internet em bibliotecas de instituições universitárias ainda com deficiência quanto a este tipo de suporte.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) Coordenação-Geral do Portal de Periódicos (CGPP)

a) Principais Resultados

Portal de Periódicos

O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa, no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Essa biblioteca virtual conta com um acervo de títulos com texto completo, bases referenciais e de patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Em 2010, o Portal de Periódicos completou 10 anos de atividades disponibilizando aos usuários artigos publicados em 26.372 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras e 130 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento, incluindo uma seleção de fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na *internet*, avaliadas pelo Qualis¹ ou por

¹ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de

associações científicas reconhecidas no meio acadêmico.

Em comemoração aos 10 anos do Portal, a CAPES realizou uma série de atividades:

- aperfeiçoou a interface, disponibilizando aos usuários um serviço de busca mais completo aos diferentes tipos de conteúdos: além da recuperação de documento por assunto, foram disponibilizadas as funcionalidades “buscar periódicos” e “buscas bases”;
- lançou a Comunidade Acadêmica Federada – CAFE, provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, que objetiva promover o acesso remoto ao Portal de Periódicos. Na CAFE, cada instituição funciona com uma Provedora de Identidade, sendo responsável por autenticar e fornecer informações de seus usuários para os serviços autorizados oferecidos.
- proporcionou, via CAFE, o acesso remoto dos usuários das instituições federadas ao Portal de Periódicos em qualquer lugar fora da universidade, apenas utilizando *login* e senha institucional;
- realizou homenagem às bibliotecárias *HelpDesks* do Portal pela colaboração na orientação dos usuários;
- publicou a edição comemorativa da Revista Brasileira de Pós-graduação – RBPG desta Agência, cujo título foi “10 anos do Portal de Periódicos da ”, lançada em 11 de novembro de 2010.

Em 2010, a CAPES iniciou o Projeto de Atualização Funcional e Tecnológica do Portal de Periódicos, que culminou com a aquisição e instalação dos seguintes softwares fornecidos pela empresa ExLibris:

- o MetaLib tem como objetivo permitir a realização de uma metabusca no conteúdo disponível no Portal. Além disso, possibilita a personalização e o armazenamento de conteúdos favoritos pelos usuários. Atualmente encontra-se instalado na versão 4.3.1 nos ambientes de teste, homologação e produção do Portal;
- o SFX é um servidor de links contextuais que permite a gestão dos links de acesso aos periódicos disponíveis no Portal. Está instalado na versão 3.0 no ambiente de teste, homologação e produção do Portal; e
- o Verde se constitui em um gerenciador de recursos eletrônicos que permite a gestão dos contratos do Portal. Encontra-se instalado na versão 2.1, no ambiente de produção, mas com instâncias de testes e produção.

Encontram-se em desenvolvimento pelo Portal de Periódicos sistemas com o objetivo de coletar estatísticas de uso junto aos editores a partir de protocolos e normas de coleta de dados, como *SUSHI* e *Counter*, para padronização de dados e com o objetivo de permitir o gerenciamento das informações de acesso das instituições, como mudanças de IP e de contatos dos responsáveis nas respectivas instituições participantes.

Vale ressaltar que está sendo planejado o processo de transferência tecnológica de operação do Portal de Periódicos, atualmente sediada nas instalações da RNP (Rede Nacional de Pesquisa) para a Coordenação Geral de Informática – CGIN da CAPES.

Para atender a comunidade acadêmica e científica em suas atividades de ensino e pesquisa

avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

Disponível em URL: <http://www.gov.br/avaliacao/qualis>.

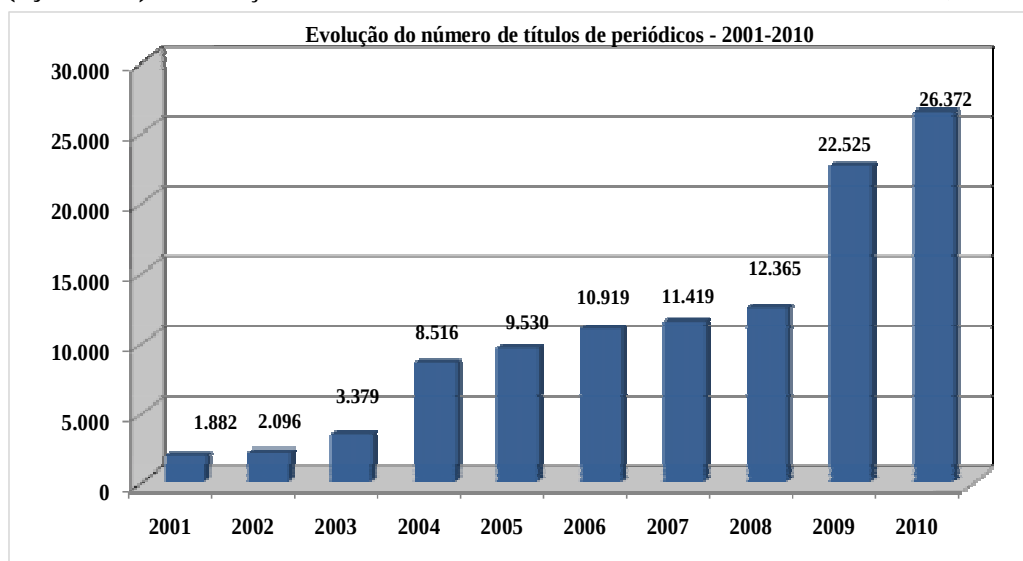
composta de 311 instituições, o Portal de Periódicos investiu em 2010 o valor de US\$ 61.232.215,47 (sessenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze dólares americanos e quarenta e sete centavos).

Desenvolvimento da Coleção do Portal de Periódicos

Em 2010, a CAPES priorizou a avaliação dos periódicos assinados, bem como a avaliação e revisão de processos e contratos. Nesse ano, o Portal de Periódicos disponibilizou 26.372 títulos perfazendo um acréscimo de 15% em relação ao ano de 2009. O acervo de bases de dados de resumos permanece o mesmo de 2009 (130 bases). É importante ressaltar que há bases referenciais e de resumos que reúnem em um só escopo mais de uma base relacionada. A *SciFinder Scholar*, versão online do *Chemical Abstracts* – CAS, por exemplo, é composta de seis bases de dados; a *Agris/Caris Information System for the Agricultural Sciences and Tecnology*, disponibilizada gratuitamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO contém 4 bases, a Biblioteca Virtual em Saúde – BIREME, também gratuita, é composta de 15 bases na área da saúde e o *Web of Science*, da Thomson Reuters, engloba as bases *Social Science Citation Index*, *Science Citation Index* e *Arts and humanities Index*. As bases bibliográficas agregadas não são necessariamente contabilizadas no total das 130 bases.

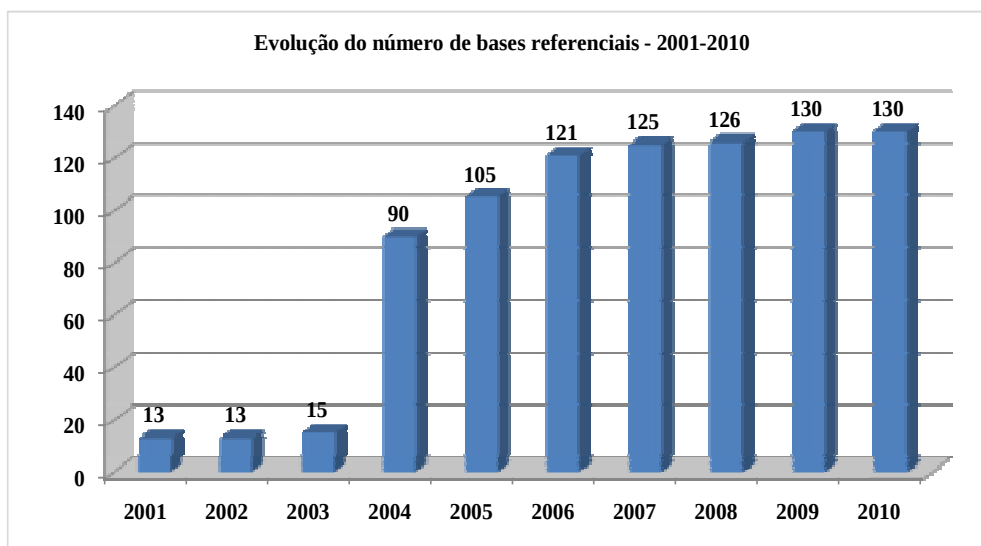
Os gráficos, a seguir, demonstram a evolução do número de títulos de periódicos em texto completo e de bases referenciais e de resumos desde o ano de sua criação, em 2001.

Gráfico 1 (ação 2317) – Evolução do número de títulos constantes no Portal de Periódicos, de 2001 a 2010



Fonte: CGPP/DPB/

Gráfico 2 (ação 2317) – Evolução do número de bases referenciais constantes no Portal de Periódicos, de 2001 a 2010.



Fonte: CGPP/DPB/

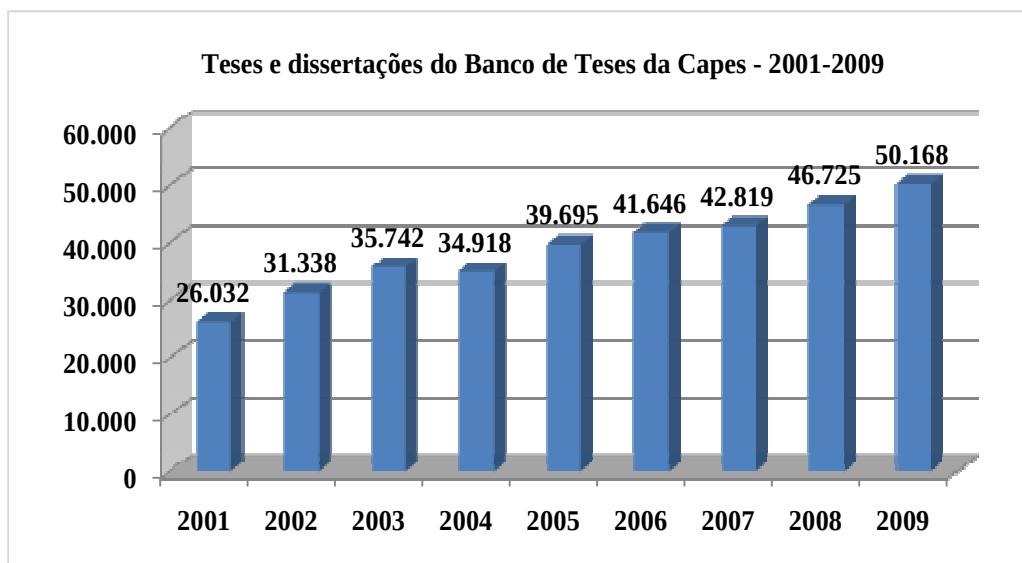
Do total de títulos do Portal de Periódicos, aproximadamente 9.000 são fontes gratuitas de editores nacionais e internacionais indexados na *web*, ressaltando-se que esses podem se encontrar repetidos nas diferentes fontes gratuitas. Entre os títulos de acesso gratuito, 745 são nacionais avaliados em nível A ou B pelo Programa Qualis da e 609 são disponibilizados pela *Scientific Electronic Library Online* – SciELO publicados no Brasil e países da América Latina.

O Portal de Periódicos, além das coleções de texto completo e bases bibliográficas com resumos, disponibiliza 09 bases de patentes, 104 bases de livros, 58 de estatísticas, 02 importantes bases de normas técnicas (*ASTM International* e *IEEE Explore*) entre outras fontes de interesse para a pesquisa científica.

Das bases de dados, 184 são gratuitas, sendo que 85 são nacionais, esclarecendo que, além do Banco de Teses da CAPES, as bases nacionais se concentram nos bancos de teses e dissertações das universidades brasileiras. O Banco de Tese da encontra-se com 504.329 documentos que foram incluídas no período de 1988 a 2009. Em 2010 foram inseridas 50.168 referências bibliográficas com resumos de teses e dissertações no Banco de Teses da CAPES, referente a 2009, sendo que dessas, 3.102 são de mestrado profissionalizante, 35.698 de mestrado acadêmico e 11.368 de doutorado.

O gráfico, a seguir, demonstra a evolução do número de teses e dissertações incluídas anualmente, no período de 2001 a 2009. Para o ano de 2010, ainda não existem dados cadastrados.

Gráfico 3 (ação 2317)– Teses e dissertações disponibilizadas no Banco de Teses da CAPES, de 2001 a 2009

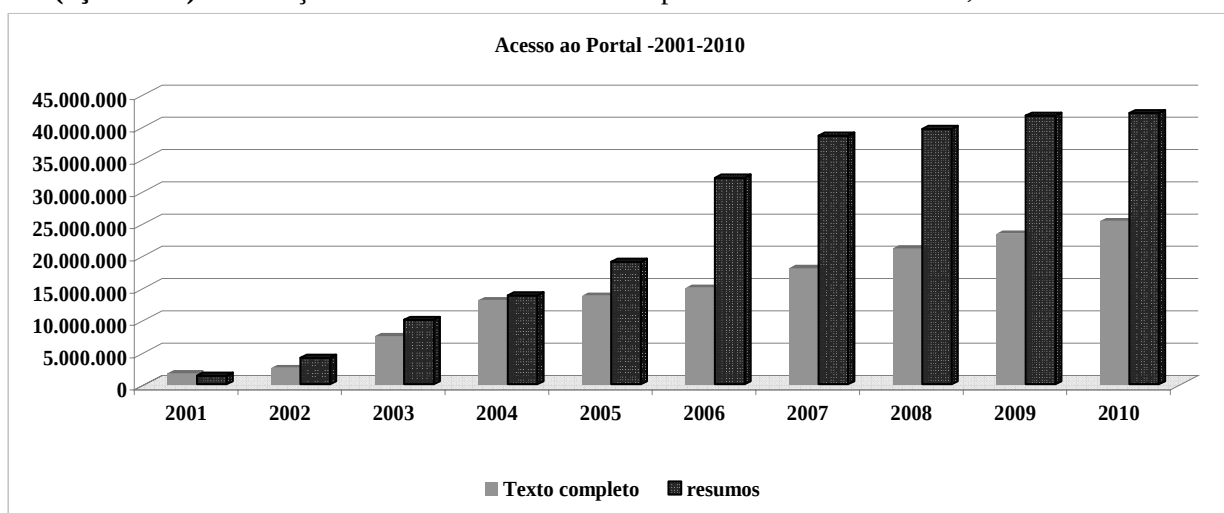


Fonte: CGPP/DPB/

Uso do Portal pela comunidade científica

Foram contabilizados 25.367.166 textos completos baixados e 42.025.639 pesquisas aos *abstracts* disponibilizados pelas bases referenciais (bibliográficas), totalizando 67.392.805 acessos ao conteúdo assinado em 2010. Os dados são de janeiro a dezembro de 2010, no entanto, alguns editores não enviaram estatísticas de uso. Em relação ao ano de 2009, houve um aumento de 8% no número de textos completos baixados e 1% nas pesquisas as bases referenciais e, 4% no total de acessos. O uso diário foi de aproximadamente 184.638 acessos, incluindo os textos completos e as pesquisas em bases referenciais. O gráfico, a seguir, demonstra a evolução dos acessos ao Portal de Periódicos de 2001 a 2010 (texto completo e resumos).

Gráfico 4 (ação 2317) – Evolução dos acessos aos textos completos e bases referenciais, de 2001 a 2010

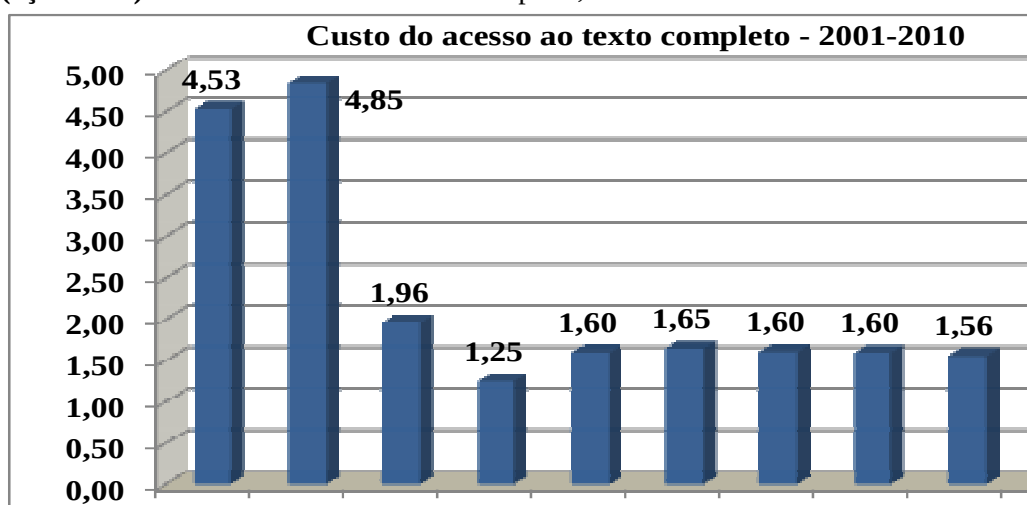


Fonte: CGPP/DPB/

Para o cálculo do valor do texto completo baixado foram excluídos os valores dos editores que não geram estatísticas: *National Science Indicators – NSI*; *AAAS - Science Translational Medicine*; *Alexander Street Press*; *American Physiological Society – APS*; *American Societies*, composta de 26 títulos de alto fator de impacto; *American Society for Biochemistry and Molecular Biology*; *American Society for Cell Biology*; *American Society of Civil Engineers – ASCE*; *Maney*; *American Society of Hematology*; *Bristish Medical Journal Publishing Group*; *Cabi Compendia*; *Cold Spring Harbor Laboratory Press*; *Federation of American Society for Experimental Biology*; *Grove Music Online*; *LNLS*; *Optical Society – OSA*; *Physics Collection*; *The Endocrine Society*.

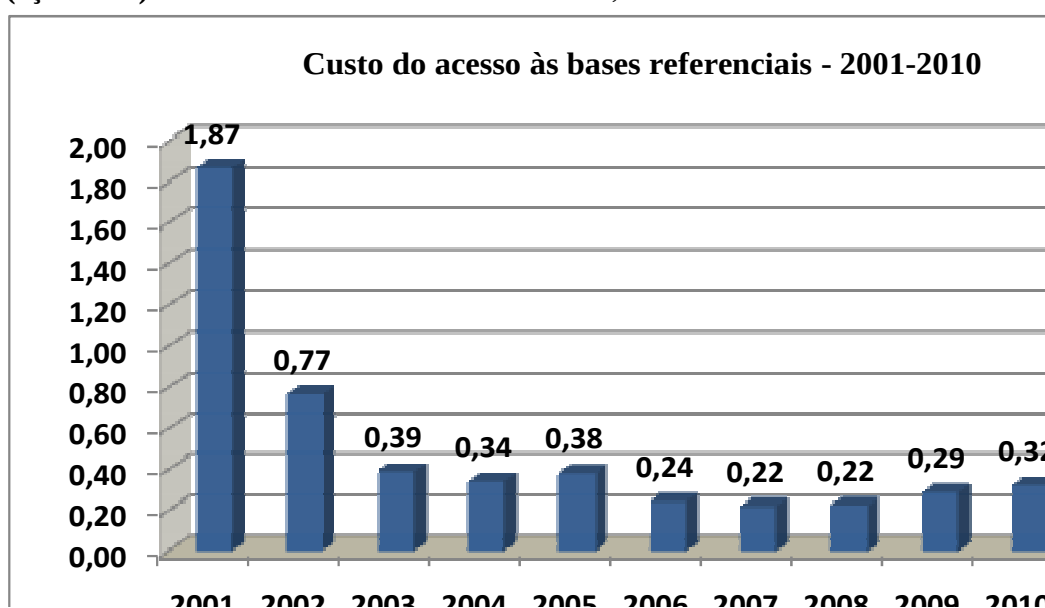
O texto completo baixado custou US\$ 1,41 (um dólar americano e quarenta e um centavos) e a pesquisa às bases bibliográficas teve um custo de US\$ 0,32 (trinta e dois centavos de dólar americano), conforme pode ser visualizado nos gráficos, a seguir.

Gráfico 5 (ação 2317) – Custo de acesso ao texto completo, de 2001 a 2010.



Fonte: CGPP/DPB/

Gráfico 6 (ação 2317) – Custo de acesso às bases referenciais, de 2001 a 2010



Fonte: CGPP/DPB/

Comunicação e WebTV

Durante o ano de 2010 foi executado um conjunto de ações de comunicação, desenvolvidas em conformidade com o planejamento aprovado pela RNP no âmbito do Projeto de Atualização Funcional e Tecnológica do Portal de Periódicos.

A Portaria nº 248 de 17 de dezembro de 2010, da CAPES, instituiu a política do Sistema /WebTV para transmissão de notícias sobre assuntos relacionados à pesquisa e à pós-graduação e veiculação de vídeos de treinamentos do Portal de Periódicos nas instituições de ensino superior, via *web*. Em 2010, 71 instituições aderiram a esse sistema. Vale ressaltar que a UFAL e a UFSC já inauguraram a WebTV.

Além disso, o Fale Conosco do Portal de Periódicos recebeu, em 2010, 6.019 mensagens sobre os seguintes assuntos: problema de acesso; convênios para acesso ao Portal; treinamentos e forma de utilização do Portal; críticas, reclamações e elogios relacionados às mudanças realizadas na interface; dados de uso e acesso ao Portal, entre outros.

b) Principais Problemas

O Portal de Periódicos da CAPES tem registrado uma significativa evolução em seus dez anos de existência, principalmente no que diz respeito ao número de instituições usuárias e ao conteúdo disponível. Todo o crescimento, mesmo que prudentemente planejado, deve ser adequado a realidade tecnológica e logística das áreas de suporte. No que se refere à atualização tecnológica, o grande marco foi a modernização tecnológica do Novo Portal de Periódicos, contudo, houve uma significativa redução do quadro técnico que atende ao Portal.

O reflexo deste incremento tecnológico somado à redução de pessoal técnico, teve impacto no atendimento aos usuários do Portal de Periódicos.

Abaixo estão relacionadas algumas situações detectadas como problemas, bem como as respectivas medidas para resolução já adotadas ou em processo de implementação.

Problemas	Medidas Essenciais adotadas ou em processo de implementação
A CAPES atua como intermediária entre as Instituições participantes e os editores, nas questões de inclusão e atualização de IP para acesso ao Portal de Periódicos. A concretização do acesso só surte efeito se realizada por todos os editores em seus respectivos sistemas.	Implementação do sistema integrado de comunicação entre Instituição--Editor, que permita maior formalização do processo e diminua o tempo de atendimento às demandas dos usuários.
Dependência em relação aos editores, para recebimento dos dados de uso e acesso, bem como definições distintas dos parâmetros para coleta dos dados estatísticos.	Implementação do sistema Counter/Sushi de coleta automática pela CAPES, dos dados de uso e acesso cujo prazo para adesão dos editores será encerrado no primeiro semestre de 2011.
Sistema do novo Portal em processo de atualização, o que ocasiona constantes demandas à informática e ao Fale Conosco, periodicos@capes.gov.br .	As atualizações mais significativas do novo Portal foram realizadas em novembro de 2010. Será intensificado o uso da nova ferramenta por meio de treinamentos às Instituições usuárias.

Problemas	Medidas Essenciais adotadas ou em processo de implementação
Falta de pessoal da /Portal de Periódicos com disponibilidade para ministrar treinamentos. Assim para não haver interrupção de treinamentos é necessário que se recorra ao auxílio de <i>help desk</i> (Bibliotecários) das Instituições usuárias, para representarem a CAPES nos treinamentos cronogramados, contando inclusive com o suporte logístico da Instituição na qual o treinamento é ministrado.	Revisão do número de dias para cada tipo de treinamento (Regional, Pró-Multiplicar e Sob Demanda) de forma a adaptar a nova realidade de pessoal da e ao mesmo tempo dispor ao usuário, melhor infra-estrutura de organização.

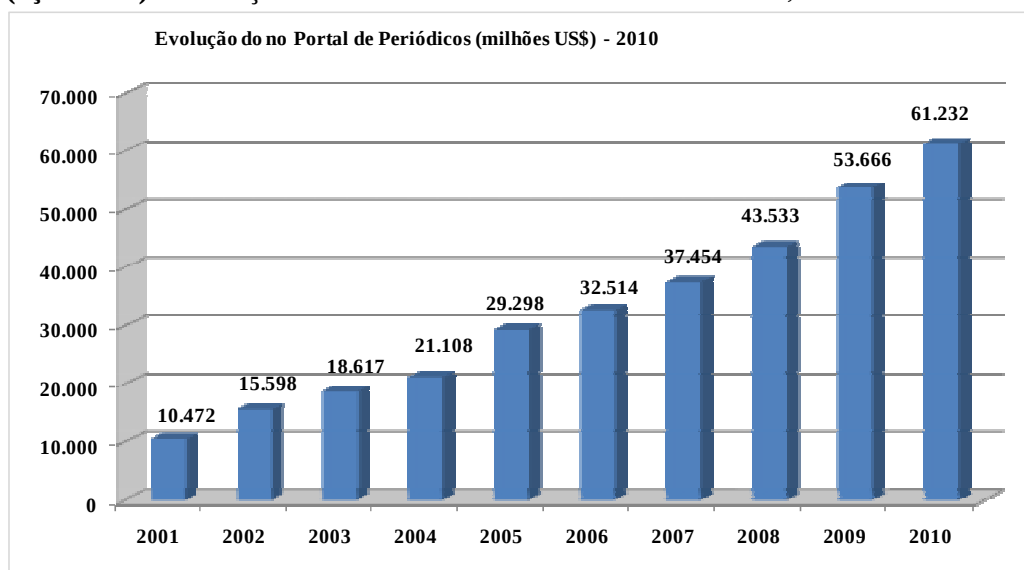
c) Contratações e Parcerias

Para manter a coleção do Portal de Periódicos os representantes da CAPES e das editoras, anualmente, realizam as renovações de contratos dos títulos, contratos novos para conteúdos já assinados e contratos de novas coleções demandadas pela comunidade acadêmica e Coordenadores de Áreas do Conhecimento da CAPES.

Em 2010, os valores das assinaturas totalizaram US\$ 61.232.215,47 (sessenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze dólares americanos e quarenta e sete centavos), sendo US\$ 47.643.767,44 (quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e sete dólares americanos e quarenta e quatro centavos) para assinatura de bases em texto completo e US\$ 13.588.448,03 (treze milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito dólares americanos e três centavos) investidos em bases referenciais.

Em relação a 2009 houve um incremento de 14,09% na manutenção e desenvolvimento do Portal de Periódicos. O gráfico, a seguir, apresenta a evolução dos investimentos no Portal de Periódicos no período de 2001 a 2010.

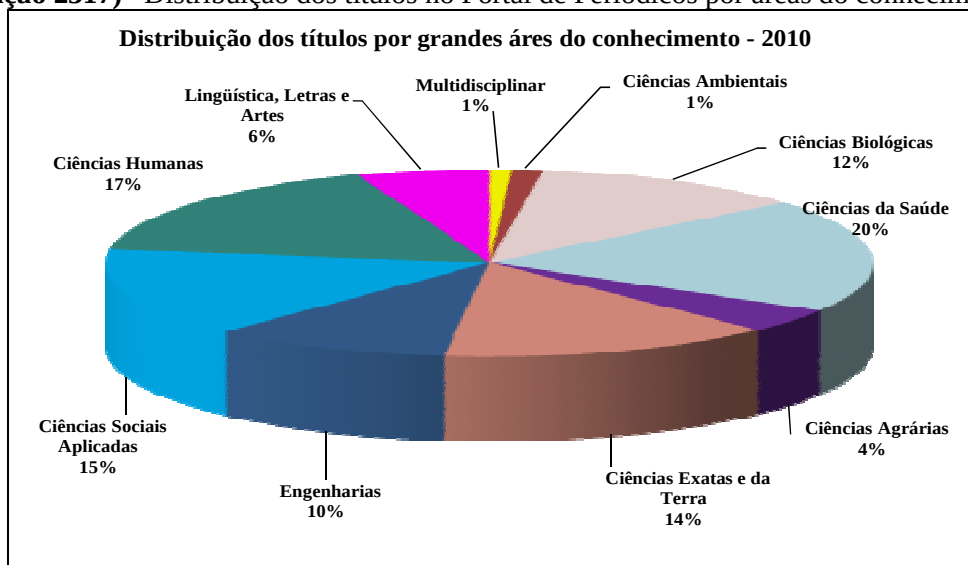
Gráfico 7 (ação 2317) – Evolução dos investimentos no Portal de Periódicos, de 2001 a 2010



Fonte: CGPP/DPB/

Ressalta-se que os títulos adquiridos/renovados foram fortemente recomendados pela comunidade acadêmica e são classificados pelo *Journal Citation Report – JCR* do *Institute for Scientific Information – ISI*, com alto fator de impacto atendendo à demanda de professores e pesquisadores em relação de disponibilização de material em todas as áreas de conhecimento. Observa-se, portanto, a preocupação da com a aquisição de assinaturas de títulos para atender todas as áreas do conhecimento, conforme apresentado no gráfico, a seguir, onde é possível visualizar a distribuição dos títulos do Portal de Periódicos pelas grandes áreas do conhecimento. É importante destacar que um título pode estar classificado em mais de uma área do conhecimento.

Gráfico 8 (ação 2317)– Distribuição dos títulos no Portal de Periódicos por áreas do conhecimento, em 2010



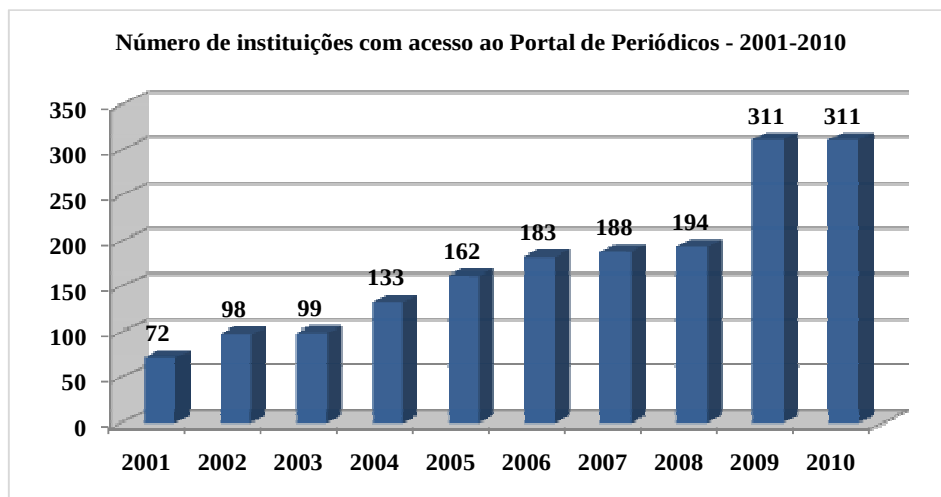
Fonte: CGPP/DPB/

Instituições usuárias do Portal de Periódicos

Acessam o conteúdo do Portal de Periódicos 311 instituições de ensino superior e de pesquisa, conforme demonstrado no gráfico, a seguir. Na modalidade de usuário colaborador, 24 instituições renovaram o convênio com a e editores em 2010.

Passaram a contar com acesso parcial ao Portal às bases *Scopus*, *Science Direct* e *American Society for Testing and Materials – ASTM* seis instituições de ensino e pesquisa: a Faculdade Integrado de Campo Mourão – ICM e o Centro Universitário Franciscano de Santa Maria – UNIFRA que, anteriormente, acessavam os periódicos eletrônicos como usuário colaborador; a Universidade Vale do Acaraú – UVA/CE, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, este último acessando somente *Scopus* e *Science Direct*.

Gráfico 9 (ação 2317) – Evolução do número de instituições participantes do Portal de Periódicos, de 2001 a 2010.



Fonte: CGPP/DPB/

d) Considerações sobre o alcance das metas física e financeira

Em 2010, a estratégia da CAPES foi priorizar a avaliação da coleção existente e revisão dos contratos. Em consequência, houve a aquisição das novas coleções incluídas no Portal (Enciclopédia Britânica Básica, AAAS-*Science Translational Medicine* e *GeoScience World*) foi necessária para atender às sugestões da comunidade usuária e para cumprir a nova missão da CAPES junto ao ensino básico.

Para manutenção e atualização do acervo, o investimento no Portal de Periódicos em 2010 foi de 119,9 milhões de reais, sendo 99,9 milhões de dotação inicial e 20 milhões de dotação suplementar. Convém ressaltar que os 6,8 milhões não aplicados, referem-se à diferença cambial na execução de contratos com editoras internacionais.

O número de acessos ao Portal em 2010 foi de 67.392.805, o que equivale a mais de 184 mil acessos diários. Vale ressaltar que a meta física foi ultrapassada em 12% em decorrência do elevado número de acesso dos usuários do Portal, conforme demonstrado na tabela, a seguir.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO(%)
FINANCEIRA	119.865.856,00	113.164.771,38	94
FÍSICA	60.000.000	67.392.805	112

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 4011 - Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento

Ação 4011	Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a avaliação trienal e o acompanhamento anual dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação do País; e a avaliação anual das propostas submetidas à CAPES para abertura de novos cursos de mestrado e doutorado.
Descrição	Manutenção de um amplo sistema de acompanhamento anual e de avaliação periódica dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e das condições de funcionamento de cada novo curso ou programa de mestrado e doutorado oferecido no País; bem como a manutenção da avaliação dos processos visando à obtenção de bolsas de estudo e financiamento da infra-estrutura de ensino e pesquisa das instituições de ensino superior do País. A avaliação é realizada por comissões compostas por consultores nacionais e internacionais e por servidores, incidindo sobre esta atividade custos de consultoria, tecnologias da informação (TI), diárias, hospedagem, passagens, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Lívio Amaral Diretor de Avaliação
Unidades executoras	Diretoria de Avaliação – Coordenação Geral de Atividades de Apoio à Pós-Graduação; Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento.

a) Principais Resultados:

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação cumpre papel fundamental para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil na medida em que impulsiona a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo. Em adição, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação vem a ser uma fonte de subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações governamentais de fomento relativas à pesquisa e à pós-graduação.

O Sistema de Avaliação abrange dois processos: a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN). Ambos os processos são alicerçados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo, assim, um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: os consultores *ad hoc* sob a liderança dos coordenadores de área.

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que

integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de nota na escala de 1 a 7, fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado a vigorar no triênio subsequente - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação.

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a CAPES verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG.

Avaliação dos Programas de Pós-Graduação

Avaliação Trienal 2010 (referente ao período 2007-2009):

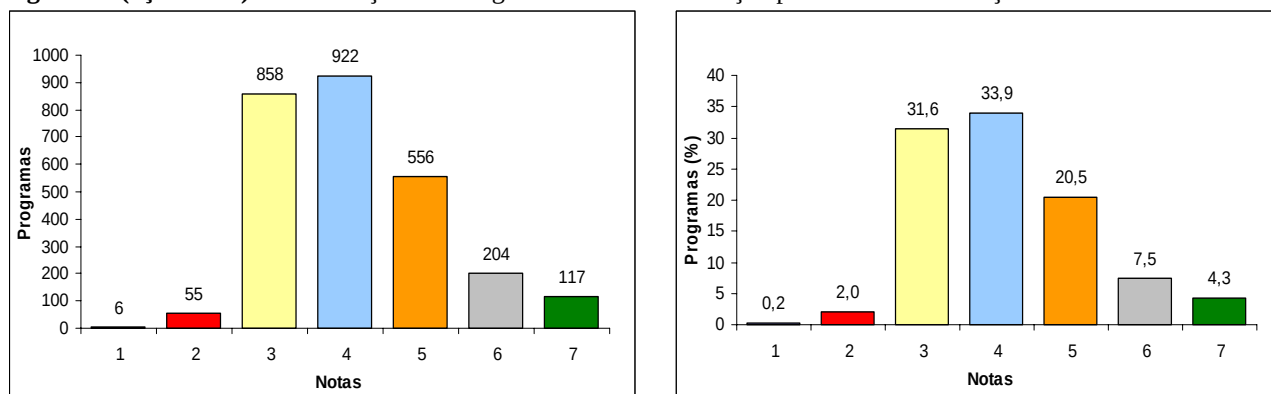
Entre 19 de julho e 14 de agosto de 2010 foi realizada a etapa presencial da Avaliação Trienal referente ao período 2007-2009. Esta etapa contou com a participação de 877 avaliadores *ad hoc* com qualificação e competência técnico-científica nas suas respectivas áreas de conhecimento, distribuídos em 46 comissões de avaliação. No total, foram analisados os dados informados pelos 2.718 programas avaliados – correspondentes a 4.099 cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional.

Os programas de pós-graduação receberam notas na escala de 1 a 7, sendo que os programas que obtiveram notas 1 e 2 não foram recomendados para renovação do reconhecimento, enquanto as notas 6 e 7 indicam desempenho de referência e de inserção internacional. Para programas que tenham apenas mestrado, 5 é a nota máxima.

Os resultados produzidos pelas comissões de área foram levados à deliberação e chancela do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) na sua 120ª reunião (30 de agosto a 03 de setembro de 2010) e, posteriormente, na 123ª reunião (06 a 08 de dezembro de 2010), que tratou, exclusivamente, dos pedidos de reconsideração das notas atribuídas aos programas na etapa anterior. Os pedidos de reconsideração totalizaram 510 e foram analisados por 129 consultores *ad hoc* organizados em 46 comissões de área.

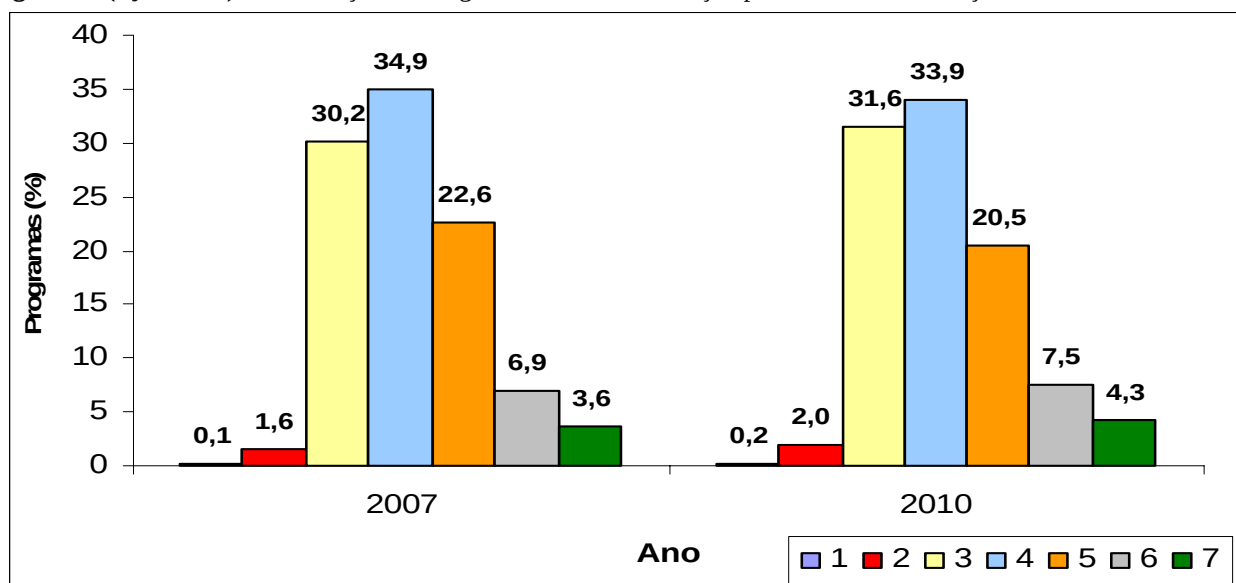
Importante ressaltar que os cursos de pós-graduação aprovados a menos de um ano da data da Avaliação Trienal e que, portanto, ainda não haviam prestado informações por meio do Aplicativo Coleta de Dados, não foram objeto de avaliação detalhada pelas comissões de avaliação. Para esses cursos, ao todo 262, foram mantidas as notas recebidas quando da aprovação das respectivas propostas de cursos novos.

Os resultados finais foram divulgados em dezembro de 2010 e refletem o desempenho dos 2.718 programas de pós-graduação avaliados no triênio, que correspondem a 4.099 cursos, distribuídos pelos níveis de Mestrado Acadêmico (2.436), Doutorado (1.420) e Mestrado Profissional (243). Na figura a seguir tem-se, em termos absolutos e percentuais, a distribuição por nota obtida (1 a 7) dos programas de pós-graduação que passaram pela Avaliação Trienal.

Figura 01 (ação 4011) - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação por Notas da Avaliação Trienal 2010


Fonte: /DAV

Vale ressaltar a estabilidade do sistema, pois, ainda que tenham sido atualizados instrumentos e critérios e tenha sido renovada boa parte dos consultores membros das comissões de avaliação, em 2010, a distribuição dos programas de pós-graduação na escala de notas foi bastante semelhante à de 2007, conforme se pode observar na figura abaixo.

Figura 02 (ação 4011): Distribuição de Programas de Pós-Graduação por Notas nas Avaliações Trienais 2007 e 2010


Fonte: /DAV

Acompanhamento Anual do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG

O acompanhamento anual tem como objetivo verificar as reais condições de funcionamento de um programa de pós-graduação já reconhecido pelo CNE/MEC, identificando problemas que possam comprometer a renovação de seu reconhecimento. Essa atividade abrange a realização de diligências documentais, visitas de consultores a cursos de mestrado e doutorado e reuniões de comissões de avaliação e de coordenadores de programas de pós-graduação, com vistas à promoção de levantamentos, debates, análises e orientações. Nessa atividade de acompanhamento são sinalizados os ajustes que podem ser feitos para que o curso venha a cumprir seus objetivos e se consolidar como centro de formação com alto nível de qualidade.

Por ser um ano de avaliação, a realização de visitas para acompanhamento dos programas foi substituída, em grande parte, por reuniões na sede da CAPES, a pedido dos coordenadores de área e organizadas pela Diretoria de Avaliação, para análise prévia dos dados relativos aos programas de pós-graduação. Esses dados haviam sido consolidados em Cadernos de Indicadores e Planilhas Específicas e foram analisados previamente com vistas à Avaliação Trienal 2010. No total, foram 43 reuniões preparatórias. Ainda no que diz respeito aos procedimentos de acompanhamento anual, foram realizadas 13 reuniões de coordenadores de área com coordenadores de programas de pós-graduação.

Avaliação de Propostas de Cursos Novos

A CAPES recebe e avalia as propostas de cursos de mestrado e doutorado apresentadas por Instituições de Ensino e Pesquisa com o intuito de obter, para estes cursos, a autorização e o reconhecimento do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC e o consequente ingresso no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Esse processo ocorre por meio do Aplicativo para Proposta de Cursos Novos (APCN), disponibilizado anualmente, on-line, para que as pró-reitorias (ou instâncias equivalentes) possam submeter à suas propostas. Uma vez realizado o tratamento dos dados e a consolidação das informações pelo corpo técnico da CAPES, as propostas são analisadas quanto ao mérito por comissões de área específicas. As reuniões finais nas quais são definidas as notas dessas propostas de cursos novos são necessariamente presenciais e sempre realizadas na sede da CAPES em Brasília. Os pareceres e notas atribuídos pelas comissões são, então, submetidos à deliberação do Conselho Técnico Científico de Educação Superior – CTC-ES, ao qual compete, também, determinar diligências documentais e de visitas, quando necessário, às Instituições proponentes de cursos novos. Registra-se um total de 66 visitas a Instituições que apresentaram propostas de cursos novos em 2010.

Em 2010, foram recebidas 895 propostas, que totalizaram 968 cursos novos (mestrados e doutorados acadêmicos e mestrados profissionais), por meio do aplicativo on-line APCN, respondendo às chamadas veiculadas na página da CAPES. Dessas propostas, 359 foram aprovadas, 338 não foram aprovadas e 163 encontram-se em diligências ou com pedidos de reconsideração a serem analisados pelo CTC-ES. Esses dados mostram que cerca de 90% das propostas apresentadas em 2010 foram analisadas e receberam a deliberação final no próprio exercício.

Tabela 01 (ação 4011) Avaliação de Cursos Novos 2010

Nível	Situação						Cancelados
	Submetidos	Análise concluída		Análise em andamento			
		Recomendados	Não recomendados	Diligência/Recurso	Aguardam homologação CTC-ES	Aguardam Parecer Comissão Área	
Doutorado	228	113	53	42	8	12	
Mestrado	390	167	105	74	19	25	
Mestrado Profissional	350	79	180	47	13	29	2
Total	968	359	338	163	40	66	2

Fonte: /DAV

Essa atividade envolveu o trabalho do corpo técnico da para o assessoramento e apoio às comissões de consultores e aos programas de pós-graduação e instituições; tratamento e sistematização das informações, gerenciamento dos aplicativos da avaliação; planejamento e execução da logística relativa às reuniões e visitas in loco, tais como emissão de passagens e diárias; pagamento de Auxílios a Atividades Educacionais e de despesas acessórias.

Indução no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

Mestrados Profissionais

No contexto da avaliação de propostas de cursos novos, merece destaque o aumento no número de submissões de projetos para implantação de cursos de Mestrado Profissional. Este aumento significativo se deve a ações indutivas específicas iniciadas no final de 2009 com repercussão no exercício de 2010. Destacam-se o aprimoramento da Portaria Normativa referente ao mestrado profissional no âmbito da CAPES e o lançamento de dois editais para submissão de propostas nesta modalidade: um edital específico, em colaboração com o Ministério da Saúde, voltado para Mestrados Profissionais Associados à Residência em Saúde, além de um edital de abrangência geral para todas as áreas. Essas ações ocasionaram um aumento de 486% de projetos de mestrado profissional submetidos à avaliação da CAPES em 2010, quando comparado a 2009.

Outro conjunto de ações indutivas refere-se a seminários organizados pela CAPES em conjunto com outros órgãos públicos. O primeiro seminário ocorreu em março de 2010 em parceria com o Ministério da Saúde e foi destinado a estimular a apresentação de propostas de mestrados profissionais com vistas à formação de recursos humanos na área do ensino na saúde.

Ainda no sentido de convergir políticas públicas para a formação pós-graduada em áreas estratégicas, promoveu-se o seminário “Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal”, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, a fim de estimular as instituições de ensino e pesquisa a submeterem propostas de cursos de pós-graduação na área de segurança pública. O resultado direto desta ação foi a submissão de 10 propostas de mestrado profissional que apresentaram interface com a área de segurança pública.

Projetos Minter e Dinter

Entre as possibilidades de indução ao desenvolvimento do SNPG, a CAPES priorizou a redução das assimetrias regionais relativas à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento científico-tecnológico por meio da avaliação de propostas de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (Minter e Dinter). Os projetos Minter e Dinter têm como objetivo o oferecimento a uma turma específica de alunos de um curso de mestrado ou de doutorado fora da sede do Programa Promotor que, necessariamente, tem que ser um Programa de Pós-Graduação reconhecido e avaliado pela CAPES com nota mínima de 4 (para Minter) ou 5 (para Dinter). Esse tipo de iniciativa permite a utilização da competência de programas de pós-graduação já consolidados para, com base em formas bem estruturadas de parceria ou cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de doutores ou de mestres fora dos grandes centros acadêmico-científicos. As atividades de ensino e pesquisa do curso são desenvolvidas sob a coordenação acadêmica do programa de pós-graduação da instituição promotora e, em sua maior parte, no espaço físico da instituição beneficiária do projeto, localizada em região deficitária em pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos na área de conhecimento em foco.

A CAPES realizou, em 2010, uma coleta de informações adicionais relativas aos projetos interinstitucionais com vistas a verificar a necessidade de novas orientações, definições e formatações para projetos do tipo Minter e Dinter. Sendo assim, a CAPES suspendeu temporariamente, por meio da Portaria nº 109/2010, o recebimento de novas propostas de Minter e Dinter para avaliação em fluxo contínuo.

Um “Convite - Ação Induzida” da CAPES às Instituições de Ensino e Pesquisa detentoras de programas de pós-graduação stricto sensu credenciados, possibilitou o envio, no período entre 24 de novembro e 09 de dezembro de 2010, de projetos Minter e/ou Dinter para atender, exclusivamente, solicitações contempladas com financiamento de Fundações de Amparo à Pesquisa.

Em atendimento a esse Convite, foram recebidos 29 projetos para implantação de programas de pós-graduação interinstitucionais, dos quais 15 passaram à etapa de análise de mérito realizada por comissões de área, de acordo com a área de conhecimento na qual se inserem.

Atualização dos instrumentos e critérios de avaliação.

A avaliação trienal dos programas que compõem o SNPG requer o tratamento e a consolidação prévios das informações fornecidas anualmente pelos programas de pós-graduação por meio do aplicativo Coleta de Dados e a atualização das orientações, critérios e instrumentos utilizados nesse processo.

A clientela efetiva da Avaliação Trienal 2010 (Triênio 2007-2009) foi composta por 2.718 programas de pós-graduação que: a) haviam comunicado o início de suas atividades até 31/12/2009; b) estavam em funcionamento em 31/12/2009; c) atendidos os item a e b, haviam encaminhado o relatório Coleta de Dados relativo a pelo menos um dos anos do triênio em foco.

Em 2010, os programas de mestrado e doutorado encaminharam informações relativas ao ano base 2009. Essas informações foram adicionadas às encaminhadas anteriormente (anos-base 2007 e 2008), tratadas, consolidadas e disponibilizadas na forma de Cadernos de Indicadores e de Planilhas Específicas para uso das comissões de avaliação. Com base nesses dados, foi possível também realizar a padronização dos títulos de 3.261 novos periódicos citados pelos programas de pós-graduação em 2009. Estes procedimentos permitiram a atualização da classificação dos veículos de produção intelectual que integram o Qualis-Periódicos, instrumento utilizado como uma das referências na Avaliação Trienal.

Ainda em relação ao quesito da produção intelectual, vale registrar o avanço no processo de elaboração e consolidação do Roteiro para Classificação de Livros, instrumento que possibilitou maior nível de padronização e sistematização na avaliação de livros para as áreas nas quais este item é parte fundamental da produção intelectual de seus programas de pós-graduação.

No que se refere a aprimoramentos de Tecnologia de Informação - TI, vale registrar os avanços obtidos nos aplicativos utilizados na avaliação. O aplicativo Ficha de Avaliação, utilizado pelas Comissões de Área para a emissão do parecer e pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) para a homologação do resultado da Avaliação Trienal 2010, foi aperfeiçoado em uma plataforma mais moderna. Em sua nova concepção o aplicativo Ficha de Avaliação apresenta: a) interface mais amigável em relação àquela utilizada na Avaliação Trienal 2007; b) todos os documentos (Cadernos de Indicadores e Planilhas Específicas de cada um dos anos do triênio (2007-2009)) e dados adicionais, tais como histórico de notas em avaliações anteriores e relatórios de visitas, pertinentes a cada programa de Pós-Graduação e considerados necessários para a avaliação dele, reunidos para visualização pelo especialista avaliador a partir do próprio aplicativo.

Para possibilitar maior articulação entre as etapas do processo da avaliação trienal, foi desenvolvido um aplicativo para recebimento de pedidos de reconsideração integrado ao aplicativo Ficha de Avaliação. Esta integração permitiu a visualização, em um único instrumento, de todas as informações referentes a cada programa avaliado.

Foi desenvolvido, ainda em 2010, um aplicativo para aperfeiçoar o processo de indicação dos novos coordenadores de Área de Avaliação. Por meio desta nova ferramenta, os programas de pós-graduação e as associações científicas puderam indicar on-line os nomes de integrantes da comunidade acadêmico-científica a serem considerados para o próximo mandato de coordenadores de área. Além de maior celeridade, este aplicativo propiciou maior segurança e controle do processo de indicação e escolha dos coordenadores de área.

A ampla divulgação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados a cada etapa do processo de avaliação foi um dos princípios norteadores da Avaliação Trienal 2010. Sendo assim, foi possível, a qualquer usuário, verificar a composição das comissões de avaliação na página da CAPES. Da mesma forma, os documentos de área com os critérios a serem adotados pelas áreas de avaliação e o calendário das atividades de avaliação foram divulgados tanto na página da CAPES quanto num link especialmente criado para facilitar o acompanhamento das principais etapas da avaliação trienal, imprimindo maior transparência a todo o processo avaliativo.

A página eletrônica pôde ser facilmente acessada não só pelo avaliador, mas também pela comunidade acadêmico-científica e mesmo por qualquer interessado no processo de avaliação da pós-graduação brasileira. As informações distribuídas em abas incluíam: um texto de apresentação da avaliação trienal; as listas dos membros participantes das comissões; a planilha de distribuição das áreas nas quatro semanas de trabalho; o calendário; os documentos de área; os documentos gerais, entre os quais o regulamento, o modelo do relatório de avaliação e modelos das fichas de avaliação, tanto para os programas acadêmicos quanto para o mestrado profissional. Na aba “Serviços” o usuário encontrava o Manual de Informações Gerais, com informações referentes à logística preparada pela CAPES para a acomodação, transporte, traslado, alimentação, etc. dos avaliadores durante a semana em que estariam desenvolvendo trabalho junto às comissões e acesso ao Sistema Ficha. Por fim, na aba “Trienal em Foco”, boletins informativos divulgavam notícias sobre as atividades e os eventos relativos às semanas da Avaliação Trienal.

Na perspectiva de aprimorar as atividades de avaliação, desta feita no que diz respeito especificamente à área Interdisciplinar, foi realizada a 4ª Reunião de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares - 4ª ReCoPI de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2010 na sede da CAPES. O evento justificou-se pelo grande crescimento do número de cursos na referida área, assim como pela tendência de que as práticas multidisciplinares avancem para a interdisciplinaridade. Para contribuir com este propósito, destaca-se o lançamento do livro “Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação.” Os objetivos do evento foram (1) discutir e refletir sobre experiências e resultados, avanços e dificuldades do processo de construção e desenvolvimento da interdisciplinaridade na pós-graduação brasileira e (2) permitir a ampliação do intercâmbio entre os diversos atores envolvidos no processo de avaliação de cursos de pós-graduação interdisciplinares. Como resultado imediato da 4ª ReCoPI a expectativa é de que o debate seja ampliado de forma a atingir o maior número possível de coordenadores de programas de pós-graduação da Área Interdisciplinar, bem como contribuir para o avanço conceitual e compreensão do processo de avaliação da CAPES.

Em 2010 procedeu-se à padronização do documento utilizado pelas 46 áreas de avaliação para relatar e divulgar à comunidade acadêmico-científica e à sociedade em geral os procedimentos, critérios e resultados referentes à clientela de programas de pós-graduação avaliados em cada área. O relatório de avaliação foi estruturado em 7 campos para inserção de textos relativos aos seguintes tópicos: (1) Apresentação da Avaliação realizada na área – Considerações Gerais; (2) Considerações da Área sobre o uso da Ficha de Avaliação; (3) Considerações da Área sobre a Produção Intelectual (Periódicos, Qualis Artístico e Roteiro de Classificação de Livros); (4) Ficha de Avaliação: a) Programas Acadêmicos; b) Mestrados Profissionais; (5) Contextualização, Indicadores e Referências de Inserção Internacional usadas para atribuição de notas 6 e 7; (6)

Síntese da Avaliação e Comparação com o triênio anterior e (7) Síntese da Avaliação dos Pedidos de Reconsideração.

b) Principais Problemas

Para responder à crescente complexidade e à expansão do SNPG, o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil vem se aperfeiçoando gradualmente e, a cada ano, são incorporados novos elementos, tanto do ponto de vista instrumental quanto conceitual. No que se refere ao modelo baseado na análise por pares, vêm sendo realizados ajustes para que o sistema possa captar as necessidades de mudanças sinalizadas pela comunidade acadêmico-científica.

Um dos momentos cruciais para a introdução de mudanças é justamente a Avaliação Trienal, na medida em que neste momento a reflexão sobre os três anos passados pode apontar mudanças necessárias a serem empreendidas para o triênio seguinte.

Neste sentido, em 2010, registram-se alguns avanços, tais como a avaliação mais sistemática da produção intelectual na forma de livros por diversas áreas do conhecimento. As melhorias de TI situam-se nesse contexto como uma possibilidade de aperfeiçoamento do processo. Uma das alternativas exploradas foi a elaboração de um aplicativo, para integrar informações e processar dados, permitindo simulações para auxiliar na análise do desempenho dos programas de pós-graduação.

Entretanto, essa ferramenta não chegou a um nível de desenvolvimento que pudesse ser utilizada durante a Avaliação Trienal. Assim, optou-se por investir em melhorias em outros instrumentos menos complexos tais como o Aplicativo Ficha de Avaliação.

Assim continua a necessidade de se investir no desenvolvimento de aplicativos que permitam vincular de forma sistêmica esta produção intelectual, como é feito atualmente com os periódicos e com a produção artística.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física relativa à Ação 4011 é medida a partir do conceito de atividades de avaliação realizada mensalmente, tais como as análises de processos e projetos de cursos de pós-graduação e as visitas de avaliação. São consideradas, também, as reuniões com os coordenadores de área e com os coordenadores de programas de pós-graduação, bem como as reuniões especiais para definições de critérios de avaliação e de classificação de periódicos e de livros.

A fim de mensurar o impacto dessas atividades, toma-se como base o número de cursos do SNPG em cada área envolvida na atividade. No caso das reuniões, para efeito de cálculo dos dados relativos à meta física, considera-se o número total de cursos da área de avaliação correspondente. A tabela abaixo apresenta o total de atividades de avaliação e o número correspondente de cursos envolvidos, computados mensalmente em 2010:

Tabela 02 (ação 2317) – Atividades de Avaliação/ Cursos de Pós-Graduação atingidos em 2010

Mês	Atividades de Avaliação/ Cursos de Pós-Graduação atingidos
Janeiro	846
Fevereiro	6.725

Março	256
Abril	773
Maio	854
Junho	1.225
Julho	3.360
Agosto	2.459
Setembro	3.701
Outubro	1.071
Novembro	848
Dezembro	865
Total	22.983

Fonte: /DAV

Ressalta-se, ainda, que a meta física atingiu um total de 22.983 atividades de avaliação em 2010, o que ultrapassou a previsão em 130%. Observa-se que esta superação da meta física, conforme tabela abaixo, deve-se à realização da Avaliação Trienal 2010 que gerou necessariamente um aumento de atividades cujo impacto recaiu sobre a maior parte dos Programas pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG.

De janeiro a julho de 2010, intensificou-se o número de reuniões preparatórias, por área de avaliação, conduzidas pelos coordenadores de área com vistas à Avaliação Trienal 2010. Com o mesmo objetivo, foi realizado, nos dias 01 e 02 de julho de 2010, o Seminário “Preparando a Avaliação II” que contou com 92 participantes das 46 áreas de avaliação, entre coordenadores de área e seus adjuntos. Este evento repercutiu positivamente nas orientações transmitidas aos 877 avaliadores convidados a participar das reuniões presenciais da Avaliação Trienal 2010.

A execução financeira ficou em aproximadamente 60%, uma vez que os aprimoramentos na sistemática de avaliação vêm permitindo uma otimização dos processos, com a possibilidade de realização de forma on-line de análises, coletas de informações e de dados, bem como o fato de que pela primeira vez foi possível realizar a Avaliação Trienal nas dependências da CAPES, o que reduziu substancialmente as despesas operacionais com a atividade, propiciando maior eficiência na utilização dos recursos.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	16.105.000,00	9.213.826,56	57,2
FÍSICA	10.000	22.983	230%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

III) Ação 09GK - Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Ação 09GK	Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Formar recursos humanos de alto nível para suprir as necessidades priorizadas pela política industrial brasileira na área de inovação tecnológica.
Descrição	Concessão de bolsas para a formação de pós-doutores, doutores, mestres, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados nas diferentes áreas do saber, especialmente nas tecnológicas, tais como: Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia, Ciências Biológicas e demais áreas priorizadas. Esse mecanismo de incentivo ocorrerá por meio da concessão aos estudantes de bolsas de estudos universitárias, projetos associados de pesquisa, além de programas de apoio à pós-graduação e de conteúdos específicos em caráter nacional e/ou internacional, com o objetivo de oferecer subsídios para complementar os setores industriais que estão fortemente vinculados ao que se convencionou caracterizar como economia do conhecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional (CGSI), Coordenação de Apoio a Programas de Excelência (CEX).

a) Principais Resultados

A Ação 09GK visa apoiar cursos avaliados como de excelência, em atendimento às Diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que retoma a Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE. A PDP tem como objetivo promover a competitividade de longo prazo da economia brasileira, com o planejamento do crescimento econômico e o desenvolvimento auto-sustentado. Suas ações contemplam três planos:

- 1) linhas de ação horizontal: inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; e ambiente institucional/ aumento da capacidade produtiva;
- 2) opções estratégicas: semicondutores; *software*; bens de capital; e fármacos e medicamentos; e
- 3) atividades portadoras de futuro: biotecnologia; nanotecnologia; e biomassa/ energias renováveis.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX

No âmbito dessa ação está o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, por intermédio do qual em 2010 foram implementadas 1.962 bolsas de mestrado e 1.827 de doutorado especialmente nas áreas tecnológicas, tais como Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia e Ciências Biológicas, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível nas áreas priorizadas pela PDP, para o fortalecimento da realização de pesquisas de ponta em empresas e em instituições públicas e privadas, com vistas à geração de patentes e à transferência de inovações tecnológicas para produtos, serviços, sistemas e processos.

O PROEX tem como objetivo manter o alto nível de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, pertencentes a instituições jurídicas de direito público e privado com nota 6 ou 7, obtida em duas avaliações trienais consecutivas da CAPES, buscando atender suas necessidades e especificidades.

Os programas de pós-graduação inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES: concessão de bolsas de estudo, bem como recursos de fomento-custeio/capital para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos programas de pós-graduação e pagas aos bolsistas diretamente pela CAPES. Convém ressaltar que os programas de pós-graduação vinculados ao PROEX devem obedecer à meta anual mínima de 50% do recurso de custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) para utilização no pagamento de bolsistas. O valor dos recursos para aquisição de investimento de capital corresponde a 5% daquele valor destinado ao custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) e sua aplicação está detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Participam do PROEX 177 programas de pós-graduação, compreendendo 173 cursos de mestrado e 177 de doutorado, com nível de excelência internacional, vinculados a 42 universidades públicas e privadas.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF), grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Concessão do PROEX por Região Geográfica

Tabela 1 (ação 09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.537	1.549	3.086	78,34	84,78	81,45
Sul	314	184	498	16,00	10,07	13,14
Nordeste	59	82	141	3,01	4,49	3,72
Centro-Oeste	28	11	39	1,43	0,60	1,03
Norte	24	1	25	1,22	0,05	0,66
Total	1.962	1.827	3.789	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A região Sudeste recebeu o maior número de bolsas do PROEX, haja vista que a maioria dos programas de pós-graduação consolidados está presente nessa região. Em contraste, a região Norte, que possui apenas um programa de pós-graduação participante do PROEX, recebeu o menor

número de bolsas. Vale ressaltar que do total de bolsas concedidas pelo PROEX na Ação 09GK, 330 bolsas foram provenientes da concessão do Programa Bolsas para Todos.

Concessão do PROEX por Unidade da Federação

Tabela 2 (09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	817	949	1.766	41,64	51,94	46,61
RJ	528	399	927	26,91	21,84	24,47
MG	192	201	393	9,79	11,00	10,37
RS	158	118	276	8,05	6,46	7,28
SC	124	45	169	6,32	2,46	4,46
CE	18	41	59	0,92	2,24	1,56
PR	32	21	53	1,63	1,15	1,40
PB	30	22	52	1,53	1,20	1,37
DF	28	11	39	1,43	0,60	1,03
PE	11	19	30	0,56	1,04	0,79
PA	24	1	25	1,22	0,05	0,66
Total	1.962	1.827	3.789	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Vale ressaltar que, mesmo existindo políticas públicas estaduais em São Paulo voltadas à pós-graduação, a CAPES concede aproximadamente 50% das bolsas de pós-graduação do PROEX a esse Estado, para as seguintes IES: Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Concessão do PROEX por Grande Área do conhecimento

Tabela 3 (ação 09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	854	503	1.357	43,53	27,53	35,81
Ciências Exatas e da Terra	494	508	1.002	25,18	27,81	26,44
Ciências Biológicas	392	539	931	19,98	29,5	24,57
Ciências Agrárias	192	252	444	9,79	13,79	11,72
Ciências da Saúde	30	25	55	1,53	1,37	1,45
Total	1.962	1.827	3.789	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Tendo em vista que as Grandes Áreas do conhecimento Engenharias e Ciências Exatas e da Terra são consideradas prioritárias pela PDP, essas foram contempladas com 35,81% e 26,44% das bolsas, respectivamente.

Concessão do PROEX por Status Jurídico

Tabela 4 (ação 09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por status jurídico, em 2010

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	1.083	924	2.007	55,20	50,57	52,97
Estadual	758	863	1.621	38,63	47,24	42,78
Particular	121	40	161	6,17	2,19	4,25
Total	1.962	1.827	3.789	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Na análise das instituições beneficiárias do PROEX segundo o status jurídico observa-se que o maior quantitativo de bolsas do PROEX está associado aos programas de pós-graduação das IES públicas.

Concessão adicional de bolsas de mestrado e doutorado: Bolsas para Todos - PROEX

A iniciativa realizada pela CAPES denominada Bolsas para Todos, consistiu em uma concessão adicional de bolsas de mestrado e doutorado para grande parte dos programas de pós-graduação apoiados pelo PROEX, a qual visou atender o maior número de alunos de mestrado e doutorado que estivessem cursando a pós-graduação sem bolsa e que não possuíssem vínculo empregatício.

No ano de 2010 houve a concessão de 330 bolsas de estudos para os programas de pós-graduação apoiados pela PDP, conforme a tabela, a seguir.

Tabela 5 (ação 09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX-BPT por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	109	142	251	70,32	81,14	76,06
Sul	39	19	58	25,16	10,86	17,58
Nordeste	7	14	21	4,52	8,00	6,36
Centro-Oeste	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Norte	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	155	175	330	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

b) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física da ação 09GK contemplava as despesas totais previstas para pagamento das bolsas do PROEX. Entretanto, a partir de 2010, somente as bolsas dos programas vinculados à PDP foram pagas com os recursos dessa ação, de modo que o restante das bolsas foi pago com recursos da Ação 0487 (Concessão e Manutenção de Bolsas no País).

Portanto, 3.789 bolsas do PROEX foram pagas com recursos da Ação 09GK e 1.526 com recursos da Ação 0487, totalizando 5.315 bolsas implementadas pelo programa PROEX. Dessa forma, apesar de não se ter atingido a meta física da Ação 09GK nos sistemas de acompanhamento, consideramos que esta ultrapassou em 10% a previsão, uma vez que a meta foi estabelecida inicialmente no exercício considerando apenas a implementação de bolsas do PROEX no âmbito da ação em análise. Em relação à meta financeira, observa-se na tabela abaixo que essa foi plenamente atingida.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO(%)
FINANCEIRA	R\$ 86.797.659,00	R\$ 86.797.659,00	100
FÍSICA	4.849	3.789	78

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

IV) Ação OB95 – Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação

Ação OB95	Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Formar pessoal de alto nível em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo de mestrado e doutorado, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados com o objetivo de acelerar a formação de recursos humanos de alto nível nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacionais com ênfase especial no apoio aos programas Acelera Amazônia, Recursos do Mar (Amazônia Azul), Programa Semi-árido, Programa Pantanal ou outros de caráter estratégico para essas regiões onde a pós-graduação ainda necessita de consolidação. Esse mecanismo de incentivo ocorrerá por meio da concessão aos estudantes de bolsas de estudo e demais auxílios a esses vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílio acadêmico, auxílio-instalação, diárias, além de cobertura para realização de pesquisa e mobilidade para os docentes e discentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB); Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional (CGSI) e Coordenação-Geral de Programas Estratégicos (CGPE)

a) Principais resultados

A ação Novas Fronteiras da Pós-Graduação (OB95) foi criada com o objetivo de ampliar a interação entre os programas de pós-graduação de todo o país, por meio do planejamento de cooperação interinstitucional, visando à formação de doutores e ao intercâmbio e mobilidade docente e discente dos programas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por meio dessa Ação, são executados os seguintes programas: Programa de Doutorado Interinstitucional – Ação Novas Fronteiras (DINTER-NF), Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF) e o Pró-Amazônia Azul. Esses programas atendem ao disposto no PNPG 2005-2010, que prevê ações visando à diminuição das desigualdades regionais, observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação, quando se compara o número de programas de pós-graduação entre Unidades da Federação.

Esses programas têm um forte caráter indutor para a diminuição das assimetrias regionais e é por meio da cooperação entre programas de pós-graduação situados nas regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste, com programas de pós-graduação bem consolidados sediados em outras localidades, que se estimula a mobilidade de discentes e docentes dos programas participantes.

O resultado dessa mobilidade é o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Portanto, esses programas vêm promovendo de forma eficaz e equitativa a política de formação de recursos humanos.

Programa de Doutorado Interinstitucional - Ação Novas Fronteiras – Dinter-NF

O Dinter-NF foi criado com o objetivo de promover, por meio da cooperação interinstitucional, a formação, em bloco, de doutores fora dos grandes centros – especificamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e, assim, reduzir as assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. O Dinter-NF é um programa de turmas especiais onde os projetos recebem recursos de bolsas e de custeio de atividades.

Vale destacar que em 2010 foi realizada a análise dos relatórios de atividades dos projetos aprovados até 2008 por uma comissão de avaliadores externos. A análise desses relatórios subsidiará o acompanhamento dos projetos por meio de visitas técnicas às instituições receptoras, previstas para o primeiro semestre de 2011.

Além disso, o pagamento das bolsas de doutorado vinculadas aos projetos aprovados a partir de 2009 passou a ser realizado diretamente aos bolsistas, por meio do Sistema de Acompanhamento de Concessões – SAC, com a finalidade de dar maior transparência e agilidade ao processo de pagamento dessas bolsas. Em 2010, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 599.502,82 (quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e dois reais e oitenta e dois centavos), entre pagamento de mensalidades de bolsa de doutorado e custeio de projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 1 (ação 0B95) – Concessão de bolsas do programa Dinter-NF por região geográfica, em 2010 (considerando as IES receptoras)

Região	Doutorado	Doutorado (%)
Nordeste	676	45,2
Norte	481	32,2
Centro-Oeste	261	17,4
Sul	48	3,2
Sudeste	30	2,0
Total	1.496	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Conforme demonstrado na tabela acima, aproximadamente 95% das bolsas foram concedidas a docentes de IES públicas, localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Os projetos excepcionalmente apoiados pelo programa fora dessas regiões foram apresentados por IES que demonstraram a necessidade de qualificar seus docentes, em nível de doutorado.

Verifica-se na tabela abaixo que as IES participantes do programa possuem maior necessidade de qualificar seus docentes nas grandes áreas Ciências da Saúde e Ciências Humanas – aproximadamente metade das bolsas foi concedida a docentes matriculados em programas de pós-graduação nessas Grandes Áreas.

Tabela 2 (ação 0B95) – Concessão de bolsas do programa Dinter-NF por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Doutorado	Doutorado (%)
Ciências da Saúde	430	28,7
Ciências Humanas	316	21,1
Ciências Sociais Aplicadas	200	13,4
Linguística, Letras e Artes	176	11,8
Ciências Agrárias	115	7,7
Engenharias	99	6,6
Multidisciplinar	65	4,3
Ciências Biológicas	49	3,3
Ciências Exatas e da Terra	46	3,1
Total	1.496	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras – PROCAD NF

O objetivo do PROCAD NF é apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As bolsas desse programa são concedidas na modalidade “Sanduíche” no país, que objetiva propiciar a mobilidade discente entre as equipes participantes do projeto. Essas são concedidas durante a realização de “Missões de Estudo”, onde estudantes de uma instituição participante desenvolvem atividades em uma instituição parceira, por períodos de 1 a 12 meses.

Por meio do PROCAD NF foram concedidas 905 bolsas de pós-graduação: sendo 567 de mestrado, 176 de doutorado e 162 de pós-doutorado, que podem ser visualizadas nas tabelas, a seguir. Os recursos para atendimento aos beneficiários do PROCAD NF totalizaram, em 2010, R\$ 19.439.968,29 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas desse programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 3 (ação 0B95) – Concessão de bolsas do PROCAD-NF por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Nordeste	249	72	72	393
Sudeste	111	57	39	207
Centro-Oeste	96	24	25	145
Norte	70	6	14	90
Sul	41	17	12	70
Total	567	176	162	905

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 4 (ação 0B95) – Concessão de bolsas do PROCAD-NF por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Agrárias	165	38	41	244

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências da Saúde	77	18	32	127
Ciências Humanas	78	21	23	122
Ciências Exatas e da Terra	62	19	19	100
Ciências Biológicas	59	28	12	99
Engenharias	51	27	12	90
Multidisciplinar	33	12	10	55
Ciências Sociais Aplicadas	28	7	6	41
Linguística, Letras e Artes	14	6	7	27
Total	567	176	162	905

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Programa de Apoio à Mobilidade Discente em Pós-Graduação em Ciências do Mar –Pró-Amazônia Azul

O Pró-Amazônia Azul objetiva estimular a formação de doutores em Ciências do Mar, oriundos de regiões onde exista carência de pessoal em pesquisa e formação de recursos humanos nas áreas específicas demandadas. Vale ressaltar que esse programa foi criado em 2006 e está em fase de encerramento, portanto, em 2010 foram concedidas apenas 15 bolsas de doutorado, sendo 11 para a região Sul e 4 para a Sudeste. Em relação à distribuição das bolsas entre as Grandes Áreas do conhecimento, 12 foram alocadas nas Ciências Exatas e da Terra e 3 nas Ciências Agrárias. Os recursos para atendimento aos beneficiários do Pró-Amazônia Azul totalizaram, em 2010, R\$ 124.200,00 (cento e vinte e quatro mil e duzentos reais).

b) Principais Problemas

No final do ano de 2010 o MEC passou por problemas de falta de limite para empenho, refletindo em todos seus os seus órgãos vinculados. Assim, a CAPES deixou empenhar recursos previstos na LOA/2010 para esta ação.

Além disso, a inexistência de sistemas informatizados para o cadastramento, acompanhamento e pagamento de bolsistas para os programas desta ação gerou dificuldades no processo de gestão da ação.

De acordo com a área gestora da Ação 0B95, a falta de pessoal representa o principal problema enfrentado no gerenciamento das atividades operacionais necessárias para a implementação e acompanhamento da execução dessa ação, principalmente com relação à realização de atividades de capacitação do corpo docente das instituições públicas de ensino superior e do corpo docente e técnico administrativo da rede federal de educação profissional e tecnológica, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física da Ação 0B95 foi atingida em 2010. O total de recursos empenhados nesse ano foi de R\$ 20.181.671,11 (vinte milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e onze centavos), o que representa 69% da meta financeira prevista. Como já afirmado, no final do ano de 2010, a MEC passou por problemas de falta de limite para empenho, refletindo em

todos os órgãos vinculados. Portanto, a Ação 0B95 não atingiu a meta financeira prevista inicialmente na LOA em virtude do contingenciamento ocorrido no final de 2010.

A meta física prevista foi superada em 69%, uma vez que a o previsto no PPA pelo MEC foi subestimado, pois se considerou o número de projetos atendidos para fixar a previsão da meta física e a unidade medida e considerada pela CAPES é a de bolsa concedida (um projeto pode contemplar mais de uma bolsa).

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO(%)
FINANCEIRA	29.050.651,00	20.181.671,11	69
FÍSICA	1.451	2.457	169

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

V) Ação 009H - Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado.

Ação 009H	Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Apoiar a pesquisa científica de pós-doutores em atendimento à política governamental no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, diárias e recursos para despesas de manutenção das pesquisas em desenvolvimento, inseridas no contexto do Programa Nacional de Pós-Doutorado, promovendo a interação do recurso humano de alto nível com o mercado de trabalho, por meio da elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento de novas tecnologias especialmente nas áreas consideradas prioritárias, resultando no aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e de inovação, no aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do País e da competitividade internacional da pesquisa brasileira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional (CGSI), Coordenação de Apoio a Programas de Excelência (CEX)

a) Principais Resultados

A Ação 009H objetiva propiciar aos recém-doutores a oportunidade de participarem de programas de pós-graduação em que possam desenvolver projetos inovadores, especialmente nas áreas consideradas prioritárias pela Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que retoma a Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, atuando no ensino, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico inovador.

Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD

O Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD tem por objetivo absorver recém-doutores, com relativa experiência em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P&D&I, visando à capacitação para atuar em projetos de pesquisa em áreas estratégicas; ao reforço à pós-graduação e aos grupos de pesquisa nacionais; à renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa para a execução e ensino em nível de pós-graduação, orientação e pesquisa; ao apoio da PDP, da Lei de inovação e de empresas de base tecnológica.

Em 2010, merece destaque o lançamento do terceiro Edital do PNPD (Nº 001/2010) em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Fundo

de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP. Por meio desse, foram aprovados 360 projetos e concedidas 526 novas bolsas de pós-doutorado.

Nesse ano foram apoiados exclusivamente pelo PNPD/ 1.116 projetos e 1.570 bolsas associados a programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES, com uma execução financeira de R\$ 62.031.800,00 (sessenta e dois milhões, trinta e um mil e oitocentos reais). Salienta-se que no âmbito do PNPD podem ser concedidas até três bolsas de pós-doutoramento por projeto, portanto, o número de bolsas concedidas não corresponde ao número de projetos aprovados.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF), Grande Área do conhecimento e *status* jurídico.

Concessão do PNPD por Região Geográfica

Tabela 1 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas do PNPD/ por região geográfica, em 2010

Região	Projetos	%	Bolsas	%
Sudeste	561	50,27	790	50,32
Sul	265	23,75	385	24,52
Nordeste	204	18,28	281	17,90
Centro-Oeste	63	5,65	83	5,29
Norte	23	2,06	31	1,97
Total	1.116	100	1.570	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Os projetos apoiados pelo PNPD estão concentrados na região Sudeste (50,27%), tendo em vista o maior número de programas de pós-graduação consolidados nessa região, seguido da região Sul (23,75%). A análise do quantitativo de bolsas por região geográfica apresentada na tabela acima evidencia o mesmo comportamento observado na análise do número de projetos. A região Sudeste (50,32%) apresenta o maior quantitativo de bolsas, seguida pelas regiões Sul (24,52) e Nordeste (17,90).

Concessão do PNPD por Unidade da Federação

Tabela 2 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas do PNPD/ por UF, em 2010

UF	Projetos	%	Bolsas	%
SP	307	27,51	424	27,01
RS	153	13,71	224	14,27
RJ	135	12,1	202	12,87
MG	111	9,95	155	9,87
PR	64	5,73	86	5,48
CE	48	4,3	63	4,01
SC	48	4,3	75	4,78
BA	40	3,58	52	3,31
PE	38	3,41	54	3,44

UF	Projetos	%	Bolsas	%
RN	31	2,78	44	2,8
GO	23	2,06	29	1,85
PB	23	2,06	30	1,91
DF	22	1,97	32	2,04
MT	10	0,9	13	0,83
ES	8	0,72	9	0,57
MA	8	0,72	10	0,64
MS	8	0,72	9	0,57
AL	7	0,63	11	0,7
AM	7	0,63	9	0,57
PA	7	0,63	10	0,64
TO	7	0,63	9	0,57
SE	6	0,54	12	0,76
PI	3	0,27	5	0,32
RR	2	0,18	3	0,19
Total	1.116	100	1.570	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

O número total de projetos do PNPD por UF revela que a maior parte dos projetos está sendo desenvolvida no Estado de São Paulo (27,01%), seguido pelo Rio Grande do Sul (14,27%). Em contraste, Acre, Amapá e Rondônia não possuem nenhum projeto no âmbito do PNPD devido ao reduzido número de programas de pós-graduação consolidados nesses Estados. A análise do quantitativo de bolsa por UF revela um comportamento similar do apresentado pelos projetos.

Concessão do PNPD por Grande Área do conhecimento

Tabela 3 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas do PNPD/ por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Projetos	%	Bolsas	%
Ciências Biológicas	210	18,82	327	20,83
Ciências Agrárias	248	22,22	305	19,43
Engenharias	188	16,85	301	19,17
Ciências da Saúde	166	14,87	228	14,52
Ciências Exatas e da Terra	147	13,17	217	13,82
Multidisciplinar	78	6,99	98	6,24
Ciências Humanas	43	3,85	52	3,31
Ciências Sociais Aplicadas	29	2,60	35	2,23
Linguística, Letras e Artes	7	0,63	7	0,45
Total	1.116	100	1.570	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A análise dos projetos por Grande Área do conhecimento revela que a maior parte desses pertence a área de Ciências Agrárias (22,22%), seguido de Ciências Biológicas (18,82%) e Engenharias (16,85%), dada a especificidade exigida pelo programa que estimula a implementação de projetos de desenvolvimento nas áreas consideradas prioritárias pela PDP.

Concessão PNPD por Status Jurídico

Tabela 4 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/ por status jurídico, em 2010

Status Jurídico	Projetos	(%)	Bolsas	(%)
Federal	672	60,22	976	62,17
Estadual	349	31,27	465	29,62
Particular	94	8,42	128	8,15
Municipal	1	0,09	1	0,06
Total	1.116	100	1.570	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A análise por status jurídico revela que a maior parte dos projetos e bolsas está sendo desenvolvida em instituições federais com 60,22%.

PNPD – linha FINEP

Em 2010, manteve-se a parceria entre a CAPES/MEC e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP/MCT, efetivada no Edital nº 10/2009, com o objetivo de manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP. A CAPES é responsável pela operacionalização dos projetos, bolsas e dos recursos de custeio os quais são descentralizados pela FINEP, tomando como parâmetro as premissas ministeriais que originalmente instituíram a parceria.

Em 2010 a FINEP descentralizou o montante de R\$ 3.182.000,00 (três milhões, cento e oitenta e dois mil reais) para a CAPES, que realizou o acompanhamento e pagamento das 81 bolsas (59 projetos) de pós-doutorado associadas a empresas de base tecnológicas, no âmbito do PNPD/FINEP.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PNPD, linha FINEP, em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Concessão do PNPD, linha FINEP, por Região Geográfica

Tabela 5 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por região geográfica, em 2010

Região	Projetos	%	Bolsas	%
Sudeste	28	47,46	39	48,15
Sul	16	27,12	22	27,16
Nordeste	6	10,17	9	11,11
Centro-Oeste	7	11,86	8	9,88
Norte	2	3,39	3	3,70
Total	59	100	81	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Os projetos do PNPD, linha FINEP, estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, onde estão sediadas a maior parte das empresas de base tecnológica. A análise do quantitativo de bolsas por região geográfica, apresentada na tabela 5, evidencia praticamente o mesmo comportamento encontrado na análise do número de projetos. A região Sudeste (48,15%) apresenta o maior quantitativo de bolsas, seguida da região Sul (27,16%).

Concessão do PNPD, linha FINEP, por Unidade da Federação

Tabela 6 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por UF, em 2010

UF	Projetos	%	Bolsas	%
SP	15	25,42	21	25,93
RS	10	16,95	14	17,28
MG	8	13,56	13	16,05
DF	5	8,47	6	7,41
RJ	5	8,47	5	6,17
SC	4	6,78	5	6,17
PE	3	5,08	4	4,94
PR	2	3,39	3	3,7
BA	1	1,69	2	2,47
PI	1	1,69	2	2,47
RR	1	1,69	2	2,47
AP	1	1,69	1	1,23
CE	1	1,69	1	1,23
GO	1	1,69	1	1,23
MS	1	1,69	1	1,23
Total	59	100	81	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Semelhante ao PNPD/CAPES, a maioria dos projetos do PNPD/FINEP está sendo desenvolvida no Estado de São Paulo (25,42%), seguido pelo Rio Grande do Sul (16,95%). A análise do quantitativo de bolsa por UF revela um comportamento similar daquele apresentado pelos projetos. Nota-se, entretanto, que o Estado de Minas Gerais possui um número maior de bolsas do que o Rio de Janeiro.

Concessão do PNPD, linha FINEP, por Grande Área do conhecimento

Tabela 7 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP, por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Projetos	%	Bolsas	%
Ciências Agrárias	24	40,68	32	39,51
Multidisciplinar	14	23,73	20	24,69
Ciências Biológicas	8	13,56	10	12,35
Engenharias	7	11,86	10	12,35
Ciências Exatas e da Terra	3	5,08	5	6,17
Ciências da Saúde	3	5,08	4	4,94
Total	59	100	81	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A análise dos projetos por Grande Área do conhecimento revela que a maior parte dos projetos da linha FINEP pertence às Ciências Agrárias (40,68%), seguido da Multidisciplinar (23,73%) e Engenharias (11,86%), dada a especificidade exigida pelo programa de inovação tecnológica para a linha FINEP, diferenciando-se da linha CAPES, onde a área Multidisciplinar encontra-se na sexta colocação. A análise da distribuição das bolsas por Grande Área revela um comportamento semelhante daquele apresentado pelos projetos.

Concessão do PNPD, linha FINEP, por Empresa

Tabela 8 (ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por Empresas, em 2010

Empresas	Projetos	%	Bolsas	%
EMBRAPA (Todos os centros)	21	35,59	28	33,73
EPAMIG - Emp.De Pesq. Agropecuária de Minas Gerais	2	3,39	3	3,61
Sbibhae/Inst. Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein	2	3,39	3	3,61
Anidro do Brasil Desidratações Ltda.	1	1,69	2	2,41
Biologicus Indústria e Comércio De Produtos Naturais Ltda	1	1,69	2	2,41
Consulmat Produtos Técnicos Indústria e Comércio Ltda.	1	1,69	2	2,41
Diagene Diagnósticos Moleculares Ltda	1	1,69	2	2,41
Farmacore Biotecnologia Ltda.	1	1,69	2	2,41
Laboratório De Investigação em Alergia Ltda-Me	1	1,69	2	2,41
Marcopolo S/A	1	1,69	2	2,41
Nangate Do Brasil S/A	1	1,69	2	2,41
Narcissus Pesquisa Clínica e Biotecnologia Ltda - Me	1	1,69	2	2,41
Suprametal Indústria e Comércio de Metais Ltda	1	1,69	2	2,41
Surtec Do Brasil Ltda	1	1,69	2	2,41
Verti Ecotecnologias	1	1,69	2	2,41
Agal Consultoria e Assessoria Ltda	1	1,69	1	1,2
Ceelbio Tecnologia em Cerâmicas Ltda	1	1,69	1	1,2
Cellqualis Serviços Laboratoriais S.A.	1	1,69	1	1,2
Centro Cerâmico do Brasil	1	1,69	1	1,2
Centro Tecnológico da Comigo	1	1,69	1	1,2
Clorovale Diamantes Indústria e Comércio Ltda	1	1,69	1	1,2
Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro-Ltda	1	1,69	1	1,2
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	1	1,69	1	1,2
Epagri - Empr. Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Sc	1	1,69	1	1,2
Farmaservice Bioextract	1	1,69	1	1,2
Fk-Biotecnologia S.A.	1	1,69	1	1,2
Gerdau Aços Especiais Brasil – Usina Charqueadas	1	1,69	1	1,2

Empresas	Projetos	%	Bolsas	%
Hygeia Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia Aplicada Lt	1	1,69	1	1,2
Imunodot Desenv.Ind.Com.Imunóg.Prod.Diag.Vet.Ltda-Me	1	1,69	1	1,2
Instituto Agrônômico de Pernambuco-Ipa	1	1,69	1	1,2
Plasmar Indústria Metalúrgica Ltda.	1	1,69	1	1,2
Proteobras Desenvolvimento Biotecnológico Ltda	1	1,69	1	1,2
Quatro G Pesquisa e Desenvolvimento Ltda	1	1,69	1	1,2
Quimsar Química Fina Ltda	1	1,69	1	1,2
Trisolutions Soluções em Engenharia Ltda	1	1,69	1	1,2
Vale do Rio Doce	1	1,69	1	1,2
Ybios S.A.	1	1,69	1	1,2
Total	59	100	81	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Na análise realizada na tabela acima se observa que grande parte dos projetos é desenvolvida na EMBRAPA. É necessário enfatizar, entretanto, que essa empresa é formada por um grande número de centros distribuídos pelo país e que estes apresentam linhas de ações diferentes entre si. Se for considerada esta especificidade, verifica-se que não há concentração nem de projetos e nem de bolsas em nenhuma empresa na linha FINEP.

Programa de Apoio ao Pós-doutorado no Estado do Rio de Janeiro – PAPDRJ (Parceria CAPES/FAPERJ)

A Cooperação CAPES/FAPERJ, por meio do Programa de Apoio ao Pós-doutorado no Estado do Rio de Janeiro – PAPDRJ, objetiva fomentar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio da absorção temporária de jovens doutores atuantes em projetos de pesquisa e desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento e contribuindo para estimular a pós-graduação e os grupos de pesquisa sediados no Rio de Janeiro e a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa no Estado.

A fonte de financiamento do PAPDRJ é oriunda do orçamento fiscal da União e do governo estadual do Rio de Janeiro, sendo que despendeu em 2010 o montante de R\$ 3.914.100,00 (três milhões novecentos e quatorze mil e cem reais) para o pagamento de 172 bolsas de pós-doutorado. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro –FAPERJ, por sua vez, responsabilizou-se pelo pagamento de 140 bolsas de pós-doutorado e da taxa de bancada, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, para todos os bolsistas, inclusive os da CAPES. Os pagamentos das bolsas são feitos diretamente aos bolsistas pelas agências envolvidas, não havendo repasse de recursos da para as instituições. As tabelas, a seguir, apresentam a concessão de bolsas por Grande Área do conhecimento e por *status* jurídico das instituições contempladas.

Tabela 9 (ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Pós-doutorado
Ciências Biológicas	92
Ciências Exatas e da Terra	29

Grande Área	Pós-doutorado
Engenharias	22
Ciências da Saúde	13
Ciências Agrárias	10
Multidisciplinar	6
Total	172

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 10 (ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ por status jurídico das IES, em 2010

Status Jurídico	Pós-doutorado
Federal	145
Estadual	18
Particular	9
Total	172

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa Nacional de Pós-doutorado em Saúde – Pós-doc SUS

O Pós-doc SUS é um Edital oriundo de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação que objetiva fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visam investigar temas prioritários para o Sistema Único de Saúde - SUS e que contribuam para o desenvolvimento da pós-graduação e grupos de pesquisa em saúde no país.

O apoio aos projetos selecionados no âmbito do Pós-doc SUS é realizado por meio do pagamento de bolsas na modalidade estágio pós-doutoral pelo período máximo de 60 meses, diretamente aos bolsistas. Além disso, é previsto pelo Edital o repasse de recursos de custeio e capital aos projetos selecionados no âmbito desse programa.

O primeiro edital, lançado no final de 2009 e implementado em 2010, aprovou 30 projetos dos 117 submetidos. Cada um desses foi contemplado com uma bolsa de pós-doutorado paga diretamente aos bolsistas pela CAPES, totalizando um investimento de R\$ 917.400,00 (noventa e dezessete mil e quatrocentos reais).

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS, repassou para ser implementado pela CAPES, 30 auxílios financeiros no valor total de R\$ 3.117.799,00 (três milhões, cento e dezessete mil e setecentos e noventa e nove reais) sendo, R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) de custeio para a execução do ano II dos projetos e R\$ 2.517.799,00 (dois milhões, quinhentos e dezessete mil e setecentos e noventa e nove reais) de capital, referentes aos recursos dos anos I e II dos projetos.

A concessão de bolsas do programa em 2010 é apresentada nas tabelas, a seguir, por região geográfica, por unidade federativa (UF) e por Grande Área do conhecimento.

Tabela 11 (ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por região geográfica em 2010

Região	Pós-doutorado
Sudeste	22
Sul	4
Nordeste	3
Norte	1
Total	30

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 12 (ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por UF, em 2010

UF	Pós-doutorado
RJ	9
SP	8
MG	5
RS	4
PE	2
AM	1
BA	1
Total	30

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 13 (ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Pós-doutorado
Ciências Biológicas	16
Ciências da Saúde	11
Ciências Exatas e da Terra	1
Engenharias	1
Multidisciplinar	1
Total	30

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Em 2010 foi lançado o segundo edital e selecionados 14 projetos das 30 propostas submetidas. Vale ressaltar que as 14 bolsas de pós-doutorado serão implementadas em 2011. O Ministério da Saúde, por intermédio da SCTIE/MS, já repassou 14 auxílios financeiros para serem implementados pela CAPES, no valor total de R\$ 544.979,78 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) de custeio para a execução do ano I dos projetos.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Como já afirmado em ações anteriores, no final do ano de 2010, o MEC passou por

problemas de falta de limite para empenho, refletindo em todos os órgãos vinculados. Portanto, a ação 009H não atingiu a meta financeira prevista inicialmente na LOA/2010, apesar da execução ter atingido 100% do que foi autorizado pelo MEC.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	R\$ 70.100.000,00	R\$ 66.863.300,00	95
FÍSICA	1.640	1.772	108

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VI) Ação 0967 - Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação

Ação 0967	Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros visando atender as políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos em todos os níveis de educação.
Descrição	Apoio a projetos e programas educacionais, acadêmicos e científicos com países e instituições parceiras, por meio da concessão de bolsas e auxílios acessórios e despesas de custeio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Sandoval Carneiro Júnior Diretor de Relações Internacionais
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI), Coordenação Geral de Programas de Cooperação Internacional - CGCI

a) Principais resultados

No âmbito da Ação de Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação em 2010 foram executados 608 projetos conjuntos de pesquisa e 180 parcerias universitárias envolvendo países da União Européia (Alemanha, França, Espanha, Holanda e Portugal), do MERCOSUL (Argentina e Uruguai), além dos Estados Unidos e de Cuba. Ademais, 10 projetos foram desenvolvidos em programas especiais com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor Leste).

Foram ampliados programas de cooperação com os países do MERCOSUL, Estados Unidos, Bélgica e França, bem como negociados acordos para implementação de novos programas de cooperação com o Reino Unido, Paraguai, Portugal, Espanha, Colômbia, México, República Dominicana, Haiti e Canadá.

Neste ano, foram concedidas 1.526 novas bolsas de estudos. Foram mantidos outros 905 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, que iniciaram seus estudos em exercícios anteriores. Em suma, em 2010, o número total de bolsistas contemplados foi de 2.431, sendo 540 de doutorado-sanduiche, 97 de doutorado pleno, 246 de estágios pós-doutorais, 1 de estágio sênior, 29 de mestrado, 51 de especialização e 1.467 de graduação-sanduiche.

Forma de execução

As atividades de intercâmbio e cooperação internacional constituem importantes instrumentos para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. Decorrem, em grande parte, de acordos bilaterais firmados pelo Brasil e beneficiam instituições de ensino superior de

todas as regiões do País. Têm como seus pilares os princípios da flexibilidade de ações e mérito científico.

O trabalho da Cooperação Internacional se dá por intermédio da concessão individual de bolsas de estudos no exterior e no país mediante financiamento de projetos conjuntos de pesquisa, financiamento de parcerias universitárias e programas especiais. Os coordenadores de projetos e membros de equipe podem também receber apoio para missões de trabalho, de curta duração. Os programas contemplam ainda atividades relacionadas à realização de eventos (seminários, workshops científicos, dentre outros), implantação de cursos de pós-graduação brasileiros no exterior e fomento à vinda de renomados pesquisadores estrangeiros para a oferta de cursos monográficos nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Ações prioritárias desenvolvidas em 2010

A Cooperação Internacional da CAPES está operacionalmente dividida em três eixos: cooperação Sul-Sul, Projetos Especiais e Cooperação Sul-Norte.

Na Cooperação Sul-Sul – CSS, as principais atividades em andamento são as de financiamento de bolsa de estudo no país e no exterior, no âmbito dos projetos/parcerias e também na concessão de bolsas individuais em cooperação com países da América Latina e Caribe, principalmente Argentina, com a Secretaria de Políticas Universitárias – SPU (Centro Associados de Pós-graduação – CAPG, Centros Associados de Fortalecimento da Pós-graduação – CAFP e Colégio Doutoral Brasileiro-Argentino – CDBA). Também se destacam a formação de docentes em cooperação com o Ministério da Educação Superior, de Cuba (MES Docente); Universidade de La República, do Uruguai (UDELAR Docente); e os projetos conjuntos de pesquisa, com a Argentina (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva – MINCyT); Cuba (MES Projeto) e Uruguai (UDELAR Projeto).

No âmbito multilateral, importantes mecanismos de cooperação bilateral foram expandidos para o MERCOSUL, criando oportunidades de apoio a projetos conjuntos de pesquisa (Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa – MERCOSUL PPCP-MERCOSUL), a parcerias universitárias (Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação) e à formação docente (BOLSAS-MERCOSUL). Destacam-se o ensino da língua portuguesa e espanhola (Parceria Graduação MERCOSUL), bem como a oferta de 20 bolsas de estudos de pós-graduação na área da Saúde, e 30 para as diversas áreas do conhecimento para o bloco da UNASUL.

Merecem destaque as negociações relativas à implementação do Programa de Terapia Celular - PROBITEC com o MINCyT da Argentina, bem como com as seguintes agências: CONACyT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México; COLCIENCIAS, o Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia; MESCyT, o Ministério de Educação Superior Ciência e Tecnologia da República Dominicana, bem como com o Ministério da Educação do Paraguai. Reveste-se de significado especial o Programa Emergencial Pró-Haiti, com o Ministério da Educação daquele país.

Nos Projetos Especiais – CPRO, destacam-se os programas: Programa de Iniciação Científica de Alunos de Graduação de Moçambique, Angola e Cabo Verde – PFCM, o Mestrado em Ciências da Saúde em Moçambique e Angola, em parceria com a FIOCRUZ, as Escolas de Altos Estudos - EAE, o Programa de Cooperação Internacional – PGCi e o Programa de Qualificação de Professores em Timor Leste – PQLP.

Através das Escolas de Altos Estudos (EAE), são realizados cursos monográficos de alto nível, inclusive intensivos, oferecidos por professores visitantes de elevado conceito internacional, visando ao aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação no Brasil e possibilitando, de maneira eficaz, que estudantes de graduação e pós-graduação tenham contato com os maiores nomes da ciência no mundo. O programa, inclusive, prevê o envolvimento de mais de uma instituição por curso e sua disseminação via internet, com créditos válidos concedidos a todos os participantes. O Programa funciona em fluxo contínuo.

Na Cooperação Sul-Norte - CSN, houve um incremento nas ações conjuntas com a Comissão Fulbright (Estados Unidos da América), com a criação do Programa de Estágio de Doutorando nos EUA e com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), bem como com a implementação dos Programas Projetos Conjuntos de Pesquisa Brasil-Alemanha – PROBRAL II, e o Programa de Parcerias Universitárias de Ensino Superior Brasil-Alemanha – UNIBRAL II, nos quais há a dupla titulação.

Em 2010, foi realizado o Simpósio Brasil-Alemanha sobre Fronteiras em Ciência e Tecnologia (BRAGFOST); com a Fundação Alexander von Humboldt. Estão previstos encontros anuais, por um período de 4 (quatro) anos, entre cientistas/pesquisadores brasileiros e alemães de destacado desempenho acadêmico nas áreas de engenharias e ciências aplicadas com vistas ao intercâmbio de novas idéias em pesquisa, capacitação e trabalho técnico. O primeiro simpósio ocorreu no Brasil, entre 16 e 19 de setembro, em Bento Gonçalves-RS com a participação de 30 pesquisadores brasileiros e 30 alemães.

A já tradicional parceria com a França foi ampliada através do estabelecimento de dois novos Programas: o Programa Saint-Hilaire, com o Ministério das Relações Exteriores Europeias da França (MAEE) que visa apoiar propostas de edição de obras científicas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e o Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa com a Fundação Agropolis, voltado para pesquisas avançadas na área de Agricultura.

Ainda no eixo Sul-Norte, foram negociados novos acordos com a Bélgica, Inglaterra, Canadá e Escócia. Além das iniciativas mencionadas, continuaram em vigor os programas já em andamento com Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda e Portugal, bem como aqueles multinacionais, como o Programa Geral de Cooperação Internacional – PGCI, o Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG, o Programa Professor Visitante do Exterior – PVE e o Leitorado.

Programas Bilaterais que Financiam Projetos Conjuntos de Pesquisa

Os projetos conjuntos de pesquisa são apoiados mediante acordos de cooperação internacional firmados entre a CAPES e agências congêneres no exterior. Tais acordos são formulados com a identificação de áreas de interesse comum, tendo como princípios básicos simetrias nos orçamentos e nas mobilidades de pesquisadores e de alunos de pós-graduação, bem como estágios pós-doutorais. Essa linha de ação deve, sem exceção, contemplar a participação de alunos, condição para aprovação do projeto de pesquisa. O apoio aos projetos conjuntos de pesquisa visa promover a formação em nível de Pós-Graduação e o aperfeiçoamento e a atualização de docentes e pesquisadores.

Novos Programas/2010

Cooperação Sul-Sul. No ano de 2010, foi assinado Carta de Intenção com COLCIÊNCIAS da Colômbia, Programa Executivo com o Governo do Paraguai, e negociações para a implementação do Programa com o CONACYT do México.

Cabe ressaltar o empenho em estabelecer mecanismos de cooperação existentes para o fortalecimento da pós-graduação no âmbito do MERCOSUL, com a publicação dos primeiros Editais, em 2010, de parcerias universitárias, projetos conjuntos de pesquisa e de formação docente.

Projetos Especiais. No ano de 2010, foi lançado o edital do Programa JSPS (Sociedade Japonesa para o Progresso da Ciência), cujas atividades terão início em 2011.

Ressalta-se também que no ano de 2010 foi criado o Programa IGC com o Instituto Gulbenkian de Ciências de Portugal. Foram apresentadas 2 candidaturas em 2010, havendo sido aprovados 2 projetos para início das atividades em 2011.

Cooperação Sul-Norte. No ano de 2010, novos programas foram estabelecidos, entre os quais se sobressai o Programa /WBI (Wallonie Bruxelles International) com a Bélgica. No edital lançado em junho de 2010, foram recebidas 20 candidaturas e aprovados 12 projetos para início das atividades em 2011.

O programa com a Fundação Agropolis prevê o apoio a temáticas agrícolas e de desenvolvimento sustentável, o qual poderá ainda contar com o envolvimento de grupos de pesquisa de países africanos. Foram apresentadas 12 candidaturas em 2010, havendo sido aprovados 5 projetos para início das atividades em 2011.

Projetos conjuntos de pesquisa em andamento

Uma iniciativa relevante é o PGCI – Programa Geral de Cooperação Internacional – que visa viabilizar a cooperação entre grupos de pesquisa de países com os quais a CAPES não possui acordo específico. No ano de 2010, 16 projetos estavam em vigor, sobressaindo-se projetos com a Austrália, Bélgica, Canadá, Eslovênia, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Japão e Peru.

Além das iniciativas mencionadas, continuaram em vigor os programas já em andamento com a Alemanha, o PROBRAL e a Iniciativa Brasileiro-Alemã de Pesquisa Colaborativa sobre Tecnologia de Manufatura - BRAGECRIM; com a Argentina, o Mincyt; com Cuba, o MES/Projetos; com a Espanha (Direção Geral de Universidades – DGU); com os EUA, o Programa Universidade do Texas – UT; com a França, o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária e Científica com o Brasil – Cofecub; com a Holanda (Universidade de Wageningen e Netherlands Organization for International Cooperation in Higher Education - NUFFIC); com Portugal (Fundação de Ciência e Tecnologia – FCT); com o Uruguai, o UDELAR; bem como os Projetos e os programas multinacionais, como o Programa de Cooperação em Ciência e Tecnologia da Informação e da Comunicação França–América do Sul (STIC AmSud), e o Programa de Cooperação em Pesquisa/Desenvolvimento em Matemática França–América do Sul (Math AmSud).

Tabela 1.(ação 0967): Atividades dos programas bilaterais que financiam projetos conjuntos em 2009/2010

Programa	País	2009			2010		
		Projetos Financiados	Nº de IES	Bolsas Total	Projetos Financiados	Nº de IES	Bolsas Total
BRAGECRIM	Alemanha	16	11	2	16	6	36
Probral	Alemanha	71	28	75	56	18	58
Mincyt	Argentina	35	22	62	37	21	64
MES Projetos	Cuba	51	23	49	54	31	21
DGU	Espanha	78	22	153	80	30	68

UT	EUA	20	20	21	9	8	10
Cofecub	França	120	27	167	134	34	193
FCT	Portugal	78	24	123	97	32	76
Univ. de Wageningen	Holanda	17	9	29	23	14	44
Nuffic	Holanda	3	3	-	21	16	9
Udelar Projetos	Uruguai	10	6	10	27	13	10
STICamSud	Multinacional/França	19	11	1	9	7	2
MathamSud	Multinacional/França	8	6	-	8	6	-
PGCI	Países sem acordo específico	6	6	2	16	13	13
TOTAL		532	218	694	587	249	604

Fonte: CGCI/DRI/

Programas Bilaterais que Financiam Parcerias Universitárias

As Parcerias Universitárias seguem os mesmos princípios básicos dos projetos conjuntos de pesquisa, tanto no que diz respeito ao financiamento recíproco e simetrias nas mobilidades, como na definição dos temas de interesse comum entre os parceiros, além de estimular a adaptação recíproca de currículos e disciplinas comuns, bem como a dupla diplomação dos alunos.

Novos programas/2010

Cooperação Sul-Sul. No ano de 2010, foi publicado Edital para a apresentação de parcerias universitárias para o fortalecimento das IES no MERCOSUL, com a previsão do início das atividades no segundo semestre de 2011.

Ainda em 2010, foi criado o Programa de Licenciaturas Português e Espanhol, tendo seu Edital publicado em dezembro de 2010, prevendo o início das atividades ainda em 2011.

Projetos Especiais. No ano de 2010, criou-se o Programa Brasil-Holanda de Tecnologia – (BRANETEC) com a NUFFIC, que tem como objetivo fomentar parcerias universitárias nas especialidades de engenharia e tecnologia. O edital do programa foi lançado em novembro de 2010, com previsão de início das atividades para o segundo semestre de 2011.

Cooperação Sul-Norte. No ano de 2010 não foram implementadas novas parcerias na coordenação Sul-Norte.

Parcerias Universitárias em andamento

Os programas em andamento são: Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) (CAFP e CAPG) com a Argentina; UNIBRAL com o Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão (DAAD); Programa Consórcios em Educação Superior Brasil e Estados Unidos com *Fund for the Improvement of Post Secondary Education* (FIPSE) dos Estados Unidos; o Brasil/França Ingénieur Technologie (BRAFITTEC) com a Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs

(CDEFI); Brasil/França Agricultura – BRAFAGRI com *Direction Générale de l'Enseignement et de la Recherche du Ministère de l'Agriculture et de la Pêche*, ambos com a França, nas áreas de engenharias e ciências agrárias, respectivamente.

Tabela 2 (ação 009H): Atividades dos programas bilaterais que financiam parcerias universitárias em 2009/2010.

Programas	Países	2009			2010		
		Projetos Financiados	Nº de IES	Bolsas Total	Projetos Financiados	Nº de IES	Bolsas Total
Unibral	Alemanha	26	26	165	19	14	75
CAPG	Argentina	23	15	80	24	8	13
CAFP	Argentina	20	13	45	19	13	9
FIPSE	Estados Unidos	45	24	194	49	42	274
Brafitec	França	51	31	616	58	30	749
Brafagri	França	11	9	79	11	8	104
Total		176	118	1179	180	115	1224

Fonte: CGCI/DRI/

Programas que financiam bolsas individuais

A CAPES dispõe de programas de cooperação de natureza indutiva em áreas de interesse para o País, concedendo bolsas individuais para brasileiros no exterior e para estrangeiros no Brasil. O ano de 2010 foi marcado pela ampliação das negociações com parceiros internacionais para oferta de novos programas de bolsas individuais.

Novos programas/2010

Cooperação Sul-Sul. O Edital de Bolsa MERCOSUL para docentes foi negociado, em 2010, no âmbito do MERCOSUL tendo como previsão para início das atividades no segundo semestre de 2011.

Foram negociados, ao longo de 2010, programas de formação docente específicos para a área de Saúde e TV Digital, com a previsão do lançamento do primeiro no primeiro semestre de 2011.

Projetos Especiais. O Programa Salamanca-Prouni, com a Espanha, foi uma iniciativa do MEC e da Universidade de Salamanca, com apoio do Banco Santander, para concessão de bolsas de graduação na universidade para os 10 melhores classificados no Programa Universidade para Todos – PROUNI.

Outro programa implementado foi com a Fundação Carolina da Espanha, que visa à qualificação de professores universitários e estudantes de doutorado brasileiros e a vinda de pesquisadores espanhóis para o Brasil. Em 2010, os primeiros 39 bolsistas iniciaram suas atividades na Espanha.

Cooperação Sul-Norte. Em 2010 foram criados programas com as Universidades de Cambridge (Cambridge Overseas Trust - COT), Inglaterra e de Dundee, Escócia. O edital do programa COT foi lançado em setembro de 2010, com previsão de início das atividades para o segundo semestre de 2011.

Programas de Bolsas Individuais em andamento

Os programas de bolsas individuais em andamento são o Programa de Intercâmbio Científico de Curta Duração DAAD com a Alemanha; Colégio Doutoral com a Argentina e com a França; o MES Docente com Cuba; o UDELAR Docente com o Uruguai; MARCA, com países do MERCOSUL; o PEC-PG, com os países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional.

Além dos citados anteriormente, há os programas para os EUA, desenvolvidos em parceria com a Comissão Fulbright: Professor/Pesquisador Visitante nos EUA, Professor Visitante Norte-Americano no Brasil, Master Of Fine Arts (MFA) em Produção Cinematográfica e Júlio Redecker Estágio de Doutorado nas áreas de Ciência Política, Direito, Relações Internacionais, Sociologia e Estágio de Doutorando. A Cátedra Profa. Dra. Ruth Cardoso inclui parceria com a FAPESP, quando o pesquisador contemplado for vinculado a IES do Estado de São Paulo.

Tabela 3 (ação 009H): Número de participantes nos programas de bolsas individuais nos anos de 2009 e 2010.

Programas	Países Participantes	Parceiros Nacionais	2009		2010	
			Nº de IES	Total	Nº de IES	Total
Intercâmbio Científico de Curta Duração DAAD	Alemanha	-	16	27	13	21
Colégio Doutoral	Argentina	-	2	2	-	-
MES Cuba Docente	Cuba	-	11	29	10	14
Fundação Carolina	Espanha	-	-	-	14	39
Prof/Pesq. Visitante nos EUA Fulbright	Estados Unidos	-	10	15	12	17
Professor Visitante Norte Americano no Brasil Fulbright	Estados Unidos	-	19	28	15	20
MFA	Estados Unidos	-	2	2	3	4
Julio Redecker	Estados Unidos	-	1	1	1	1
Dra. Ruth Cardoso	Estados Unidos	FAPESP	1	1	1	2
Estágio de Doutorando nos EUA – Fulbright	Estados Unidos	-	-	-	16	24
Colégio Doutoral	França	-	47	61	20	43
Udelar Docente	Uruguai	-	4	9	6	7
MARCA	Multinacional	SESU	9	72	18	81
PEC-PG	Multinacional	MRE	51	242	51	287
Total			173	489	180	560

Fonte: CGCI/DRI/

Programas Tradicionais e de Excelência de Fomento à Pós-Graduação

Os programas Tradicionais e de Excelência têm como objetivo a mobilidade de docentes e discentes de elevado nível científico e acadêmico entre o Brasil e o exterior.

Entre os programas, podem ser citados o Programa Conjunto de Bolsas de Doutorado na República Federal da Alemanha (DAAD – – CNPQ), com a Alemanha, o Professor Visitante do Estrangeiro – PVE, de natureza multinacional, e o Programa /Universidade de Salamanca, ambos com a Espanha, nas áreas de ciências sociais, língua e literatura, economia, direito, história, história da arte e geografia.

Tabela 4 (ação 009H):. Atividades dos programas tradicionais de fomento à pós-graduação no exterior.

Programas	País	2009					2010				
		Bolsas					Bolsas				
		DSW	PhD	Pos Doc	Outras	Total	DSW	PhD	Pos Doc	Outras	Total
DAAD	Alemanha	17	50	-	-	67	19	41	-	-	60
Salamanca	Espanha	-	-	-	1	1	-	-	-	3	3
PVE	Multinacional	-	-	-	30	30	-	-	-	55	55
TOTAL		17	50	0	30	98	19	41	0	55	118

Fonte: CGCI/DRI/

Programas de Assistência Técnica a Países e Instituições Estrangeiras

A cooperação internacional conta também com uma linha de programas voltados para a assistência a países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e África. Os programas dessa linha têm como características a assimetria entre os participantes, por isso as modalidades de financiamento desses programas diferem dos anteriormente listados.

Merece menção o Programa Emergencial em Educação Superior – PRO-HAITI, o qual visa contribuir para a reconstrução deste país por meio do apoio à formação de recursos humanos e à reestruturação das Instituições de Ensino Superior (IES) haitianas, a partir de relatório de diagnóstico e a implementação das seguintes ações: Graduação Sanduíche, PEC-PG Especial, bem como o apoio a cursos estrangeiros e à reestruturação das IES.

Outro programa implementado em 2010 foi o de Formação de Professores de Guiné-Bissau, que visa à capacitação de professores do ensino superior guineense em curso ministrado por professores da Universidade Federal do Ceará. Em 2010, foram concedidas 30 bolsas para a capacitação de docentes guineenses.

Entre os programas de assistência em vigor na CGCI, podem ser citados o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, o Projeto de Mestrado na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), o Programa de Iniciação Científica de Alunos de Graduação de Moçambique, Angola e Cabo Verde (PFCM) e o Mestrado em Ciências da Saúde em Moçambique e Angola.

Tabela 5 (ação 009H):. Número de projetos e bolsas nos programas de assistência técnica em 2009 e 2010.

Programas	Parceiros Nacionais	2009					2010				
		Nº de Projetos	GSW	ME	Espec.	Total	Nº de Projetos	GSW	ME	Espec.	Total
Mestrado Angola	FIOCRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Mestrado Moçambique	FIOCRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PFCM	IES	12	160	-	-	160	-	-	-	-	-
PFCM - Cabo Verde	IES	7	31	-	-	31	24	185			185
Projeto Guiné-Bissau de Ensino Superior	UFC	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
PQLP	UFSC	-	-	-	36	36					42
Uni-CV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		19	191	0	36	227	24	185	0	30	262

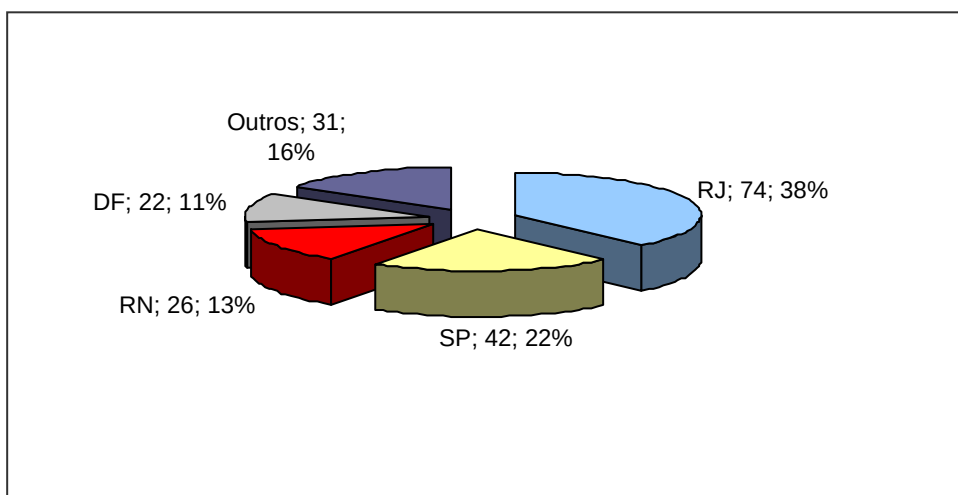
Fonte: CGCI/DRI/

Programas Especiais

Escola de Altos Estudos. Buscando enriquecer os cursos de pós-graduação brasileiros e propiciar aos estudantes o contato com professores e pesquisadores estrangeiros de elevado conhecimento científico, a CAPES instituiu em 2006 a Escola de Altos Estudos, que incentiva a vinda ao Brasil de professores e pesquisadores estrangeiros, preferencialmente laureados internacionalmente, a exemplo do Prêmio Nobel, da Medalha Fields na Matemática, e premiações equivalentes, nas diversas áreas do conhecimento.

De 2007 a 2010, foram apoiadas 89 edições do programa, que contemplaram a vinda de 254 pesquisadores, sendo que em 2010 foram aprovados 22 projetos com a participação de 78 professores. Os recursos investidos no programa, entre 2007 a 2010, foram de R\$ 4,2 milhões, com o envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação. Para 2011 já estão aprovados 6 projetos aprovados.

Figura 24 (ação 009H) - Professores estrangeiros participantes do Programa Escola de Altos Estudos por unidade da federação - 2007-2010



Fonte: CGCI/DRI/

Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. O Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira financia professores interessados em divulgar a cultura brasileira em instituições universitárias estrangeiras, cabendo à a pré-seleção dos candidatos. Na primeira chamada foram pré-selecionados 93 candidatos e, no segundo edital, 39.

Programa de Cátedras. O Programa de Cátedras tem como objetivo criar mecanismos para estimular a difusão de informações objetivas sobre a dinâmica da sociedade brasileira em centros universitários de excelência no exterior, bem como promover o mais alto nível de aproximação, diálogo e aprofundamento no conhecimento mútuo das respectivas culturas e sociedades. Nesses programas os pesquisadores selecionados devem ter comprovada excelência acadêmica e devem exercer atividades que estimulem o estudo e a pesquisa sobre a realidade brasileira nas diversas áreas do conhecimento.

Dentre os programas de cátedras em vigor na CGCI, pode ser citado o Programa Dra. Ruth Cardoso nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. No edital lançado em 2010, foram apresentadas 6 (seis) propostas, das quais 1 (uma) foi selecionada uma candidatura. Assim, em 2010, 2 (duas) cátedras estiveram em andamento na Universidade Columbia.

b) Principais Problemas

Os principais problemas referentes a essa ação consistiram na ausência de padronização dos regulamentos específicos para os programas e na integração dos sistemas de informática ainda insuficiente para um gerenciamento mais eficaz.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A diferença entre a meta prevista e meta realizada deveu-se, principalmente, a dificuldade de empenhos no final do ano, uma vez que o MEC não autorizou a utilização de cotas orçamentárias como originalmente previstas para a CAPES, o que impediu a realização uma execução orçamentária mais próxima das metas previstas inicialmente na LOA/2010.

Ademais, a maior concentração de reuniões mistas no segundo semestre de 2010, postergou o início de alguns projetos para 2011. Além disso, alguns programas previstos para iniciarem-se no ano de 2010, devido ao longo período de negociação pelo qual passaram, tiveram seus editais

lançados somente no final do ano ou foram postergados para 2011. Essas condições provocaram a diferença de 18% entre a meta financeira prevista e a realizada.

Com relação às metas físicas, historicamente, estas foram estabelecidas em 690 e 890 de bolsas concedidas (não cumulativas) para os exercícios de 2008 e 2009, respectivamente. No ano de 2010, contudo, a meta física foi superestimada pelo MEC no PPA, se considerado a evolução do previsto em períodos anteriores.

Caso fosse mantido o crescimento histórico, a meta física para 2010 deveria ser estabelecida em torno de 1150 bolsas. Entretanto, foram previstas para o ano de 2010 metas que não condiziam com a realidade da capacidade de crescimento do número de bolsas no período, em grande medida pela metodologia utilizada (bolsa cumulativa). Cabe ressaltar, também, que nessas ações são realizados gastos que não se restringem à concessão de bolsas, como o apoio a mobilidade docente e auxílio à pesquisa. A revisão da meta física e da metodologia para sua contabilização (cumulativa ou não cumulativa) já foi solicitado ao MEC para os próximos exercícios financeiros.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	103.233.839,00	84.441.774,73	82
FÍSICA	2.643	1.232	47

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VII) Ação 0935 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior

Ação 0935	Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de pessoal de alto nível e a cooperação internacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico entre o Brasil e outros países, proporcionando aos estudantes, professores, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no exterior.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no exterior e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, taxas escolares, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso. Os bolsistas serão selecionados por meio de critérios estabelecidos e divulgados pela CAPES, considerando as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos. Realização de parcerias universitárias, projetos associados de pesquisa, além de programas de conteúdos específicos em caráter nacional e/ou internacional. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e acordos multilaterais assinados pela com instituições brasileiras e/ou estrangeiras. Esta ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas in loco.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Sandoval Carneiro Júnior Diretor de Relações Internacionais
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI), Coordenação-Geral de Bolsas no Exterior (CGBE)

a) Principais resultados

Buscando promover a formação de pessoal de alto nível e a cooperação internacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico entre o Brasil e outros países, e proporcionando aos estudantes, professores, pesquisadores e especialistas, o apoio financeiro destinado a estágios ou estudos no exterior, foram concedidas, em 2010, 1.356 novas bolsas de estudos, referentes aos programas de bolsas no exterior que apóiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas geridos pela CAPES. Foram mantidos, em mais de 30 países, outros 1.171 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, que iniciaram seus estudos em exercícios anteriores.

Em suma, em 2010, a apoiou através desta ação, 2.527 bolsistas para programas de estudo e pesquisa individual no exterior, sendo 1.350 de doutorado sanduiche, 203 de Estágio Sênior, 6 de graduação sanduiche, 487 de pós-doutorado e 481 de doutorado pleno. Cerca de 83% dos bolsistas realizaram atividades em instituições dos Estados Unidos, França, Portugal, Reino Unido, Espanha

e Canadá. Para a participação em eventos científicos no exterior, 488 candidaturas obtiveram o apoio da CAPES, sendo predominantes aquelas direcionadas para a apresentação de trabalhos nos Estados Unidos, Portugal, França e Canadá.

Formas de execução

Para implementar ações com outros países, a CAPES dispõe de um importante mecanismo: a concessão de bolsas individuais por meio de demanda-balcão e bolsas institucionais para formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* no exterior. Os programas contemplam ainda candidaturas individuais para estágios de curta ou longa duração, em instituições de excelência comprovada, que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas de ponta em nível de doutorado e pós-doutorado. A participação em eventos científicos também é subsidiada pela através da concessão de auxílio-deslocamento para pesquisadores-doutores apresentarem trabalhos em congressos científicos internacionais.

Os bolsistas são selecionados através de critérios estabelecidos e divulgados pela por meio de editais específicos de cada programa. As seleções ocorrem em fluxo contínuo ou durante períodos específicos do ano, quando são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos, bem como a inserção de cada proposta nas prioridades de formação para o país.

O processo seletivo é desenvolvido em quatro fases de caráter eliminatório:

- verificação da consistência documental por equipe técnica da CAPES;
- análise de mérito por intermédio das Coordenações de Área (consultoria científica *ad hoc*), cuja avaliação considera a plena qualificação do candidato ao programa pretendido e a pertinência do projeto ou do plano de atividades apresentado;
- classificação das candidaturas selecionadas pelo Grupo Assessor da Diretoria de Relações Internacionais, em ordem de prioridade no conjunto da demanda qualificada e conforme dotação orçamentária.
- Análise e decisão final pela Diretoria Executiva da CAPES.

A relação dos aprovados é disponibilizada na página eletrônica da CAPES. Os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos na análise de mérito podem solicitar reconsideração do parecer emitido.

O apoio da tem vigência pelo período estipulado no cronograma de atividades no exterior, dentro da duração permitida por cada modalidade de bolsa. Os componentes dos benefícios são concedidos em consonância com a modalidade de bolsa e com os valores constantes em portaria específica.

Relação dos programas internos desenvolvidos em 2010

O Programa de Bolsas de Estudos no Exterior representa a destinação de recursos públicos para a capacitação de quadros, em conformidade com as prioridades da política nacional de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico. As modalidades apoiadas são:

- Doutorado Pleno;
- Estágio de Doutorando (Sanduíche) – Demanda espontânea;
- Estágio de Doutorando (Sanduíche) – PDEE;
- Estágio Pós-Doutoral;

- Estágio Sênior;
- Apoio a Eventos no Exterior – AEX;

Doutorado Pleno

O Programa concede bolsas a candidatos de comprovado desempenho acadêmico para estudos doutorais em instituições de excelência e prestígio internacional, em todos os países. Sua origem remonta à própria criação da CAPES, na década de 1950, sendo instituído em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, buscando a formação de docentes e pesquisadores de alto nível.

Vale ressaltar que no caso do Doutorado Pleno (demais países), existe a delimitação prévia de concessão de até 100 bolsas. No Doutorado Pleno (Fulbright) a delimitação é de até 50 bolsas. Em 2010, foram recebidas 650 candidaturas, tendo sido contemplados 92 bolsistas.

Estágio de Doutorando (Sanduíche) – Demanda espontânea e PDEE

O Programa de Doutorado Sanduíche-Balcão (demanda espontânea) concede bolsas a estudantes de cursos de doutorado no Brasil, com nota de avaliação 3, e cursos novos recomendados pela CAPES. Já o PDEE concede bolsas a estudantes de cursos de doutorado no Brasil, com nota igual ou superior a 4 na última avaliação trienal da CAPES. Ambos programas foram concebidos para que o bolsista desenvolva parte de suas pesquisas em instituição de reconhecida excelência no exterior.

Enquanto no Doutorado Balcão a demanda é apresentada à diretamente pelo candidato, no PDEE a demanda é institucional, cabendo à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, a seleção e o acompanhamento das candidaturas na CAPES e, também, a orientação e a divulgação dos resultados aos candidatos. A cota de bolsa concedida à Instituição é igual ao número de cursos de doutorado, com nota de avaliação igual a 4 ou superior.

Os dois programas foram instituídos nos anos 80 em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES, visando contribuir para estabelecimento ou manutenção do intercâmbio dos cursos de pós-graduação do país com seus congêneres no exterior. Foram contemplados, em 2010, 869 bolsistas no exterior, de um total de 1.123 solicitações.

Estágio Pós-Doutoral

No Estágio de pós-doutorado, a CAPES concede bolsas a pesquisadores doutores, que atuam em atividades de docência e pesquisa no Brasil. O programa data da década de 80 e foi instituído em observância à necessidade de estimular atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é contribuir para a inserção internacional dos pesquisadores doutores, para o estabelecimento de intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da respectiva área de conhecimento no país. Foram concedidas 246 bolsas de um total de 455 candidaturas em 2010.

Estágio Sênior

O Programa de Estágio Sênior concede bolsas a pesquisadores doutores com formação acadêmica obtida há, pelo menos, oito anos, com vistas ao intercâmbio científico e ao estabelecimento de parcerias com instituições congêneres internacionais, mediante execução de

projeto de pesquisa, sempre inserido no contexto institucional de atuação do pesquisador. O objetivo do programa é contribuir para a inserção internacional desses pesquisadores, para o estabelecimento do intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da área no país. Foram concedidas 132 bolsas pelo programa em 2010.

Auxílio a Eventos no Exterior

O Programa de Apoio a Eventos no Exterior foi instituído em observância à necessidade de proporcionar visibilidade acadêmica aos pesquisadores brasileiros, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é apoiar a divulgação da produção científica, tecnológica e cultural geradas no país, em eventos qualificados no exterior, ensejando que os professores e pesquisadores estabeleçam contatos com seus pares no exterior. Em 2010, o programa apoiou a participação de 488 pesquisadores em eventos no exterior.

Tabela 1 (0935) - bolsas e auxílios da Ação 0935.

Bolsas e Auxílios	Bolsas remanescentes (exercícios anteriores)	Previsão de Concessão	Processos recebidos	Bolsas Implementadas
Doutorado Pleno (Demais Países/Fulbright)	511	150	650	92
Estágio de Doutorando (Demanda Espontânea + PDEE)	512	880	1123	869
Estágio Pós-Doutoral	293	300	455	246
Estágio Sênior	100	200	272	132
Apoio a eventos no exterior	0	477	1234	488
TOTAL DE BOLSAS E AUXÍLIOS	1416	2007	3734	1827

Fonte: CGBE/

Tabela 1 (0935).- Principais destinos dos bolsistas

País	Bolsistas	Percentual
EUA	695	28%
França	413	16%
Portugal	360	14%
Reino Unido	269	11%
Espanha	220	9%
Canadá	148	6%
Itália	120	5%
Alemanha	60	2%
Holanda	43	2%
Austrália	42	2%
Bélgica	28	1%
México	17	1%
Suíça	17	1%
Outros	95	4%
Total	2527	100%

Fonte: CGBE/

b) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A execução orçamentária da ação 0935 foi de R\$80.044.230,47, perfazendo um total de 67% da meta financeira prevista. Como resultado, a meta física foi realizada em 66%.

A diferença entre meta prevista e meta realizada deveu-se a determinados fatores. O primeiro desses fatores, que levou à execução orçamentária menor do que o planejado, foi a desistência de bolsas de estudo por parte dos beneficiados. A abdicação da Bolsa - por parte dos outorgados ocorre, com frequência, devido à opção pelas bolsas de estudo, no exterior, oferecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência que divulga os resultados do processo seletivo em data anterior à . Em outros casos, essa desistência da Bolsa - se deve à opção de muitos bolsistas pelas bolsas de estudo no Exterior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), ocasionada pela diferença entre os valores praticados por aquela Agência em contraste com os valores oferecidos pela CAPES.

Um segundo fator, também de considerável relevância para o problema em epígrafe, foi a não renovação do convênio de cooperação firmado entre a CAPES e a Comissão Fulbright para concessão de bolsas de Doutorado Pleno, nos Estados Unidos, em vigência desde 2004. Isto, por sua vez, resultou na redução de cinquenta (50) bolsas de Doutorado Pleno, fato gerador de impacto nada desprezível sobre a execução orçamentária.

Por fim, convém assinalar a demanda relativamente baixa apresentada para o Estágio Sênior, em consequência da reestruturação do Edital do programa, no âmbito do qual foram aumentados os pré-requisitos para a elegibilidade dos candidatos, que por sua vez, provocou a redução do número de candidaturas. Todas essas situações somadas justificam a diferença de 34% e 33%, respectivamente no atingimento das metas física e financeira previstas e as efetivamente realizadas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	118.822.823,00	80.044.230,47	67
FÍSICA	1.967	1.299	66

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VIII) Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País

Ação 0487	Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de recursos humanos de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o necessário aporte de recursos financeiros para as atividades dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, recomendados pela CAPES, nos quais eles atuam.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo no País, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação e diárias, além de cobertura para a realização de pesquisa e de estudos acadêmicos necessários à formação de alunos e ao aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Do mesmo modo, priorizar as seguintes ações: implementar inovações visando à melhoria do ensino; incentivar a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação; promover o aprimoramento do pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados a redução das desigualdades regionais; e a promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a esses vinculados. Busca também promover o apoio necessário ao desenvolvimento e ao registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a e as instituições brasileiras. Essa ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País (DPB)
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional (CGSI) e Coordenação-Geral de Programas Estratégicos (CGPE)

a) Principais Resultados

Em 2010, por meio da presente ação, foram concedidas 31.039 bolsas de mestrado, 18.414 de doutorado e 793 de pós-doutorado no país, beneficiando alunos matriculados em programas de

pós-graduação avaliados e recomendados pela CAPES, bem como recém-doutores que passaram a integrar tais programas. Do total de bolsas concedidas por essa ação, 5.924 foram destinadas ao programa Bolsas para Todos, direcionado a alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, mas que em 2010 também beneficiou alunos das regiões Sul e Sudeste.

Destaca-se também em 2010, a concessão de 75 bolsas pelo Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS destinadas a professores doutores aposentados, com o objetivo de expandir científica e academicamente nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES criadas a partir de 2000 e nos *campi* fora de sede das IFES participantes do Reuni.

Ainda, nesse ano, foi lançado o edital do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares - PROSUP/Cursos novos que visa a fomentar os programas de pós-graduação que iniciaram suas atividades a partir de 2007 e que não foram apoiados com bolsas do PROSUP/Institucional.

Além das atividades regulares de fomento, ressaltam-se como marcos inovadores as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar e Nanobiotecnologia. O investimento desta Ação representou um total de R\$ 841,9 milhões, cobrindo todas as áreas do conhecimento científico.

Programas executados pela no âmbito da Ação 0487.

Programa Demanda Social – DS

O programa Demanda Social – DS visa promover a formação de recursos humanos de alto nível, por meio da disponibilização de recursos para o pagamento de bolsas de estudo de mestrado e de doutorado para os programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) federais, estaduais e municipais, com ensino gratuito.

Em 2010, foram apoiadas pelo programa Demanda Social 106 IES, sendo concedidas 16.358 bolsas de mestrado e 9.065 de doutorado, totalizando 20.720 bolsas. Nesse quantitativo, estão incluídas as modalidades de bolsas quota, empréstimo e pró-reitoria concedidas a 1.525 programas de pós-graduação. Em 2010 foram investidos R\$ 349.803.768,82 (trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos) pelo programa DS.

As quotas correspondem às bolsas concedidas aos programas de pós-graduação, os quais têm livre gestão sobre essas e definem onde alocá-las e qual será o período de apoio. Já as da pró-reitoria são bolsas concedidas às Pró-Reitorias de cada IES que poderão alocá-las em qualquer programa de pós-graduação que atenda aos requisitos definidos pela CAPES. As bolsas empréstimo são personalizadas por discente e nessa modalidade o programa de pós-graduação não tem disponibilidade sobre as mesmas. Ao ser cadastrado, o bolsista é informado do início e da duração da mesma. Findo o prazo, a bolsa é extinta automaticamente. São utilizadas para:

- a) premiar estudantes com elevado desempenho (ex: 1º lugar no ENADE);
- b) mudar o *status* das bolsas de cursos de pós-graduação que após a avaliação trienal ficaram com conceito inferior a 3, posto que, o curso será desativado, mas os bolsistas que já estavam cadastrados terão que ser apoiados até o final de seu curso – idéia de bolsa personalizada; e
- c) o apoio temporário ou fomento induzido a cursos de pós-graduação. Esta é uma forma da não ser obrigada a renovar as bolsas quando findar o prazo, uma vez que a indução é temporária.

Em 2010 a iniciativa da CAPES em realizar o pagamento direto na conta dos bolsistas do DS das IES federais representou um avanço na operacionalização desse programa, pois extinguiu a intermediação das IES beneficiadas e agilizou o pagamento das bolsas.

Os cursos novos aprovados pela CAPES em 2010 e que entraram em funcionamento no ano de 2010, também foram apoiados com bolsas do programa DS. Para cada um desses cursos foram concedidas duas bolsas por nível (mestrado/doutorado). Ao todo, foram concedidas 238 bolsas de mestrado e 58 de doutorado, tendo sido apoiados 131 cursos, sendo 102 de mestrado, 12 de doutorado e 17 com ambos os níveis.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade da federação (UF), Grande Área do conhecimento, Instituição e *status* jurídico.

Concessão DS 2010 por Região Geográfica

Tabela 1 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	7.497	5.854	13.351	45,83	64,58	52,52
Nordeste	4.298	1855	6.153	26,27	20,46	24,20
Sul	2.471	909	3.380	15,11	10,03	13,30
Centro-Oeste	1.370	281	1.651	8,38	3,10	6,49
Norte	722	166	888	4,41	1,83	3,49
Total	16.358	9.065	25.423	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sudeste detém o maior percentual de bolsas do DS (52,52%), sendo 64,58% das bolsas de doutorado e 45,83% de mestrado. Em seguida, destaca-se a região Nordeste com 24,20%, com predominância do percentual das bolsas de mestrado (26,27%). A distribuição de bolsas apresentada na tabela 1 reflete o grau de consolidação da pós-graduação no país. Tendo em vista que a região Sudeste possui esse grau de consolidação, consequentemente, recebe o maior quantitativo de bolsas do DS. Ainda em relação à distribuição regional das bolsas, deve-se considerar que três importantes IES públicas localizadas na região Sul (UFRGS, UFSC e UFPR) estão no Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF e não no DS. Se essas instituições estivessem no DS, a região Sul ficaria com 7.003 bolsas (4.711 de mestrado e 2.292 de doutorado) ultrapassando a região Nordeste no ranking.

Concessão DS 2010 por Unidade da Federação

Tabela 2 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	4.262	4.052	8.314	26,05	44,70	32,70
RJ	2.297	1.499	3.796	14,04	16,54	14,93
PR	1.234	393	1.627	7,54	4,34	6,40
RS	1.057	490	1.547	6,46	5,41	6,09
PB	928	528	1.456	5,67	5,82	5,73

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
BA	1.038	404	1.442	6,35	4,46	5,67
MG	1.008	303	1.311	6,16	3,34	5,16
RN	724	308	1.032	4,43	3,40	4,06
CE	646	343	989	3,95	3,78	3,89
GO	601	177	778	3,67	1,95	3,06
AM	402	133	535	2,46	1,47	2,10
MS	453	76	529	2,77	0,84	2,08
ES	370	109	479	2,26	1,20	1,88
MT	316	28	344	1,93	0,31	1,35
SE	245	52	297	1,50	0,57	1,17
AL	166	60	226	1,01	0,66	0,89
SC	180	26	206	1,10	0,29	0,81
PE	111	51	162	0,68	0,56	0,64
TO	88	10	98	0,54	0,11	0,39
PA	54	15	69	0,33	0,17	0,27
RO	56	4	60	0,34	0,04	0,24
MA	42	0	42	0,26	0,00	0,17
AP	28	4	32	0,17	0,04	0,13
RR	29	0	29	0,18	0,00	0,11
AC	23	0	23	0,14	0,00	0,09
DF	0	0	0	0,00	0,00	0,00
PI	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	16.358	9.065	25.423	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se, na tabela 2, o percentual do total de bolsas dos estados de São Paulo (32,70%) e Rio de Janeiro (14,93%). Em São Paulo estão localizadas as três grandes IES estaduais paulistas: USP, UNESP e UNICAMP. Ao passo que no Rio de Janeiro encontra-se a UFRJ. Essas IES recebem um quantitativo expressivo de bolsas levando a que, juntos, esses estados detenham quase metade das bolsas do DS (47,63 %). Enquanto que, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraíba e Bahia aparecem bem distantes, com um percentual na casa dos 6% cada. Cabe ressaltar que o Distrito Federal e o Piauí não possuem nenhuma bolsa no âmbito do DS porque suas universidades públicas são contempladas pelo PROF.

Concessão DS 2010 por Grande Área

Tabela 3 (ação 0487)– Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências da Saúde	2496	1891	4387	15,26	20,86	17,26

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	2448	1412	3856	14,94	15,58	15,17
Ciências Humanas	2083	990	3071	12,72	10,92	12,08
Ciências Exatas e da Terra	1870	1150	3020	11,43	12,69	11,88
Engenharias	1955	832	2787	11,95	9,18	10,96
Ciências Biológicas	1471	1015	2486	8,99	11,20	9,78
Multidisciplinar	1230	634	1864	7,52	6,99	7,33
Linguística, Letras e Artes	998	518	1516	6,10	5,71	5,96
Ciências Sociais Aplicadas	956	339	1301	5,88	3,74	5,12
Pró-Reitoria	851	284	1135	5,20	3,13	4,46
Total	16.358	9.065	25.423	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Em relação às Grandes Áreas do conhecimento, a que recebe o maior quantitativo de bolsas do DS é a Ciências da Saúde (17,26%), utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (20,86%). As Ciências Agrárias vêm em seguida com 15,17% e depois Ciências Humanas com 12,08%. Juntas essas áreas são apoiadas com 44,50% do total de bolsas do DS. É importante enfatizar que a Grande Área “Ciências da Saúde” sempre se destacou no número de bolsas do programa DS.

As bolsas da modalidade pró-reitoria são alocadas por cada instituição de maneira livre ao longo do ano, dado o seu caráter mitigador de situações emergenciais. Desta forma, essas foram contabilizadas à parte na tabela de distribuição de bolsas por Grande Área do conhecimento.

Concessão DS 2010 por IES

Tabela 4 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por IES, em 2010

IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
USP	1.746	1.911	3.657	10,67	21,08	14,38
UNESP	1.136	933	2.069	6,94	10,29	8,14
UFRJ	743	596	1.339	4,54	6,57	5,27
UFPB	593	345	938	3,63	3,81	3,69
UNICAMP	468	459	927	2,86	5,06	3,65
UFBA	605	321	926	3,70	3,54	3,64
UFRN	618	292	910	3,78	3,22	3,58
UFC	500	294	794	3,06	3,24	3,12
UFG	549	177	726	3,36	1,95	2,86
UFF	436	283	719	2,67	3,12	2,83
UFSM	491	219	710	3,00	2,42	2,79
UNIFESP	330	369	699	2,02	4,07	2,75

IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
UEM	409	186	595	2,50	2,05	2,34
UERJ	395	195	590	2,41	2,15	2,32
UEL	388	142	530	2,37	1,57	2,08
UFSCAR	328	200	528	2,01	2,21	2,08
UFPEL	306	171	477	1,87	1,89	1,88
UFES	364	109	473	2,23	1,20	1,86
UFU	319	135	454	1,95	1,49	1,79
UFCG	263	183	446	1,61	2,02	1,75
UFAM	290	68	358	1,77	0,75	1,41
UFMS	278	52	330	1,70	0,57	1,30
FURG	223	84	307	1,36	0,93	1,21
UFRRJ	188	118	306	1,15	1,30	1,20
UFMT	276	28	304	1,69	0,31	1,20
FUFSE	245	52	297	1,50	0,57	1,17
FIOCRUZ	149	135	284	0,91	1,49	1,12
UFAL	166	60	226	1,01	0,66	0,89
UENF	133	92	225	0,81	1,01	0,89
UFJF	167	48	215	1,02	0,53	0,85
UECE	132	61	193	0,81	0,67	0,76
UFOP	135	53	188	0,83	0,58	0,74
UNIOESTE	165	23	188	1,01	0,25	0,74
UDESC	150	24	174	0,92	0,26	0,68
INPE	80	89	169	0,49	0,98	0,66
UFGD	144	24	168	0,88	0,26	0,66
UNIFEI	105	38	143	0,64	0,42	0,56
UEPG	127	11	138	0,78	0,12	0,54
INPA	82	54	136	0,50	0,60	0,53
UESC	119	17	136	0,73	0,19	0,53
UEFS	101	32	133	0,62	0,35	0,52
IME	100	23	123	0,61	0,25	0,48
FESP/UPE	82	31	113	0,50	0,34	0,44
UNIRIO	83	30	113	0,51	0,33	0,44
UTFPR	86	25	111	0,53	0,28	0,44
UFT	88	10	98	0,54	0,11	0,39

IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
UFERSA	73	16	89	0,45	0,18	0,35
UESB	68	16	84	0,42	0,18	0,33
UFRB	72	9	81	0,44	0,10	0,32
UFABC	51	25	76	0,31	0,28	0,30
ITA	41	34	75	0,25	0,38	0,30
UEPB	72	0	72	0,44	0,00	0,28
UNEB	67	4	71	0,41	0,04	0,28
UNIMONTES	70	0	70	0,43	0,00	0,28
UFRA	46	15	61	0,28	0,17	0,24
UNIR	56	4	60	0,34	0,04	0,24
UNICENTRO	53	6	59	0,32	0,07	0,23
UFTM	35	17	52	0,21	0,19	0,20
UFCSPA	34	16	50	0,21	0,18	0,20
UFSJ	41	2	43	0,25	0,02	0,17
UEA	30	11	41	0,18	0,12	0,16
UNEMAT	40	0	40	0,24	0,00	0,16
ON	15	24	39	0,09	0,26	0,15
UEG	38	0	38	0,23	0,00	0,15
UFVJM	38	0	38	0,23	0,00	0,15
UERN	33	0	33	0,20	0,00	0,13
FURB	30	2	32	0,18	0,02	0,13
UNIFAP	28	4	32	0,17	0,04	0,13
UEMS	31	0	31	0,19	0,00	0,12
CEFET/MG	30	0	30	0,18	0,00	0,12
CEFET/RJ	30	0	30	0,18	0,00	0,12
LNCC	20	10	30	0,12	0,11	0,12
UFRR	29	0	29	0,18	0,00	0,11
UEMA	28	0	28	0,17	0,00	0,11
UNIFAL	26	0	26	0,16	0,00	0,10
IAC	18	6	24	0,11	0,07	0,09
UFAC	23	0	23	0,14	0,00	0,09
CCD/SES	12	6	18	0,07	0,07	0,07
INCA	10	7	17	0,06	0,08	0,07
CDTN	14	2	16	0,09	0,02	0,06

IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
FAMERP	7	9	16	0,04	0,10	0,06
IBT	8	7	15	0,05	0,08	0,06
CEFET/MA	14	0	14	0,09	0,00	0,06
CEFET/RV	14	0	14	0,09	0,00	0,06
JBRJ	6	7	13	0,04	0,08	0,05
ENCE	11	0	11	0,07	0,00	0,04
UNIVASF	11	0	11	0,07	0,00	0,04
UEMG	9	0	9	0,06	0,00	0,04
IBU	6	2	8	0,04	0,02	0,03
UEPA	8	0	8	0,05	0,00	0,03
USCS	6	2	8	0,04	0,02	0,03
FJP	7	0	7	0,04	0,00	0,03
IPSP	7	0	7	0,04	0,00	0,03
FUNDINOPI	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IAMSPE	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IBSP	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IFCE	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IFES	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IRD	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IZ/APTA	6	0	6	0,04	0,00	0,02
IEN	4	0	4	0,02	0,00	0,02
IPSEMG	4	0	4	0,02	0,00	0,02
URCA	4	0	4	0,02	0,00	0,02
UVA	4	0	4	0,02	0,00	0,02
UNIPAMPA	3	0	3	0,02	0,00	0,01
Total	16.358	9.065	25.423	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Concessão DS 2010 por Status Jurídico

Tabela 5 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por status jurídico da IES, em 2010

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	10.131	4.871	15.002	61,93	53,73	59,01
Estadual	6.191	4.190	10.381	37,85	46,22	40,83

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Municipal	36	4	40	0,22	0,04	0,16
Total	16.358	9.065	25.423	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Há uma dominância do quantitativo de bolsas concedidas às IES federais (59,01%). Convém ressaltar que as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) correspondem a mais de 25% das bolsas concedidas pelo DS.

Programa de Apoio à Pós-Graduação no País – PROAP

O Programa de Apoio à Pós-Graduação no País – PROAP objetiva apoiar a pós-graduação por meio do financiamento de atividades dos programas de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos. O PROAP realiza repasse de recursos de custeio para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação de IES públicas e de ensino gratuito apoiadas pelo DS.

Em 2010 foi concedido o total de R\$ 73.743.613,33 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos) alocados em 106 IES, beneficiando 1.525 programas de pós-graduação apoiados pelo PROAP, além de R\$ 8.020.200,00 (oito milhões, vinte mil e duzentos reais) para o PROAP-BPT, repassado por intermédio de auxílio aos pró-reitores de IES que são apoiadas pelo programa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2010, por Região Geográfica, UF, Grande Área do conhecimento, Instituição e Status Jurídico.

Concessão PROAP 2010 por Região Geográfica

Tabela 6 (ação 0487) – Recursos financeiros concedidos às IES beneficiadas pelo PROAP por região geográfica, em 2010

Região	Recursos (R\$)	%
Sudeste	46.800.720,00	57,24
Nordeste	17.907.760,00	21,90
Sul	9.734.113,33	11,91
Centro-Oeste	4.195.590,00	5,13
Norte	3.125.630,00	3,82
Total	81.763.813,33	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sudeste foi a que mais recebeu recursos do PROAP, captando 57,24% do montante disponibilizado, correspondente à soma de R\$ 46.800.720,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos mil e setecentos e vinte reais), seguida pela região Nordeste (21,90%) com o montante de R\$ 17.907.760,00 (dezessete milhões, novecentos e sete mil e setecentos e sessenta reais).

Concessão PROAP 2010 por Unidade da Federação do país

Tabela 7 (ação 0487) – Recursos financeiros concedidos às IES beneficiadas pelo PROAP por UF, em 2010

UF	Recursos (R\$)	%

UF	Recursos (R\$)	%
SP	29.186.240,00	35,70
RJ	13.022.170,00	15,93
MG	4.652.210,00	5,69
BA	4.633.060,00	5,67
PR	4.605.720,00	5,63
RS	4.407.083,33	5,39
PB	3.399.956,67	4,16
CE	3.264.620,00	3,99
RN	2.722.600,00	3,33
GO	2.011.500,00	2,46
AM	1.878.480,00	2,30
ES	1.564.690,00	1,91
MS	1.155.080,00	1,41
MT	1.029.010,00	1,26
SE	868.230,00	1,06
AL	757.770,00	0,93
SC	690.510,00	0,84
PE	637.733,33	0,78
TO	273.700,00	0,33
PA	266.400,00	0,33
RO	238.800,00	0,29
RR	135.350,00	0,17
AP	126.100,00	0,15
AC	125.400,00	0,15
MA	111.400,00	0,14
DF	0,00	0,00
PI	0,00	0,00
Total	81.763.813,33	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se o percentual de recursos do PROAP destinado às IES dos Estados de São Paulo (35,70%) e Rio de Janeiro (15,93%). Juntos esses Estados detêm mais da metade dos recursos do PROAP (51,63%). Os Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná aparecem bem distantes, com um percentual na casa dos 5%, cada. A correlação direta entre bolsas da DS e o PROAP está dentro das expectativas, tendo em vista que o cálculo do PROAP é baseado no número de quota de bolsas que cada IES participante do DS possui.

Concessão PROAP 2010 por IES

Tabela 8 (ação 0487) – Distribuição do PROAP por IES apoiada, em 2010

Classificação	IES	Recursos (R\$)	%
1	USP	13.628.446,24	16,67
2	UNESP	7.238.253,35	8,85
3	UFRJ	4.425.151,80	5,41
4	UNICAMP	3.074.329,36	3,76
5	UFBA	2.834.957,24	3,47
6	UNIFESP	2.661.789,34	3,26
7	UFF	2.550.949,84	3,12
8	UFC	2.473.610,59	3,03
9	UFRN	2.402.725,36	2,94
10	UFPB	2.205.731,21	2,70
11	UERJ	2.130.131,11	2,61
12	UFSM	1.938.953,70	2,37
13	UFG	1.880.259,46	2,30
14	UFSCAR	1.699.041,50	2,08
	Subtotal	51.144.330,10	62,55
	Total Geral	81.763.813,33	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Na tabela acima foi apresentada a distribuição de recursos do PROAP para 14 IES que, juntas, totalizam 62,55% dos recursos do PROAP. Entre as IES que receberam os maiores percentuais de recursos do PROAP figuram a USP (16,67%), a UNESP (8,85%) e a UFRJ (5,41%). Ao todo, as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) recebem 29,28% dos recursos do PROAP.

Concessão PROAP 2010 por Status Jurídico

Tabela 9 (ação 0487) – Distribuição dos recursos do PROAP por status jurídico, em 2010

Status Jurídico	Recursos (R\$)	%
Federal	46.569.673,33	56,96
Estadual	34.933.880,00	42,73
Municipal	260.260,00	0,32
Total	81.763.813,33	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Observa-se uma dominância do percentual de recursos do PROAP concedidos às IES federais. No entanto, deve ser considerado que o somatório de todos os recursos destinados às três grandes IES estaduais paulistas corresponde a 29,28% do total do PROAP, o que equivale a 68,53% dos recursos destinados às IES estaduais.

Utilização dos recursos do PROAP

Após a concessão dos recursos do PROAP, cada IES deve encaminhar à CAPES um Plano de Trabalho Institucional para aplicação dos recursos durante o ano. Este plano é uma previsão de como os recursos do PROAP serão utilizados nos programas de pós-graduação de cada IES contemplada pelo PROAP. A tabela, a seguir, traz uma síntese da previsão de utilização do recurso PROAP. Convém ressaltar que a distribuição dos recursos apresentada nessa tabela foi baseada no Plano de Trabalho Institucional enviado no primeiro semestre 2010.

Tabela 10 (ação 0487) – Previsão de utilização dos recursos do PROAP, em 2010

Classificação	Previsão de Utilização	%
1	Funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa	23,04
2	Participação de professores em banca examinadora de dissertação, teses e exame de qualificação	17,11
3	Participação de alunos em eventos no país	9,76
4	Participação de professores em eventos no país	9,07
5	Participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país	8,44
6	Manutenção equipamento	7,78
7	Produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos	6,32
8	Aquisição de novas tecnologias de informática	4,96
9	Participação de professores visitantes nos programas	4,45
10	Realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo PPG	3,73
11	Participação de alunos de doutorado em eventos no exterior	2,89
12	Participação de professores em eventos no exterior	2,46
	Total	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A previsão de utilização com maior quantidade de recursos alocados foi o funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, com 23,04% seguido pelo item participação de professores em banca examinadora de dissertação, teses e exame de qualificação, com 17,11%, o que corrobora a importância do PROAP em proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e consolidação dos programas de pós-graduação.

Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF

O Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF, visa a promover a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao país, por meio da concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e de repasse de recursos de custeio e capital às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa das instituições de personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito participantes do programa.

Atualmente, integram o PROF 12 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Lavras – UFLA, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade Federal do Paraná – UFPR.

A principal característica do PROF é a descentralização, possibilitando às IFES uma autonomia e flexibilidade institucional na gestão e alocação dos recursos repassados pela CAPES, permitindo às IES partícipes o desenvolvimento de uma política institucional para o Ensino Superior.

Em 2010 a iniciativa da CAPES em realizar o pagamento direto na conta dos bolsistas do PROF representou um avanço na operacionalização desse programa, pois extinguiu a intermediação das IES beneficiadas e agilizou o pagamento das bolsas. Outro fato bastante importante foi a mudança do sistema de pagamento das mensalidades do PROF que passou a ser feito pelo sistema SAC Novo. Esta mudança representa uma evolução, pois todos os programas da CDS passaram a operar com o mesmo sistema de pagamentos o que gerou uma maior padronização dos procedimentos internos resultando em um ganho operacional significativo.

A concessão para o ano fiscal de 2010 foi de 8.412 bolsas na soma dos níveis, dos quais 5.306 para mestrado (63%) e 3.106 para doutorado (37%). O montante de recursos para as IFES participantes no ano fiscal de 2010 chegou a R\$ 163.523.259,79 (cento e sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), dos quais R\$ 156.599.408,96 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos e oito reais e noventa e seis centavos) como recurso total de fomento-custeio (95,77%) e R\$ 6.923.850,83 (seis milhões, novecentos e vinte e três mil e oitocentos e cinquenta reais e oitenta centavos), como fomento-capital (4,23%). O recurso total de custeio executado na modalidade bolsa foi de R\$ 126.999.105,72 (cento e vinte e seis milhões, novecentos e noventa e nove mil e cento e cinco reais e setenta e dois centavos), perfazendo 81,10% do total. Na modalidade custeio de atividade, o valor total foi de R\$ 29.600.303,24 (vinte e nove milhões, seiscentos mil, trezentos e três reais e vinte e quatro centavos) que representou 18,90% do total.

Os cursos novos, aprovados pela CAPES em 2009 e que entraram em funcionamento em 2010, também foram apoiados pelo PROF. Para cada um desses cursos foram concedidas duas bolsas por nível (mestrado/doutorado) e o custeio correspondente. Ao todo foram concedidas 44 bolsas de mestrado e 36 bolsas de doutorado, apoiando 22 cursos. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade da federação (UF), Grande Área do conhecimento, Instituição e *Status* Jurídico.

Concessão PROF 2010 por Região Geográfica

Tabela 11 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROF por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	2.008	1.383	3.391	37,84	44,53	40,31
Sudeste	1.007	763	1.770	18,98	24,56	21,04
Nordeste	1.129	492	1.621	21,28	15,84	19,27
Centro-Oeste	523	341	864	9,86	10,98	10,27
Norte	639	127	766	12,04	4,09	9,11
Total	5.538	3.106	8.644	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sul apresenta o maior percentual de bolsas do PROF (40,31%) detendo uma maior porcentagem em bolsas de doutorado (44,53%). Em seguida, destaca-se a região Sudeste com 21,04%, onde também predomina o percentual de bolsas de doutorado (24,56%). A região Nordeste possui 19,27% do total de bolsas, mas a representatividade do doutorado sobre o total de bolsas é inferior a do mestrado (21,28%).

Quando se compara os programas DS e PROF, verifica-se uma mudança de posição das regiões Sul e Sudeste em relação ao número de bolsas concedidas. Tal situação pode ser explicada pelo fato de três grandes IES participantes do PROF (UFRGS, UFSC, UFPR) estarem localizadas na região Sul.

Concessão PROF 2010 por Unidade da Federação

Tabela 12 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROF por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
MG	1.007	763	1.770	18,98	24,57	21,04
RS	870	650	1.520	16,40	20,93	18,07
PE	855	475	1.330	16,11	15,29	15,81
SC	557	418	975	10,50	13,46	11,59
PR	581	315	896	10,95	10,14	10,65
DF	523	341	864	9,86	10,98	10,27
PA	639	127	766	12,04	4,09	9,11
PI	137	13	150	2,58	0,42	1,78
MA	137	4	141	2,58	0,13	1,68
Total	5.306	3.106	8.412	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se, na tabela acima, o percentual do total de bolsas concedidas aos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco com 21,04%, 18,07% e 15,81%, respectivamente. O somatório das bolsas destinadas a esses Estados corresponde a 54,92% do total de bolsas concedidas no PROF. No Estado de Minas Gerais estão localizadas a UFMG, UFLA e UFV. Em Pernambuco encontram-se a UFPE e a UFRPE.

Concessão PROF 2010 por Grande Área do conhecimento

Tabela 13 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROF por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	855	557	1.412	16,11%	17,93%	16,79%
Ciências Humanas	754	424	1.178	14,21%	13,65%	14,00%
Ciências da Saúde	668	390	1.058	12,59%	12,56%	12,58%
Engenharias	601	353	954	11,33%	11,37%	11,34%

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Biológicas	556	397	953	10,48%	12,78%	11,33%
Ciências Exatas e da Terra	558	266	824	10,52%	8,56%	9,80%
Ciências Sociais Aplicadas	541	199	740	10,20%	6,41%	8,80%
Multidisciplinar	338	196	534	6,37%	6,31%	6,35%
Linguística, Letras e Artes	276	138	414	5,20%	4,44%	4,92%
Pró-Reitoria	159	186	345	3,00%	5,99%	4,10%
Total	5.306	3.106	8.412	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A Grande Área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROF é a de Ciências Agrárias (16,79%) utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (17,93%), Ciências Humanas vem em seguida com 14,00% e Ciências da Saúde com 12,58%.

Concessão PROF 2010 por IES

Tabela 14 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROF por IES apoiada, em 2010

IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
UFRGS	870	650	1.520	16,40%	20,93%	18,07%
UFPE	682	395	1.077	12,85%	12,72%	12,80%
UFSC	557	418	975	10,50%	13,46%	11,59%
UFMG	554	362	916	10,44%	11,65%	10,89%
UFPR	581	315	896	10,95%	10,14%	10,65%
UNB	523	341	864	9,86%	10,98%	10,27%
UFPA	639	127	766	12,04%	4,09%	9,11%
UFV	217	218	435	4,09%	7,02%	5,17%
UFLA	236	183	419	4,45%	5,89%	4,98%
UFRPE	173	80	253	3,26%	2,58%	3,01%
FUFPI	137	13	150	2,58%	0,42%	1,78%
UFMA	137	4	141	2,58%	0,13%	1,68%
Total	5.306	3.106	8.412	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

As IES que receberam os maiores quantitativos de bolsas são a UFRGS com 18,07%, seguindo da UFPE (12,80%), UFSC (11,59%) e UFMG com 10,89%.

Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP

O Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP disponibiliza recursos para o pagamento de bolsas de estudo de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação de IES de direito privado ou público onde o ensino não é gratuito.

O PROSUP concede bolsas institucionais em duas modalidades: 1) bolsa mensal para manutenção do aluno mais taxas escolares; 2) taxas escolares (matrícula, mensalidade etc.). As bolsas modalidade 1 podem ser flexibilizadas e transformadas na modalidade 2 proporcionalmente, ou seja, as bolsas mensalidades podem ser transformadas em taxas escolares, permitindo que as IES participantes do programa recebam mais discentes, sem a cobrança de taxas escolares.

O valor das taxas escolares mensais são estabelecidas pela CAPES, independente dos valores de mercado dos cursos, e corresponde a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Letras e Linguística e Multidisciplinar e a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Artes.

Em 2010, 78 IES foram apoiadas pelo Programa PROSUP, sendo implementadas 2.635 bolsas de mestrado (688 modalidade I e 1.947 modalidade II) e 1.192 de doutorado (284 na modalidade I e 908 na modalidade II), totalizando 3.837 bolsas (972 na modalidade I e 2.855 na modalidade II) as quais foram alocadas em 304 programas de pós-graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2010, por Região Geográfica, UF, Grande Área do conhecimento, Instituição e *Status* Jurídico.

Concessão PROSUP 2010 por Região Geográfica

Tabela 15 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.538	800	2.338	58,37	67,11	61,09
Sul	939	375	1.314	35,64	31,46	34,33
Centro-Oeste	100	13	113	3,80	1,09	2,95
Nordeste	52	4	56	1,97	0,34	1,46
Norte	6	0	6	0,23	0,00	0,16
Total	2.635	1.192	3.827	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP (61,09%), detendo a maior porcentagem de bolsas de doutorado (67,11%). Em seguida, destaca-se a região Sul com 34,33% das bolsas. A maior concentração de bolsas do PROSUP nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 95,43 % do total de bolsas desse programa, está relacionada ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES de direito privado ou público, cujo ensino não é gratuito, localizadas nessas regiões.

Concessão PROSUP 2010 por Unidade da Federação

Tabela 16 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	1.124	645	1.769	42,66	54,11	46,22
RS	789	345	1.134	29,94	28,94	29,63
RJ	262	121	383	9,94	10,15	10,01
MG	152	34	186	5,77	2,85	4,86
PR	115	30	145	4,36	2,52	3,79
DF	50	13	63	1,90	1,09	1,65
SC	35	0	35	1,33	0,00	0,91
MS	26	0	26	0,99	0,00	0,68
GO	24	0	24	0,91	0,00	0,63
PE	21	2	23	0,80	0,17	0,60
BA	10	2	12	0,38	0,17	0,31
CE	12	0	12	0,46	0,00	0,31
SE	7	0	7	0,27	0,00	0,18
PA	4	0	4	0,15	0,00	0,10
AM	2	0	2	0,08	0,00	0,05
RN	2	0	2	0,08	0,00	0,05
Total	2.635	1.192	3.827	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se, na tabela 16, o percentual do total de bolsas dos Estados de São Paulo, (46,22%) e Rio Grande do Sul (29,63%) que, juntos, detêm 75,86% de todas as bolsas do PROSUP. O Estado do Rio de Janeiro aparece em seguida com 10,01 % do total de bolsas. A concentração de bolsas nesses Estados reflete o grau de consolidação da pós-graduação, considerando o universo das IES cujo ensino não é gratuito.

Vale ressaltar, conforme expresso na tabela 18, que no Estado de São Paulo a principal representante do PROSUP é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (24,55%), no Rio de Janeiro é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO que detém quase a totalidade das bolsas. No Rio Grande do Sul destacam-se a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS (17,93%) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (5,06%).

Concessão PROSUP 2010 por Grande Área do conhecimento

Tabela 17 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	822	497	1319	31,20	41,69	34,47
C. Sociais Aplicadas	637	255	892	24,17	21,39	23,31
Ciências da Saúde	330	161	491	12,52	13,51	12,83

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Linguística, Letras e Artes	197	121	318	7,48	10,15	8,31
Multidisciplinar	226	57	283	8,58	4,78	7,39
Engenharias	213	43	256	8,08	3,61	6,69
C. Exatas e da Terra	103	23	126	3,91	1,93	3,29
Ciências Biológicas	68	31	99	2,58	2,60	2,59
Ciências Agrárias	39	4	43	1,48	0,34	1,12
Total	2.635	1.192	3.827	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A Grande Área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP é a de Ciências Humanas, com 34,47% do total de bolsas, utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (41,69%), seguido pela grande área Ciências Sociais Aplicadas com 23,31%. Juntas, essas áreas são apoiadas com 57,77% do total de bolsas do PROSUP.

Concessão PROSUP 2010 por IES

Tabela 18 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por IES apoiada, em 2010

Classif	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
1	PUC/SP	508	434	942	19,18	36,50	24,55
2	PUC/RS	417	271	688	15,75	22,79	17,93
3	PUC-RIO	208	100	308	7,85	8,41	8,03
4	UNISINOS	141	53	194	5,32	4,46	5,06
5	PUC/MG	118	30	148	4,46	2,52	3,86
6	FCMSCSP	74	61	135	2,79	5,13	3,52
7	PUC/PR	95	26	121	3,59	2,19	3,15
8	FGV/SP	51	61	112	1,93	5,13	2,92
9	UMESP	72	22	94	2,72	1,85	2,45
10	UNIMEP	70	16	86	2,64	1,35	2,24
11	PUCCAMP	53	27	80	2,00	2,27	2,08
	Subtotal	1.807	1.101	2.908	68,24	92,60	75,79
	Total	2.635	1.192	3.827	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Foram apresentadas na tabela 18 apenas as 11 IES que detinham pelo menos 2% de bolsas cada e que, juntas apresentaram 75,79% do total de bolsas. As IES que receberam os maiores quantitativos de bolsas foram a PUC/SP (24,55%), a PUC/RS (17,93%) e a PUC-RIO (8,03%) que, juntas, foram contempladas, em 2010, com 50,51 % do total de bolsas concedidas pelo programa.

Concessão Bolsa para Todos 2010 – BPT 2010

Merece especial destaque a iniciativa da CAPES (entre os meses de junho e agosto de 2010) que consistiu em uma concessão adicional de bolsas de mestrado e doutorado para todas as IES apoiadas pelos Programas DS e PROF, com o objetivo de diminuir as assimetrias regionais do SNPG.

Após recebida a demanda por bolsas encaminhada pelas IES públicas, estabeleceu-se que cada programa de pós-graduação receberia uma concessão adicional de até 08 bolsas de mestrado e 10 bolsas de doutorado, priorizando-se, assim, o nível de doutorado.

As regiões Norte e Centro-Oeste receberam a totalidade de bolsas solicitadas, de acordo com as quantidades descritas acima. Para as demais regiões, se traçou os seguintes requisitos e limitadores:

- Máximo de 5% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com prioridade 1;
- Máximo de 10% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com prioridade 2; e
- Máximo de 15% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com prioridade 3.

Os programas foram classificados de acordo com as Grandes Áreas do conhecimento:

- Prioridade 1: Programas de pós-graduação pertencentes as Grande Áreas de Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra (exceto Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística), Ciências Agrárias (com exceção de Medicina Veterinária) e Farmácia e Saúde Coletiva (pertencentes a Ciências da Saúde);
- Prioridade 2: Programas de pós-graduação pertencentes áreas de Ciências da Saúde (exceto Farmácia e Saúde Coletiva), Medicina Veterinária, Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística; e
- Prioridade 3: As demais áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras/Linguística e Artes).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas dos programas DS e PROF, em 2010, por Região Geográfica.

Tabela 19 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado BPT-DS por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1312	772	2084	43,34	60,69	48,48
Nordeste	746	232	978	24,64	18,24	22,75
Sul	569	173	742	18,80	13,60	17,26
Centro-Oeste	310	67	377	10,24	5,27	8,77
Norte	90	28	118	2,97	2,20	2,74
Total	3027	1272	4299	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Tabela 20 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado BPT-PROF por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	259	178	437	36,79	42,08	38,78
Sudeste	222	156	378	31,53	36,88	33,54
Nordeste	146	68	214	20,74	16,08	18,99
Norte	77	21	98	10,94	4,96	8,70
Total	704	423	1127	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Efeitos do programa Bolsa para Todos na Redução das Assimetrias Regionais

Nas tabelas 21 e 22 são apresentados os percentuais de bolsas por região geográfica antes e depois da concessão adicional do programa Bolsa para Todos. Nessas tabelas foram somadas as concessões dos programas DS e PROF, que atualmente representam aproximadamente 60% do total de bolsas concedidas no país, pela CAPES.

Tabela 21 (ação 0487) – Distribuição percentual das bolsas de mestrado e doutorado dos programas DS e PROF antes da concessão BPT 2010, por região geográfica

Região	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	42,03	56,35	47,26
Nordeste	22,97	18,93	21,49
Sul	20,09	18,04	19,34
Centro-Oeste	8,66	4,45	7,12
Norte	6,26	2,23	4,78
Total	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Tabela 22 (ação 0487) – Distribuição percentual das bolsas de mestrado e doutorado dos programas DS e PROF após a concessão BPT 2010, por região geográfica

Região	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	38,84	54,37	44,39
Nordeste	24,79	19,28	22,82
Sul	21,52	18,83	20,56
Centro-Oeste	8,65	5,11	7,38
Norte	6,22	2,41	4,86
Total	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Comparando as tabelas 21 e 22, observa-se que houve um aumento percentual na participação das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, mostrando que a concessão adicional foi eficaz na redução das assimetrias regionais no âmbito do fomento setorial.

PROAP BPT

Em função da concessão de bolsas adicionais às Instituições pertencentes ao programa DS pelo BPT 2010, foi feita também uma distribuição adicional de recursos para o PROAP, denominada PROAP BPT. Para o cálculo deste valor adicional foi levado em consideração o quantitativo de bolsas de estudo concedidas no BPT para cada programa de pós-graduação e o quantitativo de bolsas que o programa já possuía antes da concessão BPT.

A proporcionalidade usada para o cálculo foi a mesma do PROAP, com a diferença de que a parcela fixa de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) não foi levada em consideração para o cálculo. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do PROAP/BPT em 2010, por região geográfica, unidade da federação (UF), Grande Área do conhecimento, Instituição e *Status* Jurídico.

Concessão PROAP/BPT 2010 por Região Geográfica

Tabela 23 (ação 0487) – Distribuição do total de recursos concedidos às IES pelo PROAP-BPT 2010, por região geográfica

Região	Recursos (R\$)	%
Sudeste	2.656.700,00	32,91
Nordeste	2.511.800,00	31,77
Sul	1.439.600,00	17,83
Centro-Oeste	890.200,00	11,03
Norte	521.900,00	6,46
Total	8.020.200,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sudeste foi a que mais recebeu recursos, captando 32,91% do montante disponibilizado, correspondente à soma de R\$ 2.656.700,00 (dois milhões seiscentos e cinquenta e seis mil e setecentos reais), seguida pela região Nordeste (31,77%), com o montante de R\$ 2.511.800,00 (dois milhões, quinhentos e onze mil e oitocentos reais). Esta proximidade entre as duas regiões explica-se pelo fato do BPT ser um programa que visa à diminuição das assimetrias regionais e, conseqüentemente, apresenta maior impacto nas regiões em que a pós-graduação é menos desenvolvida.

Concessão PROAP-BPT 2010 por UF

Tabela 24 (ação 0487) – Distribuição do total de recursos concedidos às IES pelo PROAP-BPT 2010, por UF

UF	R\$	%
SP	1.493.300,00	18,62
RJ	867.700,00	10,82
PR	781.900,00	9,75
BA	642.600,00	8,01
RS	573.400,00	7,15

UF	R\$	%
PB	566.100,00	7,06
GO	397.800,00	4,96
RN	391.900,00	4,89
AM	329.900,00	4,11
MG	327.700,00	4,09
CE	287.800,00	3,59
MS	276.400,00	3,45
ES	259.100,00	3,23
MT	216.000,00	2,69
SE	210.100,00	2,62
TO	90.000,00	1,12
SC	84.300,00	1,05
AL	77.200,00	0,96
PE	45.000,00	0,56
MA	30.000,00	0,37
RO	26.500,00	0,33
PA	20.000,00	0,25
AP	15.000,00	0,19
RR	10.500,00	0,13
AC	0,00	0,00
DF	0,00	0,00
PI	0,00	0,00
Total	8.020.200,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se, na tabela acima, o percentual de recursos PROAP-BPT destinado às IES dos estados de São Paulo (18,62%) e Rio de Janeiro (10,82%). Juntos, esses Estados detêm 27,44% do total de recursos, volume este muito inferior aos 54,06% que estes dois Estados detinham no PROAP. Este fato vem a corroborar o caráter de diminuição das assimetrias regionais proposto pelo BPT.

Concessão PROAP-BPT 2010 por Grande Área do conhecimento

Tabela 25 (ação 0487) – Distribuição do PROAP-BPT 2010 por Grande Área do conhecimento

Grande Área	Recursos (R\$)	%
Ciências da Saúde	1.429.900,00	17,83
Ciências Agrárias	1.412.000,00	17,61

Grande Área	Recursos (R\$)	%
Ciências Humanas	998.000,00	12,44
Ciências Exatas e da Terra	890.100,00	11,10
Ciências Biológicas	872.000,00	10,87
Engenharias	810.000,00	10,10
Multidisciplinar	705.700,00	8,80
Linguística, Letras e Artes	506.100,00	6,31
Ciências Sociais Aplicadas	396.400,00	4,94
Total	8.020.200,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A Grande Área do conhecimento que recebeu o maior volume de recursos do PROAP-BPT foi a área de Ciências da Saúde com 17,83%, seguida por Ciências Agrárias (17,61%) e Ciências Humanas (12,44%).

Concessão PROAP-BPT 2010 por Status Jurídico

Tabela 26 (ação 0487) – Distribuição de recursos do PROAP-BPT 2010 por status jurídico

Status Jurídico	Recursos (R\$)	%
Federal	5.187.300,00	64,68
Estadual	2.832.900,00	35,32
Total	8.020.200,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Conforme observado na tabela 26, há uma dominância do percentual de recursos do PROAP-BPT concedidos às IES federais.

PROSUP/Cursos Novos

O apoio por parte da CAPES às Instituições de Ensino Superior Particulares se dá por intermédio do PROSUP, no qual é feita uma concessão institucional que visa fomentar os programas de pós-graduação por meio do pagamento de bolsas de estudo e/ou taxas escolares. Os programas de pós-graduação atualmente apoiados foram recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da CAPES até o ano de 2006. Em 2010, atendendo às demandas das IES particulares, foi lançado um edital do PROSUP destinado aos cursos novos, aprovados pela entre os anos de 2007 e 2010, e atualmente em atividades acadêmicas.

Deste modo, foi criado o PROSUP/Cursos Novos que, neste edital, previa auxílio financeiro por meio de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para manutenção de alunos regularmente matriculados e recursos de custeio para o financiamento das atividades do projeto. Com esse apoio, o PROSUP/Cursos Novos busca ressaltar o mérito do bolsista proporcionando a sua dedicação integral ao curso e ao seu projeto de pesquisa enquanto aluno da Instituição de Ensino Superior Particular. Como contrapartida, as Instituições participantes abdicam da cobrança de todas as taxas escolares. O programa também prevê recursos financeiros para apoio ao desenvolvimento do

projeto e do curso e são repassados ao coordenador do programa via auxílio, cujo montante foi estipulado em 20% do valor total das bolsas concedidas anualmente.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas e dos recursos de custeio do PROSUP/Cursos Novos, m 2010, por região geográfica, unidade da federação (UF) e Grande Área do conhecimento.

Concessão PROSUP/Cursos Novos 2010 por Região Geográfica

Tabela 27 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	125	66	191	52,97	42,86	48,97
Sul	82	62	144	34,75	40,26	36,92
Nordeste	10	10	20	4,24	6,49	5,13
Norte	16	2	18	6,78	1,30	4,62
Centro-Oeste	3	14	17	1,27	9,09	4,36
Total	236	154	390	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Tabela 28 (ação 0487) – Distribuição dos recursos de custeio do PROSUP/Cursos Novos por região geográfica, em 2010

Região	Custeio anual (R\$)	%
Sudeste	633.600,00	47,52
Sul	504.000,00	37,80
Nordeste	72.000,00	5,40
Norte	54.720,00	4,10
Centro-Oeste	69.120,00	5,18
Total	1.333.440,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP/Cursos Novos (48,97%), detendo a maior porcentagem de bolsas de doutorado (42,86%). Em seguida, destaca-se a região Sul (36,92%), com um percentual de 40,26% das bolsas de doutorado. A maior concentração de bolsas do PROSUP/Cursos Novos nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 85,89% do total de bolsas desse programa, está relacionado ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES particulares localizadas nessas regiões. Enfatiza-se que a contribuição destas regiões sobre o total de bolsas diminuiu quando comparada ao PROSUP Institucional (tabela 15). Este fato é um indicativo de que as assimetrias regionais, embora lentamente, estão diminuindo na pós-graduação privada. Os recursos anuais de custeio, como esperado, apresentam correlação com as bolsas de estudo, devendo ser enfatizado que o peso do quantitativo de bolsas de doutorado se torna mais relevante na região Norte que apresenta 4,62% do total de bolsas e 4,10% do total de recursos de custeio.

Concessão PROSUP/Cursos Novos 2010 por Unidade da Federação

Tabela 29 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	62	47	109	26,27	30,52	27,95
RS	44	42	86	18,64	27,27	22,05
PR	25	12	37	10,59	7,79	9,49
MG	26	10	36	11,02	6,49	9,23
RJ	21	5	26	8,90	3,25	6,67
SC	13	8	21	5,51	5,19	5,38
ES	16	4	20	6,78	2,60	5,13
GO	0	12	12	0,00	7,79	3,08
PA	12	0	12	5,08	0,00	3,08
SE	8	4	12	3,39	2,60	3,08
BA	2	6	8	0,85	3,90	2,05
AM	4	2	6	1,69	1,30	1,54
DF	3	0	3	1,27	0,00	0,77
MT	0	2	2	0,00	1,30	0,51
Total	236	154	390	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Tabela 30 (ação 0487) – Distribuição dos recursos de custeio do PROSUP/Cursos Novos por UF, em 2010

UF	Custeio anual (R\$)	%
SP	370.080,00	27,75
RS	308.160,00	23,11
PR	123.840,00	9,29
MG	118.080,00	8,86
RJ	82.080,00	6,16
SC	72.000,00	5,40
ES	63.360,00	4,75
GO	51.840,00	3,89
PA	34.560,00	2,59
SE	40.320,00	3,02
BA	31.680,00	2,38
AM	20.160,00	1,51
DF	8.640,00	0,65

UF	Custeio anual (R\$)	%
MT	8.640,00	0,65
Total	1.333.440,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Destaca-se, na tabela acima, o percentual do total de bolsas dos Estados de São Paulo (27,95%) e Rio Grande do Sul (22,05%) que, juntos, detêm 50% de todas as bolsas do PROSUP/Cursos Novos. Os Estados do Paraná e Minas Gerais aparecem em seguida com aproximadamente 9% do total de bolsas cada um. Quando comparados estes dados com os do PROSUP Institucional (tabela 16) verifica-se que os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, embora continuem sendo os que recebem maior quantitativo de bolsas, apresentam uma significativa redução de sua participação em relação ao todo.

Concessão PROSUP/Cursos Novos 2010 por Grande Área do conhecimento

Tabela 31 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	38	42	80	16,10	27,27	20,51
Ciências Sociais Aplicadas	58	17	75	24,58	11,04	19,23
Ciências da Saúde	39	23	62	16,53	14,94	15,90
Multidisciplinar	34	24	58	14,41	15,58	14,87
Engenharias	20	20	40	8,47	12,99	10,26
Ciências Agrárias	22	4	26	9,32	2,60	6,67
Ciências Exatas e da Terra	7	14	21	2,97	9,09	5,38
Linguística, Letras e Artes	7	8	15	2,97	5,19	3,85
Ciências Biológicas	11	2	13	4,66	1,30	3,33
Total	236	154	390	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Tabela 32 – Distribuição dos recursos de custeio do PROSUP/Cursos Novos por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Custeio anual (R\$)	%
Ciências Humanas	290.880,00	21,81
Ciências Sociais Aplicadas	240.480,00	18,03
Ciências da Saúde	211.680,00	15,87
Multidisciplinar	201.600,00	15,12
Engenharias	132.480,00	9,94
Ciências Agrárias	80.640,00	6,05
Ciências Exatas e da Terra	80.640,00	6,05

Grande Área	Custeio anual (R\$)	%
Linguística, Letras e Artes	54.720,00	4,10
Ciências Biológicas	40.320,00	3,02
Total	1.333.440,00	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

A Grande Área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP/Cursos Novos é a de Ciências Humanas (20,27%), utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (27,27%), seguida pela Ciências Sociais Aplicadas (19,23%) e juntas, são apoiadas com 39,74% do total de bolsas do PROSUP/Cursos Novos. Comparando-se com o PROSUP Institucional (tabela 17) verifica-se que Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas continuam sendo as áreas com maior quantitativo de bolsas embora a sua representatividade sobre o total seja menor. Merece destaque, também, o crescimento da participação das áreas Multidisciplinar, Engenharias e Ciências Exatas e da Terra em detrimento da área de Linguística, Letras e Artes.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX

Conforme já informado na Ação 09GK, o PROEX tem como objetivo geral manter o alto nível de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, pertencentes a instituições jurídicas de direito público e privado com nota 6 ou 7, obtida em duas avaliações trienais consecutivas da CAPES, buscando atender mais adequadamente as suas necessidades e especificidades.

Os programas inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES: concessão de bolsas de estudo e recursos de fomento-custeio/capital para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos cursos de pós-graduação e pagas aos bolsistas diretamente pela CAPES. O valor dos recursos para aquisição de capital corresponde a 5% daquele valor destinado ao custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) e sua aplicação está detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Participam do PROEX 177 programas de pós-graduação, compreendendo 173 cursos de mestrado e 177 cursos de doutorado, com nível de excelência internacional, vinculados a 42 universidades públicas e privadas. Em 2010, a execução financeira desse programa na Ação 0487 foi de R\$ 58.963.021,11 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta e três mil, vinte e um reais e onze centavos). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF), Grande Área do conhecimento e *status* jurídico.

Concessão do PROEX por Região Geográfica

Tabela 33 (ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	543	688	1231	78,35	82,59	80,67
Sul	139	124	263	20,06	14,89	17,23

Centro-Oeste	4	12	16	0,58	1,44	1,05
Nordeste	7	9	16	1,01	1,08	1,05
Norte	0	0	0	0	0	0
Total	693	833	1.526	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A região Sudeste foi a que recebeu o maior número de bolsas do PROEX, haja vista que a maioria dos programas de pós-graduação consolidados está presentes nessa região. Em contraste, as regiões Nordeste e Centro-Oeste, que possuem apenas 06 e 04 programas de pós-graduação participantes do PROEX, respectivamente, receberam o menor número de bolsas. Da concessão do PROEX na Ação 0487, 168 bolsas são provenientes da concessão do programa Bolsas para Todos.

Concessão do PROEX por Unidade da Federação

Tabela 34 (ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	329	423	752	47,47	50,78	49,28
RJ	168	213	381	24,24	25,57	24,97
RS	104	121	225	15,01	14,53	14,74
MG	46	52	98	6,64	6,24	6,42
SC	20	0	20	2,89	0	1,31
PR	15	3	18	2,16	0,36	1,18
DF	4	12	16	0,58	1,44	1,05
BA	7	9	16	1,01	1,08	1,05
Total	693	833	1.526	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Dos oito Estados que possuem programas de pós-graduação pertencentes ao PROEX, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram os que mais receberam bolsas no PROEX no âmbito da Ação 0487.

Concessão do PROEX por Grande Área do conhecimento

Tabela 35 (ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	202	324	526	29,15	38,9	34,47
Ciências da Saúde	193	219	412	27,85	26,29	27
Ciências Sociais Aplicadas	138	84	222	19,91	10,08	14,55
Linguística, Letras e Artes	72	72	144	10,39	8,64	9,44
Ciências Agrárias	63	62	125	9,09	7,44	8,19
Ciências Exatas e da Terra	25	72	97	3,61	8,64	6,36

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Total	693	833	1.526	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

As Grandes Áreas do conhecimento que receberam o maior apoio do PROEX foram: Ciências Humanas com 34,47% bolsas, e Ciências da Saúde, com 27% de bolsas, pois as áreas ligadas à PDP estão sendo atendidas pela ação 09GK.

Concessão do PROEX por Status Jurídico

Tabela 36 (ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por status Jurídico, em 2010

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	368	399	767	53,10	47,90	50,26
Estadual	255	366	621	36,80	43,94	40,69
Particular	70	68	138	10,10	8,16	9,04
Total	693	833	1.526	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Na análise das instituições beneficiárias do PROEX segundo o status jurídico, observa-se que o maior quantitativo de bolsas do PROEX estão associados aos programas de pós-graduação das IES públicas.

Concessão adicional de bolsas de mestrado e doutorado: Bolsas para Todos – PROEX

Vale ressaltar que, em julho de 2010, a CAPES realizou uma concessão adicional de bolsas de mestrado e doutorado para grande parte dos programas de pós-graduação apoiados pelo PROEX, a qual visou atender o maior número de alunos que estivessem cursando a pós-graduação sem bolsa e sem vínculo empregatício. No ano de 2010, conforme tabela, a seguir, houve a concessão de 168 bolsas de estudos para os programas de pós-graduação apoiados pela Ação 0487.

Tabela 37 (ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do BPT-PROEX por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	71	66	137	78,02	85,71	81,55
Sul	20	11	31	21,98	14,29	18,45
Nordeste	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0
Norte	0	0	0	0	0	0
Total	91	77	168	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC

O PRODOC tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos institucionais voltados à integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que contribuam para a complementação da formação de recém-doutores. Além disso, também objetiva aquisição, por esses profissionais, de prática acadêmica junto a equipes docentes de programas de pós-graduação; diversificação interna dos grupos de ensino e pesquisa; fortalecimento de grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2010 foram apoiados por esse programa 472 projetos associados a programas de pós-graduação de IES públicas. O edital de 2010 aprovou 241 projetos novos dos quais 14 projetos estão vinculados a professores do Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS, com uma execução financeira de R\$ 11.997.100,00 (onze milhões, novecentos e noventa e sete mil e cem reais). As IFES criadas e estabelecidas a partir do ano 2000, e as demais IFES que aderiram ao programa REUNI e possuem *campi* fora de sede, poderiam apresentar uma proposta no âmbito do PRODOC, desde que o proponente fosse um bolsista do PVNS.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PRODOC em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Concessão do PRODOC por Região Geográfica

Tabela 38 (ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por região geográfica, em 2010

Região	Projetos/ Bolsas	%
Sudeste	235	49,79
Sul	120	25,42
Nordeste	74	15,68
Centro-Oeste	26	5,51
Norte	17	3,60
Total	472	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/. No âmbito do PRODOC é concedida apenas uma bolsa de pós-doutoramento por projeto e, portanto, o número de bolsas concedidas corresponde ao número de projetos aprovados.

A região que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a Sudeste (49,79%), seguida pela Sul (25,42%). Por outro lado, dado a pequena concentração de programas de pós-graduação consolidados nas regiões Norte e Centro-Oeste, verifica-se que essas regiões detêm o menor percentual de projetos/bolsas aprovados no âmbito do PRODOC, com 3,60% e 5,51%, respectivamente.

Concessão do PRODOC por Unidade da Federação

Tabela 39 (ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por UF, em 2010

UF	Projetos/ Bolsas	%
SP	103	21,82

UF	Projetos/ Bolsas	%
RJ	67	14,19
RS	64	13,56
MG	61	12,92
PR	29	6,14
SC	27	5,72
CE	17	3,6
PE	12	2,54
BA	12	2,54
GO	11	2,33
RN	10	2,12
PA	9	1,91
DF	9	1,91
PB	8	1,69
AL	7	1,48
ES	4	0,85
TO	3	0,64
SE	3	0,64
PI	3	0,64
MT	3	0,64
MS	3	0,64
RR	2	0,42
MA	2	0,42
AM	2	0,42
AC	1	0,21
Total	472	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Destaca-se, o percentual do total de projetos/bolsas dos Estados de São Paulo (21,82%), Rio de Janeiro (14,19%) e Minas Gerais (12,92%). Juntos esses Estados detêm metade dos projetos/bolsas do PRODOC (48,93 %).

Concessão do PRODOC por Grande Área do conhecimento

Tabela 40 (ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Projetos/Bolsas	%
Ciências Biológicas	91	19,28
Ciências Agrárias	86	18,22

Grande Área	Projetos/Bolsas	%
Ciências da Saúde	76	16,1
Ciências Exatas e da Terra	59	12,5
Ciências Humanas	57	12,08
Engenharias	48	10,17
Multidisciplinar	25	5,3
Linguística, Letras e Artes	21	4,45
Ciências Sociais Aplicadas	9	1,91
Total	472	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A área de conhecimento que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a das Ciências Biológicas, seguida das Ciências Agrárias e das Ciências da Saúde. Juntas essas áreas são apoiadas com 71,82% do total de projetos/bolsas do PRODOC, dado o grande número de programas de pós-graduação consolidados nestas áreas.

Concessão PRODOC por Status Jurídico

Tabela 41 (ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por *status* jurídico em 2010

Status Jurídico	Projetos/Bolsas	(%)
Federal	354	75,00
Estadual	117	24,79
Particular	1	0,21
Municipal	0	0,00
Total	472	100,00

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Na análise das instituições beneficiárias do PRODOC segundo o *status* jurídico percebe-se que o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC estão associadas aos programas de pós-graduação das IES federais.

Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS

O PVNS fundamenta-se no reconhecimento de que a presença de professores-pesquisadores de consagrado mérito científico e reconhecida experiência acadêmica é especialmente relevante para o fortalecimento das novas IFES, criadas ou instituídas a partir de 2000 e dos *campi* fora de sede das IFES participantes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

Em 2010 foram concedidas 75 bolsas pelo PVNS. A maior parte dos bolsistas desse programa está atuando em novas IFES (42 bolsistas). A implementação dessas bolsas foi uma das atividades de destaque realizadas pela CAPES. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 4.007.439,00 (quatro milhões, sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 42 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por região geográfica, em 2010

Região	PVNS	PVNS (%)
Sudeste	29	38,7
Nordeste	24	32,0
Norte	9	12,0
Centro-Oeste	8	10,7
Sul	5	6,7
Total	75	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

As duas instituições com maior número de bolsistas do PVNS são a Universidade Federal do ABC – UFABC e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, ambas novas IFES. Entre as instituições localizadas na região Sudeste, a UFABC possui o maior número de bolsistas (6), enquanto a UFERSA lidera na região Nordeste com 05 bolsistas.

Tabela 43 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	PVNS	PVNS (%)
Ciências Exatas e da Terra	22	29,3
Ciências Agrárias	15	20,0
Ciências Humanas	15	20,0
Ciências Biológicas	9	12,0
Linguística, Letras e Artes	5	6,7
Engenharias	4	5,3
Multidisciplinar	3	4,0
Ciências da Saúde	2	2,7
Total	75	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Aproximadamente 70% das bolsas foram concedidas a professores-pesquisadores das Grandes Áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Ciências Humanas. Dos seis bolsistas aprovados para a UFABC, quatro são da Grande Área Ciências Exatas e da Terra e um das Ciências Humanas. Já para a UFERSA, dos cinco bolsistas aprovados, três são das Ciências Agrárias e um das Ciências Exatas e da Terra.

Programa de Capacitação Docente e Técnica – PICDT

O PICDT objetiva apoiar a capacitação de docentes e técnicos com cargos de nível superior e integrantes dos quadros permanentes de IES e representou um instrumento de grande relevância para a qualificação de docentes de IES, em nível de mestrado e doutorado. Em fase de desativação desde 2007, quando foi substituído pelo Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral, o PICDT tem seu encerramento previsto para fevereiro de 2011.

Em 2010 foram concedidas 177 bolsas de doutorado por esse programa. Nesse ano, os

recursos investidos no programa totalizaram R\$ 1.417.000,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil reais), entre mensalidades de bolsa de doutorado e taxas escolares. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 44 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PICDT por região geográfica, em 2010 (considerando as IES de origem)

Região	Doutorado	Doutorado (%)
Nordeste	83	46,9
Sul	36	20,3
Norte	28	15,8
Centro-Oeste	19	10,7
Sudeste	11	6,2
Total	177	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Tabela 45 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PICDT por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Doutorado	Doutorado (%)
Ciências Humanas	68	38,4
Ciências Agrárias	21	11,9
Ciências da Saúde	15	8,5
Ciências Exatas e da Terra	15	8,5
Ciências Sociais Aplicadas	14	7,9
Linguística, Letras e Artes	14	7,9
Engenharias	13	7,3
Multidisciplinar	12	6,8
Ciências Biológicas	5	2,8
Total	177	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Nas tabelas por região e Grande Área, verifica-se que mais de 70% das bolsas foi concedida a docentes ou técnicos administrativos integrantes dos quadros permanentes de IES localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Além disso, aproximadamente 50% dos bolsistas estavam matriculados em programas de pós-graduação das Ciências Humanas e Agrárias.

Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral

O Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral visa promover a qualificação, em nível de doutorado, dos docentes das IFES por meio do planejamento institucional na capacitação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas e prioritárias (Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor), com vistas a formar novos grupos de pesquisa, a fomentar a cooperação acadêmica, a criar programas de pós-graduação, a consolidar programas já existentes e, dessa forma, reduzir as assimetrias inter e intra-regionais e das áreas do conhecimento.

O Planfor é um instrumento que deve conter a política institucional, com suas diretrizes e o modelo de gestão a ser adotado, de modo a evidenciar os princípios, os desafios, os objetivos e as metas globais a serem alcançados durante os seus cinco anos de vigência. As IFES que não apresentaram esse plano em 2009 ou cujas propostas não foram aprovadas, bem como aquelas que desejaram realizar ajustes nos planos vigentes, submeteram ao Edital 34/2010 um total de 23 propostas. Essas propostas foram analisadas por uma comissão instituída especialmente para este fim (Portaria nº 100, de 13 de maio de 2010) que recomendou 22. Além disso, o regulamento do programa foi atualizado pela Portaria nº 140, de 1º de julho de 2010.

Considerando a manutenção das bolsas de doutorado concedidas nos anos anteriores e a concessão de novas bolsas a docentes das IFES que tiveram o Planfor aprovado e estão se qualificando em áreas prioritárias para suas Instituições, foram concedidas 215 bolsas de doutorado em 2010. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 4.466.674,55 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), entre mensalidades de bolsas de doutorado e custeio da mobilidade docente e discente. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 46 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral por região geográfica, em 2010 (considerando as IFES de origem).

Região	Doutorado	Doutorado (%)
Centro-Oeste	53	24,7
Norte	50	23,3
Nordeste	50	23,3
Sudeste	49	22,8
Sul	13	6,0
Total	215	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

A tabela acima demonstra que mais de 70% das bolsas foram concedidas a IFES localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o que sugere que o programa está contribuindo para a redução das assimetrias inter-regionais por meio da qualificação dos quadros docentes de IFES fora dos grandes centros. De acordo com os dados da tabela, a seguir, as Grandes Áreas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas constam como as que mais necessitam de recursos humanos de alto nível nas IFES, somando 46% das bolsas concedidas.

Tabela 47 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral, por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Doutorado	Doutorado (%)
Ciências Humanas	66	30,7
Ciências Sociais Aplicadas	33	15,3
Linguística, Letras e Artes	28	13,0
Ciências da Saúde	26	12,1
Ciências Exatas e da Terra	16	7,4
Multidisciplinar	16	7,4
Ciências Agrárias	12	5,6
Engenharias	12	5,6
Ciências Biológicas	6	2,8
Total	215	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC

O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC objetiva fortalecer a educação profissional e tecnológica do país, por meio da capacitação dos integrantes dos quadros docentes e técnicos das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Considerando a manutenção das bolsas de mestrado e de doutorado, concedidas nos anos

anteriores, e a concessão de novas bolsas nessas duas modalidades, em 2010 foram concedidas 35 bolsas de mestrado e 306 de doutorado. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 5.141.900,00 (cinco milhões, cento e quarenta e um mil e novecentos reais), entre mensalidades de bolsas de mestrado e de doutorado e taxas escolares – estas últimas financiadas somente para bolsas concedidas até 2007. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 48 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PIQDTEC por região geográfica, em 2010 (considerando as instituições de origem)

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Nordeste	11	92	103	31,4	30,1	30,2
Sudeste	5	69	74	14,3	22,5	21,7
Sul	4	66	70	11,4	21,6	20,5
Norte	13	41	54	37,1	13,4	15,8
Centro-Oeste	2	38	40	5,7	12,4	11,7
Total	35	306	341	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

É demonstrado na tabela acima que a região Nordeste é que apresenta a maior necessidade de qualificação de docentes e técnicos administrativos.

Tabela 49 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PIQDTEC por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	15	92	107	42,9	30,1	31,4
Ciências Agrárias	5	85	90	14,3	27,8	26,4
Ciências Humanas	5	39	44	14,3	12,7	12,9
Ciências Exatas e da Terra	5	28	33	14,3	9,2	9,7
Multidisciplinar	2	21	23	5,7	6,9	6,7
Linguística, Letras e Artes	0	20	20	0,0	6,5	5,9
Ciências Sociais Aplicadas	3	7	10	8,6	2,3	2,9
Ciências da Saúde	0	8	8	0,0	2,6	2,3
Ciências Biológicas	0	6	6	0,0	2,0	1,8
Total	35	306	341	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Considerando que uma das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, para formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, aproximadamente 58% dos bolsistas do PIQDTEC estavam matriculados em programas de pós-graduação nas Grandes Áreas Engenharias e Ciências Agrárias, conforme a tabela acima.

Programa Minter e Dinter /SETEC

O objetivo do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC é possibilitar, em nível de mestrado e doutorado no país, a formação, em bloco, de docentes e técnicos administrativos integrantes do quadro de pessoal permanente das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Recursos de bolsas e de custeio de atividades foram destinados ao programa por meio de uma parceria entre a e a SETEC. O programa Minter e Dinter CAPES/SETEC é um programa de turmas especiais.

Vale destacar que em 2010 foi realizada a análise dos relatórios de atividades dos projetos aprovados até 2008 por uma comissão de avaliadores externos. Essa análise subsidiará o acompanhamento dos projetos por meio de visitas técnicas às instituições receptoras, previstas para o primeiro semestre de 2011.

Além disso, o pagamento das bolsas de estudo vinculadas aos projetos aprovados em 2009 passou a ser realizado diretamente aos bolsistas, por meio do Sistema de Acompanhamento de Concessões - SAC, com a finalidade de dar maior transparência e agilidade ao processo de pagamento dessas bolsas. Em 2010, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 5.698.931,71 (cinco milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e um centavos). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 50 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter /SETEC por região geográfica, em 2010 (considerando as instituições receptoras)

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Nordeste	171	226	397	50,1	38,1	42,5
Sudeste	35	141	176	10,3	23,8	18,8
Norte	75	88	163	22,0	14,8	17,5
Centro-Oeste	45	105	150	13,2	17,7	16,1
Sul	15	33	48	4,4	5,6	5,1
Total	341	593	934	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Tabela 51 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter /SETEC por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	105	199	304	38,9	44,6	42,5
Ciências Agrárias	40	126	166	14,8	28,3	23,2
Linguística, Letras e Artes	40	31	71	14,8	7,0	9,9
Ciências Humanas	70	0	70	25,9	0,0	9,8
Multidisciplinar	0	48	48	0,0	10,8	6,7
Ciências Exatas e da Terra	0	27	27	0,0	6,1	3,8
Ciências Biológicas	0	15	15	0,0	3,4	2,1
Ciências Sociais	15	0	15	5,6	0,0	2,1

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Aplicadas						
Total	270	446	716	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Novamente a região Nordeste é a que apresenta a maior necessidade de qualificação de docentes e técnicos administrativos, conforme a tabela 50. Verifica-se na tabela 51 que, assim como no PIQDTEC, a maior parte dos bolsistas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC está matriculada em programas de pós-graduação nas Grandes Áreas Engenharias e Ciências Agrárias, aqui totalizando aproximadamente 66% da concessão.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni visa criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Entre suas características, observam-se a consolidação, a ampliação e o aprofundamento dos processos de transformação das universidades públicas, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais.

No âmbito da CAPES, o Reuni caracteriza-se pelo pagamento de bolsas de mestrado e de doutorado, tendo em vista que a Secretaria de Educação Superior - SESu do Ministério da Educação não possui ação orçamentária para pagamento de bolsas de estudo. Em 2010, além da concessão de 3.473 bolsas de mestrado e 1.606 de doutorado, o programa previu a concessão de 230 bolsas de pós-doutorado. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 65.312.600,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e doze mil e seiscentos reais), entre mensalidades de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os recursos referentes ao pagamento das bolsas de pós-doutorado foram descentralizados para as IFES por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica e Grande Área do conhecimento.

Tabela 52 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Reuni por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	1.234	703	1.937	35,5	43,8	38,1
Sudeste	940	408	1.348	27,1	25,4	26,5
Nordeste	879	381	1.260	25,3	23,7	24,8
Centro-Oeste	248	98	346	7,1	6,1	6,8
Norte	172	16	188	5,0	1,0	3,7
Total	3.473	1.606	5.079	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Tabela 53 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Reuni por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	576	244	820	16,6	15,2	16,1
Ciências Agrárias	485	253	738	14,0	15,8	14,5
Ciências da Saúde	446	253	699	12,8	15,8	13,8
Ciências Biológicas	393	247	640	11,3	15,4	12,6
Ciências Exatas e da Terra	375	211	586	10,8	13,1	11,5
Engenharias	297	132	429	8,6	8,2	8,4
Multidisciplinar	326	100	426	9,4	6,2	8,4
Ciências Sociais Aplicadas	301	58	359	8,7	3,6	7,1
Linguística, Letras e Artes	266	82	348	7,7	5,1	6,9
Pró-Reitoria	8	26	34	0,2	1,6	0,7
Total	3.473	1.606	5.079	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD

O PROCAD objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a abordagem de novos tópicos de pesquisa e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada. Esse programa contempla despesas com bolsas de estudos, passagens, diárias, material de consumo, auxílio-moradia e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

Por meio do PROCAD foram concedidas 658 bolsas de pós-graduação, sendo 370 de mestrado, 167 de doutorado e 121 de pós-doutorado, que podem ser visualizadas nas tabelas, a seguir. Os recursos para atendimento aos beneficiários do PROCAD totalizaram, em 2010, R\$ 11.454.645,95 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Tabela 54 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	124	71	36	231
Nordeste	95	41	37	173
Sul	88	44	23	155
Centro-Oeste	39	6	18	63
Norte	24	5	7	36
Total	370	167	121	658

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 55 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	53	40	11	104
MG	49	18	15	82
PR	40	15	6	61
RS	31	16	14	61
RJ	21	13	8	42
BA	18	8	8	34
GO	24	1	9	34
SC	17	13	3	33
CE	19	6	7	32
RN	13	5	4	22
PE	13	8	0	21
MA	12	2	5	19
PB	8	2	7	17
MT	8	0	6	14
DF	5	5	3	13
PA	5	4	4	13
PI	6	1	6	13
SE	5	6	0	11
AM	9	0	1	10
AC	6	0	0	6
TO	3	1	1	5
AL	1	3	0	4
ES	1	0	2	3
MS	2	0	0	2
RO	1	0	0	1
RR	0	0	1	1
AP	0	0	0	0
Total	370	167	121	658

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 56 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	71	41	25	137

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Humanas	65	18	14	97
Ciências Biológicas	50	29	9	88
Ciências da Saúde	48	16	22	86
Ciências Agrárias	38	24	23	85
Engenharias	37	13	10	60
Ciências Sociais Aplicadas	29	11	6	46
Multidisciplinar	18	10	4	32
Linguística, Letras e Artes	14	5	8	27
Total	370	167	121	658

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Programa de Apoio ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres

O Programa de Apoio ao Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, lançado em 2008 em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados, que incorporem as dimensões de gênero e o acúmulo dos estudos feministas no enfrentamento à violência contra as mulheres em todas as áreas do conhecimento relacionadas, contribuindo, assim, para desenvolver e inserir no pensamento brasileiro tais perspectivas de análises.

Em 2010, último ano de vigência desse edital, foram concedidas 13 bolsas de mestrado, contemplando as regiões Nordeste, com 07 bolsas, Sul com 03 bolsas, Sudeste com duas e Centro-Oeste com uma. Em relação à distribuição das bolsas entre as grandes áreas, 10 foram alocadas nas Ciências Humanas e uma bolsa em cada uma das seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Nesse ano foi investido nesse Edital o total de R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos mil reais).

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA-/SETEC

O PROEJA objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e/ou demais instituições enquadráveis nos termos do Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área. Em 2010, foram concedidas 44 bolsas, sendo 27 de mestrado e 17 de doutorado. A tabela seguinte apresenta a distribuição dessas bolsas entre as regiões geográficas.

Tabela 57 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROEJA por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Sudeste	12	6	18
Sul	8	4	12
Nordeste	5	4	9

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Centro-Oeste	2	3	5
Total	27	17	44

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Prêmio de Tese

O Prêmio de Tese objetiva premiar anualmente as melhores teses, em cada uma das áreas do conhecimento da CAPES. Os autores premiados recebem um certificado, uma medalha e uma bolsa de pós-doutorado no país, com duração máxima de 12 meses e os respectivos orientadores recebem um prêmio no valor de R\$ 3.000,00.

Em 2010, o montante investido pela CAPES foi de R\$ 510.600,00 (quinhentos e dez mil e seiscentos reais). E esse Prêmio concedeu 35 bolsas de pós-doutorado, conforme distribuição, por região geográfica e Grande Área do conhecimento, apresentadas nas tabelas, a seguir.

Tabela 58 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio de Tese por região geográfica, em 2010

Região	Pós-doutorado
Sudeste	27
Sul	6
Nordeste	2
Total	35

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 59 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio de Tese por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Pós-doutorado
Ciências da Saúde	7
Ciências Sociais Aplicadas	6
Ciências Agrárias	4
Ciências Biológicas	4
Ciências Exatas e da Terra	4
Ciências Humanas	4
Engenharias	4
Linguística, Letras e Artes	1
Multidisciplinar	1
Total	35

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP

O Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP é uma iniciativa do Ministério da Educação/SEESP, em parceria com a CAPES e objetiva apoiar projetos de pesquisa e a formação de

recursos humanos, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, voltadas à produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização.

O PROESP disponibilizou, no ano de 2010, o montante de R\$ 1.408.643,73 (um milhão, quatrocentos e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos) para apoiar 28 projetos. Foram concedidas 69 bolsas de mestrado e 27 de doutorado, distribuídas conforme tabelas apresentadas abaixo.

Tabela 60 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Sudeste	28	18	46
Sul	18	4	22
Norte	10	3	13
Nordeste	10	2	12
Centro-Oeste	3	0	3
Total	69	27	96

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 61 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total
Ciências Humanas	49	18	67
Multidisciplinar	11	5	16
Ciências da Saúde	5	2	7
Ciências Biológicas	2	2	4
Linguística, Letras e Artes	2	0	2
Total	69	27	96

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB

O Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a pesquisa interdisciplinar voltada para a caracterização de espécies botânicas e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada na área de Botânica no país.

Em 2010 o PNADB apoiou 21 projetos, envolvendo 68 equipes. Foram concedidos R\$ 1.816.000,71 (um milhão oitocentos e dezesseis mil e setenta e um centavos) para o custeio de bolsas de pós-graduação e dos projetos de pesquisa. Foram concedidas 116 bolsas, sendo 72 de mestrado, 33 de doutorado e 11 de estágio pós-doutoral, conforme tabelas apresentadas abaixo.

Tabela 62 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	33	12	5	50
Nordeste	16	6	1	23
Sul	11	6	2	19
Centro-Oeste	6	7	2	15
Norte	6	2	1	9
Total	72	33	11	116

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 63 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	60	30	11	101
Ciências Agrárias	8	0	0	8
Ciências Exatas e da Terra	2	1	0	3
Multidisciplinar	1	2	0	3
Ciências da Saúde	1	0	0	1
Total	72	33	11	116

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Edital MCT/CNPq/MEC/ N° 02/2010 (Edital Humanas)

O Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N° 02/2010 é uma ação conjunta da CAPES e do CNPq que objetiva selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, social e tecnológico do país, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O valor global disponibilizado para o Edital Humanas de 2010 foi de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo 50% da e 50% do CNPq, recursos estes oriundos do Tesouro Nacional relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental. Vale ressaltar que esse programa é executado pelo CNPq, portanto, a CAPES descentralizou para essa agência o valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na natureza de despesa de custeio.

Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital – RH-TVD

O Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital - RH-TVD objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Televisão Digital – TVD, contribuindo, assim, para fortalecer a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.

Por intermédio do RH-TVD, a CAPES despendeu R\$ 990.200,00 (novecentos e noventa mil e duzentos reais), no ano de 2010, sendo o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para financiar o custeio dos 19 projetos aprovados pelo Edital RH-TVD. Foram concedidas, em 2010, 124 bolsas de

pós-graduação no país, sendo 83 de mestrado e 41 de doutorado, totalizando um investimento de R\$ 987.200,00 (novecentos e oitenta e sete mil e duzentos reais), pagos diretamente aos bolsistas. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade federativa e Grande Área do conhecimento. Vale ressaltar que esse programa encerrou o segundo ano de vigência e passou por avaliação intermediária de mérito, na qual três projetos foram cancelados.

Tabela 64 (ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Sudeste	38	17	55
Sul	20	11	31
Nordeste	19	9	28
Centro-Oeste	4	2	6
Norte	2	2	4
Total	83	41	124

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 65 (ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total
SP	15	12	27
RJ	18	5	23
RS	9	4	13
SC	7	5	12
CE	6	5	11
PE	5	1	6
PR	4	2	6
RN	3	3	6
DF	4	1	5
PB	5	0	5
PA	2	2	4
MG	3	0	3
ES	2	0	2
GO	0	1	1
Total	83	41	124

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 66 (ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total
Engenharias	35	17	52

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	35	16	51
Multidisciplinar	7	4	11
Ciências Sociais Aplicadas	6	4	10
Total	83	41	124

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA

O Edital Pró-defesa, em parceria com o Ministério da Defesa, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos desse Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2010, por intermédio do Edital Pró-defesa 2008, a CAPES investiu R\$ 1.330.857,96 (um milhão trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos) entre despesas de custeio (R\$ 598.105,08) e de capital (R\$ 223.452,88) em 16 projetos para os quais foram concedidas 53 bolsas de pós-graduação pagas diretamente aos bolsistas, sendo 25 de mestrado, 21 de doutorado e 3 de pós-doutorado, totalizando um investimento de R\$ 509.300,00 (quinhentos e nove mil e trezentos reais). As despesas de custeio foram executadas na Ação 0487 e as de capital na Ação 4019 – Fomento à Pós-graduação.

A fonte de financiamento do Pró-defesa origina-se integralmente do orçamento da União, cabendo à CAPES o montante de R\$ 597.452,88 (custeio, capital e bolsas) e o restante, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) ao Ministério da Defesa (custeio). Os projetos aprovados pelo Edital Pró-defesa 2005 não receberam repasse de recursos de custeio e capital em 2010. Os projetos completaram o quarto ano de execução, dispondo de mais um ano para a conclusão de suas atividades até o encerramento da vigência dos respectivos termos de auxílio ao pesquisador. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Tabela 67 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	21	15	1	37
Sul	1	3	0	4
Norte	1	2	1	4
Nordeste	1	0	1	2
Centro-Oeste	1	1	0	2
Total	25	21	3	49

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 68 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	12	9	1	22
SP	8	6	0	14
AP	0	2	1	3
PR	1	2	0	3
BA	1	0	1	2
DF	1	1	0	2
MG	1	0	0	1
PA	1	0	0	1
RS	0	1	0	1
Total	25	21	3	49

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 69 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Engenharias	11	8	0	19
Ciências Humanas	5	6	0	11
Ciências Sociais Aplicadas	3	3	2	8
Ciências Exatas e da Terra	3	3	0	6
Ciências da Saúde	1	0	1	2
Ciências Agrárias	1	0	0	1
Multidisciplinar	1	0	0	1
Indefinida*	0	1	0	1
Total	25	21	3	49

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Engenharias – PRÓ-ENGENHARIAS

O Pró-engenharias objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados nas áreas das Engenharias, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas por meio da análise das prioridades e das competências existentes.

Em 2010, por meio desse programa, a CAPES concedeu 377 bolsas de pós-graduação, sendo 234 de mestrado e 143 de doutorado e foram utilizados R\$ 2.767.600,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais) para o pagamento de bolsas. Além disso, foram investidos R\$ 673.799,52 (seiscentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e nove reais e

cinquenta de dois centavos) para o custeio dos 76 projetos, totalizando o investimento de R\$ 3.441.399,52 (três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) por esse programa. Destaca-se que o Pró-engenharias encerrou o segundo ano de vigência e passou por avaliação intermediária de mérito, na qual seis projetos foram cancelados. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 70 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Sudeste	104	74	178
Sul	70	39	109
Nordeste	46	25	71
Norte	9	4	13
Centro-Oeste	5	1	6
Total	234	143	377

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 71 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total
SP	67	53	120
RS	29	18	47
SC	20	15	35
RJ	17	13	30
MG	20	8	28
PR	21	6	27
PB	15	11	26
RN	10	3	13
PE	5	6	11
PA	7	2	9
SE	7	2	9
CE	5	3	8
AM	2	2	4
BA	3	0	3
DF	2	1	3
GO	3	0	3
AL	1	0	1
Total	234	143	377

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 72 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total
Engenharias	196	119	315
Ciências Agrárias	15	10	25
Multidisciplinar	11	8	19
Ciências Exatas e da Terra	9	5	14
Ciências Sociais Aplicadas	3	1	4
Total	234	143	377

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Administração – PRÓ-ADMINISTRAÇÃO

O Pró-administração objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa e apoio à capacitação docente utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e nas demais instituições enquadráveis nos termos do Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Administração e Gestão, contribuindo, assim, para a melhoria de ensino de pós-graduação e graduação na área.

Em 2010, por meio desse programa, a CAPES apoiou 21 projetos concedendo 70 bolsas de pós-graduação, sendo 45 de mestrado e 25 de doutorado, totalizando o investimento de R\$ 862.700,00 (oitocentos e sessenta e dois mil e setecentos reais).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 73 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Total
Sudeste	17	12	29
Nordeste	13	6	19
Sul	11	6	17
Centro-Oeste	2	1	3
Norte	2	0	2
Total	45	25	70

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 74 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Total
SP	8	8	16

UF	Mestrado	Doutorado	Total
RJ	5	3	8
PE	4	2	6
PR	5	1	6
SC	2	4	6
BA	3	2	5
MG	4	1	5
RN	3	2	5
RS	4	1	5
DF	2	1	3
PB	3	0	3
AC	1	0	1
TO	1	0	1
Total	45	25	70

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 75 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total
Ciências Sociais Aplicadas	41	21	62
Ciências Humanas	3	2	5
Ciências da Saúde	0	1	1
Engenharias	0	1	1
Multidisciplinar	1	0	1
Total	45	25	70

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Cultura – PRÓ-CULTURA

O Pró-cultura, uma parceria da CAPES com o Ministério da Cultura, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção. A característica fundamental desse programa é a multidisciplinaridade refletida na diversidade de áreas de conhecimento abarcadas.

Em 2010, por meio desse programa, a CAPES apoiou 21 projetos concedendo 66 bolsas de mestrado e foram investidos R\$ 663.600,00 (seiscentos e sessenta e três mil e seiscentos reais) para o pagamento de bolsas e R\$ 1.698.440,89 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos) em despesas de custeio, totalizando o investimento de R\$ 2.362.040,89 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quarenta reais e oitenta e nove centavos).

Convém salientar que, devido à multidisciplinaridade do programa, foram aprovados projetos de 25 áreas diferentes, englobando quase todas as grandes áreas do conhecimento, com exceção das Ciências Exatas e da Terra.

A fonte de financiamento do Pró-cultura origina-se integralmente do orçamento da União cabendo à o montante de R\$ 663.600,00 (seiscentos e sessenta e três mil e seiscentos reais) para o pagamento de bolsas e R\$ 801.057,36 (oitocentos e um mil, cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) para recursos de custeio. O Ministério da Cultura descentralizou para a CAPES o valor de R\$ 897.383,53 (oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) para as despesas de custeio dos projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Tabela 76 (ação 0487)– Concessão de bolsas do Pró-cultura por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado
Nordeste	22
Sul	20
Sudeste	16
Norte	5
Centro-Oeste	3
Total	66

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 77 (ação 0487)– Concessão de bolsas do Pró-cultura por UF, em 2010

UF	Mestrado
RS	11
RJ	9
BA	7
MG	5
SC	5
PR	4
RN	4
PA	3
PE	3
PI	3
AM	2
CE	2
SP	2
DF	1

UF	Mestrado
GO	1
MA	1
MT	1
PB	1
SE	1
Total	66

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 78 (ação 0487)– Concessão de bolsas do Pró-cultura por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado
Ciências Humanas	23
Linguística, Letras e Artes	12
Multidisciplinar	11
Ciências Sociais Aplicadas	9
Engenharias	5
Ciências da Saúde	4
Ciências Agrárias	1
Ciências Biológicas	1
Total	66

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – Programa Parcerias

O Programa Parcerias objetiva o desenvolvimento da Pós-graduação, visando à implementação de novos cursos e o atendimento a um maior público de discentes da pós-graduação.

As fontes de financiamento do programa Parcerias originam-se do orçamento da União e dos Estados. Por intermédio desse programa, a CAPES despendeu em 2010, o montante de R\$ 4.578.326,71 (quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e setenta e um centavos) sendo R\$ 1.613.126,71 (um milhão, seiscentos e treze mil, cento e vinte e seis reais e setenta e um centavos) em recursos de custeio e R\$ 2.965.200,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais) para despesas de bolsas de estudo, apoiando 11 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs.

No âmbito dos projetos apoiados, foram concedidas 565 bolsas de pós-graduação sendo 393 de mestrado, 162 de doutorado e 10 de pós-doutorado. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 79 (ação 0487)– Concessão de bolsas do programa Parcerias por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Nordeste	291	57	10	358
Sudeste	41	71	0	112
Centro-Oeste	60	21	0	81
Norte	0	10	0	10
Sul	1	3	0	4
Total	393	162	10	565

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 80 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Parcerias por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
BA	175	14	0	189
RJ	35	69	0	104
AL	71	1	0	72
MT	60	1	0	61
CE	0	37	0	37
MA	32	0	0	32
MS	0	17	0	17
PI	9	4	0	13
PE	2	0	10	12
AM	0	10	0	10
SP	5	1	0	6
PB	2	1	0	3
SC	1	2	0	3
GO	0	2	0	2
DF	0	1	0	1
ES	0	1	0	1
MG	1	0	0	1
PR	0	1	0	1
Total	392	163	10	565

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 81 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Parcerias por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	64	43	1	108

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Agrárias	58	26	3	87
Multidisciplinar	50	26	0	76
Ciências Exatas e da Terra	38	30	2	70
Engenharias	42	23	4	69
Ciências Humanas	48	7	0	55
Linguística, Letras e Artes	39	4	0	43
Ciências Sociais Aplicadas	28	1	0	29
Ciências da Saúde	26	2	0	28
Total	393	162	10	565

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – Programa INCT

Nos termos da Portaria MCT Nº 429, de 17 de julho de 2008, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia são formados por uma instituição sede – caracterizada pela excelência de sua produção científica e ou tecnológica, alta qualificação na formação de recursos humanos e com capacidade de captar recursos de outras fontes – e por um conjunto de laboratórios ou grupos associados de outras instituições, articulados na forma de redes científico-tecnológicas. Os INCT são caracterizados por uma área ou tema de atuação bem definidos, em área de fronteira da ciência e/ou da tecnologia ou em áreas estratégicas do Plano de Ação em C,T&I 2007-2010.

O apoio oferecido pela CAPES aos INCT se dá por meio da concessão de bolsas de estudo pagas diretamente aos alunos, conforme previsto no Edital 15/2008 MCT/ CNPq/ FNDCT/ CAPES/ FAPEMIG/ FAPERJ/ FAPESP. Em 2010, foram investidos de R\$ 6.780.900,00 (seis milhões, setecentos e oitenta mil e novecentos reais) e concedidas 384 bolsas, sendo 251 de mestrado, 123 de doutorado e 10 de pós-doutorado por esse programa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 82 (ação 0487)– Concessão de bolsas do programa INCT por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	125	78	7	210
Sul	62	31	0	93
Nordeste	37	10	1	48
Norte	15	3	2	20
Centro-Oeste	12	1	0	13
Total	251	123	10	384

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 83 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	63	39	6	108
MG	39	19	1	59
RS	27	19	0	46
RJ	23	20	0	43
SC	21	7	0	28
PR	14	5	0	19
BA	12	2	1	15
RN	7	5	0	12
AM	6	1	2	9
DF	6	1	0	7
PA	4	2	0	6
PB	6	0	0	6
SE	5	1	0	6
MT	5	0	0	5
RO	4	0	0	4
AL	3	0	0	3
CE	1	2	0	3
PE	3	0	0	3
AP	1	0	0	1
GO	1	0	0	1
Total	251	123	10	384

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 84 (ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	57	32	0	89
Ciências Biológicas	40	41	6	87
Ciências Agrárias	49	7	0	56
Ciências da Saúde	34	13	2	49
Engenharias	37	10	2	49
Multidisciplinar	23	9	0	32
Ciências Humanas	9	9	0	18
Ciências Sociais Aplicadas	2	2	0	4

Total	251	123	10	384

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Nanobiotecnologia - Edital Rede Nanobiotec-Brasil

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2010, por intermédio do Edital Rede Nanobiotec-Brasil, foram concedidas 264 bolsas de doutorado e 101 de pós-doutorado e investidos R\$ 12.327.627,38 (doze milhões, trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos) entre despesas de bolsas (R\$ 5.431.216,26), custeio (R\$ 3.921.531,12) e capital (R\$ 2.974.880,00) para apoiar 38 projetos de pesquisa. Convém ressaltar que as despesas de capital foram executadas na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 85 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por região geográfica, em 2010

Região	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	116	46	162
Sul	93	30	123
Nordeste	34	10	44
Centro-Oeste	13	7	20
Norte	8	8	16
Total	264	101	365

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 86 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por UF, em 2010

UF	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RS	65	20	85
SP	45	31	76
RJ	41	8	49
MG	30	7	37
PR	19	4	23
PE	14	3	17
DF	11	5	16
RO	7	8	15

UF	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SC	9	6	15
CE	5	2	7
AL	4	2	6
SE	5	0	5
GO	2	2	4
BA	2	1	3
PB	2	1	3
RN	2	1	3
AM	1	0	1
Total	264	101	365

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 87 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	46	26	72
Ciências da Saúde	63	8	71
Ciências Exatas e da Terra	63	32	95
Engenharias	44	22	66
Ciências Agrárias	31	5	36
Multidisciplinar	15	7	22
Ciências Sociais Aplicadas	1	1	2
Ciências Humanas	1	0	1
Total	264	101	365

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Programa de Bolsa Especial para Doutorado em Pesquisa Médica – PBE-DPM

O PBE-DPM objetiva estimular no país a formação de recursos humanos, em nível de doutorado, visando à formação de pesquisadores na área de pesquisas médicas em menor tempo, priorizando as instituições que tenham oficialmente estabelecido um programa acadêmico vinculando o treinamento científico dos alunos de medicina e de profissionais médicos durante a graduação e o período da residência médica com seu ingresso no doutorado.

Em 2010, a CAPES investiu, por meio do PBE-DPM, o montante de R\$ 504.400,00 (quinhentos e quatro mil e quatrocentos reais) em 09 projetos com 31 bolsas de doutorado. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 88 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por região geográfica, em 2010

Região	Doutorado
Sudeste	12
Sul	16
Norte	3
Centro-Oeste	0
Nordeste	0
Total	31

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 89 (ação 0487) – Concessão de bolsas PBE-DPM por UF, em 2010

UF	Doutorado
RS	16
SP	8
MG	3
PA	3
RJ	1
Total	31

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 90 (ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Doutorado
Ciências da Saúde	17
Ciências Biológicas	14
Total	31

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Edital Ciências do Mar

O Edital Ciências do Mar objetiva estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no país utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e demais instituições associadas enquadráveis nos termos do Edital, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação.

Estão previstas no instrumento de seleção e no regulamento do Edital Ciências do Mar, despesas com bolsas de estudos no país nas modalidades: mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor/pesquisador visitante; e bolsas no exterior: graduação sanduíche, doutorado sanduíche e pós-doutorado, além de equipamentos e material permanente, passagens aéreas, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

Por intermédio do Edital Ciências do Mar, a CAPES dispendeu, no ano de 2010, o montante de R\$ 3.917.402,94 (três milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e dois reais e noventa e quatro centavos) entre despesas com bolsas (R\$ 1.306.432,52), custeio (R\$ 1.453.592,16) e capital (R\$ 1.154.378,26) nos 26 projetos com a concessão de 82 bolsas de mestrado, 113 de doutorado e 30 de pós-doutorado. Os recursos de capital foram executadas na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa e Grande Área do conhecimento.

Tabela 91 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por região geográfica, em 2010

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sul	28	51	8	87
Sudeste	35	38	13	86
Nordeste	18	24	8	50
Norte	1	0	1	2
Total	82	113	30	225

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 92 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por UF, em 2010

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	19	24	9	52
RS	10	30	5	45
SP	15	13	3	31
CE	12	15	3	30
SC	12	15	1	28
PR	6	6	2	14
PE	3	4	2	9
BA	1	5	2	8
ES	1	1	1	3
PA	1	0	1	2
RN	1	0	1	2
MA	1	0	0	1
Total	82	113	30	225

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Tabela 93 (ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	32	50	17	99
Ciências Biológicas	17	19	7	43
Ciências Agrárias	11	21	2	34
Ciências Humanas	8	10	2	20
Multidisciplinar	8	8	0	16
Engenharias	6	5	2	13
Total	82	113	30	225

Fonte: CII/CGPE/DPB/

Edital Pró-ensino na Saúde

O Edital Pró-ensino na Saúde, uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Saúde, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde. Contribui para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde.

Por intermédio do Edital Pró-ensino na Saúde, a CAPES implementou, em 2010, o montante de R\$ 3.383.620,70 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos) entre despesas de custeio (R\$ 2.111.100,46) e de capital (R\$ 1.272.520,24) para apoiar os 23 projetos. Vale destacar que os recursos de custeio foram repassados à CAPES pelo Ministério da Saúde. As despesas de capital também foram integralmente financiadas pela CAPES e sua aplicação está descrita e detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

b) Principais Problemas

Sistema de Acompanhamento de Concessões - SAC Novo

O SAC Novo começou a ser implementado em janeiro de 2009 nos programas internos executados por bolsa no país e o aplicativo ainda está em fase de desenvolvimento.

Cadastro Discente – CD

O preenchimento do cadastro de discente ainda não foi incorporado pelas IES. Atualmente, as informações prestadas no CD são aquelas relacionadas ao cadastro dos bolsistas (inclusão, substituição e cancelamento). Porém, as IES prestam informações de forma generalizada e imprecisa. Com um mecanismo mandatório que obrigue as IES a manter o CD corretamente atualizado, a CAPES poderá contar com um banco de dados confiável para utilizar de forma eficiente no gerenciamento e na avaliação da política educacional.

Treinamento de pessoal das PRPGs que operacionalizam o SAC

Devido à recente migração para o Sistema de Acompanhamento de Concessões-SAC, muitas IES ainda não estão familiarizadas com esse novo ambiente de operacionalização para gerenciamento das bolsas. Esse fato implica numa necessidade constante de orientações por parte dos técnicos da CAPES aos técnicos das PRPGs, via telefone e correio eletrônico, acerca de

procedimentos básicos de utilização do sistema. Pretende-se ministrar um programa de treinamento presencial dos técnicos das IES, na CAPES ou *in loco*, visando uma compreensão adequada dos procedimentos mensais a serem efetuados pelas PRPGs. Tal medida poderia inclusive diminuir consideravelmente o número das solicitações de pagamentos retroativos encaminhadas à CAPES, como forma corretiva aos erros reincidentes cometidos.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

As metas, física e financeira, previstas na Ação 0487 foram atingidas. A unidade de meta física foi superada em comparação com a registrada nos sistemas de planejamento, uma vez que a meta inicialmente prevista no PPA encontra-se subestimada.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	868.801.241,00	841.851.352,23	97
FÍSICA	39.053	50.321	129

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

IX) Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da

Ação 12TS	Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES
Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir e adaptar imóvel que sediará a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
Descrição	Adquirir imóvel e posteriormente efetuar possíveis adaptações necessárias para uma plena utilização do imóvel.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães Presidente da
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DPB), Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)

a) Principais Resultados

A ação 12TS não foi executada.

b) Principais Problemas

O objetivo da ação era adquirir o imóvel que atualmente é a sede da CAPES no Setor Bancário Norte (SBN), de propriedade da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Entretanto, na negociação para aquisição do prédio, a CNC somente aceitou alienar o imóvel caso houvesse permuta com terreno da situado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN).

Ocorre que tal terreno foi cedido ao Ministério da Educação (MEC) pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG), com cláusula condicional de destinação específica (construção da sede da CAPES). Devido à complexidade jurídica da matéria e considerando que a realização da permuta envolveria ações do MEC e da SPU/MPOG, somente no início de 2011 chegou-se a uma solução para execução do negócio.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 31.400.000	R\$ 0,00	0 %
Física	48	0	0 %

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

X) Ação 8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

Ação 8015	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
Descrição	Realização de curso de pós-graduação stricto sensu (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e lato sensu (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Coordenador nacional da ação	Sérgio da Costa Côrtes
Unidades executoras	IBGE

Está ação foi executada mediante descentralização pela UO 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

XI) Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação

Ação 4019	Fomento à Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, custeio de atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.
Descrição	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, assim como a manutenção da Casa do Brasil na cidade universitária, em Paris, que atende a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. Implementação de editais específicos e indutores para apoiar ações de investimento na modernização da infra-estrutura de equipamento de laboratório compartilhado de programa de pós-graduação visando à formação de recursos humanos e a melhoria da pesquisa científica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País (DPB)
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB); Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional (CGSI); e Coordenação-Geral de Projetos Especiais (CGPE)

a) Principais Resultados

Por meio dessa ação foram executados programas que concedem recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa e à aquisição de insumos para laboratórios (despesa de capital), bem como à promoção e participação em eventos científicos e à editoração e publicação de periódicos (custeio). Destaca-se nessa ação a execução do programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 98 projetos, no valor total de R\$ 69,4 milhões e o Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP que financiou 1.117 eventos no Brasil (congressos, workshops e seminários científicos) no valor de R\$ 20.907.900,00 (vinte milhões, novecentos e sete mil e novecentos reais). Além disso, em 2010, foram alocados R\$ 6.134.777,51 (seis milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos) pelo PROEX e R\$ 6.962.193,22 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, centos e noventa e três reais e vinte e dois centavos) pelo PROF, na rubrica de capital.

Programa Pró-Equipamentos

O programa Pró-Equipamentos visa apoiar propostas para a recuperação, modernização e o suprimento de necessidade de equipamentos destinados à melhoria da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nos cursos de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

Esse programa disponibilizou em 2010 o montante de R\$ 69.443.188,98 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos) em despesas de capital. A distribuição desses recursos está apresentada por região geográfica, unidade da federação e *status* jurídico nas tabelas, a seguir.

O repasse do valor citado acima foi efetuado por meio de descentralização de crédito orçamentário para Instituições Federais, celebração de convênios para Instituições Estaduais e Municipais e celebração de Auxílios a Projetos de Pesquisa para repasses a Instituições Estaduais inferiores a R\$ 100.000,00.

Tabela 1 (ação 4019) – Demanda de recursos e apoio a propostas, por região geográfica, no Edital 27/2010 Pró – Equipamentos Institucional

Região	Propostas Submetidas		Propostas Apoiadas		%
	n	Demanda (R\$)	n	Apoio (R\$)	Dos recursos
Sudeste	37	29.236.287,84	37	28.701.537,95	40,2
Nordeste	25	19.704.336,68	25	17.518.162,12	27,1
Sul	18	13.253.202,83	17	12.781.747,37	18,2
Centro Oeste	8	5.693.434,90	8	5.693.434,90	7,8
Norte	11	4.913.097,91	11	4.748.306,64	6,7
Total	99	72.800.360,16	98	69.443.188,98	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 2 (ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por *Status* Jurídico, em 2010

UF	Nº	Valor Apoiado (R\$)
SP	12	11.417.169,44
MG	13	7.944.812,97
RJ	10	7.701.469,95
PR	7	5.537.280,22
RS	6	4.346.455,57
BA	5	3.529.038,44
PE	4	3.442.404,51
SC	4	2.898.011,58
CE	5	2.873.993,44
PB	3	2.469.807,59
RN	3	2.438.084,36

UF	Nº	Valor Apoiado (R\$)
DF	1	1.999.999,02
PA	3	1.890.739,23
GO	2	1.649.993,25
ES	2	1.638.085,59
AM	3	1.592.115,00
MT	2	1.095.093,17
MS	3	948.349,46
AL	1	800.000,00
PI	1	795.940,00
MA	2	650.000,00
SE	1	518.893,78
AC	1	299.000,00
TO	1	292.033,71
RO	1	272.118,70
RR	1	252.300,00
AP	1	150.000,00
Total	98	69.443.188,98

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Tabela 3 (ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por UF, em 2010

Status Jurídico	Nº	Valor Apoiado (R\$)
Federal	69	51.432.843,72
Estadual	28	17.738.332,26
Municipal	1	272.013,00
Total	98	69.443.188,98

Fonte: CPE/CGPE/DPB/

Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP

O PAEP tem por objetivo conceder recursos para o fomento de eventos (colóquios, conferências, congressos, encontros, fóruns, jornadas, oficinas, reuniões, seminários, simpósios, workshops, entre outros) científicos, tecnológicos e culturais, de curta duração, com abrangência local, regional, nacional e/ou internacional, promovidos por associações ou sociedades científicas, associações de programas de pós-graduação e de pesquisa e programas de pós-graduação. Vale ressaltar que a partir de 2010 a CAPES passou a apoiar eventos direcionados a formação e melhoria do quadro docente da educação básica.

Os eventos a serem apoiados no âmbito do PAEP devem, dentro de suas especificidades, cumprir, entre outros, os seguintes objetivos:

- a) divulgar a geração de novos conhecimentos e de novos produtos;
- b) promover e elevar a qualidade da produção científica;
- c) incentivar e apoiar a participação de pós-graduandos e outros estudantes nos eventos;
- d) proporcionar o intercâmbio entre pesquisadores, pós-graduandos e alunos no final da graduação, de modo a promover a troca qualificada de opiniões e o nascimento de ideias inovadoras, além de despertar o interesse dos alunos para a pesquisa.

Em 2010, a CAPES recebeu 1.129 solicitações e apoiou um total de 1.117 eventos, concedendo recursos financeiros que totalizaram o montante de R\$ 20.907.900,00 (vinte milhões, novecentos e sete mil e novecentos reais).

Dos 1.117 eventos apoiados pelo PAEP, em 2010, merecem destaque os 79 eventos da educação básica. Estes são relacionados à promoção e elevação da qualidade da produção científica e tecnológica e tecnologias educacionais ligadas à formação de professores para a educação básica, com o objetivo de incentivar e apoiar aos eventos destinados à melhoria da formação de docentes para a educação básica. A tabela, a seguir, demonstra a evolução no atendimento da solicitação de eventos pelo PAEP nos últimos oito anos.

Tabela 4 (ação 4019) – Evolução dos recursos e do número de eventos do PAEP, de 2003 a 2010

Ano	Recursos (R\$)	Nº Eventos
2003	4.023.684,84	423
2004	5.016.457,42	427
2005	9.583.622,70	526
2006	12.278.073,48	631
2007	10.298.843,53	778
2008	12.674.049,00	842
2009	15.882.481,00	896
2010	20.907.900,00	1.117

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

O ano de 2010 evidencia o aumento do número de eventos apoiados, e mostra que em relação ao ano de 2003, houve um crescimento da ordem de 264%.

Eventos Apoiados e Recursos Concedidos pelo PAEP por Região Geográfica

Tabela 5 (ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por região geográfica, em 2010

Região	Nº de Eventos	Recursos (R\$)	%
Sudeste	541	10.081.000,00	48,22
Nordeste	215	4.484.400,00	21,45
Sul	211	3.587.600,00	17,16
Centro-oeste	84	1.469.400,00	7,03
Norte	66	1.285.500,00	6,15

Total	1.117	20.907.900,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

Em 2010, quase 50% dos eventos apoiados pela foram realizados na região Sudeste com um investimento de mais de 10 milhões de reais. As regiões Nordeste e Sul vêm em seguida com 38,61% dos recursos do PAEP.

Eventos Apoiados e Recursos Concedidos pelo PAEP por Unidade da Federação

Tabela 6 (ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por UF, em 2010

UF	Nº Eventos	(%)	Recursos (R\$)	(%)
SP	241	21,58	4.504.700,00	21,55
RJ	158	14,15	3.084.500,00	14,75
MG	123	11,01	2.124.300,00	10,16
RS	101	9,04	1.605.800,00	7,68
BA	64	5,73	1.184.900,00	5,67
SC	56	5,01	935.800,00	4,48
PR	55	4,92	1.050.000,00	5,02
PE	49	4,39	1.018.000,00	4,87
RN	33	2,95	890.000,00	4,26
DF	32	2,86	656.000,00	3,14
GO	26	2,33	378.400,00	1,81
CE	24	2,15	549.000,00	2,63
PA	21	1,88	443.500,00	2,12
PB	21	1,88	400.000,00	1,91
ES	17	1,52	302.500,00	1,45
MS	16	1,43	284.000,00	1,36
SE	16	1,43	271.000,00	1,3
AM	14	1,25	340.000,00	1,63
MT	14	1,25	208.000,00	0,99
MA	11	0,98	214.500,00	1,03
PI	8	0,72	190.000,00	0,91
TO	5	0,45	78.000,00	0,37
AL	3	0,27	48.000,00	0,23
RO	3	0,27	45.000,00	0,22
AC	3	0,27	37.000,00	0,18
RR	2	0,18	50.000,00	0,24
AP	1	0,09	15.000,00	0,07

UF	Nº Eventos	(%)	Recursos (R\$)	(%)
Total	1.117	100	20.907.900,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

No que concerne a análise dos dados por UF, nota-se que o maior número de eventos e o montante de recursos foi destinado ao Estado de São Paulo com 21,55% e 21,55% respectivamente, seguido pelo Rio de Janeiro com 14,15% e 14,75%.

Eventos Apoiados e Recursos Concedidos pelo PAEP por Grande Área do conhecimento

Tabela 7 (ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por Grande Área de conhecimento, em 2010

Grande Área	Nº Eventos	(%)	Recursos (R\$)	(%)
Ciências Humanas	294	26,32	4.408.000,00	21,08
Ciências Exatas e da Terra	183	16,38	3.747.800,00	17,93
Ciências Sociais Aplicadas	118	10,56	2.148.200,00	10,27
Multidisciplinar	111	9,94	2.329.500,00	11,14
Ciências da Saúde	98	8,77	2.166.000,00	10,36
Ciências Agrárias	86	7,7	1.706.000,00	8,16
Linguística, Letras e Artes	81	7,25	1.125.500,00	5,38
Ciências Biológicas	77	6,89	1.778.900,00	8,51
Engenharias	69	6,18	1.498.000,00	7,16
Total	1.117	100	20.907.900,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

As áreas do conhecimento com maior número de eventos apoiados pelo PAEP foram as Ciências Humanas (294) e as Ciências Exatas e da Terra (183). Entretanto, o número de eventos dessas áreas deveriam ser mais expressivos, dado a consolidação dos programas de pós-graduação das áreas em questão.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (Recursos de Capital)

No PROEX os recursos para aquisição de capital correspondem a 5% do valor destinado ao pagamento das bolsas de estudo e do custeio-fomento. Em 2010, foram alocados R\$ 6.134.777,51 (seis milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos) por esse programa na rubrica de capital. As despesas com bolsas de estudos e o custeio do PROEX foram executadas com recursos das ações 09GK e 0487. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2010, por região geográfica, unidade federativa (UF) e Grande Área do conhecimento.

Distribuição dos Recursos de Capital do PROEX por Região Geográfica

Tabela 8 (ação 4019) – Distribuição dos recursos de capital do PROEX por região geográfica, em 2010

Região	Recursos de Capital (R\$)	%
Sudeste	4.985.436,59	81,27
Sul	845.444,17	13,78
Nordeste	194.343,96	3,17
Centro-Oeste	85.939,19	1,40
Norte	23.613,60	0,38
Total	6.134.777,51	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A maior parte dos recursos de capital do PROEX (81,27%) foi destinada a programas de pós-graduação de IES localizadas na região Sudeste, haja vista que a maioria dos programas de pós-graduação consolidados está presente nessa região. É repassado à região Centro-Oeste 1,40% do total de recursos de capital, região com apenas quatro programas de pós-graduação integrantes do PROEX. E a região Norte, por possuir um programa de pós-graduação no PROEX recebe apenas 0,38% dos recursos destinados a aquisição de bens de capital.

Distribuição dos Recursos de Capital do PROEX por Unidade da Federação

Tabela 9 (ação 4019) – Distribuição dos recursos de capital do PROEX por UF, em 2010

UF	Recursos de Capital (R\$)	%
SP	2.885.724,57	47,04
RJ	1.547.731,29	25,23
MG	551.980,73	9
RS	545.348,69	8,89
SC	216.618,16	3,53
DF	85.939,19	1,4
PR	83.477,32	1,36
CE	72.693,00	1,18
PE	50.532,85	0,82
PB	37.722,11	0,61
BA	33.396,00	0,54
PA	23.613,60	0,38
TOTAL	6.134.777,51	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

O Estado de São Paulo, por possuir o maior número de programas de pós-graduação integrantes do PROEX, recebe o maior aporte de recursos de capital (47,04%). O Rio de Janeiro é o segundo Estado com maior aporte de recursos 25,23%, seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com 9% e 8,89%, respectivamente.

Distribuição dos Recursos de Capital do PROEX por Grande Área do conhecimento

Tabela 10 (ação 4019) – Distribuição dos recursos de capital do PROEX por Grande Área do conhecimento, em 2010

Grande Área	Recursos de Capital (R\$)	%
Engenharias	1.432.086,38	23,34
Ciências Exatas e da Terra	1.333.624,67	21,74
Ciências Biológicas	1.116.534,17	18,20
Ciências Agrárias	680.849,50	11,10
Ciências Humanas	640.904,32	10,45
Ciências da Saúde	546.522,73	8,91
Ciências Sociais Aplicadas	242.567,84	3,95
Linguística, Letras e Artes	141.687,90	2,31
Total	6.134.777,51	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/

A Grande Área do conhecimento Engenharias recebeu a maior parte dos recursos de Capital do PROEX (23,34%), seguida das Ciências Exatas e da Terra (21,74%). No lado oposto está a área de Linguística, Artes e Letras com 2,31%.

Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF (Recursos de Capital)

O PROF, cujos objetivos e resultados foram informados na ação 0487, possibilita nas instituições partícipes o desenvolvimento de uma política institucional para o Ensino Superior. Por meio da Ação 4019 são concedidos às 12 IFES participantes do PROF recursos de capital para aquisição de material permanente voltado ao desenvolvimento da pesquisa, visando à formação de mestres e doutores de alta qualificação. Em 2010, a concessão referente ao fomento capital foi de R\$ 6.962.193,22 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos). Na tabela abaixo é apresentada a distribuição, por região geográfica, dos recursos de capital do PROF em 2010.

Tabela 11 (ação 4019) – Distribuição dos recursos de capital do PROF por região geográfica, em 2010

Região	Recursos de Capital (R\$)	%
Sul	2.770.792,01	39,80
Sudeste	1.472.160,88	21,15
Nordeste	1.398.934,01	20,09
Centro-oeste	809.843,49	11,63
Norte	510.462,83	7,33
Total	6.962.193,22	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/

Programa Equipamento Solidário – /FAPERJ (Recursos de capital)

O programa Equipamento Solidário – CAPES/FAPERJ objetiva apoiar a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte para programas de pós-graduação *stricto sensu* sediados no

Estado do Rio de Janeiro. Em 2010, por intermédio desse programa a investiu R\$ 10.963.451,42 (dez milhões, novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) em despesas de capital para apoiar 48 projetos aprovados.

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA (Recursos de Capital)

Em parceria com o Ministério da Defesa, o Pró-defesa objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos desse Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2010, a CAPES investiu R\$ 223.452,88 (duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) em despesas de capital para apoiar 16 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros foram financiadas com recursos da e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Programa Nanobiotecnologia - Edital Rede Nanobiotec-Brasil (Recursos de Capital)

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2010, a CAPES despendeu R\$ 2.974.880,00 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil e oitocentos e oitenta reais) de capital para apoiar 38 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros foram financiadas com recursos da CAPES e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Edital Pró-ensino na Saúde (Recursos de capital)

O Edital Pró-ensino na Saúde, uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Saúde, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde. Contribui para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde.

Por intermédio do Edital Pró-ensino na Saúde, a CAPES despendeu, para o ano de 2010, o montante de R\$ 1.272.520,24 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e vinte e quatro centavos) de capital para apoiar 23 projetos.

A fonte de financiamento do Edital Pró-ensino na Saúde origina-se integralmente no orçamento fiscal da União, cabendo à dispor, em 2010, o montante de R\$ 1.272.520,24 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e vinte e quatro centavos) relativo a despesas de capital. Os valores disponibilizados para os projetos estão adequados aos parâmetros

fixados pela CAPES, no que diz respeito às despesas com os alunos de pós-graduação e com o financiamento do fomento aos programas de pós-graduação.

Apoio à Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros (Editoração /CNPq)

O Programa objetiva apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas simultaneamente por meio eletrônico na Internet, em modo de acesso aberto, em todas as áreas do conhecimento. O CNPq é o órgão responsável pela execução do programa. Em 2010, a CAPES disponibilizou o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por meio de descentralização de crédito orçamentário ao CNPq para a execução desse programa.

b) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física foi atingida conforme previsto na LOA 2010. No entanto, a Ação 4019 não atingiu a meta financeira prevista em virtude do contingenciamento ocorrido no final de 2010. A unidade de medida de meta física é curso beneficiado, portanto concedeu-se a cada curso valores abaixo do previsto inicialmente, devido ao contingenciamento.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	178.591.145,00	127.964.034,87	72
FÍSICA	1.685	1.750	104

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

XII) Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Ação 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	UOs listadas abaixo

Essa ação foi executada mediante descentralização pelas seguintes Unidades Orçamentárias (UOs):

26206-Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
 26217-Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
 26230-Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
 26231-Universidade Federal de Alagoas
 26232-Universidade Federal da Bahia
 26234-Universidade Federal do Espírito Santo
 26235-Universidade Federal de Goiás
 26236-Universidade Federal Fluminense
 26237-Universidade Federal de Juiz de Fora
 26238-Universidade Federal de Minas Gerais
 26239-Universidade Federal do Pará
 26240-Universidade Federal da Paraíba
 26241-Universidade Federal do Paraná
 26242-Universidade Federal de Pernambuco
 26243-Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 26244-Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 26245-Universidade Federal do Rio de Janeiro
 26246-Universidade Federal de Santa Catarina
 26247-Universidade Federal de Santa Maria
 26248-Universidade Federal Rural de Pernambuco
 26249-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 26250-Fundação Universidade Federal de Roraima

26252-Universidade Federal de Campina Grande
26253-Universidade Federal Rural da Amazônia
26254-Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26255-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
26256-Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257-Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26258-Universidade Tecnológica Federal do Paraná
26260-Universidade Federal de Alfenas
26261-Universidade Federal de Itajubá
26262-Universidade Federal de São Paulo
26263-Universidade Federal de Lavras
26264-Universidade Federal Rural do Semi-Árido
26265-Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
26266-Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26268-Fundação Universidade Federal de Rondônia
26269-Fundação Universidade do Rio de Janeiro
26270-Fundação Universidade do Amazonas
26271-Fundação Universidade de Brasília
26272-Fundação Universidade Federal do Maranhão
26273-Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26274-Universidade Federal de Uberlândia
26275-Fundação Universidade Federal do Acre
26276-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
26277-Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
26278-Fundação Universidade Federal de Pelotas
26279-Fundação Universidade Federal do Piauí
26281-Fundação Universidade Federal de Sergipe
26282-Fundação Universidade Federal de Viçosa
26283-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26284-Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
26285-Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
26286-Fundação Universidade Federal do Amapá
26292-Fundação Joaquim Nabuco
26350-Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
26351-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
26352-Fundação Universidade Federal do ABC
26405-Instituto Federal do Ceará
26408-Instituto Federal do Maranhão
26433-Instituto Federal do Rio de Janeiro

XIII) Ação 4909 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente

Ação 4909	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente
Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da Botânica, Ecologia, Educação Ambiental e Gestão de Jardins Botânicos.
Descrição	Coordenação de ações que visam atender à deficiência existente no país no que diz respeito a cursos na área de Botânica, Ecologia e Meio Ambiente, montando um sistema de ensino de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Coordenador nacional da ação	Gilberto Menezes Amado Filho
Unidades executoras	JBRJ

Está ação foi executada mediante descentralização pela UO 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

XIV) Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados

Ação 8667	Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a publicação de sus resultados.
Descrição	Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	UOs listadas abaixo

Ação executada mediante descentralização pelas seguintes UOs:

26206-Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
26232-Universidade Federal da Bahia
26234-Universidade Federal do Espírito Santo
26235-Universidade Federal de Goiás
26236-Universidade Federal Fluminense
26237-Universidade Federal de Juiz de Fora
26238-Universidade Federal de Minas Gerais
26239-Universidade Federal do Pará
26241-Universidade Federal do Paraná
26242-Universidade Federal de Pernambuco
26243-Universidade Federal do Rio Grande do Norte
26244-Universidade Federal do Rio Grande do Sul
26246-Universidade Federal de Santa Catarina
26247-Universidade Federal de Santa Maria
26248-Universidade Federal Rural de Pernambuco
26249-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
26250-Fundação Universidade Federal de Roraima
26253-Universidade Federal Rural da Amazônia
26254-Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26255-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
26256-Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257-Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26258-Universidade Tecnológica Federal do Paraná
26260-Universidade Federal de Alfenas
26261-Universidade Federal de Itajubá
26262-Universidade Federal de São Paulo
26263-Universidade Federal de Lavras
26264-Universidade Federal Rural do Semi-Árido
26266-Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26268-Fundação Universidade Federal de Rondônia
26269-Fundação Universidade do Rio de Janeiro
26270-Fundação Universidade do Amazonas
26271-Fundação Universidade de Brasília
26272-Fundação Universidade Federal do Maranhão
26273-Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26274-Universidade Federal de Uberlândia

26276-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
26277-Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
26278-Fundação Universidade Federal de Pelotas
26279-Fundação Universidade Federal do Piauí
26281-Fundação Universidade Federal de Sergipe
26282-Fundação Universidade Federal de Viçosa
26283-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26285-Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
26286-Fundação Universidade Federal do Amapá
26301-Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
26350-Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
26351-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
26352-Fundação Universidade Federal do ABC
26405-Instituto Federal do Ceará
26427-Instituto Federal da Bahia

2.3.2.2 Ações executadas pela em programas de governo sob a responsabilidade de outros órgãos

Programa 1448 - Qualidade na Escola (Ministério da Educação)

I) Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

Ação 009U	Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Incentivar a formação inicial de professores para a Educação Básica – Ensino Fundamental e Médio, visando à melhoria do ensino nas escolas de redes públicas, municipal e estadual, cujos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB estão abaixo da média nacional, e da média do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM.
Descrição	Concessão de bolsa para estudantes de licenciatura, incentivando a formação inicial de professores para a Educação Básica, de forma a permitir aos que optarem pela carreira do magistério, melhor qualidade na sua formação e conhecimento do processo ensino-aprendizagem desenvolvido na Educação Básica da rede pública, sob a supervisão de professor orientador, integrando Educação Superior e Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	João Carlos Teatini Diretor de Educação Básica Presencial
Unidades executoras	

a) Principais resultados:

A Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a responsabilidade pela indução e fomento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério. Em 29 de janeiro de 2009, o Decreto 6.755 instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplinou a participação da no fomento aos programas de formação inicial e continuada para professores em exercício na rede pública de educação básica do País. Por conseguinte, em 2010, o Decreto 7.919, disciplinou o Pibid no âmbito da CAPES.

O Pibid é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, o qual oferece bolsas para que alunos de cursos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área e por supervisores que são professores das escolas públicas onde exercem suas atividades.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, desde sua origem, lançou quatro editais entre 2007 e 2010. De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2010 para 16.714 bolsas, assim distribuídas: 13.649 bolsas de iniciação à

docência para alunos de licenciatura, 981 bolsas para coordenadores institucionais e de área e 2.084 para supervisores (professores de escolas públicas envolvidos com as atividades pedagógicas do PIBID). Atualmente, são 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

Em outubro de 2010 foi lançado o edital PIBID-Diversidade para licenciaturas interculturais indígenas e do campo. Pelos projetos selecionados, haverá um acréscimo de 21 coordenadores institucionais, 49 coordenadores de área, 318 supervisores e 1.100 bolsistas, totalizando 1.488 participantes. Em 2011, novo edital abrirá a instituições públicas a oportunidade de ingressarem no PIBID e garantirá a continuidade e ampliação do programa às instituições que estão encerrando as atividades do edital 2007.

Os resultados do PIBID começam a ser divulgados e a CAPES, na análise dos relatórios e no acompanhamento que realiza junto às instituições parceiras, verificou os seguintes impactos:

- a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura;
- b) alunos que fizeram licenciatura como opção secundária definem-se pelo exercício do magistério;
- c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- d) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- g) contratação de ex-bolsistas pela direção das escolas onde atuaram;
- h) crescente participação de trabalhos de bolsistas do Pibid em eventos acadêmicos (trabalhos selecionados por comissão especializada);
- i) motivação e desenvolvimento profissional dos supervisores;
- j) inserção de tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores (uso de ferramentas como Google Maps, abertura de laboratórios de Ciências e Informática então fechados nas escolas, etc);
- k) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance resultados educacionais;
- l) sinergia com o Prodocência, com impactos no currículo e na didática dos cursos de licenciatura.

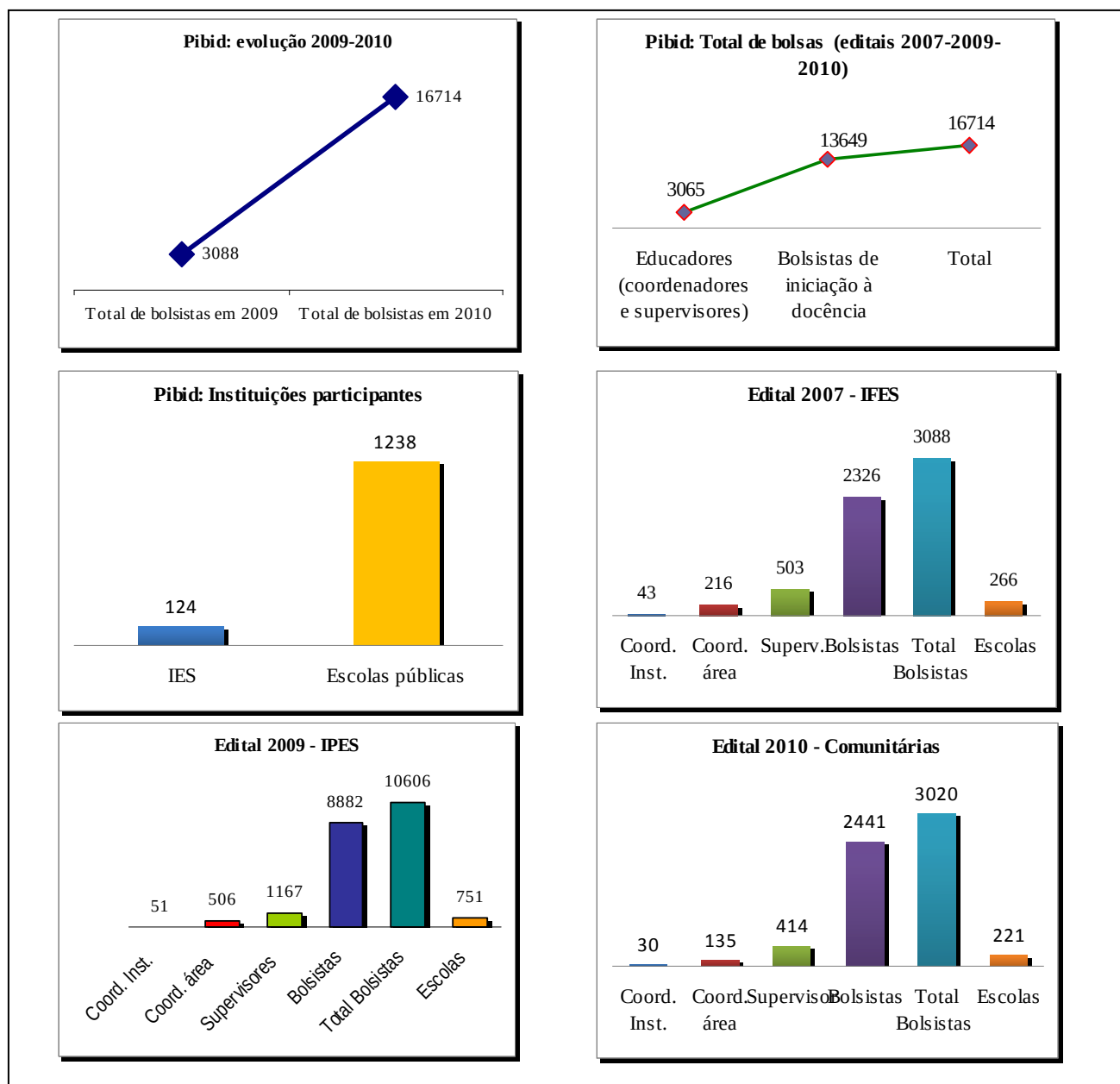
Para um programa novo, esses resultados são considerados representativos. Os depoimentos de todos os envolvidos mostram o acerto deste que se configura como um verdadeiro programa de Estado, capaz de influenciar decisivamente na melhoria da formação de professores. A tabela e os gráficos a seguir ilustram os principais números e o crescimento do PIBID:

Tabela 1 (ação 009U) - Total de bolsas PIBID

	Coord. Inst.	Coord. Área	Supervisores	Iniciação à docência	Total Bolsas	Escolas
Edital 2007 - IFES	43	216	503	2.326	3.088	266
Edital 2009 - IPES	51	506	1.167	8.882	10.606	751
Edital 2010 - Comunitárias	30	135	414	2441	3.020	221
Edital Diversidade - 2010	21	49	318	1100	1.488	A definir
Total	145	906	2.402	14.749	18.202	1.238

Fonte: Diretoria de Educação Básica Presencial/DPB

Gráficos 1 (ação 009U) - PIBID



Fonte: DEB

b) Principais Problemas

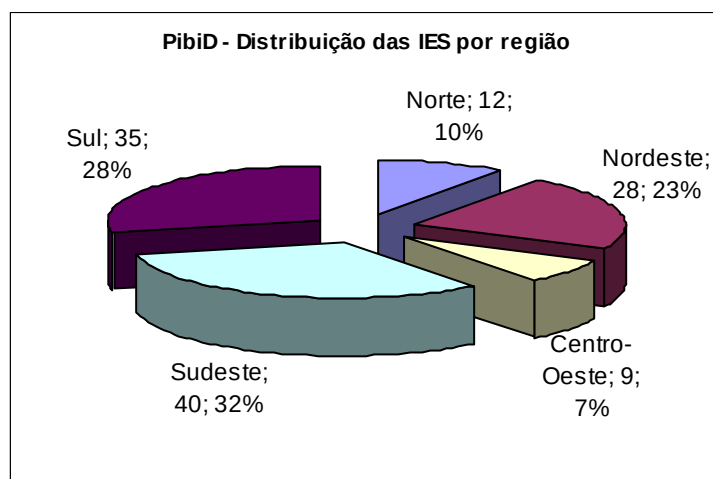
Originalmente, a Ação 009U constava na LOA com a previsão de bolsas para licenciandos e supervisores. Todavia, o desenho do PIBID prevê recursos para pagamento de bolsas também para coordenadores institucionais e de áreas, além de despesas de custeio vinculadas ao programa. Resolvidas as lacunas, a Ação 009U passou a custear o programa como um todo, evitando desgastes junto aos parceiros e permitindo maior visibilidade dos recursos aplicados no programa.

A adaptação do SAC – Sistema de Auxílios e Concessões, às especificidades do PIBID foi um desafio. Medidas já implementadas permitiram a inclusão de todos os bolsistas no SAC, mas ainda há pequenos acertos de sistema a serem feitos.

Atualmente, a falta de pessoal é o principal fator restritivo à maior agilidade, uma vez que todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação do programa, em toda a sua complexidade e abrangência, são feitos por uma equipe de quatro servidores da CAPES.

c) Contratações e Parcerias

Em 2010, foram parceiras do PIBID 124 instituições públicas, comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos, enquanto em 2009 foram 43 Instituições Federais de Educação Superior – IFES, sinalizando, assim, o crescimento e a aceitação do PIBID. As IES parceiras distribuem-se do seguinte modo: 12 no Norte; 28 no Nordeste; 9 no Centro-Oeste; 40 no Sudeste e 35 no Sul, de acordo com o gráfico seguinte, em percentuais:



Fonte: DEB

d) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

No planejamento da Ação 009U para 2010, previa-se o pagamento de um número maior de bolsas. Todavia, o tempo de planejamento e organização das IES e o período eleitoral acabaram por adiar o início de vários projetos. Isso causou uma diminuição do volume anual de bolsas. Porém, esse atraso representou o cuidado das IES em implantarem o PIBID com qualidade e a cautela da para não ferir a legislação eleitoral. Esse atraso gerou uma perda de execução orçamentária.

Também há que se considerar que o Pibid é um programa novo (o Edital de 2007 começou efetivamente a ser pago em 2009) e já representa o segundo maior volume de recursos no que se refere a programas de bolsas da CAPES. Ressalte-se, ainda, que na graduação muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da docência. A CAPES considera que a experiência adquirida nesses dois anos pelas 124 IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar o desempenho da execução orçamentária.

Assim, embora não tenha havido a execução de todo o recurso estimado para o exercício financeiro, a CAPES considera que as metas foram satisfatoriamente atendidas, especialmente se considerarmos os impactos do programa e a expectativa das IES em ampliarem e darem continuidade ao PIBID.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 111.462.000,00	R\$ 80.398.941,22.	72,13%
FÍSICA	77.913	15.675	20,12%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação: 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.

Ação: 20CY	Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos para a Educação Básica
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e auxílios para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica, gerando impactos educacionais equivalentes aos que a cooperação internacional tem produzido na pós-graduação brasileira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Sandoval Carneiro Júnior Diretor de Relações Internacionais (DRI)
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI) Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB)

a) Principais resultados:

Um dos desafios da CAPES é estender o reconhecimento e a legitimidade de que goza no meio acadêmico da pós-graduação *stricto sensu* à formação de professores para a educação básica. Nesse propósito, a esta Fundação busca replicar experiências bem sucedidas na pós-graduação, adequando-as às novas responsabilidades que assumiu legalmente na Educação Básica. Uma dessas experiências é a integração com outros países, ampliando as fronteiras pedagógicas, culturais e científicas. A criação da nova Ação orçamentária 20CY, pode ser considerada um primeiro resultado alcançado pela CAPES.

Com a abertura da Ação, torna-se possível à CAPES conceder bolsas de estudo e auxílios para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica, gerando impactos educacionais equivalentes aos que a cooperação internacional tem produzido na pós-graduação brasileira.

Formas de Execução

A CAPES, por meio da Diretoria de Relações Internacionais e da Diretoria de Educação Básica, concede bolsas de estudo no exterior, para qualificar profissionais da Educação Básica, através de programas especialmente concebidos em parceria com instituições de renome no exterior. A implementação das ações decorrem, em grande parte, de acordos bilaterais firmados pelo Brasil e possibilitam treinamento e aperfeiçoamento de pessoal atuante ou que venha a atuar na educação de todas as regiões do País. A concessão das bolsas ocorre por meio de demanda-balcão ou em projetos conjuntos de pesquisa.

As seleções são realizadas através de critérios estabelecidos e divulgados pela CAPES por

meio de editais específicos de cada programa. As seleções ocorrem durante períodos específicos do ano, quando são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos.

Além dos programas de capacitação de brasileiros, também são contempladas na ação programas voltados para a assistência técnica a países e instituições, especialmente na América Latina e África, como é o caso da Universidade Aberta do Brasil/UAB Moçambique. Os programas dessa linha têm como características a heterogeneidade entre os participantes, por isso as modalidades de financiamento desses programas diferem dos anteriormente listados.

Relação dos Programas Internos desenvolvidos em 2010

Alguns projetos no âmbito dessa ação foram implementadas em 2010: o Programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/UC, o Projeto José Aparecido Oliveira (Português) e Amílcar Cabral (Matemática), ambos em Cabo Verde. Os demais programas, cujos editais foram abertos em 2010 tem implementação prevista em 2011, quais sejam: Assistente de Ensino de Língua Inglesa (ETA), Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (FLTA), Certificação em Língua Inglesa na Universidade de Oregon (EUA), Capacitação de Professores de Língua Inglesa no Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE), UAB Moçambique, entre outros.

Programa de Licenciaturas Internacionais /UC

O Programa CAPES/UC – Licenciaturas Internacionais constitui-se em uma iniciativa da e da Universidade de Coimbra, com apoio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), que visa à elevação da qualidade da graduação, tendo como prioridade a melhoria do ensino dos cursos de licenciatura e a formação de professores.

O programa visa estimular projetos de melhoria do ensino e da qualidade na formação inicial de professores nas áreas de Química, Física, Matemática, Biologia, Português, Artes e Educação Física, promovendo o intercâmbio de estudantes de graduação em licenciaturas, em nível de graduação sanduíche, com a Universidade de Coimbra.

O Programa é derivado do Acordo Geral assinado entre a CAPES e a Universidade de Coimbra em maio de 2010. Seus objetivos são: ampliar a formação de docentes para o ensino básico no contexto nacional; ampliar e dinamizar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciatura, e apoiar a formulação e implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, com ênfase no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O primeiro edital do programa foi lançado em junho de 2010, tendo sido selecionados 178 bolsistas, que iniciaram suas atividades nesse mesmo ano.

Projeto Linguagem das Letras – José Aparecido (Português) e Projeto Amílcar Cabral (Matemática)

O programa tem como objetivo treinar professores de matemática e português do ensino fundamental e secundário, bem como estudantes de países da África. Inicialmente instituído como assistência técnica a Cabo Verde, o programa foi ampliado para atender professores de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé. Na edição de 2010, vieram ao Brasil 100 professores africanos, sendo 80 de Cabo Verde e 20 de Guiné-Bissau, para participar do Programa Amílcar Cabral e José Aparecido.

Assistente de Ensino de Língua Inglesa (ETA)

Amparado no Acordo entre o Brasil e os EUA para programas internacionais de intercâmbio

cultural de 27 de maio de 2008, o Programa de Assistente de Ensino de Língua Inglesa para Projetos Institucionais busca contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Letras, Língua Inglesa, na perspectiva de valorizar a formação e a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica. O programa seleciona instituições para recebimento de Assistente de Ensino de Língua Inglesa (bolsista Fulbright norte-americano). As instituições apresentam projetos de caráter institucional, com duração de até quatro anos consecutivos, que contemplem a inserção de um falante nativo, na condição de assistente de ensino, em cursos de bacharelado e licenciatura em Letras, Língua Inglesa. Foram selecionadas 16 instituições no Brasil para o recebimento de 30 bolsistas a partir do primeiro semestre de 2011.

Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (FLTA)

O programa Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (Foreign Teacher Language Assistant) tem como objetivo incrementar o ensino de português em universidades norte-americanas e estreitar as relações bilaterais entre os dois países. O programa está amparado no Acordo entre o Brasil e os EUA para programas internacionais de intercâmbio cultural assinado em 27 de maio de 2008. Possuir bacharelado ou licenciatura em língua portuguesa e ou língua inglesa é requisito para candidatura. A primeira seleção do programa ocorreu em 2010. Foram apresentadas 170 candidaturas, e foram selecionados 30 candidatos para início das atividades no segundo semestre de 2011.

Certificação em Língua Inglesa na Universidade de Oregon (EUA)

O Programa Certificação em Língua Inglesa na Universidade de Oregon (EUA), que encontra respaldo legal no Memorando de Entendimento sobre Educação, assinado entre Brasil e Estados Unidos em 14 de outubro de 1997, e no Acordo entre o Brasil e os EUA para programas internacionais de intercâmbio cultural de 27 de maio de 2008, visa capacitar professores, de nível intermediário, de língua inglesa da rede pública de ensino em início de carreira. Para participação no processo seletivo o candidato deve possuir bacharelado ou licenciatura em língua inglesa e ser professor efetivo (estágio probatório concluído) na rede pública de ensino básico, em exercício no ensino de Língua Inglesa.

O primeiro edital do programa foi lançado em agosto de 2010. Foram efetuados mais de 2500 acessos ao sistema para preenchimento das inscrições, sendo que 137 inscrições foram finalizadas e com documentação completa. Ao final, 20 bolsistas de 14 estados da federação foram selecionados para capacitação na *University of Oregon*, durante oito semanas, de janeiro a março de 2011.

Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE)

Em julho de 2010, a CAPES assinou, com o Instituto de Educação de Londres, Memorando de Entendimento visando promover o intercâmbio de estudantes, missões de trabalho, workshops e seminários. ACAPES busca com essa iniciativa valorizar o magistério que atua na rede pública, melhorar a qualidade da educação básica brasileira, bem como promover a integração e a cooperação educacional, cultural e científica, neste caso com a Inglaterra, visando atender às políticas de governo que têm como foco a qualidade da formação de educadores que atuam na Educação Básica. Busca também investir na formação de docentes ampliando a possibilidade de multiplicação e impacto desse aperfeiçoamento.

Foi lançado, em 2010, o programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira (*Teaching of English as a Foreign Language*) para a seleção de 30 professores de educação básica com licenciatura em língua inglesa. Os candidatos serão selecionados por meio de edital específico para

curso de capacitação na Universidade de Londres. A carga horária do curso equivale a 30 créditos e corresponde a um módulo do mestrado da universidade. Sua ênfase é na produção de material para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa no Brasil. O início das atividades está previsto para o final do primeiro semestre de 2011. Estão em elaboração outros dois editais em parceria com o Instituto de Educação – IOE, da Universidade de Londres para início das atividades em 2011.

UAB Moçambique

Por meio da Portaria Normativa nº 22 de 26 de outubro de 2010, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Apoio à Expansão da Educação na República Popular de Moçambique. Resultado da Portaria, a CAPES, em parceria com Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique, acordaram com a implantação do sistema Universidade Aberta do Brasil em Moçambique – África. A parceria entre os governos brasileiro e moçambicano compreende a formação de até 5,5 mil professores da educação básica e 1,5 mil servidores da administração pública, entre 2011 e 2017. A primeira turma de 600 alunos ingressará, em março de 2011, nos cursos de licenciatura em matemática e biologia, pedagogia e administração pública. As aulas de educação à distância terão pólos de apoio da Universidade Aberta do Brasil nas cidades de Maputo, Beira e Lichinga. Em Moçambique, a graduação de professores e de servidores do Governo federal será ministrada pelas universidades federais de Goiás (UFG), Juiz de Fora (UFJF), Fluminense (UFF) e do Rio de Janeiro (Unirio), todas filiadas à Universidade Aberta do Brasil.

b) Principais Problemas

O problema principal referente a essa ação consiste na ausência de padronização da operacionalização dos processos referentes aos programas de cooperação internacional.

Outra dificuldade enfrentada em 2010 foi o longo período de negociação de alguns programas previstos para terem início no começo desse ano, que levou ao adiamento do lançamento de seus editais.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A diferença entre a meta prevista e a meta realizada deveu-se, principalmente, à maior concentração de reuniões mistas e de resultados no segundo semestre de 2010, o que postergou o início de algumas atividades para o ano de 2011. Ademais, como os programas, com frequência, envolvem a capacitação de professores da rede pública, é preciso um maior intervalo de tempo entre a divulgação dos resultados e o início das atividades, em função da necessidade de viabilização da saída do profissional da sala de aula.

Além disso, a implementação da atividade prevê seleção de candidatos; negociações nacionais e internacionais; preparação de missões de estudo; viagens internacionais, além de outras atividades que dificilmente podem ser concretizadas num lapso de tempo curto. Muitas vezes, há também atrasos nas negociações com os parceiros. Assim, alguns programas cujos inícios estavam previstos para o ano de 2010, devido ao longo período de negociação, tiveram seus editais lançados somente no final do ano ou postergados para 2011.

Vale ressaltar que, não obstante a meta financeira realizada ter sido 25% menor do que a prevista, a meta física foi superada, graças à bem sucedida implementação do Programa de Licenciaturas Internacionais em convênio com a Universidade de Coimbra. Esse programa teve início em setembro de 2010. Importante lembrar, contudo, que a Meta Física foi calculada de forma

cumulativa, levando a um valor muito acima do previsto para o período, que vai de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2010.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.987.238,31	75
FÍSICA	84	959	1.142

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

III – Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Ação 6333	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica, com vistas atender a execução do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	João Carlos Teatini Diretor de Educação Básica Presencial da
Unidades executoras	Diretoria de Educação Básica Presencial

a) Principais resultados

Com as novas atribuições da CAPES relativas à formação de professores da Educação Básica e a partir do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 foi criado o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR. Estruturado em regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios, o PARFOR articula a oferta de cursos para atender a demanda por formação inicial e continuada dos professores da rede pública da educação básica.

O PARFOR se propõe, especialmente, a garantir que os professores em exercício na rede de educação básica tenham a formação requerida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Os cursos são ofertados, gratuitamente, nas modalidades presencial e a distância. O PARFOR foi implantado formalmente por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados entre a CAPES e as Secretarias Estaduais de Educação e de Termos de Adesão das Instituições de Educação Superior - IES ao ACT dos estados em que estão sediadas.

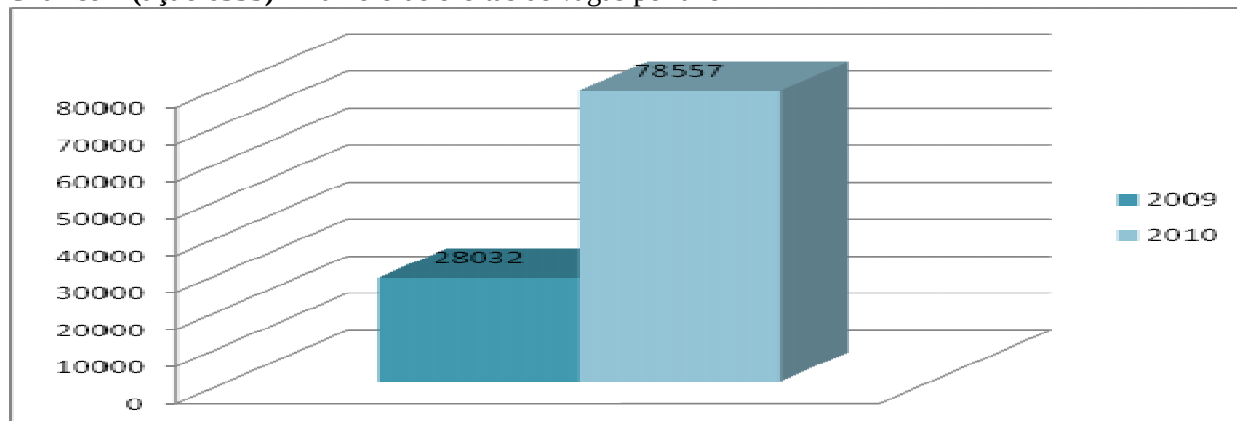
Desde sua implantação, em 2009, o PARFOR conta com a adesão de 25 unidades federativas. Somente o Acre e Distrito Federal ainda não realizaram a adesão ao PARFOR. No País, 141 instituições de educação superior, entre federais, estaduais, municipais e comunitárias, aderiram ao Plano.

Na presente ação, é executado a parte do programa PARFOR relativa ao apoio aos cursos de formação de professores. Essas ações destinam-se a viabilizar a oferta dos seguintes cursos na modalidade presencial:

- a) Primeira Licenciatura - destinados a professores sem graduação;
- b) Segunda Licenciatura - destinados a professores licenciados atuando em área distinta de sua formação inicial;
- c) Formação Pedagógica - destinados a docentes que atuam na educação básica, mas que não têm habilitação em licenciatura.

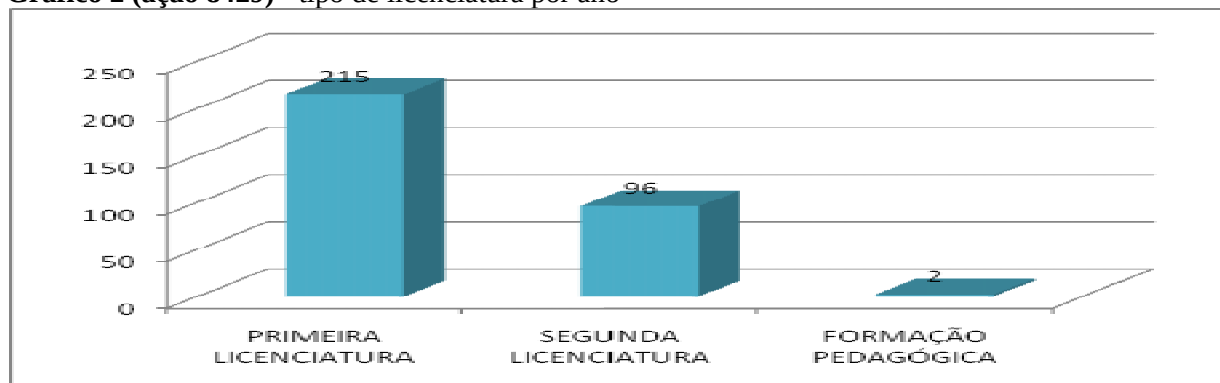
Para os cursos especiais presenciais, que receberam financiamento da CAPES, os quantitativos de vagas e matrículas são os seguintes: 28.032 vagas e 10.494 matrículas (2009); e 78.557 vagas e 22.064 matrículas (2010).

Gráfico 1 (ação 6333) - Número de ofertas de vagas por ano



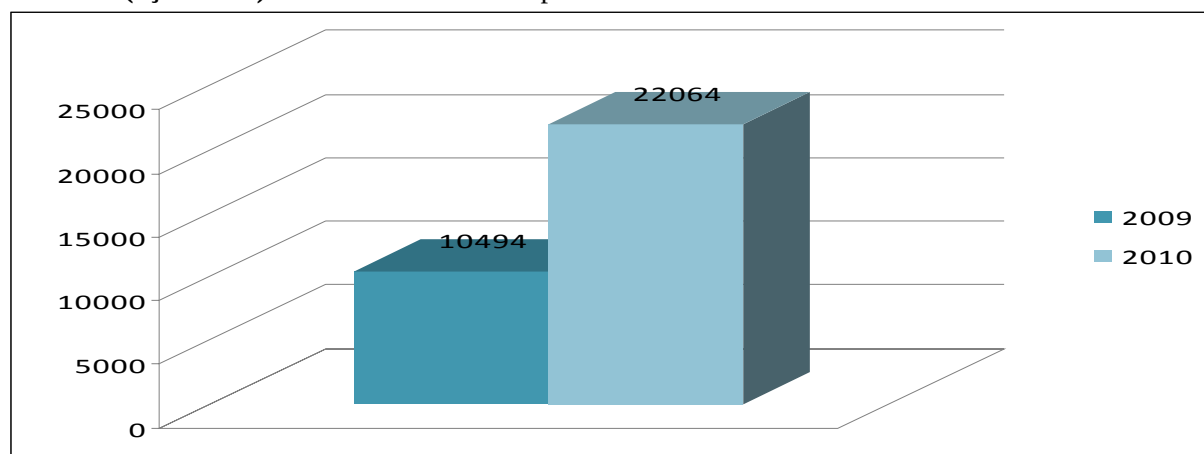
Fonte: Diretoria de Educação Básica Presencial

Gráfico 2 (ação 8429) - tipo de licenciatura por ano



Fonte: Diretoria de Educação Básica Presencial

Gráfico 3 (ação 8429) - alunos matriculados por ano.



Fonte: Diretoria de Educação Básica Presencial

Os números relativos à oferta revelam a necessidade de revisão do processo de definição da oferta de cursos e vagas, bem como da realização de um diagnóstico mais preciso da demanda, a fim de que as IES possam estabelecer uma oferta que seja compatível com as reais necessidades e demandas de formação dos docentes em exercício. O gráfico 2 demonstra que, dos 313 cursos implantados, 215 são de primeira licenciatura, o que indica que a oferta está concentrada neste tipo de curso.

Os dados de matrícula, por sua vez, indicam que houve aumento de matriculados em 2010 em relação a 2009. Até o exercício de 2010 implantou-se, no âmbito do PARFOR, 984 turmas em cerca de 313 cursos presenciais. Essas turmas e cursos estão atendendo, aproximadamente, um total de 33.000 professores distribuídos nas 23 unidades federativas do País, visto que os Estados de Alagoas e Sergipe oferecem somente cursos a distância.

Cabe esclarecer ainda que o PARFOR, além de induzir a oferta emergencial (turmas criadas em cursos já reconhecidos e ofertados regularmente pela IES, destinadas, exclusivamente, a atender professores em exercício na rede pública de educação), também estimula a destinação de vagas para este público em turmas dos cursos regulares ofertados pelas IES. Nestas turmas de cursos regulares, o PARFOR mantém 760 alunos matriculados, o que faz com que o Plano siga atendendo, em 2010, um quantitativo de aproximadamente 34.000 professores em exercício na rede de educação básica de todo o País, o que confirma a existência de uma demanda represada por formação inicial presencial e permite-se concluir que programa está alcançando seus objetivos.

b) Principais Problemas

Desconhecimento dos sistemas sobre a real situação da demanda por formação. A demanda por formação foi identificada a partir do Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, todavia os dados apresentados, em função da metodologia utilizada não permitiram indicar com precisão a quantidade de professores em exercício na rede de educação básica sem graduação, fora de sua área de formação e sem habilitação em licenciatura. Observa-se, também, que os próprios sistemas estaduais e municipais não possuem diagnósticos precisos sobre as necessidades e a situação da formação dos seus docentes. Tudo isso contribui para um desconhecimento da real necessidade e demanda por formação dos docentes em exercício;

Ausência de planejamento e articulação dos sistemas. As secretarias estaduais e municipais necessitam dialogar com as unidades escolares no sentido de realizar um plano de capacitação que identifique quem necessita de formação, em que disciplina e o quantitativo de profissionais que podem ser liberados para participar dos cursos de formação. Somente esta articulação pode garantir a efetividade do Plano;

Os dois aspectos acima elencados podem justificar a evidenciada incompatibilidade entre os números apresentados quanto à oferta e matrícula no PARFOR. Observe-se que o número vagas ofertadas é alto, todavia o de matrículas é relativamente baixo. Isso indica a necessidade de um diagnóstico mais preciso da demanda e elaboração de um planejamento de parte das secretarias estaduais e municipais que possa orientar a oferta de cursos e vagas pelas IES;

Evasão Escolar. A evasão é desencadeada, especialmente, pela inexistência de condições sócio-econômicas do professor para permanecer freqüentando o curso. Além dos baixos salários recebidos por grande parte dos professores, muitos têm que arcar com os custos de sua hospedagem e alimentação e com o descolamento para as localidades onde os cursos são implantados. Assim, o impacto financeiro no orçamento dos professores os conduzem a desistir de freqüentar os cursos;

Divulgação ineficiente. Também se identificou a necessidade promover a divulgação do PARFOR,

especialmente nos municípios mais interiorizados das distintas regiões do País;

Dificuldade de acesso à Plataforma Freire. A pré-inscrição dos candidatos nos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, que é um sistema informatizado criado e gerido pelo MEC para a captação da oferta e da demanda por formação no âmbito do PARFOR. Neste sistema, as IES disponibilizam os cursos e as respectivas vagas, para que os professores em exercício na rede pública de educação básica realizem sua pré-inscrição. Esta, por sua vez, deverá ser validada pela Secretaria de Educação do ente federativo ao qual o professor pertence. Depois de validada a inscrição, o candidato é chamado pela IES para realizar o processo de seleção e posteriormente para a matrícula, se selecionado. Todavia, observou-se que em muitas localidades o acesso às tecnologias de comunicação é extremamente precário, o que impede ou dificulta o acesso, especialmente dos candidatos, à Plataforma Freire, o que tem prejudicado a captação da demanda.

Por fim, cabe relatar as dificuldades operacionais da Plataforma Freire manifestadas pelos usuários, entre as quais divergências de informações e falta de acesso a dados essenciais ao processo de validação e acompanhamento por parte dos seus operadores. Portanto, isso indica a necessidade urgente de ajustes no sistema por parte de seus gestores.

Cabe observar que a CAPES, por intermédio de sua Diretoria de Educação Básica Presencial, está implementando as seguintes medidas para enfrentar os problemas diagnosticados: a) elaboração do regulamento e manual de orientações sobre a execução do PARFOR, bem como aperfeiçoamento e ajustes nos instrumentos já existentes; b) desenvolvimento de ações destinadas à promoção e divulgação do Plano nas mais diversas localidades do País; c) criação de meios alternativos que permitam a pré-inscrição dos professores situados em localidades de difícil acesso à Internet; d) intensificação do processo de articulação entre a CAPES, os Fóruns Estaduais, as IES participantes e Secretarias para promover a realização de diagnósticos e planejamento do processo de formação dos professores, bem como realizar reuniões de trabalho para esclarecer sobre os objetivos, metodologias e estratégias do PARFOR e ainda discutir a participação e atribuições dos diferentes que atuam no PARFOR.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

As transferências no âmbito do PARFOR presencial, na Ação 6333, têm por objetivo destinar recursos para o custeio das despesas com material de consumo, passagens, diárias e serviços de terceiros prestados por pessoa física e jurídica relativas aos cursos ofertados no âmbito do PARFOR. O montante de recursos para cada IES foi calculado tomando-se por base o valor de R\$ 15.000,00 por turma/semestre.

Dos R\$ 37.587.863 previstos na Ação 6333 destinados ao PARFOR, R\$ 22.033.663,00 foram alocados diretamente nas dotações orçamentárias das Instituições Federais de Ensino – IFES. Deste valor foi executado o montante R\$ 18.646.337,00. Na dotação da foram alocados R\$ 15.554.200,00, por meio de Crédito Especial e foi executado o valor de R\$. 7.780.476,10. Assim, o PARFOR apresentou o seguinte resultado.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	15.554.200,00	7.780.476,10	50.02%
FÍSICA	0	35.928	---

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

IV) Ação 20CV – Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica

Ação 20CV	Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica.
Descrição	Recursos para apoio a projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica e fomento de iniciativas que visem à interface da com instituições de Ensino Superior e com instituições públicas de todas as esferas de governo e apoio financeiro, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, para a execução de ações voltadas à produção de material didático e capacitação/ qualificação/ formação de profissionais do magistério da educação básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	João Carlos Teatini Diretor de Educação Básica Presencial
Unidade executora	

a) Principais resultados:

A Ação 20CV significa a possibilidade de a CAPES investir em projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional, com ênfase na articulação entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas da rede pública de educação básica.

Por meio desta Ação, a CAPES desenvolve um conjunto de programas – Prodocência, Observatório da Educação, Programa Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas, cujos principais resultados são a seguir apresentados.

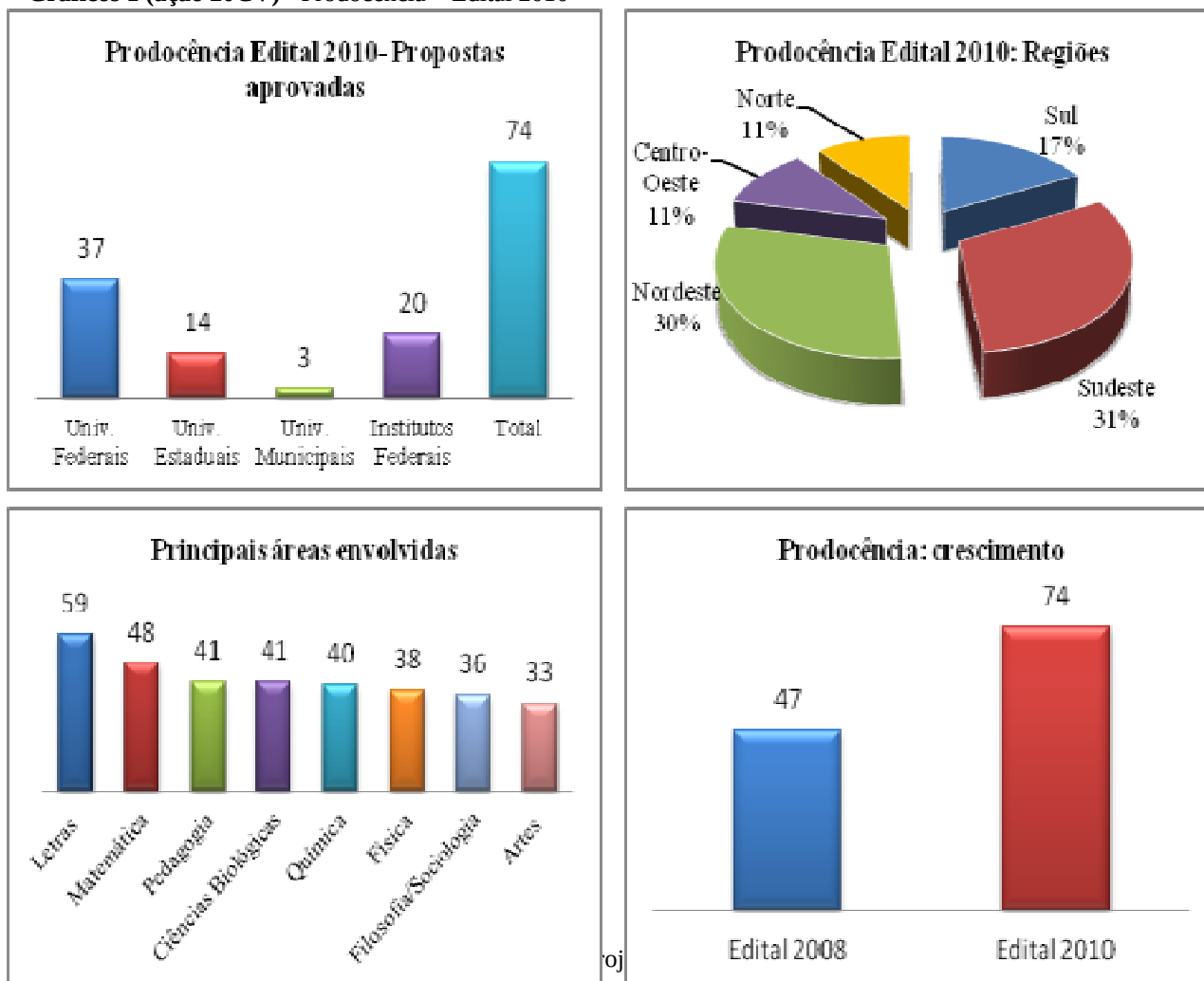
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência.

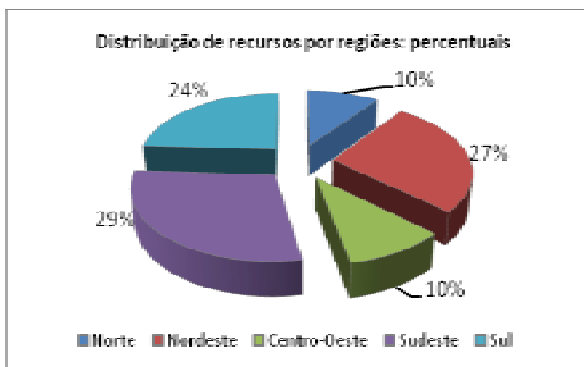
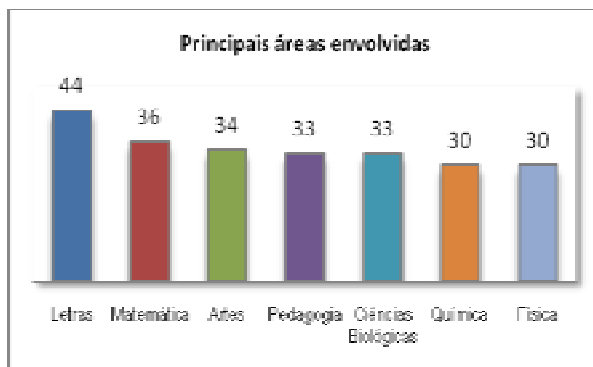
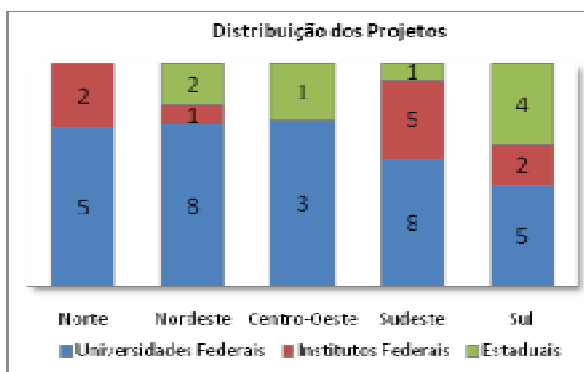
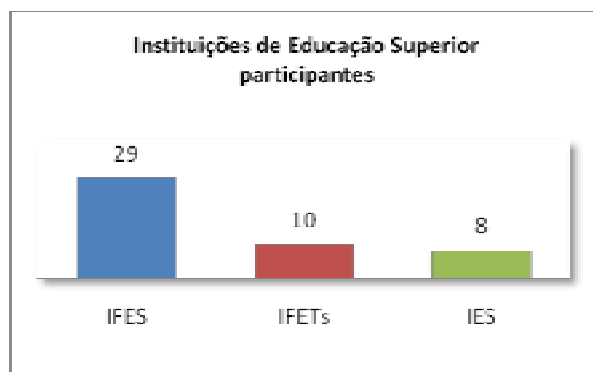
É uma ação da CAPES cuja finalidade é o fomento à inovação e à melhoria da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente. O Prodocência, pelo edital de 2008, fomenta 47 projetos, sendo 29 de universidades federais, 8 de estaduais e 10 de institutos federais. No edital de 2010, concorreram 102 instituições e foram aprovados 73 projetos institucionais. Mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Prodocência mostram impactos significativos desses programas, em especial:

- a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura;
- b) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- c) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;

- d) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- f) inserção de tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- g) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance resultados educacionais;
- h) sinergia entre os programas PIBID e Prodocência, com impactos no currículo e na didática dos cursos de licenciatura.

Gráficos 1 (ação 20CV) - Prodocência – Edital 2010





Fonte: DEB

Programa Observatório da Educação

O Programa foi desenvolvido em parceria com o INEP e promove a formação de mestres e doutores em educação, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas em nível de pós-graduação que tenham como característica a utilização dos dados existentes no INEP, entre eles, o Censo da Educação Superior, o Censo da Educação Básica, o ENEM, o ENADE, o SAEB, a Prova Brasil, o Cadastro Nacional de Docentes e o Cadastro de Instituições e Cursos. Os projetos do Observatório da Educação devem estar vinculados a programas de pós-graduação – PPGs - *stricto sensu* reconhecidos pela e que desenvolvam linhas de pesquisa voltadas à educação.

Por intermédio desse Programa foram publicados editais em 2006, 2008 e 2010. Em 2009, em conjunto com a SECAD, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais. No conjunto, os editais de 2006, 2008 e 2009 apoiam 73 projetos institucionais que envolvem a participação de 84 instituições, 134 programas de pós-graduação e a concessão de bolsas a 1.169 pesquisadores. Ao edital de 2010, 107 propostas concorreram: 80 foram classificadas - um número maior do que a soma dos três editais anteriores, traduzindo o sucesso do programa e o compromisso da com o fomento a estudos, pesquisas e formação em nível de pós-graduação. O Edital 2010 atenderá a 80 IES, 154 programas de pós-graduação, com perspectiva de concessão de bolsas a 1.385 pesquisadores.

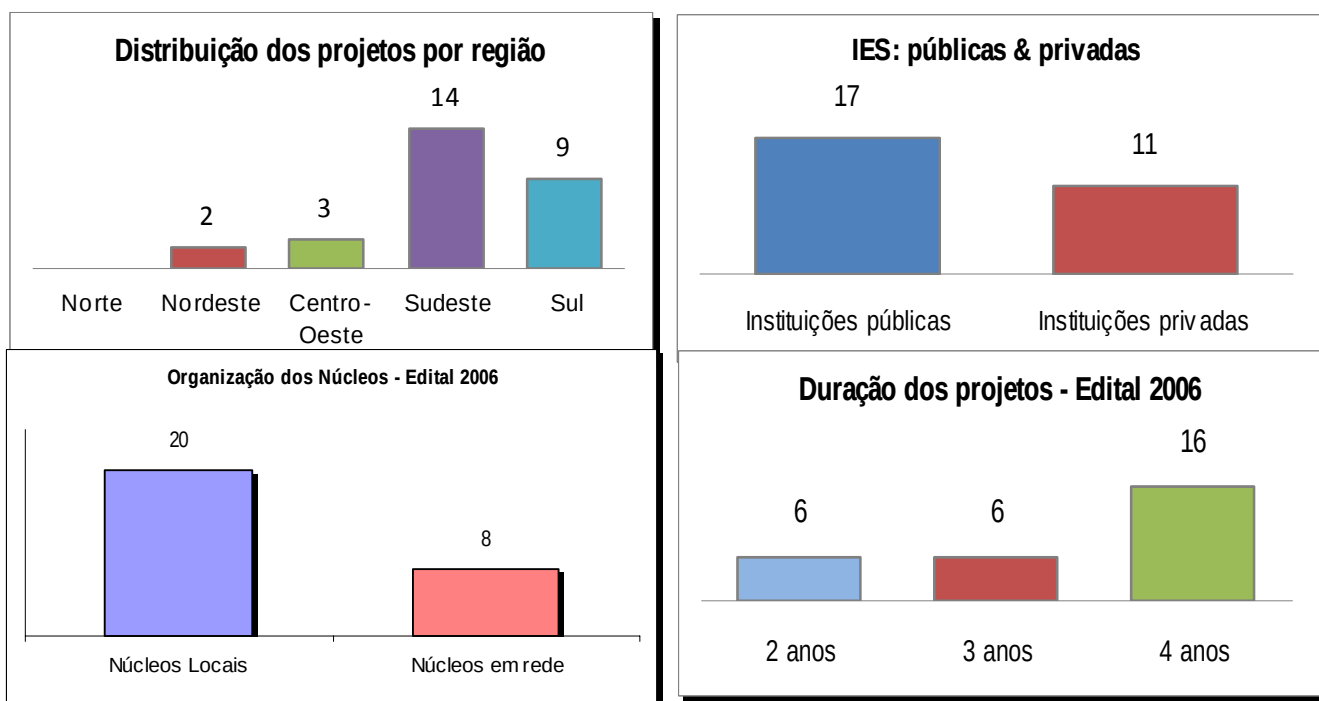
No Portal Comunidades (em construção), a CAPES pretende inserir toda a produção decorrente dos editais, a saber: teses; dissertações; monografias; livros publicados; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos nacionais; artigos publicados em periódicos internacionais; participação em eventos nacionais e internacionais; prêmios recebidos; softwares blogs e sites desenvolvidos; eventos realizados e outras informações que mostram o potencial de produção de conhecimento do Observatório da Educação.

Tabela 1 (ação 20CV) - Observatório da Educação e Observatório da Educação Indígena.

Observatório da Educação - Editais	Projetos	IES*	Programas de Pós-Graduação	Bolsas
2006	28	27	36	249
2008	28	34	62	660
2009	17	23	36	260
2010	80	74	154	1.385
Total	153	158	254	2.554

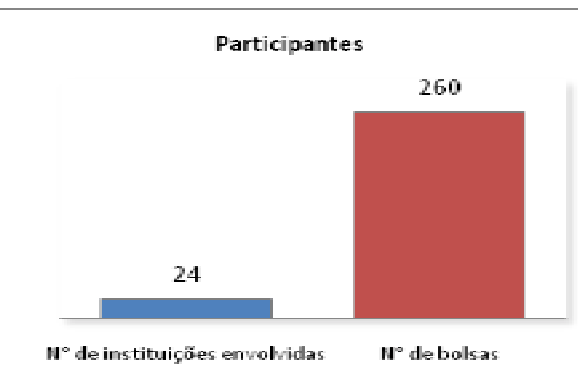
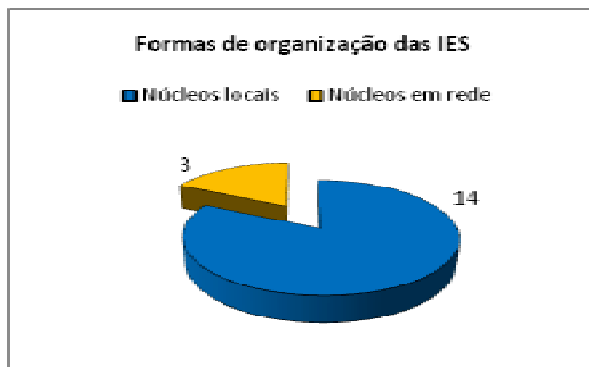
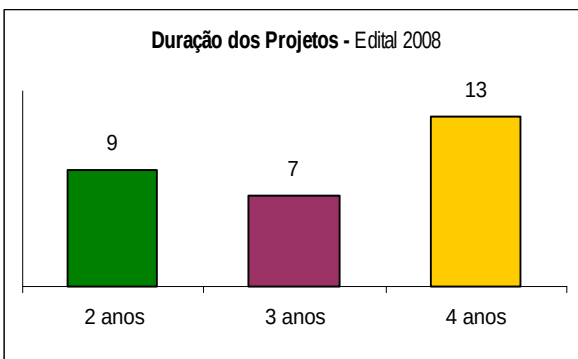
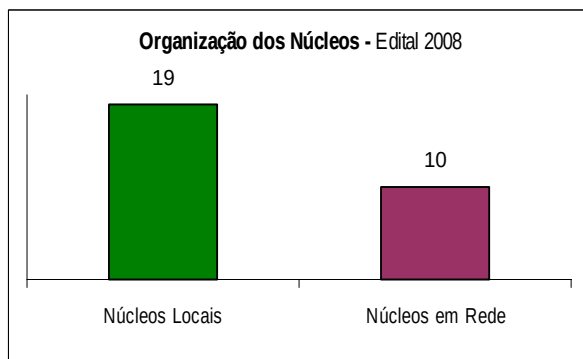
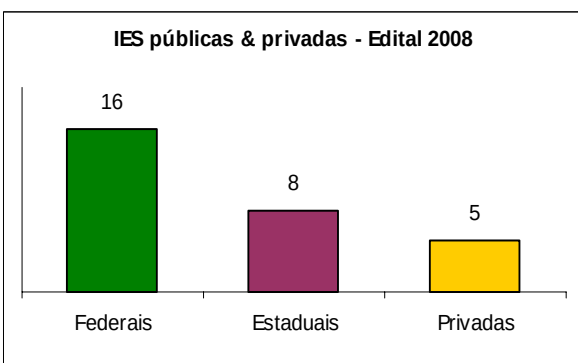
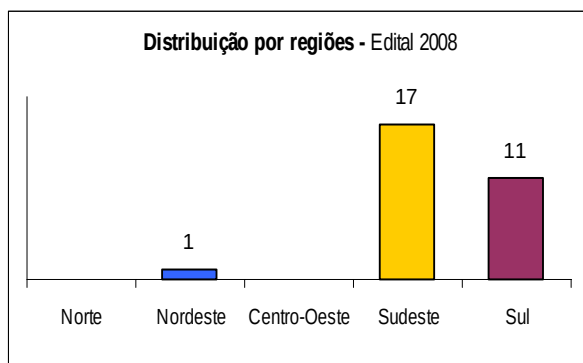
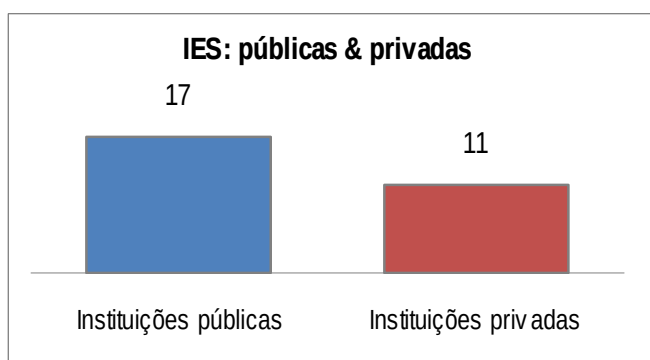
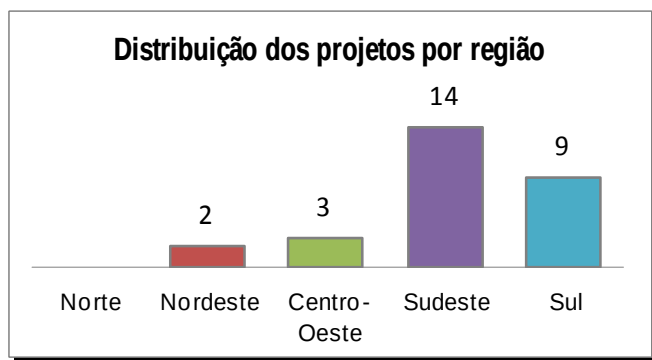
Fonte: DEB

Ressalte-se que Algumas IES e Programas de Pós-Graduação podem ser contabilizados mais de uma vez, pois apresentam a cada edital diferentes projetos de pesquisa.

Gráficos 3 (ação 20CV) - Observatório da Educação, Edital 2006


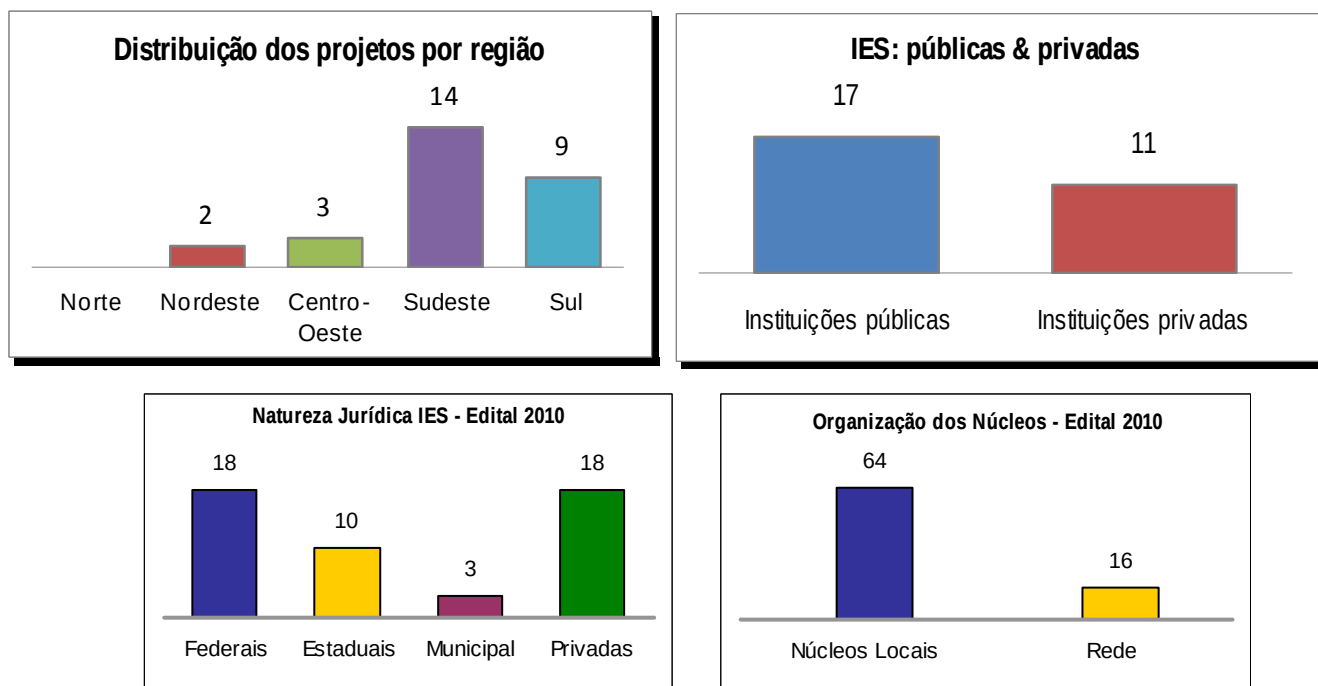
Fonte: DEB

Gráficos 4 (ação 20CV) - Observatório da Educação, Edital 2008



Fonte: DEB

Gráficos 5 (ação 20CV) -. Observatório da Educação, Edital 2010



Fonte: DEB

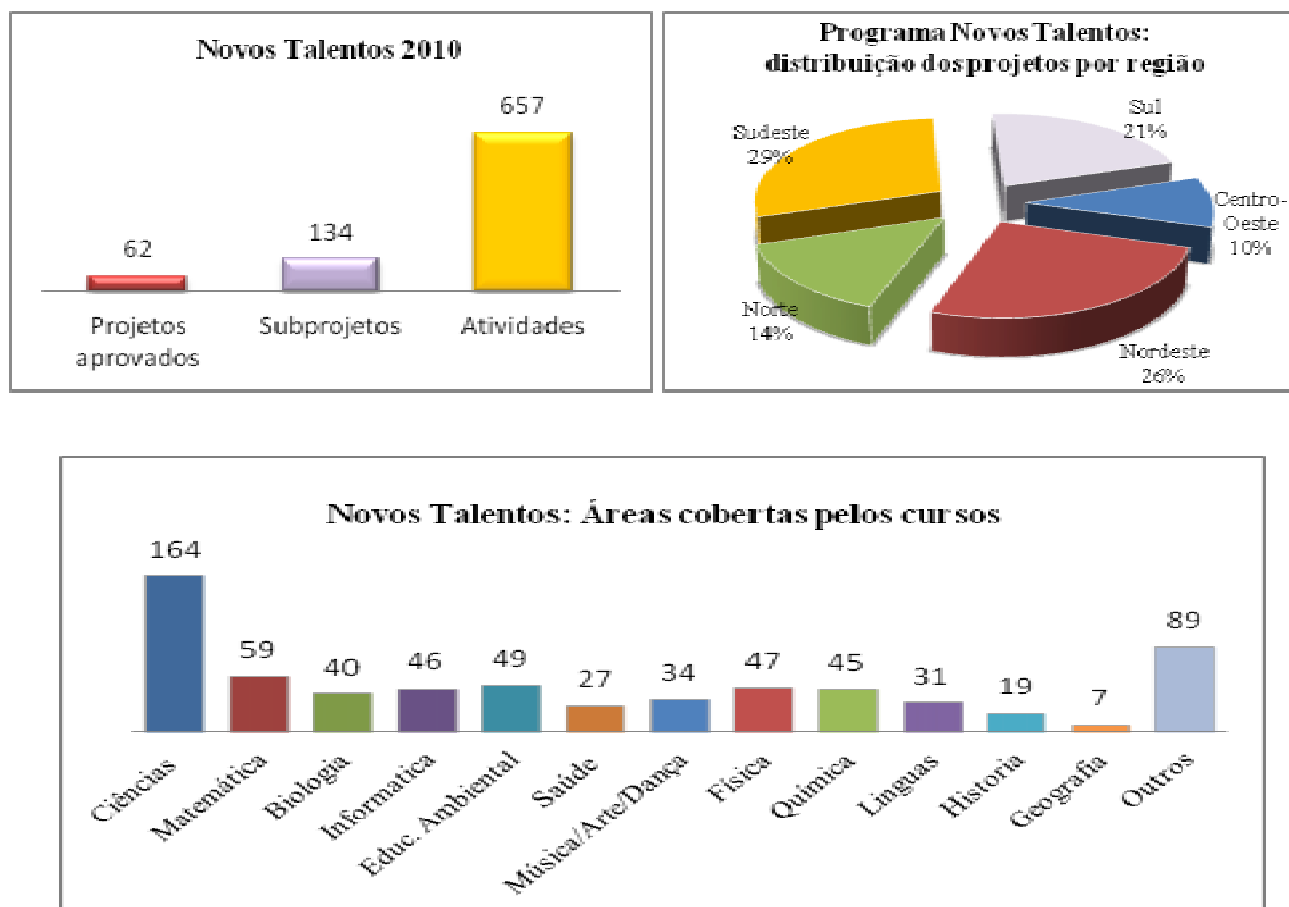
Programa Novos Talentos

O Programa apoia atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica (tais como cursos, oficinas ou equivalentes) que ocorrem no período de férias das escolas públicas e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. As atividades devem valorizar espaços inovadores, como dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao aprimoramento e à atualização do público-alvo.

Os projetos institucionais devem aproximar a pós-graduação das escolas públicas, contemplando o currículo da educação básica, articulando-o com perspectivas educacionais, científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) inovadoras, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes da educação básica.

No Programa Novos Talentos, cujo primeiro edital foi lançado em 2010, foram aprovados projetos de 62 instituições federais de educação superior que englobam 184 subprojetos e 657 atividades extracurriculares.

Gráficos 6 (ação 20CV) -. Novos Talentos



Fonte: DEB

Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

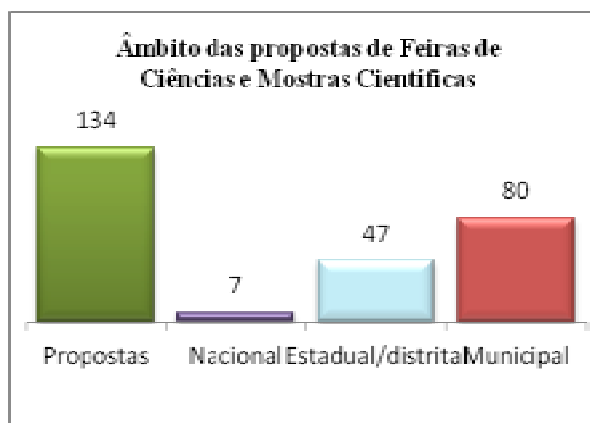
A CAPES investe em 16 projetos, em vários estados brasileiros. Trata-se de uma subação da Ação 20CV (Plano Interno F.CC97.B.52.EB.N – PTRES 031042, Fonte 0112), cujo propósito é o de atender a demandas bem estruturadas, ancoradas em educadores ou instituições renomados, que mostrem potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região e que, ainda, possam ser acompanhadas pela DEB visando a uma possível extensão ao conjunto de professores brasileiros. Tais ações são voltadas para professores e alunos da educação básica, que envolvem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, em escolas e regiões de baixo IDEB e renda: Sociedade Brasileira de Matemática - Projeto Klein; Sociedade Brasileira de Física – SBF; Instituto Federal Sul Rio-Grandense; Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco; bem como em instituições da Rede Nacional de Educação e Ciência.

Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas.

Em parceria com o CNPq, foi lançado o Edital MCT/CNPq/MEC/SEB/CAPES Nº 51/2010 de apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas. O principal objetivo do edital é apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a

seguirem carreiras científico-tecnológicas. Concorreram ao edital 134 propostas. Destas, 7 (sete) são de abrangência nacional (inclusive a Febrace e Amprotec); 47 são propostas de alcance distrital/estadual e 80 propostas de abrangência municipal. A distribuição geográfica foi bem ampla, com predomínio das regiões sul/sudeste em todas as faixas. Foram aprovadas 5 propostas de âmbito nacional; 30 estaduais e 71 municipais.

Gráficos 7 (ação 20CV) - Âmbito das propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas



Fonte: DEB

b) Principais Problemas

A Ação 20CV é nova e demorou alguns meses para ser liberada, retardando o lançamento de alguns editais. Todavia, ela representa a possibilidade de a CAPES atuar, sem depender de recursos externos, em programas estratégicos para a valorização do magistério e para a integração entre pós-graduação, cursos de formação de docentes e escolas da rede pública de educação básica.

A equipe reduzida na Diretoria responsável pela Educação Básica presencial, problema comum na CAPES como um todo, é um fator restritivo à maior agilidade, uma vez que há acelerado crescimento da demanda e todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação dos programas que compõem a Ação.

Ademais, há forte pressão pelo lançamento de novos programas, mas a extensão do apoio da depende de ampliação de sua equipe. Por serem novos, os programas da Educação Básica como um todo requerem padronização de procedimentos, de modo a agilizar suas rotinas. Falta a concretização de um modelo de acompanhamento e avaliação para que a possa apreender com toda a riqueza gerada pelos programas, o que está se buscando com o desenho do Portal Comunidades.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

A Ação 20CV foi bastante aguardada pela CAPES como forma de contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica, de modo autônomo e transparente para a sociedade.

A dotação autorizada foi de R\$49.860.000,00. Por solicitação da CAPES, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R\$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R\$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da

documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos causaram impacto negativo na execução orçamentária.

Considerando-se que a 20CV é uma Ação orçamentária nova; que os programas estão em consolidação e expansão; e que já existe o desdobramento de recursos de custeio e capital, a CAPES julga que o percentual de 65,76% alcançado em 2010 será fortemente ampliado em 2011. Fundamentam esse julgamento os resultados qualitativos que os programas fomentados por essa Ação estão alcançando no contexto educacional e os processos de padronização de procedimentos técnico-administrativos em andamento.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 49.860.306,00	R\$ 32.160.045,72	64,50%
FÍSICA	20.354	353	1,73%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 1061 – Brasil Escolarizado (Ministério da Educação)**I) Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.****Tabela.** Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Capacitar profissionais da educação no uso pedagógico das tecnologias e linguagens midiáticas e quanto ao suporte técnico adequado, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas redes públicas de educação
Descrição	Concepção, articulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de ações de capacitação e formação continuada para profissionais da educação em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais, bem como a produção, disseminação e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Celso José da Costa Diretor de Educação à Distância
Unidades executoras	Diretoria de Educação a Distância – DED; FNDE e SEED

a) Principais Resultados

O contexto atual de deficiências no sistema educacional público superior brasileiro, em conjunto com questões de ordem territorial, social e política, requisita a qualificação emergencial da oferta de educação superior pública gratuita e de qualidade. Assim, sob o espectro da necessidade de sofisticação da oferta educacional brasileira frente à demanda desenvolvimentista e à limitabilidade econômica, restou imprescindível a gestão estratégica de políticas públicas de democratização, descentralização, ampliação e desenvolvimento da educação pública brasileira.

Dessa forma, a CAPES, em consequência de suas novas atribuições e por intermédio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), destinou esforços institucionais para a formação de professores e demais profissionais (técnicos, gestores etc.) para a Educação Básica brasileira. Para atingir tal objetivo, realizou-se ampla articulação entre as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), estados e municípios brasileiros, promovendo, através da metodologia da educação à distância, o acesso ao ensino superior público e de qualidade, para um extrato populacional historicamente excluído do processo educacional.

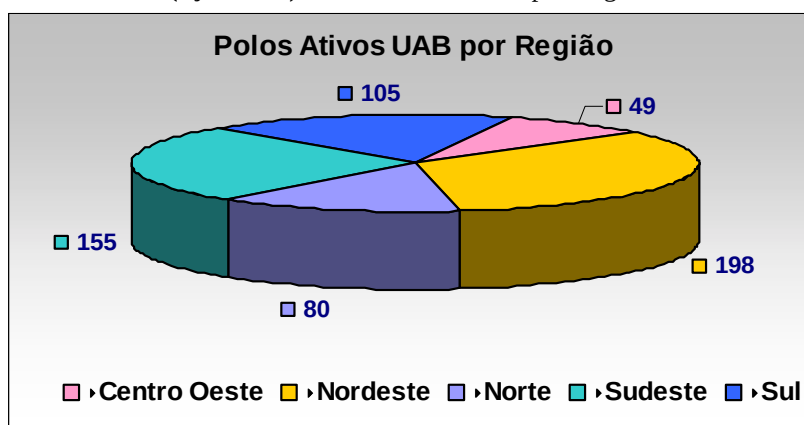
Nesse sentido, a ação 8429 visou a capacitação de profissionais do magistério da educação básica, com destaque para a formação inicial e continuada de professores para este nível de ensino, através de Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Por intermédio dessa ação ocorre o financiamento da infraestrutura das Instituições Públicas Ensino Superior (IPES) e dos pólos de

apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta (UAB), visando à implantação e ao custeio dos cursos ofertados na modalidade à distância – com o objetivo de a realizar capacitação e formação inicial e continuada, à distância e semipresencial, de professores para atuação na educação básica e de profissionais para atuarem na gestão pública e em áreas específicas.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) integra e articula diversos segmentos do poder público e setores do governo para incremento da oferta de cursos na modalidade à distância em parceria com as IPES brasileiras. Desde a articulação entre as IPES, municípios (polos de apoio presencial) e cursos, até a elaboração e a execução da matriz de financiamento do Sistema UAB, a CAPES consigna recursos humanos para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, facilitando a articulação acadêmica, fomentando a estruturação dos polos de apoio presencial e atuando no desenvolvimento de tecnologias de informação adequadas ao nível e à modalidade.

Atualmente, são 92 Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas ao Sistema UAB sendo 50 Universidades Federais, 27 Universidades Estaduais e 15 Institutos Federais de Educação Tecnológica, responsáveis pela oferta de cursos em 587 polos de apoio presencial vinculados ao Sistema UAB e distribuídos pelas regiões do país.

Gráfico 1 (ação 8429) – Pólos Ativos UAB por Região



Fonte: Diretoria de Educação à Distância (DED)

Prezando pela qualidade dos cursos ofertados no âmbito do Sistema, os polos de apoio presencial estão sendo avaliados pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), e somente após esta avaliação os mesmos poderão receber ofertas de cursos. É importante informar que ao final de 2010 estão cadastrados no Sistema de Gestão da UAB (SisUAB) 774 polos, sendo 587 ativos, 02 suspensos e 185 publicados.

Ressalte-se a capilaridade do Sistema UAB, com o alcance do programa nas mais diversas regiões do país, beneficiando públicos que representam significativamente os extratos sociais da população brasileira. Como resultado, em 2010 a CAPES, fomentou através do Sistema UAB o desenvolvimento de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico), cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento e cursos de especialização, capacitação de profissionais envolvidos na execução dos cursos, bem como projetos voltados para infra-estrutura física e tecnológica das IPES participantes e dos polos de apoio presencial.

Implementação da Ação

Em 2010, toda a operação formal da UAB foi realizada com apoio da Secretaria de Educação à Distância (SEED) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), onde a CAPES ficou responsável por toda a Gestão do Sistema UAB, bem como pela execução dos recursos da Ação 8429; a SEED foi responsável pela avaliação dos polos UAB; e quanto ao FNDE o mesmo foi responsável pelos repasses de recursos de projetos aprovados pela no qual envolviam demandas de veículos automotores.

b) Principais problemas

A baixa execução da Ação ocorreu devido às cotas de empenho disponibilizada pela STN, que não liberou o valor previsto na dotação autorizada, comprometendo os projetos e a execução total da ação, já que o recurso disponível foi em sua totalidade aprovado em projetos que implementariam o Sistema UAB nas IES parceiras.

Assim alguns Convênios de grande relevância para o Sistema UAB não tiveram seus empenhos efetuados em virtude da indisponibilidade de limite de empenho. Outro relevante fator complicador à execução do Sistema UAB em 2010 foi a dificuldade gerencial das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) no que concerne à execução dos recursos.

As avaliações nos polos de apoio presencial realizados pela SEED também impactaram a execução. Com o resultado da avaliação, as ofertas previstas foram inviabilizadas, pois os polos foram considerados não aptos a oferecer os cursos, uma vez que não se encontravam com infraestrutura adequada. Assim todo o planejamento referente ao financiamento de novas ofertas não foi efetivado.

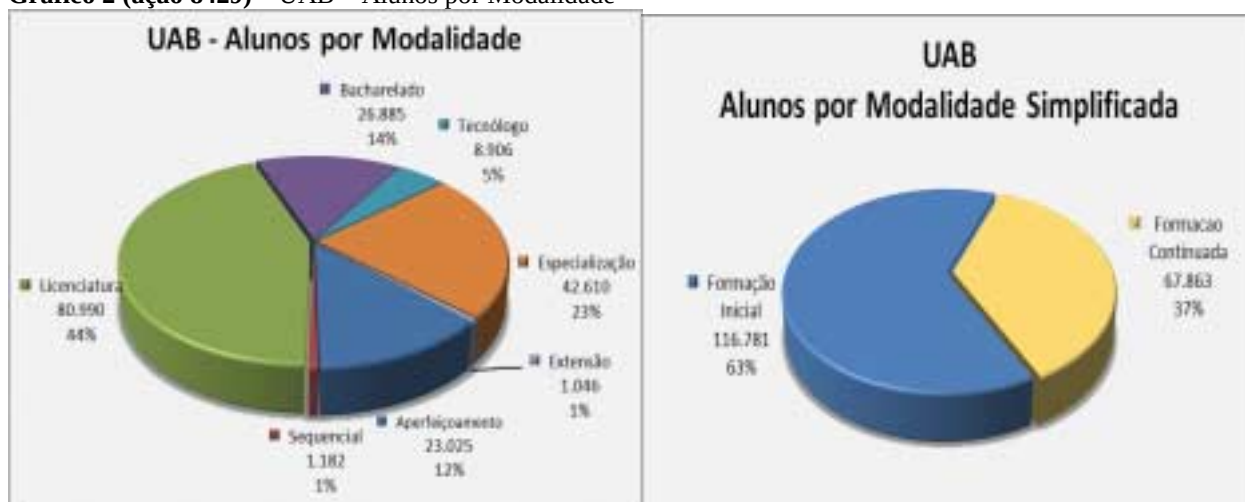
c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A UAB desde sua criação tem como objetivo prioritário a formação inicial e continuada de professores. No ano de 2008, impropriamente, o produto da ação era profissional capacitado não contemplando plenamente as ações da UAB. Assim, em 2009 o produto relacionado à Ação 8429 foi reformulado para alunos matriculados e nesses foi estabelecido uma meta quantitativa. Para o cálculo da meta foi utilizada a capacidade de financiamento do Sistema UAB em 2010, onde os repasses de recursos foram prioritariamente para a implantação de novos cursos, continuidade de cursos já implantados, bem como para a capacitação continuada profissionais envolvidos no Sistema UAB.

Com o objetivo de se ter informações fidedignas dos alunos vinculados ao Sistema UAB, em 2010 o SisUAB (plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da UAB) foi reformulado para inclusão do módulo de cadastro de discentes, no qual as IES ofertantes são responsáveis pela inclusão dos dados dos alunos em cada curso e pólo ofertado. Para o exercício de 2010 a meta física prevista para a Ação foi de 284.364 alunos matriculados. Devido aos cortes orçamentários bem como à falta de limites de empenho já comentados anteriormente, a execução financeira dos recursos influenciou significativamente na meta física que atingiu cerca de 61% da meta prevista totalizando 73.699 alunos matriculados.

Cabe esclarecer que estão cadastrados no Sistema de Gestão do Sistema UAB (SisUAB) 215.169 alunos, destes 161.842 alunos cursando, 12.428 alunos formados e 40.899 alunos trancados ou desvinculados. Foram considerados como alunos matriculados os alunos cursando e os alunos trancados ou desvinculados, pois estes podem retornar aos cursos enquanto o prazo estipulado pela Instituição estiver vigente.

Gráfico 2 (ação 8429) – UAB – Alunos por Modalidade



Fonte: SisUAB

A dotação orçamentária inicial para 2010 foi de R\$ 282.531.200,00 milhões, mas devido ao contingenciamento a dotação ficou em R\$ 258.004.588,00. É pertinente ressaltar que foram aprovados projetos, mas os mesmos não foram financiados devido à limitação de cotas no final do exercício. Ao final do mês de dezembro constavam repasses na ordem de R\$ 120.016.868,01, mas como houve a limitação de cotas grande parte dos recursos foram devolvidos pelas IES, acarretando assim na baixa execução financeira da Ação e conseqüentemente das IES.

A meta física da Ação é referente ao quantitativo de alunos matriculados. Ao final de 2010, constavam repasses para as IES parceiras do Sistema UAB, na ordem de R\$ 120.016.868,01 voltados prioritariamente para oferta de cursos. Ao efetivarmos a descentralização dos créditos ou a liberação de ordem bancaria, as IES já iniciam o processo seletivo dos alunos ou a continuidade dos cursos já ofertados. Apesar das IES terem devolvido parte dos recursos, devido aos cortes orçamentários bem como a falta limites de empenho, a meta física não foi totalmente prejudicada, pois, os cursos ofertados já tinham sido iniciados e os alunos já estavam matriculados.

Assim sendo, apesar da meta financeira ter sido baixa ao final do exercício, a meta física se manteve, pois ao final de 2010 os alunos estavam com as matrículas efetivadas, já que o período letivo é dividido em 2 entradas, sendo a primeira que geralmente inicia em março com término em junho e a segunda entrada com início agosto e término em dezembro. Cabe informar que em 2011 caberá a CAPES, complementar os recursos não repassados ou devolvidos em 2010 para promover a conclusão de períodos e cursos.

Ainda em relação à execução foram empenhados ao final de 2010 o valor total de R\$ 72.612.160,77 cerca de 28% da meta prevista, sendo o valor de R\$ 53.545.180,65 em projetos voltados para Universidades Federais e o valor de R\$ 19.066.980,12 em recursos voltados para projetos vinculados a Universidades Estaduais .

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 258.004.588,00	R\$ 72.612.160,77	28%
FÍSICA	284.364	173.699	61%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica

Ação 0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Tipo	Finalístico
Finalidade	Estimular a formação inicial ou continuada de professores da Educação Básica
Descrição	Concessão de bolsa a professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, de acordo com a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	
Coordenador nacional da ação (1)	Celso José da Costa Diretor de Educação à Distância
Unidades executoras (1)	Diretoria de Educação a Distância - DED e FNDE

a) Principais Resultados

A principal meta ação 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica – do Sistema UAB é o pagamento de bolsas aos profissionais envolvidos na gestão pedagógica e na oferta dos cursos na modalidade à distância no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em dezembro de 2010 o Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) registrou em seus cadastros aproximadamente de 20.000 (vinte mil) bolsistas cadastrados, vinculados a 92 instituições públicas de ensino superior parceiras do Sistema UAB e a 587 polos de apoio presencial ativos, distribuídos nas funções de coordenadores, professores conteúdistas, professores pesquisadores, revisores, tutores presenciais e à distância.

Forma de implementação

Em 2010, a operação formal da UAB foi realizada de forma compartilhada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), onde a ficou responsável por toda a Gestão do Sistema UAB e o FNDE pelo pagamento dos bolsistas UAB, realizado via Sistema de Gestão de Bolsas (SGB), sistema utilizado para pagamento das bolsas UAB.

Em 2010 a CAPES formalizou o processo de descentralização de créditos para o FNDE, órgão gestor do SGB. Cabe informar as diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e dos programas de formação superior no âmbito da UAB estão previstas na Resolução nº 26 do FNDE.

b) Principais Problemas

A CAPES passou a gerir a UAB a partir do exercício de 2008. Contudo, como os projetos já haviam iniciado, optou-se, à época, dar continuidade aos tramites utilizados para execução de

recursos no FNDE/MEC e, após o aprimoramento dos trâmites processuais, migrar toda a execução orçamentária e financeira para a CAPES.

Visando à efetiva execução dos recursos e o pagamento de bolsistas da UAB na CAPES, em 2010 iniciou-se o processo de migração do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para adequações e posterior utilização na CAPES. O Sistema ainda está em fase de homologação e não está pronto para início do processo de pagamento de bolsistas pela CAPES. A previsão para que se possa utilizar o mesmo é até o final do 1º semestre de 2011. Assim para que não houvesse atrasos no pagamento dos bolsistas do Sistema UAB houve a necessidade de repasse orçamentário ao FNDE a fim de dar continuidade ao pagamento de bolsas.

c) Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

Em dezembro de 2010, o Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) registrou em seus cadastros em torno de 20.000 (vinte mil) bolsistas, sendo pagas neste mesmo exercício financeiro o total de 252.365 bolsas, distribuídas nas funções de coordenadores (coordenadores UAB, curso, tutoria e pólo), professores conteúdistas, professores pesquisadores, revisores, tutores presenciais e a distância. Do total de bolsas, 28.867 bolsas referem-se ao programa PARFOR e 223.498 bolsas são referentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Com relação à meta financeira, cabe ressaltar que a dotação inicial da Ação foi de R\$ 455.000.000,00, sendo R\$ 377.000.000,00 destinados aos projetos do Sistema UAB e R\$ 78.000.000,00 destinados aos projetos do PARFOR. Devido ao contingenciamento no valor de R\$ 38.498.047,00, a dotação da Ação passou a ser de R\$ 416.501.953,00 e foi executado o valor de R\$ 275.000.000,00, sendo R\$ 233.784.600,00 executados em bolsas para o Sistema UAB e R\$ 41.215.400,00 executados em bolsas PARFOR.

A meta física prevista para a Ação foi de 213.600 (bolsas concedidas) e a meta executada foi de 252.365 bolsas concedidas/pagas vinculadas a 92 instituições públicas de ensino superior parceiras do Sistema UAB e do PARFOR e a 587 polos de apoio presencial ativos vinculados a UAB. Cumpre esclarecer que os polos de apoio presencial são avaliados pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), com vistas a verificar requisitos mínimos de qualidade dos cursos a serem ofertados para seu funcionamento. Somente após esta avaliação os mesmos estarão aptos a receber ofertas de cursos. Como nem todos os polos foram aprovados na avaliação da SEED, alguns cursos previstos para 2010 não foram iniciados.

Esta situação influenciou significativamente no aumento da meta física estimada já que, como novos cursos não foram iniciados, a quantidade de bolsas para professores nos polos presenciais foi reduzida, com o conseqüente aumento no quantitativo de tutores à distância no qual o valor da bolsa é cerca de 45% menor que a bolsa de professor ocasionando, fazendo com que 66% do valor estimado cobrisse o pagamento de 118% da meta física de bolsas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 416.501.953,00	R\$ 275.000.000,00	66%
FÍSICA	213.600	252.365	118%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 0750 - Apoio Administrativo

I) Ação 2000 – Administração da Unidade

Ação 2000	Administração da Unidade
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	

Coordenador nacional da ação	Denise de Menezes Neddermeyer Diretora de Gestão
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLOG)

a) Principais Resultados:

O exercício de 2010 foi um ano em que se fez muito no âmbito da Ação 2000 – Administração da Unidade. Como atividade meio, as medidas adotadas ao longo do ano visaram propiciar as condições adequadas para o cumprimento das ações finalísticas rotineiras, mas foram também voltadas para aquelas iniciativas de caráter estruturante que pudessem fortalecer a para que suas ações operacionais fossem cada vez mais transparentes, com maior eficácia e eficiência.

Planejamento Estratégico

No 2º semestre de 2010, teve início um dos projetos mais importantes e de maior impacto na dinâmica interna da CAPES: o planejamento estratégico, o qual foi denominado “Gestão para Resultados na CAPES”. Esse projeto está sendo conduzido por consultores externos, contratados por organismo internacional e tem três fases:

- estabelecimento de uma agenda estratégica, com definição de propósitos, resultados e como alcançá-los;
- alinhamento da estrutura, dos processos de trabalho, das pessoas e dos recursos alocados com a agenda, para assegurar sua implementação; e
- sistemática de monitoramento e avaliação para verificação da consecução das metas e correção de rumos.

O projeto surgiu a partir da necessidade de reorganização interna, de revisão dos processos de trabalho, de maior integração e de revisão ou estabelecimento de metas e indicadores de desempenho. A proposta do projeto resultou em novas parcerias internas de trabalho, em revisão de processos de compras e de convênios e estruturação de processos de trabalho anteriormente informais e desorganizados. O grande saldo positivo foi o engajamento dos servidores na discussão da agenda estratégica, resultando em maior comprometimento de todos com a CAPES.

Após várias reuniões, o projeto foi finalizado em dezembro de 2010, contendo a definição de uma nova Missão e Visão da instituição (Figura 1), além da proposição de metas e indicadores estratégicos.

Figura 1 (ação 2000): Missão e Visão da definidas pelo Planejamento Estratégico

Missão Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.
Visão Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.

Fonte: DGES

Em 2010, foi elaborada a Fase 1 da Estratégia e teve início a revisão de 6 processos de trabalho críticos para a implementação de ações da (Fase 1 de Processos), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 (ação 2000): Fases do desenvolvimento do planejamento estratégico da

	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Estratégia	• Propósito (missão e visão) • Resultados (indicadores e metas) • Ações estruturantes (iniciativas e ações) • Modelo de Monitoramento e Avaliação	• Implantação do modelo de Monitoramento e Avaliação • Ajustes no planejamento orçamentário e nos programas do PPA	• Avaliação e revisão da estratégia
Processos	• Revisão dos 6 processos mais críticos	• Revisão de mais 10 processos finalísticos	
Pessoas	• Dimensionamento da Força de Trabalho	• Modelo de Avaliação de Desempenho	
Estrutura	• Diagnóstico e delineamento de modelo de governança corporativa	• Diagnóstico e proposta de ajustes na estrutura	

Fonte: DGES

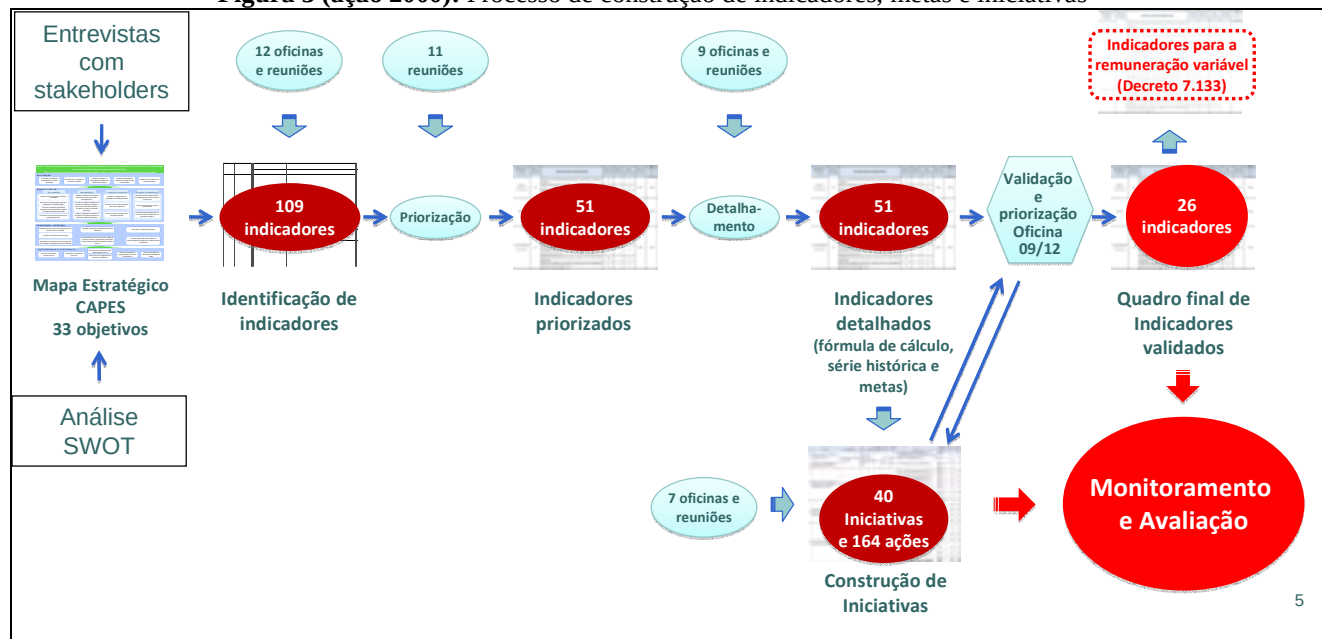
A construção da Estratégia teve início com análise do ambiente institucional da CAPES, a partir de levantamento de ameaças, oportunidades, forças e fraquezas, assim como pesquisa junto aos *stakeholders* (parceiros externos) da CAPES.

No âmbito interno da entidade, a mobilização do corpo funcional para participação da construção da Estratégia deu-se com a formação de consultores internos, cerca de 20 servidores, que foram conduziram as discussões em cada unidade organizacional, juntamente com os respectivos coordenadores-gerais. A construção do documento final, em suas diversas etapas, foi feita em oficinas plenárias ampliadas com a participação de cerca de 40 servidores (consultores e coordenadores-gerais, além da Diretora de Gestão), em oficinas com um grupo menor de coordenadores-gerais, além da Diretora de Gestão e em oficinas com grupos de consultores internos. Neste caso, essas oficinas tiveram três objetivos: gerar a apropriação da metodologia e subsidiar a formulação das questões estruturantes que foram debatidas nas oficinas plenárias e em oficinas com o corpo gerencial reduzido. Deve ser ressaltado que a formulação das questões estruturantes foi realizada com a participação e mobilização de grande parte da força de trabalho da CAPES.

Dessa forma, ao final de 2010, além da definição de missão e visão, resultados (objetivos, indicadores e metas), iniciativas (ações, desdobramento e matriz de contribuição) e modelo de monitoramento e avaliação, deu-se início a revisão de 6 processos críticos de trabalho

Em um primeiro momento, foram definidos 109 indicadores que, após priorização, e validação, foram reduzidos para 26, contendo 40 iniciativas e 164 ações (Figura 3).

Figura 3 (ação 2000): Processo de construção de indicadores, metas e iniciativas

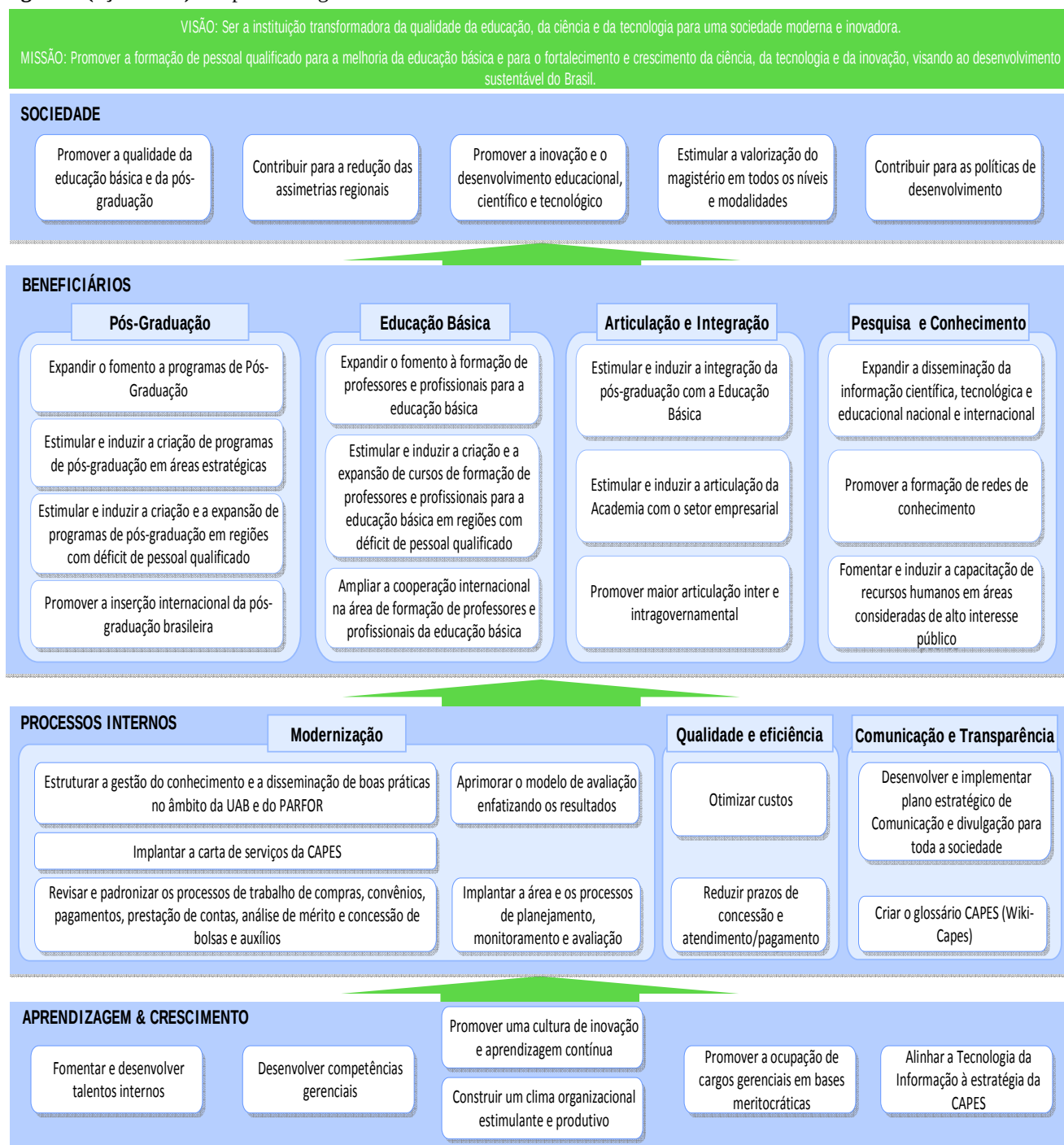


Fonte: DGES

Foi definido também um mapa estratégico contendo 33 objetivos que foram divididos em quatro linhas de ação, duas voltadas para o ambiente interno da CAPES, quais sejam os processos internos e as ações que envolvem a aprendizagem e crescimento e duas para o ambiente externo, envolvendo os beneficiários dos serviços da CAPES e a sociedade em geral. Dentre esses objetivos, foram contempladas ainda as duas linhas de atuação referentes à pós-graduação e à educação básica (Figura 4). **Fonte:** DGES

Figura 5 mostra a Matriz de Contribuição da CAPES, ou seja, um quadro que representa as unidades organizacionais e a sua relação com as iniciativas estratégicas. Por essa Matriz, pode-se verificar as unidades que possuem maior responsabilidade com a execução das ações estratégicas e, por outro lado, também é possível inferir quais as iniciativas mais complexas de serem realizadas por demandarem a articulação de mais de uma diretoria.

Figura 4 (ação 2000): Mapa Estratégico da CAPES



Fonte: DGES

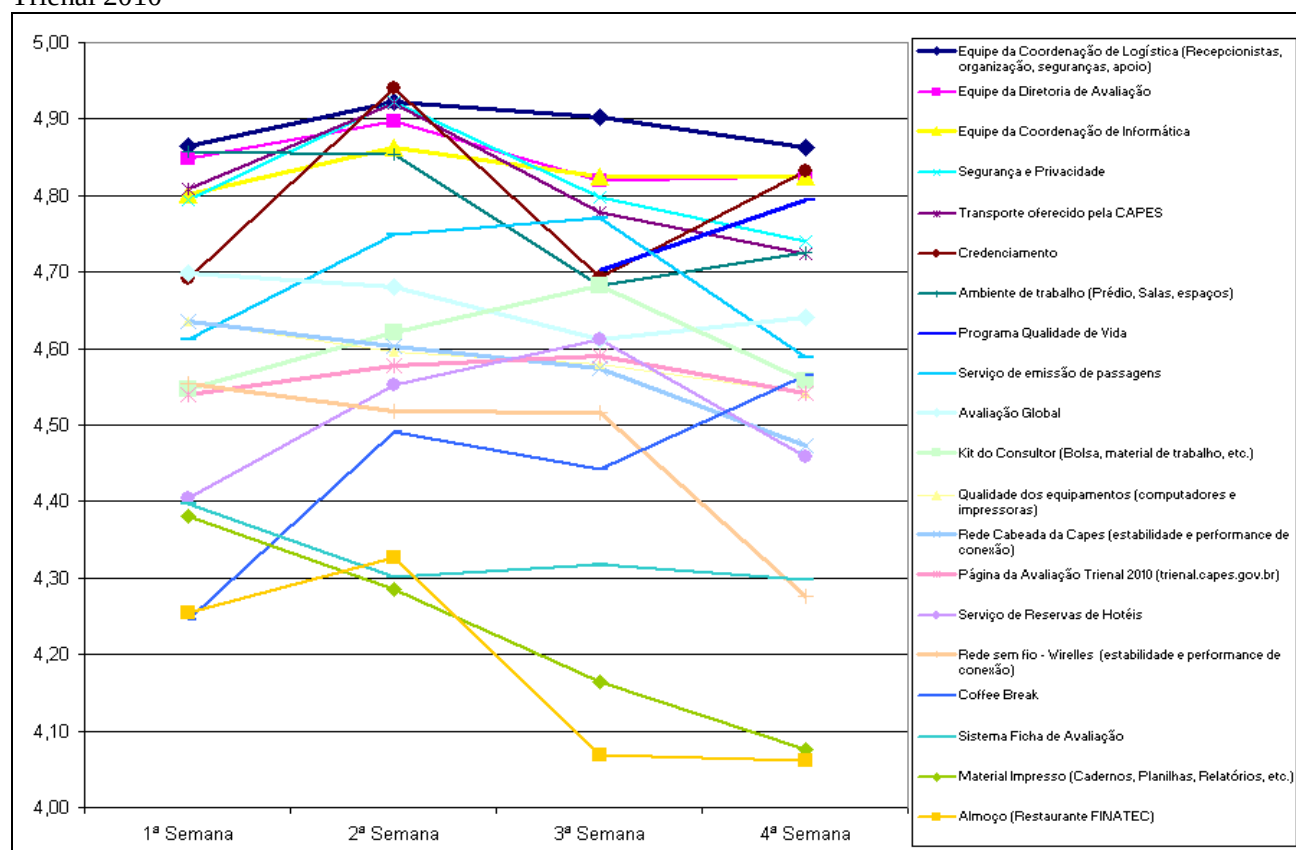
[illegible]

Fonte: DGES

Avaliação da infraestrutura e serviços prestados pela durante a Avaliação Trienal de 2010

Durante a Avaliação Trienal de 2010, realizada em quatro semanas nos meses de julho e agosto, foi feita uma pesquisa de satisfação quanto aos serviços prestados pela equipe da CAPES. Vários temas foram abordados, como a equipe de logística, de informática, transporte, hospedagem, ambiente de trabalho e os diversos materiais e recursos utilizados. A Figura 6 mostra todos os serviços avaliados e as respectivas médias obtidas por semana de avaliação. A equipe da coordenação de logística recebeu as notas mais altas, enquanto que o almoço, realizado em outra instituição sugerida pela CAPES, foi avaliado com notas mais baixas.

Figura 6 (ação 2000): Média da pontuação recebida nos diferentes serviços prestados durante a Avaliação Trienal 2010



Fonte: DGES

A Tabela 1 mostra o grau de satisfação dos participantes durante as quatro semanas de Avaliação Trienal. Pode-se observar que a grande maioria das pessoas avaliou como ótimo os serviços que utilizaram, resultado do grande empenho feito pela Diretoria de Gestão para que os consultores *ad hoc* pudessem efetuar seus trabalhos com o maior conforto e agilidade, por meio de uma infraestrutura moderna e eficiente.

Tabela 1 (ação 2000): Satisfação dos participantes da Avaliação Trienal 2010

Conceito	Pontuação	1ª Semana		2ª Semana		3ª Semana		4ª Semana	
		%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.
Ótimo	5	67,50%	118	72,50%	116	67,02%	183	65,46%	131
Bom	4	27,20%		23,20%		27,97%		28,47%	
Regular	3	4,50%		3,60%		4,55%		4,85%	
Ruim	2	0,60%		0,50%		0,35%		0,99%	
Péssimo	1	0,30%		0,20%		0,12%		0,24%	

Fonte: Banco de Dados da CGIN - Pesquisa online realizada entre 22/07 a 13/08/2010 - 548 Respondentes

Ações de Informática

A informática da CAPES tem evoluído significativamente nos últimos anos. Foram adotadas diversas ações de modernização e consolidação da infraestrutura de toda a área de informática, por meio de atualizações, melhorias e criação de novos sistemas, indispensáveis ao atendimento das demandas internas da e da comunidade acadêmica.

Um conjunto de providências de ordem administrativa também contribuiu para reforçar o setor, entre eles o empenho no sentido de construir força de trabalho própria, com vistas a diminuir a vulnerabilidade da instituição frente aos contratos de terceirização de pessoal especializado. Esses novos profissionais contribuíram efetivamente na gestão de TI, se apropriando da estrutura existente e demonstrando bom domínio dos negócios de TI existentes na CAPES.

Em relação às medidas tomadas em prol de maior transparência e controle também houve avanços. A partir de 2009, foram tomadas várias medidas visando a validação dos dados e informações relativas ao pagamento de bolsas. Foram implantadas funcionalidades que permitem o cruzamento de informações para evitar pagamento em duplicidade entre todos os programas da CAPES e com os programas do CNPq. Houve também a integração do sistema de pagamento de bolsas com o Cadastro de Discentes, permitindo consolidar um banco com informações sobre os bolsistas e não bolsistas de pós-graduação do país.

Ressalta-se ainda a mudança da sistemática no pagamento das bolsas, que passou a ser feito diretamente na conta bancária dos seus beneficiários, sendo efetivado aproximadamente 60 mil pagamentos/mês no âmbito dos programas da pós-graduação e do PIBID da Educação Básica.

Igualmente importante foi a reformulação da estrutura funcional do setor de informática, permitindo maior racionalização das tarefas a serem desenvolvidas, bem como a especialização das equipes nas principais áreas de atuação da CAPES. Dentre outras medidas modernizadoras adotadas no período, a renovação da infraestrutura de rede cabeada e sem fio, substituição de computadores e notebooks obsoletos, melhoria na capacidade de conectividade, segurança e maior economia de recursos.

Não obstante esses avanços, a partir de 2007, com o crescimento da demanda por serviços de informática, foi delineada uma estratégia mais ampla, baseada nas diretrizes acordadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê ações a serem contempladas no período de 2010 a 2013. Foi também instituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação com vistas a dar maior sustentação à alta gestão da instituição quanto às propostas de alinhamento estratégico das ações de informática em andamento.

Considerando que uma das maiores dificuldades era a administração do legado existente, referente às diversas tecnologias de desenvolvimento de sistemas e diferentes bancos de dados da CAPES, situação herdada de anos passados e que não mais respondia de forma eficiente e efetiva ao crescimento da instituição, delineou-se um plano de ação com vistas a uma modernização paulatina, que substitísse os antigos aplicativos em funcionamento por um sistema integrado e flexível às demandas rotineiras da instituição, conforme relato a seguir.

Como pode ser notado na figura abaixo, de 1987, ano em que se iniciou o processo de informatização da CAPES, até o ano de 2010, as principais tecnologias de desenvolvimento de sistemas usadas na instituição eram baseadas em códigos proprietários, limitando a autonomia de ação da área de informática. Além disso, banco de dados distintos contribuíam para uma

crescente fragmentação dos dados, dificultando a integração das informações e a extração de relatórios gerenciais.

Figura 7 (ação 2000): Tecnologias de desenvolvimento de sistemas e de bancos de dados da CAPES



Fonte: DGES

A complexidade dessa estrutura, com mais de 30 sistemas de informação com bases de dados não integradas, com tecnologias ultrapassadas de desenvolvimento de sistemas e de bancos de dados distintos, impediam o acesso a funcionalidades modernas de sistemas e dificultavam a contratação de profissionais com a experiência apropriada para a realização e manutenção dos serviços. O quadro abaixo ilustra os principais sistemas da CAPES, suas finalidades e suas respectivas tecnologias:

Figura 8 (ação 2000): Características dos principais sistemas da CAPES

	SISTEMA	TECNOLOGIA	BASE DE DADOS	OBJETIVO
BOLSAS	SAC	JAVA JCOMPANY	SYBASE - PROD0	PAGAR 50.000 BOLSAS MENSIS NO PAIS
	SAC LEGADO	POWERBUILDER SILVERSTREAM	SYBASE - PROD1	PAGAR DE 1.500 BOLSAS MENSIS NO PAIS E 3.500 BOLSAS MENSIS NO EXTERIOR
	SAD'S	JAVA JBOSS SILVERSTREAM PHP	SYBASE - PROD0 SYBASE - PROD1	CADASTRAR E ACOMPANHAR PROPOSTAS DE 7 PROGRAMAS NO PAIS E 30 NO EXTERIOR
	CADASTRO DE DISCENTES	JAVA JCOMPANY	SYBASE - PROD0	CONTROLAR AS INFORMAÇÕES DE DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO
AVALIAÇÃO	COLETA	JAVA WEBSTART	SYBASE - PROD1	RECEBER INFORMAÇÕES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
	CADASTRO DE CONSULTORES	POWERBUILDER	SYBASE - PROD1	CONTROLAR AS INFORMAÇÕES DE CONSULTORES
	QUALIS	JAVA NETBEANS	SYBASE - PROD0 SYBASE - PROD1	CONTROLAR E CLASSIFICAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA
	FICHA	JAVA JBOSS	POSTGRE	REGISTRAR A CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
	SISUAB	JAVA STRUTS	POSTGRE	CONTROLAR AS INFORMAÇÕES DOS POLOS DA UAB

Fonte: DGES

Portanto, visando solucionar de maneira efetiva e permanente essas questões, iniciou-se um processo de migração das tecnologias ultrapassadas, sendo adotadas as tecnologias Java (Jboss Seam) e PHP para os novos projetos de desenvolvimento de sistemas e a base de dados PostgreSQL – EnterpriseDB, todas com licenciamento livre e ampla utilização no mercado, o que

permite contratação de recursos humanos com alta capacitação, além de permitir ampla flexibilização no uso e na integração de ferramentas.

Para o ambiente de rede unificado, foram tomadas providências para a aquisição da sala segura, que incluirá a implantação dos seguintes subsistemas: Célula estanque com eclusa, Climatização de precisão: Provimento ininterrupto de energia elétrica, Detecção e combate a incêndio, Controle biométrico de acesso, Monitoramento ambiental e vigilância, Cabeamento estruturado de dados, Aparelhamento do Centro de Monitoração de Redes.

No ambiente de sistemas, as medidas adotadas visaram a construção de um ambiente integrado de informações, denominado como “Cadastro Único”, cujo principal objetivo é abarcar os módulos do novo sistema denominado “SI”, além da migração dos sistemas legados, para este Cadastro Único. A figura abaixo ilustra esta concepção de modificação no ambiente de sistemas:

Figura 9 (ação 2000): Esquema proposto de integração das informações dos sistemas legados com o SI



Fonte: DGES

O SI, a nova ferramenta gerencial que está em processo de implantação, constitui um sistema que permite a integração completa das etapas de controle das informações dos programas .

O Módulo Configurador proporciona a flexibilidade necessária para a confecção de fluxos e interfaces de controle dos diversos programas da CAPES, sistema totalmente orientado a serviços. A partir de um modelo inicial é possível copiar e ajustar toda a estrutura de informação para a criação de novos formatos, proporcionando ganho de escala no desenvolvimento dos sistemas e melhoria contínua na uniformização dos processos e procedimentos de controle dos programas da CAPES. À esquerda da figura abaixo estão os componentes configuráveis pelo sistema – À direita a ilustração da reutilização de modelos

Figura 10 (ação 2000): Esquema demonstrativo do Módulo Configurador do SI

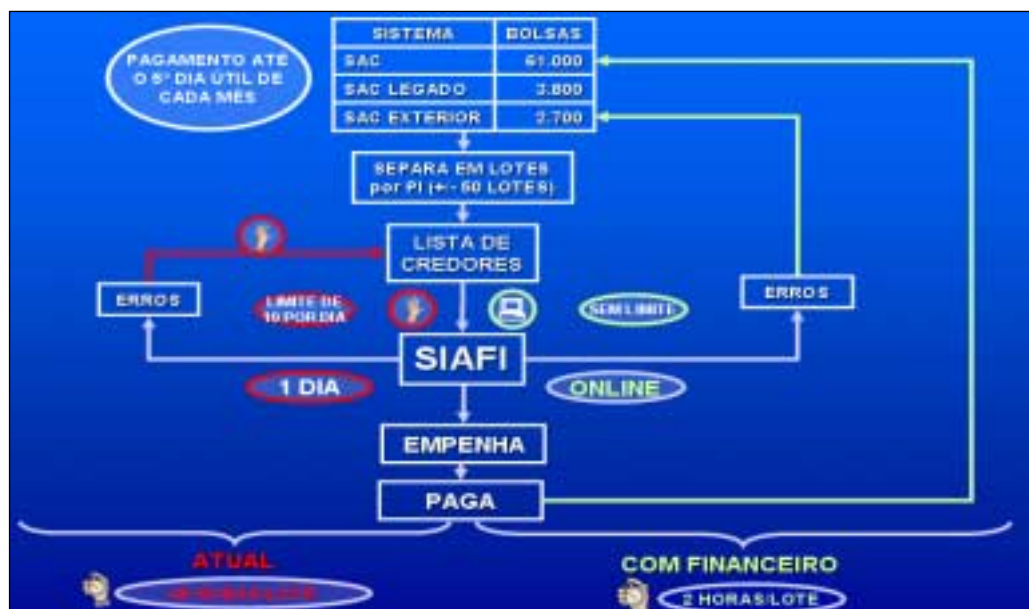


Fonte: DGES

Já o Módulo Financeiro permite a integração completa dos sistemas de pagamentos de bolsas da online com o SIAFI, eliminando a interação manual dos arquivos de lotes de pagamentos, além de permitir os ajustes nas informações de retorno de possíveis erros de informações bancárias dos bolsistas. Na figura a seguir consta esquema demonstrativo do fluxo de pagamento de bolsas da

(centro) – Em vermelho os problemas com a operação manual e em verde as vantagens das operações automatizadas do Módulo Financeiro.

Figura 11 (ação 2000): Esquema demonstrativo do fluxo de pagamento de bolsas da CAPES



Fonte: DGES

Com essas ações, a informática passará a contar com um instrumento versátil, confiável e moderno, capaz de responder aos desafios cada vez maiores que se apresentam para a Tecnologia da Informação da CAPES, dotando os gestores das unidades finalísticas de informações consistentes para a execução de suas atividades e tomadas de decisão.

Essas medidas refletem os procedimentos e os investimentos realizados, a reestruturação e o fortalecimento do ambiente de TI feitos nos últimos anos. Em seguida, no quadro abaixo, constam as providências tomadas em atendimento às recomendações do PDTI.

Quadro 1 (ação 2000): Resumo das ações normativas de TI realizadas em 2010

Elaboração dos modelos para aquisição de bens e serviços de TI e para gestão de contratos	Definição de regras e modelo de processos para os projetos de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação e de atividades previstas para os gestores de contrato, em concordância com a in 04/2008
Formalização do comitê gestor de TI	Definição dos responsáveis pela interlocução estratégica da com a área de tecnologia da informação
Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Conclusão e apresentação para o comitê gestor de TI do PDTI, com cerca de 240 ações previstas para o quadriênio 2010-2013
Formalização do comitê de segurança da informação	Definição dos responsáveis pelas discussões sobre segurança da informação no âmbito da
Publicação da instrução normativa de utilização de recursos de TI	Portaria normativa nº 178, de 03 de setembro de 2010, que trata da utilização de recursos de tecnologia da informação

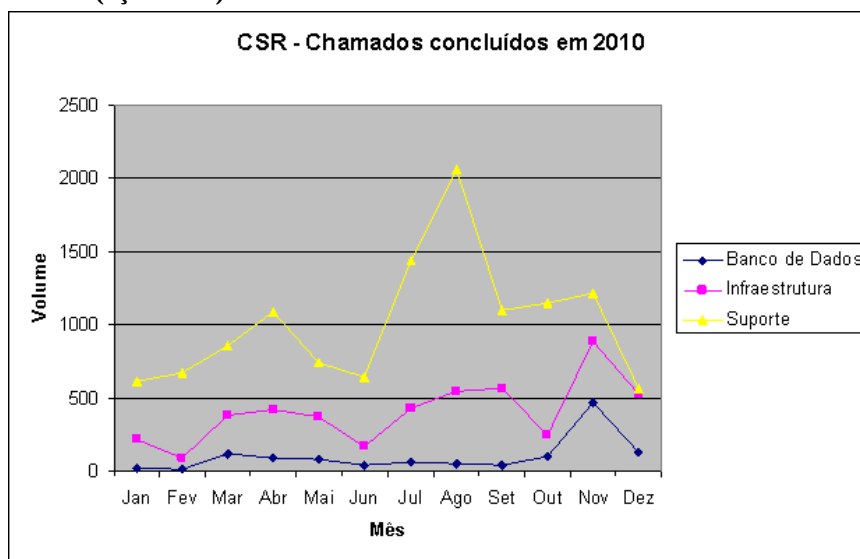
Fonte: DGES

Atividades realizadas relativas ao Suporte e Manutenção de Redes (CSR)

Considerando a crescente complexidade das demandas e soluções de TI como sustentação das atividades institucionais da CAPES, buscou-se adequar os serviços prestados a este cenário de crescimento e modernização. O foco principal em 2010 foi os projetos que visavam proporcionar evolução dos serviços implantados de infraestrutura de TI. Os projetos relativos à estabilização dos serviços implantados na mudança de prédio, como *links* de comunicação, serviços de telefonia e acesso à internet tiveram recursos aplicados no seu aprimoramento, segurança e continuidade em caso de falha em alguns dos pontos destas soluções. Para gerenciar uma infraestrutura com este grau de complexidade e com ativos e soluções distribuídos em três ambientes distintos na CAPES, no MEC e na RNP, implementou-se novo sistema de monitoramento remoto de todos os serviços, com alertas automáticos em caso de falha em quaisquer dos pontos críticos desta infraestrutura.

Outro foco de atenção no ano de 2010 foi a preparação do ambiente de sustentação da Avaliação Trienal que demandou extenso planejamento de infraestrutura que garantisse a segurança, desempenho e disponibilidade exigidas para realização dos trabalhos. Os projetos demandaram de toda a equipe esforços de planejamento, acompanhamento dos prazos e cumprimento de metas, bem como agilidade na resolução de problemas e na implantação de novas soluções.

Gráfico 1 (ação 2000): CSR – Chamados concluídos em 2010



FORNTE: CGI/DGES/CAPES

Quadro 2 (ação 2000): Resumo das principais atividades de Suporte e Manutenção de Redes em 2010

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Contratação de Outsourcing de Impressão	Total de 49 impressoras departamentais, 7 coloridas, 16 multifuncionais, e 26 monocromáticas, média de 350.000 cópias mensais
Aquisição e Implantação de Nova solução de backup	Gerenciamento centralizado de Backup, permite integração entre os servidores que se encontram na RNP, no MEC e na
Aquisição e Implantação de rede wireless	Rede sem fio em todos os andares do prédio da CAPES, com 47 antenas
Implantação dos serviços de single sign-on Shibboleth	Permite acesso externo à rede da para o Portal de Periódicos

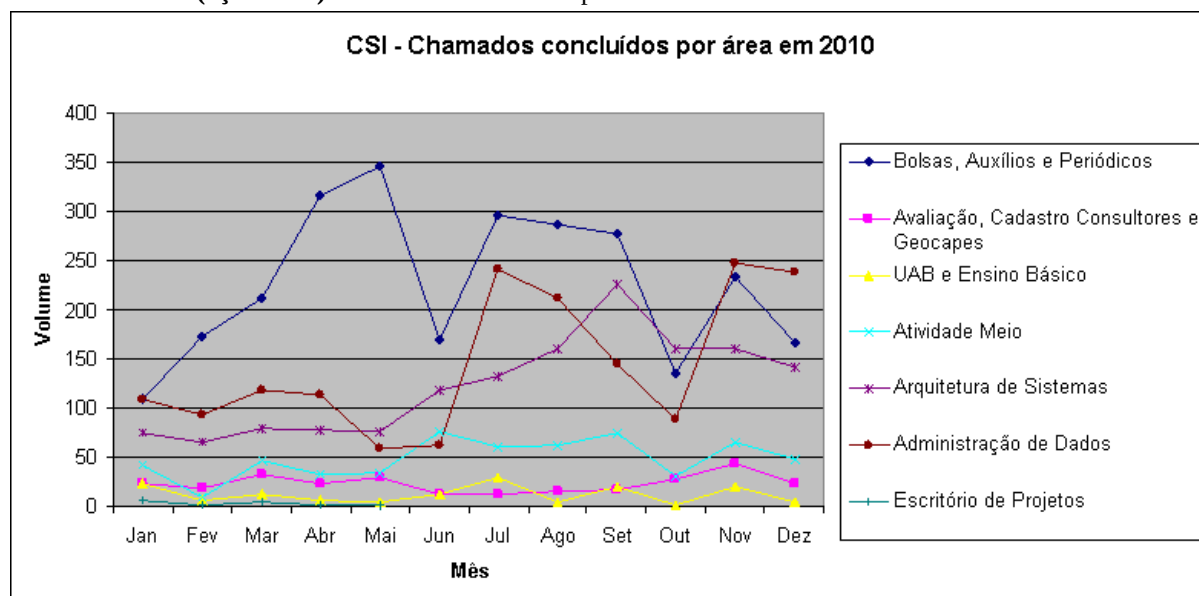
Integração da central telefônica com o INEP	Permite ligações via VOIP sem custos entre as instituições, integração entre as redes, funcionando como se ambas as estruturas fossem ramais
Infraestrutura para a Avaliação Trienal 2010	Instalação e configuração de mais de 400 pontos de rede, servidores dedicados de sistemas e de bancos de dados
Aplicativo de monitoração da infraestrutura de redes	Monitoração de todos os serviços de rede e sistemas, com alertas automáticos de incidentes
Aquisição e atualização de licenças de antivírus	Mais de 900 atualizações do software de antivírus das estações de trabalho da
Expansão do storage	Aquisições de gavetas de discos de alta performance para melhoria do serviço de correio e dos sistemas em produção
Projeto de Contratação da Consultoria da Sala Segura	Elaboração do Projeto Básico para contratação de consultoria da Sala Segura
Reestruturação do serviço de filtro de conteúdo WEB	Configuração dos servidores de acesso à web que controlam os acessos de todas as estações de trabalho
Aquisição e configuração de 200 Estações de trabalho e 140 notebooks	Substituição de equipamentos obsoletos e notebooks para reuniões
Implementação de Data Warehouse para o banco de dados Sybase	Base de dados isolada do ambiente de produção para geração de relatórios do SISREL

Fonte: DGES

Atividades relacionadas ao Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CSI)

A área responsável pelo desenvolvimento e manutenção de sistemas tem como função de criar soluções tecnológicas integradas para a automatização de processos de trabalho da instituição. Dentre as principais atividades desta coordenação, destacam-se o desenvolvimento de novos sistemas informatizados e a manutenção da atual plataforma tecnológica disponível.

Gráfico 2 (ação 2000): Chamados concluídos por área em 2010



Fonte: CGI/DGES/CAPES

Em 2010, foi instituído o grupo de assessoramento e governança em TI para a elaboração de projetos básicos para aquisição ou contratação de serviços, suporte nas atividades de gestão de contratos, monitoramento das ações de implantação do PDTI e monitoramento e execução das ações normatizadas pelo SISP.

Os sistemas informatizados que apóiam as atividades de concessão de bolsas e auxílios evoluíram no sentido de absorver cada vez mais programas de formação de recursos humanos de alto nível e de cooperação científica internacional. A informatização no recebimento de inscrições e análise da demanda foi possível com a migração de formulários antigos para novas tecnologias de software livre. Foram implantados novos programas e realizadas melhorias nas rotinas de geração de folha de pagamento para reduzir o tempo de processamento no Sistema de Acompanhamento de Concessões - SAC, que hoje controla o pagamento de mais de 30 programas ativos e cerca de 60 mil bolsistas no país e exterior.

O projeto de maior destaque no ano de 2010 certamente foi o SI. Está prevista a implantação, já no início de 2011, do Módulo de Configuração de Editais, para o cadastramento das informações referentes à parametrização, inscrição de propostas, análise técnica e de mérito, priorização, homologação e publicação de resultados. Outro módulo que começará a ser utilizado, juntamente com o pagamento de bolsas da UAB é o Módulo Financeiro, que irá integrar as áreas demandantes de solicitações de liberações de recursos (SLR) à Coordenação de Orçamento e Finanças com o objetivo de agilizar o processo de recebimento e pagamento dessas solicitações junto ao SIAFI, por meio do registro online das operações orçamentárias e financeiras.

Para apoiar as atividades relacionadas à Avaliação Trienal 2010, o Sistema Ficha de Avaliação em Plataforma Web foi totalmente reconstruído, consolidando o registro e acompanhamento das informações de apoio às avaliações trienais.

O Sistema Prêmio de Teses foi totalmente reestruturado, com a implantação do módulo de inscrição on-line, acompanhamento e registro de méritos. Outros sistemas que tiveram suas funcionalidades evoluídas foram o WebQualis, que permite a padronização, classificação e divulgação de veículos de divulgação científica do país e exterior e o Sistema Nacional de Pós-Graduação ou SNPG, que realiza o cadastramento e acompanhamento de propostas de cursos novos e recomendação de cursos aprovados de forma dinâmica.

No contexto do SisUAB - Sistema da Universidade Aberta do Brasil, foram construídos o Módulo de Recursos de Pólos, que permite cadastrar todos os itens de infra-estrutura dos pólos e identificar as capacidades de crescimento de cada um, o Módulo de Gestão de Alunos, que controla a vida acadêmica dos alunos da UAB, o Módulo de Compartilhamento de Material Didático, que realiza a inclusão dos materiais didáticos e a formalização dos documentos que garantem os direitos de uso dos materiais a serem disponibilizados, o Módulo de Gestão Acadêmica, que permite a gestão de articulações e ofertas de cursos nos pólos, o Módulo de Extração de Informações e DataWarehouse, que oferece informações sobre o sistema, fornecendo subsídios para apoio às tomadas de decisão e, finalmente, o Módulo de Acompanhamento On-line, que permite coletar a percepção de cada colaborador da UAB com relação aos pólos, cursos, tutores, e estrutura do programa como um todo.

O setor também colaborou com a execução de atividades administrativas da CAPES, com a implantação e suporte operacional dos seguintes sistemas: o Sistema de Protocolo e Arquivo - SPARQ, que automatizou e trouxe maior segurança e eficiência na Gestão Documental da CAPES; o Sistema de Atendimento aos Usuários - SAU, que criou um canal de comunicação com dos colaboradores da CAPES, trazendo as melhores práticas pregadas pelo ITIL na gestão de Incidentes e Demandas; o Sistema de Atesto Eletrônico de Ligações - SAEL, que proporcionou a automação da cobrança das ligações particulares realizadas pelos colaboradores, trazendo maior eficiência

operacional e adequando a à lei; o Sistema de Relatórios - SISREL, que proporcionou a consolidação das informações coletadas de todos os sistemas da CAPES, disponibilizando de forma centralizada o acesso através de relatórios criados e personalizados pelos usuários; e o Sistema de Almoarifado Serviços e Patrimônio - SIASP, que proporciona maior confiabilidade e eficiência na gestão de contratos da instituição.

Na gestão de contratos, foram elaborados os termos de referência e artefatos de planejamento de acordo com a IN 04 para contratação de Fábrica de Software e adesão à ata de registros de preços do CNPq sobre serviços de desenvolvimento de sistemas. Foram cotados e adquiridos os softwares de edição gráfica da suíte Adobe, análise e projeto de sistemas Enterprise Architect e plataforma de servidores de aplicação Red Hat e JBoss. Além disso, foi iniciado o projeto de aquisição de um software de gestão de projetos que irá proporcionar um melhor controle e acompanhamento dos projetos críticos da CGIN.

Quadro 3 (ação 2000): Resumo das principais atividades de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas em 2010

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Elaboração da Wiki	Elaboração da Wiki para construir e reter base de conhecimento sobre os processos, projetos, atividades e sistemas desenvolvidos na CSI.
Implantação do Grupo de Assessoria e Governança em TI	Criação do grupo de assessoramento e governança em TI para a elaboração de projetos básicos para aquisição ou contratação de serviços, suporte nas atividades de gestão de contratos, monitoramento das ações de implantação do PDTI e monitoramento e execução das ações normatizadas pelo SISP.
Manutenção da Central de Atendimento ao Usuário - CAU	Atendimento a ligações e e-mails do público externo da para solução de dúvidas e problemas relacionados a sistemas mantidos pela instituição.
Melhorias no Sistema de Acompanhamento de Concessões - SAC Novo	Implantação de novos programas; migração dos programas PNPD, PROF, PROEX, PRODOC e demais programas do SAC Legado para o SAC Novo; otimização das rotinas de geração de folha de pagamento, reduzindo significativamente o tempo de processamento.
Melhorias no Sistema de Análise de Demandas - SADWeb	Implantação do fluxo completo de análise de demandas dos programas PRODOC, PNPD, ICT, UAB – Equipamentos e PIBID. Implantação do formulário de inscrições dos programas PAEP, PAEP CEA e Escola de Estudos Avançados.
Melhorias no Sistema de Cadastro de Discentes	Desenvolvimento do Webservice de integração do Cadastro de Discentes com os sistemas de controle acadêmico das universidades. Integração em fase de teste com a UFRN.
Desenvolvimento do Sistema da Conciliação de Pagamento de Bolsas – SCPB	Construção do sistema para melhor controlar possíveis casos de duplicidades de bolsas entre , CNPq e FNDE (programas UAB e PARFOR), além de prover um mecanismo de atualização de dados na base corporativa com informações provenientes da Receita Federal.
Adaptação dos Formulários de Inscrição da CGCI e CGBE para a linguagem PHP	Continuação do projeto de migração dos formulários de inscrição eletrônica disponíveis, hoje em tecnologia SilverStream, para linguagem PHP. Desenvolvimento de formulários para os programas que não possuem inscrição eletrônica.

Melhorias no SAC Egresso – Módulo de Auditoria	Realização de melhorias nos controles informatizados dos processos e pendências de bolsistas que concluíram suas bolsas de estudos e acompanhamento.
Desenvolvimento do Módulo de Configuração de Editais do SI	Construção do Módulo de Configuração de Editais para o cadastramento das informações referentes a parametrização, inscrição de propostas, análise técnica e de mérito, priorização, homologação e publicação de resultados.
Desenvolvimento do Módulo Financeiro do SI	Construção do Módulo Financeiro para integrar as áreas demandantes de solicitações de liberações de recursos (SLR) à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças, com o objetivo de agilizar o processo de recebimento e pagamento dessas solicitações junto ao SIAFI, através do registro online das operações orçamentárias e financeiras.
Desenvolvimento do Sistema de Indicadores e Resultados - SIR	Construção do novo sistema de Indicadores de Resultados. Sistema que auxilia o processo de avaliação de programas de pós-graduação. Apesar de completamente reformulado, este sistema não foi utilizado na Avaliação Trienal 2010 por decisão da Presidência da CAPES.
Desenvolvimento do Sistema Prêmio de Teses	Construção do sistema de inscrição, acompanhamento e análise de mérito do Prêmio de Teses.
Desenvolvimento do Sistema Ficha de Avaliação	Reconstrução do Sistema Ficha de Avaliação para registro e acompanhamento das informações de apoio a realização da Avaliação Trienal 2010.
Desenvolvimento dos Sistemas de Indicação de Coordenadores de Área e Recursos da Trienal 2010	Construção dos sistemas para as indicações de nomes de pessoas que poderão ser selecionadas para o mandato de coordenadores de áreas de avaliação e elaboração e encaminhamento de recursos pelos programas submetidos no processo da Avaliação Trienal 2010.
Melhorias no Sistema da Universidade Aberta do Brasil – SisUAB	Desenvolvimento dos Módulos de Recursos e Avaliação de Pólos, de Gestão de Compra e Doação de Material Didático, de Gestão de Alunos do SisUAB.
Desenvolvimento do Portal de Comunidades da	Desenvolvimento do sistema que permitirá o gerenciamento qualitativo dos produtos desenvolvidos pelas universidades e outros parceiros que recebem financiamento da CAPES.
Migração do Sistema de Gestão de Bolsas - SGB para pagamento de bolsas da UAB na	Continuação do projeto de migração do Sistema de Gestão de Bolsas - SGB do FNDE, assim como os programas UAB e PARFOR, para a CAPES.
Desenvolvimento do Sistema de Almoxarifado, Serviços, Patrimônio e Gestão de Contratos – SIASP	Desenvolvimento do Sistema de Almoxarifado, Serviços, Patrimônio e Gestão de Contratos. Em 2010 foi implantado apenas o módulo de gestão de contratos. Está previsto para 2011 a implantação dos demais módulos.
Melhorias no Sistema de Extração Dinâmica de Dados – SISREL	Desenvolvimento de melhorias no SISREL, tais como: implementação de filtros nos relatórios apresentados no Portal; melhoria no desempenho do processo de extração de dados; melhorias nos processos de geração de relatórios dinâmicos; utilização do Banco DataWarehouse, minimizando o impacto nos sistemas em produção; melhorias diversas de layout visual.

Automação no Envio de Indicadores do SIMEC	Desenvolvimento da automação da coleta e disponibilização de 15 indicadores de qualidade da que são enviados para o SIMEC via WebServices.
Desenvolvimento do Sistema de Ateste Eletrônico de Ligações – SAEL	Desenvolvimento do sistema para gerir o processo de ateste de ligações tarifadas através da disponibilização, para os colaboradores, das ligações efetuadas a partir dos ramais da para que eles possam realizar o ateste online.
Aquisição do Software Enterprise Architect	Elaboração de termo de referência para aquisição de software de documentação técnica para a área de desenvolvimento de sistemas da CAPES.
Aquisição de Subscrições, Treinamento e Consultoria das Plataformas Red Hat e JBoss	Aquisição de subscrições das plataformas Red Hat e JBoss incluindo treinamentos e suporte "on-site", do software Red Hat Enterprise Linux e do servidor de aplicação JBoss, e garantia de atualização de versões e suporte aos produtos e serviços contratados.
Elaboração de Projeto Básico para Adesão à Ata de Registro de Preços do CNPq - Contratação de Serviços de Manutenção de Sistemas	Elaboração do termo de referência, elaboração dos artefatos de planejamento da contratação de acordo com a IN. 04 e levantamento de preços dos serviços no mercado.
Elaboração de Projeto Básico para Contratação de Serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Elaboração do termo de referência, elaboração dos artefatos de planejamento da contratação de acordo com a IN. 04, levantamento de preços dos serviços no mercado, elaboração de guia de métricas; Treinamento de equipe para contagem de pontos de função, reunião com diversos órgãos para compartilhamento de conhecimento sobre o tema.
Manutenção da Central de Atendimento ao Usuário - CAU	Atendimento a ligações e e-mails do público externo da para solução de dúvidas e problemas relacionados a sistemas mantidos pela instituição.
Migração das Aplicações Java/Web para Servidor de Aplicações Tomcat 6	Migração das aplicações mais acessadas da para um novo servidor de aplicações Tomcat 6, configurado com mecanismos distintos de acesso ao banco de dados.

Fonte: DGES

Execução Orçamentária

O valor total da Lei Orçamentária- LOA aprovada para o exercício de 2010 foi de R\$ 2.663.298.074. Porém, após contingenciamento que se reverteu em corte orçamentário no valor de R\$ 185.127.205 e posteriores recomposições durante o ano mediante créditos suplementares no valor de R\$ 113.767.341, a dotação final autorizada foi de R\$ 2.591.938.210.

A dotação inicial por ação, bem como a dotação autorizada para o exercício e as respectivas execuções encontram-se resumidas na tabela abaixo.

Tabela 2 (ação 2000): Dotação inicial, dotação autorizada e execução por linha de ação da CAPES em 2010.

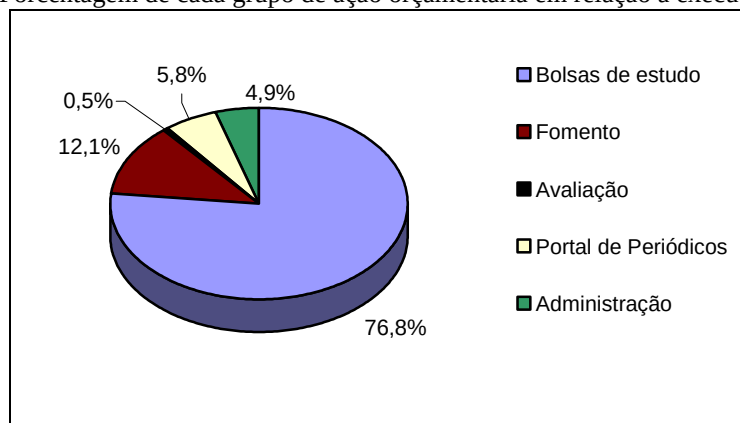
Linhas de Ação	Dotação Inicial	Cortes	Créditos	Dotação Autorizada	Executado ⁽¹⁾	%
BOLSAS DE ESTUDO	1.951.756.480	149.154.314	6.168.000	1.808.770.166	1.543.660.867	85,3%
<i>País</i>	915.741.508	52.108.267	5.168.000	868.801.241	842.225.267	96,9%
<i>Exterior</i>	118.822.823			118.822.823	83.003.082	69,9%
<i>Política Industrial</i>	86.797.659			86.797.659	86.797.659	100,0%
<i>Novas Fronteiras</i>	29.050.651			29.050.651	20.181.671	69,5%
<i>Cooperação Internacional</i>	103.233.839			103.233.839	86.170.445	83,5%
<i>Coop. Intern. para Educação Básica</i>	3.000.000		1.000.000	4.000.000	3.020.502	75,5%
<i>Plano Nacional de Pós-Doutorado</i>	77.880.000	7.780.000		70.100.000	66.863.300	95,4%
<i>Iniciação à Docência/PIBID</i>	162.230.000	50.768.000		111.462.000	80.398.941	72,1%
<i>Educação Básica (UAB)</i>	455.000.000	38.498.047		416.501.953	275.000.000	66,0%
FOMENTO	465.382.651	35.410.000	72.037.588	502.010.239	242.717.717	48,3%
<i>Fomento à Pós-Graduação</i>	132.991.145		45.600.000	178.591.145	128.264.839	71,8%
<i>Fomento UAB</i>	282.531.200	25.250.000	723.388	258.004.588	74.433.710	28,8%
<i>Fomento Educação Básica (20 CV + 6333)</i>	49.860.306	10.160.000	25.714.200	65.414.506	40.019.168	61,2%
PORTAL DE PERIÓDICOS	99.865.856		20.000.000	119.865.856	117.365.856	97,9%
AVALIAÇÃO	16.105.000			16.105.000	9.213.827	57,2%
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	57.872.365			57.872.365	42.965.869	74,2%
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	42.315.722	562.891	14.161.753	55.914.584	54.642.264	97,7%
AQUISIÇÃO DO PRÉDIO	30.000.000		1.400.000	31.400.000	0	0,0%
TOTAL	2.663.298.074	185.127.205	113.767.341	2.591.938.210	2.010.566.400	77,6%

(1) O valor executado inclui as descentralizações realizadas pela CAPES.

Fonte: CONSIAFI, 18/01/2011

A execução de 77,6% apresentada no ano de 2010 fugiu da tradição de execução próxima de 100% apresentada nos anos anteriores. Isso ocorreu em virtude de contingenciamentos ocorridos no final do exercício que não possibilitaram o pleno cumprimento dos compromissos previstos. Portanto, a execução de 2010 não alcançou os valores previstos nas dotações autorizadas em Lei por razões que extrapolaram o escopo de atuação da instituição e não por razões operacionais. A porcentagem de cada grupo de ação em relação à dotação orçamentária em 2010 está representada no Gráfico abaixo.

Figura 12 (ação 2000): Porcentagem de cada grupo de ação orçamentária em relação à execução da CAPES em 2010



Fonte: DGES

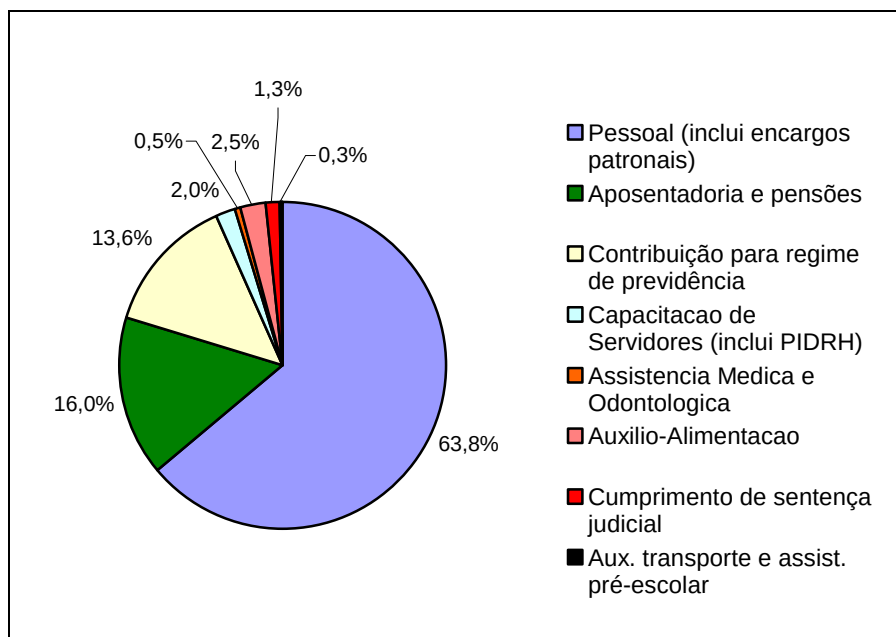
Tradicionalmente a CAPES tem mantido suas despesas com a área meio abaixo de 5% em relação à dotação global de seu orçamento, incluindo os valores destinados a pessoal. Excluindo-se esses valores, as despesas com a administração da unidade correspondem a 2% do orçamento total, demonstrando o empenho da instituição com a priorização de suas atividades fins. Na Tabela 3, encontram-se discriminados os valores despendidos com pessoal no ano de 2010, por tipo de despesa.

Tabela 3 (ação2000): Valores de execução orçamentária, por tipo de despesa, despendidos com pessoal em 2010.

Pessoal - Tipo de Despesa	Executado
Pessoal (inclui encargos patronais)	34.874.665,71
Aposentadoria e pensões	8.761.969,41
Contribuição para regime de previdência	7.416.854,58
Capacitação de Servidores (inclui PIDRH)	1.083.561,16
Assistência Médica e Odontológica	267.419,35
Auxílio Alimentação	1.393.290,65
Cumprimento de sentença judicial	695.312,00
Auxílio transporte e assistência pré-escolar	149.191,08
Total	54.642.263,94

Fonte: DGES

Figura 13 (ação 2000): Porcentagem, por tipo de despesas, dos valores despendidos com pessoal em 2010.



Fonte: DGES, 2010.

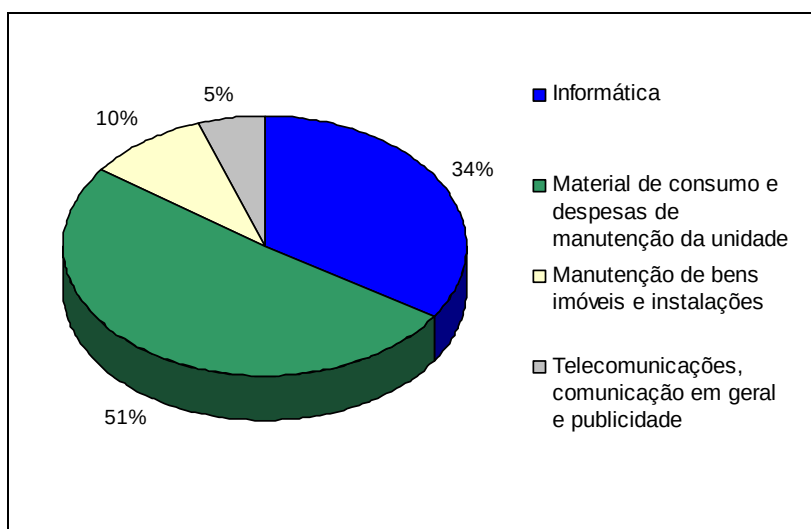
Na Tabela 4 encontram-se discriminados os valores despendidos com manutenção da unidade, por tipo de despesa, em 2010.

Tabela 4 (ação 2000): Valores de execução orçamentária, por tipo de despesa, despendidos com manutenção da unidade

Ação	Executado
Informática	14.708.244,27
Material de consumo e despesas de manutenção da unidade	21.840.967,25
Manutenção de bens imóveis e instalações	4.198.685,45
Telecomunicações, comunicação em geral e publicidade	2.217.971,58
Total	42.965.868,55

Fonte: DGES

Figura 14 (ação 2000): Porcentagem, por tipo de despesa, dos valores despendidos com a administração da unidade



Fonte: DGES, 2010.

Dos créditos recebidos

Os créditos recebidos por descentralização, no total de R\$ 32.901.245,35, foram relativos ao Portal de Periódicos, para pagamento aos editores das assinaturas das publicações científicas incluídas no Portal, no âmbito de Programas de parceria com diversos órgãos internos e externos que possuem acesso ao portal para aplicação nos respectivos programas de pós-graduação de suas áreas. Os créditos recebidos e as respectivas execuções encontram-se resumidas na tabela abaixo.

Tabela 5 (ação 2000): Créditos recebidos

PROGRAMA/ÓRGÃO	VALOR	EXECUÇÃO
1. PORTAL	12.022.856,05	12.022.856,05
<i>EMBRAPA</i>	2.577.619,33	2.577.619,33
<i>MCT</i>	1.023.489,39	1.023.489,39
<i>FNDCT</i>	6.000.000,00	6.000.000,00
<i>ANVISA</i>	515.374,00	515.374,00
<i>Ministério da Agricultura</i>	789.407,24	789.407,24
<i>INPI</i>	1.116.966,09	1.116.966,09
2. PET	3.025.440,00	3.025.440,00
<i>Ministério da Educação</i>	3.025.440,00	3.025.440,00
3. OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO	4.497.364,78	4.497.364,78
<i>INEP</i>	4.497.364,78	4.497.364,78
4. PNPD	2.625.500,00	2.625.500,00
<i>FNDCT</i>	2.625.500,00	2.625.500,00
5. BRAGECRIM	2.000.000,00	2.000.000,00
<i>FNDCT</i>	2.000.000,00	2.000.000,00
6. PRODEFESA	448.718,62	448.718,62
<i>Ministério da Defesa</i>	448.718,62	448.718,62
7. PÓS-DOC SUS	3.702.875,87	3.702.875,87
<i>Fundo Nacional da Saúde</i>	3.702.875,87	3.702.875,87

8. PROENSINO NA SAUDE	2.653.631,50	2.653.631,50
<i>Fundo Nacional da Saúde</i>	2653631,5	2653631,5
9. PRÓ-CULTURA	897.383,53	897.383,53
<i>Fundo Nacional de Cultura</i>	897.383,53	897.383,53
10. JARDIM BOTÂNICO	213.600,00	213.600,00
<i>Instituto de Pesquisas Jardim Botânico RJ</i>	213.600,00	213.600,00
11. MARCA/MERCOSUL	644.075,00	644.075,00
<i>SESU/MEC</i>	644.075,00	644.075,00
12. CUSTEIO DA UAB	169.800,00	169.800,00
<i>FNDCT</i>	169.800,00	169.800,00
TOTAL	32.901.245,35	32.901.245,35

Fonte: DGES

Prédio Sede da

A CAPES ocupa, desde 2009, um edifício localizado no Setor Bancário Norte de Brasília, contando com 20 pavimentos e com área total de 20.588,26 m². Em 2010, iniciou-se o processo de negociação para a aquisição desse edifício, alugado desde 2009, previsto para conclusão no exercício de 2011. A concretização da compra ainda não ocorreu, pois envolve a permuta do terreno destinado à construção da sede da CAPES. A compra do prédio irá concretizar os esforços da instituição em garantir um espaço funcional e confortável para os servidores e colaboradores de forma definitiva.

Dentre as ações para a adequação da infraestrutura do edifício, destaca-se a implantação do sistema de energia estabilizada e de emergência, respectivamente no-breaks e gerador de emergência. Estes sistemas possibilitam que as atividades não sejam interrompidas de imediato ou perdidas por problemas na rede elétrica do edifício. O conjunto adquirido e instalado de no-breaks é formado por três unidades com capacidade de 160 KVA cada e por um grupo gerador de emergência com potência de 450 KVA.

Da mesma forma, foi iniciado o procedimento de substituição dos elevadores por outros com capacidade superior e com o dobro da velocidade. Uma das cabines foi instalada em 2010 e a previsão de término dos trabalhos é para maio de 2011. Deve se ressaltar que a substituição será totalmente custeada pelo proprietário do imóvel após intensas negociações.

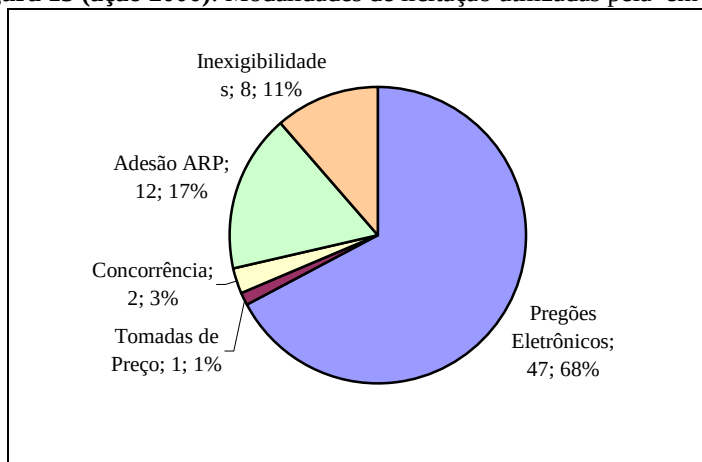
Os andares do edifício receberam carpetes nos locais de grande circulação, o que trouxe vários benefícios, dentre eles, a manutenção do piso e a redução do barulho provocado pelo tráfego de pessoas.

Logística

No exercício de 2010, foram feitas aquisições de bens e serviços através das modalidades de licitação apresentadas na Figura 15. Verifica-se nesses dados que o pregão eletrônico foi a modalidade mais utilizada, atendendo à legislação em vigor e aos preceitos de maior celeridade nos processos licitatórios e de redução de custos para a Administração Pública, na medida em que essa modalidade é mais ágil e transparente.

Os gastos do ano de 2010, compreendendo as renovações contratuais e as novas contratações relativas à área meio, totalizaram R\$ 59.282.664,63.

Figura 15 (ação 2000): Modalidades de licitação utilizadas pela em 2010



Fonte: CGLOG/DGES

A tabela abaixo discrimina 43 novos processos licitatórios contratados no ano de 2010, subdivididos em: 31 Pregões, 1 Tomada de Preço e 11 Adesões a Atas de Registro de Preços.

Tabela 6 (ação 2000): Novos processos licitatórios

Modal.	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Total Estimado	Valor Total Contratado
Pregão	Prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e jardinagem, com fornecimento de material de limpeza, higiene e equipamentos.	INTERATIVA	R\$ 1.149.999,96	R\$ 1.039.188,00
Pregão	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ascensorista incluindo todo o material necessário para a execução do serviço.	ENTERPOL	R\$ 69.852,00	R\$ 68.999,04
Pregão	Contratação de solução para instalação e configuração de rede wireless, composta de switches gerenciadores, pontos de acesso, serviços de instalação, garantia on-site e capacitação na solução.	REDISUL	R\$ 714.040,00	R\$ 393.299,80
Pregão	Renovação de 400 (quatrocentas) licenças de uso do software de antivírus – McAfee System Protection, e aquisição de 530 (quinhentas e trinta) novas licenças do mesmo software, para utilização em estações ou servidores, com serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de licenças por 36 meses.	PSN TECNOLOGIA	R\$ 139.589,20	R\$ 90.999,10
Pregão	Aquisição de 10 (dez) licenças de uso do pacote Adobe Creative Suíte 5 Design Premium, ou versão superior, incluindo fornecimento de manuais, catálogos e quaisquer outros materiais necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como instruções sobre a instalação, uso e disponibilização de suporte.	ABRA INFORMATICA	R\$ 58.250,90	R\$ 58.250,90
Pregão	Aquisição de 20 (vinte) licenças flutuantes da versão Corporate Edition do software Enterprise Architect e fornecimento de manuais, catálogos e quaisquer outros materiais necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como instruções sobre a instalação, uso e disponibilização de suporte.	OAT SOLUÇÕES EM TI	R\$ 15.555,60	R\$ 11.300,00
Pregão	Fornecimento e instalação de estrutura para o fornecimento de energia ininterrupta, para a rede de ETIs de uso pessoal nas instalações da CAPES.	PQS	R\$ 1.805.619,79	R\$ 1.269.998,89

Modal.	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Total Estimado	Valor Total Contratado
Pregão	Contratação de seguro predial, para as instalações e bens móveis da e seguro auto para os veículos.	TOKIO MARINE / ALLIANZ	R\$ 35.000,00	R\$ 24.600,00
Pregão	Locação, instalação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas de auto-atendimento de café e bebidas quentes.	ACP DISTRIBUIDORA	R\$ 250.560,00	R\$ 165.888,00
Pregão	Contratação de empresa especializada para realização do curso "Ética no Serviço Público"	FABIO NUNES CABRAL	R\$ 27.216,88	R\$ 9.582,00
Pregão	Manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Qualidade de Vida dos Servidores da CAPES, por meio de desenvolvimento de ações de lazer mediante a operacionalização de projetos esportivos, culturais, artísticos, recreação e entretenimento.	SISPREV	R\$ 450.980,00	R\$ 229.200,00
Pregão	Contratação de serviços especializados em gerenciamento de informações arquivísticas.	PA ARQUIVOS	R\$ 1.842.833,33	R\$ 1.495.999,00
Pregão	Aquisição de solução integrada para implementação de registro de frequência dos servidores da por meio de sistema de ponto eletrônico, compreendendo o fornecimento de software de gerenciamento, dos equipamentos para registro e leitura biométrica, serviços de instalação, treinamento, garantia de funcionamento e suporte técnico.	HENRY	R\$ 94.625,00	R\$ 64.900,00
Pregão	Contratação de empresa especializada para realização do curso "Gestão de Convênios: celebração, elaboração, execução, acompanhamento e prestação de contas no serviço público" in company.	FABIO NUNES CABRAL	R\$ 29.605,00	R\$ 20.000,00
Pregão	Contratação de empresa especializada para realização do curso "Licitações e Contratos Administrativos"	FABIO NUNES CABRAL	R\$ 27.453,33	R\$ 9.300,00
Pregão	Contratação de pessoa jurídica especializada para a realização do curso "SIASG Operacional – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais", destinado aos servidores do quadro efetivo da CAPES.	NOVO HORIZONTE	R\$ 24.174,66	R\$ 16.400,00
Pregão	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de confecção de medalhas.	RILUX	R\$ 13.150,00	R\$ 7.299,52
Pregão	Contratação de empresa prestadora de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões no edifício sede da CAPES.	S.O.S. CONTROLE DE PRAGAS	R\$ 34.687,80	R\$ 11.997,00
Pregão	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços gráficos.	NEO GRAFICA	R\$ 1.454.756,00	R\$ 869.896,00
Pregão	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica	NEO GRAFICA	R\$ 566.000,00	R\$ 294.200,00
Pregão	Aquisição de 08 (oito) monitores widescreen 23 polegadas.	W & F	R\$ 5.427,00	R\$ 4.368,00
Pregão	Aquisição e instalação de 2 (dois) conjuntos gavetas de discos Fibre Channel.	SWTI	R\$ 432.188,00	R\$ 432.182,00
Pregão	Aquisição de aparelhos telefônicos IP com a tecnologia VOIP e módulos extensores, além dos serviços de instalação, configuração e manutenção da solução pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	NETSCIENCE	R\$ 61.733,70	R\$ 45.100,00

Modal.	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Total Estimado	Valor Total Contratado
Pregão	Aquisição e instalação de materiais de sonorização e projeção, para adequação das salas de reuniões da CAPES.	COPPITEL / LUIZ AUGUSTO GIMENEZ	R\$ 148.654,00	R\$ 122.247,84
Pregão	Aquisição de grampeador eletrônico para o protocolo.	A.I. PRESTACAO DE SERVICOS / DRIMAR	R\$ 41.721,20	R\$ 22.315,80
Pregão	Aquisição e instalação de carpete em placas no formato quadrado, medindo de 50x50cm a 70x70cm	CORETO / ESCINTER	R\$ 375.000,00	R\$ 322.000,00
Pregão	Aquisição de material de expediente a fim de atender o consumo nas unidades da	BRISI, G.A.C. / JORGE ALVES / EMBRAMAR / SUPRIMAX	R\$ 185.734,20	R\$ 125.148,10
Pregão	Aquisição de suprimentos de informática.	CGF	R\$ 205.275,00	R\$ 155.800,00
Pregão	Aquisição de protetores de capa de processo.	STILOPLAST	R\$ 48.400,00	R\$ 19.800,00
Pregão	Aquisição de cartuchos de impressora.	PORT	R\$ 293.250,00	R\$ 123.622,00
Pregão	Aquisição de material de consumo.	EDUARDO SIQUEIRA BARBOSA / ROMA ARTIGOS PAPELARIA	R\$ 162.210,00	R\$ 101.340,00
TP	Desenvolvimento profissional com coaching	INSTITUTO PUBLIX		R\$ 75.000,00
Adesão ARP	Aquisição de frigobar	RWM		R\$ 5.000,00
Adesão ARP	Aquisição de mobiliários.	GIOM / MARELLI		R\$ 39.000,00
Adesão ARP	Aquisição de scanner com mesa digitalizadora.	CZAR		R\$ 13.170,00
Adesão ARP	Aquisição de mobiliários, incluindo a entrega, montagem e instalação, com garantia pelo prazo de 05 (cinco) anos.	MODILAC		R\$ 56.000,00
Adesão ARP	Contratação de serviços de fornecimento de jornais e revistas.	JM TORRES		R\$ 33.867,82
Adesão ARP	Fornecimento de água mineral	MINAGUA		R\$ 17.215,00
Adesão ARP	Aquisição de papel toalha e papel higiênico.	BRAZPEL / MAXCLEAN		R\$ 4.235,00
Adesão ARP	Fornecimento de combustíveis automotivos.	PETRONORTE		R\$ 36.265,00
Adesão ARP	Aquisição de poltronas e cadeiras.	ALBERFLEX		R\$ 158.400,00
Adesão ARP	Gestão de Impressão	CTIS		R\$ 1.601.775,84
Adesão ARP	Prestação dos serviços de eventos	FJ PRODUcoes		R\$ 6.137.489,44
Dispensa	Total de gastos com Dispensa de licitação de acordo com o Art. 24 - inciso II da Lei 8.666/93, cuja discriminação está disposta na tabela seguinte.	Diversos		R\$ 144.208,61
Total				R\$ 15.946.847,70

Fonte: DGES

No ano de 2010, foram renovados 27 contratos de serviços continuados, cujos gastos perfazem um total de R\$ 43.335.816,93 e estão discriminados na tabela abaixo, sendo 16 Pregões, 1 Adesão a Ata de Registro de Preços, 2 Concorrências e 8 Inexigibilidades.

Tabela 7 (ação 2000): Contratos de serviços

Modalidade	Objeto	Empresa	Valor Total Contratado
Inexigibilidade	Comunicação oficial em geral	IMPrensa Nacional	R\$ 796.575,46
Inexigibilidade	Manutenção de software	POWERLOGIC	R\$ 3.846,00
Inexigibilidade	Serviço de comunicação postal	EBCT	R\$ 308.337,00
Inexigibilidade	Locação de software	INOVA CONSULTORIA	R\$ 8.038,25
Inexigibilidade	Locação de software	BANCO CENTRAL DO BRASIL	R\$ 1.600,00
Inexigibilidade	Licenças de uso de software	PRISMA SYS	R\$ 190.000,00
Inexigibilidade	Assinatura de periódico e anuidades	SBPC	R\$ 242.637,60
Pregão	Serviço de telefonia móvel	VIVO	R\$ 113.424,24
Pregão	Serviço de acesso móvel à internet banda larga wireless	VIVO	R\$ 23.332,68
Pregão	Estagiários	CIEE	R\$ 15.119,88
Pregão	Prestação de serviços de manutenção predial	ORION	R\$ 1.756.189,95
Pregão	Serviço de transporte aéreo, em território nacional e internacional,	VOETUR	R\$ 16.686.892,91
Pregão	Serviço de transporte de carga fracionada	VOETUR CARGAS	R\$ 24.999,96
Pregão	Serviços de manutenção e assistência técnica para elevadores	ELEVADORES OTIS	R\$ 12.497,64
Pregão	Serviços de transporte de cargas (mudança)	MUDANCAS 5 ESTRELAS	R\$ 35.021,75
Pregão	Serviços de transporte de cargas (mudança)	TRANSPORTES BOTAFOGO	R\$ 20.629,85
Pregão	Serviço de Brigada de Incêndio	DF CURSOS	R\$ 1.033.563,00
Pregão	Prestação dos serviços de recepção	PH SERVICOS	R\$ 356.868,72
Pregão	Operacional, garçom, copeiragem e motoristas.	PH SERVICOS	R\$ 4.663.919,06
Pregão	Serviços de reprografia	TYPE	R\$ 76.992,00
Pregão	Serviços de estenotipia	PROIXL	R\$ 588.349,90
Pregão	Serviços de vigilância	ZEPIM	R\$ 1.168.064,04
Concorrência	Serviços técnicos especializados TI	CTIS	R\$ 3.633.970,56
Concorrência	Serviços técnicos de TI	POLIEDRO	R\$ 1.497.005,92
Pregão	Serviço Telefônico Fixo Comutado	BRASIL TELECOM	R\$ 19.224,56
Adesão ARP	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado	GVT	R\$ 418.716,00
Dispensa	Aluguel do prédio sede da (Dispensa conforme Art. 24 - inciso X da Lei 8.666/93).	CNC	R\$ 8.760.000,00
Dispensa	Fornecimento de energia elétrica (Dispensa conforme Art. 24 - inciso XXII da Lei 8.666/93)	CEB	R\$ 700.000,00
Inexigibilidade	Serviço de água e esgoto	CAESB	R\$ 180.000,00
Total			R\$ 43.335.816,93

Fonte: DGES

As despesas em 2010 com passagens aéreas ocorreram prioritariamente para as áreas finalísticas atenderam às necessidades da CAPES. Os quantitativos dos pagamentos de passagens sem aplicar o desconto contratual dentre as passagens com destino nacional e internacional foram:

Tabela 8 (ação 2000): Passagens aéreas

PASSAGENS AÉREAS	VALOR BRUTO	QUANTIDADE	MÉDIA
NACIONAL	R\$ 5.027.532,18	14175	R\$ 354,68
INTERNACIONAL	R\$ 11.659.360,73	4259	R\$ 2.737,58
TOTAL	R\$ 16.686.892,91	18434	R\$ 905,22

Fonte: DGES

Observa-se que as viagens nacionais superaram o quantitativo de viagens internacionais, porém, devido aos custos das passagens internacionais, estas demandaram mais recursos (aproximadamente 69,87% dos recursos gastos). Os gastos discriminados por servidores, colaboradores/convidados e bolsistas foram:

Tabela 9 (ação 2000): Passagens aéreas

PASSAGEM	NACIONAL	INTERNACIONAL	SUB-TOTAL	PERCENTUAL
SERVIDOR	R\$ 477.528,91	R\$ 473.866,30	R\$ 951.395,21	5,70%
COLABORADOR E CONVIDADO	R\$ 4.461.507,98	R\$ 449.011,35	R\$ 4.910.519,33	29,43%
BOLISTA	R\$ 88.495,29	R\$ 10.736.483,08	R\$ 10.824.978,37	64,87%
TOTAL	R\$ 5.027.532,18	R\$ 11.659.360,73	R\$ 16.686.892,91	100%

Fonte: DGES

A tabela abaixo informa os valores após aplicação do desconto contratual. Verifica-se que após o desconto, esta Fundação destinou R\$ 15.360.776,63 para o pagamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.

Tabela 10 (ação 2000): Passagens aéreas

PASSAGENS AÉREAS	VALOR BRUTO	DESC/CONT	VALOR LÍQUIDO
NACIONAL	R\$ 5.027.532,18	633.894,08	R\$ 4.393.638,10
INTERNACIONAL	R\$ 11.659.360,73	692.222,20	R\$ 10.967.138,53
TOTAL	R\$ 16.686.892,91	1.326.116,28	R\$ 15.360.776,63

Fonte: DGES

Memória e Gestão de Documentos

Ainda no âmbito do setor responsável pela logística, foram tomadas providências para a gestão de documentos com o objetivo de preservar e proteger o acervo de documentos institucionais, como instrumento de apoio à administração pública, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

Em 2010, os servidores e colaboradores receberam capacitação continuada referente às normas arquivísticas, bem como à operacionalização do SPArq. A gestão voltada à mudança cultural foi realizada por meio de apresentações, tanto em nível gerencial, quanto em nível operacional, objetivando demonstrar a importância da gestão de documentos dentro da CAPES. Em 2010, foram registrados 18.668 processos, 55.185 documentos foram recebidos e tramitados e 44.844 produzidos nas diversas áreas, sendo 8.539 expedidos.²

² Dados coletados às 16 horas do dia 21/12/2010

Outro passo importante para o tratamento do acervo documental foi a contratação de empresa especializada, que além da preservação do material existente auxiliará na gestão documental, e facilitará a obtenção e organização das informações arquivísticas e definição do prazo de guarda dos documentos, agilizando assim o processo de recuperação de informações.

A grande quantidade de documentos acumulados começou a ser trabalhada e já é visível a melhoria no atendimento ao usuário. Atualmente são 12.904 caixas arquivo com documentos que datam desde 1951. Além de minimizar problemas de armazenamento dos documentos, este trabalho proporcionará em médio prazo, dentre outros benefícios, a facilidade de acesso às informações, por intermédio de consultas em sistema, a possibilidade de eliminação da documentação destituída de valor, a higienização e recuperação dos documentos e a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade.

Todo este trabalho tem como objetivo maior resgatar a história da CAPES, criando uma memória institucional para garantir maior transparência e facilidade na consulta aos documentos por parte da instituição e da sociedade em geral, proporcionando economia de tempo em pesquisa dos dados corporativos, reduzindo o retrabalho e/ou das inconsistências das informações.

A partir dessa organização e disponibilização das informações do acervo existente, será possível reconstruir as experiências e transformações institucionais que se integraram à edificação da pós-graduação no País e recentemente às novas ações da educação básica. No conjunto dessas ações, incluiu-se também a distribuição das publicações recebidas pela para bibliotecas públicas e a remessa dos impressos aqui produzidos aos interessados, tanto no país, quanto no exterior.

Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI)

Foi feito em 2010 o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios, que contou com uma simulação de evacuação do prédio em situações de emergência e palestra ministrada por um coronel do Corpo de Bombeiros. Na oportunidade, os participantes receberam informações sobre como se portar em caso de incêndio, além de dicas para prevenir e combater esse tipo de acidente. Participaram 480 pessoas de um total de 683 servidores/colaboradores, ou seja, 70% do quadro de pessoal da CAPES.

Comissão de Coleta Seletiva

Com o objetivo de dar um destino ecologicamente correto aos resíduos produzidos pelo novo edifício-sede, a CAPES instituiu a Portaria nº 183, de 08 de dezembro de 2000, que designou servidores para comporem a “Comissão para a Coleta Seletiva Solidária”

A necessidade de criar a comissão surgiu a partir do Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a obrigatoriedade da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Entre as atribuições do grupo está a supervisão da separação dos resíduos descartados na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Além disso, o grupo deve apresentar semestralmente ao "Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo" uma avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados e o repasse às cooperativas de catadores.

Inicialmente, a Comissão Seletiva fez contato com a Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos com Formação em Educação Ambiental (Cooperativa Superação) do Recanto das Emas, acertando o dia para recolhimento de papel usado na CAPES. Foram instalados lixos orgânicos e coletores para copos descartáveis nos andares, além de um coletor seletivo de materiais (metais, plástico, papel e vidro).

A Comissão também realizou uma campanha sobre a necessidade de redução do uso de copos descartáveis. Neste trabalho, contou com o apoio da Associação dos Servidores da CAPES na compra e distribuição de canecas duráveis, apropriadas para uso inclusive em microondas, o que reduziu o descarte de plástico.

Em atendimento à resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 257/99, que disciplina o descarte e o gerenciamento adequado de pilhas e baterias usadas, foi feito um alerta aos servidores sobre a necessidade de destinar esses materiais em um local próprio e para isso foi separado um local destinado ao seu correto descarte.

b) Principais Problemas

SICONV

Tendo em vista que a maioria dos instrumentos/procedimentos da rotina operacional da CAPES não se encaixa na definição de convênio adotada pelo SICONV, já que grande parte de suas ações são predominantemente de caráter indutivo e contemplam atividades continuadas (bolsas de estudo), a utilização do referido sistema tem sido prejudicada. A CAPES ainda aguarda uma solução viável para que o sistema seja devidamente adaptado às peculiaridades da instituição, conforme solicitação feita ao MPOG.

Passivo de processos na prestação de contas em situação de ‘A Aprovar’

A situação dos processos pendentes de análise e aprovação no setor de prestação de contas se constitui, no momento, no maior entrave operacional da CAPES. Ao longo de 2010, foram registrados 8.970 processos (relativos aos instrumentos Convênio e Auxílio Financeiro a Pesquisador - AUXPE). Destes foram analisados 3.808, restando ainda 5.162 pendentes. Além disso, existem 4.332 processos passivos de Prestação de Contas, considerando o período de 1999 a 2009.

A força de trabalho envolvida na condução das etapas relativas à prestação de contas ainda é insuficiente para analisar o volume de processos acumulados tendo em vista que não houve autorização para prosseguimento de concurso público, situação agravada pela saída de servidores recém contratados.

A previsão de finalização de análise do passivo até 2009 com a capacidade operacional atual, que é de 11 técnicos, é de 23 meses a partir de fevereiro de 2011. Como parte dos esforços para solucionar esse problema, está sendo implantado o Sistema de Prestação de Contas, visando a informatização do processo para garantir maior agilidade e contribuir para a redução do passivo de processos.

Perda de concursados e dificuldade em contratar pessoal especializado em Tecnologia da Informação

A validade do concurso realizado pela CAPES terminou em julho de 2010 e, a partir de então, não está sendo possível a substituição dos servidores, que deixam a instituição em busca de melhores oportunidades na Administração Pública ou que se aposentam. A evasão de pessoal vem

causando transtornos devido à descontinuidade do serviço, a necessidade de treinamentos constantes e a perda de mão-de-obra qualificada, fato agravado pela não autorização de contratação de novos servidores pelo MPOG.

A contratação de pessoal terceirizado na área da Tecnologia da Informação também enfrenta dificuldades, principalmente devido à necessidade de especialização em determinadas áreas e à maior rotatividade desse profissional, que é altamente requisitado em setores públicos e privados.

Atualmente, a CAPES conta com uma equipe reduzida de servidores alocados nas suas duas coordenações de informática, Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CSI) e Coordenação de Suporte e Manutenção de Redes (CSR), conforme quadro abaixo:

Quadro 4 (ação 2000): distribuição de servidores nas áreas de informática

Setor	SERVIDORES			Total
	Efetivos	Comissionados	Temporários	
CSI	5	1	1	6
CSR	3	1	7	1
Total	8	2	8	7

Fonte: DGES/CAPES

Essa equipe atual
a em sua capacidade

máxima, necessitando de novos colaboradores para a execução dos projetos previstos no seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação, para a migração de tecnologia proprietária em tecnologia livre e execução de novos projetos demandados pelas demais diretorias.

Quanto aos contratos atuais de serviços terceirizados, há dois contratos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), conforme quadro ilustrativo:

Quadro 5 (ação 2000) – Contratos atuais de serviços terceirizados

Quadro 3 (aço 2006) Contratos atuais de serviços terceirizados					
Tipo de Serviço	Coordenação	Empresa	Perfil Profissional	Quantidade de Profissionais	Vencimento do Contrato
Infra-estrutura de Rede e Suporte	CSR	Poliedro informática S/A	Analista de Rede - Júnior	2	Novembro 2011
			Analista de Rede - Pleno	2	
			Analista de Rede - Sênior	1	
			Analista de Segurança de Sistemas - Sênior	1	
			Suporte a Rede - Sênior	1	
			Suporte de Hardware/Software – Pleno	4	
Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	CSI	CTIS	Suporte de Hardware/Software - Sênior	4	Novembro 2011
			Analista de Sistemas - Pleno	14	
			Analista de Sistemas - Junior	3	
			Programador - Sênior	3	
			Programador - Pleno	2	
			Programador - Júnior	1	
			Documentador	1	
Total			39	-	

Fonte: DGES/

Em atendimento à Instrução Normativa nº 04 da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), a CAPES elaborou três termos de referência para contratação de serviço terceirizado de TI, tendo como parâmetro a possibilidade de contabilização dos serviços, em vez da métrica de hora trabalhada, visto que é possível planificar características das tarefas e cobrar pela execução dos mesmos a partir dessa referência.

Assim, observando os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendam a utilização do Pregão Eletrônico, a CAPES tomou a iniciativa inovadora de lançar seus processos licitatórios nessa modalidade de licitação, todos eles fundamentados em tarefas executadas para os serviços de infra-estrutura e suporte e em Pontos de Função para os serviços de desenvolvimento de Sistemas.

Porém, uma série de recursos e impugnações foram impetrados a esses editais e, desde então, a CAPES encontra-se impedida judicialmente de utilizar a modalidade do Pregão para a contratação de serviços de TI.

Recentemente, foi identificada uma ata de registro de preços de serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas, cujas características atendem às necessidades da CAPES. No entanto, a Procuradoria Federal recomendou que a CAPES não aderisse à referida ata, visto que, em sua origem, foi utilizada a modalidade Pregão Eletrônico, o que poderia induzir ao entendimento de descumprimento de ordem judicial.

Em atendimento a essa orientação, a CAPES elaborou termos de referência, na modalidade de Técnica e Preço, para a substituição dos contratos ora vigentes, os quais não foram levados adiante em razão das recomendações da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU) de que a modalidade Pregão é mais adequada para a contratação de serviços de TI, de acordo com a Nota Técnica nº 02/2008 - SEFTI/TCU – “Uso do Pregão para aquisição de bens e serviços de Tecnologia de Informação”.

Em suma, a situação dos contratos de prestação de serviços de TI da CAPES encontra-se altamente vulnerável em razão dos entendimentos diversos sobre a questão. Para que não haja descontinuidade dos serviços de informática, a CAPES tem tentado suprir suas necessidades de mão obra qualificada em TI por meio de contratações de profissionais por Contrato Temporário da União (CTU). No entanto, essa iniciativa é ainda bastante tímida, sendo que se encontra em análise no MPOG a solicitação para a contratação de 40 servidores temporários adicionais.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO%
FINANCEIRA	R\$ 92.858.592,00	R\$ 77.747.507,26	83,73%
Física	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Ação 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Denise de Menezes Neddermeyer Diretora de Gestão
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

a) Principais resultados:

Convênios com Operadoras de Planos de Saúde

Em 2010 foram mantidos e administrados os Convênios 01/2008 e 02/2008, celebrados com a GEAP – Fundação de Seguridade Social e ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos servidores do Ministério da Fazenda, respectivamente, para atender ao Artigo 230 da Lei Nº 8.112/90, que se refere à Assistência à Saúde dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas.

GEAP

Foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio 01/2008, celebrado, em 28/08/2008, com a GEAP – Fundação de Seguridade Social. Tal Termo Aditivo, de 14/05/2010, previu a alteração dos valores da contribuição mensal da para o custeio do Plano, por titular, dependente e pensionista no âmbito desse Convênio, para se adequar aos valores constantes no anexo da Portaria Conjunta SRH/SOF/MP Nº01, de 29 de dezembro de 2009, conforme abaixo:

Quadro I (ação 2004): Valores da Contribuição Patronal

FAIXAS		VALORES PER CAPTA (R\$ 1,00)
POR REMUNERAÇÃO	POR IDADE	
0000 - 1.499	00 - 18	106
	19 - 28	111
	29 - 43	117
	44 - 58	123
	59 ou +	129
1.500 - 1.999	00 - 18	101
	19 - 28	106
	29 - 43	111
	44 - 58	117
	59 ou +	123

2.000 - 2.499	00 - 18	96
	19 - 28	101
	29 - 43	106
	44 - 58	111
	59 ou +	117
2.500 - 2.999	00 - 18	92
	19 - 28	96
	29 - 43	101
	44 - 58	106
	59 ou +	111
3.000 - 3.999	00 - 18	87
	19 - 28	92
	29 - 43	96
	44 - 58	101
	59 ou +	106
4.000 - 5.499	00 - 18	79
	19 - 28	81
	29 - 43	83
	44 - 58	84
	59 ou +	86
5.500 - 7.499	00 - 18	76
	19 - 28	77
	29 - 43	79
	44 - 58	80
	59 ou +	82
7.500 ou +	00 - 18	72
	19 - 28	73
	29 - 43	75
	44 - 58	76
	59 ou +	78

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

Os valores da contribuição do beneficiário também sofreram alteração a partir de fevereiro/2010, conforme quadro abaixo:

Quadro II (ação 2004): Valores Contribuição Beneficiário 02/2010

PLANO	VALOR
GEAPReferência	R\$ 52,43
GEAPEssencial	R\$ 65,42
GEAPClássico	R\$ 78,43
GEAPSaúde II	R\$ 116,82

Fonte: CCGP

Em 19/08/2010 foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 01/2008, celebrado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social. Tal Termo Aditivo previu a alteração dos valores da contribuição mensal do beneficiário, conforme quadro abaixo:

Quadro III (ação 2004): Valores da Contribuição do Beneficiário a partir de 08/2010.

PLANO	VALOR
GEAPReferência	R\$ 32,70
GEAPEssencial	R\$ 45,52
GEAPClássico	R\$ 64,05

GEAPSaúde II

R\$ 95,90

Fonte: CCGP

O número total de beneficiários e o valor despendido mês a mês, com os quais a CAPES teve a despesa de repassar a contribuição patronal à GEAP, que a partir de setembro deste ano, passou a ser paga diretamente pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, está demonstrada no Quadro abaixo:

Quadro IV (ação 2004): Desembolso Mensal da – GEAP

GEAP 2010				
MÊS	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL	Contribuição Patronal
Janeiro	124	109	233	R\$ 15.145,00
Fevereiro	124	109	233	R\$ 15.145,00
Março	124	108	232	R\$ 15.080,00
Abril	120	107	227	R\$ 14.755,00
Maio	114	105	219	R\$ 14.235,00
Junho	115	109	224	R\$ 14.560,00
Julho	115	109	224	R\$ 18.218,00
Agosto	114	109	223	R\$ 18.137,00
Setembro	113	104	217	R\$ 17.334,00
Outubro	112	103	215	R\$ 17.500,00
Novembro	114	105	219	R\$ 17.406,00
Dezembro	113	102	215	R\$ 17.075,00
TOTAL				R\$ 194.590,00

Fonte: CCGP

Em 2009 foram registrados 19 cancelamentos (13 titulares e 6 dependentes) e 10 novas adesões (5 titulares e 5 dependentes) a planos GEAP.

ASSEFAZ

Foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio 02/2008, celebrado em 28/08/2008, com a ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos servidores do Ministério da Fazenda. Tal Termo Aditivo, de 14/05/2010, previu a alteração dos valores da contribuição mensal da CAPES para o custeio do Plano, por titular, dependente e pensionista no âmbito desse Convênio, para se adequar aos valores constantes no anexo da Portaria Conjunta SRH/SOF/MP Nº01, de 29 de dezembro de 2009. O número total de beneficiários mês a mês e o gasto despendido com a contribuição patronal repassada à Assefaz está demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro V (ação 2004): Desembolso Mensal da CAPES - ASSEFAZ

ASSEFAZ 2010				
	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL	Contribuição Patronal
Janeiro	118	86	204	R\$ 14.688,00
Fevereiro	118	84	202	R\$ 14.544,00
Março	119	83	202	R\$ 14.544,00
Abril	118	84	202	R\$ 15.929,00
Maio	104	71	175	R\$ 13.655,00
Junho	101	70	171	R\$ 13.363,00

Julho	102	71	173	R\$ 13.506,00
Agosto	106	74	180	R\$ 14.110,00
Setembro	106	74	180	R\$ 13.563,00
Outubro	105	73	178	R\$ 13.377,00
Novembro	105	73	178	R\$ 13.372,00
Dezembro	104	72	176	R\$ 12.999,00
TOTAL				R\$ 167.650,00

Fonte: CGGP

Durante 2009, foram registrados 32 cancelamentos (21 titulares e 11 dependentes), e 9 novas adesões (4 titulares e 5 dependentes) a planos ASSEFAZ.

Acordos de Cooperação – Planos de Saúde

Fipeqcq Vida

Foi renovado o Acordo de Cooperação entre a Caixa de Assistência Social da FIPECq e a CAPES, em 21 de outubro de 2010, estabelecendo condições e procedimentos com vistas à disponibilização dos Programas Assistenciais e demais atendimentos oferecidos pela CAIXA de ASSISTÊNCIA aos servidores da CAPES, doravante denominados ASSOCIADOS.

O balanço de 2010 mostra que há 102 beneficiários inscritos em planos administrados pela FIPECq Vida, destes, 64 são titulares e 38 são dependentes.

Plano Brasil de Saúde

A CAPES optou por aderir ao Acordo de Parceria Nº 01 do Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação. Esse Acordo de Parceria foi celebrado entre Ministério da Educação – MEC e a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde LTDA.

Tal Acordo previa a possibilidade das Entidades vinculadas ao MEC poderem aderir ao citado Acordo, por meio de assinatura de Termo de Adesão, sem qualquer custo para a Entidade de Educação Vinculada. Por isso, em novembro de 2010, a CAPES assinou Termo de Adesão, ampliando as opções de planos de assistência à saúde a oferecer aos seus servidores, para adesão sem carência, em um prazo de 60 dias pré-determinado. Os planos ofertados foram Amil, Unimed e Medial Saúde.

Em 2010, 16 (dezesesseis) servidores aderiram a um dos planos oferecidos pelo Grupo Aliança, inscrevendo 17 dependentes. Portanto, até o final de 2010, havia 33 beneficiários inscritos em plano de saúde administrado pelo Grupo Aliança.

Ressarcimento de Auxílio à Saúde

A Portaria Normativa nº 03, de 30/07/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), autorizou os órgãos a realizarem o ressarcimento referente ao valor da contribuição patronal aos planos de saúde para aqueles servidores que servidores não beneficiários dos planos de saúde conveniados com o órgão, mas que possuíssem plano de saúde particular, na forma a seguir:

“Art.26 – O servidor ativo, inativo e o pensionista poderão requerer o auxílio de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, por beneficiário,

ainda que o órgão ou entidade ofereça assistência direta ou por convênio de autogestão, desde que comprovada a contratação particular de plano de assistência à saúde suplementar que atenda às exigências contidas no termo de referência básico...” ;

“ Art. 28 – O auxílio será consignado no contra-cheque do titular do benefício e será pago sempre no mês subsequente à apresentação, pelo servidor, de cópia do pagamento do boleto do plano de saúde, desde que apresentada ao órgão setorial ou seccional do SIPEC ao qual está vinculado, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.”

Essa iniciativa do MPOG ampliou o leque de opções do servidor para escolher seu plano de saúde, pois todos que aderissem como titular de qualquer plano, seja este conveniado com a CAPES, seja ele particular, passaram a ter direito à parcela da contribuição patronal da União, ou como dedução da mensalidade de seu plano (no caso dos planos conveniados – GEAP e ASSEFAZ), ou na modalidade de ressarcimento (planos particulares).

Em 2010, o número de servidores que aderiram a essa modalidade de auxílio à assistência à saúde aumentou bastante se comparado ao ano de 2009, principalmente em razão da renovação do Acordo de Cooperação com a FIPECq VIDA e assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação firmado entre o MEC e o Grupo ALIANÇA.

Em 2009, eram apenas 19 (dezenove) processos mensais de Requerimentos de Ressarcimento Auxílio à Saúde, sendo que desses, oito titulares também requeriam o ressarcimento para seus dependentes inscritos em plano de saúde. Em 2010, o número de Processos de Requerimento de Ressarcimento subiu para 79 (setenta e nove), sendo que além desses titulares, há 56 (cinquenta e seis) dependentes inscritos como beneficiários de ressarcimento.

b) Principais problemas

No ano de 2010, permaneceu a insatisfação dos servidores com relação à assistência à saúde oferecida pelos planos da GEAP, principalmente no que diz respeito à rede credenciada. Tal rede tem se tornado cada vez mais restrita, o que dificulta a marcação de consultas, já que para algumas especialidades há apenas um profissional credenciado. Também tem diminuído o número de hospitais renomados credenciados.

Quanto aos serviços prestados pela ASSEFAZ, as reclamações referem-se ao alto valor das mensalidades, o que inviabiliza a adesão de titulares com grande número de dependentes e daqueles com idade mais avançada. Também começaram a surgir reclamações quanto à diminuição no número de médicos, clínicas e hospitais de qualidade reconhecida credenciados.

Quanto ao Termo de Adesão assinado pela CAPES ao Acordo de Parceria Nº 01 do Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação que fora celebrado entre o Ministério da Educação – MEC e a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde LTDA, observou-se, problemas quanto a cadastros não efetuados corretamente, documentações perdidas, prazos não cumpridos, desrespeito no atendimento, descumprimento da promoção de adesão sem carência. Entretanto, essas questões foram resolvidas com a designação de um gerente daquela empresa para atendimento exclusivo ao MEC.

A grande insatisfação dos servidores em relação à assistência médica deve-se: a) Ao baixo valor da contribuição patronal *versus* alto valor dos planos de saúde; e b) à ausência de um serviço de atendimento à saúde na própria CAPES.

A principal razão que prejudicou a consecução da meta financeira foi o fato de, no decorrer do ano de 2010, ter sido utilizado o restante do valor previsto para assistência médica e odontológica do exercício de 2009, visto que o recurso já estava empenhado para este fim. Além disso, não se concretizou a ampliação do quadro de servidores, assim como ocorreram diversos desligamentos no decorrer do ano, sendo que, a partir do final do mês de julho, não se verificou substituição devido a término da validade do concurso público realizado em 2008.

Sobre a meta física, cabe esclarecer que, em 2009, quando se fez a estimativa de gastos com assistência médica e odontológica à saúde do servidor, previu-se um aumento no quantitativo de servidores da CAPES, bem como se estimou que cada um deles teria em média 3 dependentes, o que provocaria um aumento das despesas com essa Ação. Entretanto, vários servidores não aderiram aos planos de saúde conveniados com a CAPES e, mesmo aqueles que aderiram, em sua maioria, não inscreveram dependentes nos planos de saúde.

Adicionalmente deve ser ressaltado que a baixa consecução das metas física e financeira deve-se ao problema acima mencionado sobre os altos valores cobrados pelos planos de saúde e o baixo valor concedido pela União para cobertura dessa despesa. Esse problema não só tem afetado a adesão como também tem provocado o desligamento de servidores e/ou dependentes a cada reajuste das mensalidades do plano, ou mesmo a cada mudança de faixa etária.

Esse fato poderia ser amenizado na medida em que a CAPES pudesse estruturar um serviço médico para atendimento de seus servidores. Entretanto, a regulamentação ora vigente impossibilita sua implementação.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 506.910,00	R\$ 226.606,35	44,70%
FÍSICA	1.227	545	44,42%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

III) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Ação 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Denise de Meneses Neddermeyer
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

No âmbito desta ação, o exercício de 2010 foi marcado por uma previsão financeira 21% inferior àquela de 2009, para o cumprimento de uma meta física também 12% inferior. Assim, houve a necessidade de uma suplementação orçamentária de R\$ 25.638,00 para a dotação inicial, atingindo-se uma dotação final de R\$ 50.319,00, para atendimento de 45 auxílios, superando em aproximadamente 105% a previsão inicial. A execução da ação no exercício de 2010 atingiu 98% da dotação final, representando ao final do exercício o cumprimento de 200% e de 205% frente às metas financeira e física previstas ao seu início, respectivamente.

A grande defasagem existente entre a previsão e a execução, constatada no quantitativo de crianças atendidas e, conseqüentemente, no âmbito financeiro, deveu-se a três fatores: o mês de referência utilizado para elaboração da proposta orçamentária para 2010 (março/2009); autorização do MPOG para provimento de 70 vagas, o qual se deu a partir de janeiro/2009, com maior repercussão na folha de pagamento nos meses de abril e maio daquele ano; e mudança de perfil do servidor recém ingresso. Na suplementação orçamentária, houve somente a correção do valor, considerando-se o custo médio por criança atendida, sem a respectiva correção na meta física relativa ao quantitativo de criança atendida. Não houve qualquer restrição na suplementação orçamentária dessa ação, viabilizando, assim, o atendimento integral da demanda.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho) %
FINANCEIRA	R\$ 50.319,00	R\$ 49.447,50	98,27%
FÍSICA	22	45	204,55%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

IV) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Ação 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

No âmbito desta ação, o exercício de 2010 foi marcado por uma previsão financeira 23% superior àquela de 2009, para o cumprimento de uma meta física 13% inferior. Não houve a necessidade de suplementação orçamentária, de modo que a execução da ação no exercício de 2010 atingiu 45% da dotação final, representando ao final do exercício o cumprimento de aproximadamente 71% da meta física prevista ao seu início. Ainda, destaca-se que fator determinante do não alcance das metas previstas ao início do exercício é o impacto que o desconto de 6% sobre o vencimento básico teria sobre os beneficiários desta ação, conforme estabelecido na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987. Dessa forma, após o reajuste salarial a partir de julho de 2009, o valor do desconto, por vezes, suplanta o valor do benefício, determinando baixa adesão a esse benefício. Concorrente a esse fator, desde o exercício de 2009, a CAPES tem agido com rigor no cumprimento da obrigatoriedade da utilização de transporte coletivo para fazer jus ao auxílio transporte.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 219.780,00	R\$ 99.743,58	45,38%
FÍSICA	143	112	78,32%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

V) Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.

Ação 2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

Para a presente ação o exercício de 2010 foi marcado por uma previsão financeira 5% inferior àquela de 2009, apesar da necessidade de cumprimento de uma meta física 14% superior. Assim, houve a necessidade de uma suplementação orçamentária de R\$ 785.115,00 para a dotação inicial, atingindo-se uma dotação final de R\$ 1.414.755,00. A execução da ação no exercício de 2010 atingiu 98% da dotação final, representando ao final do exercício de 115% frente às metas físicas previstas ao seu início, respectivamente.

Observa-se que, tanto a grande rotatividade por nomeações e exonerações de novos servidores, quanto o cumprimento das disposições da Portaria MPOG nº 42, de 09 de fevereiro de 2010, que reajustou o valor do benefício, contribuíram para elevar as metas física e financeira previstas, respectivamente.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 1.414.755,00	R\$ 1.393.290,65	98,48%
FÍSICA	324	374	115,43%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VI) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Ação 20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

A meta física registrada como executada foi registrada com base no nº de servidores e dependentes beneficiados com contribuição patronal para assistência médica. Na realidade, em dezembro/2010, os exames periódicos estavam em andamento, mas o pagamento será realizado no exercício de 2011, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado de 268 servidores que realizaram os exames e os demais que assinaram termo de responsabilidade, conforme disposto no Art. 12 do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 40.813,00	R\$ 40.813,00	100,00%
FÍSICA	227	572	251,98%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VII) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Ação 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	7.541.237,00	7.416.854,00	98,35%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC)
I) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Ação 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

a) Informações sobre os Resultados Alcançados

As capacitações dos servidores da CAPES foram realizadas com o apoio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH, de acordo com as demandas constantes no Plano Anual de Capacitação de Recursos Humanos para o exercício de 2010, aprovado pela Diretoria Executiva da em março/2010, sendo oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, pós-graduação *stricto sensu*, incentivo à graduação e ampliação do domínio de idiomas.

Os cursos de curta duração nos quais os servidores participaram no ano de 2010 foram divididos em 17 diferentes temas relacionados com às atividades inerentes à Administração Pública. Constatou-se que os cursos realizados relativos às áreas de Informática - Aplicativos e Sistemas Internos (41,54%) e Logística (18,50%) foram os mais realizados.

Tabela 1 (ação 221): cursos por área

ÁREAS	QTDE. DE PARTICIPAÇÕES	PORCENTAGEM
Auditoria	12	2,09 %
Desenvolvimento Gerencial	11	1,92 %
Direito e Justiça	2	0,35 %
Economia, Orçamento e Finanças	30	5,24 %
Ética	40	6,98 %
Gestão da Informação	1	0,17 %
Gestão de Pessoas	16	2,79 %

Informática - Aplicativos e Sistemas Internos	238	41,54 %
Informática - Sistemas Informatizados do Governo Federal	29	5,06 %
Logística	106	18,50 %
Outros: Encontro Científico	2	0,35 %
Outros: Português	19	3,32 %
Outros: Relação Interpessoal	36	6,28 %
Outros: Secretariado	21	3,66 %
Pessoa, Família e Sociedade	1	0,17 %
Planejamento	8	1,40 %
Saúde	1	0,17 %
TOTAL	573	100%

Fonte: CCGP

Em 2009, foram oferecidos na CAPES 83 cursos de curta duração. No ano de 2010, diminuiu-se para 63 o número de treinamentos dessa modalidade. Esse decréscimo justifica-se pela realização da Avaliação Trienal 2010 na CAPES, ocorrida em julho/2010. A realização do evento em questão mobilizou inúmeros servidores da Diretoria de Avaliação e Diretoria de Gestão no período de junho a agosto/2010 e impossibilitou a utilização das salas de treinamento nesse mesmo período.

Essa redução também é devida à implementação do processo de elaboração do planejamento estratégico da que mobilizou cerca de 20 servidores, que atuaram como consultores internos, além dos servidores ocupantes de cargos comissionados DAS 3 e 4 e a Diretora de Gestão. Na etapa de melhoria de processos de trabalho, foram mobilizados 58 servidores. Essa etapa ainda encontra-se em andamento e a expectativa é que, ao seu final, processos de trabalho críticos para o bom funcionamento dos programas da sejam otimizados. Assim, houve uma redução, em relação a 2009, de 53,76% no número de participações de servidores em cursos dessa natureza.

Tabela 2 (ação 4572): capacitação em cursos de curta duração

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO			
CAPACITAÇÃO	2009	2010	VARIAÇÃO
Quantidade de cursos	83	63	- 24,09 %
Quantidade de participações em cursos de curta duração	824	443	- 53,76 %

Fonte: CCGP

Dos 63 cursos oferecidos no ano de 2010, 22 foram realizados *in company*, modalidade que, além de propiciar um maior controle da participação dos servidores, resultou em um direcionamento para temas de maior necessidade de aperfeiçoamento dos participantes, tendo como consequência uma significativa redução do custo por aluno e a melhoria do desempenho dos servidores na execução de suas atividades.

Dentre a quantidade de participações em cursos de curta duração em 2010, 443 foram de servidores do quadro efetivo da CAPES. Os demais colaboradores participaram apenas dos cursos na modalidade *in company*, como previsto pelo PIDRH, o qual veda a participação de não servidores em treinamentos fora do ambiente da entidade. O quadro apresentado a seguir distingue cada tipo de colaborador da e o respectivo número representativo de capacitação.

Tabela 3 (ação 4572): quantitativo de capacitações por tipo de colaborador

QUANTIDADE DE CAPACITAÇÕES POR TIPO DE COLABORADOR		
SITUAÇÃO	QTDE. DE CAPACITAÇÕES	PERCENTUAL
Contratos Temporários da União	10	1,74 %
Estagiários	15	2,61 %

Consultor	2	0,34 %
Requisitados	7	1,22 %
Sem Vínculo	22	3,83 %
Servidores	443	77,31 %
Terceirizados	74	12,91 %
TOTAL	573	100%

Fonte: CCGP.

Todas as Diretorias, juntamente com a Presidência da CAPES, foram beneficiárias das capacitações em cursos de curta duração realizados no decorrer de 2010. O quadro a seguir demonstra a quantidade de capacitações de servidores por cada uma dessas unidades.

Tabela 4 (ação 4572): Capacitações por unidade

CAPACITAÇÕES DE SERVIDORES POR DIRETORIA				
DIRETORIA	QTDE. DE CAPACITAÇÕES	PERCENTUAL	SERVIDORES CAPACITADOS	PERCENTUAL DO TOTAL DO QUADRO DE SERVIDORES
Diretoria de Avaliação	43	9,70 %	21	55,26 %
Diretoria de Ed. Básica Presencial	33	7,44 %	17	65,38 %
Diretoria de Educação à Distância	25	5,64 %	16	51,61 %
Diretoria de Gestão	216	48,45 %	76	81,72 %
Diretoria de Programas e Bolsas no País	63	14,22 %	38	61,29 %
Diretoria de Relações Internacionais	34	7,67 %	27	62,79 %
Presidência	29	6,54 %	15	78,94 %
TOTAL	443	100 %	210	67,30 %

Fonte: CCGP.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de capacitações realizadas por mês durante o ano de 2010, onde se percebe o decréscimo de capacitações nos meses de junho a agosto/2010, em razão da realização da Avaliação Trienal.

Tabela 5 (ação 4572): Capacitações/mês

CAPACITAÇÕES POR MÊS EM 2010	
MÊS	QTDE. DE CAPACITAÇÕES
Janeiro	1
Fevereiro	58
Março	130
Abril	68
Maio	78
Junho	1
Julho	33
Agosto	24
Setembro	63
Outubro	60
Novembro	34
Dezembro	23
TOTAL	573

Fonte: CCGP

Com relação às instituições que realizaram os cursos de curta duração, foram contratadas 29 instituições. As contratações das empresas foram realizadas por meio de carta convite, com

escolha das empresas que ofereceram menor preço entre três propostas apresentadas, ou por intermédio de licitação, quando o valor da capacitação foi superior ao estabelecido no dispositivo legal previsto para dispensa da licitação.

Tabela 6 (ação 4572): cursos por instituição

INSTITUIÇÕES	QTDE. DE CURSOS
ACTEN Sociedade de Estudos e Negócios	1
Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI	1
Cabral Consultoria em Recursos Humanos	11
Colégio Alto Vale	6
Conexões Educação Empresarial	2
Editora Abril	1
EIDEC - Encuentro Iberoamericano de Editores Científicos	1
Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	3
Escola de Negócios do Governo	1
Escola de Administração e Negócios - ESAD	1
Escola de Administração Fazendária - ESAF	1
Fundação Brasileira de Contabilidade - FBC	2
Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE	1
Fundação Getúlio Vargas - FGV	3
GesPública	2
Inova Educacional	1
Instituto de Desenvolvimento Empresarial - IDEMP	2
Instituto dos Auditores Internos do Brasil - AUDIBRA	3
Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI	1
IOC Ione Cursos	8
IT Complementação Profissional	1
Max Valter	1
Ministério da Educação – MEC	2
Ministério do Planejamento – MPOG	1
NP Eventos	2
Ônix	1
Orzil Consultoria	1
RH Cursos	1
SERPRO - BH	1
TOTAL	63

Fonte: CCGP.

Buscando auferir a qualidade dos cursos de curta duração apoiados pelo PIDRH, ao término de cada curso, os participantes preencheram um formulário de avaliação composto por dezessete itens distribuídos em três dimensões (instrutor, evento e cursista). A escala utilizada contava com os seguintes valores: péssimo, ruim, regular, bom e excelente.

O quadro abaixo consolida todas as avaliações realizadas ao final dos cursos em 2010. Para a Nota Média, atribuiu-se nota 5 para o Excelente, 4 para o Bom, 3 para o regular, 2 para o Ruim e 1 para o Péssimo.

Tabela 7 (ação 4572): avaliações de cursos

Do Instrutor	Nota Média	Moda	Mínimo	Máximo
Objetividade e Clareza	4,66	Excelente	Ruim	Excelente
Domínio do Assunto	4,72	Excelente	Ruim	Excelente
Metodologia de Ensino	4,46	Excelente	Péssimo	Excelente

Domínio do Grupo	4,49	Excelente	Péssimo	Excelente
Motivação do Grupo	4,31	Excelente	Péssimo	Excelente
Esclarecimento de Dúvidas	4,66	Excelente	Ruim	Excelente
Do Evento	Nota Média	Moda	Mínimo	Máximo
Aplicabilidade do Conteúdo Programático	4,40	Excelente	Péssimo	Excelente
Carga Horária	4,08	Bom	Péssimo	Excelente
Recursos Instrucionais	4,24	Bom	Péssimo	Excelente
Qualidade do Material Didático	4,21	Bom	Péssimo	Excelente
Ambiente Físico	4,28	Bom	Péssimo	Excelente
Organização do Evento	4,36	Bom	Péssimo	Excelente
Do Cursista	Nota Média	Moda	Mínimo	Máximo
Assimilação do Conteúdo Programático	4,34	Bom	Ruim	Excelente
Participação	4,29	Bom	Ruim	Excelente
Interesse	4,56	Excelente	Ruim	Excelente
Pontualidade	4,29	Bom	Ruim	Excelente
Assiduidade	4,57	Excelente	Ruim	Excelente

Fonte: CCGP, 2010.

Infere-se do quadro acima que, no geral, os instrutores, os eventos e os participantes atingiram desempenho satisfatório nos cursos no decorrer do ano. Destaque para os instrutores que obtiveram maior parte das avaliações em Excelente, principalmente no que tange Objetividade, Clareza e Domínio do Assunto; para a Aplicabilidade do Conteúdo Programático, revelando estreita relação com as atividades realizadas na CAPES; e para o Interesse e Assiduidade dos participantes, revelando a seriedade e profissionalismo dos servidores e colaboradores da quando se trata do seu desenvolvimento.

A partir desta compilação de dados das avaliações, verifica-se que os cursos realizados no ano de 2010 foram bem avaliados, com os conceitos variando predominantemente de Bom a Excelente, refletindo a atenção dada ao desenvolvimento de competências, de habilidades e de capacitação de seus colaboradores, a fim de, cada vez mais, atingir níveis de excelência, satisfazendo as necessidades internas e externas.

Sobre a pós-graduação *stricto sensu*, no decorrer do ano de 2010, 3 servidores da CAPES concluíram cursos de pós-graduação com o apoio do PIDRH. Destes, 2 obtiveram o título de doutor e 1 obteve o título de mestre. Atualmente, 6 servidores estão afastados das atividades laborais para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 1 em nível de mestrado e 5 em nível de doutorado.

Por determinação da Controladoria-Geral da União, no ano de 2010 foram suspensas a concessão de novas bolsas de estudo aos servidores da CAPES para participação em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Essa suspensão ocorreu a partir de julho/2010 para ajustes no Programa, que será retomado em 2011.

O Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, em nível de mestrado e doutorado, continuou a ser oferecido em 2010, na modalidade de pós-graduação *in company*. O programa, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Fundação Universidade de Rio

Grande – FURG, tem como objetivo qualificar e desenvolver o quadro de pessoal da CAPES mediante a realização de teses e dissertações no âmbito de suas ações. O projeto é de grande relevância, pois seus resultados visam o aperfeiçoamento de políticas públicas e a economicidade, na medida em que essa capacitação se dá sem afastamento integral dos servidores de seu local de trabalho.

O programa contava inicialmente, em 2009, com a participação de 14 servidores do quadro permanente da CAPES (8 como alunos regulares e 6 como alunos especiais). Em julho/2010 foi realizada a segunda seleção do programa, quando todos os 6 servidores que participavam das atividades como alunos especiais tornaram-se alunos regulares. Após a seleção, outros 19 servidores da passaram a participar das atividades oferecidas pelo programa na qualidade de alunos especiais.

Tabela 8 (ação 4572): PIDRH em cursos de pós-graduação

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU			
CAPACITAÇÃO	2009	2010	VARIAÇÃO
Mestrado	15	25	66,67%
Doutorado	11	15	36,36%
TOTAL	26	40	153,85%

Fonte: CCGP, 2010.

Importante mencionar que em janeiro/2010 foram realizadas alterações na regulamentação do PIDRH. Dentre as alterações, está a concessão do benefício de incentivo à graduação aos servidores não estáveis, buscando, dessa forma, estimular a fixação desses novos servidores na CAPES. Assim, no decorrer do ano de 2010, 08 servidores receberam o apoio do PIDRH para cursar a primeira graduação, e 10 obtiverem o apoio do programa com o recebimento do auxílio bibliografia.

Tabela 9 (ação 4572): PIDRH em cursos de graduação

APOIO À GRADUAÇÃO			
CAPACITAÇÃO	2009	2010	VARIAÇÃO
Graduação	2	8	400 %
Auxílio bibliografia	0	10	-

Fonte: CCGP.

Outra alteração significativa na redação do PIDRH refere-se à extensão do benefício de apoio ao domínio de idiomas aos servidores não estáveis. Com isso, 91 (noventa e um) servidores receberam o apoio do PIDRH para cursar idiomas em 2010, quantia esta que aumentou consideravelmente, quando comparado aos anos anteriores, o que demonstra o grande interesse por parte dos servidores do quadro de pessoal desta entidade pelo desenvolvimento de novas competências.

Tabela 10 (ação 4572): PIDRH em cursos de idiomas

CURSOS DE IDIOMAS			
CAPACITAÇÃO	2009	2010	VARIAÇÃO
Inglês	19	81	426 %
Outros idiomas	0	4	-
Total	19	85	447%

Fonte: CCGP

b) Principais Problemas:

No ano de 2010, verificou-se que a ausência de um sistema informatizado de Gestão de Pessoas foi o maior empecilho para maior celeridade na gestão dos processos, que são controlados de forma manual e com uso de sistemas precários (planilhas) o que acarreta dificuldade no manuseio e manipulação de dados. Um sistema voltado para a Gestão de Pessoas da carreira de Ciência e Tecnologia auxiliaria o cálculo das progressões funcionais, o controle dos adicionais de titulação, o armazenamento das informações financeiras, dos dados funcionais, das capacitações, acesso ao histórico de afastamentos e outras demais peculiaridades.

Com este, pesquisas, relatórios, levantamentos, gráficos e estatísticas tornar-se-iam viáveis em questão de poucos minutos, liberando os servidores para outras atividades e municiando o gestor com relatórios com para as tomadas de decisões, para o planejamento e para o controle das atividades.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras:

Do orçamento total disponibilizado para capacitações com o apoio do PIDRH no ano de 2010, foram utilizados R\$ 1.083.561,16. Verificou-se, também, que, dentre as capacitações apoiadas pelo PIDRH, os idiomas tiveram a maior participação no orçamento, ocupando 36,92 % dos gastos do orçamento de 2010.

Tabela 11 (ação 4572): execução por modalidade de curso

MODALIDADES DE CAPACITAÇÃO	VALOR PAGO	VALOR EMPENHADO	TOTAL	PARTICIPAÇÃO
Cursos de curta duração	R\$ 152.209,71	R\$ 191.883,03	R\$ 344.092,74	31,76 %
Idiomas	R\$ 85.455,49	R\$ 314.544,51	R\$ 400.000,00	36,92 %
Graduação	-	R\$ 95.000,00	R\$ 95.000,00	8,77 %
Auxílio-bibliografia	R\$ 4.800,00	R\$ 5.200,00	R\$ 10.000,00	0,92 %
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (com afastamento)	R\$ 48.000,00	R\$ 103.800,00	R\$ 151.800,00	14,01 %
Pós-Graduação <i>in company</i>	R\$ 15.200,00	R\$ 14.800,00	R\$ 30.000,00	2,77 %
Diárias e Passagens	R\$ 38.256,06	R\$ 14.412,36	R\$ 52.668,42	4,86 %
TOTAL	R\$ 343.921,26	R\$ 739.639,90	R\$ 1.083.561,16	100%

Fonte: CCGP

A disponibilidade orçamentária do exercício de 2010 para atender à capacitação de recursos humanos da foi de R\$ 1.500.000,00. A medida da meta física foi o número de capacitações realizadas ao invés de pessoas beneficiadas. Dessa forma, a meta física foi superada em 290%. Ressalta-se que execução física refere-se somente às capacitações de servidores efetivos do quadro de pessoal da CAPES.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenhado)
FINANCEIRA	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.083.561,16	72,23 %
FÍSICA	500	1450	290 %

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
I) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Ação 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 695.312,00	R\$ 695.312,00	100
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Ação 00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Descrição	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	93.027,00	0	0
FÍSICA	-	-	-

Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Ação 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

A entidade cumpriu integralmente o pagamento da aposentadoria dos seus servidores civis, assim como de seus pensionistas. Cabe ressaltar que o custo médio ponderado por servidor em 2010 foi de R\$ 101.883,37, correspondendo a um salário médio de R\$ 7.837,18. Esse montante foi 15% maior daquele verificado em 2009. Tal aumento deve-se ao aumento salarial ocorrido em 2009, sobretudo do incentivo à titulação.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 8.866.204,00	R\$ 8.761.979,41	98,82%
FÍSICA	80	80	100%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26291	154003

2.4.1.1 Programação das Despesas Correntes

Programação das Despesas Correntes (QUADRO A.2.4 - Portaria TCU nº 277/2010)

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		23.815.567	50.969.346	0	0	1.903.220.478	2.833.681.906
	PLOA		24.137.425	38.840.443	0	0	1.903.492.974	2.454.597.631
	LOA		24.137.425	38.840.443	0	0	1.295.528.562	2.454.597.631
CRÉDITOS	Suplementares		22.088.007	13.351.000	0	0	590.394.422	26.702.141
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	16.559.059	16.554.200
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		17.520	9.436	0	0	147.413.714	185.117.769
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			46.207.912	52.182.007	0	0	1.755.068.329	2.312.736.203

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.1.2 Programação das Despesas de Capital

Programação das Despesas de Capital (QUADRO A.2.5 - Portaria TCU nº 277/2010)

			Grupos de Despesas de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Origem dos Créditos Orçamentários		2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		127.409.459	152.696.770	0	55.000.000	0	0
	PLOA		127.730.981	139.860.000	0	30.000.000	0	0
	LOA		112.581.004	139.860.000	0	30.000.000	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		16.000.000	55.760.000	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	1.400.000	1.400.000	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		3.331.171	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0

Total	126.649.833	197.020.000	0	30.000.000	0	0

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro Resumo da Programação das Despesas (QUADRO A.2.6 - Portaria TCU nº 277/2010)

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9- Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		1.927.036.045	2.884.651.252	127.409.459	207.696.770	0	0
	PLOA		1.927.630.402	2.493.438.074	127.730.981	169.860.000	0	0
	LOA		1.319.665.987	2.493.438.074	112.581.004	169.860.000	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		612.482.429	40.053.141	16.000.000	55.760.000	0	0
	Especiais	Abertos	16.559.059	16.554.200	1.400.000	1.400.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		147.431.234	185.127.205	3.331.171	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			1.801.276.241	2.364.918.210	126.649.833	227.020.000	0	0

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

O valor total da Lei Orçamentária – LOA (Lei 12.214, de 26/01/2010) aprovada para o exercício de 2010 foi de R\$ 2.663.298.074. Verifica-se que não houve alteração do orçamento proposto para o aprovado em 2010.

Os créditos suplementares, exceto Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios da Folha, foram originários de remanejamentos visando atender aos programas Pró-Equipamentos, PARFOR, PRODOCÊNCIA e Portal de Periódicos, bem como para ajuste na fonte de recursos. Dos créditos cancelados, R\$ 81.651.388 foram para atender remanejamentos para a própria UJ, R\$ 562.891 referente à Pessoal e R\$ 102.912.926 cancelados pela SPO/MEC.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (QUADRO A.2.7 – Portaria TCU nº 277/2010)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	154004	2000			773.711,97
	Recebidos	154004	2D36			2.288.134,96
	Recebidos	154004	4661			219.045,88
	Recebidos	154004	6780			784.094,11
	Recebidos	154004	7N34			5.846.315,77
	Recebidos	154004	0967			41.271.329,36
	Recebidos	154004	0935			66.041.148,14
	Recebidos	154004	20CY			1.996.650,90
	Recebidos	154004	4019			191.536,75
	Recebidos	154004	2317			113.164.771,39
	Recebidos	154004	2760			381.521,54
	Recebidos	154004	8096			683.845,04
	Recebidos	154004	8719			485.150,37
Movimentação Externa	Concedidos	090032	0005	695.312,00		
	Concedidos	090032	00G5	93.027,00		
	Concedidos	150002	2000			996.999,96
	Concedidos	153173	2000			3.061.800,00
	Concedidos	153173	0A30			275.000.000,00
	Concedidos	153037	8429			138.509,50
		153038				55.521,00
		153046				98.210,97
		153052				2.252.435,14
		153056				3.959.926,29
		153061				106.795,75
		153062				2.072.141,67
		153063				1.175.555,04

		153065				1.635.278,01
		153079				732.572,21
		153103				1.510.153,00
		153036				2.920,65
		153019				557.390,63
		153030				79.102,29
		153031				80.214,66
		153032				376.369,33
		153033				6.286,27
		153173				12.276.250,00
		154055				2.236.933,60
		154034				370.492,83
		154039				2.481.600,00
		154040				563.564,06
		154041				680.665,83
		154042				743.757,95
		154043				506.582,96
		154045				1.022.607,20
		154046				1.358.880,06
		154048				145.293,00
		154051				121.756,70
		154054				1.857,14
		154069				2.030.816,30
		154419				738.094,98
		154215				120.850,00
		254420				276.747,20
		154421				39.053,78
		154502				47.610,90
		154503				15.891,44
		158099				66.780,25
		158144				622.745,60
		158138				6.460,00
		158155				163.820,00
		158126				191.519,26
		158350				43.334,38
		158516				1.144.596,50
	Concedidos	153015				20.032,34
		153034				167.504,64
		153164				12.945,00
		153166				42.642,76
		154042	6333			14.185,00
		154055				49.209,00
		158126				11.354,84
		158264				14.824,38
		158515				687.857,31
	Concedidos	110407	0487			537.980,55
		113203				10.397,00

	113204			37.850,00
	113205			83.000,00
	120016			233.156,06
	160327			304.824,49
	240105			693.535,81
	240106			715.417,24
	240123			162.600,00
	240126			261.200,00
	250052			90.055,65
	114601			30.551,28
	113601			864.000,00
	113205			131.247,00
	153037			1.015.518,76
	153038			4.390.980,00
	153045			3.868.558,92
	153046			2.080.992,33
	153052			2.718.812,31
	153056			3.860.703,34
	153061			1.171.470,00
	153062			5.643.137,70
	153063			3.456.853,83
	153065			3.670.557,54
	153079			5.951.535,31
	153080			7.231.964,54
	153103			3.788.286,37
	153114			7.832.109,06
	153115			7.115.471,81
	153163			6.276.998,65
	153164			3.127.265,93
	153165			1.699.138,90
	153166			1.694.005,90
	153034			291.342,77
	153035			234.662,62
	153036			184.791,62
	153010			160.230,78
	153015			187.923,55
	153019			472.566,10
	153028			121.440,45
	153030			622.999,21
	153031			3.666.782,50
	153032			2.337.263,00
	153033			271.405,43
	154055			316.700,00
	154034			553.680,00
	154039			1.316.000,48
	154040			4.021.581,60
	154041			866.944,56
	154042			1.258.696,67
	154043			2.382.006,67
	154044			98.439,27
	154045			992.889,74
	154046			964.000,00
	154047			2.214.895,86
	154048			733.170,82
	154049			2.629.094,67
	154050			1.178.306,42

		154051				1.539.880,37
		154054				1.024.891,89
		154032				284.411,73
		154069				305.450,00
		154080				169.250,00
		154215				86.916,52
		158196				1.450.652,71
		254420				1.449.218,13
		154421				32.698,63
		154419				328.900,00
		154359				7.208,52
		153224				9.600,00
		154502				546.016,73
		158092				309.652,23
		154503				283.769,08
		158133				31.349,73
		158151				26.746,55
		158299				21.679,87
		158286				29.106,30
		364102				4.000.000,00
		443020				86.241,07
	Concedidos	153115				20.012,45
		153163				42,00
		153165				130.000,00
		153019				53.125,71
		153030				22.687,52
		154040				100.000,00
		154041				60.000,00
		154042				5.485,02
		154045				42.043,74
		154048				6.314,30
		154049	20CV			12.035,00
		154080				4.593,24
		158195				33.513,07
		154419				14.054,90
		158142				30.138,40
		158306				32.020,00
		158141				2.449,87
		158157				31.719,92
		158126				324.023,60
		158154				26.545,95
		364102				2.977.837,43
	Recebidos	130005	2000			789.407,24
	Recebidos	135037	2D36			2.577.619,33
	Recebidos	240101	4661			223.489,39
	Recebidos	240101	6780			800.000,00
	Recebidos	240901	2113			2.000.000,00

	Recebidos	240901	7N34			8.625.500,00
	Recebidos	150011	2272			644.075,00
	Recebidos	150011	4413			3.025.440,00
	Recebidos	153978	4000			4.497.364,78
	Recebidos	183038	2760			400.000,00
	Recebidos	183038	8096			716.966,09
	Recebidos	253002	8719			515.374,00
	Recebidos	257001	8628			2.653.631,50
	Recebidos	257001	6146			1.185.076,87
	Recebidos	340028	4796			897.383,53
	Recebidos	443019	4909			26.400,00
	Recebidos	443020	4909			53.400,00
	Recebidos	443020	2000			160.800,00
	Recebidos	110407	2000			448.718,62
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Reecedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversão Financeira	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153037	8429	133.269,71		
		153045		22.007,00		
		153046		314.668,99		
		153052		297.682,70		
		153056		120.000,00		
		153061		92.636,79		
		153063		450.762,38		
		153065		570.018,79		
		153079		258.841,14		
		153103		52.196,05		
		153114		838.204,77		
		153115		25.904,20		
		153163		66.767,93		
		153164		195.849,00		
		153019		61.733,87		
		153028		101.455,90		
		153030		15.517,99		
		153031		52.372,75		
		153032		83.481,77		
		153033		1.560,00		

		154040		350.281,19		
		154041		574.991,22		
		154042		115.908,50		
		154043		55.095,99		
		154049		866.374,99		
		154050		134.624,60		
		154051		146.640,14		
		154069		308.103,00		
		154215		256.141,76		
		154421		385.800,41		
		154502		180.556,50		
		154503		228.754,95		
		158133		77.920,00		
		158151		139.110,56		
		158099		242.236,06		
		158138		42.241,95		
		158155		107.650,60		
		158126		72.486,00		
		158516		290.363,50		
		153037		800.000,00		
		153038		1.933.236,16		
		153045		1.925.715,24		
		153046		1.087.314,94		
		153052		1.476.725,95		
		153056		1.999.997,83		
		153061		799.507,23		
		153062		2.764.084,12		
		153063		1.994.825,29		
		153065		1.471.224,59		
		153079		2.763.284,25		
		153080		2.961.438,46		
		153103		1.988.084,36		
		153114		3.177.085,12		
		153115		2.000.000,00		
		153163		2.825.654,93		
		153164		976.285,31		
		153165		1.006.989,94		
		153166		500.000,00		
		153034		299.229,41		
		153036		297.968,50		
		153010		286.289,01		
		153015		299.970,00		
		153019		298.389,99		
		153028		149.700,00		
		153030		295.427,58		
		153031		1.454.863,00		
		153032		1.140.124,18		
		153033		178.692,78		
		154055		272.118,70		
		154039		999.999,99		
		154040		2.809.842,51		
		154041		609.278,02		
		154042		405.776,04		
		154043		773.865,93		
		154044		134.672,00		
	Concedidos		4019			

		154045		796.139,47		
		154046		787.644,53		
		154047		182.151,80		
		154048		862.879,97		
		154049		887.624,82		
		154050		463.865,82		
		154051		1.212.172,82		
		154054		495.023,61		
		154032		121.883,18		
		154069		499.940,00		
		154080		221.829,61		
		154215		150.000,00		
		158196		458.173,00		
		254420		435.586,98		
		154419		287.094,18		
		154502		299.381,08		
		158092		298.570,61		
		154503		259.474,22		
		158133		148.820,00		
		158151		142.495,00		
		158299		149.993,25		
		158157		134.128,44		
		158516		126.000,00		
		158154		148.000,00		
		364102		3.000.000,00		
		110407		22.412,30		
		120016		22.412,30		
		240105		273.886,80		
		240106		88.040,00		
Movimentação Externa	Recebidos	153173	8429	169.800,00		
	Recebidos	257001	6146	2.517.799,00		

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

Os créditos recebidos por descentralização, no total de R\$ 32.901.245,35, foram para o atendimento ao Portal de Periódicos, advindos de órgãos que utilizam os serviços do Portal e aplicados para custeio desses acessos às assinaturas das publicações científicas. Também foram recebidos créditos advindos de programas de parceria com diversos órgãos internos e externos, os quais são aplicados em programas específicos de pós-graduação.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.8 - Portaria TCU nº 277/2010)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	394.605,89	198.213,09	394.605,86	84.151,35
Tomada de Preços	1.617.845,22	408.956,25	1.617.845,22	181.776,54
Concorrência	7.243.774,39	5.574.934,18	7.243.774,39	4.651.590,87
Pregão	102.957.147,40	86.338.216,87	102.957.147,40	46.717.472,60
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	115.128.468,58	85.100.614,64	115.128.468,58	30.433.625,88
Inexigibilidade	6.322.374,44	89.003.152,38	6.322.374,44	63.776.514,17
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	17.547,93	11.848,96	17.547,93	11.848,96
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	46.285.655,80	55.811.660,13	46.285.655,80	55.811.660,13
Diárias	14.373.444,56	16.840.734,97	13.703.239,76	16.502.288,74
Outros	1.178.076.812,78	1.659.688.255,75	946.577.664,82	1.279.312.823,25

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (QUADRO A.2.9 – Portaria TCU nº 277/2010)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	43.893.443,53	51.655.773,92	43.893.443,53	51.640.773,92	0	15.000,00	43.893.443,53	51.640.773,92
1º elemento de despesa (Elem.11)	28.531.522,05	33.327.481,98	28.531.522,05	33.327.481,98	0	0	28.531.522,05	33.327.481,98
2º elemento de despesa (Elem.13)	6.932.491,79	8.081.287,22	6.932.491,79	8.081.287,22	0	0	6.932.491,79	8.081.287,22
3º elemento de despesa (Elem.01)	6.909.594,29	7.820.129,44	6.909.594,29	7.820.129,44	0	0	6.909.594,29	7.820.129,44
Demais elementos do grupo	1.519.835,40	2.426.875,28	1.519.835,40	2.411.875,28	0	15.000,00	1.519.835,40	2.411.875,28
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	1.462.958.412,20	1.828.350.687,95	1.211.394.917,98	1.573.101.169,33	251.563.494,22	255.249.518,62	1.124.085.248,51	1.411.811.767,56
1º elemento de despesa (Elem.18)	706.053.896,87	979.222.215,71	682.935.028,88	927.051.017,36	88.994.141,10 (Elem. 20)	107.157.580,62 (Elem. 20)	659.922.912,46	849.711.430,54

2º elemento de despesa (Elem.39)	231.677.866,78	279.101.040,51 (Elem. 48)	144.341.357,19	278.477.040,51 (Elem. 48)	87.336.509,59	53.054.813,30	134.085.500,49	231.645.775,51 (Elem. 48)
3º elemento de despesa (Elem.20)	192.320.352,86	215.535.622,82	103.326.211,76	133.034.397,66 (Elem. 39)	25.881.733,55 (Elem. 41)	52.171.198,35 (Elem. 18)	119.939.240,33 (Elem. 48)	129.755.465,66 (Elem. 39)
Demais elementos do grupo	332.906.295,69	354.491.808,91	280.792.320,15	234.538.713,80	49.351.109,98	42.865.926,35	210.137.595,23	200.699.095,85

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (QUADRO A.2.10 – Port. TCU nº 277/2010)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	115.909.411,44	118.970.125,31	42.100.942,25	45.599.981,81	73.808.469,19	73.370.143,50	35.958.022,62	33.790.295,01
1º elemento de despesa (52)	100.190.705,14	83.630.147,74	28.128.516,46	23.431.472,17 (Elem. 20)	72.062.188,68	63.686.225,92	25.444.495,72	20.649.931,00 (Elem. 20)
2º elemento de despesa (20)	11.036.622,98	25.323.336,93	10.087.852,83	19.943.921,82 (Elem. 52)	948.770,15	5.507.594,65 (Elem. 41)	10.087.852,83	12.955.351,19 (Elem. 52)
3º elemento de despesa (42)	4.682.083,32	5.507.594,65 (Elem. 41)	3.884.572,96	2.103.832,00	797.510,36	2.117.334,19	425.674,07	120.755,82 (Elem. 39)
Demais elementos do grupo	0	4.509.045,99	0	120.755,82	0	2.058.988,74	0	64.257,00
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

A execução de 77,6% apresentada no ano de 2010 fugiu da tradição de execução próxima de 100% apresentada nos anos anteriores pela CAPES. Isso ocorreu em virtude de contingenciamentos ocorridos no final do exercício que não possibilitaram o pleno cumprimento dos compromissos previstos na LOA. Portanto, a execução de 2010 não alcançou o patamar tradicional da dotação autorizada por razões que extrapolaram o escopo de atuação da instituição.

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação (QUADRO A.2.11 – Portaria TCU nº 277/2010)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	813.875,00	0,00	813.875,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	2.507.010,45	4.855.788,45	2.507.010,45	4.855.788,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	8.384.256,72	14.304.848,74	8.384.256,72	11.135.439,80

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (QUADRO A.2.12 – Portaria TCU nº 277/2010)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada								Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios													
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	32.295.990,45	29.244.936,35	10.106.098,01	17.286.913,20	22.189.892,44	11.958.023,15	10.106.098,01	14.117.504,25						
1º elemento de despesa	19.721.863,53 (Elem. 20)	14.348.909,21 (Elem. 33)	5.746.752,02 (Elem. 20)	8.266.809,25 (Elem. 33)	13.975.111,51 (Elem. 20)	6.082.099,96 (Elem. 33)	5.746.752,02 (Elem. 20)	5.209.022,85 (Elem. 39)						
2º elemento de despesa	11.027.924,47 (Elem. 39)	11.054.146,05 (Elem. 92)	3.522.331,64 (Elem. 39)	5.209.022,86 (Elem. 92)	7.505.592,83 (Elem. 39)	5.845.123,19 (Elem. 92)	3.522.331,64 (Elem. 39)	5.186.200,31 (Elem. 33)						
3º elemento de despesa	1.385.200,00 (Elem. 18)	2.407.100,00 (Elem. 20)	676.011,90 (Elem. 18)	2.376.300,00 (Elem. 20)	709.188,10 (Elem. 18)	30.800,00 (Elem. 20)	676.011,90 (Elem. 18)	2.287.500,00 (Elem. 20)						
Demais elementos do grupo	161.002,45	1.434.781,09	161.002,45	1.434.781,09	0,00	0,00	161.002,45	1.434.781,09						

Fonte: SIAFI via CONSAFI

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por Movimentação (QUADRO A.2.13 – Port. TCU nº 277/2010)

rupos de Despesa					RP não processados			
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada				Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.281.071,38	2.687.599,00	785.169,16	2.687.599,00	495.902,22	0,00	785.169,16	2.687.599,00
1º elemento de despesa (20)	1.216.500,00	2.517.799,00	720.597,78	2.517.799,00	495.902,22	0,00	720.597,78	2.517.799,00
2º elemento de despesa (52)	64.571,38	169.800,00	64.571,38	169.800,00	0,00	0,00	64.571,38	169.800,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI via CONSIAFI

2.4.3 Indicadores Institucionais

Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Índice de Mestres e Doutores Titulados

Primeiramente, deve se informar que devido à atualização do Sistema Coleta - sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação - ocorrer ao final de março de 2011, os índices de mestres e doutores titulados por 100.000 habitantes para o ano de 2010 foram estimados a partir das taxas médias geométricas de crescimento anual de 1998 a 2009.

O índice de mestres titulados no país estimado em 2010 foi de 22,17 mestres/100 mil habitantes, com crescimento estimado de 9,4% com relação ao exercício de 2009. Já o índice de doutores titulados em 2010 foi de 6,48 doutores/100 mil habitantes, representando o crescimento esperado de 9% com relação à 2009.

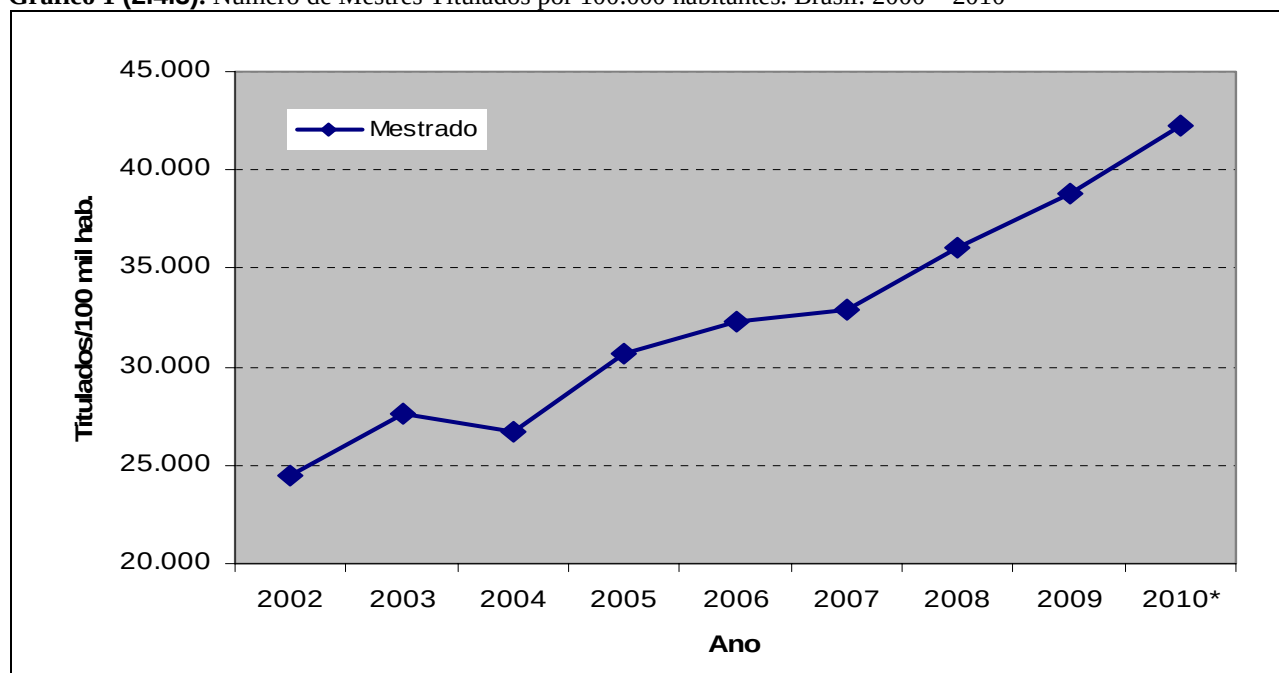
Tabela 1 (2.4.3) - Número de Titulados no mestrado e no doutorado por 100.000 habitantes. Brasil: 2006-2010*

Mestrado	Ano	2006	2007	2008	2009	2010*
	Nº de Titulados	32.261	32.890	36.014	38.788	42.289
	População	185.564.212	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694
	Titulados/100 mil habitantes	17,39	17,53	18,99	20,26	22,17
Doutorado	Ano	2006	2007	2008	2009	2010*
	Nº de Titulados	9.366	9.915	10.711	11.368	12.369
	População	185.564.212	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694
	Titulados/100 mil habitantes	5,05	5,28	5,65	5,94	6,48

*Projeção do número de titulados em ambos os níveis para o ano de 2010.

Fontes: : Geo. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

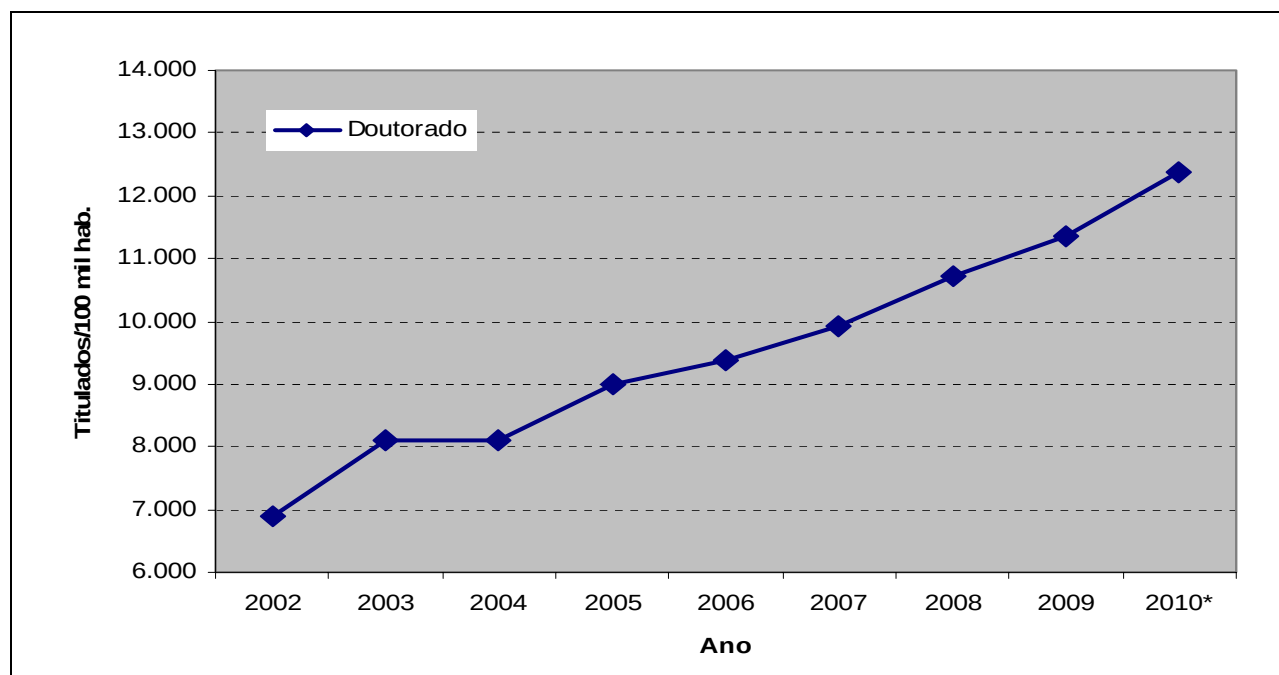
Gráfico 1 (2.4.3). Número de Mestres Titulados por 100.000 habitantes. Brasil: 2000 – 2010*



*Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2009.

Fontes: : Geo. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

Gráfico 2 (2.4.3). Número de Doutores Titulados por 100.000 habitantes. Brasil: 2002 – 2010*



*Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2009.
Fontes: : Geo. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

Produção científica indexada

Para fins de Relatório de Gestão, este indicador também é apresentado como estimativa, uma vez que a fonte (ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators) apenas encaminha os dados em meados de abril de cada exercício. Tal indicador representa a evolução da produção científica do País e a estimativa medida para 2010 com relação ao número de artigos indexados evidencia um crescimento de aproximadamente 260% em comparação ao ano 2000. Também para esse período, o número de artigos por 100.000 habitantes cresceu 210%, ou seja, o índice medido para 2010 é mais que três vezes o de 2000 e 13% maior comparado ao exercício anterior.

Tabela 2 (2.4.3) - Produção científica indexada 2000 a 2010.

Ano	Artigos	Índice
2000	10.521	1
2001	11.581	1,10
2002	12.928	1,23
2003	14.237	1,35
2004	14.993	1,43
2005	17.711	1,68
2006	19.280	1,83
2007	19.496	1,85
2008	30.415	2,89
2009	32.100	3,05
2010*	36.336	3,45

*Estimativa.

Fonte: ISI - Institute for Scientific Information.
National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2009).

Tabela 3 (2.4.3) - Produção científica indexada comparada por 100.000 mil habitantes 2000 a 2010.

Ano	Artigos	População Brasileira*	Número de artigos por 100 mil habitantes
2000	10.521	171.279.882	6,14
2001	11.581	173.808.010	6,66
2002	12.928	176.303.919	7,33
2003	14.237	178.741.412	7,97
2004	14.993	181.105.601	8,28
2005	17.711	183.383.216	9,66
2006	19.280	185.564.212	10,39
2007	19.496	187.641.714	10,39
2008	30.415	189.612.814	16,04
2009	32.100	191.480.630	16,76
2010 ^{1,2}	36.336	190.732.694	19,05

1. O número de artigos é uma estimativa.

2. Para o número da população brasileira foi usado o censo 2010.

*Foi usado o dado de projeção da população brasileira do IBGE.

Fonte: ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2009).

Acesso ao Portal de Periódicos

Este indicador representa a evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos durante uma série histórica e demonstra que o acesso à informação científica por meio deste importante instrumento da tem aumentado consideravelmente no decorrer dos anos. A tabela abaixo mostra que o valor registrado em 2010 é 30 vezes maior do que em 2001 e 3,65 maior que o do exercício de 2009.

Tabela 4 (2.4.3) - Evolução do número de acessos do Portal de periódicos - 2001 a 2010

Ano	Texto Completo	Referencial	Total	Índice
2001	1.769.765	1.308.580	3.078.345	1
2002	2.567.774	4.104.444	6.672.218	2,17
2003	7.500.054	9.948.627	17.448.681	5,67
2004	13.099.471	13.763.661	26.863.132	8,73
2005	13.754.226	18.975.465	32.729.691	10,63
2006	15.000.000	32.000.000	47.000.000	15,27
2007	18.058.420	38.538.452	56.596.872	18,39
2008	21.111.922	39.591.556	60.703.478	19,72
2009	23.386.833	41.642.827	65.029.660	21,12
2010	25.367.166	42.025.639	67.392.805	21,89

Fonte: DPB/.

Bolsistas que realizaram estágio com bolsa no exterior

Este indicador apresenta a comparação da estimativa do número de bolsistas da que obtiveram experiência internacional com realização de estágio com bolsa no exterior em 2010, comparado com os valores de anos anteriores. Comparando com o valor de 2000, retrata-se um aumento de 184%. Já com relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 12,25 % no número de doutores com experiência internacional.

Tabela 5 – Evolução do número de bolsistas que realizaram estágio com bolsa no exterior 2000 a 2010

Tabela 5 (2.4.3) - Evolução do número de bolsistas que realizaram estágio com bolsa no exterior - 2000 a 2010

Ano de conclusão	Doutorado SW ¹	Índice
2000	664	1
2001	713	1,07
2002	840	1,27
2003	969	1,46
2004	1019	1,53
2005	1298	1,95
2006	1529	2,3
2007	1500	2,26
2008	1558	2,35
2009	1682	2,53
2010	1889	2,84

¹ Apenas Doutorado Sandwich
Fonte: DRI

Alunos matriculados

Este indicador também é medido em estimativa, pelos mesmos motivos apresentados com relação ao índice de mestres e doutores no país. O indicador apresenta a evolução do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no País. A tabela abaixo mostra que o número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado tem crescido de forma contínua durante os anos. A comparação do total de matriculados em 2000 com relação ao estimado para 2010 demonstra um crescimento de 81%.

Tabela 6 (2.4.3) - Evolução do número de matriculados ao final do ano - 2000 a 2010*

Ano	Matriculados					
	Mestrado	Índice Mestrado	Doutorado	Índice Doutorado	Total	Índice
2002	68.340	1,11	37.728	1,15	16.068	1,12
2003	72.016	1,17	40.213	1,22	112.229	1,19
2004	74.999	1,22	41.261	1,25	116.260	1,23
2005	80.106	1,3	43.942	1,34	124.048	1,31
2006	85.848	1,39	46.572	1,42	132.420	1,4
2007	91.994	1,49	49.667	1,51	141.661	1,5
2008	97.368	1,58	52.750	1,6	150.118	1,59
2009	103.151	1,68	57.917	1,76	161.068	1,71
2010*	109.241	1,77	61.673	1,87	170.908	1,81

*Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2009.
Fontes: : Geo.

Alunos titulados

Este indicador também é estimado devido à mesma razão apontada para o índice de mestres e doutores titulados no país. O indicador mostra a evolução de alunos titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com exceção do ano de 2004, o número de alunos titulados não sofreu declínio no período em que foi analisado. Ao se comparar a estimativa do total de titulados de 2010 com relação ao ano anterior registra-se um aumento esperado de 8,75% no número de titulados.

Em relação ao número de titulados por 100.000 habitantes, é observada a elevação do índice no decorrer dos anos e a estimativa para 2010 apresenta um acréscimo esperado de 9,4% no número de titulados.

Tabela 7 (2.4.3) - Evolução do número de titulados ao final do ano - 2002 a 2010*

Ano	Titulados					Índice
	Mestrado	Índice Mestrado	Doutorado	Índice Doutorado	Total	
2002	24.444	1	6.894	1	31.338	1
2003	27.649	1,13	8.094	1,17	35.743	1,14
2004	26.658	1,09	8.093	1,17	34.751	1,11
2005	30.634	1,25	8.989	1,30	39.623	1,26
2006	32.261	1,32	9.366	1,36	41.627	1,33
2007	32.890	1,35	9.915	1,44	42.805	1,37
2008	36.014	1,47	10.711	1,55	46.725	1,49
2009	38.788	1,59	11.368	1,65	50.156	1,60
2010*	42.289	1,73	12.369	1,79	54.658	1,74

Fonte:Geo

* Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2009.

Tabela 8 (2.4.3) - Evolução do número de alunos titulados por 100.000 habitantes - 2002 a 2010*

Ano	Mestrado	Mestres por 100mil hab.	Doutorado	Doutores por 100mil hab.	Total	População Brasileira	Titulados por 100mil hab.
2002	24.444	13,86	6.894	3,91	31.338	176.303.919	17,77
2003	27.649	15,47	8.094	4,53	35.743	178.741.412	20,00
2004	26.658	14,72	8.093	4,47	34.751	181.105.601	19,19
2005	30.634	16,70	8.989	4,90	39.623	183.383.216	21,61
2006	32.261	17,39	9.366	5,05	41.627	185.564.212	22,43
2007	32.890	17,53	9.915	5,28	42.805	187.641.714	22,81
2008	36.014	18,99	10.711	5,65	46.725	189.612.814	24,64
2009	38.788	20,26	11.368	5,94	50.156	191.480.630	26,19
2010*	42.289	22,17	12.369	6,49	54.658	190.732.694	28,66

Fonte:Geo

IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e censo 2010

* Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2009.

Com exceção dos índices de mestres e doutores titulados, que constam do PPA (2008-2011), os demais indicadores foram elaborados no decorrer do ano de 2009, em atendimento à recomendação da Controladoria-Geral da União/CGU-PR no processo de contas de exercício de 2008, com vistas a permitir uma medição mais detalhada do desempenho da unidade. A fórmula de cálculo dos indicadores apresentados consta do quadro do Programa 1375.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

Não houve lançamentos em tais contas no exercício de 2010.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (QUADRO A.4.1 – Port. TCU nº 277/2010)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	93.451.292,36	-267.903,40	78.339.658,61	14.843.730,35
2008	13.520.451,82	-12.173.110,08	1.300.553,60	46.788,14
2007	26.365,84	-11.613,76	6.815,17	7.936,91
2006	4.984,97	-3.783,24	381,27	820,46
2005	6,51	-3,00	0,00	3,51
2004	1.620,12	0,00	1.524,99	95,13
2003	69,10	-69,10	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	323.548.166,75	-19.392.486,31	265.322.461,45	38.833.218,98
2008	18.402.507,64	-5.864.225,15	7.577.020,30	4.961.262,19
2007	565.348,32	-229.851,57	37.675,15	297.821,60
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2004	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	0,00	0,00	0,00	0,00

4.2 Análise Crítica

Os Restos a Pagar no exercício de 2010 somaram R\$ 420.243.620 (RP Não Processado+RP Não Processado Reinscrito+RP Processado Inscrito e Reinscrito) e a inscrição foi efetuada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986. Desse montante apenas R\$ 172.589.960 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES, o restante refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

Já em janeiro/2010 os Restos a Pagar Liquidado e Pago representavam 45% do total dos empenhos inscritos. Em 31/12/2010 a CAPES havia liquidado e pago 87,12% dos empenhos inscritos, o que demonstra alto grau de comprometimento com os compromissos assumidos por esta Fundação. A existência de Restos a Pagar por mais de um exercício deve-se muitas vezes à demora na regularização da documentação necessária à efetiva liquidação.

Em relação às circunstâncias que levam à CAPES a inscrever despesas em Restos a Pagar, deve se ressaltar que tal procedimento acontece na maioria das vezes quando as instituições parceiras não encaminham de forma completa e tempestivamente a documentação necessária ou as informações exigidas para composição do Plano de Trabalho, com vistas à formalização dos instrumentos de transferência, mas, por estarem com os projetos aprovados e com atividades programadas ou em andamento, realizarão a despesa no exercício subsequente.

5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010 (QUADRO A.5.1 – Port. TCU nº 277/2010)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	376	318	37	38
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	358	279	28	27
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	352	267 ⁽¹⁾	24 ⁽³⁾	27 ⁽⁵⁾
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	6	6 ⁽²⁾	4	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	6 ⁽⁴⁾	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	18	17	3	4
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	22	6	7
1.4.1 Cedidos	0	10	0	1
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	8	3	5
1.4.4 Licença não remunerada	0	4	3	1
2 Provimento de cargo em comissão	90	88	24	19
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	90	88	24	19
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	73 ⁽⁶⁾	50	16	10
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	4	1	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	12	4	5
2.2.4 Sem vínculo	17 ⁽⁶⁾	15	1	3
2.2.5 Aposentado	0	7	2	1
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	466	406	61	57

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

- (1) Não computados os 50 (cinquenta) servidores de carreira vinculada ao órgão ocupando cargo DAS;
- (2) Não computados os 04 (quatro) servidores de carreira em exercício descentralizado ocupando cargo DAS;
- (3) Ocorreram 10 (dez) ingressos em função de egressos no final do exercício anterior;
- (4) Não computados os 12 (doze) servidores requisitados de outros órgãos e esferas ocupando cargo DAS;
- (5) Inclusos os 05 (cinco) servidores de carreira vinculada ao órgão aposentados em 2010. As vacâncias de 13 cargos não puderam ser providas, visto o prazo de vigência de concurso público realizado em 2008 ter expirado em 16/07/2010;
- (6) Limite estabelecido pelo Decreto nº 5.497/2005 para nomeação de cargos comissionados sem vínculo com o serviço público.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação Apurada Em 31/12/2010 (QUADRO A.5.2 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	142	72	64	37	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	137	59	48	32	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	5	8	4	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	5	12	5	0
2. Provedimento de cargo em comissão	13	23	23	19	10
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	23	23	19	10
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010 (QUADRO A.5.3 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	1	2	1	37	92	85	80	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	1	37	82	66	71	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	5	10	2	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	0	0	0	5	9	7	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	1	0	8	38	11	16	14
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	8	38	11	16	14
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010 (QUADRO A.5.4 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	46	5
1.1 Voluntária	42	4
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	4	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	27	0
2.1 Voluntária	27	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010 (QUADRO A.5.5 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	9	0
2. Proporcional	6	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários – Situação apurada em 31/12/2010 (QUADRO A.5.6 - Portaria TCU n.277/2010)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)*
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	36	39	49	46	203.311,62
Área Fim	24	26	33	31	135.541,08
Área Meio	12	13	16	15	67.770,54
Nível Médio	0	5	10	18	22.145,32
Área Fim	0	3	7	12	14.763,55
Área Meio	0	2	3	6	7.381,77

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

(*) Não computado o montante de R\$ 63.658,73 para custeio de auxílio transporte no exercício.

5.4. Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010 (QUADRO A.5.7 – Port. TCU n.º 277/2010) - Valor em R\$ 1,00

Tipologias Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	5.616.843,92	NA	559.752,83	151.189,56	185.705,20	479.757,03	48.991,34	7.042.239,88
2009	16.378.612,58	NA	1.979.675,82	306.135,78	1.245.248,77	690.246,76	129.078,43	20.728.998,14
2010	19.965.079,30	NA	2.245.960,98	562.973,53	2.488.659,39	1.266.192,95	147.153,64	26.676.019,79
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	NA	0,00	0,00	NA	0,00	NA	0,00
2009	1.022.127,33	NA	84.855,54	0,00	NA	22.378,49	NA	1.129.361,36
2010	1.411.675,00	NA	119.246,66	48.332,00	NA	65.155,99	NA	1.644.409,65
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	911.220,91	NA	103.087,82	28.346,99	NA	88.777,56	NA	1.131.433,28
2009	1.188.727,67	NA	105.073,93	34.729,81	NA	57.456,02	NA	1.385.987,43
2010	1.017.123,87	NA	75.409,82	30.359,22	NA	68.011,16	NA	1.190.904,07
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	3.085.555,87	2.692.934,14	608.996,35	167.057,96	137.265,21	259.930,69	24.943,58	6.976.683,80
2009	4.606.677,65	2.089.568,66	750.711,24	223.292,25	188.322,67	193.443,36	10.092,41	8.062.108,24
2010	5.055.561,99	2.631.167,59	787.428,83	252.661,80	231.206,40	357.050,90	13.872,44	9.328.949,95
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	52.764,64	367,22	0,00	0,00	0,00	9.465,18	0,00	62.597,04
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

NA – Não Aplicável.

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva (QUADRO A.5.8 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão: 154003						CNPJ: 00889834/0001-08							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	CONTRATO Nº 46/2009	02.282.727/0001-34	01/01/2010	31/12/2011	-	8	-	19	-	1	P
2010	L	O	CONTRATO Nº 09/2010	05.058.935/0001-42	28/04/2010	*	-	39	-		-	1	A
Observação: CONTRATO Nº 46/2009 – Zepim Segurança e Vigilância Ltda. CONTRATO Nº 09/2010 – Interativa Dedetização, Higienização e Conservação Ltda; (*) Contrato com vigência de 12 meses, a partir de 03/05/2010, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, até o limite de 60 meses.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: CSG/CGLOP/DGES/ e CAP/CGGP/DGES/.

Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão De Obra (QUADRO A.5.9 – Portaria TCU n.º 277/2010)

At 27/10/10)

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão: 154003							CNPJ: 00889834/0001-08						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	CONTRATO Nº 22/2005	02660447/0001-12	26/10/2005	26/10/2010	0	0	28	26	0	0	E
2007	1	O	CONTRATO Nº 16/2007	06090065/0001-51	01/12/2007	01/12/2012	42	34	86	70	0	0	P
2009	1	O	CONTRATO Nº 28/2009	06090065/0001-51	05/08/2009	05/08/2014	0	0	18	18	0	0	P

2009	5	O	CONTRAT O N° 27/2009	05.058.87 2/0001-24	05/08/ 2009	*	-	-	19	19	-	-	A
2010	1	O	CONTRAT O N° 23/2010	08.965.97 0/0001-33	19/08/ 2010	19/08/ 2011	2	2	2	2			A
2009	1	O	CONTRAT O N° 20/2009	01.011.97 6/0001-22	24/06/ 2009	24/06/ 2011	7	7	14	14	1	2	P

Observação:

CONTRATO N° 16/2007 – Empresa PH Serviços e Administração Ltda;

CONTRATO N° 28/2009 – Empresa PH Serviços e Administração Ltda;

CONTRATO N° 22/2005 – Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda.

CONTRATO N° 27/2009 – DF Cursos Ltda;

CONTRATO N° 23/2010 – Enterpol Administração e Serviços especializados Ltda;

CONTRATO N° 20/2009 – Orion Telecomunicações Engenharia Ltda.

(*) Contrato com vigência de 12 meses, a partir de 05/08/2009, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, até o limite de 60 meses.

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CSG/CGLOP/DGES/, CIP/CGLOP/DGES/ CAP/CGGP/DGES/.

Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão De Obra (QUADRO A.5.10 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CONTRATO N° 16/2007	1	1	PRESIDENCIA
	9	8*1	
	1	4	DAV
	9	4*2	
	9	4*3	DEB
	9	6*4	DED
	1	7	DPB
	9	7*5	
	1	18	DGES
	9	31*6	
	1	9	DRI
	9	5*7	
CONTRATO N° 28/2009 (recepcionista)	9	18	DGES
CONTRATO N° 46/2009	8	28	DGES

CONTRATO Nº 22/2005 (serviços de informática)	9	3	DAV
	9	2	DED
	9	12	DGES
	9	1	DPB
	9	7	DRI
	9	1	PR
CONTRATO Nº 09/2010	7	40	DGES
CONTRATO Nº 27/2009	5	19	DGES
CONTRATO Nº 23/2010 (ascensorista)	9	4	DGES
CONTRATO Nº 20/2009	2	23	DGES
LEGENDA *1 – 1 Office boy, 5 Secretárias, 1 Garçon, 1 Motorista. *2 – 4 Secretárias. *3 – 4 Secretárias. *4 – 6 Secretárias. *5 – 7 Secretárias. *6 – 8 Secretárias, 4 Copeiros, 2 Garçons, 8 Motoristas, 9 Of. Boy *7 – 5 Secretárias.			Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.

Fonte: CSG/CGLOP/DGES/, CIP/CGLOP/DGES/ CAP/CGGP/DGES/

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

Com relação ao controle de frequência dos servidores, mensalmente são apuradas as folhas de frequência individuais dos servidores para identificar ausências ao trabalho referentes ao exercício de 2010. Constatou-se que, no período de janeiro a novembro desse ano, foram registradas apenas 26 (vinte e seis) ocorrências de faltas não justificadas. Tal índice de absenteísmo, levando-se em consideração o quadro de pessoal efetivo da em 31 de dezembro de 2010, é de, em média, 0,08%, isto é, menor que o de 2009, em termos absolutos, quando foram registradas 32 (trinta e duas) ocorrências.

Além disso, a CAPES já está iniciando a instalação física de sistema biométrico de registro de ponto, o qual permitirá tanto o controle por esta entidade de relatórios gerenciais referentes a frequência dos servidores, hoje sob controle do MEC, quanto o controle de acesso às dependências da instituição. Com esse sistema será possível a emissão de relatórios mais precisos e com maior celeridade e transparência, que aferirão os dados solicitados em tempo real, além de coibir eventuais tentativas de fraude no registro de ponto.

Rotatividade

Houve em 2010 o total de 24 (vinte e quatro) admissões de servidores de carreira vinculada à e 27 (vinte e sete) egressos, totalizando um índice de rotatividade anual de 6%. Cumpre também relatar que este órgão esteve impossibilitado de nomear novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2008, que expirou em 16 de julho de 2010.

Ainda, a cada mês, 02 (dois) servidores, em média, optaram por outras carreiras, principalmente em órgãos que realizam certame para provimento de cargos em carreiras de remuneração mais elevada. Ilustra essa tendência o fato de que grande número de servidores que ingressaram na CAPES por meio do concurso público de 2008, quando foram ofertadas 208 (duzentas e oito) vagas, já solicitaram exoneração. Ademais, há previsão de que até o exercício de 2012 outros 15 (quinze) servidores do quadro próprio da CAPES cumpram os requisitos para aquisição de aposentadoria voluntária.

Disciplina

Ressalte-se que o controle contínuo sobre os processos disciplinares vem ocorrendo desde o exercício de 2005. No exercício de 2010, 03 (três) Processos Administrativos Disciplinares tiveram seus trabalhos concluídos, foram instauradas 03 (três) Comissões de Sindicância e 01 (uma) Comissão de Inquérito, iniciada em 2009, teve seus trabalhos prorrogados para o exercício de 2010. Esse quantitativo foi similar ao verificado no exercício de 2009, quando também foram instauradas 3 (três) Comissões de Inquérito.

Níveis Salariais

Os cargos de Analista e Assistente em Ciência e Tecnologia possuem 15 (quinze) níveis salariais padrões, sendo os de Analista divididos em 05 (cinco) classes e o de Assistente em 03 (três), enquanto que o cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia é dividido em 12 (doze) níveis padrões, em 02 (duas) classes.

A remuneração dos servidores da CAPES, que pertencem à Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, é disciplinada pela Lei nº 11.907, de 2 de

fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória dos cargos efetivos das Carreiras de Ciência e Tecnologia, sendo composta pelas seguintes parcelas:

- Vencimento básico (VB);
- Gratificação de desempenho de atividade de C & T (GDACT);
- Retribuição por titulação (RT – para os cargos de Analista em C&T);
- Gratificação de qualificação (GQ – para os cargos de Assistente e Auxiliar em C&T);
- Gratificação temporária de atividade de ciência e tecnologia (GTEMPCT – para os cargos de Assistente e Analista de C&T).

Cabe ressaltar que a GDACT é paga de acordo com a Avaliação de Desempenho do servidor, expressa em pontos – até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual e até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. Até que sejam definidos os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDACT, conforme dispõe o Decreto nº 7.133, de 19 de março 2010, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT.

Os 8 (oito) servidores que ingressaram na CAPES durante ou após o período avaliativo em que entrou em vigor o Decreto nº 7.133/2010, isto é, aqueles que ingressaram a partir de 1º de setembro de 2009, recebem somente a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, até que seja implementada a primeira Avaliação de Desempenho Individual conforme os critérios do citado Decreto.

Além disso, a Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, definiu que os servidores integrantes das carreiras de C & T não mais fazem jus à percepção da Vantagem Pecuniária Individual – VPI, no valor de R\$ 59,87.

Demandas trabalhistas

No exercício de 2010, conforme registro no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, foram concedidas 06 (seis) licenças para capacitação, 01 (uma) licença para atividade política, 01 (uma) licença incentivada não-remunerada, além de 03 (três) servidores terem sido afastados por licença para tratar de assunto particular. Essa demanda foi superior a de 2009, quando foram concedidos 03 (três) abonos de permanência e foram instruídos e analisados 03 (três) processos de aposentadoria, além de terem sido concedidas 02 (duas) licenças para capacitação.

Aliás, é estimado que a partir de 2012 o quantitativo por demandas trabalhistas seja em escala substancialmente crescente, tendo em vista que mais de 80% dos novos servidores admitidos pelo último concurso público realizado pela em 2008 cumprirão os requisitos para adquirir estabilidade no serviço público. Por conseguinte, esses servidores passarão a fazer jus a diversas demandas trabalhistas, antes vedadas aos servidores em estágio probatório.

Outra estimativa é que até o exercício de 2012 outros 15 (quinze) servidores terão adquirido tempo de serviço para que solicitem aposentadoria voluntária.

Na área de administração de pessoal, destacaram-se as seguintes atividades no exercício de 2010: a admissão de 24 (vinte e quatro) servidores nomeados para exercer cargo efetivo, um número correspondente a apenas 16% das admissões ocorridas em 2009; a contratação de 03 (três) postos de trabalho, com implantação de contratos temporários no regime da Lei nº 8.745/93, após a

realização de processo seletivo simplificado em parceria com o MEC, FNDE e INEP, correspondente a 17% dos contratos executados em 2009 sob esse regime; e a nomeação 24 (vinte e quatro) servidores para ocupar cargos em comissão, equivalente a 65% das nomeações em comissão ocorridas em 2009.

Foram também instruídos e analisados 05 (cinco) processos de aposentadoria, frente a 03 (três) aposentadorias verificadas em 2009 e foram concedidos 8 (oito) abonos de permanência, quantitativo esse quase 03 (vezes) superior ao de 2009. Ainda, instruíram-se 22 (vinte e dois) processos de exoneração/vacância de servidores ocupantes de cargos efetivos e 04 (quatro) rescisões de contratados pelo regime da Lei nº 8.745/93.

Ademais, realizaram-se atividades relacionadas à preparação e envio mensal de folha de pagamentos e GFIP, ao pagamento mensal de 9 (nove) auxílios moradias para servidores ocupantes de cargo em comissão DAS nos níveis 4, 5 e 6, mesmo patamar executado para o exercício de 2009.

Também, analisaram-se 42 (quarenta e duas) solicitações de horário especial para servidores estudantes, além de auxílio natalidade, licenças-prêmio, bem como o levantamento e a apuração das folhas de frequência individual dos servidores para identificar descontos de horas não trabalhadas.

Visando a atualização cadastral dos 68 (sessenta e oito) servidores aposentados e 15 (quinze) pensionistas, foram expedidos formulários para efetivação do recadastramento anual. No que se refere aos servidores ativos o módulo cadastral de provimento de cargos foi atualizado, bem como o registro e o controle da lotação numérica e nominal da força de trabalho da CAPES.

Aliado a essas atividades, foram inseridos, mensalmente, no Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC, os dados referentes aos quantitativos executados das ações sob a responsabilidade da unidade de Gestão de Pessoas.

Quanto a Declaração de Bens e Renda para o ano-base de 2010, calendário 2009, foi feito controle rigoroso quanto ao seu envio pelos servidores à unidade de gestão de pessoas, em atendimento ao Art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, o prazo de 15 de maio de 2010. Tal documento foi lacrado e arquivado, sendo as declarações de servidores requisitados pela encaminhadas aos respectivos órgãos de origem. Alguns servidores optaram pelo preenchimento do formulário "Autorização de Acesso", conforme modelo fixado pela Portaria Interministerial CGU/MP nº 298/2007. O quadro abaixo discrimina o montante de declarações recebidas dentro do prazo fixado.

Tabela 1 (5.6) - Quantitativo de Declarações de Renda de Pessoa Física recebidas pela Coordenação de Administração de Pessoal para o ano-base de 2010.

CARGO	TOTAL
Analista em C&T	173
Assistente em C&T	108
Auxiliar em C&T	2

Fonte: CGGP

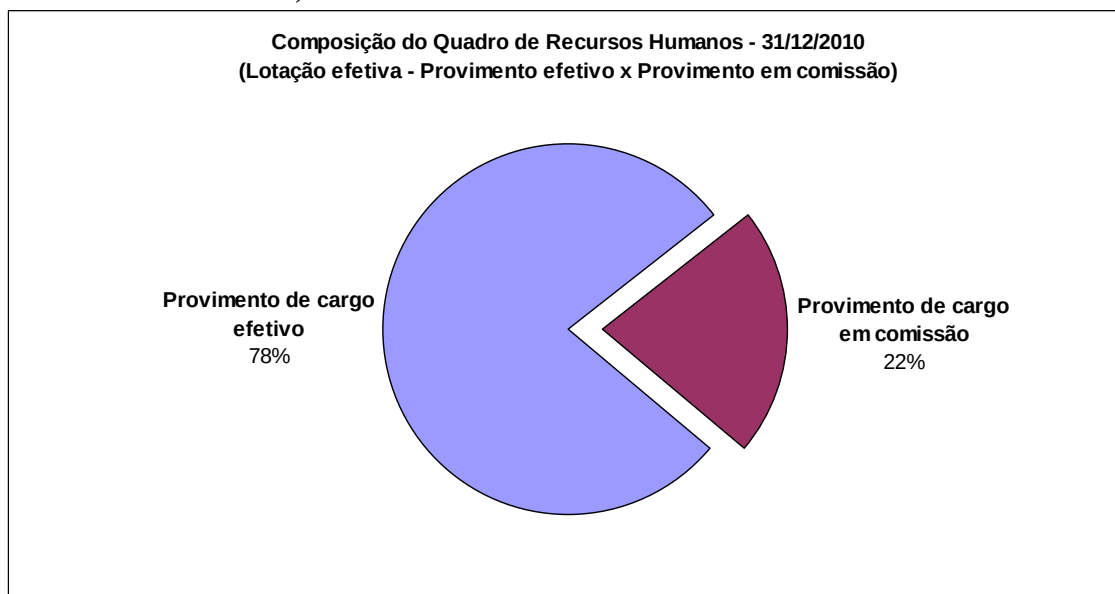
O quadro de recursos humanos da CAPES referente aos cargos de provimento efetivo com lotação efetiva em 31 de dezembro de 2010 é apresentado nos gráficos abaixo. Nota-se a participação majoritária dos servidores da carreira de C&T, sendo que os cargos de provimento em comissão representam 22% da lotação efetiva da CAPES.

Gráfico 1 (5.6) – Composição do Quadro de Recursos Humanos – 31/12/2010 (Provimento efetivo – Lotação efetiva)



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

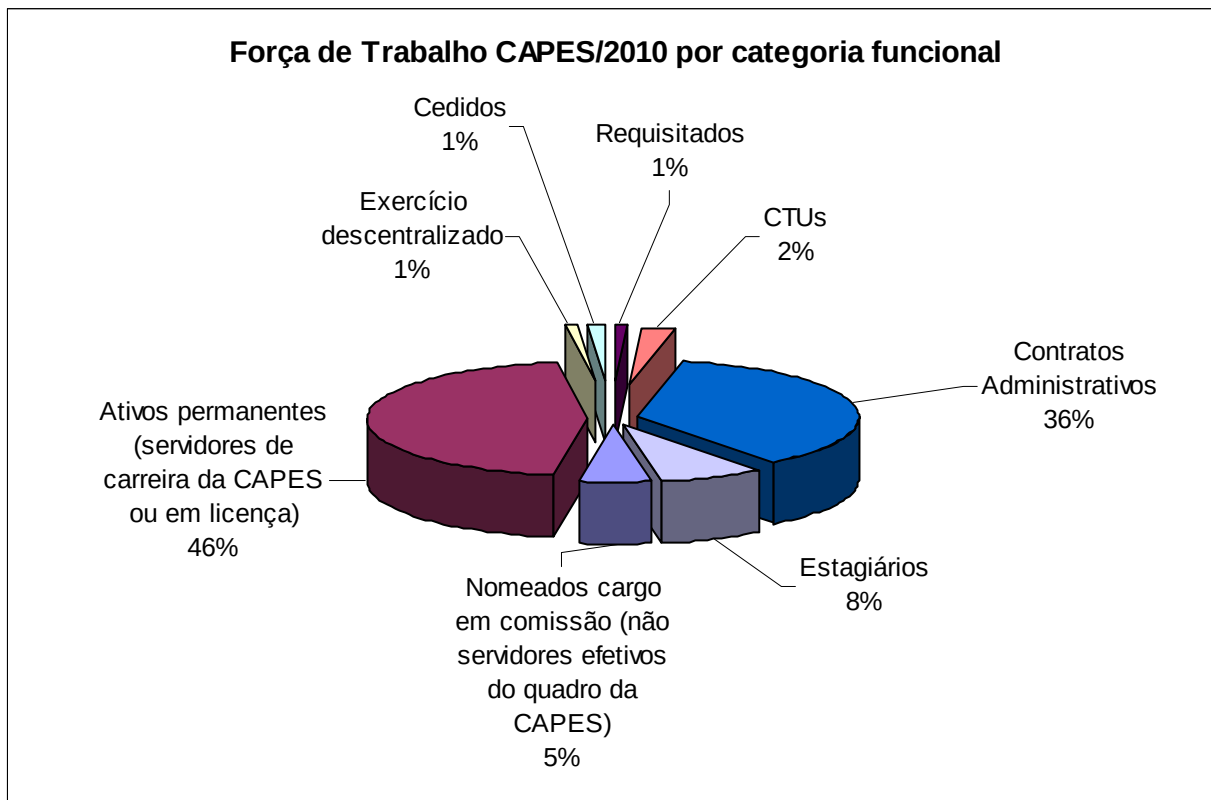
Gráfico 2 (5.6) – Composição do Quadro de Recursos Humanos – 31/12/2010 (Lotação efetiva – Provimento efetivo x Provimento em comissão)



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

A distribuição da força de trabalho por categoria funcional era composta, ao final de 2010, principalmente por servidores ativos permanentes do quadro próprio da CAPES, o qual superou em 10% o quantitativo de colaboradores terceirizados. As demais categorias somaram 18% da força de trabalho.

Gráfico 3 (5.6) – Força de Trabalho /2010 por categoria funcional



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Ainda, cabe destacar que, para determinar a lotação de servidores investidos em cargo de provimento efetivo da carreira de C&T nas diversas unidades da CAPES, observou-se a formação acadêmica, a experiência profissional e, principalmente, as necessidades institucionais. A distribuição do quadro efetivo da entre as diversas unidades organizacionais está descrita no quadro abaixo.

Tabela 2 (5.6) - Distribuição dos servidores do quadro efetivo por unidade organizacional em 31 de dezembro de 2010.

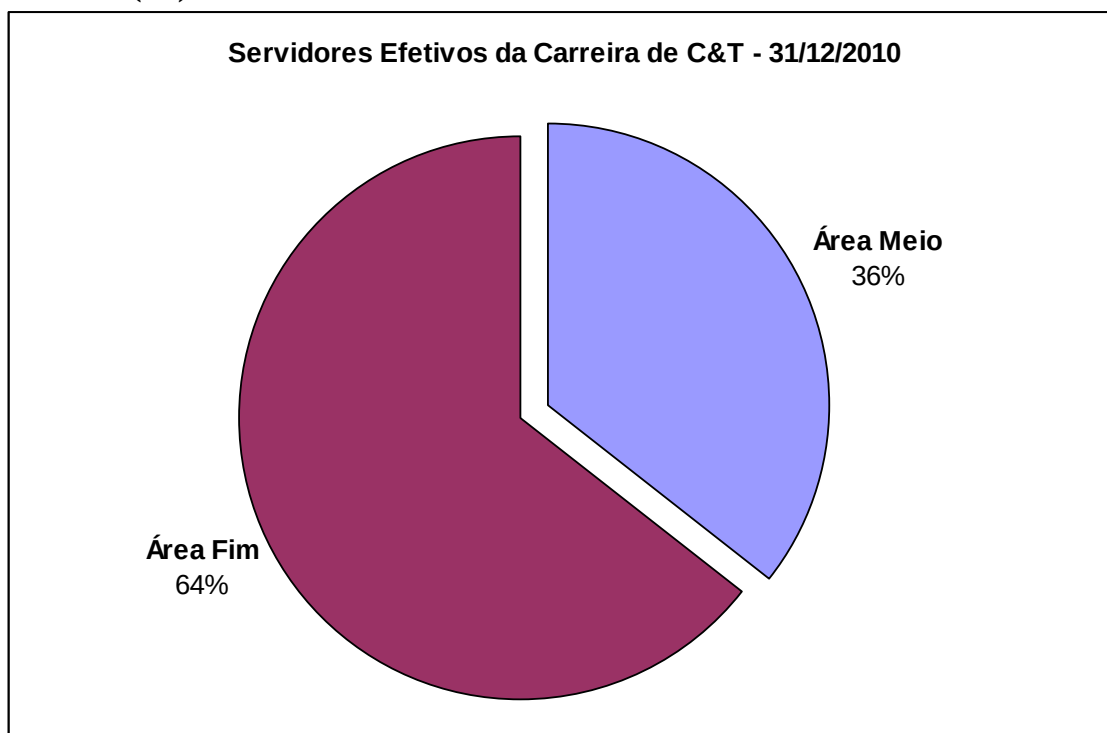
DIRETORIA	COORDENAÇÃO GERAL	SERVIDOR	TOTAL
LICENÇA	-	12	12
CEDIDOS	-	10	10
PR	GAB	2	19
	SECOL	3	
	ACS	5	
	APE	2	
	AUD	6	
	PF	1	
DAV	GAB	4	38
	CGAA	18	
	CGAP	16	
DEB	GAB	0	27
	CGC	14	
	CGDOC	13	

DED	GAB	2	33
	CGAC	12	
	CGFO	9	
	CGIP	7	
	CGTI	3	
DGES	GAB	2	94
	CGGP	23	
	CGIN	8	
	CGLOG	35	
	CGOF	26	
DPB	GAB	1	63
	CGPE	19	
	CGSI	35	
	CGPP	8	
DRI	GAB	1	43
	CGBE	25	
	CGCI	17	
TOTAL		339	

Fonte: CAP/CGGP/DGES/.

O quadro acima demonstra que 64% da força de trabalho da estava desenvolvendo suas atividades na área finalística do órgão, não se considerando aqueles cedidos ou em licença. Por outro lado, o gráfico abaixo demonstra que, para cada servidor em exercício na área meio existiam 1,8 lotados na área fim, considerando a exclusão dos 22 (vinte e dois) servidores de carreira cedidos ou em licença. Este dado coaduna com a execução das atividades precípuas, o cumprimento da missão e a consecução das metas da instituição.

Gráfico 4 (5.6) – Servidores Efetivos da Carreira de C&T – 31/12/2010



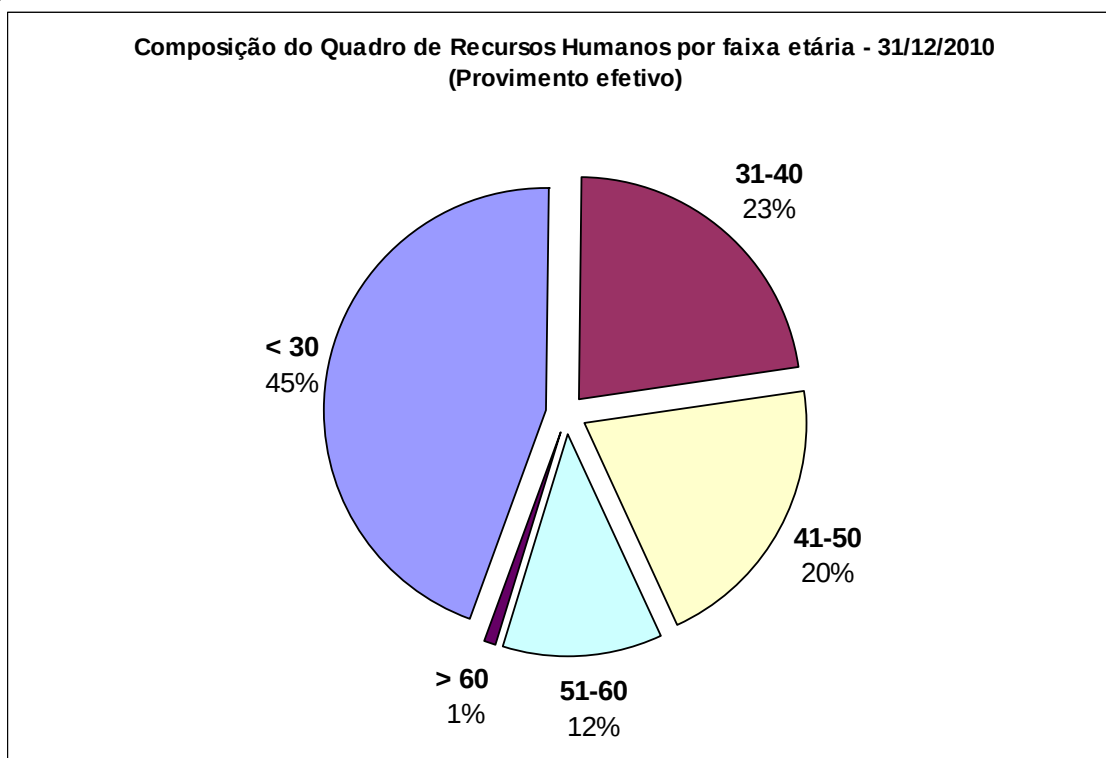
Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

* Não computados os 22 (vinte e dois) servidores cedidos ou em licença.

Perfil Etário

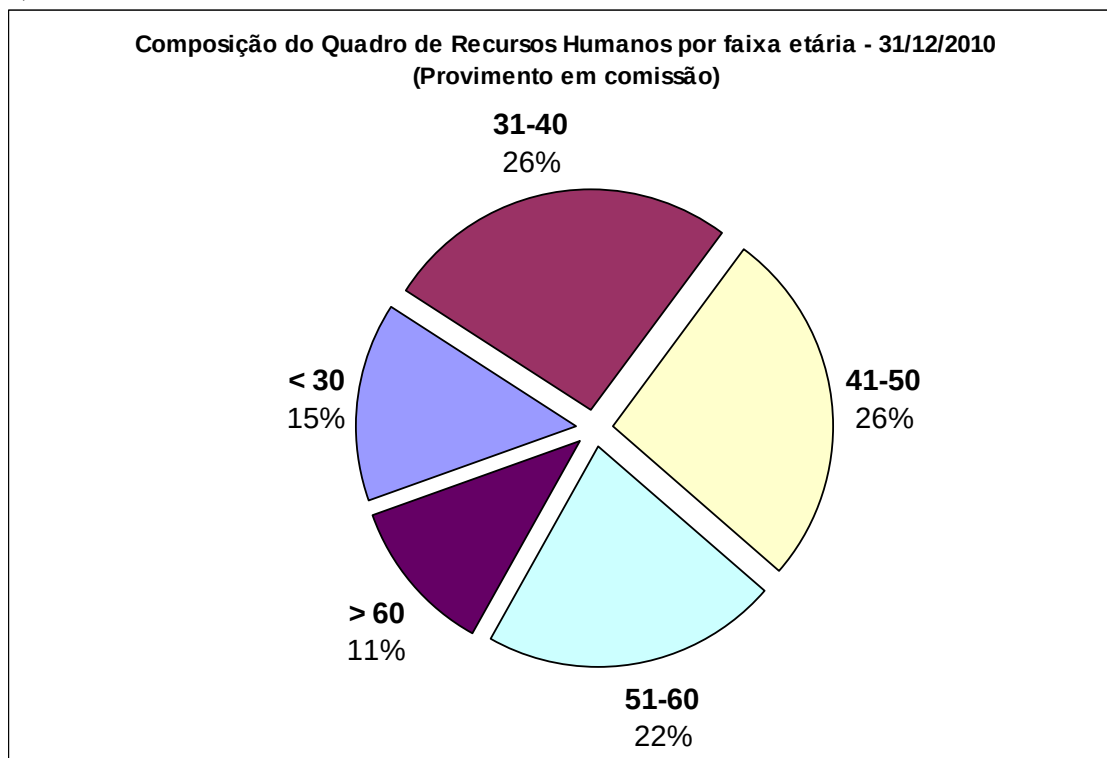
Outro indicador gerencial a se levar em consideração é o perfil etário dos servidores da CAPES. Os gráficos a seguir demonstram sua distribuição por faixa etária em 31 de dezembro de 2010. Percebe-se que 68% dos cargos de provimento efetivo estavam investidos por servidores com faixa etária de até 40 (quarenta) anos de idade, enquanto 59% dos servidores investidos em cargo em comissão tinham perfil etário superior a 40 (quarenta) anos.

Gráfico 5 (5.6) – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – 31/12/2010 (provimento efetivo)



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Gráfico 6 (5.6) – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – 31/12/2010 (Provimento em comissão)



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Nota-se que no exercício de 2009 aproximadamente 65,5% dos servidores da carreira de C&T investidos em cargos de assistente e analista tinham idade de até 40 (quarenta) anos. Assim, reitera-se a continuidade da tendência apontada no exercício de 2009, pois após a realização do concurso público em 2008 o ingresso dos novos servidores alterou sobremaneira o perfil etário do quadro da CAPES. Por conseguinte, verifica-se a redução sensível da média da idade dos servidores do quadro e, por consequência, do tempo médio para concessão de aposentadorias.

Cargos em Comissão

De acordo com o Estatuto da CAPES, instituído pelo Decreto nº 6.316/2007, foram aprovados 90 cargos em comissão “Direção e Assessoramento - DAS” e desses, 88 se encontravam ocupados ao final de 2010. O provimento destes cargos deu – se de acordo com o Decreto nº 5.497, de 21/07/2005. A seguir, demonstra-se a ocupação dos cargos comissionados em 31 de dezembro de 2010.

Tabela 3 (5.6) - Demonstrativo de ocupação de cargos em comissão “Direção e Assessoramento - DAS” conforme o Decreto nº 5.497/2005.

DAS	Qtde. Estatuto (Dec.6316/2007)	Ocupação servidores carreira (Dec.5497/2005)	Qtde. servidores de carreira	Sem Vínculo	Ocupação servidores carreira (%)
Nível 6	1	NA	1	0	100%
Nível 5	6	NA	6	0	100%
Nível 4	20	50%	16	4	80%
Nível 3	45	75%	36	7	80%
Nível 2	16	75%	12	4	75%
Nível 1	2	75%	2	0	100%

DAS	Qtde. Estatuto (Dec.6316/2007)	Ocupação servidores carreira (Dec.5497/2005)	Qtde. servidores de carreira	Sem Vínculo	Ocupação servidores carreira (%)
TOTAL	90	-	73	15	-

Fonte: CAP/CGGP/DGES/. N/A: Não aplicável.

Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Concomitantemente às atividades de administração de pessoal executadas em 2010, foram gerenciados os contratos das empresas de terceirização PH Serviços e Administração Ltda. e Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda., além de 1 (um) Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene, 1 (um) Contrato de Vigilância Ostensiva e outros 4 (quatro) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.

Em função do Termo de Ajustamento de Conduta pactuado entre o MPOG e o MPT, iniciou-se o processo de demissão dos terceirizados em situação irregular na CAPES, isto é, que não estavam enquadrados nas atividades previstas no Decreto nº 2.271/97. A efetuiu a demissão de 37 colaboradores em 2010, superando seu limite para manter suas atividades rotineiras.

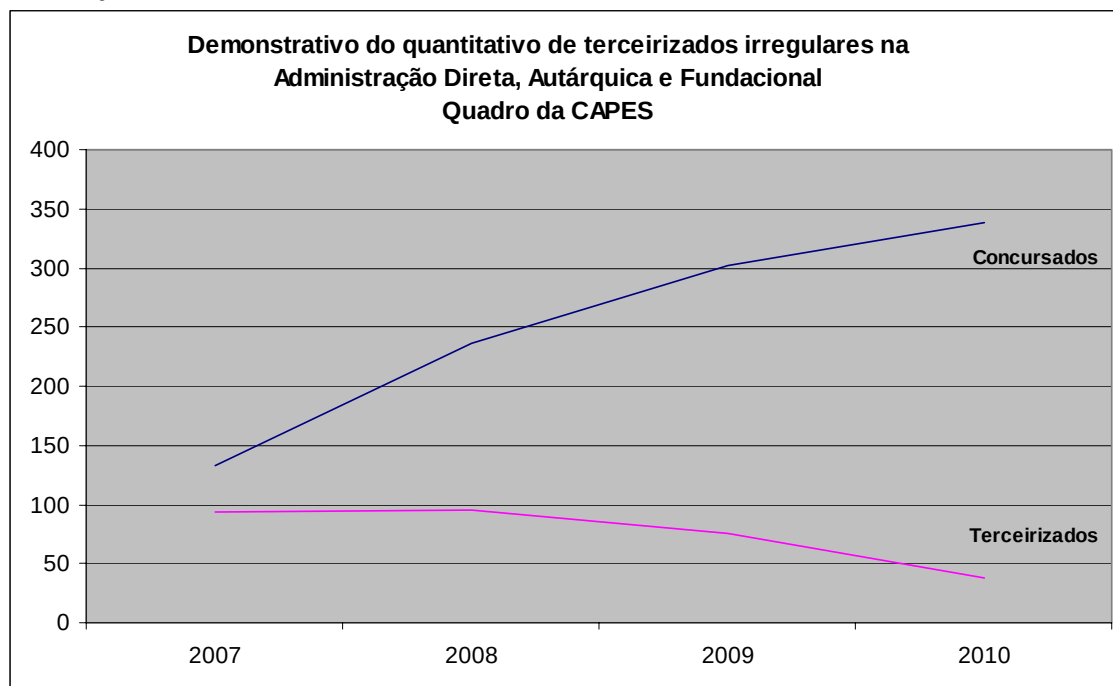
Em contrapartida, foi realizado concurso público em 2008, para o provimento de 210 (duzentos e dez) cargos efetivos. Não obstante, a CAPES apresenta, atualmente, um déficit de 13 (treze) vacâncias não providas, tendo em vista as exonerações ocorridas a partir de 16/07/2010. Cumpre também relatar que há previsão de requerimento de outras exonerações, tendo em vista a concorrência de outras carreiras com a carreira de C&T, as quais oferecem maior nível salarial e plano de carreira diferenciado.

A evolução histórica do quantitativo da força de trabalho composta por servidores de carreira da CAPES concursados e aquela composta por terceirizados em situação irregular entre os exercícios de 2007 e 2010 é descrita no gráfico abaixo. Aponta-se o acréscimo de 255% no quantitativo de servidores concursados no período 2008/2010. Conforme já mencionado em relatórios anteriores, a CAPES contava em 2007 com um quantitativo menor de servidores do que aquele registrado no início da década de 90. Portanto, o aumento do nº de servidores efetivos deu-se inicialmente para suprir um déficit histórico existente na e adicionalmente para atender a ampliação de suas competências (Lei n.º 11.502/2007) e a elevação substantiva de seu orçamento ocorrida no período.

Apesar do incremento, ainda insuficiente para atendimento da necessidade de força de trabalho na CAPES no patamar atual de atividades, houve uma demissão de 60% da força de trabalho terceirizada irregular em exercício para o mesmo período. Dessa forma, a CAPES solicitou ao MPOG reiteradas vezes autorização de preenchimento de vagas adicionais, a qual não foi concedida. A situação de carência de pessoal foi agravada com a ocorrência de 13 (treze) vacâncias que não foram preenchidas, devido ao prazo de validade do concurso público ter expirado em julho/2010.

Por consequência, a Diretoria de Gestão da CAPES formalizou, por meio do Ofício nº 192/2010/DGES/CAPES, o pedido de extensão de prazo do atendimento do TAC. Tal pedido ainda não foi analisado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (SEGES/MPOG), razão pela qual a CAPES ainda não dispensou os 38 Colaboradores terceirizados que ainda prestam serviços técnico-administrativos.

Gráfico 7 (5.6) – Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica e Fundacional – Quadro da

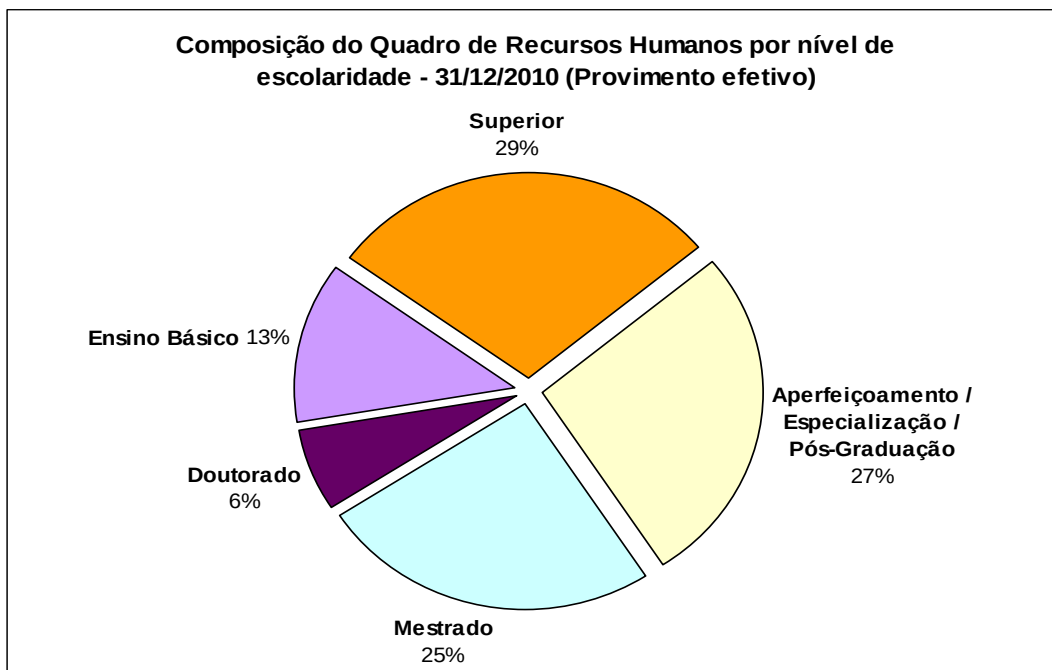


Fonte: CAP/CGGP/DGES/.

Formação Acadêmica

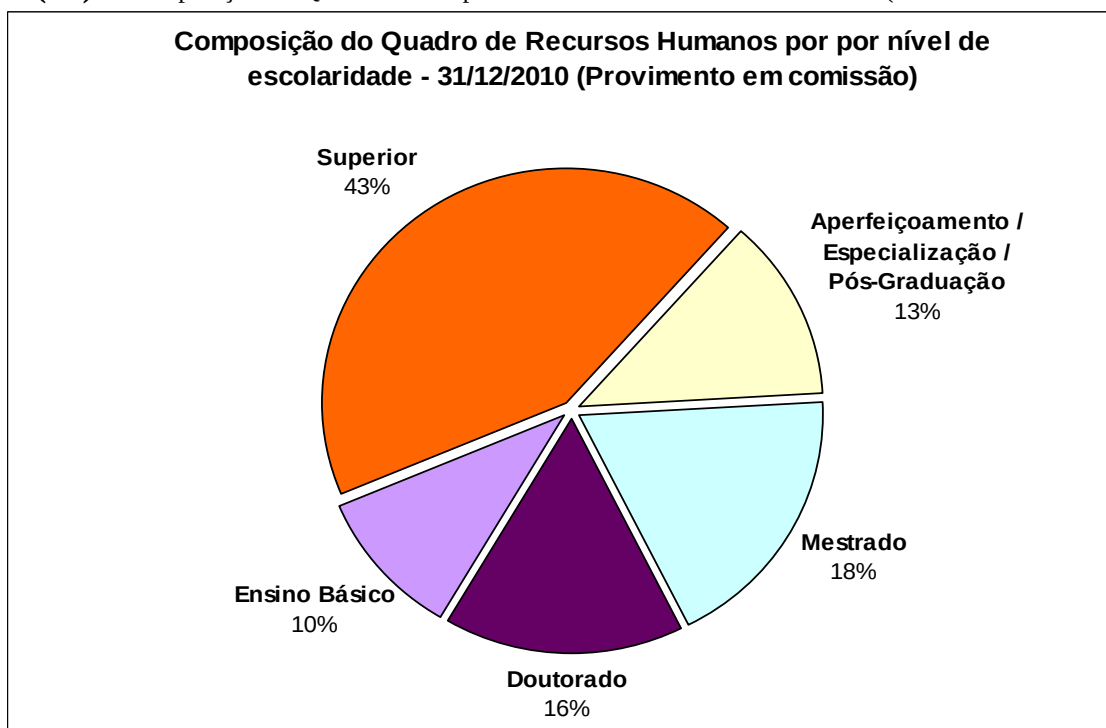
Constata-se que a força de trabalho composta pelos servidores do quadro efetivo da CAPES apresenta elevada escolaridade, situação evidenciada nos gráficos a seguir. Verifica-se que 87% dos servidores de carreira em provimento efetivo tem formação em nível de graduação. Destes, 58% tem formação em nível de pós-graduação. Esses dados refletem um alto grau de qualificação dos servidores da CAPES, quantitativo que deverá ser ampliado, após o período do estágio probatório dos novos servidores, com o estímulo do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para capacitação em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Gráfico 8 (5.6) – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – 31/12/2010 (Provimento efetivo)



Fonte: CAP/CGGP/DGES/.

Gráfico 9 (5.6) – Composição do Quadro de RH por nível de escolaridade – 31/12/2010 (Provimento em comissão)



Fonte: CAP/CGGP/DGES/.

Constata-se que, no exercício de 2008, 28% dos servidores do quadro efetivo da CAPES não tinham escolaridade de nível superior. Já no exercício de 2009, esse quantitativo reduziu-se a 20%, principalmente em razão do concurso público realizado em 2008. Neste, houve seleção por prova e títulos, enfatizando-se a necessidade de recursos humanos de alto nível de escolaridade para a consecução das atividades-fim da CAPES. Assim, reitera-se aqui também a continuidade da tendência apontada no exercício de 2009.

Perfil Epidemiológico

No período de janeiro a dezembro/2009, foram apresentados 727 atestados médicos, totalizando 4.666 dias de licença.

Quadro 1 (5.6) – Atestados apresentados

ATESTADOS MÉDICOS EM 2010	
Número de atestados apresentados	727
Quantidade total de dias de licença	4.666
Tempo médio de licença (total de dias de licenças / Qtde. de atestados)	6,42 dias

Fonte: CGGP

Quadro 2 (5.6) - Controle epidemiológico

CID 10	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TT
Outros	1	1		1		1		2	3				9
CID ILEGÍVEL			1	1				1					3
CID NÃO INFORMADO		7					1	1	1				10
A04 Outras Enric intestinais bacter							1						1
A06 Amebíase								1					1
A07 Outr doenc intestinais p/protozoários				1			1	1					3
A08.4 Infecç intestinal dev vírus NE				1									1
A09 Diarréia e gastroenterite orig infecç presum	9	2	7	6	2		2	2	3	3		4	40
A90 Dengue			2										2
B00 Infecç p/vírus do herpes	1												1
B01 Varicela												1	1
B02 Herpes zoster										2	1		3
B07 Verrugas orig viral								1					1
B30 Conjuntivite viral						1							1
B30.9 Conjuntivite viral NE									1		1		2
B40.9 Blastomicose NE							1						1
C50 Neopl malig da mama			2	1					1	1			5
C50.9 Mama NE										1			1
D23 Outr neopl benign da pele						1							1
D25 Leiomioma do utero	1												1
E66.8 Outr obesidade		1	1										2
F09 Transt mental orgânico ou sintomático NE				1									1
F21 Transt esquizotímico									1	1	1		3
F32 Episódios depressivos	1	1					1			1	1	1	6
F32.1 Episódio depressivo moderado							1	1	1			1	4
F32.2 Episódio depressivo grave s/sint psicóticos			1		1		1						3
F32.9 Episódio depressivo NE	1					1				1			3
F33 Transt depressivo recorrente		1		1									2
F33.1 Transt depress recorrente episódio atual moderad				1			2	2	1		1	1	8

F33.2 Trans depr recor epis atual grav s/sint psic	2	1	1	1	1				2				8
F34.0 Ciclotimia								1					1
F41 Outr transt ansiosos										2	1		3
F41.0 Transt de pânico			1										1
F41.1 Ansiedade generalizada				1	1								2
F41.2 Transt misto ansioso e depressivo	1		1	3			1	1	1				8
F42.0 Com predom idéias ou ruminacoes obsessivas			1	1									2
F43 Reações ao stress grave e transt adaptação	1							1			1		3
F43.0 Reacao aguda ao stress				1									1
F43.1 Estado de stress pos-traum						1							1
F43.2 Transt de adaptação												1	1
F43.8 Outr reações ao stress grave		1		1									2
F43.9 Reação NE a um stress grave						1							1
F45.3 Transt neurovegetativo somatoforme												1	1
F53.8 Outr transt mentais comport assoc puerp NCOP			1										1
G40 Epilepsia	1												1
G43 Enxaqueca						1			2	1	1		5
G43.0 Enxaqueca s/aura	1								1				2
G43.9 Enxaqueca s/especificação						1			1	1			3
G56 Mononeuropatias dos membros super											1		1
H04.5 Estenose e insuf dos canais lacrimais									1				1
H10 Conjuntivite				1				2	1	1			5
H10.0 Conjuntivite mucopurulenta				1									1
H10.1 Conjuntivite aguda atopica	1											1	2
H18.6 Ceratocone				1									1
H18.9 Transt NE da córnea												1	1
H35.3 Degeneracao da macula e do pólo posterior				1									1
H35.8 Outr transt espec da retina		1											1
H40 Glaucoma					1				1				2
H51 Outr transt do movimento binocular									1				1
H52 Transt da refração e da acomodação	1												1
H52.1 Miopia				1	1		1				1		4
H52.5 Transt da acomodação					1								1
H61.2 Cerume impactado				2									2
H65.1 Outr otites medias agudas nao-supurativas								1					1
H81 Transt da função vestibular			1		1								2
H83 Outr transt do ouvido interno												1	1
H83.0 Labirintite	1												1
H83.2 Disfunção do labirinto	1												1
H92.0 Otolgia										1			1
I10 Hipertensão essencial			1								1		2
I20 Angina pectoris				1									1
I34 Transt nao-reumaticos da valva mitral								1					1
I50.9 Insuf cardiaca NE									1				1
I82.1 Tromboflebite migratória									1				1
I83.9 Varizes membros infer s/ulcera ou inflam									1			1	2
I84 Hemorróidas									1				1
I95.9 Hipotensão NE				1									1
J00 Nasofaringite aguda			1	1		2	1	1					6
J01 Sinusite aguda		2	3	3	1	1	1	3	3		1	2	20

J01.0 Sinusite maxilar aguda			1	1								2
J01.1 Sinusite frontal aguda									1			1
J01.2 Sinusite etmoidal aguda								1				1
J01.9 Sinusite aguda NE			1				1					2
J02 Faringite aguda						2	1				1	4
J02.9 Faringite aguda NE	1	1				1				2	1	6
J03 Amigdalite aguda	3	1	2	2	2		1				1	14
J03.0 Amigdalite estreptococica			1									1
J03.9 Amigdalite aguda NE	2	1	1				1		1	1	1	8
J04.0 Laringite aguda									1			1
J04.2 Laringotraqueite aguda								1				1
J05 Laringite obstrutiva aguda e epiglote		1										1
J06 Infecç agudas vias aéreas super loc mult NE			1		1					1		4
J06.9 Infecç aguda das vias aéreas super NE		1		1		2	1		4	1		12
J10 Influenza dev vírus influenza identificado	1						2					3
J10.1 Influenz c/out manif resp dev vir infl ident				2								2
J11 Influenza dev vírus nao identificado				1		1	2	1	1	1		8
J11.1 Influenza c/out manif resp dev virus n ident			1	1				1				3
J11.8 Influenza c/outr manif dev virus nao ident						1						1
J15.9 Pneumonia bacter NE			1									1
J18 Pneumonia p/microorg NE						1				1		2
J18.9 Pneumonia NE				1								1
J30 Rinite alérgica e vasomotora				1								1
J30.4 Rinite alérgica NE			1		1						1	3
J32 Sinusite crônica								1				1
J34 Outr transt do nariz e dos seios paranasais		1										1
J35 Doenc crônicas das amígdalas e das adenóides			1									1
J40 Bronquite NE como aguda ou crônica		1										1
J45 Asma				1								1
K01 Dentes inclusos e impactados									1			1
K01.0 Dentes inclusos						1			1			2
K03.9 Doenc dos tec duros dos dentes NE						1						1
K04.0 Pulpite											1	1
K04.1 Necrose da polpa				1								1
K04.6 Abscesso periapical c/fistula			1				1					2
K05.5 Outr doenc periodontais				1								1
K06.1 Hiperplasia gengival			1									1
K08.1 Perda dent dev acid extr doenc periodont loc				1								1
K10.0 Transt do desenvolv dos maxilares									1			1
K29.1 Outr gastrites agudas								1	1			2
K29.7 Gastrite NE					1							1
K30 Dispepsia	1		1								1	3
K35.9 Apendicite aguda SOE										1		1
K51 Colite ulcerativa				1		1						2
K52 Outr gastroenterites e colites nao-infecç						1						1
K52.9 Gastroenterite e colite nao-infecç NE	1		1		1	1		1				5
K60.1 Fissura anal crônica											1	1
K61.0 Abscesso anal											2	2
K85 Pancreatite aguda	1											1

K90 Ma-absorcao intestinal	1												1
L02 Abscesso cutâneo furúnculo e antraz								1					1
L02.1 Abscesso cutâneo furúnculo e antraz pescoço											1		1
L23 Dermatites alérgicas de contato				1			1						2
L50 Urticária							2			1	1		4
L50.0 Urticária alérgica						1							1
L60.0 Unha encravada						1							1
L90.1 Anetoderma de Schweninger-Buzzi								1					1
L91.0 Cicatriz quelóide								1					1
M05.8 Outr artrites reumatóides soro- positivas										1		1	2
M07 Artropatias psoríicas e enteropáticas									1				1
M10.0 Gota idiopática	1		1										2
M13.1 Monoartrites NCOP							1						1
M13.9 Artrite NE					1								1
M17 Gonartrose				1									1
M22.4 Condromalácia da rótula							1		1				2
M25.4 Derrame articular						1							1
M25.5 Dor articular		1		1	1		1		1		1		6
M43.6 Torcicolo										1			1
M47 Espondilose												1	1
M51 Outr transt de discos intervertebrais									1				1
M51.1 Transt disco lombar outr intervert radiculop			1					1					2
M51.2 Outr desloc discais intervertebrais espec			1										1
M53.1 Sindr cervicobraquial											1		1
M54 Dorsalgia				1					1				2
M54.2 Cervicalgia	1	1					2	1	1		1		7
M54.3 Ciática						1		1					2
M54.4 Lumbago c/ciática		1		1				1					3
M54.5 Dor lombar baixa	1	2	2	1	1	1		1	1	1		1	12
M54.6 Dor na coluna torácica					1	1							2
M54.8 Outr dorsalgia							1						1
M54.9 Dorsalgia NE								1					1
M60 Miosite								1					1
M65.8 Outr sinovites e tenossinovites	1	2		1	1	1		1				1	8
M65.9 Sinovite e tenossinovite NE				1				1					2
M70.7 Outr bursites do quadril	1												1
M70.9 Transt NE tec moles relac uso excess pressão	1	1											2
M72.2 Fibromatose da fascia plantar							1						1
M75.4 Sindr de colis do ombro						1							1
M75.8 Outr lesões do ombro			1	1									2
M77.3 Esporão do calcâneo	1												1
M79.1 Mialgia	1			1	1				1				4
M81 Osteoporose s/frat patológica			1										1
N20.0 Calculose do rim			1										1
N30 Cistite									1			1	2
N30.0 Cistite aguda				1					1				2
N32 Outr transt da bexiga									1				1
N39 Outr transt do trato urinário		1											1
N39.0 Infecç do trato urinário de localiz NE											1		1
N40 Hiperplasia da próstata			1										1
N46 Infertilidade masc								1					1

N76 Outr afecções inflam da vagina e da vulva			1										1
N76.1 Vaginite subaguda e crônica		1											1
N87 Displasia do colo do útero											1		1
N92.1 Menstruação excessiva freq c/ciclo irregular						1							1
N93 Outr sangramentos anormais utero e vagina								1					1
N94.6 Dismenorreia NE								1	1				2
O20 Hemorragia do inicio da gravidez				1	1	1			1				4
O20.0 Ameaça de aborto	2												2
O21.1 Hiperemese gravidica c/distúrbio metabólico											1		1
O26.5 Sindr da hipotensão materna	1		1										2
O47.0 Falso trab parto antes de 37 sem gestação						1							1
Q43.8 Outr malformacoes congen espec do intestino	1												1
Q65.1 Luxação congen bilateral do quadril											1		1
R00 Anormalidades do batimento cardíaco							1						1
R05 Tosse		1	1		1			3				1	7
R07.0 Dor de garganta												1	1
R10 Dor abdominal e pélvica	1		2						3	1	1	1	9
R10.0 Abdome agudo			1	1									2
R10.2 Dor pélvica e perineal						1							1
R10.4 Outr dores abdominais e as NE	2	2				2							6
R11 Náusea e vômitos	1		1							1		1	4
R42 Tontura e instabilidade				1									1
R45.0 Nervosismo									1				1
R50 Febre orig desconhecida		1								1		1	3
R50.9 Febre NE									1				1
R51 Cefaléia	1				1	1		2		2			7
R52 Dor NCOP										1			1
R53 Mal estar fadiga		1	1				1		1		2		6
R55 Sincope e colapso		1											1
S20.0 Contusão da mama			1										1
S40.0 Contusão do ombro e do braço		1											1
S42.0 Frac da clavícula	1		1	1									3
S42.2 Frac da extremidade super do umero						1							1
S60.0 Contusão de dedos s/lesao da unha		1											1
S60.2 Contusão de outr partes do punho e da mao				2				1					3
S70 Trauma superf do quadril e da coxa									1				1
S80.0 Contusão do joelho			2	1							1		4
S83 Luxação entorse distensão art lig joelho				1									1
S83.2 Ruptura do menisco atual	1												1
S83.4 Entorse distensão envolv lig colat joelho			1	1								1	3
S83.6 Entorse distensão outr partes e NE joelho				1									1
S92 Frac do pe					1								1
S93 Luxac entors distens artic lig niv tornoz pe			1										1
S93.4 Entorse e distensão do tornozelo				1									1
S93.5 Entorse e distensão de artelhos	1												1
T06.3 Trauma vasos sang envolv regioes mult corpo							1						1
T78.4 Alergia NE							1	2	2				5

T78.9 Efeito adverso NE									1				1
W57 Morded picadas inseto outr artrop n-venen			1										1
Z01.0 Exame dos olhos e da visão			1	1		1							3
Z01.4 Exame ginecológico	1				1			1					3
Z01.7 Exame de laboratório	1												1
Z01.8 Outr exames especiais espec			1		2	1		1	2			2	9
Z01.9 Exame especial NE						1			1				2
Z04.9 Exame e observação p/razão NE		1											1
Z12.1 Exame especial rastr neoplasia trato intest						1							1
Z35.9 Supervisão NE de gravidez de alto risco										1			1
Z42 Seguimento envolv cirurgia plástica						1							1
Z52.0 Doador de sangue	1					1	2		1				5
Z54 Convalescenca	1	1											2
Z54.0 Convalescenca apos cirurgia	1	2	3	4	3	3		4	2	2		3	27
Z76 Pessoas cont serv saude em outr circumst		1											1
Z76.3 Pessoa em boa saude acompanh pessoa doente		2	13	6	3	4		6	8	2	5	3	52
Z92 Historia pessoal de tratamento medico									1				1
Z98.8 Outr estados pos-cirurgicos espec								1	1				2

Fonte: CGGP

Buscando manter o bem estar físico, mental e evitar o processo de adoecimento e absenteísmo da força de trabalho, anualmente a CAPES realiza campanhas preventivas como parte do Programa de Qualidade de Vida. Em 2010, foram realizadas as seguintes campanhas: Campanha de Combate às doenças sexualmente transmissíveis (fevereiro/2010), Campanha de Combate à Dengue (janeiro/2010), Campanha de Vacinação contra a Influenza/Gripe Sazonal (agosto/2010) e Jornada Anual de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (julho/2010):

Na Jornada Anual de Saúde foram oferecidas sessões de *quick massage*, reflexologia podal e auriculoterapia para todos os servidores e colaboradores da CAPES.

Em março/2010, foi oferecido aos servidores e colaboradores da CAPES o serviço de avaliação postural, realizado por fisioterapeutas especializados. No total, 506 pessoas foram avaliadas individualmente. Depois de realizada essa etapa, os fisioterapeutas responsáveis visitaram todos os andares do edifício da CAPES para uma breve avaliação ergonômica do ambiente de trabalho. Com base nos resultados das avaliações posturais, em novembro/2010, após recomendações dos fisioterapeutas responsáveis pela avaliação postural, foi feita pesquisa de interesse entre os servidores da para embasar a compra de produtos ergonômicos para a CAPES. Os produtos foram adquiridos em janeiro/2011.

No ano de 2011, pretende-se verificar as reincidências apresentadas nas licenças médicas, buscando identificar as causas das doenças para adoção de medidas que previnam o adoecimento e o absenteísmo dos servidores. Cabe informar que em 2010 ainda não foi possível realizar na CAPES um trabalho sobre as doenças provocadas por fatores relacionados com o ambiente de trabalho (doenças ocupacionais).

Satisfação e Motivação

O processo de contratação de empresa especializada para realizar a pesquisa de clima organizacional da CAPES, que se iniciou no final de 2008, foi finalmente concluído em dezembro/2010. Após reformulações para aprimoramento do projeto básico, foi concluída a

licitação, a qual foi realizada na modalidade Tomada de Preços. A licitante vencedora do certame foi a Quântica Empresa de Consultoria e Serviços LTDA – EPP. O resultado da licitação foi homologado no mês de dezembro e o contrato firmado com a empresa no mês de janeiro de 2011 (Contrato 01/2011). A partir de fevereiro de 2011 será realizada a pesquisa de clima organizacional.

O objetivo da atividade será identificar como é percebido o clima organizacional da CAPES e, a partir do diagnóstico realizado, elaborar proposta de intervenção para a melhoria do ambiente de trabalho. Os trabalhos serão desenvolvidos em duas etapas: a primeira etapa consistirá na Elaboração de Metodologia e Análise do Clima Organizacional. O instrumento quantitativo para a pesquisa deverá ser elaborado e validado e a aplicação dos questionários abrangerá toda a força de trabalho da CAPES. Posteriormente, os dados dessa primeira fase serão analisados e compilados em um relatório parcial. A segunda etapa consistirá na identificação de fatores que interferem no bem-estar institucional e no clima organizacional. Será utilizada uma abordagem qualitativa em que 10% da força de trabalho da será entrevistada pela equipe de consultores.

Desempenho funcional

Foram realizadas avaliações de desempenho referentes ao 1º e 2º semestres de 2010. Os servidores foram avaliados com base em seis fatores indicados, que representam aspectos observáveis do desempenho e referem-se ao trabalho efetivamente realizado pelo servidor de acordo com uma escala de pontuação de 0 a 100:

- Criatividade e iniciativa;
- Comunicação e relacionamento interpessoal;
- Comprometimento com as metas e resultados;
- Auto desenvolvimento;
- Planejamento e organização;
- Competência técnica.

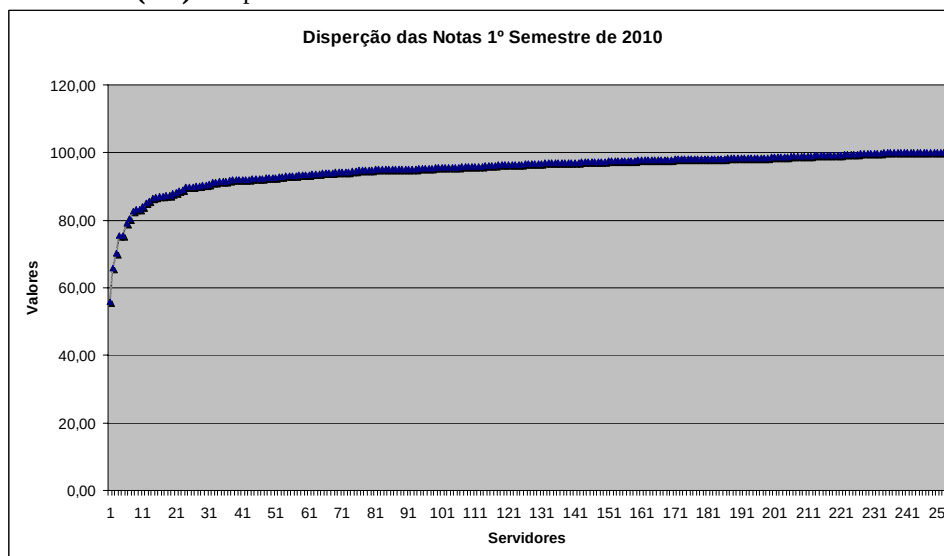
No 1º semestre de 2010, foram avaliados 252 servidores efetivos, 49 servidores que possuíam função de confiança e 12 servidores cedidos. O quadro abaixo traduz estatisticamente a nota dos servidores efetivos que não ocupam função de confiança:

Quadro 3 (5.6) - Estatística das avaliações de desempenho do 1º semestre de 2010.

Função Estatística	Valor
Média	95,17
Máxima	100
Mínima	55,85
Moda	100
Desvio Padrão	5,49

Fonte: CGGP, 2010

Gráfico 10 (5.6): Dispersão das notas 1º semestre 2010



Fonte: CGGP, 2010

Em análise aos dados acima, constatou-se, no decorrer de 2010, evolução no desempenho geral da CAPES. A média aumentou 1,51 pontos e a nota mínima em 16,85. O desvio padrão diminuiu, refletindo maior homogeneidade nas notas aferidas. Credita-se essa melhora ao ajuste de lotação dos servidores novos, refletindo o melhor uso de suas competências e habilidades, aos treinamentos realizados, capacitando a força de trabalho da CAPES e agregando conhecimento e técnicas, e à absorção da cultura organizacional, melhorando o comprometimento e a visão holística da entidade.

Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida da CAPES, implantado no ano de 2009, teve continuidade em 2010, com atividades voltadas para a melhoria da saúde ocupacional e bem-estar, adequando ações ao ambiente de trabalho. O Programa tem como objetivo maior envolver pessoas, trabalho e organização, buscando o bem estar, a participação, integração dos servidores e a eficácia organizacional.

Esse Programa ofereceu aulas de ginástica laboral, diariamente, a todos os servidores; Ioga (2 x semana); Dança de Salão (2 x semana); Canto Coral (2 x semana) e Cine às sextas-feiras, quando são exibidos filmes variados no horário do almoço. A partir de dezembro de 2010, passou a oferecer, também, 4 (quatro) turmas de Pilates; mais uma turma de Dança de Salão; e *Quick-massage*, diariamente, de 9h às 17h.

Além dessas atividades realizadas oferecidas rotineiramente, o Programa Qualidade de Vida também foi responsável, durante o ano de 2010, pela promoção de eventos comemorativos de datas festivas, tais como Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais e Aniversário da CAPES.

Buscando manter o bem estar físico, mental e evitar o processo de adoecimento e absenteísmo da força de trabalho da CAPES, foram feitas também campanhas de prevenção como parte do Programa de Qualidade de Vida, dentre elas:

- **Campanha de Combate às doenças sexualmente transmissíveis (fevereiro/2010):**

Foram distribuídos panfletos informativos sobre o vírus HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, em todos os andares do edifício da CAPES, a todos os servidores e colaboradores da CAPES. Não foi possível realizar a distribuição de preservativos, visto que não havia disponibilidade do produto no Ministério da Saúde.

• **Campanha de Combate à Dengue (janeiro/2010):**

Foram adquiridos e distribuídos 700 frascos do Biolarvicida Bt-horus (SC (Bti – *Bacillus thuringiensis israelensis*) em todos os andares do edifício da CAPES. A campanha também contou com a realização de palestra educativa sobre a dengue.

• **Campanha de Combate a H1N1:**

Foram colocados recipientes apropriados para colocação de gel antisséptico (álcool 70%) em todos os andares do edifício sede da CAPES, além de campanha de conscientização sobre a limpeza e higienização das mãos.

Campanha de Vacinação contra a Influenza/Gripe Sazonal (agosto/2010):

No total, 419 servidores e colaboradores foram vacinados.

• **Jornada Anual de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (julho/2010):**

Em 2010, a Jornada Anual de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida foi realizada nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho. Foram oferecidas aos servidores sessões de *quick massage*, reflexologia podal e auriculoterapia para todos os servidores e colaboradores da CAPES, além de verificação da pressão sanguínea e exames de glicose e oftalmológico para verificação da pressão ocular e da visão. Nesses dois dias foram realizadas palestras sobre cuidados com a saúde, bem-estar e nutrição.

6. Informações sobre transferências no Exercício

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Vide Anexo 1 (Quadro A.6.1 – Portaria TCU n.º 277/2010)

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (QUADRO A.6.2 – Portaria TCU n.º 277/2010)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:				UG/GESTÃO:		
CNPJ:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício		
	2008	2009	2010	(Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	557	26	110	111.396.221	117.859.435	119.753.739
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	Vide Anexo 2					
Termo de Compromisso						
Totais	557	26	110	111.396.221	117.859.435	119.753.739

Fonte: CONSAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes (QUADRO A.6.3 – Portaria nº 277/2010)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	830	901.197.239	528.827.644	372.369.595	58,68%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	Vide anexo 2				
Termo de Compromisso					
Totais	830	901.197.239	528.827.644	372.369.595	58,68%

Fonte: CONSIAFI

		Montante Repassado (R\$)	366.404,66	
2008	Contas prestadas	Quantidade	121	
		Montante Repassado (R\$)	20.943.960,25	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado (R\$)	20.943.960,25	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado (R\$)	1.177.060,05	

Fonte: CONSAFI

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse (QUADRO A.6.5 – Portaria TCU nº 277/2010)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
CNPJ: 00889834/0001-08				UG/GESTÃO: 154003	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			29	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0	
		Montante repassado (R\$)		0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	20	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	10	
			Montante repassado (R\$)	2.417.717,73	
2009	Quantidade de contas prestadas			42	

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	4	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	38	
		Montante repassado (R\$)	95.246.206,20	
2008	Quantidade de contas prestadas		121	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	79	
		Quantidade Reprovada	1	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	42	
		Montante repassado	7.230.845,05	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	48	
		Montante repassado	43.806.363,44	

Fonte: CONSAFI

6.2 Análise Crítica

A situação dos processos pendentes de análise e aprovação no setor de prestação de contas se constitui, no momento, no maior entrave operacional da CAPES. Ao longo de 2010, foram registrados 8.970 processos e destes foram analisados 3.808, restando ainda 5.162 pendentes. Além disso, existem 4.332 processos passivos de Prestação de Contas, considerando o período de 1999 a 2009³.

A força de trabalho envolvida na condução das etapas relativas à prestação de contas ainda é insuficiente para analisar o volume de processos acumulados tendo em vista que não houve autorização para prosseguimento de concurso público, situação agravada pela saída de servidores recém contratados e terceirizados e do aumento de processos decorrente da expansão das atribuições e orçamento da e consequentemente de seus programas.

A previsão de finalização de análise do passivo até o exercício de 2009 com a capacidade operacional atual, que é de 11 técnicos, é de 23 meses a partir de fevereiro de 2011, considerando que não haverá aumento do quantitativo médio de processos encaminhados para análise.

Como parte dos esforços para solucionar esse problema foi realizado concurso público em 2008; está sendo implantado o Sistema de Prestação de Contas, visando a informatização do processo para garantir maior agilidade e contribuir para a redução do passivo de processos, bem como outras providências operacionais tais como:

- Formalização de processo único para a concessão, o acompanhamento de auxílios para pesquisa e a execução financeira;
- Promoção de reuniões periódicas dos coordenadores de programas de pós-graduação com os técnicos da CAPES;
- Recadastramento de todos os processos existentes na área de prestação de contas (CPCC/CGOF/DGES) e gerenciamento com um sistema de arquivo que possibilita conhecer o passivo e a demanda atual
- Preposição de projeto específico para visando a análise do passivo de prestação de contas

³ Os Quadros acima expressam apenas a situação dos convênios firmados pela CAPES, conforme exigido pela Portaria n.º 277/TCU/2010, a qual não levou em consideração os processos que Auxílio Financeiro (AUXPE) e que é a grande maioria de processos analisados pela área de prestação de contas da CAPES.

7. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (QUADRO A.9.1 – PORTARIA TCU Nº 277/2010)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1 – Portaria TCU nº 277/2010)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Diminuição no consumo de ambos.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? No momento de análise dos bens/produtos.			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
10.	Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12.	Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Folder, Banner e Intranet.					X
13.	Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Folder, Banner e Intranet.					X
<i>Considerações Gerais:</i> As informações foram prestadas pela Coordenação de Instalações Prediais em conjunto com o Pregoeiro desta Fundação. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

9. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Distribuição Espacial e discriminação de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União sob a responsabilidade da UJ (Quadro A.11.1 e A.11.3 – Portaria n.º 277/2010).

Não houve imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010.

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2 – Portaria TCU n.º 277/2010)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total		1	1

A análise crítica acerca da gestão de imobilizados sob a responsabilidade da CAPES, consta da Ação 2000 – Administração da Unidade.

10. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Gestão de TI da UJ (Quadro A.12.1 – Portaria TCU nº 277/2010)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	ANALISTA DE TI MPOG 3 SERVIDORES 10 SERV. TEMPORÁRIOS 17 CONSULTORES 20 TERCEIRIZADOS 51				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. (20%)		X			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

As informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal constam no item 15.

11. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ

A CAPES não gere Renúncias Tributárias, bem como não houve fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.

12. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.1 – PORTARIA TCU Nº 277/2010)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.588/2008-0	1466-22/10-P	1.5.1	DE	Ofício nº 296/2010-TCU /SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 à que: 1.5.1.1. acompanhe periodicamente a situação dos bolsistas que não foram localizados no país, providenciando o ressarcimento junto aos bolsistas, por meio de cobrança judicial; 1.5.1.2. abstenha-se de celebrar convênios em data posterior à execução do seu objeto, conforme vedação consignada no inciso VI do art. 8º da IN/STN 01/1997, e autorize a movimentação dos recursos de convênio somente em conta específica, de modo a não mais ocorrer as falhas verificadas no Convênio PAEP nº 570552; 1.5.1.3. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1.5.1.3.1. a conclusão da análise das prestações de contas dos Convênios Siafi nºs. 529546, 539246, 588703, 590623 e 592932, procedendo aos registros necessários no SIAFI; 1.5.1.3.2 as providências adotadas para regularizar as bolsas de estudo que estão em desacordo com os normativos vigentes, conforme exigência do Acórdão 1902/2007-TCU-1ª Câmara; 1.5.1.4 avalie previamente, em processos de contratação de períodos, aspectos relativos, especialmente, à quantidade de exemplares a serem adquiridos, estabelecendo e demonstrando a relação entre o número de revistas e o número de programas e de bolsistas que efetivamente utilizarão produto, em observância ao inciso II do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993; 1.5.1.5 obedeça aos limites estabelecidos art. 65, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/1993, ao promover o aditamento de contratos, decorrentes de licitação, de dispensa ou de inexigibilidade, de forma que não se repita a extrapolação ocorrida no 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 55/2003;					

Unidade Jurisdicionada	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão – DGES e Diretoria Programas e Bolsas no País - DPB	000250
Síntese da providência adotada:	
Envio do Ofício nº 075/2010/AUD/ datado de 21.06.2010 (item 1.5.1), e Ofício nº 122/2010/AUD/ do dia 04.10.2010 (itens 1.5.1.3.1 e 1.5.1.3.2) Em atendimento ao item 1.5.1.3.1, foi informado: - Convênio Siafi nº 529546 – Aprovado após justificativa apresentada - Convênio Siafi nº 539246 – Aprovado após devolução do valor R\$ 8.818,30. - Convênio Siafi nº 588703 – Aprovado após justificativa apresentada - Convênio Siafi nº 590623 – Aprovado após justificativa apresentada - Convênio Siafi nº 592932 – Aprovado após justificativa apresentada Em atendimento ao item 1.5.1.3.2, foi informado: a) Bruno Cesar S. D. Robalinho (IRD): o recurso recebido indevidamente foi devolvido pela IES em 31 de janeiro de 2008; b) Bruno dos Santos Resende (Coppe Eng. MEC): o recurso recebido indevidamente foi devolvido em agosto de 2005; c) Cristiano Mendel Martins (ON): após envio do ofício da CAPES, a ON encaminhou o ofício nº 057/ON, de 6 de abril de 2010, solicitando ao discente a liquidação do débito; d) Eduardo Andre Rego Moreira da Gama (CEFET-RJ): o bolsista recebia bolsa fracionada (1/3 do valor da bolsa à época), o que permite o vínculo empregatício; e) Everton Rangel Bispo (IME): não houve caracterização de vínculo empregatício com a VIVA RIO, e o processo foi arquivado; f) Felipe Lívio Lemos Luz (ON): após envio de ofício da CAPES, o ON encaminhou o ofício nº 058/ON, de 6 de abril de 2010, solicitando ao discente a liquidação do débito; g) Fernando de Souza Dias dos Santos Vilhena (PUC-RIO): enviado o ofício 007/2010-CDS/CGSI/DPB/, de 20 de janeiro de 2010, reiterando necessidade de devolução dos valores. Como não houve resposta até o presente momento, o processo será encaminhado à Auditoria Interna para que esta proceda abertura de TCE. h) Flamarion da Silva Santos (COPPE Eng. Nuc.): o recurso recebido indevidamente foi devolvido à em julho de 2008. i) Laércio Costa Ribeiro (PUC-RIO): verificou-se que o ex-bolsista em questão não possui vínculo empregatício no período em questão; j) Nivia Gracielle Villela Ponta (COPPE Eng. Nuc): A COOPE/UFRJ solicita que o cálculo do valor devido fosse realizado utilizando-se juros simples, e não compostos. De acordo com o parecer AUD/AA/08/2010, os valores foram atualizados de acordo com a atualização monetária (IPCA) e juros simples, conforme determina o TCU. Desta forma, solicitou-se à Auditoria a atualização do valor devido para encaminhamento de nova cobrança à COPPE/UFRJ. k) Ricardo de Sousa Costa (UERJ): o recurso recebido indevidamente foi devolvido em outubro de 2008; l) Roberto Rodrigues Cardoso (ON): após envio de ofício da CAPES, a ON encaminhou o ofício nº 056/ON, de 6 de abril de 2010, solicitando ao discente a liquidação do débito; m) Robson Rodger Santos (IRD): o processo em questão encontra-se na Procuradoria Federal da para emissão de parecer, uma vez que o bolsista em questão solicitou que o processo fosse apreciado pela Procuradoria Federal.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Denominação completa:						Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior						000250
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
2	028.801/2009-9	3919-26/2010-2	1.5	DE	Ofício nº 906/2010-TCU/SECEX-6	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior						000250
Descrição da Deliberação:						
1.5. Determinações: à CAPES/MEC 1.5.1. que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 15 dias contados da data do Acórdão prolatado nestes autos, cópia do termo aditivo ao Contrato nº 27/2009, sobre o fornecimento de profissionais em quantidade inferior ao limite de 25% fixado no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, nos termos do inc. II do § 2º do mesmo artigo; 1.5.2. exija no âmbito do Contrato nº 27/2009, qualificação técnica para a função de Supervisor de brigada de incêndio de acordo com subitem nº 4.4.1. da Norma Técnica nº 007/2008 - CBMDF; 1.5.3. abstenha-se de incluir parcelas relativas a gastos com reserva técnica nos orçamentos básicos, nos formulários para proposta de preços e nas justificativas de preços a que se refere o art. 26, inc. III, da Lei nº 8.666/93, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, uma vez que tal procedimento afronta a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.990/2008 (item 9.3); 645/2009 (item 9.6); 1.453/2009 (item 9.2.3.14); e 265/2010 (item 9.1.28), todos do Plenário; 1.5.4. dar ciência à representante, à empresa DF Cursos Ltda. e à , mediante a remessa de cópia da instrução de fls. 41-52, vol.Principal, bem como de cópia do presente Acórdão.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação						Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGLOG						000250
Síntese da providência adotada:						
Envio do Ofício nº 104/2010/AUD/ datado de 17.08.2010, no qual encaminha despacho do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos da CAPES, com informações e documentos acerca do atendimento à determinação.						
Síntese dos resultados obtidos						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	025.041/2009-7	3421-49/10-P	1.5.1.2.	DE	Ofícios nº 478/2010-TCU/SECEX-RR e nº 763/2010-TCU/SECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2. à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que, no prazo de 90 (noventa) dias, instaure e conclua a competente tomada de contas especial, com vistas à restituição dos valores irregularmente recebidos da CAPES/MEC pelo Professor Fernando Antônio Menezes da Silva (CPF 101.899.984-15), sendo: 2.000,00 (dois mil euros) mensais, no período de maio de 2006 a abril de 2007, a título de bolsa de manutenção; 1.200,00 (mil e duzentos euros), para estabelecimento no local; e 840,00 (oitocentos e quarenta euros) por ano, relativos a seguro saúde, além de passagens aéreas dos trechos Boa Vista-Maastricht-Boa Vista, concomitantemente aos R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais) do PROMED, por intermédio da UFRR, para manutenção de seus estudos de pós-doutorado, conforme analisado no item 7 da prefalada instrução, em descumprimento ao item 7 do termo de compromisso por ele assinado junto à Coordenação;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Auditoria Interna-AUD					000250
Síntese da providência adotada:					
Abertura de processo de TCE (23038.006437/2010-13) e envio dos ofícios nºs 132/2010, de 15/10/2010; 149/2010, de 29/11/2010 e 003/2011, de 04/01/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	024.003/2010-7	6517-39/2010-2	1.5.1	DE	Controle nº 25942-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
1.5.1. determinar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que emita novo ato de concessão livre das incongruências apontadas pelo parecer da Secretaria de Fiscalização de Pessoal, no prazo de quinze dias, a contar da notificação;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-CGGP					000250
Síntese da providência adotada:					
Envio do Ofício nº 122/2010-CAP/CGGP/DGES/CAPES datado de 20.12.2010, informando que o ex-servidor José Ferreira Correia percebe proventos correspondentes ao cargo de Analista de Finanças e Controle, motivo pelo qual sugerimos o envio de correspondência à área de Gestão de Pessoas da CGU. Quanto a ex-servidora Maria da Graça Gomes Henrique foram adotadas as medidas necessárias para um novo ato de concessão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	005.722/2009-2	4965-33/2009-2	N/A	RE	Ofício 240/2010-CBEX/GAB-MEM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou os procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	003.491/2005-1	3233-42/2006-1	N/A	RE	Ofício nº 710/2010-CBEX/GAB MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	008.989/2010	443-2/2010-1	N/A	RE	Ofício nº 885/2010-CBEX/GAB-MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	005694/2009-6	6536-43/2009-2	N/A	RE	Ofício nº 935/2010-CBEX/GAB-MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	004.523/2003-5	6570-43/2009-2	N/A	RE	Ofício nº 926/2010-CBEX/GAB-MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	006.923/2009-5	1223-8/2010-2	N/A	RE	Ofício nº 1351/2010-CBEX/GAB-MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	004.888/2009-5	1728-12/2010-2	N/A	RE	Ofício nº 1357/2010-CBEX/GAB-MEVM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, o título executivo decorrente da condenação do responsável acima referido, acompanhado de elementos que poderão subsidiar o ajuizamento da ação de execução (pesquisa de bens penhoráveis, endereço, número do CPF e demonstrativo de débito) (....) “Solicitamos a gentileza de que, após o ajuizamento da ação, sejam encaminhados ao Serviço de Cadastros e Cobrança Executiva (SCBEX) da Secretaria Adjunta de Supervisão e Suporte do Tribunal de Contas da União (ADSUP) o número da ação judicial e a Vara Federal, com referências ao número do processo de cobrança executiva e o número do acórdão que o originou”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A PF iniciou procedimentos para o ajuizamento da ação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	029.361/2006-0	4586-39/08-2	N/A	RE	Ofício nº 502/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado o Ofício nº 405/2010/AUD/CAPES do dia 27.04.2010 com a comprovação de registro da ex-bolsista Larissa Reschke Berquó no citado cadastro.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	003491/2005-1	3233-42/06-1	N/A	RE	Ofício nº 1375/2010-TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
Foi enviado o Ofício nº. 063/2010/CAPES, de 01.06.2010, com a comprovação do registro da ex-bolsista Cláudia Rocha de Almeida no citado cadastro.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	005.694/2009-6	6536-43/09-2	N/A	RE	Ofício nº 1156/2010-TCU/SECEX-RJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A ex-bolsista Ana Paula Simões já havia sido cadastrada em 01.02.2006					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	004.523/2003-5	6570-43/09-2	N/A	RE	Ofício nº 606/2010-TCU/SECEX-RJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A ex-bolsista (Jéssica Barros Sá) foi cadastrada em 29.07.2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	004.888/2009-5	1728-12/10-2	N/A	RE	Ofício nº 1283/2010-TCU/SECEX-CE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A ex-bolsista (Andréa Frota Sampaio) já havia sido cadastrado em 16.03.2007.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	006.923/2009-5	1223-08/10-2	N/A	RE	Ofício nº 2422/2010-TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
O ex-bolsista (Lúcio Marcos Gonçalves) já havia sido cadastrado em 11.05.2006.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	006.078/2009-4	0617-04/10-2	N/A	RE	Ofício nº 3456/2010-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
O ex-bolsista (Jorge Campello de Souza) já havia sido cadastrado em 01.02.2006.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	028.126/2010-6	4598-29/10-2	N/A	RE	Ofício nº 1239/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“(...) envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro do devedor no CADIN (...)”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Federal da - PF					000250
Síntese da providência adotada:					
A ex-bolsista (Lígia Florêncio White) já havia sido cadastrada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	017.718/2009-2	N/A	N/A	DE	Ofício nº 0168/2010-TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“Por meio desta diligência, necessária para o saneamento do processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, relativa ao exercício de 2008 (TC 017.718/2009-2), com fulcro no art. 11 da Lei nº 8.443/92, e tendo em vista a delegação de competência do Ministro-Relator, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias, forneça a esta Corte de Contas as seguintes informações: a) qual(is) o(s) parâmetro(s) legais e infralegais que disciplina(m) o uso dos recursos dos Programas Demanda Social – DS, Proap – Custeio, PIDCT (Bolsas), PQI (Bolsas) e REUNI (Bolsas) b) observados os parâmetros legais e infralegais citados na alínea anterior, existe a possibilidade de a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG aplicar os recursos dos Programas Demanda Social – DS, PROAP/Custeio, PICDT (Bolsas), PQI (Bolsas) e REUNI (Bolsas) em finalidade diversa, a exemplo de programas próprios de concessão de auxílio financeiro a docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, devidamente criados por atos normativos internos (vide quadro abaixo)?”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Programas e Bolsas-DPB					000250
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado o Ofício nº 035/2010/AUD/CAPES do dia 23.03.2010 informando que a aplicação dos recursos dos programas relacionados deve obedecer aos regulamentos da e que esta Agência não tem conhecimento dos programas próprios da Universidade Federal de Campina Grande.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	006.972/2010-1	N/A	N/A	DE	Ofício nº 270/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
"Conforme Despacho proferido pelo Relator, Ministro Benjamin Zymler, no TC 006.972/2010-1, Representação formulada pela empresa Engemil Engenharia Empreendimentos Manutenção e Instalações Ltda., em razão de possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico nº 04/2010, conduzido por essa Coordenação, e com base no §2º do art. 276 do Regimento Interno/TCU, foi determinada a oitiva dessa Secretaria para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente justificativas e documentos de suporte aos esclarecimentos que venham a ser prestados quanto a: a) exigência para que o corpo de responsáveis técnicos das licitantes, inscrito na entidade profissional competente, seja parte do quadro permanente da licitante, contrariamente ao que dispõe a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos nº 2297/2005 e 361/2006, ambos do Plenário, e 88/2008 – 2ª Câmara); b) determinação para que sejam visadas no CREA/DF as certidões de registro emitidas por outras seccionais da entidade profissional a serem apresentadas na habilitação do certame, em desconformidade com jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 979/2005, 55 e 703/2007, todos do Plenário); c) declaração específica de credenciamento emitida pelo fabricante/distribuidor do equipamento UPS ofertado na licitação, por falta de amparo legal e por constituir restrição ao caráter competitivo, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 (Acórdãos 2375/2006 – 2ª Câmara, 423/2007 e 1979/2009 – Plenário); d) declaração específica de credenciamento emitida pelo fabricante/distribuidor do sistema supervisor de automação predial e do sistema de detecção e alarme de incêndio existentes na edificação, que certifique a capacidade de fornecer, instalar, ativar, prestar serviços de assistência técnica e manutenção no período de garantia do equipamento, além do fornecimento de peças, por falta de amparo legal e por constituir restrição ao caráter competitivo, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (Acórdãos 2375/2006 – 2ª Câmara, 423/2009 – Plenário)". (....) "4. Comunico, ainda, que foi determinada diligência a essa Coordenação, para que, no mesmo prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe a este Tribunal: * cópia dos subseqüentes ao edital do Pregão 04/2010, como propostas de preços das licitantes, atas, pareceres técnicos".					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGLOG					000250
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado o Ofício nº 039/2010/AUD/CAPES do dia 31.03.2010 com exposição de esclarecimentos do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos da CAPES, bem como cópia do edital do Pregão 04/2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	003.160/2010-6	N/A	N/A	DE	Ofício nº 225/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
"Com fundamento no disposto no art. 11 da Lei 8.443/92 e para subsidiar a instrução do TC 003.160/2010-6, processo de Representação que trata de supostas irregularidades na dispensa de ressarcimento de bolsa ou auxílios financeiros para participação em cursos de pós-graduação strito sensu solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ciência deste expediente: I) manifeste-se sobre o teor da representação, especialmente quanto aos pressupostos de fato e de direito que levaram à decisão de isentar de ressarcimento os servidores Ângela Maria Santana Carvalho e João de Deus Menna Barreto beneficiados pelo PIDRH da CAPES, no período de março de 2001 a agosto de 2004 e março 2005 a agosto de 2007, respectivamente; e II) encaminhe as seguintes informações: a) cópia integral dos processos administrativos do PIDRH de interesse dos servidores Ângela Maria Santana Carvalho e João de Deus Menna Barreto, incluindo elementos que a entidade considere necessários à comprovação da regularidade das despesas em comento; b) documentação comprobatória da patologia que teria acometido a Sra. Ângela Maria Santana Carvalho e impedido a conclusão do curso de doutoramento, a exemplo dos laudos médicos/psiquiátricos atinentes ao período da pós-graduação; c) documentação comprobatória dos motivos alegados pelo Sr. João de Deus para não-conclusão, bem como de eventuais tentativas do referido servidor de obter outro orientador ou de mudar de instituição acadêmica com vistas à elaboração e à defesa da dissertação de mestrado; d) deliberação da Diretoria Executiva da referendando a decisão do Sr. Jorge Almeida Guimarães de dispensar o ressarcimento por parte dos servidores Ângela Carvalho e João de Deus Barreto; e) histórico escolar dos servidores nos cursos de doutorado e mestrado, respectivamente; relatórios detalhados das atividades desenvolvidas; plano de estudo ou de trabalho para os semestres dos cursos; apreciação sobre o desenvolvimento dos planos aprovados; pareceres dos orientadores; f) pareceres técnicos que porventura tenham subsidiado a decisão da Presidência/Diretoria Executiva da instituição de dispensar o ressarcimento dos valores investidos na formação profissional dos servidores; g) tabela discriminativa dos valores despendidos, indicando os respectivos períodos de afastamento e as datas dos dispêndios a títulos de remuneração, taxas e demais despesas dos servidores custeados no âmbito do PIDRH; h) demais esclarecimentos que entender pertinentes para a completa elucidação dos fatos".					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão-DGES					000250
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado o Ofício nº 220/2010/PR/CAPES do dia 26.04.2010, no qual informamos o motivo que levou a decisão de isentar de ressarcimento os servidores Ângela Maria Santana e João de Deus Menna Barreto.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	005.556/2010-4	N/A	N/A	DE	Ofício nº SEFIP-D/88
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“...solicito a V. Ex^a para, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento deste ofício, encaminhar a esta SEFIP os documentos relacionados em anexo, necessários para a instrução de processo neste Tribunal”. Os documentos solicitados foram declarações dos servidores de que não exercem outros cargos públicos e cópia dos atos de desligamento;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão-DGES					000250
Síntese da providência adotada:					
Os documentos foram encaminhados por meio do Ofício nº 0221/2010/PR/CAPES do dia 27.04.2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	000.390/2010-0	1603-32/08-P	6.1	DE	Ofício nº 232/2010-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“6. Assim, com fulcro no artigo 40 da Lei nº 8.443/92, solicitamos: 6.1. no prazo de 5 (cinco) dias a partir da ciência deste ofício, o encaminhamento, para o endereço abaixo discriminado, do formulário de “Dados de Apoio” (Anexo I desta diligência) preenchido, pelo qual V. S^a indicará o interlocutor dessa instituição com quem a Sefti/TCU manterá contato para fins do presente levantamento; 6.2 no prazo de 15 (quinze) dias a partir da ciência deste ofício, o envio da resposta ao questionário “Perfil de Governança de TI 2010 – Questionário”, que está disponível no endereço www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti, de duas formas simultaneamente: 6.2.1. na forma eletrônica, enviado a partir do e-mail do interlocutor, para o endereço eletrônico levantamento2010@tcu.gov.br desta Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação. As instruções para envio estão na parte introdutória do questionário; 6.2.2. e também na forma impressa, enviado ao endereço especificado abaixo, devidamente preenchido e assinado por V.S^a”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Informática-CGIN					000250
Síntese da providência adotada:					
A resposta ao item 6.1, indicando o interlocutor, foi enviada por meio do Ofício nº 048/2010/AUD/ do dia 30.04.2010. O “Questionário: Perfil GovTI 2010” foi preenchido e enviado na forma impressa por intermédio do Ofício nº 051/2010/AUD/CAPES do dia 06.05.2010. .					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	015.125/2009-5	N/A	N/A	DE	Ofício nº 510/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“Com fundamento no artigo 11 da Lei 8.443/92 e para possibilitar a instrução da prestação de contas dessa entidade, relativa ao exercício de 2008, TC 015.125/2009-5, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da ciência deste expediente, encaminhe as informações referentes ao rol de responsáveis nos exatos termos dos artigos 10 e 11 da Instrução Normativa TCU nº 57/2008...”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças					000250
Síntese da providência adotada:					
O rol de responsáveis foi encaminhado por meio do Ofício nº 276/2010/PR/CAPES do dia 07.07.2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	011.492/2008-8	2414-42/2009-P	9.3.1 9.3.2 9.3.6	RE	Ofício nº 213/2010-Seprog
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
Recomendação 9.3.1 do Acórdão 2414/2009: a) em que estágio se encontra a reestruturação do Portal UAB e, caso existam, quais ajustes estão pendentes de implantação e qual o seu cronograma de execução; b) exemplos de roteiros/formulários/guias desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior que integram o sistema UAB que são aplicados na atividade de supervisão dos pólos de apoio presencial; c) iniciativas adotadas pela para a disseminação de informações sobre o funcionamento do sistema UAB ao corpo discente e coordenadores de pólos. Recomendação 9.3.2 do Acórdão 2411/2009: d) relatórios contendo os resultados de avaliações do funcionamento do sistema UAB e dos pólos de apoio presencial, destacando as deficiências e/ou oportunidades de melhoria que porventura tenham sido identificadas e as respectivas medidas saneadoras adotadas. Recomendação 9.3.6 do Acórdão 2411/2009: e) cópia do documento que normatiza as responsabilidades quanto à gestão do programa Pró-Licenciatura; f) quais os motivos dos atrasos no trâmite de recursos encontrados pela auditoria do TCU no Programa Pró-Licenciatura e qual as medidas adotadas para a sua regularização, anexando documentação comprobatória; g) a atual situação do programa Pró-Licenciatura, especificando os cursos em andamento e número de alunos matriculados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Educação a Distância-DED					000250
Síntese da providência adotada:					
A resposta foi encaminhada por meio do Ofício nº 484/2010/PR/CAPES, de 08.11.2010 e Memorando nº 663/2010 – DED/CAPES, de 05.11.2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	002.722/2001-3	2343-30/06-1	N/A	DE	Ofício nº 25759-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
“Reiteramos a Vossa Magnificência a necessidade de que seja encaminhado a esta Sefip, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de que a Sra. Clara Lila Gonzales de Araújo teve ciência do Acórdão nº 2343/2006-TCU-1ª Câmara, para que possamos dar andamento à instrução do Recurso interposto por essa Fundação”.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-CGGP					000250
Síntese da providência adotada:					
A resposta foi encaminhada por meio do Ofício nº 158/2010/AUD/, de 15.12.2010, o qual enviou o Memorando nº 721/2010-CDP/CGGP/DGES/CAPEs, de 08.12.2010, com informações e documentos acerca do atendimento ao referido acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (QUADRO A.15.2 – PORTARIA TCU N.º 277/2010)

Não há deliberação do TCU pendente de atendimento

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.15.3 – PORTARIA TCU N.º 277/2010)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 228633	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se adaptar o Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos - PIDRH com a finalidade de harmonizá-lo à política de pós-graduação vigente estabelecida pela própria CAPES. Recomenda-se, também, suspender a concessão de novas bolsas até que se procedam os ajustes no PIDRH.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão-DGES e Presidência-PR			000250
Síntese da providência adotada:			
Suspensão Concessão de novas bolsas para capacitação dos servidores da CAPES em nível de mestrado ou doutorado suspensa desde 03 de junho. Publicação da Portaria Conjunta nº 01 /CNPq, de 15 de julho de 2010, com a permissão de acúmulo de bolsa com remuneração, desde que autorizado pelo orientador. Elaboração de portaria para incluir a necessidade de publicação de edital com a definição de áreas prioritárias, à cada ano, para realização de capacitação dos servidores da CAPES. Implantação de sistemática de análise de mérito dos projetos dos servidores pela Consultoria Científica da CAPES.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório nº 228633	2.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se instituir procedimento ou rotina para a apuração tempestiva dos fatos atinentes a descumprimento de normas , principalmente nos casos em que for identificada a percepção indevida de bolsa de estudo e implicar em devolução de valores, de modo a cumprir estritamente o que está disposto nos regulamentos dos programas quanto à responsabilidade dos programas de pós-graduação nos fatos observados. Caso a devolução dos recursos não seja procedida no prazo regimental, inscrever a instituição de ensino superior em cadastro de inadimplentes. A responsabilidade por conduzir, no âmbito das instituições de ensino superior, a ação regressiva para responsabilização do bolsista pelo descumprimento das normas e proceder a devolução dos recursos caberá ao Dirigente máximo da unidade ou a quem este determinar, na forma da IN TCU n.º 56/2007, podendo inclusive ser o processo conduzido pela Unidade de Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Auditoria Interna-AUD e Diretoria de Gestão-DGES			000250
Síntese da providência adotada:			
Rotina implantada. 1) Os fatos que chegarem ao conhecimento da CAPES serão registrados pela Auditoria Interna, com registro no sistema de protocolo e abertura de processo, o qual deverá ser encaminhado à coordenação responsável pela supervisão do programa, para apuração junto à Instituição de Ensino Superior (IES). 2. Constatada a irregularidade, a IES será notificada para devolver os recursos integralmente à , sob pena de inscrição de inadimplência, sem prejuízo das demais sanções previstas no regulamento do programa. 3. Em caso de não atendimento, a coordenação do programa deverá aplicar as sanções previstas no regulamento do programa, sem prejuízo do encaminhamento da documentação à Auditoria Interna da CAPES, para notificação do reitor da IES, com cópia para a Auditoria Interna da Instituição. 2) Desenvolvimento de mecanismo no sistema Cadastro de Discente para adequação à Portaria Conjunta nº 01 CAPES/CNPq, com o objetivo de registrar as situações de percepção de bolsas e de vínculo empregatício.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório nº 228633	2.2.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se assegurar o cumprimento integral do disposto nos editais por meio da realização de inspeções/fiscalizações/visitas in loco sistemáticas às instituições de ensino superior, conforme já previsto pelo programa, complementando as medidas já adotadas pela CAPES. Ademais, recomenda-se formalizar os Termos de Cooperação de acordo com a orientação da Secretaria Executiva da Comissão Gestora do SICONV em conjunto com a SOF/MP e com a STN/MF.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Programas e Bolsas - DPB			000250
Síntese da providência adotada:			
1) Exigência de divulgação nos sítios das instituições beneficiadas da lista dos equipamentos adquiridos, condicionando novos repasses à esta divulgação. 2) Realização de visitas às instituições para o acompanhamento das aquisições, instalação e uso dos equipamentos adquiridos. 3) Formalização dos Termos de Cooperação para descentralização dos recursos em substituição à Portaria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório nº 228633	2.3.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se fixar prazos (ou estabelecer cronogramas) para a realização e conclusão das atividades que dizem respeito ao Sistema de Avaliação, considerando as especificidades dos seus processos, de modo a organizar e sistematizar a realização de visitas, a geração de documentos e relatórios e a análise dos resultados pela CAPES.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Avaliação - DAV			000250
Síntese da providência adotada:			
Foi revista a Portaria nº 186/2008, que rege o pagamento do Auxílio Avaliação Educacional (AAE), com vistas a estipular prazo para entrega dos relatórios, condicionando o pagamento do AAE à entrega dos mesmos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº 228633	2.3.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
1) Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela empresa FJ Produções Ltda., buscando o aprimoramento dos controles atinentes aos eventos (registros de presença, para citar um exemplo), assim como planejamento e organização adequados visando a economicidade dos recursos públicos (inclusive mediante a realização de pesquisa de preços, caso pertinente); 2) Cumprir as cláusulas impostas pelo edital Pregão Eletrônico nº 40/2008 e Ata de Registro de Preços nº 40/2008 a fim de pagar somente por serviços efetivamente prestados; 3) Com o intuito de facilitar o controle dos eventos no que diz respeito a hospedagem e alimentação, buscar financiar tais despesas por meio de concessão de diárias aos participantes, conforme previsão no Decreto nº 5.992/2006. Observar que, quando o evento prever o pagamento de diárias, abster-se de custear despesas com alimentação e hospedagem por outros meios. Da mesma forma, quando o evento custear as despesas com alimentação e hospedagem, abster-se de pagar diárias; 4) Buscar os valores indevidamente pagos à empresa FJ Produções Ltda., referentes a hospedagem categoria superior cobrada como categoria luxo, referente aos eventos II Encontro Pedagógico do programa Pró-Licenciatura UAB, período de 28 a 29/04 de 2009, II Encontro Regional de Coordenadores da Região Sul - Sistema UAB, período de 07 a 08/05 de 2009 e II Encontro Regional de Coordenadores da Região Nordeste - Sistema UAB, período de 25 a 26/06 de 2009, ocorridos antes da vigência da Resolução SE/MEC nº 02, de 14 de agosto de 2009, estimados em R\$ 51.433,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais).			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Síntese da providência adotada:			
1) Na organização dos próximos eventos será cobrada lista de presença para controle de frequência e distribuição de vouchers para as refeições, mediante recibo. O pagamento à empresa será restrito à quantidade registrada; 2) No planejamento do evento deverá ser realizada previsão dos itens a serem disponibilizados pela empresa, com o pagamento condicionado a efetiva utilização dos mesmos, mediante recibo; 3) As Diretorias da já foram orientadas a realizar eventos prioritariamente com o financiamento de despesas por meio de diárias aos participantes e 4) Foi efetuada glosa no próximo pagamento à empresa, referente à cobrança indevida de hospedagem em categoria superior (Ofício emitido à empresa informando do desconto).			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório nº 228633	3.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se instruir os processos de modo a demonstrar de forma exata e fidedigna a execução dos recursos disponibilizados e as respectivas despesas efetuadas, de forma a atender a contento o disposto na IN STN nº 01/97, principalmente o disposto no artigo 30, sob pena de devolução de recursos não devidamente comprovados ao concedente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Programas de Cooperação Internacional - CGCI			000250
Síntese da providência adotada:			
Todos os processos da FIOCRUZ já foram devidamente instruídos com a documentação encaminhada pelo órgão proponente, o qual é responsável pela seleção, acompanhamento e supervisão dos bolsistas beneficiários do programa			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.4 – PORTARIA TCU N.º 277/2010)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº 228633	2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se efetuar acompanhamento constante do cumprimento dos requisitos para efetivação dos repasses, em conformidade com o disposto nos respectivos editais e observando o que dispõe a legislação acerca da formalização de convênios (Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008), de modo a assegurar a tempestividade das transferências e assim evitar impactos na execução			

do programa Pró-Equipamentos	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Programa e Bolsas - DPB	000250
Síntese da providência adotada:	
1) Foi implantada nova sistemática de consulta sobre a regularidade fiscal das proponentes para todos os novos convênios firmados antes da efetivação dos empenhos. Entretanto, a utilização do SICONV vem sendo prejudicada pelos motivos expostos na Ação 2000.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

12.5 Informação sobre as recomendações realizadas pela unidade de controle interno (item 16, Parte A, Anexo II, da Portaria TCU n.º 107/2010)

Vide anexo 3

13. Declaração do contador

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão (anexo 4).

14. Registros nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

SIASG - A declaração relativa ao SIASG consta do anexo 5.

SICONV - Não foi possível a utilização do SICONV pela CAPES, conforme informações registradas na Ação 2000 e ofícios constantes do anexo 6. Conforme previsto no § 4º, art. 19 da Lei nº 12.309 e informações constantes da Ação 2000, a está desenvolvendo sistema próprio de gestão de convênios e instrumentos congêneres, que fará a transferência eletrônica de dados ao SICONV.

15. Cartões de pagamento do governo federal

Não houve a utilização de cartões de pagamento do governo federal no exercício de 2010.

16. Fechamento

Todas informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão do exercício de 2010 encontram-se consignadas neste relatório, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria TCU nº 277/2010, Portaria CGU n.º 2546/2010 e demais orientações do órgão de controle interno⁴.

Brasília 30 de março de 2011.

⁴ Os itens 14 a 21 da Portaria TCU nº 277/2010 não se aplicam a esta Fundação ou não ocorreram no exercício de 2010.

ANEXO 1

ANEXO I

Transferências - Modalidade 1 (Convênio)

Período: Janeiro a Dezembro de 2010

Nº do Instrumento	Beneficiário	Valor Pactuado	Repasse no Exercício	Repasse até o Exercício 2010	Data Início	Data Fim	Situação
466619	63025530000104 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	1.036.432,41	0,00	1.006.228,83	01/10/2002	31/03/2011	1
478858	153062 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2.655.524,82	0,00	822.327,63	03/01/2003	30/12/2010	1
529368	15848188831 - INST.FED.DO PARA/CAMPUS TUCURUI	180.887,20	0,00	180.887,20	22/11/2005	31/12/2010	1
552672	82423466749 - CELSO CORREA PINTO DE CASTRO	130.102,56	0,00	130.102,56	16/12/2005	30/12/2010	1
552714	18485570278 - DURBENS MARTINS NASCIMENTO	109.511,44	0,00	109.511,44	16/12/2005	30/12/2010	1
552715	96575492720 - ITAMAR BORGES JUNIOR	126.864,36	0,00	126.864,36	16/12/2005	30/12/2010	1
552717	42897483920 - PATRICIA LUSTOZA DE SOUZA	237.961,00	0,00	237.961,00	16/12/2005	30/12/2010	1
552718	20083050663 - RODRIGO ALEIXO BRITO DE AZEVEDO	58.577,36	0,00	58.577,36	16/12/2005	30/12/2010	1
552720	77757556872 - JOAO ROBERTO MARTINS FILHO	130.606,00	0,00	130.606,00	16/12/2005	30/12/2010	1
552721	70412545772 - ELIANE VOLCHAN	377.000,00	0,00	377.000,00	16/12/2005	30/12/2010	1
552722	13352601020 - PAULO ROBERTO ROSA LOPES NUNES	443.040,00	0,00	443.040,00	16/12/2005	30/12/2010	1
553502	73840815800 - PAULO GILBERTO DE PAULA TORO	184.600,00	0,00	184.600,00	16/12/2005	30/12/2010	1
553515	29599881168 - GILBERTO LACERDA DOS SANTOS	188.292,00	0,00	188.292,00	16/12/2005	30/12/2010	1
553657	88168867734 - JOSE DANIEL FIGUEROA VILLAR	428.963,00	0,00	428.963,00	29/12/2005	29/12/2010	1
553659	05717148895 - HECTOR LUIS SAINT PIERRE	377.009,00	0,00	377.009,00	16/12/2005	29/12/2010	1
553783	93017663000108 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE D	2.544.000,00	0,00	2.544.000,00	29/11/2005	29/11/2010	1
553871	02817868790 - ALEXANDRE AMARAL LEITAO	126.408,36	0,00	126.408,36	16/12/2005	30/12/2010	1
554085	46735224787 - ULISSES GAZOS LOPES	62.499,99	0,00	62.499,99	17/12/2005	31/12/2010	1
554088	74759337849 - EDUARDO ANTONIO DONADI	78.348,32	0,00	78.348,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554090	82566321604 - ANA MARIA BARRAL	109.326,64	0,00	109.326,64	16/12/2005	31/12/2010	1
554091	61981427015 - MARCELO TABARELLI	122.314,19	0,00	122.314,19	16/12/2005	31/12/2010	1
554092	00542335859 - MARIA ANGELICA MIGLINO	111.112,60	0,00	111.112,60	16/12/2005	31/12/2010	1
554094	01223006700 - MARCELO ALVES SOARES	64.077,90	0,00	64.077,90	16/12/2005	31/12/2010	1
554095	37328913649 - GERALDO WILSON AFONSO FERNANDES	121.488,81	0,00	121.488,81	16/12/2005	31/12/2010	1
554104	14716313620 - MARIO FONSECA PAULINO	80.084,32	0,00	80.084,32	16/12/2005	31/12/2010	1

554105	17588758104 - RIVALDO VENANCIO DA CUNHA	140.489,12	0,00	140.489,12	16/12/2005	31/12/2010	1
554107	88020266704 - MARCO EDILSON FREIRE DE LIMA	62.500,00	0,00	62.500,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554109	07512724420 - IVAN DA ROCHA PITTA	62.500,00	0,00	62.500,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554111	81764227891 - FREDERICO GUARE CRUZ	62.500,00	0,00	62.500,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554112	78375061700 - MARCOS ANDRE VANNIER DOS SANTOS	62.500,00	0,00	62.500,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554122	04880552100 - CAROLINA JOANA DA SILVA	69.672,25	0,00	69.672,25	16/12/2005	31/12/2010	1
554140	05131073804 - MARCO ANTONIO BARBIERI	142.488,28	29.818,64	142.488,28	29/12/2005	31/12/2010	1
554141	51479893668 - SEMIRAMIS JAMIL HADAD DO MONTE	89.161,34	0,00	52.680,74	16/12/2005	31/12/2010	1
554143	77003713772 - GUILHERME LOUREIRO WERNECK	76.133,32	0,00	76.133,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554145	13034073534 - MARIA INES COSTA DOURADO	81.623,32	0,00	81.623,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554146	07929280837 - CARMEN SILVIA GRUBERT CAMPBELL	109.393,42	0,00	109.393,42	16/12/2005	31/12/2010	1
554147	65170903634 - RONALDO DE CARVALHO ARAUJO	97.170,00	0,00	97.170,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554148	33181349020 - SONIA NAIR BAU	113.280,00	0,00	113.280,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554149	11412275415 - CARMEN DE CASTRO CHAVES	119.069,42	0,00	119.069,42	17/12/2005	31/12/2010	1
554150	41672755115 - ANNIBAL DIAS DE FIGUEIREDO NETO	101.106,49	0,00	101.106,49	17/12/2005	31/12/2010	1
554151	27893081449 - ERALDO SERGIO BARBOSA DA SILVA	65.717,81	0,00	65.717,81	16/12/2005	31/12/2010	1
554152	48914088987 - LUIZ CLAUDIO VILLAR DOS SANTOS	75.598,37	0,00	75.598,37	17/12/2005	31/12/2010	1
554153	13383051587 - HERBET CONCEICAO	76.216,77	0,00	76.216,77	17/12/2005	31/12/2010	1
554154	07238096234 - CANDIDO AUGUSTO VELOSO MOURA	61.355,72	0,00	61.355,72	17/12/2005	31/12/2010	1
554155	61990450172 - IRAM MARCELO GLERIA	61.175,95	0,00	61.175,95	16/12/2005	31/12/2010	1
554168	00106151487 - CID BARTOLOMEU DE ARAUJO	89.398,76	17.988,92	89.398,76	17/12/2005	31/12/2010	1
554173	23887311000 - VALQUIRIA LINCK BASSANI	54.257,61	0,00	54.257,61	16/12/2005	31/12/2010	1
554174	14935813920 - ANTONIO PEREIRA DE SOUZA	136.501,66	0,00	136.501,66	17/12/2005	31/12/2010	1
554175	61294519700 - FRANCISCO JOSE DUTRA SOUTO	78.233,32	0,00	78.233,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554176	12225734828 - LIGIA REGINA FRANCO SANSIGOLO KERR	79.904,32	0,00	79.904,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554177	04303683728 - CHRISTIANO JOSE SANTIAGO DE MATOS	146.751,74	0,00	146.751,74	17/12/2005	31/12/2010	1
554190	07974197803 - ANGELO PALLINI FILHO	101.540,71	0,00	101.540,71	16/12/2005	31/12/2010	1
554191	45133433034 - RENATA VIEIRA	39.781,37	0,00	39.781,37	16/12/2005	31/12/2010	1
554192	09775153549 - REGINALDO BARROS	108.258,90	0,00	108.258,90	17/12/2005	31/12/2010	1
554194	23953926934 - JOSE LINO NETO	116.492,00	0,00	116.492,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554197	17885841634 - SEBASTIAO DE CAMPOS VALADARES FILHO	113.225,00	0,00	113.225,00	16/12/2005	31/12/2010	1

554199	42610826672 - MARCELO DE ANDRADE FERREIRA	123.476,00	0,00	123.476,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554202	03384489349 - JOAO BATISTA LOPES	135.428,00	0,00	135.428,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554204	11999870697 - JUAREZ LOPES DONZELE	85.747,82	0,00	85.747,82	16/12/2005	31/12/2010	1
554205	39973514491 - EDNA NATIVIDADE DA SILVA BARROS	87.732,57	0,00	87.732,57	16/12/2005	31/12/2010	1
554206	03201676829 - LIN CHAU MING	117.866,76	0,00	117.866,76	16/12/2005	31/12/2010	1
554207	00750082461 - ELMAR UWE KURT MELCHER	69.558,31	0,00	69.558,31	16/12/2005	31/12/2010	1
554208	74908880778 - DENISE MARIA GUIMARAES FREIRE	112.636,78	0,00	112.636,78	16/12/2005	31/12/2010	1
554209	34939610497 - NEREIDE STELA SANTOS MAGALHAES	78.296,80	0,00	78.296,80	16/12/2005	31/12/2010	1
554210	41838912134 - ELIANA MARTINS LIMA	87.090,31	0,00	87.090,31	16/12/2005	31/12/2010	1
554211	48924253700 - PAULO CESAR CENTODUCATTE	84.783,73	0,00	84.783,73	16/12/2005	31/12/2010	1
554212	14539677888 - MARCELO ZAIAT	100.929,90	0,00	100.929,90	16/12/2005	31/12/2010	1
554213	46054820753 - ADALBERTO RAMON VIEYRA	123.460,00	0,00	123.460,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554214	08151399856 - LUCIA HELENA MACHADO RINO	51.303,87	0,00	51.303,87	16/12/2005	31/12/2010	1
554215	03941258869 - MARIA DAS GRACAS VOLPE NUNES	51.431,37	0,00	51.431,37	16/12/2005	31/12/2010	1
554216	34440100015 - STELA MARIS KUZE RATES	65.627,00	0,00	65.627,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554217	30713633115 - VALERIA DE OLIVEIRA	62.500,00	0,00	62.500,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554218	37301950772 - ABRAMO HEFEZ	60.971,22	0,00	60.971,22	17/12/2005	31/12/2010	1
554219	99423448704 - MARCELO MIRANDA VIANA DA SILVA	50.066,59	0,00	50.066,59	17/12/2005	31/12/2010	1
554220	12839655420 - CLOVIS VAZ PARENTE	130.967,49	0,00	130.967,49	17/12/2005	31/12/2010	1
554221	00153940182 - REINHARDT ADOLFO FUCK	72.723,87	0,00	72.723,87	17/12/2005	31/12/2010	1
554303	00392748703 - SONIA REGINA DE SOUZA	67.800,03	0,00	67.800,03	16/12/2005	31/12/2010	1
554305	51117541487 - ALTAMIRO SOUZA DE LIMA FERRAZ JUNIOR	93.243,13	0,00	93.243,13	16/12/2005	31/12/2010	1
554306	00218057334 - MANLIO SILVESTRE FERNANDES	67.800,03	0,00	67.800,03	16/12/2005	31/12/2010	1
554307	00138216797 - FABIO BARBOUR SCOTT	49.783,66	0,00	49.783,66	17/12/2005	31/12/2010	1
554308	01288180691 - MARCUS VINICIUS GOMEZ	114.956,72	0,00	114.956,72	17/12/2005	31/12/2010	1
554309	54366372720 - ROBERTO PAES DE CARVALHO	117.132,46	0,00	117.132,46	17/12/2005	31/12/2010	1
554310	26869799768 - MARCELO GATTASS	58.725,91	0,00	58.725,91	16/12/2005	31/12/2010	1
554311	13812653087 - JADERSON COSTA DA COSTA	128.394,80	0,00	128.394,80	16/12/2005	31/12/2010	1
554312	33301301215 - JEANNIE NASCIMENTO DOS SANTOS	60.275,65	0,00	60.275,65	16/12/2005	31/12/2010	1
554313	33523541700 - RODOLFO ACATAUASSU NUNES	58.725,91	0,00	58.725,91	16/12/2005	31/12/2010	1
554314	26551519091 - VERA LUCIA STRUBE DE LIMA	61.987,87	0,00	61.987,87	16/12/2005	31/12/2010	1

554315	05747844890 - ROBERTO HIROKI MIWA	79.403,32	0,00	79.403,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554316	09844937191 - ADALBERTO FAZZIO	83.333,32	0,00	83.333,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554317	54502659991 - RICARDO LUIZ VIANA	119.707,37	0,00	119.707,37	17/12/2005	31/12/2010	1
554318	22107401004 - FLAVIO RECH WAGNER	74.317,52	0,00	74.317,52	16/12/2005	31/12/2010	1
554319	53121392891 - IBERE LUIZ CALDAS	118.822,16	0,00	118.822,16	17/12/2005	31/12/2010	1
554320	06783422100 - SYLVIO ROBERTO ACCIOLY CANUTO	62.321,60	0,00	62.321,60	17/12/2005	31/12/2010	1
554321	12637955449 - LUANA CASSANDRA BREITENBACH BARROSO COELHO	98.458,75	0,00	98.458,75	17/12/2005	31/12/2010	1
554348	07244278802 - ALFREDO ROCHA DE FARIA	261.186,88	0,00	261.186,88	16/12/2005	30/12/2010	1
554349	55006205415 - FRANCISCO VILAR BRASILEIRO	72.224,05	0,00	72.224,05	16/12/2005	31/12/2010	1
554350	05074229880 - PAULO CESAR PIQUINI	77.894,32	0,00	77.894,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554351	15612493860 - MARIA DO ROSARIO ZUCCHI	47.230,02	0,00	47.230,02	20/12/2005	31/12/2010	1
554352	65774540600 - ELIAS PROCOPIO DUARTE JUNIOR	58.263,91	0,00	58.263,91	16/12/2005	31/12/2010	1
554353	55169554087 - TANIA BEATRIZ CRECZYNSKI PASA	74.243,26	0,00	74.243,26	16/12/2005	31/12/2010	1
554354	00405048750 - ELIS CRISTINA ARAUJO ELEUTHERIO	54.893,07	0,00	54.893,07	16/12/2005	31/12/2010	1
554355	23923377134 - FERNANDO ARARIPE GONCALVES TORRES	47.310,13	0,00	47.310,13	16/12/2005	31/12/2010	1
554356	52146480653 - ANTONIO FERREIRA PEREIRA	61.503,60	0,00	61.503,60	16/12/2005	31/12/2010	1
554357	34950044087 - MIRIAN SALVADOR	50.463,35	0,00	50.463,35	16/12/2005	31/12/2010	1
554358	16764544972 - RICARDO JOSE NUNES	61.377,05	0,00	61.377,05	16/12/2005	31/12/2010	1
554359	02788762852 - ROMMEL MELGACO BARBOSA	171.946,32	0,00	171.946,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554360	50983547734 - LUIZ ANTONIO DOS ANJOS	58.266,37	0,00	58.266,37	16/12/2005	31/12/2010	1
554361	02339340730 - JAYME LUIZ SZWARCFITER	44.331,12	0,00	44.331,12	16/12/2005	31/12/2010	1
554362	80865356734 - OLAF MALM	87.234,28	0,00	87.234,28	16/12/2005	31/12/2010	1
554363	08229813000 - JOAO ANTONIO PEGAS HENRIQUES	42.980,93	0,00	42.980,93	17/12/2005	31/12/2010	1
554364	75410834704 - WILLIAM WAISSMANN	77.722,37	0,00	77.722,37	17/12/2005	31/12/2010	1
554365	31952615291 - ANTONIO CARLOS ROSARIO VALLINOTO	60.151,96	0,00	60.151,96	16/12/2005	31/12/2010	1
554366	07230257620 - NIVIO ZIVIANI	61.615,93	0,00	61.615,93	17/12/2005	31/12/2010	1
554367	54854008768 - REINALDA MARISA LANFREDI	63.729,42	0,00	63.729,42	17/12/2005	31/12/2010	1
554368	34327088072 - MARIA TERESA ANSELMO OLINTO	69.480,57	0,00	69.480,57	16/12/2005	31/12/2010	1
554369	83264655772 - DEBORA FOGUEL	95.138,85	0,00	95.138,85	17/12/2005	31/12/2010	1
554370	29325935368 - FERNANDA REGINA DE CASTRO ALMEIDA	56.149,87	0,00	56.149,87	16/12/2005	31/12/2010	1
554371	48438421334 - FLAVIA ALMEIDA SANTOS	83.677,33	0,00	83.677,33	16/12/2005	31/12/2010	1

554372	68655118672 - GUILHERME CORREA DE OLIVEIRA	75.871,24	0,00	48.525,64	16/12/2005	31/12/2010	1
554373	17134212831 - SILVIO MARQUES ZANATA	68.490,29	0,00	68.490,29	16/12/2005	31/12/2010	1
554374	32244380610 - CIRANO JOSE ULHOA	78.860,71	0,00	78.860,71	16/12/2005	31/12/2010	1
554375	57681139915 - MARCIA CRISTINA FURLANETO	62.139,13	0,00	62.139,13	16/12/2005	31/12/2010	1
554376	05283086291 - NELITON MARQUES DA SILVA	133.575,73	0,00	133.575,73	16/12/2005	31/12/2010	1
554377	58245677868 - EVONEO BERTI FILHO	50.430,37	0,00	50.430,37	16/12/2005	31/12/2010	1
554378	10442332491 - MARIA SILVIA DE MENDONCA QUEIROZ	82.648,40	0,00	82.648,40	16/12/2005	31/12/2010	1
554379	35039728115 - MARCOS ANTONIO DE CASTRO	62.321,60	0,00	62.321,60	17/12/2005	31/12/2010	1
554380	19739907687 - MARCO ANTONIO OLIVA CANO	64.187,40	0,00	64.187,40	16/12/2005	31/12/2010	1
554381	43725678049 - ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA	79.773,88	0,00	79.773,88	16/12/2005	31/12/2010	1
554382	68688202834 - AOI MASUDA	108.005,00	0,00	108.005,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554383	57372195772 - AUGUSTO SCHRANK	81.180,32	0,00	81.180,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554384	40748758291 - EDLENO SILVA DE MOURA	49.920,23	0,00	49.920,23	16/12/2005	31/12/2010	1
554410	29835739749 - ANGELA MARIA CAVALCANTI DA ROCHA	267.390,43	0,00	267.390,43	16/12/2005	31/12/2010	1
554411	10239616871 - SUZANA MARTA CAVENAGHI	97.533,99	0,00	97.533,99	17/12/2005	31/12/2010	1
554413	02251464875 - JOSE MARCOS PINTO DA CUNHA	95.344,99	0,00	95.344,99	17/12/2005	31/12/2010	1
554414	33552649034 - SOLANGE CADORE	72.347,81	0,00	72.347,81	16/12/2005	31/12/2010	1
554415	48102288434 - HENRIQUE EDUARDO BEZERRA DA SILVA	93.036,63	0,00	93.036,63	16/12/2005	31/12/2010	1
554416	21171688091 - JAIRTON DUPONT	76.184,32	0,00	76.184,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554417	54417732515 - CRISTINA MARIA ASSIS LOPES TAVARES DA MATA HERMIDA QUIN	75.088,58	16.456,23	75.088,58	16/12/2005	31/12/2010	1
554418	01045913820 - JOEL CAMARGO RUBIM	76.626,82	0,00	76.626,82	16/12/2005	31/12/2010	1
554419	34845780763 - FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	143.609,78	0,00	143.609,78	16/12/2005	31/12/2010	1
554420	08544919880 - MARCO TADEU GRASSI	78.941,33	0,00	78.941,33	16/12/2005	31/12/2010	1
554421	52826104691 - EDSON RODRIGUES FILHO	79.109,24	0,00	79.109,24	17/12/2005	31/12/2010	1
554422	46455078004 - MARIO ROBERTO MENEGHETTI	79.480,82	0,00	79.480,82	16/12/2005	31/12/2010	1
554423	06612911204 - LOURIVALDO DA SILVA SANTOS	70.746,32	0,00	70.746,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554424	15583219858 - ANTONIO REINALDO CESTARI	88.509,75	0,00	88.509,75	17/12/2005	31/12/2010	1
554425	97771430791 - MARIA DA CONCEICAO FERREIRA DE OLIVEIRA	80.923,98	0,00	80.923,98	17/12/2005	31/12/2010	1
554426	04517989887 - CLAUDIO AIROLDI	56.286,09	0,00	56.286,09	16/12/2005	31/12/2010	1
554428	13768383890 - ALDO JOSE GORGATTI ZARBIN	86.361,64	0,00	86.361,64	17/12/2005	31/12/2010	1
554429	00413275868 - FERNANDO GALEMBECK	59.332,36	0,00	59.332,36	17/12/2005	31/12/2010	1

554430	31155910397 - CICERO WELLINGTON BRITO BEZERRA	80.005,75	0,00	80.005,75	17/12/2005	31/12/2010	1
554431	13768382818 - ANDRE GALEMBECK	104.168,61	0,00	104.168,61	17/12/2005	31/12/2010	1
554432	34716297420 - JOSE MARCELO SORIANO VIANA	75.192,40	0,00	75.192,40	17/12/2005	31/12/2010	1
554433	00271078847 - WALTER JOSE BOTTA FILHO	55.520,92	0,00	55.520,92	17/12/2005	31/12/2010	1
554434	61822957915 - LUIS CESAR FONTANA	119.780,79	0,00	119.780,79	17/12/2005	31/12/2010	1
554435	66959608872 - HELIO GOLDENSTEIN	110.926,40	0,00	110.926,40	17/12/2005	31/12/2010	1
554436	77266552087 - SILVIA GABRIELA SCHRANK	31.760,00	0,00	26.381,67	17/12/2005	31/12/2010	1
554437	41393147968 - REGINA DE FATIMA MUNIZ MOREIRA	57.032,50	0,00	57.032,50	17/12/2005	31/12/2010	1
554439	41441575391 - JORGE BARBOSA SOARES	117.144,00	0,00	117.144,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554440	04666533877 - JOSE LEOMAR FERNANDES JUNIOR	119.710,10	0,00	119.710,10	17/12/2005	31/12/2010	1
554441	12534544349 - MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA	92.822,51	0,00	92.822,51	17/12/2005	31/12/2010	1
554443	20511698020 - LENIO LUIZ STRECK	125.300,80	0,00	125.300,80	17/12/2005	31/12/2010	1
554444	02461170797 - VICENTE DE PAULO BARRETTO	125.300,40	0,00	125.300,40	17/12/2005	31/12/2010	1
554612	45332444087 - CLAUDIA LIMA MARQUES	61.408,95	0,00	61.408,95	17/12/2005	31/12/2010	1
554621	14113609829 - CHRISTIANE PIENNA SOARES	78.639,32	0,00	78.639,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554622	29401429049 - DENISE BARCELLOS PINHEIRO MACHADO	44.588,54	0,00	32.121,76	17/12/2005	31/12/2010	1
554623	50615262520 - VILTON JEOVAN VIANA PINHEIRO	83.332,33	0,00	83.332,33	17/12/2005	31/12/2010	1
554624	02752498403 - KRERLEY IRRACIEL MARTINS OLIVEIRA	77.254,33	0,00	77.254,33	17/12/2005	31/12/2010	1
554625	66727286787 - ANDRE NACHBIN	90.375,68	0,00	90.375,68	17/12/2005	31/12/2010	1
554626	01674033702 - YUAN JIN YUN	101.596,74	0,00	101.596,74	17/12/2005	31/12/2010	1
554627	26748800749 - ARTUR OSCAR LOPES	97.003,00	0,00	97.003,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554628	00329894153 - CLOVIS LUIZ MACHADO DA SILVA	15.625,00	0,00	15.625,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554629	30531560406 - CRISTINA AMELIA PEREIRA DE CARVALHO	96.766,00	0,00	96.766,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554630	27089800091 - LUIS FELIPE MACHADO DO NASCIMENTO	63.327,50	0,00	63.327,50	17/12/2005	31/12/2010	1
554632	45893667034 - MARCELO MILANO FALCAO VIEIRA	93.252,77	0,00	93.252,77	17/12/2005	31/12/2010	1
554633	39225330006 - ROSIMERI DE FATIMA CARVALHO DA SILVA	108.165,82	0,00	108.165,82	17/12/2005	31/12/2010	1
554634	67249345834 - CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS	19.325,16	0,00	19.325,16	17/12/2005	31/12/2010	1
554637	20475055004 - EDSON DA CUNHA MAHFUZ	58.750,40	0,00	38.681,62	17/12/2005	31/12/2010	1
554638	42836140925 - JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO	64.264,41	0,00	64.264,41	17/12/2005	31/12/2010	1
554639	13097411828 - DOROTHEE SUSANNE RUDIGER	46.925,00	0,00	46.925,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554640	27557472934 - LUIZ EDSON FACHIN	130.088,00	0,00	130.088,00	17/12/2005	31/12/2010	1

554642	59518146772 - GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO	131.360,00	0,00	131.360,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554644	26722763404 - GUIDO COSTA SOUZA DE ARAUJO	121.815,75	0,00	121.815,75	17/12/2005	31/12/2010	1
554645	55399258668 - WELBER OLIVEIRA BARRAL	25.640,34	0,00	25.640,34	17/12/2005	31/12/2010	1
554646	16501462053 - BERENICE ROJAS COUTO	77.805,77	0,00	77.805,77	17/12/2005	31/12/2010	1
554743	30593085787 - ALZIR AZEVEDO BATISTA	95.004,98	0,00	95.004,98	16/12/2005	31/12/2010	1
554744	11001585968 - ANITA JOCELYNE MARSAIOLI	65.629,70	0,00	65.629,70	16/12/2005	31/12/2010	1
554746	88737764004 - ADRIANA FLACH	95.122,40	0,00	95.122,40	16/12/2005	31/12/2010	1
554747	09078312300 - ICARO DE SOUSA MOREIRA	71.799,32	0,00	71.799,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554748	32167423187 - IVANETE SALETE BOSCHETTI	92.398,24	0,00	92.398,24	17/12/2005	31/12/2010	1
554751	82032491834 - REGINA CELIA TAMASO MIOTO	56.130,52	0,00	56.130,52	17/12/2005	31/12/2010	1
554755	38208059315 - SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS	33.190,27	0,00	33.190,27	17/12/2005	31/12/2010	1
554756	32494971004 - ORIDES MEZZAROBIA	62.575,00	0,00	62.575,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554757	55477097604 - ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	97.339,37	0,00	97.339,37	17/12/2005	31/12/2010	1
554758	29026695772 - CESAR LEOPOLDO CAMACHO MANCO	66.451,17	0,00	66.451,17	17/12/2005	31/12/2010	1
554759	19574118720 - MARIA AUREA BARONI CECATO	62.575,00	0,00	62.575,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554760	63278677072 - IVAN EDGARDO PAN PEREZ	68.206,83	0,00	68.206,83	17/12/2005	31/12/2010	1
554761	24727881500 - WILSON DA SILVA GOMES	72.150,89	37.255,32	72.150,89	17/12/2005	31/12/2010	1
554762	48540013649 - ANTONIO CARLOS GUIMARAES DE ALMEIDA	105.839,00	0,00	105.839,00	16/12/2005	30/12/2010	1
554763	38532433049 - JORGE RENATO DOS REIS	62.575,00	0,00	62.575,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554764	13044087791 - ISRAEL VAINSENER	82.668,33	0,00	82.668,33	17/12/2005	31/12/2010	1
554765	04267671877 - REGINA MARIA DE AQUINO	105.756,70	0,00	105.756,70	17/12/2005	31/12/2010	1
554766	00172413915 - ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO	61.841,76	0,00	61.841,76	17/12/2005	31/12/2010	1
554768	74273710978 - JOAO MARCELO CRUBELLATE	31.250,00	0,00	31.250,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554772	37427687787 - JOSE RICARDO GARCIA PEREIRA RAMALHO	72.629,42	0,00	72.629,42	17/12/2005	31/12/2010	1
554773	02179776772 - SERGIO FIGUEIREDO FERRETTI	69.537,84	0,00	69.537,84	17/12/2005	31/12/2010	1
554774	41010221515 - RICARDO FERNANDES CARVALHO	55.472,50	0,00	55.472,50	20/12/2005	31/12/2010	1
554775	60933968868 - MARIA CARMELITA YAZBEK	68.739,69	0,00	68.739,69	20/12/2005	31/12/2010	1
554776	32440103934 - FERNANDO ANTONIO PRADO GIMENEZ	31.250,00	0,00	31.250,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554777	96767308749 - CHERLIO SCANDIAN	73.318,84	0,00	73.318,84	16/12/2005	31/12/2010	1
554779	42704464120 - ROMILDO DA SILVA PINA	98.579,30	0,00	98.579,30	17/12/2005	31/12/2010	1
554781	74701401820 - MARIA FATIMA DAS GRACAS FERNANDES DA SILVA	77.680,32	0,00	77.680,32	17/12/2005	31/12/2010	1

554782	09813101253 - MARA SILVIA PINHEIRO ARRUDA	79.972,53	0,00	79.972,53	17/12/2005	31/12/2010	1
554785	05555581858 - RENATO LUIS FURLAN	87.500,00	0,00	87.500,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554786	01971135755 - LUCIANO DA SILVA CABRAL	125.525,68	0,00	125.525,68	16/12/2005	31/12/2010	1
554787	04949575813 - ARMANDO HIDEKI SHINOHARA	83.071,19	0,00	83.071,19	17/12/2005	31/12/2010	1
554788	79446132720 - CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE	120.578,04	0,00	120.578,04	17/12/2005	31/12/2010	1
554791	71771379715 - CARLOS JORGE LOGULLO DE OLIVEIRA	97.145,00	0,00	97.145,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554797	23869496134 - VALERIA SILVA DA FONSECA	31.250,00	0,00	31.250,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554798	03732797287 - MARCO AURELIO LEITE NUNES	77.595,32	0,00	77.595,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554807	74912917915 - FRANK THOMAS SAUTTER	80.595,07	0,00	80.595,07	17/12/2005	31/12/2010	1
554809	00561098816 - JOSE MARIA CORREA BUENO	77.267,53	0,00	77.267,53	16/12/2005	31/12/2010	1
554810	61741540925 - PEDRO AUGUSTO ARROYO	69.658,37	0,00	69.658,37	16/12/2005	31/12/2010	1
554813	37561146787 - JOAO JORGE RIBEIRO DAMASCENO	82.531,73	0,00	82.531,73	17/12/2005	31/12/2010	1
554814	66737893791 - MARCOS ANDRE GLEIZER	50.352,92	0,00	50.352,92	17/12/2005	31/12/2010	1
554820	43599060720 - ETHEL MENEZES ROCHA BURLAMAQUI DE ALVARENGA	49.491,01	0,00	49.491,01	17/12/2005	31/12/2010	1
554821	01239287372 - ILMA VIEIRA DO NASCIMENTO	57.133,35	0,00	57.133,35	17/12/2005	31/12/2010	1
554822	02778221816 - SUELI MAZZILLI	105.583,96	0,00	105.583,96	17/12/2005	31/12/2010	1
554824	33684820768 - MARCOS FERREIRA DA COSTA LIMA	121.353,50	0,00	121.353,50	17/12/2005	31/12/2010	1
554825	87497204815 - GILDO MARCAL BEZERRA BRANDAO	122.974,02	0,00	122.974,02	17/12/2005	31/12/2010	1
554826	09428968749 - LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE	98.381,96	0,00	98.381,96	17/12/2005	31/12/2010	1
554827	24111392768 - OSWALDO CHATEAUBRIAND FILHO	80.595,07	0,00	80.595,07	17/12/2005	31/12/2010	1
554828	10672482851 - VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO	52.589,92	0,00	52.589,92	17/12/2005	31/12/2010	1
554829	87162229700 - LIA LEVY	86.528,65	0,00	86.528,65	17/12/2005	31/12/2010	1
554831	41102401668 - RICARDO JOSE CORREA BARBOSA	118.133,00	0,00	118.133,00	17/12/2005	31/12/2010	1
554832	19242980072 - CLEONI MARIA BARBOZA FERNANDES	84.937,36	0,00	84.937,36	17/12/2005	31/12/2010	1
554833	32697104615 - RODRIGO ANTONIO DE PAIVA DUARTE	111.235,31	0,00	111.235,31	17/12/2005	31/12/2010	1
554834	05754372434 - ANTONIO CABRAL NETO	116.349,01	0,00	116.349,01	17/12/2005	31/12/2010	1
554835	00618505784 - ELAINE ROSSETTI BEHRING	57.480,98	0,00	57.480,98	22/12/2005	31/12/2010	1
554895	10087648415 - ANDERSON STEVENS LEONIDAS GOMES	105.371,92	0,00	105.371,92	16/12/2005	31/12/2010	1
554896	14676400500 - RAIMUNDO JOSE DE ARAUJO MACEDO	116.822,54	0,00	116.822,54	16/12/2005	31/12/2010	1
554897	08313164972 - JEAN MARIE ALEXANDRE FARINES	110.562,80	0,00	110.562,80	16/12/2005	31/12/2010	1
554898	15996417634 - JOSE DANIEL BIASOLI DE MELLO	142.558,44	0,00	142.558,44	16/12/2005	31/12/2010	1

554900	07510402824 - DENISE MARIA ZEZELL	106.559,06	0,00	106.559,06	17/12/2005	31/12/2010	1
554901	67108261472 - SANDRO CAMPOS AMICO	104.598,56	0,00	104.598,56	16/12/2005	31/12/2010	1
554902	31161219072 - ADEMIR JOSE ZATTERA	37.771,28	0,00	37.771,28	16/12/2005	31/12/2010	1
554903	10796548870 - SERGIO HENRIQUE PEZZIN	63.851,82	0,00	63.851,82	17/12/2005	31/12/2010	1
554904	80884342700 - CARLOS AUGUSTO DE MORAES PIRES	143.279,22	0,00	143.279,22	16/12/2005	31/12/2010	1
554905	64545636004 - JEFERSON AVILA SOUZA	23.399,84	0,00	23.399,84	16/12/2005	31/12/2010	1
554906	03214904876 - ELIZABETE JORDAO	76.662,38	0,00	76.662,38	16/12/2005	31/12/2010	1
554907	26971712749 - KETI TENENBLAT	160.282,70	0,00	160.282,70	16/12/2005	31/12/2010	1
554908	09054537515 - HERMAN AUGUSTO LEPIKSON	22.981,93	0,00	22.981,93	16/12/2005	31/12/2010	1
554911	99642298872 - CLAUDIO AUGUSTO OLLER DO NASCIMENTO	64.371,99	0,00	64.371,99	16/12/2005	31/12/2010	1
554912	72143649800 - KAMAL ABDEL RADI ISMAIL	114.321,19	0,00	114.321,19	17/12/2005	31/12/2010	1
554913	68426127720 - DENILSON FERREIRA DE OLIVEIRA	113.047,26	0,00	113.047,26	17/12/2005	31/12/2010	1
554914	00250155400 - GALBA MARIA DE CAMPOS TAKAKI	117.205,00	0,00	117.205,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554915	67246664815 - ELIAS BASILE TAMBOURGI	113.479,00	0,00	113.479,00	16/12/2005	31/12/2010	1
554916	22457585368 - ANTONIO ERNANDES MACEDO PAIVA	129.572,66	0,00	129.572,66	17/12/2005	31/12/2010	1
554918	07452022840 - DULCE HELENA SIQUEIRA SILVA	104.334,24	0,00	104.334,24	17/12/2005	31/12/2010	1
554919	08580772800 - OSVALDO CHIAVONE FILHO	74.843,32	0,00	74.843,32	16/12/2005	31/12/2010	1
554920	00103513884 - NANDAMUDI LANKALAPALLI VIJAYKUMAR	83.841,32	0,00	83.841,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554921	59532360778 - LUIS GUSTAVO GRANDINETTI CASTANHO DE CARVALHO	103.765,21	0,00	103.765,21	17/12/2005	31/12/2010	1
554922	09679090230 - JOAO CRISOSTOMO WEYL ALBUQUERQUE COSTA	74.728,32	0,00	74.728,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554923	22292705672 - REGINA HELENA DE FREITAS CAMPOS	76.541,32	0,00	76.541,32	17/12/2005	31/12/2010	1
554924	62420305868 - VICTOR CARLOS PANDOLFELLI	82.324,64	0,00	82.324,64	17/12/2005	31/12/2010	1
554925	92243410800 - ROBERTO DE CAMPOS GIORDANO	88.248,25	0,00	88.248,25	17/12/2005	31/12/2010	1
554926	35424010563 - SILVANA MATTEDI E SILVA	130.953,76	0,00	130.953,76	17/12/2005	31/12/2010	1
554928	10379240378 - VALDEMAR SILVA LEAL	116.832,24	0,00	116.832,24	17/12/2005	31/12/2010	1
554929	01972087894 - VAKULATHIL ABDURAHIMAN	43.952,66	0,00	29.047,78	17/12/2005	31/12/2010	1
554930	06434754272 - ROSANGELA NOVAES LIMA	31.652,06	0,00	31.652,06	17/12/2005	31/12/2010	1
555111	38220083549 - JOSE AUGUSTO SOARES BARRETO FILHO	84.215,72	-29.819,32	84.215,04	16/12/2005	31/12/2010	1
555112	32681089468 - JOSE GERALDO DE ANDRADE PACHECO FILHO	75.656,32	0,00	75.656,32	16/12/2005	31/12/2010	1
555113	31486878768 - VILMA ALVES DE OLIVEIRA	103.251,48	0,00	103.251,48	17/12/2005	31/12/2010	1
555115	55415555668 - JAIME ARTURO RAMIREZ	77.168,32	0,00	77.168,32	17/12/2005	31/12/2010	1

555116	07428599830 - LUIZ LEBENSZTAJN	71.558,32	0,00	71.558,32	17/12/2005	31/12/2010	1
555117	57256659920 - WALTER PEREIRA CARPES JUNIOR	64.029,89	0,00	64.029,89	17/12/2005	31/12/2010	1
555118	87725940553 - KOJI DE JESUS NAGAHAMA	55.477,50	0,00	55.477,50	17/12/2005	31/12/2010	1
555119	65894529620 - MONICA MARIA DINIZ LEAO	64.230,50	7.930,00	64.230,50	17/12/2005	31/12/2010	1
555120	50743341600 - CARLOS ERNANDO DA SILVA	48.022,50	0,00	48.022,50	17/12/2005	31/12/2010	1
555122	35906456449 - FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS NEVES	57.245,16	0,00	57.245,16	17/12/2005	31/12/2010	1
555123	49699407620 - LANE MARIA RABELO BACCARINI	53.230,52	0,00	53.230,52	17/12/2005	31/12/2010	1
555124	92782221787 - FERNANDO JOSE DA SILVA MOREIRA	116.361,82	0,00	116.361,82	17/12/2005	30/12/2010	1
555125	26349140087 - GILDA NEVES DA SILVA BITTENCOURT	109.441,20	0,00	109.441,20	17/12/2005	31/12/2010	1
555127	13222007420 - ELISALVA DE FATIMA MADRUGA DANTAS	70.943,70	0,00	70.943,70	17/12/2005	31/12/2010	1
555128	04485955834 - TANIA MARIA MENDONCA CAMPOS	127.664,84	0,00	127.664,84	17/12/2005	31/12/2010	1
555129	42647940487 - VERONICA GITIRANA GOMES FERREIRA	112.474,28	0,00	112.474,28	17/12/2005	31/12/2010	1
555130	74696874834 - LEILA MARIA BELTRAMINI	83.023,73	0,00	83.023,73	17/12/2005	31/12/2010	1
555131	52384861034 - GUIDO IMAGUIRE	80.595,07	0,00	80.595,07	17/12/2005	31/12/2010	1
555132	89199715791 - SIDNEY CESAR SILVA GUERRA	56.561,87	0,00	56.561,87	17/12/2005	31/12/2010	1
555133	38536331534 - CASTOR MARI MARTIN BARTOLOME RUIZ	76.561,87	0,00	76.561,87	17/12/2005	31/12/2010	1
555134	59527188768 - ELIANE BOTELHO JUNQUEIRA	76.561,87	0,00	76.561,87	17/12/2005	31/12/2010	1
555135	79216560720 - CARLOS ALBERTO MANSSOUR FRAGA	62.500,00	0,00	62.500,00	16/12/2005	31/12/2010	1
555136	31943241600 - SELEME ISAAC SELEME JUNIOR	49.175,52	0,00	49.175,52	17/12/2005	31/12/2010	1
555137	22257101049 - JOSE RICARDO BERGMANN	114.705,82	0,00	114.705,82	17/12/2005	31/12/2010	1
555138	52776638787 - MARCOS DAJCZER	108.987,36	0,00	108.987,36	17/12/2005	31/12/2010	1
555139	05257267802 - ANTONIO CESAR ORTEGA	108.240,00	0,00	108.240,00	17/12/2005	31/12/2010	1
555140	12999504772 - MANFREDO PERDIGAO DO CARMO	70.759,69	0,00	70.759,69	17/12/2005	31/12/2010	1
555141	18653472134 - GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO	80.869,43	0,00	80.869,43	17/12/2005	31/12/2010	1
555142	24489875134 - RONALDO BARROS GOMES	77.324,23	0,00	77.324,23	17/12/2005	31/12/2010	1
555144	16803363805 - DYLMAR PENTEADO DIAS	61.730,00	0,00	61.730,00	17/12/2005	31/12/2010	1
555145	21997772434 - ROMILDO DIAS TOLEDO FILHO	62.489,20	0,00	62.489,20	17/12/2005	31/12/2010	1
555146	03413454315 - CESAR BARREIRA	120.500,20	0,00	120.500,20	17/12/2005	31/12/2010	1
555147	03114481868 - MARIA DO CARMO GUEDES	76.541,32	0,00	76.541,32	17/12/2005	31/12/2010	1
555148	31609414772 - ANA MARIA JACO VILELA	77.557,32	0,00	77.557,32	17/12/2005	31/12/2010	1
555161	77498194872 - EVLYN MARCIA LEAO DE MORAES NOVO	74.019,32	0,00	74.019,32	17/12/2005	31/12/2010	1

555163	23556145049 - WATERLOO PEREIRA FILHO	78.833,32	0,00	78.833,32	17/12/2005	31/12/2010	1
555164	26150476634 - MARIA DE LOURDES BUENO TRINDADE	77.542,82	0,00	77.542,82	17/12/2005	31/12/2010	1
555166	56219229720 - BEATRIZ MARIA ALASIA DE HEREDIA	121.814,80	0,00	121.814,80	17/12/2005	31/12/2010	1
555167	04816657819 - ELIEL RIBEIRO MACHADO	116.780,00	0,00	116.780,00	17/12/2005	31/12/2010	1
555168	50631977872 - TERESINHA BERNARDO	124.804,40	0,00	124.804,40	17/12/2005	31/12/2010	1
555221	28874536372 - ARISTOFANES CORREA SILVA	116.926,49	0,00	116.926,49	16/12/2005	31/12/2010	1
555341	30154405604 - CARLOS ANTONIO BRANDAO	62.500,00	0,00	62.500,00	17/12/2005	31/12/2010	1
555342	02578441715 - JOSE RODRIGUES COURA	55.162,90	0,00	55.162,90	16/12/2005	31/12/2010	1
557013	03934985734 - EURICO DE LIMA FIGUEIREDO	411.416,00	0,00	411.416,00	16/12/2005	31/12/2010	1
557454	22095284020 - JOSE LUIZ RIGO RODRIGUES	108.360,20	0,00	108.360,20	18/04/2006	31/12/2010	1
557984	01190724677 - MEINHARD SESSELMANN	25.977,53	0,00	25.977,53	29/12/2005	31/12/2010	1
558018	82804642000108 - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	127.936,00	12.000,00	81.080,00	06/04/2006	31/03/2011	1
558019	33641663000306 - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS	3.895.548,81	591.500,00	2.206.395,01	11/04/2006	31/03/2011	1
558023	06049065000108 - ACEFRAN CULTURAL E EDUCACIONAL DE FRANCA LTDA	131.280,00	0,00	126.235,00	11/04/2006	30/03/2010	1
558043	46004883000109 - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO ENSINO E PESQUISA	1.324.612,20	81.000,00	1.018.191,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558045	52059573000194 - FUNDAÇÃO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA	520.144,00	44.000,00	347.325,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558061	96216841000100 - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA	382.728,00	50.700,00	243.945,00	06/04/2006	31/03/2011	1
558062	88630413000109 - UNIAO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA	22.508.502,00	3.711.450,00	8.532.922,00	12/04/2006	31/03/2011	1
558063	91693531000162 - ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	129.576,00	27.500,00	61.430,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558066	43969732000105 - ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO	127.081,00	11.000,00	85.825,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558067	75517151000110 - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	386.808,00	35.200,00	244.700,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558074	43374768000138 - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	253.152,00	24.500,00	72.465,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558075	95438412000114 - ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	1.737.885,60	261.700,00	1.062.771,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558077	06099229000101 - ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETI	1.020.938,00	210.400,00	405.080,00	12/04/2006	31/03/2011	1
558095	13013263000187 - SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S/S LTDA	145.152,00	0,00	64.950,00	11/04/2006	30/03/2010	1
558096	82662958000102 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	1.425.721,45	160.100,00	566.565,45	13/04/2006	31/03/2011	1
558097	92898550000198 - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	307.414,80	23.650,00	187.090,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558111	92959006000109 - ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA	5.767.065,60	1.063.850,00	1.841.477,00	12/04/2006	31/03/2011	1
558112	84714682000194 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE	266.672,00	25.200,00	159.050,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558113	57571275000100 - FUNDAÇÃO DO ABC	100.776,00	11.550,00	71.165,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558116	39229406000186 - FUNDAÇÃO ESTADUAL NORTE FLUMINENSE	2.370.585,16	0,00	2.077.690,50	03/04/2006	30/03/2011	1

558119	07885809000197 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ U S	1.983.608,90	0,00	1.493.988,99	03/04/2006	30/03/2011	1
558149	11022597000191 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1.037.427,51	0,00	839.756,34	03/04/2006	30/03/2011	1
558163	17211202000185 - ASSOCIAÇÃO JESUITA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	668.277,60	91.500,00	411.501,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558164	07373434000186 - FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ	761.122,00	65.650,00	270.950,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558168	04280196000176 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	282.204,00	0,00	208.543,00	03/04/2006	30/03/2011	1
558203	08480071000140 - APEC SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA SA	103.408,00	11.000,00	66.080,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558261	58191008000162 - SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	649.980,00	122.200,00	258.560,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558262	46020301000188 - SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	3.784.678,80	394.000,00	1.883.845,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558268	60749736000270 - INSTITUTO MAUA DE TECNOLOGIA IMT	129.576,00	12.100,00	81.080,00	05/04/2006	31/03/2011	1
558269	62327663000172 - FUNDAÇÃO ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	5.040.345,60	714.450,00	1.231.072,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558273	10847705000100 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E CULTURAL	894.132,00	79.200,00	562.820,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558285	24492886000104 - FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	263.952,00	42.350,00	118.995,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558287	92034321000125 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	1.769.750,40	350.350,00	718.901,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558302	84307974000102 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	1.036.988,00	86.500,00	713.435,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558303	88648761000103 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	1.835.853,40	189.000,00	956.724,40	11/04/2006	31/03/2011	1
558336	03516376000141 - INSTITUTO NOVOS HORIZONTES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUIS	78.198,00	0,00	66.880,00	27/04/2006	30/03/2010	1
558337	74050360000134 - INSTITUTO UNIV.PESQ.RIO JANEIRO-SERV.TEC. E CIENTÍFICOS	1.302.668,00	0,00	1.117.649,00	11/04/2006	30/03/2010	1
558338	90738014000108 - FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO N	1.659.360,00	305.000,00	841.360,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558339	60191244000120 - FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	1.110.981,60	104.500,00	375.739,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558347	25658402000109 - UNIFENASUNIVERSIDADE JOSE DO ROSARIO VELLANO	131.498,00	29.150,00	73.795,00	05/05/2006	31/03/2011	1
558348	17178195000167 - SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	4.737.956,40	820.100,00	1.760.498,00	12/04/2006	31/03/2011	1
558349	17464652000180 - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	253.744,84	21.000,00	94.892,84	11/04/2006	31/03/2011	1
558350	03500923000109 - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO GRANDE LTDA	149.256,00	0,00	81.935,00	11/04/2006	30/03/2010	1
558351	60990751000124 - FUNDAÇÃO SÃO PAULO	29.727.222,00	4.904.850,00	10.032.982,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558372	83661074000104 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA	520.144,00	44.550,00	325.220,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558382	60967551000150 - INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	2.381.574,00	345.350,00	1.008.888,00	03/03/2006	31/03/2011	1
558392	74050360000134 - INSTITUTO UNIV.PESQ.RIO JANEIRO-SERV.TEC. E CIENTÍFICOS	186.570,00	0,00	165.945,00	11/04/2006	30/03/2010	1
558442	43045772000152 - AMC - SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	212.598,00	0,00	58.340,00	22/05/2006	30/03/2010	1
558443	61015087000165 - INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	136.390,00	12.100,00	75.860,00	22/05/2006	31/03/2011	1
558457	60742855001434 - ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA	134.028,00	10.500,00	75.475,00	27/04/2006	31/03/2011	1
558474	33641663000144 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	1.679.332,00	122.500,00	896.927,00	27/04/2006	31/03/2011	1

558475	13526884000164 - FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	495.824,40	0,00	463.605,00	27/04/2006	30/03/2010	1
558482	07897012867 - SILVIO SANCHES VEIGA	74.527,32	0,00	74.527,32	19/05/2006	31/12/2010	1
558483	66296471734 - GREGORIO SARAVIA ATUNCAR	45.625,00	0,00	45.625,00	19/05/2006	31/12/2010	1
558484	49221116468 - MARIA FERNANDA PIMENTEL AVELAR	84.452,11	0,00	84.452,11	18/05/2006	30/12/2010	1
558485	83390766804 - JOAO SANTANA DA SILVA	80.294,32	0,00	80.294,32	18/05/2006	30/12/2010	1
558486	09498150559 - MARIA DAS GRACAS ANDRADE KORN	49.389,83	0,00	49.389,83	19/05/2006	30/12/2010	1
558497	77043537800 - CHANG CHUNG YU DOREA	113.125,00	0,00	113.125,00	10/05/2006	31/12/2010	1
558498	23099070653 - JOSE CARLOS CUNHA PETRUS	121.042,46	0,00	121.042,46	18/05/2006	31/12/2010	1
558501	01255531703 - SERGIO SOUTO MAIOR TAVARES	32.059,75	0,00	32.059,75	10/05/2006	31/12/2010	1
558502	66763738820 - EMMA OTTA	86.769,83	0,00	86.769,83	10/05/2006	31/12/2010	1
558503	10644652420 - FRANCISCO ANTONIO MORAIS DE SOUZA	35.625,00	0,00	35.625,00	15/05/2006	31/12/2010	1
558505	72845392915 - DEBORA DE OLIVEIRA	76.427,32	0,00	76.427,32	19/05/2006	31/12/2010	1
558506	04533473806 - IVO MILTON RAIMUNDO JUNIOR	87.598,16	0,00	87.598,16	18/05/2006	31/12/2010	1
558510	11147040753 - LINDBERG LIMA GONCALVES	134.613,25	0,00	134.613,25	10/05/2006	31/12/2010	1
558516	00649066049 - VITOR FRANCISCO DE ARAUJO HAERTEL	93.924,24	0,00	93.924,24	10/05/2006	31/12/2010	1
558535	71345663404 - ANDRE GUSTAVO CAMPOS PEREIRA	45.625,00	0,00	45.625,00	10/05/2006	31/12/2010	1
558537	76659820000151 - ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	3.472.286,81	666.100,00	1.314.196,41	27/04/2006	31/03/2011	1
558544	24481203749 - GLORIA DULCE DE ALMEIDA SOARES	80.828,23	0,00	80.828,23	18/05/2006	31/12/2010	1
558545	48785083020 - SUSANA JULIANO KALIL	75.509,32	0,00	75.509,32	19/05/2006	31/12/2010	1
558562	07471758000157 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESPI	231.192,77	0,00	182.006,40	28/04/2006	30/03/2011	1
558566	37601040704 - MARIA LUCIA SEIDL DE MOURA	75.410,43	0,00	75.410,43	18/05/2006	31/12/2010	1
558572	33495870000138 - CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAO SOCIAL FRANCISCANA	1.272.812,60	156.350,00	796.865,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558576	14485841000140 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	709.999,90	0,00	559.524,00	28/04/2006	30/03/2011	1
558591	20611810000191 - FUNDACAO PERCIVAL FARQUHAR	134.028,00	12.100,00	65.960,00	27/04/2006	31/03/2011	1
558592	25452301000187 - SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	128.436,00	9.500,00	81.970,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558593	10988301000129 - INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGU	533.957,18	59.400,00	198.547,58	22/03/2006	31/03/2011	1
558594	03226149000181 - MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	646.140,00	102.500,00	261.355,00	11/04/2006	31/03/2011	1
558596	44392215000170 - UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL	125.816,00	17.500,00	89.016,00	05/04/2006	31/03/2011	1
558610	62984091000102 - INSTITUICAO EDUCACIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	415.704,00	66.900,00	115.150,00	22/03/2006	31/03/2011	1
558661	24645702904 - WALTER LINDOLFO WEINGAERTNER	63.532,93	0,00	37.556,93	16/12/2005	30/12/2010	1
558662	54409461000141 - INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	3.301.042,60	507.350,00	1.383.986,00	22/03/2006	31/03/2011	1

558784	33555921000170 - FACULDADES CATOLICAS	24.418.644,12	1.746.100,00	16.590.691,32	11/04/2006	31/03/2011	1
558785	34075739000184 - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	133.940,00	0,00	35.295,00	22/03/2006	30/03/2010	1
558806	72839031868 - YOSIO EDEMIR SHIMABUKURO	121.394,53	0,00	121.394,53	29/05/2006	31/12/2010	1
558827	58654593849 - HELENA BONCIANI NADER	83.355,07	0,00	83.355,07	24/05/2006	31/12/2010	1
558829	04703367220 - CLAUDIO NERY LAMARAO	84.722,14	0,00	84.722,14	24/05/2006	30/12/2010	1
558887	04863968000100 - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DA SANTA CASA DE BELO HO	366.254,20	0,00	292.969,00	05/05/2006	30/03/2010	1
558912	15752686000144 - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	212.598,00	0,00	31.735,00	02/05/2006	30/03/2011	1
559029	07149334814 - MARCELO NAVARRO	98.200,00	0,00	98.200,00	30/05/2006	31/12/2010	1
559143	38421305468 - MARCELO LEITE LYRA	115.883,00	0,00	115.883,00	01/06/2006	31/12/2010	1
559144	65333349487 - CLAUDIO BENEDITO SILVA FURTADO	115.883,00	0,00	115.883,00	02/06/2006	31/12/2010	1
559145	00560924828 - CAETANO JULIANI	83.211,48	0,00	83.210,41	01/06/2006	31/12/2010	1
559146	99079682853 - MARIA EMILIA YAMAMOTO	75.822,73	0,00	75.822,73	02/06/2006	31/12/2010	1
559147	33092850220 - DENIO RAMAM CARVALHO DE OLIVEIRA	77.779,33	0,00	77.779,33	02/06/2006	31/12/2010	1
559190	00326036000160 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	203.740,06	0,00	146.720,47	03/04/2006	30/03/2011	1
559238	00331801000130 - UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	2.048.692,80	335.550,00	900.149,00	05/04/2006	31/03/2011	1
559323	76497338000162 - ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS	129.988,00	19.000,00	83.180,00	19/05/2006	31/03/2011	1
559344	55983670000167 - ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO	944.882,40	96.800,00	609.760,00	19/05/2006	31/03/2011	1
559385	92238914000103 - SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURASPAC	956.263,24	166.050,00	353.573,84	19/05/2006	31/03/2011	1
559453	71487094000113 - FUNDACAO DOM AGUIRRE	107.628,00	10.800,00	34.045,00	19/05/2006	31/03/2011	1
559472	84818190853 - FRANCISCO MAUGERI FILHO	75.511,32	0,00	75.511,32	14/06/2006	31/12/2010	1
560621	07296722000184 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESPIRITO SANTO - FAPES	540.558,36	0,00	540.558,36	29/06/2006	31/12/2010	1
560625	05527341000133 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA AO DESENVOLVIMENTO CIENTI	439.354,23	0,00	439.354,23	29/06/2006	31/12/2010	1
560628	00422744000102 - FUND DE AMPARO A PESQ DO ESTADO DO PIAUI PROF. AFONSO S	257.707,77	0,00	257.707,77	29/06/2006	30/12/2010	1
560632	04902299000120 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA	2.150.880,00	0,00	2.150.880,00	29/06/2006	30/12/2010	1
560634	05666943000171 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS - F	1.363.601,34	0,00	1.363.601,34	29/06/2006	30/12/2010	1
560637	35562321000164 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	916.890,60	0,00	916.890,60	29/06/2006	31/12/2010	1
560639	30495394000167 - FUNDACAO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO A PESQUISA DO ES	1.355.600,00	0,00	1.355.600,00	29/06/2006	31/12/2010	1
560753	00078007000126 - FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFIC	1.148.041,42	0,00	1.148.041,42	29/06/2006	30/12/2010	1
562153	03709814000198 - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	129.576,00	21.500,00	55.845,00	10/04/2006	31/03/2011	1
562155	32410037000184 - FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	257.256,00	0,00	129.815,00	28/06/2006	31/03/2011	1

562157	28977742000190 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS	142.470,00	0,00	104.960,00	20/06/2006	30/03/2010	1
562185	33537330782 - VIRGINIA ALONSO HORTALE	259.200,00	0,00	259.200,00	28/06/2006	30/12/2010	1
562245	25872854000199 - FUNDAÇÃO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO	261.470,00	4.200,00	129.620,00	30/03/2006	31/03/2011	1
562397	06341462468 - EDDA LISBOA LEITE	71.177,32	0,00	71.177,32	26/06/2006	31/12/2010	1
562398	75649799687 - JANETHE DEOLINA DE OLIVEIRA PENA	63.135,99	0,00	63.135,99	26/06/2006	31/12/2010	1
562546	94325375872 - FLORENCIA CECILIA MENEGALLI	108.154,02	0,00	108.154,02	28/06/2006	31/12/2010	1
562558	76575604000209 - SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA	445.298,40	83.050,00	170.334,00	06/07/2006	31/03/2011	1
563269	50954213000120 - ASSOCIAÇÃO PRINCESA ISABEL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	95.304,00	0,00	60.040,00	20/07/2006	31/03/2011	1
563753	47191295791 - HUGO ALBERTO RUIZ	34.927,68	0,00	34.927,68	18/07/2006	31/12/2010	1
563756	46284281900 - FERNANDO JACQUES ALTHOFF	63.397,53	0,00	42.202,18	18/07/2006	31/12/2010	1
564180	08444609404 - EMIDIO CANTIDIO DE OLIVEIRA FILHO	26.927,68	0,00	26.927,68	27/07/2006	31/12/2010	1
565664	61023156000182 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PADRE SABOIA DE MEDEIROS	143.404,00	12.800,00	95.260,00	18/07/2006	31/03/2011	1
565666	86445293000136 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINAUNISUL	91.783,80	27.500,00	38.746,80	17/08/2006	31/03/2011	1
565971	23380489549 - CLAUDIA IDA BRODSKYN	80.294,32	0,00	80.294,32	17/08/2006	31/12/2010	1
566851	26594366149 - AUREA CHRISTINA DE PAULA CORREA	480.000,00	0,00	240.000,00	23/08/2006	30/12/2010	1
566855	44351146000157 - INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	4.903.732,80	548.500,00	3.280.694,00	29/08/2006	31/03/2011	1
568294	45024551000123 - INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO	74.448,00	0,00	17.520,00	11/09/2006	30/03/2010	1
571378	62596408000125 - ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	201.744,00	0,00	18.375,00	29/09/2006	30/03/2010	1
571379	03399861000182 - FUNDAÇÃO NILTON LINS	172.480,00	12.100,00	38.740,00	23/10/2006	31/03/2011	1
571444	25203398372 - FRANCISCA NEIDE COSTA	480.000,00	120.000,00	480.000,00	02/10/2006	29/12/2010	1
571851	06611471855 - MAURILIO BOAVENTURA	86.338,02	0,00	86.338,02	30/10/2006	31/12/2010	1
574105	95983066668 - MARIA JOSE CAMPAGNOLE DOS SANTOS	21.191,19	0,00	21.191,19	01/12/2006	31/12/2010	1
574379	08576823268 - MARIA DE NAZARE DOS SANTOS SARGES	480.000,00	0,00	297.751,00	01/12/2006	01/12/2010	1
574380	15079864249 - MARY ELIZABETH DE SANTANA	480.000,00	120.000,00	480.000,00	01/12/2006	30/06/2011	1
574514	22464247200 - VICENTE FERREIRA DE LUCENA JUNIOR	240.000,00	0,00	240.000,00	05/12/2006	28/02/2010	1
574651	03198251249 - SILVIO ROMERO BUARQUE DE GUSMAO	480.000,00	0,00	240.000,00	07/12/2006	07/12/2010	1
588345	27645827815 - SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO	70.123,26	8.357,36	70.123,26	23/01/2007	31/12/2010	1
588723	35233052920 - MIGUEL NENEVE	480.000,00	0,00	433.080,00	15/12/2006	15/12/2010	1
588742	86272896115 - LARISSA LEANDRO PIRES	49.547,62	5.245,22	49.547,62	29/01/2007	31/12/2010	1
589535	17570638034 - ROSA MARIA VICCARI	49.160,00	0,00	49.160,00	01/02/2007	30/12/2010	1
589749	20271247800 - JOSE LINO OLIVEIRA BUENO	87.823,60	22.423,60	87.823,60	04/02/2007	30/12/2010	1

589945	58850520182 - JOCYLEIA SANTANA DOS SANTOS	480.000,00	120.000,00	480.000,00	01/12/2006	31/12/2011	1
589946	19713142187 - TEMIS GOMES PARENTE	480.000,00	0,00	480.000,00	01/12/2006	31/12/2011	1
590085	07948174249 - ADAILTON DE SOUSA GALVAO	480.000,00	120.000,00	480.000,00	27/12/2006	30/12/2010	1
590099	38738651904 - MAURO LUCIANO BAESSO	106.458,40	106.458,40	106.458,40	15/02/2007	31/12/2010	1
590101	52072320887 - JOSE ROBERTO CARDOSO	68.480,00	0,00	68.480,00	15/02/2007	31/12/2012	1
590103	87575256849 - MARCOS EGYDIO DA SILVA	105.840,80	27.560,80	105.840,80	12/02/2007	30/12/2010	1
590106	13766728806 - RICARDO PRIMI	220.504,00	70.696,00	220.504,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590107	44133359615 - TUFI MACHADO SOARES	209.351,40	0,00	209.351,40	27/12/2006	30/12/2011	1
590108	87853540663 - GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ	49.900,00	0,00	49.900,00	26/12/2006	30/12/2011	1
590109	07032797857 - MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE	499.760,00	0,00	499.760,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590110	44215088453 - WAGNER BANDEIRA ANDRIOLA	50.000,00	0,00	50.000,00	27/12/2006	30/11/2010	1
590120	33902739134 - FERNANDO CESAR CAPOVILLA	120.000,00	0,00	120.000,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590122	12067814087 - REGINA MARIA RABELLO BORGES	120.000,00	0,00	120.000,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590123	38221616915 - OSCAR DALFOVO	53.520,00	3.520,00	53.520,00	27/12/2006	31/12/2010	1
590295	13681389420 - CARLSON PEREIRA DE SOUZA	101.163,20	25.283,20	101.163,20	02/03/2007	30/12/2010	1
590296	04182976819 - CELSO VALENTIM SANTILLI	100.559,81	22.759,81	100.559,81	02/03/2007	31/12/2010	1
590330	75512440853 - MARILIA PAIXAO LINHARES	262.003,89	50.647,76	262.003,89	27/12/2006	31/12/2011	1
590331	43611052191 - JOAO FERREIRA DE OLIVEIRA	483.656,00	119.488,00	441.848,00	27/12/2006	31/12/2011	1
590332	10988467887 - HELENA GEMIGNANI PETEROSI	414.792,20	109.794,00	414.792,20	27/12/2006	31/12/2011	1
590334	13085131353 - DOMINGOS LEITE LIMA FILHO	439.466,00	117.052,00	439.466,00	27/12/2006	31/12/2011	1
590335	43024246053 - NAIRA LISBOA FRANZOI	452.404,00	127.096,00	452.404,00	27/12/2006	31/12/2011	1
590342	33493774087 - DANTE HOMERO MOSCA JUNIOR	90.500,00	11.260,00	90.500,00	07/03/2007	30/12/2010	1
590349	20602715091 - PAULO EMILIO LOVATO	81.903,60	10.583,60	81.903,60	09/03/2007	31/12/2010	1
590470	62450557687 - JOSE IRINEU RANGEL RIGOTTI	153.316,80	0,00	153.316,80	27/12/2006	30/12/2011	1
590471	14887029004 - MARILIA COSTA MOROSINI	462.962,00	78.000,00	462.962,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590472	59290927968 - MARIA TEREZA CARNEIRO SOARES	49.965,78	0,00	49.965,78	27/12/2006	30/12/2011	1
590473	46132996168 - FLAVIO DE OLIVEIRA GONCALVES	195.392,13	46.879,66	195.392,13	27/12/2006	30/12/2011	1
590474	05640075449 - MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO	212.066,40	0,00	212.066,40	27/12/2006	30/12/2011	1
590475	08276207804 - MONICA CASTAGNA MOLINA	434.597,84	0,00	434.597,84	27/12/2006	30/12/2011	1
590476	12605566897 - WALTER BELLUZZO JUNIOR	223.624,36	0,00	223.624,36	27/12/2006	30/12/2011	1
590477	13366661615 - JOSE FRANCISCO SOARES	99.399,37	0,00	99.399,37	27/12/2006	30/12/2011	1

590478	08914821803 - CLAUDIA SOUZA PASSADOR	180.064,60	138,70	180.064,60	27/12/2006	30/12/2011	1
590479	02534550810 - PAULO EDGAR ALMEIDA RESENDE	56.178,00	0,00	56.178,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590480	55093230782 - LIGIA MARTHA COIMBRA DA COSTA COELHO	50.000,00	0,00	50.000,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590481	19747446472 - MARIA DAS GRACAS XAVIER DE CARVALHO	40.000,00	0,00	40.000,00	27/12/2006	31/12/2011	1
590483	12550863860 - MARIA MARGARIDA CAVALCANTI LIMENA	517.563,28	0,00	517.563,28	27/12/2006	30/12/2011	1
590484	79419658791 - ANDREA THOMPSON DA POIAN	524.680,00	0,00	524.680,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590485	70081859872 - WANDERLEY CODO	150.000,00	0,00	150.000,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590486	34859870930 - TAIS MOURA TAVARES	227.460,00	0,00	227.460,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590487	12310719072 - FLAVIA OBINO CORREA WERLE	231.267,00	7.890,00	231.267,00	27/12/2006	30/12/2011	1
590545	05992745734 - ENIO FROTA DA SILVEIRA	92.705,76	20.717,76	92.705,76	19/03/2007	31/12/2010	1
590547	30439051053 - FATIMA REGINA MENA BARRETO SILVA	85.090,00	23.810,00	85.090,00	21/03/2007	31/12/2010	1
590711	00326036000160 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	501.402,02	184,82	263.284,82	30/03/2007	01/03/2011	1
590712	07538347000131 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS	269.436,00	0,00	69.320,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590713	78212263000151 - FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE PIONEIRO	70.884,00	0,00	66.560,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590714	07885809000197 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA U S	5.181.508,28	0,00	3.108.076,28	30/03/2007	30/03/2011	1
590715	01367770000130 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	484.159,15	0,00	384.823,15	30/03/2007	30/03/2011	1
590716	46384400002354 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	507.948,00	0,00	313.660,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590717	56089790000420 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	356.500,80	0,00	322.314,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590718	83891283000136 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	2.767.774,97	0,00	1.510.810,97	30/03/2007	30/03/2011	1
590719	04280196000176 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	787.977,60	0,00	335.500,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590720	14045546000173 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	1.204.673,78	0,00	1.045.790,58	30/03/2007	30/03/2011	1
590721	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	6.141.194,14	4.176,94	5.546.366,14	30/03/2007	30/03/2011	1
590723	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	13.733.233,62	396,13	7.763.840,42	30/03/2007	30/03/2011	1
590724	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	378.930,61	0,00	225.834,61	30/03/2007	30/03/2011	1
590725	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	1.830.108,00	0,00	1.141.760,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590726	33540014000157 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10.305.836,40	0,00	9.242.670,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590727	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	73.711.019,72	0,00	43.637.924,92	30/03/2007	30/03/2011	1
590728	46068425000133 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	37.373.347,95	12.432,83	22.171.402,35	30/03/2007	30/03/2011	1
590729	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	2.326.715,19	0,00	1.367.139,19	30/03/2007	30/03/2011	1
590730	63025530000104 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	89.250.286,22	15.888,20	43.136.989,42	30/03/2007	30/03/2011	1
590740	46722831000178 - ACEF S/A.	312.336,00	0,00	272.820,00	01/03/2007	30/03/2011	1

590757	13485865087 - ODACI LUIZ CORADINI	119.833,50	0,00	119.833,50	27/12/2006	30/12/2011	1
590785	59460849849 - JOAO BARROS VALIM	80.971,00	15.551,00	80.971,00	29/03/2007	31/12/2010	1
590786	05691301829 - OSVALDO DE LAZARO CASAGRANDE JUNIOR	61.927,00	5.367,00	56.027,00	15/02/2007	30/12/2010	1
590800	63025530002824 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	13.246.213,82	0,00	7.586.255,82	30/03/2007	30/03/2011	1
590803	63025530008350 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	467.286,62	0,00	420.170,62	30/03/2007	01/03/2011	1
590804	63025530002905 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	5.153.530,63	0,00	2.888.625,83	30/03/2007	30/03/2011	1
590806	63025530002662 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	21.970.312,29	0,00	12.363.821,09	30/03/2007	30/03/2011	1
590807	63025530002581 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	10.228.829,60	0,00	5.431.838,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590808	04809688000106 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	7.106.022,00	0,00	3.905.512,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590812	00326036000160 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	50.780,97	0,00	48.970,03	05/04/2007	28/02/2011	1
590829	11506784534 - JOSE ALBERTINO CARVALHO LORDELO	251.277,20	53.033,20	251.277,20	27/12/2006	31/12/2011	1
590876	58982280049 - TATIANA TEIXEIRA DE SOUZA CHIES	94.971,60	20.531,60	94.971,60	05/04/2007	30/12/2010	1
590888	13780846837 - MARCOS PINOTI BARBOSA	43.174,38	0,00	43.174,38	15/03/2007	28/02/2010	1
590918	14485841000140 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	292.777,35	0,00	157.565,00	13/04/2007	28/02/2011	1
590942	10317865897 - CARLOS FAUSTO	81.740,00	10.080,00	81.740,00	12/04/2007	31/12/2010	1
590943	63025530010096 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	2.401.293,60	0,00	612.008,00	30/03/2007	30/03/2011	1
590946	05654360078 - JOSE PALAZZO MOREIRA DE OLIVEIRA	79.332,84	8.252,84	79.332,84	12/04/2007	31/12/2010	1
591027	01367770000130 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	349.003,78	0,00	309.966,06	18/04/2007	28/02/2011	1
591084	06706592072 - ISRAEL JACOB RABIN BAUMVOL	43.980,00	0,00	43.980,00	12/04/2007	31/12/2010	1
591116	57957525768 - LIGIA ARANTES SAD	100.000,00	0,00	100.000,00	27/12/2006	31/12/2011	1
591123	09269584453 - ROSEMARY DORE HEIJMANS	188.848,00	21.600,00	188.848,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591192	01074233832 - RAMACHRISNA TEIXEIRA	86.619,80	7.379,80	86.619,80	23/04/2007	31/12/2010	1
591193	01362062391 - HERMINIO BORGES NETO	454.505,19	123.976,00	454.505,19	27/12/2006	31/12/2011	1
591217	45708010053 - ROBERTO CID FERNANDES JUNIOR	82.207,70	6.467,70	82.207,70	23/04/2007	31/12/2010	1
591231	11538957817 - MARCIA MANIR MIGUEL FEITOSA	480.000,00	240.000,00	480.000,00	18/04/2007	18/03/2011	1
591306	36231487091 - ROBERTO VERDUM	87.090,00	7.850,00	87.090,00	30/04/2007	31/12/2010	1
591308	04227541883 - ELISABETH ANDREOLI DE OLIVEIRA	68.960,00	0,00	68.960,00	30/04/2007	31/12/2010	1
591388	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	383.812,83	0,00	278.404,78	11/05/2007	28/02/2011	1
591426	63025530000104 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	29.849.870,99	8.113.223,46	29.849.870,82	02/04/2007	30/03/2011	1
591427	63025530002662 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	7.406.875,18	1.956.459,96	7.406.875,13	02/04/2007	30/03/2011	1
591428	63025530002581 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	3.567.824,19	997.140,00	3.567.374,17	02/04/2007	30/03/2011	1

591429	63025530002824 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	4.600.691,63	1.135.754,86	4.248.945,26	02/04/2007	30/03/2011	1
591430	63025530002905 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	1.978.382,66	555.284,50	1.978.382,57	02/04/2007	30/03/2011	1
591431	63025530008350 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	124.976,89	0,00	124.976,89	02/04/2007	30/03/2011	1
591432	04280196000176 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	489.269,28	132.000,00	418.685,23	02/04/2007	30/03/2011	1
591433	14485841000140 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	470.763,38	214.280,00	470.763,34	02/04/2007	30/03/2011	1
591434	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	728.605,25	219.999,96	620.569,08	02/04/2007	30/03/2011	1
591435	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	1.288.648,28	359.040,00	1.086.038,74	02/04/2007	30/03/2011	1
591436	07885809000197 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ U S	2.664.402,16	582.999,96	2.169.690,30	02/04/2007	30/03/2011	1
591437	34860833000144 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ UEP	19.800,00	0,00	19.800,00	02/04/2007	30/03/2011	1
591438	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	5.265.346,09	1.285.826,44	4.489.478,89	02/04/2007	30/03/2011	1
591439	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	5.762.872,65	1.411.554,38	4.884.339,30	02/04/2007	30/03/2011	1
591440	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	1.329.623,85	316.066,68	1.099.266,07	02/04/2007	30/03/2011	1
591441	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	1.496.198,59	440.000,04	1.276.198,58	02/04/2007	30/03/2011	1
591442	78212263000151 - FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE PIONEIRO 04809688000106 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	38.316,62	0,00	38.316,62	02/04/2007	30/03/2011	1
591443		3.256.360,80	736.560,00	2.726.317,88	02/04/2007	30/03/2011	1
591444	83891283000136 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	1.644.395,75	415.030,00	1.381.770,76	02/04/2007	30/03/2011	1
591445	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	24.996.269,46	7.023.131,36	24.472.923,02	02/04/2007	30/03/2011	1
591446	00326036000160 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO RIO PRETO	257.760,55	62.767,16	217.426,57	02/04/2007	30/03/2011	1
591447	60747318000162 - INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO EST	115.133,41	26.400,00	96.799,42	02/04/2007	30/03/2011	1
591449	46384400002354 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	325.600,22	59.400,00	206.799,39	02/04/2007	30/03/2011	1
591450	56089790000420 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	260.925,31	61.778,07	220.591,33	02/04/2007	30/03/2011	1
591451	01112580000171 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS	222.718,36	54.418,27	186.050,64	02/04/2007	30/03/2011	1
591452	01367770000130 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	260.878,85	110.000,04	225.128,84	02/04/2007	30/03/2011	1
591453	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	404.949,22	178.663,49	371.032,51	02/04/2007	30/03/2011	1
591454	46068425000133 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	11.827.938,54	3.068.344,33	11.571.436,38	02/04/2007	30/03/2011	1
591535	00023248220 - EDILSON RODRIGUES MATOS	480.000,00	120.000,00	480.000,00	15/05/2007	15/04/2011	1
591536	11959134353 - CELIA MARIA MACHADO BARBOSA DE CASTRO	76.360,00	0,00	76.360,00	14/05/2007	31/12/2010	1
591537	14045546000173 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	1.378.322,69	327.800,04	1.154.918,02	02/04/2007	30/03/2011	1
591538	33540014000157 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8.497.173,92	1.843.710,00	6.675.884,38	02/04/2007	30/03/2011	1
591539	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	1.065.465,60	0,00	1.013.740,00	28/03/2007	30/03/2011	1
591540	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	160.393,12	0,00	146.857,12	28/03/2007	30/03/2011	1

591541	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	255.336,00	0,00	105.840,00	28/03/2007	30/03/2011	1
591542	34860833000144 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA UEP	49.632,00	0,00	41.360,00	28/03/2007	30/03/2011	1
591543	60747318000162 - INSTITUTO DE ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO EST	56.668,00	0,00	43.220,00	02/04/2007	30/03/2011	1
591555	14485841000140 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	178.224,00	0,00	156.980,00	28/03/2007	30/03/2011	1
591570	66834759620 - ROBERTO LUIZ DO CARMO	153.470,00	0,00	153.470,00	15/05/2007	31/12/2010	1
591572	67840639704 - CELIA REGINA RIBEIRO DA SILVA CARLINI	161.756,40	0,00	161.756,40	03/05/2007	31/12/2010	1
591690	46764011400 - JOSE FRANCISCO DE CARVALHO GONCALVES	218.750,00	62.500,00	218.750,00	27/12/2006	30/07/2012	1
591691	19769130206 - ROMULO SIMOES ANGELICA	93.111,40	0,00	93.111,40	27/12/2006	30/07/2012	1
591692	33017310230 - NAZARE DO SOCORRO LEMOS SILVA VASCONCELOS	124.990,72	0,00	124.990,72	27/12/2006	30/07/2012	1
591694	10613007816 - ELIANE REGINA ARCHANGELO	166.678,29	0,00	166.678,29	27/12/2006	31/07/2012	1
591695	27205746604 - DALMO LOPES DE SIQUEIRA	55.394,63	0,00	55.394,63	27/12/2006	31/07/2012	1
591696	12898967807 - SOLANGE TELES DA SILVA	62.479,79	0,00	62.479,79	27/12/2006	31/07/2012	1
591697	35021160400 - FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO DANTAS	62.479,79	0,00	62.479,79	27/12/2006	31/07/2012	1
591698	55009247704 - JOSE ANTONIO PERES GEDIEL	41.646,46	0,00	41.646,46	27/12/2006	30/12/2011	1
591699	24732478204 - JADSON LUIS REBELO PORTO	124.280,98	0,00	124.280,98	27/12/2006	30/12/2011	1
591701	04111508804 - JOSE ARANA VARELA	130.451,12	0,00	130.451,12	27/12/2006	31/12/2011	1
591702	60105291404 - JOSE HILTON GOMES RANGEL	119.548,88	0,00	119.548,88	27/12/2006	31/12/2011	1
591703	10747834849 - JOSE EDUARDO DOS SANTOS	110.006,28	0,00	110.006,28	27/12/2006	31/07/2012	1
591704	75737728668 - CARLA GALBIATI	130.891,46	0,00	95.994,97	27/12/2006	31/07/2012	1
591709	39052036004 - FLAVIO MADUREIRA HEINZ	38.833,33	0,00	38.833,33	27/12/2006	30/12/2011	1
591710	08131309134 - LENY CASELLI ANZAI	100.333,33	26.500,00	100.333,33	27/12/2006	30/12/2011	1
591711	07513607400 - ANTONIO TORRES MONTENEGRO	74.833,33	18.000,00	74.833,33	27/12/2006	30/12/2011	1
591712	13637401215 - MARIA AUGUSTA BESSA REBELO	145.721,41	0,00	145.721,41	27/12/2006	31/07/2012	1
591713	41160509972 - ELIZABETH ARTMANN	30.721,41	0,00	30.721,41	27/12/2006	31/07/2012	1
591714	49561863715 - JOHN DU VALL HAY	31.250,00	0,00	31.250,00	27/12/2006	31/07/2012	1
591715	14286130134 - CATIA NUNES DA CUNHA	145.500,00	41.500,00	145.500,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591716	27873609391 - ALANA LISLEA DE SOUSA	174.375,10	0,00	174.375,10	27/12/2006	30/07/2012	1
591717	00542335859 - MARIA ANGELICA MIGLINO	63.256,16	0,00	63.256,16	27/12/2006	31/07/2012	1
591721	00066893291 - MARIA DAS GRACAS SA PEIXOTO PINHEIRO	137.113,68	0,00	137.113,68	27/12/2006	30/12/2011	1
591722	63789647772 - CARMEN LUCIA VIDAL PEREZ	106.964,80	0,00	106.964,80	27/12/2006	30/12/2011	1
591723	02018057820 - MARIA JOSE VIEIRA FONSECA	80.593,40	0,00	80.593,40	27/12/2006	30/07/2012	1

591724	02860813268 - ADOLFO HENRIQUE MULLER	169.406,60	0,00	169.406,60	27/12/2006	31/07/2012	1
591725	60555297691 - GABRIEL AUGUSTO RODRIGUES DE MELO	111.420,44	0,00	111.420,44	27/12/2006	30/12/2011	1
591726	25094998072 - BEATRIZ RONCHI TELES	128.159,00	34.500,00	128.159,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591727	20841205868 - MARIA HERMINIA MARQUES DA SILVA DOMINGUES	62.500,00	0,00	62.500,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591728	58850520182 - JOCYLEIA SANTANA DOS SANTOS	125.000,00	0,00	125.000,00	27/12/2006	31/07/2012	1
591729	00063568268 - RAYMUNDO HERALDO MAUES	124.740,04	0,00	124.740,04	27/12/2006	30/07/2012	1
591730	29249236034 - MARIA EUNICE DE SOUZA MACIEL	124.751,04	0,00	124.751,04	27/12/2006	30/07/2012	1
591733	03873345803 - MARIA DO CARMO ESTANISLAU DO AMARAL	124.888,00	0,00	124.888,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591734	09101837249 - MARIA TERESA FERNANDEZ PIEDADE	62.432,00	0,00	62.432,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591754	08989214300 - ANA LUCIA PONTE FREITAS	80.161,68	0,00	80.161,68	18/05/2007	31/12/2010	1
591761	21464025800 - MICHEL GEORGES ALBERT VINCENTZ	87.879,00	0,00	87.879,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591762	14790017672 - TOCIO SEDIJAMA	86.000,00	0,00	86.000,00	27/12/2006	31/07/2012	1
591763	21911134353 - WELLINGTON FARIAS ARAUJO	163.100,00	41.000,00	163.100,00	27/12/2006	31/07/2012	1
591765	06888909204 - LUCAS ARAUJO CARVALHO	125.000,00	0,00	125.000,00	27/12/2006	30/12/2011	1
591766	37759299168 - FRANCISCO DE ASSIS MENDONCA	118.462,91	0,00	118.337,91	27/12/2006	31/12/2011	1
591767	15211207220 - JOSUE DA COSTA SILVA	130.856,51	31.250,00	130.856,51	27/12/2006	30/07/2012	1
591768	42928907068 - DIANA CARVALHO DE CARVALHO	125.852,08	0,00	125.852,08	27/12/2006	30/12/2011	1
591771	21605033200 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO CALIXTO MARQUES	84.641,97	0,00	84.641,97	27/12/2006	30/12/2011	1
591772	07414340678 - EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARAES	98.065,18	0,00	98.065,18	27/12/2006	30/12/2011	1
591773	26031310600 - OLIMPIA MALUF SOUZA	151.064,74	52.493,52	151.064,74	27/12/2006	30/12/2011	1
591774	00023248220 - EDILSON RODRIGUES MATOS	187.706,56	46.926,64	187.706,56	27/12/2006	31/07/2012	1
591776	00547914806 - ODILA FLORENCIO	104.368,79	0,00	97.338,44	27/12/2006	30/12/2011	1
591777	24045489215 - MARTA SILVA DOS SANTOS GUSMAO	152.661,56	0,00	152.661,56	27/12/2006	30/12/2011	1
592057	04512421653 - ALFREDO GONTIJO DE OLIVEIRA	99.080,22	0,00	99.080,22	04/06/2007	28/02/2010	1
592101	20727402072 - ADAIR LUIZ STEFANELLO BUSATO	99.873,84	0,00	99.873,84	27/12/2006	30/12/2011	1
592132	02605318800 - CELSO MASSAKI HIRATA	48.752,44	0,00	48.752,44	30/05/2007	31/12/2010	1
592190	08229813000 - JOAO ANTONIO PEGAS HENRIQUES	79.111,20	26.951,20	79.111,20	20/06/2007	31/12/2010	1
592191	15136469153 - MARIA FATIMA GROSSI DE SA	95.043,20	27.163,20	95.043,20	20/06/2007	31/12/2010	1
592253	44625936853 - NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN	101.958,00	0,00	51.958,00	26/06/2007	28/02/2010	1
592262	44439512291 - ANDREA VIVIANA WAICHMAN	480.000,00	240.000,00	480.000,00	28/06/2007	27/06/2011	1
592278	63025530010096 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	792.110,66	189.969,96	792.110,26	01/06/2007	31/03/2011	1

592396	18115829668 - ELIAS TADEU FIALHO	40.650,90	0,00	40.650,90	02/07/2007	28/02/2010	1
592418	33828504434 - ARIOSVALDO NUNES DE MEDEIROS	112.842,00	0,00	112.842,00	29/06/2007	31/12/2010	1
592460	11022597000191 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1.412.185,20	0,00	1.117.596,00	29/06/2007	28/02/2011	1
592462	11022597000191 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1.382.698,07	358.599,96	1.177.913,06	29/06/2007	28/02/2011	1
592559	09103112349 - LUIZ EVALDO DE MOURA PADUA	480.000,00	120.000,00	480.000,00	05/07/2007	04/07/2011	1
592570	61742503349 - JOSE BOLIVAR BURBANO PAREDES	480.000,00	120.000,00	480.000,00	09/07/2007	09/06/2011	1
592643	04401565487 - ADAILDO GOMES D ASSUNCAO	89.860,00	0,00	89.860,00	01/08/2007	30/12/2010	1
592644	55060811891 - CARLOS CLEMENTE CERRI	69.520,00	0,00	69.520,00	23/07/2007	31/12/2010	1
592645	76373770834 - VERA DA SILVA TELLES	74.240,00	0,00	74.240,00	20/08/2007	30/12/2010	1
592663	15304795415 - JAIME JOAQUIM DA SILVA PEREIRA CABRAL	20.186,96	0,00	20.186,96	23/07/2007	28/02/2010	1
592667	09152768368 - JOAO CESAR MOURA MOTA	66.029,27	16.869,27	66.029,27	13/07/2007	31/12/2010	1
592712	26081423034 - CELSO AITA	49.160,00	0,00	49.160,00	27/07/2007	31/12/2010	1
592713	19831293487 - PAULO EURICO PIRES FERREIRA TRAVASSOS	348.500,00	0,00	174.250,00	24/07/2007	31/07/2012	1
592760	32412770034 - ELGION LUCIO DA SILVA LORETO	44.220,00	0,00	44.220,00	31/07/2007	31/12/2010	1
592793	46374500000194 - SAO PAULO SECRETARIA DA SAUDE	111.800,01	0,00	107.799,97	30/06/2007	28/02/2011	1
592794	00280492847 - VANDERLEI SALVADOR BAGNATO	95.098,00	21.378,00	95.098,00	02/08/2007	31/12/2010	1
592813	40076369749 - LUIZ DRUDE DE LACERDA	278.800,00	0,00	139.400,00	17/07/2007	31/07/2012	1
592827	46374500000194 - SAO PAULO SECRETARIA DA SAUDE	131.292,69	0,00	85.468,29	28/06/2007	28/02/2010	1
592853	60955813549 - ALVARO SILVA LIMA	48.874,04	0,00	48.874,04	31/07/2007	31/12/2010	1
593025	70160635691 - LUCIANO VILELA PAIVA	91.205,94	2.265,32	91.205,94	20/08/2007	28/02/2011	1
593069	07053817814 - ROBERTO MARCONDES CESAR JUNIOR	38.360,00	0,00	38.360,00	22/08/2007	31/12/2010	1
593134	49172476672 - RENATO PAIVA	118.574,35	28.000,28	118.574,35	22/08/2007	28/02/2011	1
593193	25537105934 - MARIA LUCIA CARNEIRO VIEIRA	23.464,65	0,00	23.464,65	27/08/2007	31/12/2010	1
593234	43107346772 - ELIZABETH TEIXEIRA	161.617,00	43.500,00	161.617,00	29/08/2007	31/07/2012	1
593235	34433937720 - MARIA INES GALVAO FLORES MARCONDES DE SOUZA	88.383,00	0,00	88.383,00	29/08/2007	31/07/2012	1
593240	24242349068 - BENILDO SOUSA CAVADA	19.200,00	0,00	19.200,00	29/08/2007	31/12/2010	1
593527	63278677072 - IVAN EDGARDO PAN PEREZ	47.700,00	0,00	47.700,00	18/09/2007	31/12/2010	1
593535	13137425468 - MARCIONILA FERNANDES	480.000,00	480.000,00	480.000,00	19/09/2007	19/09/2011	1
593644	01829538829 - MARCOS ANTONIO PEDLOWSKI	145.608,94	13.144,20	75.321,81	24/09/2007	31/12/2011	1
593645	08255679987 - MARCIO CHEREM SCHNEIDER	47.785,20	0,00	47.785,20	24/09/2007	30/12/2011	1
593646	94030944868 - DORIS CATHARINE CORNELIE KNATZ KOWALTOWSKI	78.795,18	29.110,78	78.795,18	10/09/2007	31/12/2011	1

593647	22329080972 - MARKUS VINICIUS NAHAS	43.523,44	0,00	43.523,44	24/09/2007	31/12/2011	1
593674	45388342034 - ALEXANDRE DE MELLO KESSLER	142.429,20	32.411,20	142.429,20	26/09/2007	28/02/2011	1
593971	03498697234 - MIRIAM SILVA RAFAEL	138.284,25	0,00	138.284,25	27/09/2007	31/12/2011	1
593977	09679090230 - JOAO CRISOSTOMO WEYL ALBUQUERQUE COSTA	57.927,76	13.894,20	57.927,76	01/10/2007	31/12/2011	1
593978	49729551049 - ADEMIR NIED	73.565,37	0,00	73.565,37	01/10/2007	31/12/2010	1
594005	79019684787 - ERMINDA DA CONCEICAO GUERREIRO COUTO	209.100,00	0,00	104.550,00	26/07/2007	31/07/2012	1
594062	16400194215 - ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS	114.961,83	22.326,29	81.881,83	08/10/2007	31/12/2011	1
594063	46894160791 - ERICKSSON ROCHA E ALMENDRA	123.224,49	43.711,77	123.224,49	08/10/2007	31/12/2011	1
594545	58849130872 - KLEBER PEREIRA LANCAS	78.451,79	10.000,00	78.451,79	18/10/2007	31/12/2010	1
594546	09461760949 - ANTONIO BARBOSA LEMES JUNIOR	22.970,68	0,00	22.970,68	18/10/2007	31/12/2010	1
594572	41441575391 - JORGE BARBOSA SOARES	41.245,29	0,00	41.245,29	17/10/2007	31/12/2010	1
594596	04377699687 - NAIRAM FELIX DE BARROS	72.725,69	15.091,30	72.725,69	24/09/2007	31/12/2011	1
594597	00472247891 - ISAK KRUGLIANSKAS	52.231,84	12.794,20	52.231,84	23/10/2007	31/12/2011	1
595006	40414841700 - OTTO CARLOS MUNIZ BANDEIRA DUARTE	106.421,20	27.181,20	106.421,20	29/10/2007	31/12/2010	1
595250	00040452468 - CARLOS MEDICIS MOREL	120.000,00	0,00	120.000,00	07/11/2007	28/02/2013	1
595430	53333497700 - JOAO CARLOS COSTA DOS ANJOS	40.492,36	0,00	40.492,36	14/11/2007	28/02/2010	1
595592	55151060910 - ADEMIR ANTONIO CAZELLA	59.735,00	0,00	59.735,00	20/11/2007	31/12/2010	1
596086	35206217115 - JADER DOS SANTOS CRUZ	22.080,00	0,00	22.080,00	14/11/2007	31/12/2010	1
596121	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	253.749,58	54.999,96	211.582,89	01/11/2007	28/02/2011	1
596342	15888975591 - PAULO JOSE DO AMARAL SOBRAL	89.409,89	29.842,89	89.409,89	23/11/2007	31/12/2010	1
596619	05338708795 - ALEXANDER ZHEBIT	267.390,43	0,00	188.292,00	14/09/2007	30/12/2010	1
599502	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	426.879,41	142.127,28	371.879,41	03/12/2007	30/10/2011	1
599504	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	366.226,37	45,09	170.206,37	03/12/2007	30/11/2011	1
599506	46384400002435 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	12.191,67	0,00	12.191,13	01/08/2007	30/07/2011	1
600122	05880742687 - MARIA APARECIDA DA SILVA	412.493,25	115.984,00	412.493,25	07/12/2007	30/12/2011	1
600123	19523025600 - MARISA RIBEIRO TEIXEIRA DUARTE	96.153,60	30.433,20	96.153,60	07/12/2007	30/12/2011	1
600129	46384400002435 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	15.040,00	0,00	13.160,00	03/12/2007	30/10/2011	1
604330	22675359000100 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	538.920,00	0,00	220.920,00	03/12/2007	30/11/2011	1
604331	22675359000100 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	540.869,04	158.014,46	451.035,75	03/12/2007	30/11/2011	1
615163	86387553768 - FRANCISCO DE ASSIS DE CARVALHO PINTO	21.956,32	8.478,16	21.956,32	28/12/2007	27/12/2012	1
615164	38685965004 - WILSON FRANCISCO BRITTO WASIELESKY JUNIOR	38.517,24	13.339,08	38.517,24	28/12/2007	27/12/2012	1

615165	22388109434 - ANA LÍCIA PATRIOTA FELICIANO	88.517,00	23.077,00	88.517,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615166	23163330010 - CESAR AUGUSTO GUIMARAES FINGER	73.234,50	13.689,50	73.234,50	28/12/2007	27/12/2012	1
615167	00586323449 - EUFRAZIO DE SOUZA SANTOS	84.756,50	0,00	84.756,50	28/12/2007	27/12/2012	1
615168	67549276749 - EDUARDO DE SA MENDONCA	78.319,20	24.306,40	78.319,20	28/12/2007	27/12/2012	1
615170	42287596453 - LISANDRO JUNO SOARES VIEIRA	107.756,45	13.616,45	107.756,45	28/12/2007	27/12/2012	1
615171	28299418615 - RENILDES LUCIO FERREIRA FONTES	46.862,60	3.877,90	46.862,60	28/12/2007	27/12/2012	1
615172	14476630472 - MARILIA OLIVEIRA FONSECA GOULART	111.739,20	24.721,40	111.739,20	28/12/2007	27/12/2012	1
615173	11115572334 - EFREM JORGE GONDIM FERREIRA	99.795,32	25.873,56	99.795,32	28/12/2007	27/12/2012	1
615174	13084402434 - MARIA ZULEIDE DE NEGREIROS	112.926,69	12.242,23	112.926,69	28/12/2007	27/12/2012	1
615175	58959963453 - JOAQUIM TEODORO ROMAO DE OLIVEIRA	129.143,60	22.937,60	129.143,60	28/12/2007	27/12/2012	1
615176	10843175400 - ELIZA MARIA XAVIER FREIRE	119.497,05	13.063,00	119.497,05	28/12/2007	27/12/2012	1
615178	05763088468 - DARIO JOSE ALOISE	83.242,56	15.687,52	83.242,56	28/12/2007	27/12/2012	1
615179	26091577700 - ROBERTO DOS SANTOS BARTHOLO JUNIOR	44.937,60	14.979,20	44.937,60	28/12/2007	27/12/2012	1
615180	06292771334 - FRANCISCO ASSIS LIMA COSTA	97.530,22	8.272,14	97.530,22	28/12/2007	27/12/2012	1
615181	91233755668 - ROBERTO MAURICIO CARVALHO GUEDES	40.123,72	16.246,86	40.123,72	28/12/2007	27/12/2012	1
615182	05559839515 - PASCOAL TORRES MUNIZ	147.638,12	36.412,84	147.638,12	28/12/2007	27/12/2012	1
615183	22459545215 - RAIMUNDO PEREIRA DE VASCONCELOS	114.693,40	16.500,00	114.693,40	28/12/2007	27/12/2012	1
615184	69094845091 - FRANCINE FERREIRA PADILHA	61.888,60	12.513,40	61.888,60	28/12/2007	27/12/2012	1
615185	27348636420 - JOSE FRANCISMAR DE MEDEIROS	83.161,70	16.955,90	83.161,70	28/12/2007	27/12/2012	1
615189	75924846768 - SERGIO NASCIMENTO DUARTE	40.301,40	12.256,80	40.301,40	28/12/2007	27/12/2012	1
615190	78927560434 - EDCLEIDE MARIA ARAUJO	122.197,92	19.389,64	122.197,92	28/12/2007	27/12/2012	1
615191	03495080899 - BERNARDINO RIBEIRO DE FIGUEIREDO	76.406,88	25.468,96	76.406,88	28/12/2007	27/12/2012	1
615192	02701625858 - MARIA APARECIDA CASTELLANI BOARETTO	100.310,00	2.950,00	100.310,00	27/12/2007	28/12/2012	1
615193	14147580904 - MOACIR PASQUAL	14.416,50	10.416,50	14.416,50	28/12/2007	28/12/2012	1
615194	01307686850 - FABIO LUIZ ZAMBERLAN	60.734,20	19.511,40	60.734,20	28/12/2007	27/12/2012	1
615195	02914538723 - ANDRE LUIS DANTAS RAMOS	45.516,30	0,00	45.516,30	28/12/2007	27/12/2012	1
615196	40698076087 - SIMONI MARGARETI PLENTZ MENEGHETTI	53.606,30	13.215,00	53.606,30	28/12/2007	27/12/2012	1
615197	35772905015 - ANTONIO CARLOS SEVERO MENEZES	102.100,00	12.500,00	102.100,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615198	56147163868 - ANTONIO GILBERTO FERREIRA	34.108,10	11.221,10	34.108,10	28/12/2007	27/12/2012	1
615199	56765614400 - THAIS VASCONCELOS BATISTA	63.537,24	7.239,08	63.537,24	28/12/2007	27/12/2012	1
615200	16046269253 - MARLY GUIMARAES FERNANDES COSTA	100.793,20	15.984,40	100.793,20	28/12/2007	27/12/2012	1

615201	08411066819 - RICARDO SOBHIE DIAZ	51.399,00	16.114,00	51.399,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615202	36081566587 - LEDJANE SILVA BARRETO	81.303,23	14.993,85	81.303,23	28/12/2007	27/12/2012	1
615203	50580396720 - WILSON ACCHAR	32.375,97	6.658,21	32.375,97	28/12/2007	27/12/2012	1
615204	84760532820 - VALTAIR ANTONIO FERRARESI	25.962,66	0,00	25.962,66	28/12/2007	27/12/2012	1
615205	29171156453 - ELISA MARIA BITTENCOURT DUTRA DE SOUSA	59.198,90	14.337,00	59.198,90	28/12/2007	27/12/2012	1
615206	03841197272 - ANTONIO RODRIGUES FERNANDES	96.853,55	12.337,60	96.853,55	28/12/2007	27/12/2012	1
615207	54494206091 - CLAUDIO DARIVA	58.988,14	15.887,00	58.988,14	28/12/2007	27/12/2012	1
615514	04344876865 - PEDRO JACOB CHRISTOFFOLETI	43.422,00	14.474,00	43.422,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615515	52480194515 - ITAMAR ROSA TEIXEIRA	109.646,10	15.931,37	109.646,10	28/12/2007	28/12/2012	1
615516	02495247830 - DANIEL MARCAL DE QUEIROZ	65.470,10	14.488,52	47.723,57	28/12/2007	27/12/2012	1
615517	28869850072 - FRANKLIN RIET CORREA AMARAL	74.273,00	24.618,00	74.273,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615518	09308245049 - CLAUDIO SEVERO LOMBARDO DE BARROS	60.425,00	39.118,00	60.425,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615519	47727780987 - DAVID DRIEMEIER	48.163,00	13.858,00	48.163,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615520	14653370400 - JOSE MARIA CORREIA DA COSTA	92.861,15	11.237,05	92.861,15	28/12/2007	27/12/2012	1
615521	28139135615 - AFONSO MOTA RAMOS	25.900,00	6.475,00	25.900,00	28/12/2007	27/12/2012	1
615522	09385260812 - MARCO AURELIO CARBONE CARNEIRO	94.067,48	14.709,16	94.067,48	28/12/2007	27/12/2012	1
615524	22855491134 - ADEMIR APARECIDO DO PRADO	84.753,20	0,00	84.753,20	28/12/2007	27/12/2012	1
615525	84732830668 - JOSE ALEXANDER ARAUJO	95.328,60	28.664,20	95.328,60	28/12/2007	27/12/2012	1
619055	40097293849 - VERA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA	193.979,00	35.331,40	193.979,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619056	28254171491 - MARIO MONTEIRO ROLIM	83.926,00	6.400,00	83.926,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619057	47944170044 - CLAUDIA KELLER	61.033,43	11.080,98	61.033,43	28/12/2007	27/12/2012	1
619058	10406211809 - FABIANO CESARINO	72.154,93	9.865,70	72.154,93	28/12/2007	27/12/2012	1
619059	12595982842 - FERNANDO AUGUSTO MOREIRA	104.512,00	11.000,00	104.512,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619060	02018057820 - MARIA JOSE VIEIRA FONSECA	56.358,15	15.443,15	56.358,15	28/12/2007	27/12/2012	1
619061	11001216504 - JOSE ANGELO SEBASTIAO ARAUJO DOS ANJOS	81.005,28	17.156,32	81.005,28	28/12/2007	27/12/2012	1
619062	07055299837 - CARLOS ALEXANDRE COSTA CRUSCIOL	28.988,50	5.055,50	28.988,50	28/12/2007	27/12/2012	1
619063	01617977845 - EDGARD JARDIM ROSA JUNIOR	95.928,00	0,00	95.928,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619064	26310112368 - OTACILIO DA MOTA ALMEIDA	129.587,23	39.177,86	129.587,23	28/12/2007	27/12/2012	1
619065	40493121153 - MARCOS GINO FERNANDES	93.309,28	9.200,52	93.309,28	28/12/2007	27/12/2012	1
619066	36226483687 - ALEX ALAN FURTADO DE ALMEIDA	93.560,00	13.120,00	93.560,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619067	73869821787 - ANTONIO CARLOS DE SOUZA ABOUD	54.461,70	17.906,50	54.461,70	28/12/2007	27/12/2012	1

619068	10985379553 - JORGE ANTONIO GONZAGA SANTOS	106.649,29	28.117,64	106.649,29	28/12/2007	27/12/2012	1
619069	50166786187 - JORGE TEODORO DE SOUZA	114.764,05	21.824,70	114.764,05	28/12/2007	27/12/2012	1
619070	19738625653 - CELIA ALENCAR DE MORAES	47.211,63	17.884,46	47.211,63	28/12/2007	27/12/2012	1
619071	09698351833 - FABIO YAMASHITA	60.660,28	18.604,56	60.660,28	06/12/2007	27/12/2012	1
619072	28462874300 - ARLINDO DE ALENCAR ARARIPE NORONHA MOURA	114.366,02	19.269,26	114.366,02	28/12/2007	27/12/2012	1
619073	42755344687 - MODESTO ANTONIO CHAVES	116.148,80	10.700,00	116.148,80	28/12/2007	27/12/2012	1
619074	19349548615 - DILERMANDO MIRANDA DA FONSECA	44.349,16	14.962,12	44.349,16	28/12/2007	27/12/2012	1
619075	41139976672 - VALERIA PAULA RODRIGUES MINIM	18.670,50	4.574,10	18.670,50	28/12/2007	27/12/2012	1
619076	20723660034 - WAI YING YUK GEHLING	37.443,80	0,00	37.443,80	28/12/2007	27/12/2012	1
619077	67427375904 - GRACIELA INES BOLZON DE MUNIZ	44.551,05	14.850,35	44.551,05	28/12/2007	27/12/2012	1
619078	03144080888 - ADALBERTO PESSOA JUNIOR	79.656,08	16.630,48	79.656,08	28/12/2007	27/12/2012	1
619181	25774654320 - JOSE RIBAMAR GUSMAO ARAUJO	366.700,60	82.233,53	284.467,07	28/12/2007	28/12/2011	1
619182	28112552819 - FABIO HIROYUKI OGATA MITSUI	236.280,00	32.140,00	236.280,00	28/12/2007	28/12/2011	1
619184	21945870206 - LIA BRAGA VIEIRA	228.871,02	0,00	228.871,02	28/12/2007	24/02/2011	1
619186	18456090344 - MARIA DA GLORIA CARVALHO MOURA	313.570,00	129.046,66	313.570,00	28/12/2007	28/12/2011	1
619189	26031310600 - OLIMPIA MALUF SOUZA	404.808,58	94.936,19	309.872,39	28/12/2007	28/12/2011	1
619190	28587235591 - NUBIA MOURA RIBEIRO	204.731,90	0,00	204.731,90	28/12/2007	10/05/2010	1
619191	01258152711 - MIGUEL DE SANTA BRIGIDA JUNIOR	214.425,94	0,00	166.503,47	28/12/2007	28/12/2011	1
619193	63414287234 - LILIAM CRISTINA DA SILVA BARROS	302.282,00	0,00	231.231,50	28/12/2007	28/12/2011	1
619194	20944896715 - VERA RAIMUNDA AMERIO ASSEFF	343.988,35	343.988,35	343.988,35	28/12/2007	28/12/2011	1
619206	61693081172 - MARCOS MASSAO FUTAI	29.617,40	13.937,60	29.617,40	28/12/2007	27/12/2012	1
619207	23588993304 - RICARDO ESPINDOLA ROMERO	89.618,20	23.799,40	89.618,20	28/12/2007	27/12/2012	1
619208	44130546449 - ADAILSON PEREIRA DE SOUZA	61.896,00	4.952,00	61.896,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619209	55819427904 - LAURO TATSUO KUBOTA	55.789,45	15.343,99	55.789,45	28/12/2007	27/12/2012	1
619210	46589112134 - LINCOLN CARLOS SILVA DE OLIVEIRA	48.020,00	0,00	48.020,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619211	38696630815 - RUY DE ARAUJO CALDAS	44.960,00	15.440,00	44.960,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619212	93153449872 - ERICA MARIA PELLEGRINI CARAMASCHI	70.717,35	19.894,36	70.717,35	28/12/2007	27/12/2012	1
619213	33810877549 - ARISVALDO VIEIRA MELLO JUNIOR	73.486,60	0,00	73.486,60	28/12/2007	27/12/2012	1
619214	02062526849 - RUBEM LA LAINA PORTO	51.204,90	0,00	51.204,90	28/12/2007	27/12/2012	1
619215	16706935468 - MARIA DAS GRACAS CARNEIRO DA CUNHA	60.215,72	16.742,20	60.215,72	28/12/2007	27/12/2012	1
619216	25514776468 - ANA LUCIA FIGUEIREDO PORTO	56.320,40	14.796,88	56.320,40	28/12/2007	27/12/2012	1

619217	28300319620 - LINO ROBERTO FERREIRA	50.918,40	16.972,80	50.918,40	28/12/2007	27/12/2012	1
619218	27910105487 - OLAF ANDREAS BAKKE	96.373,00	25.711,00	96.373,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619219	60551844868 - CINIRO COSTA	62.340,00	17.049,00	62.340,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619220	06745458187 - IRMTRAUT ARACI HOFFMANN PFRIMER	47.681,50	12.077,00	47.681,50	28/12/2007	27/12/2012	1
619226	38185806187 - JOSE ELOI GUIMARAES CAMPOS	33.232,92	0,00	33.232,92	30/01/2008	31/12/2010	1
619228	83281207715 - TEODIANO FREIRE BASTOS FILHO	100.154,54	30.742,16	100.154,54	01/02/2008	28/02/2011	1
619229	86102990820 - DULCINEIA SAES PARRA ABDALLA	19.766,00	0,00	19.766,00	01/02/2008	28/02/2010	1
619230	78817684872 - JOAO BATISTA DE ALMEIDA E SILVA	24.510,00	0,00	24.510,00	01/02/2008	28/02/2010	1
619231	29834678720 - JOSE CLAUDIO DE FARIA TELLES	21.648,00	0,00	21.648,00	01/02/2008	28/02/2010	1
619252	70810001420 - MARCOS ANTONIO DE MORAIS JUNIOR	27.080,00	0,00	27.080,00	07/02/2008	30/12/2011	1
619253	82704139849 - EDSON ANTONIO TICIANELLI	74.023,20	25.023,20	74.023,20	07/02/2008	30/12/2011	1
619254	04533473806 - IVO MILTON RAIMUNDO JUNIOR	61.296,94	0,00	61.296,94	01/02/2008	28/02/2010	1
619255	74776924820 - ELIANA GERTRUDES DE MACEDO LEMOS	67.318,10	18.899,01	67.318,09	01/02/2008	28/02/2011	1
619257	77851730791 - SERGIO LUIS DE ALMEIDA ALVARES	63.093,90	19.527,39	63.093,90	11/02/2008	31/12/2010	1
619259	43143172720 - SULAMITA KLEIN	62.360,00	5.200,00	62.360,00	08/02/2008	31/12/2011	1
619295	66051940715 - LUCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS	25.108,55	5.461,71	25.108,55	28/12/2007	27/12/2012	1
619296	00572857993 - JULIO EDUARDO ARCE	59.234,06	0,00	59.234,06	28/12/2007	27/12/2012	1
619297	10785177892 - LUCIO CARDOZO FILHO	55.222,04	10.500,00	55.222,04	28/12/2007	27/12/2012	1
619298	83037497734 - MARCELO AMORIM SAVI	82.260,14	24.187,60	82.260,14	28/12/2007	27/12/2012	1
619299	66583276887 - KLEBER MENDES DE FIGUEIREDO	60.572,00	0,00	60.572,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619300	05012180410 - UILAME UMBELINO GOMES	11.801,90	0,00	11.801,90	28/12/2007	27/12/2012	1
619301	13768033805 - MARCELO NICOLAS MUSCARA	65.731,77	17.285,32	65.731,77	28/12/2007	27/12/2012	1
619302	07203120864 - SARA MARIA THOMAZZI	63.152,12	17.813,20	63.152,12	28/12/2007	27/12/2012	1
619303	07764045802 - PEDRO LUIS DA COSTA AGUIAR ALVES	25.908,55	5.461,71	25.908,55	28/12/2007	27/12/2012	1
619305	43443451268 - SEBASTIAO ELVIRO DE ARAUJO NETO	91.620,00	6.600,00	91.620,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619306	02146145811 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES MOURAO FILHO	57.661,48	14.109,16	57.661,48	28/12/2007	27/12/2012	1
619307	55022367734 - CLARISSE SIECKENIUS DE SOUZA	22.617,24	7.539,08	22.617,24	28/12/2007	27/12/2012	1
619343	10487395387 - PLACIDO ROGERIO PINHEIRO	43.014,48	11.578,16	43.014,48	28/12/2007	27/12/2012	1
619344	10260438839 - RONEI JESUS POPPI	16.361,90	4.878,90	16.361,90	28/12/2007	27/12/2012	1
619345	33495483772 - CARLOS WILSON GOMES LOPES	33.071,00	10.499,00	33.071,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619346	11392618860 - AMAURI ARIAS WENCESLAU	99.131,60	13.096,00	99.131,60	28/12/2007	27/12/2012	1

619347	00475183754 - DONATO ALEXANDRE GOMES ARANDA	54.628,32	15.201,52	54.628,32	28/12/2007	27/12/2012	1
619348	13430874491 - SEVERINO PEREIRA CAVALCANTI MARQUES	67.819,60	21.053,20	67.819,60	28/12/2007	27/12/2012	1
619349	06681994822 - IRENE BASTOS FRANCESCHINI VICENTINI	65.352,40	18.277,20	65.352,40	28/12/2007	27/12/2012	1
619350	10587316888 - MANOEL SOARES SOARES JUNIOR	102.713,30	16.353,30	102.713,30	28/12/2007	27/12/2012	1
619351	30642906220 - ROBERTA VILHENA VIEIRA LOPES	86.975,86	18.778,52	86.975,86	28/12/2007	27/12/2012	1
619352	34123660800 - ANIBAL EUGENIO VERCESI	42.543,84	14.181,28	42.543,84	28/12/2007	27/12/2012	1
619361	40192130897 - PAULO ROBERTO DO LAGO HELENE	52.140,80	16.695,40	52.140,80	28/12/2007	27/12/2012	1
619362	21100250000 - CARLOS ALBERTO CERETTA	73.376,18	14.154,28	73.376,18	28/12/2007	27/12/2012	1
619363	64298310868 - ERIVELTO GOULART	59.661,40	28.411,40	59.661,40	28/12/2007	27/12/2012	1
619364	20969791615 - EDUARDO GUIMARAES COUTO	75.815,76	9.909,72	75.815,76	28/12/2007	27/12/2012	1
619365	06903690263 - MANOEL FERNANDES MARTINS NOGUEIRA	102.631,34	20.438,47	102.631,34	28/12/2007	27/12/2012	1
619367	03732253856 - LUIZ ANTONIO PESSAN	42.853,20	14.284,40	42.853,20	28/12/2007	27/12/2012	1
619368	44547811091 - JANICE IZABEL DRUZIAN	51.186,65	12.269,45	51.186,65	28/12/2007	27/12/2012	1
619369	23796375049 - GUILLERMO JUAN CREUS	58.575,96	19.525,32	58.575,96	28/12/2007	27/12/2012	1
619370	11433665816 - ALEXANDRE SILVEIRA	88.651,23	0,00	88.651,23	28/12/2007	27/12/2012	1
619371	37099426168 - MARIA CLORINDA SOARES FIORAVANTI	48.726,32	15.906,68	48.726,32	28/12/2007	27/12/2012	1
619372	49321056653 - JOSE NEUMAN MIRANDA NEIVA	119.095,68	15.953,32	119.095,68	28/12/2007	27/12/2012	1
619373	15724520800 - ANTONIO EDUARDO MARTINELLI	103.645,70	15.601,90	103.645,70	28/12/2007	27/12/2012	1
619374	93770880625 - CLAUDIO MANOEL RODRIGUES DE MELO	51.212,64	18.517,24	51.212,64	28/12/2007	27/12/2012	1
619375	16288246549 - ALVARO PIRES DA SILVA	49.636,45	9.152,40	49.636,45	28/12/2007	30/12/2012	1
619376	06858088822 - JOSE BALDIN PINHEIRO	9.998,56	2.479,08	9.998,56	28/12/2007	27/12/2012	1
619377	17069777353 - WAGNER COELHO DE ALBUQUERQUE PEREIRA	27.590,49	9.196,83	27.590,49	28/12/2007	27/12/2012	1
619378	05013623472 - PEDRO VIEIRA DE AZEVEDO	41.062,95	17.037,00	41.062,95	28/12/2007	27/12/2012	1
619379	45763500059 - RONALDO OLIVERA CAVALLI	89.875,40	20.817,24	89.875,40	28/12/2007	27/12/2012	1
619415	33773521715 - EDUARDO DE MIRANDA BATISTA	92.985,00	31.407,52	92.985,00	01/02/2008	30/04/2011	1
619450	12684635153 - VERSIDES SEBASTIAO DE MORAES E SILVA	50.643,22	0,00	50.643,22	28/12/2007	27/12/2012	1
619473	87253836715 - LUIZ MARIO RAMOS FANINI	45.577,50	15.192,50	45.577,50	28/12/2007	27/12/2012	1
619475	52537919491 - GIL RODRIGUES DOS SANTOS	41.666,00	0,00	41.666,00	28/12/2007	27/12/2012	1
619476	57790612972 - MARIO ANTONIO NAVARRO DA SILVA	41.820,10	3.464,94	41.820,10	28/12/2007	27/12/2012	1
619477	61823589987 - HELOISA RAMOS LACERDA DE MELO	58.293,34	15.129,78	58.293,34	28/12/2007	27/12/2012	1
619478	31518010482 - RICARDO NEVES BEDOYA	95.096,60	0,00	95.096,60	28/12/2007	27/12/2012	1

619479	96609095868 - JOAO BAPTISTA BALDO	9.201,90	0,00	9.201,90	28/12/2007	27/12/2012	1
619480	66214327634 - LUCIANE VILELA RESENDE	109.804,16	0,00	109.804,16	28/12/2007	27/12/2012	1
619535	24000752804 - ANTONIO APARECIDO MOZETO	65.451,60	0,00	65.451,60	13/02/2008	28/02/2010	1
619537	04511700320 - TELMA LEDA GOMES DE LEMOS	64.450,16	0,00	64.450,16	13/02/2008	28/02/2011	1
619538	31615074791 - MARIA HELENA VICENTE WERNECK	95.964,52	30.866,14	95.964,52	01/02/2008	28/02/2011	1
619540	31138438987 - NELSON SADOWSKI	77.964,98	18.197,14	76.851,12	15/02/2008	31/12/2010	1
619580	41475682115 - ELIANY ALVARENGA DE ARAUJO	222.819,32	0,00	154.273,11	28/12/2007	28/12/2011	1
619581	07451237320 - MARIA AUXILIADORA FERREIRA LIMA	282.939,00	54.313,00	228.626,00	28/12/2007	28/12/2011	1
620183	68581777449 - MEUSE NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	202.200,00	0,00	202.200,00	28/12/2007	30/06/2010	1
620238	84167530910 - ANTONIO ANDRE NOVOTNY	77.351,06	21.871,06	77.351,06	18/02/2008	30/12/2011	1
620239	22581480149 - ADOLFO BAUCHSPIESS	63.563,12	0,00	63.563,12	19/02/2008	28/02/2010	1
620544	57459690597 - CRISTIANO BARROS DE MELO	121.556,00	17.081,00	121.556,00	28/12/2007	27/12/2012	1
620545	30399564853 - AUGUSTO JOSE DE ALMEIDA BUSCHINELLI	52.775,60	15.601,90	52.775,60	28/12/2007	27/12/2012	1
620619	01985418304 - MARIA ALICE MELO	85.059,60	30.433,20	85.059,60	31/12/2007	31/12/2011	1
620626	18504728900 - RUI FRANCISCO MARTINS MARCAL	201.808,00	50.452,00	151.356,00	28/12/2007	28/12/2011	1
620629	13137425468 - MARCIONILA FERNANDES	350.000,00	153.333,34	273.333,34	28/12/2007	28/12/2011	1
620630	05497876315 - IRIS MARIA RIBEIRO PORTO	400.000,00	186.666,66	399.999,99	28/12/2007	28/12/2011	1
620631	88631923400 - JADCELY RODRIGUES VIEIRA	350.000,00	153.333,34	273.333,34	28/12/2007	28/12/2011	1
620681	49613634720 - ANTENOR FERREIRA FILHO	400.920,00	187.280,00	400.920,00	28/12/2007	20/12/2011	1
620702	10060014504 - MANOEL BARRAL NETTO	29.532,00	0,00	29.532,00	01/02/2008	28/02/2010	1
620703	39535878034 - ANDREA MOURA BERNARDES	92.119,78	29.602,50	92.119,78	18/02/2008	28/02/2011	1
620704	42525756720 - JOAO LUIS RIBEIRO FRAGOSO	64.129,08	0,00	64.129,08	19/02/2008	28/02/2010	1
620708	04566240827 - EDER TADEU GOMES CAVALHEIRO	65.038,08	0,00	65.038,08	19/02/2008	28/02/2010	1
620709	12841293491 - QUEZIA BEZERRA CASS	81.828,30	26.076,70	81.828,30	19/02/2008	28/02/2011	1
620710	83239502704 - MAGALI CHRISTE CAMMAROTA	62.391,75	0,00	62.391,75	19/02/2008	28/02/2010	1
620711	48356425700 - RICARDO LUIZ LOURO BERBARA	44.572,24	16.000,00	44.572,24	21/02/2008	30/06/2010	1
620712	31699766649 - ALEXANDRE QUEIROZ BRACARENSE	55.017,24	6.600,00	55.017,24	21/02/2008	30/06/2010	1
620713	00622590839 - BERNADETTE DORA GOBOSSY DE MELO FRANCO	30.366,30	0,00	30.366,30	21/02/2008	28/02/2010	1
620717	50405578415 - GLAUCO FONTGALLAND	27.080,00	0,00	27.080,00	26/02/2008	30/12/2011	1
620723	29075122934 - VALDIR SOLDI	80.078,24	22.918,24	80.078,24	18/02/2008	31/12/2011	1
620725	00482402814 - MIGUEL JUAN BACIC	64.316,30	0,00	64.316,30	25/02/2008	28/02/2010	1

620726	33132240087 - IVANA BEATRICE MANICA DA CRUZ	57.672,89	0,00	57.672,89	03/03/2008	28/02/2010	1
620737	07974310472 - VALDEMIR ALEXANDRE DOS SANTOS	86.078,72	24.104,32	86.078,72	28/12/2007	27/12/2012	1
620738	19333773215 - NABOR DA SILVEIRA PIO	90.514,25	28.504,75	90.514,25	28/12/2007	27/12/2012	1
620739	31003664687 - RAMON ROMANKEVICIUS COSTA	35.680,98	11.893,66	35.680,98	28/12/2007	27/12/2012	1
620740	09419357449 - VERA LUCIA DE MENEZES LIMA	114.726,55	18.102,85	114.726,55	28/12/2007	27/12/2012	1
620741	65950658191 - MARIANA PIRES DE CAMPOS TELLES	67.254,50	0,00	67.254,50	28/12/2007	27/12/2012	1
620743	98163817887 - DELMA MACHADO CANTISANI	95.147,21	14.102,41	95.147,21	28/12/2007	27/12/2012	1
620744	58976850106 - HAMILTON BARBOSA NAPOLITANO	125.000,00	0,00	125.000,00	28/12/2007	27/12/2012	1
620745	14088100425 - CARLOS ALBERTO VIEIRA DE AZEVEDO	34.548,10	9.903,70	34.548,10	28/12/2007	27/12/2012	1
620746	19304315468 - MANOEL EUSEBIO DE LIMA	29.276,04	12.020,36	29.276,04	28/12/2007	27/12/2012	1
620779	05148383887 - ARON JURKIEWICZ	59.923,66	0,00	59.923,66	01/02/2008	28/02/2010	1
620796	40586596534 - MARCELO EMBIRUCU DE SOUZA	99.730,22	19.036,74	98.796,89	28/12/2007	27/12/2012	1
620797	46016520730 - JOAO CARLOS KER	60.749,85	14.382,30	60.749,85	28/12/2007	27/12/2012	1
620798	08501739812 - ROSANE GARCIA COLLEVATTI	29.566,90	0,00	29.566,90	28/12/2007	27/12/2012	1
620799	40327582715 - PAULO JOSE ADISSI	80.920,00	0,00	80.920,00	28/12/2007	27/12/2012	1
620800	26114704720 - SERGIO KOIFMAN	12.375,04	0,00	12.375,04	28/12/2007	27/12/2012	1
620801	01590113888 - CLARICE GARCIA BORGES DEMETRIO	47.568,96	17.178,16	47.568,96	28/12/2007	27/12/2012	1
620802	26152452600 - JOSE ANTONIO FRIZZONE	39.186,72	9.078,16	39.186,72	28/12/2007	27/12/2012	1
620803	27055833787 - EDUARDO DE MORAES REGO FAIRBAIRN	45.281,68	13.760,56	45.281,68	28/12/2007	27/12/2012	1
620804	40104443049 - SAMIR AHMAD MUSSA	42.048,01	10.065,51	42.048,01	28/12/2007	27/12/2012	1
620811	04605671870 - RUBENS MACIEL FILHO	11.676,62	0,00	11.676,62	28/12/2007	27/12/2012	1
620814	08525072087 - TEREZINHA VALIM OLIVER GONCALVES	93.114,80	19.284,40	93.114,80	15/02/2008	14/02/2013	1
620815	25319051034 - DIONISIO BAZEIA FILHO	94.052,70	94.052,70	94.052,70	26/02/2008	28/02/2011	1
620816	17570638034 - ROSA MARIA VICCARI	56.956,28	0,00	56.956,28	26/02/2008	28/02/2010	1
620817	05754372434 - ANTONIO CABRAL NETO	64.072,40	0,00	64.072,40	29/02/2008	28/02/2010	1
620818	49182331715 - CLAUDEMIRO BOLFARINI	63.681,95	0,00	63.681,95	28/02/2008	28/02/2011	1
620819	12219923843 - SONIA REGINA PASIAN	64.072,40	0,00	64.072,40	28/02/2008	28/02/2011	1
620820	60991984820 - ELKE JURANDY BRAN NOGUEIRA CARDOSO	95.528,24	30.742,16	95.528,24	28/02/2008	28/02/2011	1
620821	16898737600 - WEBE JOAO MANSUR	85.566,48	24.977,09	85.566,47	29/02/2008	28/02/2011	1
620822	11735023191 - ANGELA MARIA CRISTINA UCHOA DE ABREU BRANCO	64.852,08	0,00	64.852,08	25/02/2008	28/02/2010	1
620823	01191054705 - SILVIA RODRIGUES VIEIRA	93.905,48	29.379,90	93.905,48	22/02/2008	28/02/2011	1

621082	33196001687 - PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA	69.586,16	24.378,02	69.586,16	06/03/2008	31/12/2010	1
621083	30298857804 - JOSE ANDRE PERES ANGOTTI	12.692,20	0,00	12.692,20	27/02/2008	27/12/2012	1
621376	43009050020 - SHIRLEY TAKECO GOBARA	66.213,60	0,00	66.213,60	28/02/2007	27/12/2012	1
621379	43678106820 - ROBERTO NARDI	38.076,60	12.692,20	38.076,60	05/03/2008	04/03/2013	1
621381	26946662806 - GUSTAVO QUEVEDO ROMERO	39.600,00	0,00	39.600,00	31/01/2008	31/01/2010	1
621382	47488620097 - CARLOS ROBERTO SANCHEZ MILANI	57.160,00	0,00	57.160,00	05/03/2008	31/12/2011	1
621383	69916160104 - WALTER OMAR KOHAN	56.680,00	0,00	56.680,00	05/03/2008	31/12/2011	1
621384	61845752791 - MICHEL MISSE	84.294,40	27.134,40	84.294,40	05/03/2008	31/12/2011	1
621390	31268218120 - JOSE ROBERTO DA SILVA LUNAS	275.227,97	0,00	275.227,97	28/12/2007	28/12/2011	1
621392	07554044320 - VALENE DA SILVA AMARANTE JUNIOR	410.000,00	0,00	120.000,00	28/12/2007	28/12/2011	1
621527	21348082844 - DIMITAR KOLEV DIMITROV	91.480,89	28.284,95	91.480,89	18/02/2008	28/02/2012	1
621528	99449919887 - BERNARDO MANCANO FERNANDES	62.566,62	0,00	62.566,62	06/03/2008	28/02/2010	1
621529	09329765220 - FERNANDO IIKAWA	90.864,42	26.362,04	90.864,42	29/02/2008	28/02/2011	1
621531	54925061887 - ERNESTO RAFAEL GONZALEZ	55.083,13	0,00	55.083,13	26/02/2008	28/02/2010	1
621532	85559504815 - WALDOMIRO DE CASTRO SANTOS VERGUEIRO	60.485,36	0,00	60.485,36	26/02/2008	28/02/2010	1
621533	01059077825 - JOHN MILTON	55.753,93	0,00	55.753,93	06/03/2008	28/02/2010	1
621534	34273808404 - JAEISON FREIRE BRELAZ DE CASTRO	84.749,69	22.821,83	84.749,69	28/02/2008	28/02/2012	1
621536	78135346700 - CLAUBIA PEREIRA BEZERRA LIMA	64.821,42	0,00	64.821,42	28/02/2008	28/02/2010	1
621537	33628939020 - CARLOS ARTHUR FERREIRA	91.982,98	28.941,04	91.982,98	06/03/2008	28/02/2012	1
621538	45005532072 - RODRIGO BAINY LEAL	64.430,30	0,00	64.430,30	06/03/2008	28/02/2010	1
621539	67383122887 - VITO ROBERTO VANIN	56.402,95	0,00	56.402,95	06/03/2008	28/02/2010	1
621540	33138702791 - MARCOS ROBERTO DA SILVA BORGES	81.708,62	20.763,19	81.708,61	26/02/2008	28/02/2012	1
621543	10561072000 - SARA VIOLA RODRIGUES	55.219,95	0,00	55.219,95	26/02/2008	28/02/2010	1
621567	47431822120 - MARIA LUCIA RODRIGUES MULLER	166.666,66	83.833,33	166.666,66	13/03/2008	31/12/2011	1
621619	56807635672 - EDMAR LUIZ FAGUNDES DE ALMEIDA	57.575,01	15.789,18	57.575,01	10/03/2008	28/02/2012	1
621621	03691042856 - OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR	63.931,57	0,00	63.931,57	20/02/2008	28/02/2010	1
621622	18661785715 - MARIA DO AMPARO TAVARES MALEVAL	52.608,04	0,00	52.608,04	28/02/2008	28/02/2010	1
621624	13474819828 - CARLOS RENATO RAMBO	29.011,00	0,00	29.011,00	10/03/2008	30/06/2010	1
621625	50554310163 - DRAULIO BARROS DE ARAUJO	24.527,88	0,00	24.527,88	06/03/2008	28/02/2010	1
621626	05311748400 - MARIA CELESTE GONCALVES VIDIGAL	27.309,44	0,00	27.309,44	06/03/2008	28/02/2010	1
621627	47501855749 - ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA	47.083,04	0,00	47.083,04	10/03/2008	30/06/2010	1

621628	30768918987 - RAQUEL REJANE BONATO NEGRELLE	49.977,20	0,00	49.977,20	10/03/2008	30/06/2010	1
621629	01981054871 - RUTH HERTA GOLDSCHMIDT ALIAGA	25.913,60	0,00	25.913,60	06/03/2008	28/02/2010	1
621632	54151287353 - ANTONIO GOMES DE SOUZA FILHO	79.192,40	23.712,40	79.192,40	10/03/2008	30/12/2011	1
621633	03556619857 - FERNANDO JOSEPETTI FONSECA	60.966,43	0,00	60.966,43	06/03/2008	28/02/2010	1
621689	33297843691 - MARIA CATARINA MEGUMI KASUYA	79.535,04	14.545,14	79.535,04	07/03/2008	28/12/2011	1
621690	60067861768 - JACQUELINE HERMANN	64.103,72	0,00	64.103,72	26/02/2008	28/02/2011	1
621691	26512424700 - SONIA MARIA RUMMERT	91.755,07	28.727,74	91.755,06	20/02/2008	28/02/2011	1
621692	09338675734 - FERNANDO GARCIA DE MELLO	52.393,53	0,00	52.393,53	06/03/2008	28/02/2011	1
621693	24974684000 - MARIA ISABEL DA CUNHA	90.088,06	25.560,42	90.088,06	10/03/2008	28/02/2011	1
621694	07649800172 - ROMULO CERQUEIRA LEITE	18.750,00	6.250,00	18.750,00	28/12/2007	27/12/2012	1
621695	17586992649 - NORBERTO MARIO RODRIGUEZ	18.750,00	6.250,00	18.750,00	28/12/2007	27/12/2012	1
621696	82024332404 - ELIANA CRISTINA BARRETO MONTEIRO	113.679,20	23.214,60	113.679,20	28/12/2007	27/12/2012	1
621697	13253298434 - BENEMAR ALENCAR DE SOUZA	32.906,40	10.000,00	32.906,40	28/12/2007	27/12/2012	1
621698	09840243870 - PEDRO TEIXEIRA LACAVA	62.438,16	20.840,80	62.438,16	28/12/2007	27/12/2012	1
621699	24481203749 - GLORIA DULCE DE ALMEIDA SOARES	43.477,27	10.505,83	43.477,27	28/12/2007	27/12/2012	1
621700	39615987891 - THEREZA CHRISTINA VESSONI PENNA	41.523,52	0,00	41.523,52	28/12/2007	27/12/2012	1
621739	09337350572 - JOSE REINALDO SILVA	58.666,40	0,00	58.666,40	06/03/2008	30/06/2010	1
621740	26443333004 - PAULO SILVA BELMONTE DE ABREU	47.292,35	0,00	47.292,35	11/03/2008	28/02/2011	1
621741	64671054353 - JORG HEUKELBACH	83.341,18	20.453,10	83.341,18	11/03/2008	31/12/2011	1
621742	74172450059 - LEANDRO MACHADO DE CARVALHO	69.095,22	0,00	69.095,22	11/03/2008	28/02/2010	1
621743	30960258787 - RICHARD MAGDALENA STEPHAN	26.858,40	0,00	26.858,40	11/03/2008	28/02/2010	1
621744	08143420272 - LUIZ CARLOS DE LIMA SILVEIRA	65.347,00	0,00	65.347,00	11/03/2008	28/02/2010	1
621745	64839834920 - CLAUDIA PEREIRA KRUEGER	94.525,92	0,00	94.525,92	11/03/2008	28/02/2010	1
621746	27454975100 - BELENI SALETE GRANDO	83.573,96	21.500,00	83.573,96	13/03/2008	30/12/2011	1
621747	26308231215 - CLAUDIO NAHUM ALVES	60.781,14	0,00	60.781,14	13/03/2008	28/02/2010	1
621748	00271122846 - CLAUDIO SHYINTI KIMINAMI	87.451,05	28.515,82	87.451,05	29/02/2008	28/02/2011	1
622112	37813404904 - SAMIR NAGI YOUSRI GERGES	92.175,56	29.658,86	92.175,56	14/02/2008	28/02/2011	1
622114	29987920900 - WALTER ANTONIO BAZZO	58.214,40	14.526,60	58.214,40	10/03/2008	09/03/2013	1
622115	23509007972 - WASHINGTON LUIZ PACHECO DE CARVALHO	83.624,00	19.761,40	83.624,00	10/03/2008	09/03/2013	1
622116	15684008615 - OTO NERI BORGES	69.955,00	18.437,60	69.955,00	10/03/2008	09/03/2013	1
622117	53064364049 - FERNANDA OSTERMANN	31.023,40	7.535,50	31.023,40	10/03/2008	09/03/2013	1

622123	71608290859 - MARIO TOMAZELLO FILHO	64.858,16	0,00	64.858,16	17/03/2008	28/02/2011	1
622124	05453755768 - CRISTINA TRISTAO DE ANDRADE	39.269,38	0,00	39.269,38	17/03/2008	28/02/2011	1
622125	00552911712 - MARCOS CALLISTO DE FARIA PEREIRA	64.949,95	0,00	64.949,95	17/03/2008	28/02/2011	1
622126	24283061204 - JEFFERSON ROCHA DE ANDRADE SILVA	65.662,78	0,00	65.662,78	10/03/2008	28/02/2011	1
622128	54186250987 - ANA PAULA FREDERICO RODRIGUES LOUREIRO BRACARENSE	66.960,00	9.800,00	66.960,00	13/03/2008	31/12/2011	1
622129	04340612715 - CARLOS FREDERICO BORGES PALMEIRA	68.584,70	16.426,40	49.884,70	18/03/2008	31/12/2011	1
622130	59312874420 - EDENIA MARIA GONCALVES RIBEIRO	74.137,60	14.726,60	74.137,60	28/02/2008	27/12/2012	1
622131	13300300525 - OLIVAL FREIRE JUNIOR	76.283,10	15.201,90	76.283,10	28/02/2008	27/02/2013	1
622132	11623756120 - EVALDO MENDONCA FLEURY CURADO	52.506,40	0,00	52.506,40	13/03/2008	28/02/2010	1
622134	67549276749 - EDUARDO DE SA MENDONCA	129.519,05	36.961,00	129.519,05	17/03/2008	28/02/2011	1
622135	44439512291 - ANDREA VIVIANA WAICHMAN	66.330,29	17.330,90	66.330,29	17/03/2008	28/02/2011	1
622137	20660528843 - FRANCISCO HENRIQUE DE OLIVEIRA	81.553,45	0,00	54.433,47	18/03/2008	31/12/2010	1
622138	22463275049 - LUIS FELIPE HAX NIENCHESKI	65.523,98	0,00	65.523,98	19/03/2008	28/02/2010	1
622245	83995161804 - HELOIZA RAMOS BARBOSA	40.980,80	15.640,00	40.980,80	06/03/2008	30/06/2010	1
622246	48812331149 - VICTOR MARCELO DEFLON	83.719,67	31.002,00	83.719,67	11/03/2008	31/12/2010	1
622247	32388390630 - RENATO DE OLIVEIRA RESENDE	79.096,02	26.804,26	79.096,02	17/03/2008	28/02/2011	1
622248	77379616820 - ALFREDO MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA	51.071,60	0,00	51.071,60	18/03/2008	30/12/2011	1
622252	23686677091 - CARMEN SILVIA RIAL	60.650,50	0,00	60.650,50	20/03/2008	28/02/2010	1
622267	00984164723 - EDNA CASTRO DE OLIVEIRA	329.244,00	122.224,00	329.244,00	31/12/2007	31/12/2011	1
622344	31952402549 - MARCOS SILVA PALACIOS	60.288,45	0,00	60.288,45	26/03/2008	28/02/2011	1
622346	82380341834 - DECIO ZYLBERSZTAJN	78.700,86	23.649,76	78.700,86	25/03/2008	28/02/2011	1
622349	88449670063 - SEBASTIAN GONCALVES	32.797,00	0,00	32.797,00	24/03/2008	31/03/2010	1
622350	10216675871 - MARIO CESAR GUERREIRO	30.754,00	0,00	30.754,00	24/03/2008	28/02/2010	1
622351	33501785020 - HORACIO ALBERTO DOTTORI	28.059,00	0,00	28.059,00	24/03/2008	28/02/2010	1
622375	16071503876 - QUIRIJN DE JONG VAN LIER	88.797,34	22.959,40	88.797,34	17/03/2008	28/02/2011	1
622376	09051120400 - RAIMUNDO CARLOS SILVERIO FREIRE	68.490,80	0,00	68.490,80	25/03/2008	30/01/2010	1
622377	40291537634 - HELIO CHIARINI GARCIA	40.466,36	0,00	40.466,36	26/03/2008	31/03/2010	1
622378	93705778820 - ANTONIO MARTINS FIGUEIREDO NETO	47.740,69	0,00	47.740,69	28/03/2008	28/02/2010	1
622453	07448879847 - ROSA HELENA PORTO GUSMAO	223.284,60	34.428,20	188.856,40	28/12/2007	28/12/2011	1
622462	96083220734 - MARCELO GOMES DA SILVA	83.410,80	29.659,60	83.410,80	28/03/2008	31/01/2012	1
622463	38304961849 - ADILSON MARQUES DA CUNHA	97.197,20	0,00	97.197,20	28/03/2008	28/02/2010	1

622466	07573249837 - SONIA LÍCIA BALDOCHI	26.891,80	0,00	26.891,80	28/03/2008	28/02/2010	1
622467	03941240811 - HENRIQUE ROZENFELD	20.201,80	0,00	20.201,80	28/03/2008	28/02/2010	1
622472	15721302020 - LAURO VALENTIM STOLL NARDI	68.546,56	11.386,56	68.546,56	28/03/2008	31/12/2011	1
622473	82295476887 - MICHAEL MCDONALD HALL	66.487,60	0,00	66.487,60	28/03/2008	28/02/2011	1
622474	31782400630 - FÁBIO ALVES DA SILVA JÚNIOR	110.510,23	28.790,00	110.510,23	28/03/2008	31/12/2010	1
622475	21949859649 - GABRIEL DE OLIVEIRA RIBEIRO	60.748,17	0,00	60.748,17	28/03/2008	28/02/2010	1
622488	12200390807 - ERNANI PINTO JÚNIOR	62.473,70	0,00	62.473,70	03/04/2008	28/02/2010	1
622490	22137882000 - MARLY ANTONIA MALDANER JACOBI	65.684,42	0,00	65.684,42	03/04/2008	28/02/2010	1
622491	92040659820 - ANTONIO LUIZ BRAGA	20.997,91	0,00	20.997,91	03/04/2008	28/02/2010	1
622492	90534891853 - JULIO PAULO TAVARES ZABATIERO	29.375,02	0,00	29.375,02	03/04/2008	28/02/2010	1
622493	76068579972 - INARA ROBERTA LEAL	84.126,30	19.626,00	84.126,30	03/04/2008	31/12/2010	1
622495	34849300715 - IVANI DE SOUZA BOTT	32.517,04	0,00	32.517,04	27/03/2008	20/08/2010	1
622500	04111508804 - JOSE ARANA VARELA	28.059,00	0,00	28.059,00	19/03/2008	28/02/2010	1
622501	07806418091 - JOÃO BATISTA MARIMON DA CUNHA	66.751,79	27.011,79	66.751,79	27/03/2008	31/12/2011	1
622504	04682408453 - CELSO PINTO DE MELO	41.792,00	13.600,00	41.792,00	27/03/2008	30/06/2010	1
622506	00405048750 - ELIS CRISTINA ARAÚJO ELEUTHERIO	22.404,00	0,00	22.404,00	27/03/2008	28/02/2010	1
622508	13893700382 - FRANCISCO PINHEIRO LIMA FILHO	62.623,34	0,00	62.623,34	29/02/2008	28/02/2010	1
622509	13967594840 - MARCELO CARNIER DORNELAS	52.497,07	3.779,74	52.497,07	31/03/2008	28/02/2011	1
622510	05024662865 - SUSANA MARTA ISAY SAAD	116.915,15	26.667,96	116.915,15	31/03/2008	28/02/2011	1
622511	71038477700 - ALEXANDRE NOLASCO DE CARVALHO	101.169,06	34.988,26	101.169,06	28/03/2008	28/02/2011	1
622512	92622674872 - LUIZ GONZAGA MARIANO DE SOUZA	121.842,71	29.535,60	85.198,10	31/03/2008	31/12/2011	1
622517	01721634800 - ADIBE LUIZ ABDALLA	20.408,72	5.588,30	20.408,72	28/12/2007	27/12/2012	1
622518	26385317668 - CESAR AUGUSTO BRASIL PEREIRA PINTO	9.849,64	2.189,08	9.849,64	28/12/2007	27/12/2012	1
622553	49523503987 - DACHAMIR HOTZA	65.653,70	0,00	65.653,70	03/04/2008	28/02/2010	1
622563	31754198104 - MÁRCIO ELIAS FERREIRA	20.833,00	0,00	20.833,00	28/12/2007	27/12/2012	1
622608	02164185854 - ROGERIO ROSENFELD	27.080,00	0,00	27.080,00	05/04/2008	31/12/2011	1
622609	26748800749 - ARTUR OSCAR LOPES	56.680,00	0,00	56.680,00	05/04/2008	31/12/2011	1
622610	67746241700 - CLÁUDIA VITÓRIA DE MOURA GALLO	70.553,67	15.793,67	70.553,67	03/04/2008	31/12/2011	1
622611	05316169751 - THOMAS WALTER RAUBER	73.373,28	0,00	73.373,28	07/04/2008	28/02/2010	1
622613	05727009898 - LINILSON RODRIGUES PADOVESE	53.473,48	0,00	53.473,48	04/04/2008	30/06/2010	1
622618	82472688768 - GILDA ALVES BROWN	54.366,77	0,00	54.366,77	10/04/2008	28/02/2010	1

622620	82380740887 - JOSE OTAVIO BRITO	60.717,00	13.597,00	60.717,00	09/04/2008	31/12/2011	1
622626	42950210082 - JUSSARA MARIA ROSA MENDES	24.192,78	0,00	24.192,78	10/04/2008	31/12/2010	1
622627	88060853791 - ANDRE MARTINS VILAR DE CARVALHO	59.275,00	2.115,00	59.275,00	09/04/2008	31/12/2011	1
622631	76871975420 - CLISTENES WILLIAMS ARAUJO DO NASCIMENTO	65.400,00	0,00	65.400,00	28/12/2007	31/12/2010	1
622632	45437300034 - LIANE SCHNEIDER	50.862,70	0,00	50.862,70	28/12/2007	31/12/2010	1
622633	15321860297 - VERA LUCIA JACOB CHAVES	28.271,51	0,00	28.271,51	28/12/2007	31/12/2010	1
622636	07821622000120 - UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	89.640,00	0,00	32.040,00	03/03/2008	28/02/2012	1
622637	08258295000102 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE UERN	281.760,00	0,00	113.640,00	03/03/2008	28/02/2012	1
622638	06740864000126 - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	89.652,69	12,69	29.652,69	03/03/2008	28/02/2012	1
622669	06783422100 - SYLVIO ROBERTO ACCIOLY CANUTO	66.178,08	0,00	66.178,08	09/04/2008	28/02/2010	1
622671	13502433615 - ROBERTO MARCIO DA SILVA	91.897,00	29.349,00	91.897,00	10/04/2008	31/12/2011	1
622673	47086530930 - GHISLAINE MIRANDA BONDUELLE	44.580,20	0,00	44.580,20	10/04/2008	31/01/2010	1
622674	10446973858 - REYNALDO DANIEL PINTO	94.909,38	29.520,82	77.082,72	11/04/2008	28/02/2012	1
622678	48426822053 - IONARA IRION DALCOL	47.286,50	0,00	47.286,50	04/04/2008	28/02/2010	1
622680	16736354072 - NORMA ANAIR POSSA MARRONI	94.811,90	29.456,98	94.811,90	11/04/2008	28/02/2011	1
622682	07533612809 - KATIA JORGE CIUFFI	65.097,84	0,00	65.097,84	04/04/2008	28/02/2010	1
622691	22315853672 - ROBSON AUGUSTO SOUZA DOS SANTOS	141.055,16	44.376,00	141.055,16	10/04/2008	31/12/2010	1
622700	12080019813 - LAURECIR GOMES	1.618.050,96	621.421,44	1.385.658,14	08/04/2008	30/03/2011	1
622701	92022219791 - ADRIANA DE RESENDE BARRETO VIANNA	1.226.242,54	0,00	377.200,06	08/04/2008	30/03/2011	1
622702	00083335722 - ANTONIO MAURICIO FERREIRA LEITE MIRANDA DE SA	848.411,44	186.540,56	606.533,71	08/04/2008	30/03/2011	1
622703	83037497734 - MARCELO AMORIM SAVI	992.552,35	0,00	701.322,35	08/04/2008	30/03/2011	1
622704	72812133791 - OFELIA DE QUEIROZ FERNANDES ARAUJO	2.128.977,36	531.918,08	1.007.903,90	08/04/2008	30/03/2011	1
622705	12702501753 - JOSE ROBERTO LAPA E SILVA	1.477.628,40	329.688,00	714.040,40	08/04/2008	30/03/2011	1
622707	62846400725 - FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS FERNANDEZ	289.771,90	0,00	289.771,90	08/04/2008	30/03/2011	1
622709	74621831704 - ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES	620.217,28	243.581,12	580.944,75	08/04/2008	30/03/2011	1
622710	19738625653 - CELIA ALENCAR DE MORAES	266.607,27	0,00	195.588,71	08/04/2008	30/03/2011	1
622711	07974197803 - ANGELO PALLINI FILHO	404.626,49	0,00	221.966,10	08/04/2008	30/03/2011	1
622712	02796803848 - JOAQUIM DE ARAUJO NOBREGA	1.443.971,95	0,00	735.029,12	08/04/2008	30/03/2011	1
622715	12383810819 - EDMILSON DIAS DE FREITAS	581.437,20	0,00	412.367,20	08/04/2008	30/03/2011	1
622716	11033470805 - SILA CARNEIRO DA SILVA	961.861,20	273.740,80	490.237,20	08/04/2008	30/03/2011	1
622717	12331415897 - ADRIANA PINHEIRO MARTINELLI	1.630.401,60	619.726,40	1.082.991,58	08/04/2008	30/03/2011	1

622722	84818190853 - FRANCISCO MAUGERI FILHO	753.516,34	0,00	526.574,74	08/04/2008	30/03/2011	1
622724	01178819884 - HELENA COUTINHO FRANCO DE OLIVEIRA	1.060.595,04	0,00	558.214,67	08/04/2008	30/03/2011	1
622726	13776188898 - RENATA CUNHA MATHEUS RODRIGUES GARCIA	1.129.391,04	265.297,12	787.397,81	08/04/2008	30/03/2011	1
622727	13957746841 - RICARDO DELLA COLETTA	663.002,40	138.288,00	308.858,40	08/04/2008	30/03/2011	1
622728	02050287801 - RENATA MARIA FACURI COELHO MARCHEZAN	817.747,92	201.359,68	426.853,15	08/04/2008	30/03/2011	1
622734	01258006812 - RENATO ARRUDA MORTARA	1.097.927,38	401.103,08	892.030,40	08/04/2008	30/03/2011	1
622735	08411066819 - RICARDO SOBHIE DIAZ	1.205.681,85	367.994,60	809.133,99	08/04/2008	30/03/2011	1
622736	87418452853 - LUIZ CARLOS SANDOVAL GOES	1.517.770,32	383.918,28	773.130,74	08/04/2008	30/03/2011	1
622737	16087283072 - ANTONIO CARLOS WOLKMER	968.012,30	338.763,49	777.904,24	08/04/2008	30/03/2011	1
622738	31543871020 - ANTONIO CARLOS GASTAUD MACADA	446.380,49	0,00	168.721,18	08/04/2008	30/03/2011	1
622739	02093095980 - FELIX HILARIO DIAZ GONZALEZ	1.241.700,87	262.907,56	589.529,68	08/04/2008	30/03/2011	1
622740	26470870082 - CORNELIA ECKERT	771.268,28	194.498,32	379.638,82	08/04/2008	30/03/2011	1
622742	67840639704 - CELIA REGINA RIBEIRO DA SILVA CARLINI	1.965.934,06	521.658,89	1.051.332,60	08/04/2008	30/03/2011	1
622743	46911430097 - AGUEDA PALMIRA CASTAGNA DE VARGAS	1.629.545,20	233.392,00	1.036.427,23	08/04/2008	30/03/2011	1
622744	42842913000 - RENATO ZANELLA	1.295.081,66	312.547,13	921.470,53	08/04/2008	30/03/2011	1
622760	11103914200 - HORACIO TERTULIANO DOS SANTOS FILHO	50.240,00	0,00	50.240,00	16/04/2008	31/12/2011	1
622761	49293621720 - MARCELO JOSE SANTOS DE LEMOS	64.074,58	0,00	64.074,58	16/04/2008	28/02/2010	1
622762	49124293849 - JOSE PISSOLATO FILHO	52.717,80	26.922,80	52.717,80	16/04/2008	31/12/2011	1
622764	04960300353 - MARIA CRISTINA DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE	50.177,92	0,00	50.177,92	09/04/2008	30/12/2010	1
622830	43191754091 - JORGE ALBERTO BERNSTEIN IRIART	755.572,80	0,00	591.370,91	10/04/2008	30/03/2011	1
622831	00106151487 - CID BARTOLOMEU DE ARAUJO	836.319,61	149.517,88	531.357,99	14/04/2008	30/03/2011	1
622832	85063614787 - GERALDO BONORINO XEXEO	3.748.881,58	1.100.883,48	2.030.210,37	10/04/2008	30/03/2011	1
622834	50456520791 - MANOLO GARCIA FLORENTINO	1.574.995,20	331.224,00	703.199,23	14/04/2008	30/03/2011	1
622835	74558226772 - MARCO AURELIO SILVA DE SANTANA	1.058.750,09	0,00	589.343,04	16/04/2008	30/03/2011	1
622836	69087156715 - ROSALIA MARIA DUARTE	723.613,02	0,00	587.568,94	10/04/2008	30/03/2011	1
622837	55022367734 - CLARISSE SIECKENIUS DE SOUZA	1.139.255,06	0,00	878.458,44	10/04/2008	30/03/2011	1
622838	00410926949 - RAUL ROSAS E SILVA	2.040.922,82	426.160,89	1.247.492,16	10/04/2008	30/03/2011	1
622839	35844981804 - ADEMILSON ESPENCER EGEA SOARES	1.846.513,27	609.748,05	1.295.501,83	10/04/2008	30/03/2011	1
622840	18621306808 - LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO	1.424.961,35	514.715,04	1.027.186,45	10/04/2008	30/03/2011	1
622841	19208235815 - RUI TOLEDO BARROS	749.094,96	211.639,68	487.114,72	10/04/2008	30/03/2011	1
622843	02018057820 - MARIA JOSE VIEIRA FONSECA	994.131,60	189.254,08	435.314,38	10/04/2008	30/03/2011	1

622844	03580214802 - MARCIO ANTONIO RAMALHO	1.632.036,72	618.786,88	1.306.161,95	14/04/2008	30/03/2011	1
622845	03466786843 - GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA	1.445.534,40	304.702,32	729.255,23	14/04/2008	30/03/2011	1
622848	17170400987 - GERALDO TADEU DOS SANTOS	430.884,80	0,00	259.414,11	10/04/2008	30/03/2011	1
622849	23932481020 - MARIA CLARA BUENO FISCHER	615.116,13	231.814,30	556.963,44	14/04/2008	30/03/2011	1
622851	25929810044 - ANA MARIA BAPTISTA MENEZES	667.222,08	0,00	650.413,01	10/04/2008	30/03/2011	1
622878	02950124801 - EVANI DE CARVALHO VIOTTI	973.183,95	269.750,03	760.471,73	10/04/2008	30/03/2011	1
622923	51227517068 - ALVARO FREITAS MOREIRA	84.881,52	27.679,00	84.881,52	11/04/2008	31/12/2011	1
622960	04222571253 - SEVERIANO DA SILVA LIMA FILHO	56.797,28	30.508,80	56.797,28	23/04/2008	31/12/2011	1
622961	43907628004 - MARCELO SOARES PIMENTA	38.320,00	0,00	38.320,00	17/04/2008	28/02/2010	1
622962	11857226020 - DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA	65.200,38	0,00	65.200,38	17/04/2008	28/02/2010	1
622964	21929564287 - LUIZ AFFONSO HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA	63.144,88	0,00	63.144,88	14/04/2008	28/02/2010	1
622966	53248759704 - LUIZ DAVIDOVICH	30.796,82	0,00	30.796,82	23/04/2008	28/02/2010	1
622967	02863556711 - HENRIQUE BURSZTYN	65.604,08	0,00	65.604,08	17/04/2008	28/02/2011	1
622968	43725678049 - ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA	57.160,00	0,00	57.160,00	17/04/2008	30/12/2011	1
622970	12393878491 - ARNALDO DE ALBUQUERQUE ARAUJO	75.656,46	19.936,46	75.656,46	22/04/2008	30/12/2011	1
622974	40068196091 - LUIS FERNANDO ALVES PEREIRA	28.182,00	0,00	28.182,00	18/04/2008	31/01/2010	1
622975	25537105934 - MARIA LUCIA CARNEIRO VIEIRA	17.095,34	0,00	17.095,34	23/04/2008	31/12/2011	1
622988	17846803972 - HUMBERTO JORGE JOSE	29.945,74	0,00	29.945,74	25/04/2008	28/02/2010	1
622989	49845101020 - PATRICIA HELENA LUCAS PRANKE	81.851,02	0,00	81.851,02	25/04/2008	28/02/2010	1
622990	66720290797 - MARIA LUIZA ROCCO DUARTE PEREIRA	64.312,26	0,00	64.312,26	25/04/2008	28/02/2010	1
623077	01343723604 - MARCELO GUSTAVO LORENZO	31.993,40	0,00	31.993,40	18/04/2008	28/02/2010	1
623082	39943194804 - CHIGUERU TIBA	15.865,60	0,00	15.865,60	16/04/2008	28/02/2010	1
623083	40304892068 - FERNANDO SELMAR ROCHA FIDALGO	15.026,56	0,00	15.026,56	16/04/2008	28/02/2010	1
623135	22265449334 - ROGERIO PROENCA DE SOUSA LEITE	64.553,16	0,00	64.553,16	25/04/2008	28/02/2010	1
623142	25876058734 - JOAO CARDOSO DE LIMA	47.303,60	28.763,60	47.303,60	30/04/2008	31/12/2010	1
623147	53983459820 - ELIAS AYRES GUIDETTI ZAGATTO	55.578,24	55.578,24	55.578,24	28/04/2008	28/02/2011	1
623156	16210760910 - ADEMIR NEVES	1.821.681,37	526.001,14	1.053.793,12	08/04/2008	30/03/2011	1
623157	36638803034 - MARCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA	233.358,48	0,00	212.788,67	08/04/2008	30/03/2011	1
623158	44248113872 - HELIO CESAR SALGADO	1.139.012,16	447.909,60	972.114,24	08/04/2008	30/03/2011	1
623159	14539677888 - MARCELO ZAIAT	1.463.637,43	362.159,67	1.132.510,25	15/04/2008	30/03/2011	1
623160	04377699687 - NAIRAM FELIX DE BARROS	1.837.583,64	457.533,32	885.433,70	10/04/2008	30/03/2011	1

623161	75419122715 - ALEXANDRE ALVARES PIMENTA	505.824,04	0,00	330.783,53	08/04/2008	30/03/2011	1
623162	29792622772 - THEREZA CHRISTINA BARJA FIDALGO	515.115,60	0,00	366.874,91	08/04/2008	30/03/2011	1
623163	32922442772 - LEILA LEA YUAN VISCONTE	244.415,33	0,00	24.085,34	08/04/2008	30/03/2011	1
623164	17885841634 - SEBASTIAO DE CAMPOS VALADARES FILHO	475.675,08	0,00	251.935,95	08/04/2008	30/03/2011	1
623165	73088650610 - PAULO HENRIQUE SOUTO RIBEIRO	1.247.439,87	219.099,54	540.960,33	10/04/2008	30/03/2011	1
623166	14027828887 - FERNANDO MORGAN DE AGUIAR CORREA	641.077,27	0,00	489.223,36	10/04/2008	30/03/2011	1
623168	60890223734 - CLEVERSON GUIZAN SILVA	69.859,02	20.139,02	69.859,02	30/04/2008	30/12/2011	1
623169	41256590010 - ANELISE REICH CORSEUIL	25.135,65	0,00	25.135,65	05/05/2008	04/04/2010	1
623676	17603870704 - PETER CHRISTIAN HACKSPACHER	10.588,92	0,00	10.588,92	07/05/2008	28/02/2010	1
623681	80293484791 - MARCO ANTONIO DOS SANTOS CASA NOVA	36.200,56	0,00	36.200,56	07/05/2008	28/02/2010	1
623682	28930509053 - RICARDO PEZZUOL JACOBI	24.813,12	0,00	24.813,12	07/05/2008	28/02/2010	1
623684	86237900810 - ELAINE APARECIDA DEL BEL BELLUZ GUIMARAES	72.162,44	0,00	72.162,44	07/05/2008	28/02/2010	1
623687	73267953049 - FERNANDA GUSMAO DE LIMA KASTENSMIDT	22.259,40	0,00	22.259,40	02/05/2008	31/01/2010	1
623713	08326649287 - MARGARIDA LIMA CARVALHO	133.528,00	0,00	133.528,00	01/03/2008	01/03/2010	1
623753	00809567423 - JACQUES PIERRE LOUIS ROBIN	31.018,40	0,00	31.018,40	12/05/2008	28/02/2010	1
623755	57150010059 - LUIZ GUSTAVO LEAO FERNANDES	48.825,61	0,00	48.825,61	12/05/2008	28/02/2010	1
623756	63675846768 - RITA DE CASSIA CAFE FERREIRA	28.483,40	0,00	28.483,40	12/05/2008	28/02/2010	1
623804	27952134604 - AMILCAR PORTO PIMENTA	51.646,60	25.826,80	51.646,60	12/05/2008	31/12/2011	1
624257	12392910006 - ELOIR PAULO SCHENKEL	25.830,50	0,00	25.830,50	15/05/2008	28/02/2010	1
624263	45987629772 - JOSE LUIS DRUMMOND ALVES	54.640,80	27.560,80	54.640,80	14/05/2008	31/12/2011	1
624264	47907754615 - ANTONIO DE PADUA BRAGA	60.097,11	5.817,11	60.097,11	15/05/2008	31/12/2011	1
624277	95474668872 - MARIO TERRA FILHO	386.094,24	98.778,06	313.591,32	05/05/2008	30/04/2011	1
624281	66835526815 - ANDRE ROBERTO MARTIN	292.424,00	0,00	140.151,32	05/05/2008	30/04/2011	1
624286	03277470300 - HELENA SERRA AZUL MONTEIRO	2.227.978,80	562.225,60	1.248.252,03	05/05/2008	05/05/2011	1
624290	58654593849 - HELENA BONCIANI NADER	1.522.973,80	660.086,66	1.312.216,55	05/05/2008	30/04/2011	1
624292	73345555700 - MARIA CRISTINA RODRIGUES GUILAM	3.491.412,44	822.425,12	1.499.740,90	05/05/2008	30/04/2011	1
624295	01072254840 - WALTER BELIK	62.500,00	0,00	62.500,00	20/05/2008	31/12/2010	1
624342	29372895091 - MARIA CECI ARAUJO MISOCZKY	55.030,00	0,00	55.030,00	30/04/2008	31/12/2010	1
624346	08789347072 - RENATO PEIXOTO DAGNINO	30.022,80	10.000,00	30.022,80	21/05/2008	28/02/2010	1
624362	28222210653 - LUIZ FERNANDO LIMA REIS	170.823,43	0,00	54.123,43	08/05/2008	30/04/2011	1
624368	66727286787 - ANDRE NACHBIN	1.231.849,71	523.447,34	1.046.170,26	08/05/2008	30/03/2011	1

624369	04716954838 - REINALDO GIUDICI	505.873,60	0,00	318.378,97	08/05/2008	30/03/2011	1
624370	69447942415 - JOAO BOSCO PARAISO DA SILVA	1.453.953,54	509.324,01	979.911,02	08/05/2008	30/03/2011	1
624371	31797563734 - MARCUS LIRA BRANDAO	1.645.916,75	450.379,06	1.100.051,19	08/05/2008	30/03/2011	1
624372	38237440706 - RICARDO BERNARDO PRADA	2.849.192,56	694.331,03	1.648.376,14	08/05/2008	30/03/2011	1
624373	07543435888 - LILIANE MARIA FERRARESO LONA	3.116.941,68	880.021,40	2.163.408,67	08/05/2008	30/04/2011	1
624374	34716297420 - JOSE MARCELO SORIANO VIANA	1.990.256,00	388.133,18	904.660,03	08/05/2008	30/04/2011	1
624375	57753164953 - EROULTHS CORTIANO JUNIOR	251.732,98	0,00	184.910,82	08/05/2008	30/04/2011	1
624376	31661602053 - MARCO ANTONIO DE AVILA ZINGANO	1.280.030,16	315.464,30	706.405,33	08/05/2008	30/04/2011	1
624377	69981582700 - SERGIO ALVARO DE SOUZA CAMARGO JUNIOR	698.508,51	0,00	521.561,11	08/05/2008	30/04/2011	1
624378	37050230715 - ANA MARIA DE SOUZA MELLO BICALHO	362.417,59	0,00	214.282,24	08/05/2008	30/04/2011	1
624379	60655100768 - LUCIANA CORREA DO LAGO	806.436,48	120.802,24	208.873,33	08/05/2008	30/04/2011	1
624380	07167462802 - LUCIANA MARTA DEL BEN	227.761,57	0,00	162.896,25	08/05/2008	30/04/2011	1
624381	83390766804 - JOAO SANTANA DA SILVA	895.645,51	290.659,11	622.108,58	08/04/2008	30/04/2011	1
624382	11857226020 - DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA	1.744.540,52	604.874,21	1.223.412,89	08/05/2008	30/04/2011	1
624383	03930639840 - ANTONIO DE PADUA CAROBREZ	950.721,34	331.317,12	633.706,27	08/05/2008	30/04/2011	1
624521	37556509087 - FERNANDO SCHNAID	420.416,33	0,00	333.823,23	08/05/2008	30/04/2011	1
624522	90005899834 - SERGIO ATALA DIB	1.037.967,44	472.996,80	991.135,44	08/05/2008	30/04/2011	1
624523	30116708891 - SARA ALBIERI	1.100.776,40	335.049,35	727.350,20	08/05/2008	30/04/2011	1
624524	23264390825 - LINDOLFO GALVAO DE ALBUQUERQUE	729.782,40	140.080,00	317.185,09	08/05/2008	30/04/2011	1
624534	21460663004 - ROSELIS SILVEIRA MARTINS DA SILVA	51.412,36	0,00	51.412,36	14/05/2008	30/12/2010	1
624537	92022219791 - ADRIANA DE RESENDE BARRETO VIANNA	394.448,91	0,00	359.645,88	21/05/2008	30/04/2011	1
624554	61086509749 - MARIA LUIZA MACEDO SILVA	78.467,37	20.522,74	78.467,37	26/05/2008	31/01/2012	1
624555	67870350630 - FABIO FARIA MENDES	102.356,76	30.019,12	102.356,76	16/05/2008	28/02/2011	1
624556	08158428487 - ALVARO FERRAZ FILHO	54.036,54	0,00	54.036,54	26/05/2008	28/02/2010	1
624557	75980789987 - MARIA VICTORIA EIRAS GROSSMANN	24.030,50	0,00	24.030,50	21/05/2008	28/02/2010	1
624558	05866119838 - CLAUDIMIR LUCIO DO LAGO	862.045,56	0,00	475.695,47	05/05/2008	30/04/2011	1
624559	82054053872 - RODNEI BERTAZZOLI	2.606.607,34	584.176,49	1.391.452,10	08/05/2008	28/04/2011	1
624560	04019844860 - ROBERTO ANDRE KRAENKEL	2.122.350,31	629.893,08	1.282.332,39	08/05/2008	30/04/2011	1
624561	73507814668 - FRANCISCO MURILO ZERBINI JUNIOR	207.956,43	0,00	196.706,75	08/05/2008	30/04/2011	1
624562	06628779858 - CARLOS ROLAND KAISER	3.685.669,68	936.273,13	1.629.488,00	08/05/2008	30/04/2011	1
624578	82163367800 - JOSE CARLOS BRESSIANI	1.700.158,61	364.029,61	940.655,72	05/05/2008	30/04/2011	1

624579	05689874892 - TITO JOSE BONAGAMBA	2.777.671,20	582.693,96	1.273.605,25	05/05/2008	30/04/2011	1
624580	33552649034 - SOLANGE CADORE	2.979.642,13	809.121,05	1.781.505,34	05/05/2008	30/04/2011	1
624582	43736378068 - FABIO PRATES MACHADO	1.171.125,37	440.487,68	997.185,16	08/05/2008	30/04/2011	1
624583	58102086904 - MARLY BABINSKI	696.759,31	180.303,22	347.643,32	08/05/2008	30/04/2011	1
624584	27707610130 - ALDEMI COELHO LIMA	340.936,00	0,00	255.702,00	28/12/2007	28/12/2011	1
624585	06254428814 - WILSON MARQUES JUNIOR	515.792,91	123.137,30	245.600,94	05/05/2008	30/04/2011	1
624586	53408772800 - CELSO LUIZ LIMA	525.924,54	0,00	315.947,88	08/05/2008	30/04/2011	1
624587	83890386849 - EDUARDO DO NASCIMENTO MARCOS	644.207,55	120.261,89	267.462,24	08/05/2008	30/04/2011	1
624588	38704455053 - MARIA CATIRA BORTOLINI DA SILVA	658.597,15	0,00	337.299,38	08/05/2008	30/04/2011	1
624590	84924179868 - MICHEL DAOUD YACOB	3.374.563,53	0,00	1.036.889,23	08/05/2008	30/04/2011	1
624874	02491469839 - MARCELO CLAUDIO TRAMONTANO	89.659,61	22.336,40	89.659,61	28/05/2008	31/12/2011	1
624875	34709274053 - JOSE AFFONSO BROD	272.166,65	0,00	271.121,25	20/05/2008	30/04/2011	1
624876	05216746897 - RAYMUNDO SOARES DE AZEVEDO NETO	762.380,16	264.262,24	461.074,04	20/05/2008	30/04/2011	1
624877	00825685885 - DANTE MENDES ALDRIGHI	334.469,28	69.599,09	187.130,90	20/05/2008	30/04/2011	1
624878	75495180844 - PRIMAVERA BORELLI GARCIA	710.579,52	179.991,36	470.764,72	20/05/2008	30/04/2011	1
624879	22846930325 - PAULO DE TARSO CAVALCANTE FREIRE	1.392.752,51	396.130,30	925.299,44	08/05/2008	30/03/2011	1
624880	08258295000102 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE UERN	221.178,34	61.599,96	177.178,35	01/04/2008	30/03/2012	1
624881	07821622000120 - UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	93.133,30	26.400,00	74.800,00	01/04/2008	30/03/2012	1
624891	77043537800 - CHANG CHUNG YU DOREA	390.956,42	0,00	222.396,13	20/05/2008	30/04/2011	1
624892	07167177865 - NORMA TIRABOSCHI FOSS	1.172.716,80	409.712,00	795.174,82	20/05/2008	30/04/2011	1
625061	59890878704 - NARCISA LEAL DA CUNHA E SILVA	3.944.520,77	790.269,09	1.547.766,49	20/05/2008	30/04/2011	1
625062	00590866702 - CELSO CARUSO NEVES	1.654.418,16	288.926,08	577.816,53	20/05/2008	30/04/2011	1
625063	41082087653 - JOAO CARLOS DOS SANTOS BASILIO	425.336,64	0,00	406.843,29	20/05/2008	30/04/2011	1
625064	01450282750 - MARCO ANTONIO MEGGIOLARO	1.756.814,92	520.731,64	1.083.283,34	20/05/2008	30/04/2011	1
625065	29375010287 - JEAN MICHEL LAFON	502.177,40	0,00	314.832,43	20/05/2008	30/04/2011	1
625066	07538222880 - WAGNER VILEGAS	2.553.295,26	448.297,60	893.847,04	20/05/2008	30/04/2011	1
625067	50391151649 - KATIA CAMPOS DE ALMEIDA	1.347.861,57	0,00	1.016.365,81	20/05/2008	30/04/2011	1
625068	06316223811 - ANTONIO CEZAR LEAL	560.827,44	98.516,84	275.350,14	20/05/2008	30/04/2011	1
625075	06099041320 - ANTONIO CAUBI RIBEIRO TUPINAMBA	37.703,40	0,00	37.703,40	05/06/2008	28/02/2012	1
625076	04893713884 - MANUEL MAXIMO BASTOS MALHEIRO DE OLIVEIRA	65.758,97	0,00	65.758,97	29/05/2008	28/02/2010	1
625077	96184353853 - VIRGINIA MARIA TAVANO GARCIA	36.787,12	0,00	36.787,12	06/06/2008	28/02/2011	1

625078	30755620925 - UMBERTO KLOCK	75.183,81	27.372,60	75.183,81	28/05/2008	31/12/2011	1
625421	16087283072 - ANTONIO CARLOS WOLKMER	38.301,42	0,00	38.301,42	04/06/2008	31/12/2010	1
625422	56419236991 - WILHELM WACHHOLZ	999.296,15	347.574,29	777.401,84	15/04/2008	30/03/2011	1
625423	42536200787 - CARLOS MAGLUTA	658.257,33	0,00	434.508,53	05/05/2008	30/04/2011	1
625425	01600239803 - HELTON LUIS APARECIDO DEFINO	30.256,34	0,00	30.256,34	05/06/2008	28/02/2010	1
625426	17131677000 - ALOISIO NELMO KLEIN	51.850,42	0,00	51.850,42	05/06/2008	28/02/2010	1
625427	22061894020 - VERA LUCIA DE MORAES HUSZAR	144.435,75	40.789,90	144.435,74	04/06/2008	28/02/2012	1
625428	17439806808 - EDSON AMARO JUNIOR	23.281,34	0,00	23.281,34	05/06/2008	28/02/2010	1
625429	50921754787 - PATRICIA DE AZAMBUJA PENNA	52.529,99	0,00	52.529,99	05/06/2008	28/02/2010	1
625430	26335352753 - FRANCISCO BELMINO ROMERO	143.640,00	0,00	143.640,00	16/05/2008	15/05/2010	1
625432	76375820863 - HELEN JAMIL KHOURY	38.902,68	0,00	38.902,68	05/06/2008	30/07/2010	1
625433	27423727415 - ADEMIR DE JESUS AMARAL	25.956,50	0,00	25.956,50	05/06/2008	28/02/2010	1
625496	02366303858 - JOAO BOSCO PESQUERO	30.897,06	0,00	30.897,06	14/05/2008	28/02/2010	1
625500	13016069873 - MAURICIO DA SILVA BAPTISTA	773.366,98	188.582,61	467.570,24	01/06/2008	30/03/2011	1
625501	46748288649 - MARCIO DE CASTRO SILVA FILHO	652.748,72	0,00	559.939,71	08/04/2008	30/03/2011	1
625710	11827230800 - LEOPOLDO GARCIA PINTO WAIZBORT	263.357,73	0,00	202.512,14	10/04/2008	30/03/2011	1
625717	13253298434 - BENEMAR ALENCAR DE SOUZA	1.460.517,98	299.226,88	553.702,45	02/06/2008	30/03/2011	1
625718	04043170734 - VIVALDO MOURA NETO	1.160.176,21	281.556,86	589.852,91	10/04/2008	30/03/2011	1
625719	27444120749 - TANIA MARIA ALKMIM	1.439.354,67	407.954,08	925.595,11	02/06/2008	30/03/2011	1
625720	57579938472 - MARCELO DA SIVLA MONTENEGRO	1.506.128,57	451.138,22	925.081,35	02/06/2008	30/05/2011	1
625721	01721821821 - WANDERLEY DIAS DA SILVEIRA	1.143.740,16	337.617,28	690.856,82	02/06/2008	30/05/2011	1
625722	29577934153 - CILAINE ALVES CUNHA	463.591,56	94.939,27	232.071,10	02/06/2008	30/05/2011	1
625724	67411096768 - MARTHA CAMPOS ABREU	1.907.759,41	230.593,09	562.271,93	02/06/2008	30/05/2011	1
625725	53333497700 - JOAO CARLOS COSTA DOS ANJOS	662.394,32	0,00	348.231,67	02/06/2008	30/05/2011	1
625726	31558186549 - JOSE CARLOS COSTA DA SILVA PINTO	502.554,49	0,00	418.403,97	02/06/2008	30/05/2011	1
625727	02808975708 - EDUARDO ALBERTO FANCELLO	1.862.178,97	532.392,12	1.143.442,55	02/06/2008	30/05/2011	1
625730	00843431172 - TOMAS DE AQUINO GUIMARAES	51.369,93	24.289,93	51.369,93	18/06/2008	30/12/2011	1
625733	22395873853 - MARIA LUCIA MARTINELLI	930.142,40	0,00	860.356,40	02/06/2008	30/05/2011	1
625847	74621831704 - ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES	55.424,72	0,00	55.424,71	17/06/2008	28/02/2010	1
625898	09875344168 - WILSON TRAJANO FILHO	102.406,05	0,00	73.004,09	08/04/2008	30/03/2011	1
626063	06740864000126 - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	86.716,76	24.200,04	69.296,59	01/04/2008	30/03/2012	1

626086	36263753749 - CARLOS ALBERTO DA ROCHA ROSA	55.000,00	0,00	55.000,00	19/06/2008	30/06/2010	1
626385	03590003715 - DALTON VALENTIM VASSALLO	64.911,95	0,00	64.911,95	04/06/2008	28/02/2010	1
626386	82236763891 - ANTONIO RIOYEI HIGA	82.472,31	82.472,31	82.472,31	17/06/2008	31/12/2010	1
626437	04501969849 - FABIO DE MELO SENE	32.221,20	0,00	32.221,20	06/06/2008	28/02/2010	1
627055	49189891015 - LUCIANA PORCHER NEDEL	40.551,00	0,00	40.551,00	10/06/2008	30/06/2010	1
627410	13803311888 - MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA	105.840,00	0,00	105.840,00	13/06/2008	31/12/2010	1
627413	47138386753 - MARIO SARCINELLI FILHO	85.700,00	0,00	85.700,00	16/06/2008	31/12/2010	1
629487	35488042768 - SERGIO CARMONA DE SAO CLEMENTE	46.720,08	0,00	46.720,08	28/12/2007	30/12/2011	1
629931	50427172934 - MARCO AURELIO KRIEGER	16.407,60	0,00	16.407,60	28/12/2007	27/12/2012	1
635858	55926193168 - AUMERI CARLOS BAMPI	479.946,00	0,00	239.982,00	28/12/2007	28/12/2011	1
635860	50528173715 - MARCIO NEVES BOIA	13.683,68	0,00	13.683,68	28/12/2007	27/12/2010	1
644632	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	160.000,00	978,83	160.000,00	17/12/2008	30/12/2010	1
644633	83891283000136 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	156.000,00	1.274,74	156.000,00	17/12/2008	30/12/2010	1
644634	04732975000165 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	90.000,00	367,66	90.000,00	17/12/2008	16/12/2010	1
644635	86891363000180 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	120.000,00	974,50	120.000,00	17/12/2008	30/12/2010	1
644636	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	130.000,00	775,37	130.000,00	17/12/2008	30/12/2010	1
647988	14045546000173 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	160.000,00	1.274,74	160.000,00	17/12/2008	30/11/2010	1
650580	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	120.000,00	775,37	120.000,00	17/12/2008	16/12/2010	1
650582	33540014000157 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	146.670,00	978,82	146.670,00	17/12/2008	16/12/2010	1
659455	82662958000102 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	211.860,00	211.860,00	211.860,00	23/11/2009	05/05/2011	1
659457	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	226.940,00	226.940,00	226.940,00	23/11/2009	05/05/2011	1
659458	46068425000133 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	1.894.700,32	1.894.700,32	1.894.700,32	23/11/2009	05/05/2011	1
659459	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	292.804,00	292.804,00	292.804,00	19/12/2009	05/05/2011	1
659469	11022597000191 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	330.460,00	330.460,00	330.460,00	23/11/2009	18/05/2011	1
659473	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	245.000,00	245.000,00	245.000,00	19/12/2009	05/05/2011	1
659474	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	782.117,00	782.117,00	782.117,00	19/12/2009	05/05/2011	1
659475	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	2.986.827,50	2.986.827,50	2.986.827,50	23/11/2009	05/05/2011	1
659490	08258295000102 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE UERN	149.980,00	149.980,00	149.980,00	23/11/2009	06/05/2011	1
660382	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	344.815,90	344.815,90	344.815,90	19/12/2009	18/05/2011	1
660383	56089790000420 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	146.290,21	146.290,21	146.290,21	23/11/2009	18/05/2011	1
660384	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	250.000,00	250.000,00	250.000,00	23/11/2009	18/05/2011	1

660385	14045546000173 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	349.020,00	349.020,00	349.020,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660387	33540014000157 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.475.338,04	1.475.338,04	1.475.338,04	23/11/2009	18/05/2011	1
660388	04280196000176 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	238.476,18	238.476,18	238.476,18	23/11/2009	18/05/2011	1
660389	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	951.745,15	951.745,15	951.745,15	19/12/2009	18/05/2011	1
660390	83891283000136 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	342.731,00	342.731,00	342.731,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660391	63025530000104 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2.918.538,19	2.918.538,19	2.918.538,19	23/11/2009	18/05/2011	1
660392	07885809000197 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ U S	303.595,00	303.595,00	303.595,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660393	86891363000180 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	147.000,00	147.000,00	147.000,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660394	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	310.798,20	310.798,20	310.798,20	23/11/2009	18/05/2011	1
660395	45176153000122 - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	246.944,00	246.944,00	246.944,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660396	00326036000160 - FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	141.793,72	141.793,72	141.793,72	23/11/2009	18/05/2011	1
660397	01112580000171 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	145.000,00	145.000,00	145.000,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660398	04809688000106 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	321.726,00	321.726,00	321.726,00	23/11/2009	18/05/2011	1
660399	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	150.000,00	150.000,00	150.000,00	23/11/2009	18/05/2011	1
661642	42180794000162 - SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	950.000,00	950.000,00	950.000,00	14/06/2010	13/06/2014	1
661668	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	448.365,65	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661669	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	803.604,78	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661670	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	2.164.214,25	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661671	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	483.191,28	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661672	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	2.874.546,18	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661673	07471758000157 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ FUESPI	666.617,98	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661674	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	187.036,74	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661675	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	131.259,15	131.259,15	131.259,15	02/07/2010	01/07/2011	1
661676	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	1.115.862,46	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661677	01112580000171 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	192.140,65	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661678	22675359000100 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	1.395.451,53	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661679	22675359000100 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	377.691,30	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661680	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	1.495.341,14	0,00	0,00	02/07/2010	24/01/2012	1
661681	34860833000144 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ UEP	413.546,76	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661682	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	191.346,70	191.346,70	191.346,70	02/07/2010	02/07/2011	1
661683	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	118.889,10	118.889,10	118.889,10	02/07/2010	02/07/2011	1

661684	22675359000100 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	1.712.700,00	0,00	0,00	02/07/2010	22/01/2012	1
661731	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	627.377,05	0,00	0,00	02/07/2010	24/01/2012	1
661733	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	702.821,91	0,00	0,00	02/07/2010	01/07/2011	1
661988	06740864000126 - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	1.450.218,21	337.022,54	337.022,54	29/06/2010	28/06/2014	1
661989	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	736.044,38	171.052,57	171.052,57	29/06/2010	28/06/2014	1
661990	08240695000190 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	653.438,84	151.855,51	151.855,51	29/06/2010	28/06/2014	1
661991	08186277000162 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPA	1.900.800,00	475.200,00	475.200,00	30/06/2010	29/06/2014	1
661992	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	738.297,41	171.576,16	171.576,16	29/06/2010	28/06/2014	1
661993	86891363000180 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	812.555,68	188.833,37	188.833,37	29/06/2010	28/06/2014	1
661994	07471758000157 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI FUESPI	1.705.546,38	396.359,37	396.359,37	24/06/2010	23/06/2014	1
661995	11022597000191 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	8.712.877,37	2.024.823,62	2.024.823,62	29/06/2010	28/06/2014	1
661996	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	774.610,62	180.015,15	180.015,15	29/06/2010	28/06/2014	1
662594	82804642000108 - FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	852.000,00	60.000,00	60.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662595	55983670000167 - ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO	257.887,52	60.000,00	60.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662596	85784023000197 - FUNDACAO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VA	543.000,00	30.000,00	30.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662597	46020301000188 - SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	1.032.000,00	240.000,00	240.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662598	71487094000113 - FUNDACAO DOM AGUIRRE	571.019,96	132.754,99	132.754,99	01/07/2010	30/06/2014	1
662599	58191008000162 - SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	387.000,00	90.000,00	90.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662600	95438412000114 - ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	121.524,00	28.256,00	28.256,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662601	44943835000312 - ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	258.279,20	60.044,80	60.044,80	01/07/2010	30/06/2014	1
662602	54409461000141 - INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	129.000,00	30.000,00	30.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662603	44943835000231 - ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	259.123,32	60.255,83	60.255,83	01/07/2010	30/06/2014	1
662604	45164654000199 - FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA	516.000,00	120.000,00	120.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662605	57538696000121 - FUNDACAO SANTO ANDRE	646.207,20	150.276,80	150.276,80	01/07/2010	30/06/2014	1
662606	44943835000150 - ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	388.471,40	90.342,85	90.342,85	01/07/2010	30/06/2014	1
662779	60191244000120 - FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	120.000,00	0,00	0,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662780	60967551000150 - INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	645.000,00	0,00	0,00	16/09/2010	15/09/2014	1
662844	92034321000125 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	193.500,00	45.000,00	45.000,00	01/07/2010	30/06/2012	1
662953	08885100000154 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANA	544.030,62	171.576,16	171.576,16	24/06/2010	23/06/2014	1
662954	92928845000160 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	129.000,00	29.335,22	29.335,22	01/07/2010	30/06/2014	1
662955	03226149001234 - MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	379.371,40	60.000,00	60.000,00	01/07/2010	30/06/2014	1

662956	04809688000106 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	140.804,93	32.722,27	32.722,27	01/07/2010	30/06/2014	1
662957	07885809000197 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ U S	273.501,36	0,00	0,00	01/07/2010	30/06/2014	1
662965	04732975000165 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	511.200,00	118.800,00	118.800,00	28/06/2010	28/06/2014	1
662984	95606380002243 - SOC CARIT E LIT SÃO FRANCISCO DE ASSIS ZONA NORTE	141.075,00	0,00	0,00	01/09/2010	01/09/2012	1
662992	01587609000171 - SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	118.800,00	59.400,00	59.400,00	29/06/2010	28/06/2012	1
663015	17178195000167 - SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	148.500,00	74.250,00	74.250,00	23/08/2010	22/08/2012	1
663029	96216841000614 - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA	148.500,00	74.250,00	74.250,00	09/08/2010	09/08/2012	1
663031	95438412000114 - ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	148.500,00	74.250,00	74.250,00	02/09/2010	02/09/2012	1
663032	86445293000136 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA UNISUL	148.500,00	0,00	0,00	02/08/2010	02/08/2012	1
663033	84592369000120 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	141.075,00	70.537,50	70.537,50	12/08/2010	12/08/2012	1
663034	57538696000121 - FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	148.500,00	74.250,00	74.250,00	02/09/2010	02/09/2012	1
663035	92959006000885 - ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA	148.500,00	74.250,00	74.250,00	14/08/2010	14/08/2012	1
663036	46020301000188 - SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	103.950,00	51.975,00	51.975,00	04/08/2010	04/08/2012	1
663037	88630413000281 - UNIAO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	148.500,00	74.250,00	74.250,00	13/09/2010	13/09/2012	1
663038	76659820000151 - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC	148.500,00	74.250,00	74.250,00	11/08/2010	11/08/2012	1
663039	60990751000124 - FUNDAÇÃO SÃO PAULO	148.500,00	74.250,00	74.250,00	20/08/2010	20/08/2012	1
663103	04008342000109 - FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	148.500,00	74.250,00	74.250,00	19/08/2010	18/08/2012	1
663104	92034321000125 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	148.500,00	74.250,00	74.250,00	06/08/2010	05/08/2012	1
663105	43586056000182 - INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	118.800,00	59.400,00	59.400,00	12/08/2010	11/08/2012	1
663260	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	148.500,00	0,00	0,00	25/11/2010	24/11/2012	1
663319	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	147.015,00	0,00	0,00	25/11/2010	24/11/2012	1
663321	06740864000126 - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	166.320,00	0,00	0,00	25/11/2010	24/11/2012	1
663322	75689760000157 - FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UN	118.800,00	0,00	0,00	25/11/2010	24/11/2012	1
663323	08240695000190 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	132.165,00	0,00	0,00	25/11/2010	24/11/2012	1
663417	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	169.290,00	0,00	0,00	27/11/2010	26/11/2012	1
663441	07885809000197 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ U S	178.200,00	0,00	0,00	01/12/2010	30/11/2012	1
663668	83661074000104 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	174.000,00	0,00	0,00	03/12/2010	02/12/2014	1
663670	84307974000102 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	378.000,00	0,00	0,00	03/12/2010	02/12/2014	1
663671	83395921000128 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO FUNC	1.095.000,00	0,00	0,00	03/12/2010	02/12/2014	1
663725	77902914000172 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	106.920,00	0,00	0,00	27/11/2010	26/11/2012	1

663726	43586056000182 - INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	622.500,00	0,00	0,00	03/12/2010	02/12/2014	1
663727	33495870000138 - CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAA SOCIAL FRANCISCANA	128.976,28	0,00	0,00	01/07/2010	30/06/2014	1
663733	46068425000133 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	178.200,00	0,00	0,00	13/12/2010	12/12/2012	1
663734	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	261.360,00	0,00	0,00	06/12/2010	06/12/2013	1
663735	03447568000143 - ASSOCIACAO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E APLI	2.430.000,00	0,00	0,00	13/12/2010	12/06/2013	1
663736	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	338.580,00	0,00	0,00	13/12/2010	13/12/2012	1
663737	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	588.060,00	0,00	0,00	06/12/2010	06/12/2013	1
663738	04280196000176 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	3.822.390,00	0,00	0,00	08/12/2010	08/12/2013	1
663777	06352421000168 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	1.960.200,00	0,00	0,00	06/12/2010	05/12/2013	1
663883	14485841000140 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	13.771.275,61	0,00	0,00	08/12/2010	08/12/2013	1
663884	08258295000102 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE UERN	686.070,00	0,00	0,00	09/12/2010	09/12/2013	1
663887	07821622000120 - UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	1.372.140,00	0,00	0,00	09/12/2010	09/12/2013	1
663888	14045546000173 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	1.666.170,00	0,00	0,00	07/12/2010	07/12/2013	1
663892	13069489000108 - AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	1.666.170,00	0,00	0,00	07/12/2010	07/12/2013	1
663894	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	980.100,00	0,00	0,00	07/12/2010	07/12/2013	1
663895	00737302000147 - INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY CEN	715.394,12	0,00	0,00	06/12/2010	06/12/2014	1
663930	04809688000106 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	148.500,00	0,00	0,00	20/12/2010	19/12/2012	1
663949	84592369000120 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	477.000,00	0,00	0,00	03/12/2010	03/12/2014	1
663955	34860833000144 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA UEP	3.724.380,00	0,00	0,00	06/12/2010	05/12/2013	1
663956	08258295000102 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE UERN	154.440,00	0,00	0,00	08/12/2010	07/12/2012	1
664689	07821622000120 - UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	149.900,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664691	01367770000130 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	293.075,67	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664692	40738999000195 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	499.433,03	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664693	78680337000184 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	499.999,62	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664694	33540014000157 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.500.000,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664695	48031918000124 - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	2.999.600,00	0,00	0,00	15/12/2010	31/12/2011	1
664696	80257355000108 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	475.253,14	0,00	0,00	15/12/2010	31/12/2011	1
664698	07885809000197 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA U S	424.592,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664909	06740864000126 - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	199.000,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664932	79151312000156 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	999.400,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1
664933	78640489000153 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	962.168,22	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1



664934	12671814000137 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	496.399,00	0,00	0,00	01/12/2010	31/12/2011	1

ANEXO I

Transferências - Modalidade 4 (Termo de Cooperação)

Período: Janeiro a Dezembro de 2010

Favorecido	Valor
110407 - DEPARTAMENTO DE PLANEJ ORCAMENT FINANCEIRO	
00001 - TESOURO NACIONAL	793.983,92
113202 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEARUAOC	
11501 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	300.000,00
113203 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR IEN	
11501 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	22.000,00
113204 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEARIRD	
11501 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	37.850,00
113205 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEARCDTN	
11501 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	83.000,00
113209 - CNENORÇAMENTO E FINANÇAS	
11501 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	150.000,00
113601 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	
11302 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	864.000,00
114601 - FUNDACAO IBGEADMINISTRACAO CENTRALRJ	
11301 - FUNDACAO INSTITUTO BRASGEOGR E ESTATISTICA	68.652,20
120016 - GRUPAMENTO DE INFRAEST E APOIO DE S J CAMPOS	
00001 - TESOURO NACIONAL	766.399,96
150002 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOSMEC	
00001 - TESOURO NACIONAL	2.990.999,88
153006 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TEC DO AMAZONAS	
15203 - INSTITUTO FEDDE EDUCCIENCIA TECNOLOGDO AM	70.070,80
153009 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL DO CEARA	
15206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL DO CEARA	62.400,00
153010 - CENTRO FEDDE EDUCTECNOLCELSDA FONSECA	
15244 - CENTRO FEDEDUCTECNCELSDA SUCKOW DA FONSECA	814.191,63
153011 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ES	
15207 - CENTRO FEDDE EDUCTECNOLOGICA DO ESPIRSANTO	289.800,00
153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DO MA	
15209 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLDO MARANHAO	57.600,00
153015 - CENTRO FEDDE EDUCACAO TECNOLDE MINAS GERAIS	
15245 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE MG	527.521,70
153019 - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	
15246 - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	2.391.894,37
153028 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	
15248 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	383.363,60
153030 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	
15249 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	4.586.147,59
153031 - UNIFESPUNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	
15250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	8.901.125,49
153032 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	
15251 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	4.427.625,69
153033 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIARIDO RN	
15252 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIARIDO RN	969.689,67
153034 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	
15241 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	850.282,28
153035 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	
15242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	732.238,60
153036 - UNIVERSIDADE FEDVALES JEQUITINHONHA E MUCURI	

15243 - UNIVERSIDADE FEDVALES JEQUITINHONHA E MUCURI	1.178.303,14
153037 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	
15222 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	3.852.548,76
153038 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	
15223 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	9.688.588,50
153045 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	
15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	5.995.590,71
153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	
15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	5.309.760,68
153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	
15226 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	7.553.713,95
153056 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	
15227 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	10.030.624,12
153061 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	
15228 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2.171.564,27
153062 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	
15229 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	10.751.568,59
153063 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	
15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	9.605.759,79
153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	
15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	9.291.240,93
153079 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	
15232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	11.976.598,64
153080 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	
15233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	13.585.155,70
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	
15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8.076.327,68
153114 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	
15235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	12.202.936,08
153115 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
15236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9.524.990,60
153163 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	
15237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	10.281.955,60
153164 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	
15238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA RS	4.327.053,72
153165 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	
15239 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	4.040.247,60
153166 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	2.241.811,45
153173 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	
15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	475.237.577,74
153224 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLDE RIO VERD	
26325 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC DE RIO VERDE	9.600,00
153248 - PROREITORIA DE PESQE POSGRADUACAO DA UFF	
15227 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	3.999.995,66
154032 - FUNDUNIVFEDDECIENCDA SAUDE DE PALEGRE	
15270 - FUNUNIVFEDDE CIENCIAS DA SAUDE DE PALEGRE	466.256,82
154034 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	
15255 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	3.101.342,10
154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	
15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	5.469.714,41
154040 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA FUB	
15257 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	12.617.499,20
154041 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	
15258 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	4.056.513,24

154042 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG	
15259 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG	4.046.711,93
154043 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	
15260 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	4.268.282,22
154044 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	622.328,00
154045 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
15262 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	3.272.912,46
154046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	
15263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	3.251.857,25
154047 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	
15264 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2.978.541,36
154048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	
15265 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1.982.976,27
154049 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	
15266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	4.842.952,25
154050 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
15267 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	4.975.574,63
154051 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	
15268 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	3.673.404,82
154054 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	
15269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	2.219.826,74
154055 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	
15254 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	2.962.861,80
154069 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	
15276 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	3.740.896,54
154080 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	
15277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	1.227.107,05
154215 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	
15278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	2.237.741,42
154359 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	77.000,00
154419 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	
26251 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	831.339,01
154421 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
26230 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	1.242.010,77
154502 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	
26350 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	1.732.488,42
154503 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	
26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	1.318.528,31
158092 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	
26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	626.691,39
158099 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO	
26413 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO	416.317,41
158122 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
26409 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	20.282,40
158126 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RIO GRANDE	
26436 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RIO GRANDE	3.116.960,06
158128 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	
26408 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	142.402,00
158133 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	
26405 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	264.976,50
158138 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	
26417 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	662.796,19
158142 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	
26403 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	35.035,40

158144 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO MATO GROSSO	
26414 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO MATO GROSSO	2.128.188,98
158147 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE ALAGOAS	
26402 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE ALAGOAS	42.566,00
158151 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO ESPSANTO	
26406 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO ESPSANTO	333.367,89
158152 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE RORAIMA	
26437 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE RORAIMA	522.441,74
158154 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE SAO PAULO	
26439 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE SAO PAULO	253.360,00
158155 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO RN	
26435 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO RN	348.187,00
158157 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO RDE JANEIRO	
26433 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO RDE JANEIRO	234.097,28
158195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	
15281 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	2.446.640,59
158264 - INSTFEDDO RSCAMPUS BENTO GONCALVES	
26419 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO RS	46.714,79
158273 - INSTFEDDO AMAZONASCAMPUS SG DA CACHOEIRA	
26403 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO AMAZONAS	105.106,20
158286 - INSTFEDDO MARANHAOCAMPUS MONTE CASTELO	
26408 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO MARANHAO	42.893,70
158299 - IF GOIANO CAMPUS RIO VERDE	
26407 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECGOIANO	181.593,25
158306 - INSTFEDDO PARÁCAMPUS BELEM	
26416 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO PARA	96.060,00
158313 - INSTFEDDO CEARACAMPUS FORTALEZA	
26405 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDO CEARA	299.837,60
158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	
26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	698.260,13
158516 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE STACATARINA	
26438 - INSTFEDDE EDUCCIENCE TECDE STACATARINA	2.798.958,86
160327 - INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	
00001 - TESOURO NACIONAL	821.480,00
240105 - INSTITNACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA MCT	
00001 - TESOURO NACIONAL	1.027.315,00
240106 - INSTITNACDE PESQESPACIAISSJCAMPOS MCT	
00001 - TESOURO NACIONAL	1.178.413,95
240123 - LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTACAO CIENTIFICA	
00001 - TESOURO NACIONAL	162.600,00
240126 - OBSERVATORIO NACIONAL	
00001 - TESOURO NACIONAL	261.200,00
250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER RJ	
00001 - TESOURO NACIONAL	116.000,00
254420 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ	
25201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.458.741,20
364102 - CNPQ ADMINISTRACAO CENTRAL	
36201 - CONSELHO NACDE DESENVCIENFICO TECNOLÓGICO	10.000.000,00
443020 - INST PESQ JARDIM BOTANICO DO RJ	
44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	387.300,00

ANEXO 2



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício: 2010
Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE

			Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
UG Executora			Fonte de Recurso Detalhada			
150002	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/MEC	0100000000	498.499,98	498.499,98	498.499,98	498.499,98
		0250110202	498.499,98	498.499,98	498.499,98	497.365,43
153173	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0100000000	3.061.800,00	3.061.800,00	3.061.800,00	3.061.800,00
Total:			4.058.799,96	4.058.799,96	4.058.799,96	4.057.665,41



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0487 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS
Fonte de Recurso Detalhada 0100915030

Gestão Executora		Créditos Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	43.200,00	43.200,00	43.200,00	43.200,00
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	52.800,00	52.800,00	52.800,00	42.900,00
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	158.400,00	158.400,00	158.400,00	95.400,00
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	264.000,00	264.000,00	264.000,00	0,00
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	59.400,00	59.400,00	59.400,00	59.400,00
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	125.400,00	125.400,00	125.400,00	125.400,00
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	726.000,00	726.000,00	726.000,00	363.000,00
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	26.400,00	0,00	0,00	0,00
15242	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	49.500,00	49.500,00	49.500,00	49.500,00
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	386.100,00	386.100,00	386.100,00	386.100,00
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	39.600,00	39.600,00	39.600,00	19.800,00
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	158.400,00	158.400,00	158.400,00	0,00
15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	52.800,00	52.800,00	52.800,00	52.800,00
Total:		2.142.000,00	2.115.600,00	2.115.600,00	1.237.500,00

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0487 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS
Fonte de Recurso Detalhada 0112915403

Gestão Executora		Créditos Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
113204	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
113205	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00
240105	INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA - MCT	249.000,00	249.000,00	249.000,00	249.000,00
240106	INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT	331.200,00	331.200,00	331.200,00	331.200,00
240123	LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTACAO CIENTIFICA	76.800,00	76.800,00	76.800,00	76.800,00
240126	OBSERVATORIO NACIONAL	111.600,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	45.600,00	45.600,00	45.600,00	45.600,00
11301	FUNDACAO INSTITUTO BRAS.GEOGR. E ESTATISTICA	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	338.400,00	338.400,00	338.400,00	338.400,00
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.742.400,00	1.733.400,00	1.733.400,00	1.732.200,00
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.592.263,00	1.592.263,00	1.592.263,00	1.592.263,00
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	799.200,00	793.250,00	793.250,00	793.250,00
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.290.207,81	1.290.207,81	1.290.207,81	1.290.207,81
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.532.400,00	1.532.400,00	1.532.400,00	1.532.400,00
15228	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	426.000,00	426.000,00	426.000,00	426.000,00
15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.890.600,00	1.882.200,00	1.882.200,00	1.882.200,00

15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.665.800,00	1.665.800,00	1.665.800,00	1.665.800,00
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3.018.000,00	3.018.000,00	3.018.000,00	3.015.600,00
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	1.469.400,00	1.465.800,00	1.465.800,00	1.459.850,00
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	706.800,00	706.800,00	706.800,00	706.800,00
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	117.600,00	117.600,00	117.600,00	117.600,00
15242	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	102.000,00	102.000,00	102.000,00	102.000,00
15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	52.800,00	52.800,00	52.800,00	52.800,00
15244	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	56.400,00	56.400,00	56.400,00	56.400,00
15245	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	48.000,00	45.600,00	45.600,00	45.600,00
15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	182.400,00	182.400,00	182.400,00	182.400,00
15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	238.800,00	238.800,00	238.800,00	238.800,00
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	1.265.400,00	1.265.400,00	1.265.400,00	1.265.400,00
15252	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - RN	127.200,00	127.200,00	127.200,00	127.200,00
15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	104.400,00	104.400,00	104.400,00	103.200,00
15255	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	218.400,00	218.400,00	218.400,00	217.200,00
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	513.600,00	513.600,00	513.600,00	513.600,00
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	562.800,00	562.800,00	562.800,00	562.800,00
15260	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	973.200,00	973.200,00	973.200,00	973.200,00
15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	435.600,00	435.600,00	435.600,00	435.600,00
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	328.200,00	328.200,00	328.200,00	325.800,00
15264	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	949.200,00	949.200,00	949.200,00	947.400,00
15266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	1.084.800,00	1.079.400,00	1.079.400,00	1.063.200,00
15267	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	488.400,00	488.400,00	488.400,00	488.400,00
15269	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	588.000,00	588.000,00	588.000,00	588.000,00
15270	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	102.000,00	102.000,00	102.000,00	102.000,00
15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI	81.600,00	81.600,00	81.600,00	81.600,00
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	44.400,00	44.400,00	44.400,00	43.200,00

15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	808.200,00	808.200,00	808.200,00	808.200,00
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	666.600,00	666.600,00	666.600,00	666.600,00
26230	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	145.200,00	145.200,00	145.200,00	145.200,00
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	280.800,00	280.800,00	280.800,00	280.800,00
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	118.800,00	118.800,00	118.800,00	118.800,00
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	9.600,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00
26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	9.600,00	9.600,00	9.600,00	9.600,00
44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
Total:		28.289.670,81	28.251.320,81	28.251.320,81	28.217.770,81

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0487 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS
Fonte de Recurso Detalhada 0112915405

Gestão Executora		Créditos Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
113203	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	10.397,00	10.397,00	10.397,00	10.397,00
113204	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	25.850,00	14.850,34	14.850,34	14.850,34
113205	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN	61.400,00	61.400,00	61.400,00	43.727,05
240105	MCT - INPA	444.535,81	444.535,81	444.535,81	308.220,76
240106	MCT - INPE	384.217,24	384.217,24	384.217,24	343.638,66
240123	LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTACAO CIENTIFICA	85.800,00	66.262,34	66.262,34	40.158,85
240126	OBSERVATORIO NACIONAL	149.600,00	149.424,89	149.424,89	149.424,89
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	44.455,65	44.455,65	44.455,65	44.455,65
11301	FUNDACAO INSTITUTO BRAS.GEOGR. E ESTATISTICA	6.551,28	6.551,28	6.551,28	6.551,28
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	677.118,76	674.888,31	674.888,31	612.517,82
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2.648.580,00	2.630.846,78	2.630.846,78	1.649.755,70
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	2.276.295,92	2.276.295,92	2.276.295,92	1.377.236,77
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	1.281.792,33	1.278.985,04	1.278.985,04	1.258.118,85
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.428.604,50	1.428.604,50	1.428.604,50	919.131,12
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2.328.303,34	2.327.847,84	2.327.847,84	1.830.535,78
15228	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	745.470,00	745.470,00	745.470,00	450.569,70

15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.779.957,54	1.777.132,48	1.777.132,48	1.528.509,30
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2.122.486,37	2.122.486,37	2.122.486,37	1.942.760,20
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	4.097.471,81	4.097.471,81	4.097.471,81	2.913.267,82
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	1.657.865,93	1.655.592,34	1.655.592,34	1.216.273,72
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	987.205,90	987.205,90	987.205,90	594.159,47
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	173.742,77	173.742,77	173.742,77	173.262,77
15242	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	132.662,62	132.662,62	132.662,62	109.796,23
15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	131.991,62	131.991,62	131.991,62	93.138,01
15244	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	103.830,78	103.830,78	103.830,78	66.013,17
15245	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	139.923,55	139.923,55	139.923,55	105.163,43
15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	290.166,10	289.797,45	289.797,45	221.291,56
15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	91.440,45	91.440,45	91.440,45	74.176,44
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	384.199,21	384.110,71	384.110,71	232.074,06
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	2.401.382,50	2.367.754,99	2.367.754,99	412.558,20
15252	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - RN	144.205,43	144.205,43	144.205,43	101.497,70
15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	212.300,00	178.342,09	178.342,09	109.628,72
15255	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	335.280,00	333.968,91	333.968,91	241.284,81
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	802.400,48	802.400,48	802.400,48	501.211,45
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	695.896,67	695.896,67	695.896,67	467.601,43
15260	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	1.408.806,67	1.408.806,67	1.408.806,67	930.248,80
15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	64.839,27	64.839,27	64.839,27	58.242,27
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	557.289,74	557.289,74	557.289,74	483.862,41
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	635.800,00	635.555,33	635.555,33	544.864,52
15264	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.265.695,86	1.265.695,86	1.265.695,86	593.187,78
15266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	1.544.294,67	1.544.294,67	1.544.294,67	864.128,70
15267	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	689.906,42	689.906,42	689.906,42	647.239,19
15269	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	436.891,89	436.891,89	436.891,89	436.891,89
15270	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	182.411,73	182.411,73	182.411,73	112.049,27
15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI	223.850,00	223.850,00	223.850,00	119.444,20

15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	124.850,00	124.850,00	124.850,00	69.648,38
15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	62.916,52	48.330,50	48.330,50	11.671,58
15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	642.452,71	642.452,71	642.452,71	597.769,00
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	782.618,13	759.326,04	759.326,04	558.079,23
26230	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	13.498,63	13.498,63	13.498,63	13.424,63
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	183.700,00	183.700,00	183.700,00	73.484,51
26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	7.208,52	7.208,52	7.208,52	7.208,52
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	265.216,73	262.960,27	262.960,27	227.326,45
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	190.852,23	190.852,23	190.852,23	160.033,61
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	205.769,08	205.010,89	205.010,89	198.292,29
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	21.749,73	21.749,73	21.749,73	21.749,73
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	21.946,55	21.917,37	21.917,37	11.461,16
26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	12.079,87	12.079,87	12.079,87	1.056,76
26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	19.506,30	19.185,38	19.185,38	11.630,38
44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	52.641,07	52.641,07	52.641,07	52.641,06
Total:		37.693.918,18	37.554.751,88	37.554.751,88	26.013.721,83

Exercício: 2010
Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade

monetária)

Tipo de Valor

Saldo Atual

Mês de Referência

MES 14

Órgão da UO

26291

Projeto/Atividade

0487 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS

Fonte de Recurso Detalhada

0112915407

<u>Gestão Executora</u>		Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	5.643.137,70	5.642.337,70	5.642.337,70	3.874.404,56
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	3.456.853,83	3.456.853,83	3.456.853,83	2.635.102,51
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	5.951.535,31	5.951.535,31	5.951.535,31	4.442.757,19
15233	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	7.231.964,54	7.231.964,54	7.231.964,54	5.748.177,40
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	7.832.109,06	7.831.996,69	7.831.996,69	5.730.348,65
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	6.276.998,65	6.265.887,20	6.265.887,20	4.463.399,21
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	1.699.138,90	1.689.962,10	1.689.962,10	1.440.709,35
15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	2.337.263,00	2.337.263,00	2.337.263,00	1.582.959,99
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	4.021.581,60	4.006.025,16	4.006.025,16	3.160.986,72
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	866.944,56	866.944,56	866.944,56	664.194,00
15265	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	733.170,82	723.010,13	723.010,13	632.073,95
15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	1.539.880,37	1.532.123,02	1.532.123,02	1.309.185,77
Total:		47.590.578,34	47.535.903,24	47.535.903,24	35.684.299,30



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade)

monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 4019 FOMENTO A POS-GRADUACAO
Fonte de Recurso Detalhada 0112915407

		Item de Informação							
Gestão Executora		Dot. Descentralizada Líquida	Crédito Disponível	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	794.135,48	0,00	1.660.378,66	1.660.378,66	794.135,48	794.135,48	794.135,48	202.241,86
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	510.424,50	0,00	0,00	0,00	510.424,50	510.424,50	510.424,50	134.248,26
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	763.284,25	0,00	0,00	0,00	763.284,25	763.284,25	763.284,25	220.405,86
15233	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	962.566,23	0,00	1.100.003,77	1.100.003,77	962.566,23	962.566,23	962.566,23	498.433,46
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.181.522,58	0,00	0,00	0,00	1.181.522,58	1.181.522,58	1.181.522,58	488.466,38
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	825.666,35	0,00	0,00	0,00	825.666,35	825.666,35	825.666,35	178.330,62
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	216.584,93	0,00	0,00	0,00	216.584,93	216.584,93	216.584,93	50.923,35
15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	340.124,20	0,00	0,00	0,00	340.124,20	340.124,20	340.124,20	112.269,58
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	809.843,49	2.217,24	0,00	0,00	809.843,49	807.626,25	807.626,25	74.708,56
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	111.240,95	0,00	0,00	0,00	111.240,95	111.240,95	111.240,95	60.395,59
15265	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	103.686,59	1,80	0,00	0,00	103.686,59	103.684,79	103.684,79	18.018,60
15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	307.018,33	28,01	0,00	0,00	307.018,33	306.990,32	306.990,32	97.308,08
Total:		6.926.097,88	2.247,05	2.760.382,43	2.760.382,43	6.926.097,88	6.923.850,83	6.923.850,83	2.135.750,20

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0A30 CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA
Fonte de Recurso Detalhada 0112915045

	Item de Informação				
Gestão Executora	Dot. Descentralizada Líquida	Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA 15253 EDUCACAO	41.215.400,00	41.215.400,00	41.215.400,00	41.215.400,00	18.986.100,00
Total:	41.215.400,00	41.215.400,00	41.215.400,00	41.215.400,00	18.986.100,00



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício:

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade)

2010

monetária)

Tipo de Valor

Saldo Atual

Mês de Referência

MES 14

Órgão da UO

26291

Projeto/Atividade
BASICA

6333 APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO

Fonte de Recurso Detalhada

0112915045

		Item de Informação							
Gestão Executora		Dot. Descentralizada Líquida	Crédito Disponível	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	12.945,00	0,00	0,00	0,00	12.945,00	12.945,00	12.945,00	
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	42.642,76	0,00	0,00	0,00	42.642,76	42.642,76	42.642,76	22.729,17
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	167.504,64	0,00	0,00	0,00	167.504,64	167.504,64	167.504,64	164.504,64
15245	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	20.032,34	0,00	0,00	0,00	20.032,34	20.032,34	20.032,34	7.094,16
15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	49.209,00	33.460,91	0,00	0,00	49.209,00	15.748,09	15.748,09	9.551,23
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	14.185,00	0,00	0,00	0,00	14.185,00	14.185,00	14.185,00	
26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	14.824,38	0,00	0,00	0,00	14.824,38	14.824,38	14.824,38	
26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	11.354,84	0,00	11.354,84	11.354,84	11.354,84	11.354,84	11.354,84	4.919,73
26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	687.857,31	0,00	0,00	0,00	687.857,31	687.857,31	687.857,31	234.830,07
Total:		1.020.555,27	33.460,91	11.354,84	11.354,84	1.020.555,27	987.094,36	987.094,36	443.629,00

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0A30 CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA
Fonte de Recurso Detalhada 0112915408

		Item de Informação			
		Dot. Descentralizada Líquida	Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas
Gestão Executora					Valores Pagos
15253	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	233.784.600,00	233.784.600,00	233.784.600,00	209.182.635,00
Total:		233.784.600,00	233.784.600,00	233.784.600,00	209.182.635,00



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp, Emp. a Liquidar, Emp.

Exercício: 2010

31-JAN-2011

unidade monetária)

Tipo de Valor

Mês de Referência

Órgão da UO

Projeto/Atividade

DISTANCIA

Fonte de Recurso Detalhada

Saldo Atual

MES 14

26291

8429 FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A

0112915408

Base:

Moeda: REAL (Em

Gestão Executora		Item de Informação	Dot. Descentraliza da Líquida	Crédito Disponível	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Créditos Recebidos 2b	Créditos Transferidos	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		271.779,21	88,50	0,00	0,00	271.779,21	0,00	271.690,71	271.690,71	10.279,60
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		55.521,00	22.589,33	0,00	0,00	55.521,00	0,00	32.931,67	32.931,67	29.015,67
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA		22.007,00	0,00	0,00	0,00	22.007,00	0,00	22.007,00	22.007,00	22.007,00
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO		412.879,96	0,00	0,00	0,00	412.879,96	0,00	412.879,96	412.879,96	14.800,00
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS		2.550.117,84	0,00	0,00	0,00	2.550.117,84	0,00	2.550.117,84	2.550.117,84	1.005.751,88
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		4.079.926,29	0,00	4.079.926,29	4.079.926,29	4.079.926,29	0,00	4.079.926,29	4.079.926,29	
15228	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA		199.432,54	0,00	0,00	0,00	199.432,54	0,00	199.432,54	199.432,54	3.499,00
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS		2.072.141,67	0,00	3.354.171,57	3.354.171,57	2.072.141,67	0,00	2.072.141,67	2.072.141,67	1.261.755,96
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA		1.626.317,42	0,00	0,00	0,00	1.626.317,42	0,00	1.626.317,42	1.626.317,42	
15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA		2.205.296,80	0,00	280.648,50	280.648,50	2.205.296,80	0,00	2.205.296,80	2.205.296,80	196.749,64
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA		991.413,35	0,00	0,00	0,00	991.413,35	0,00	991.413,35	991.413,35	362.634,68
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		1.562.349,05	0,00	0,00	0,00	1.562.349,05	0,00	1.562.349,05	1.562.349,05	165.435,00

15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	838.204,77	0,00	0,00	0,00	838.204,77	0,00	838.204,77	838.204,77	503.853,00
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	25.904,20	0,00	16.804,20	16.804,20	25.904,20	0,00	25.904,20	25.904,20	2.783,00
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	66.767,93	0,00	0,00	0,00	66.767,93	0,00	66.767,93	66.767,93	
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	195.849,00	0,00	0,00	0,00	195.849,00	0,00	195.849,00	195.849,00	
15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	2.920,65	0,00	0,00	0,00	2.920,65	0,00	2.920,65	2.920,65	390,65
15246	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	619.124,50	3.360,00	615.764,50	615.764,50	619.124,50	0,00	615.764,50	615.764,50	309.444,68
15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	101.455,90	0,00	0,00	0,00	101.455,90	0,00	101.455,90	101.455,90	
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	94.620,28	0,00	0,00	0,00	94.620,28	0,00	94.620,28	94.620,28	71.717,58
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	132.587,41	15.955,64	0,00	0,00	132.587,41	0,00	116.631,77	116.631,77	58.208,76
15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	459.851,10	0,00	0,00	0,00	459.851,10	0,00	459.851,10	459.851,10	147.037,83
15252	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - RN	7.846,27	0,00	0,00	0,00	7.846,27	0,00	7.846,27	7.846,27	
15253	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	12.276.250,00	199.519,28	0,00	0,00	12.276.250,00	12.076.730,72	12.076.730,72	12.076.730,72	
15254	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	2.236.933,60	0,00	0,00	0,00	2.236.933,60	0,00	2.236.933,60	2.236.933,60	
15255	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	370.492,83	0,00	0,00	0,00	370.492,83	0,00	370.492,83	370.492,83	7.470,80
15256	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAPÁ	2.481.600,00	0,00	0,00	0,00	2.481.600,00	0,00	2.481.600,00	2.481.600,00	
15257	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	913.845,25	247.468,82	0,00	0,00	913.845,25	0,00	666.376,43	666.376,43	238.939,56
15258	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	1.255.657,05	0,00	0,00	0,00	1.255.657,05	0,00	1.255.657,05	1.255.657,05	
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	859.666,45	0,00	0,00	0,00	859.666,45	0,00	859.666,45	859.666,45	149.254,25
15260	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	561.678,95	0,00	0,00	0,00	561.678,95	0,00	561.678,95	561.678,95	26.850,99
15262	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	1.022.607,20	0,00	0,00	0,00	1.022.607,20	0,00	1.022.607,20	1.022.607,20	
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	1.358.880,06	0,00	0,00	0,00	1.358.880,06	0,00	1.358.880,06	1.358.880,06	354.677,79
15265	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	145.293,00	0,00	0,00	0,00	145.293,00	0,00	145.293,00	145.293,00	145.293,00
15266	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	866.374,99	0,00	0,00	0,00	866.374,99	0,00	866.374,99	866.374,99	394.970,00
15267	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	134.624,60	0,00	0,00	0,00	134.624,60	0,00	134.624,60	134.624,60	
15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	268.396,84	2,48	0,00	0,00	268.396,84	0,00	268.394,36	268.394,36	71.534,46
15269	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	1.857,14	0,00	0,00	0,00	1.857,14	0,00	1.857,14	1.857,14	1.857,14

15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI	2.338.919,30	0,00	0,00	0,00	2.338.919,30	0,00	2.338.919,30	2.338.919,30	383.040,33
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	738.094,98	313.845,40	0,00	0,00	738.094,98	0,00	424.249,58	424.249,58	122.612,49
15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	376.991,76	0,00	0,00	0,00	376.991,76	0,00	376.991,76	376.991,76	98.620,59
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	276.747,20	0,00	276.747,20	276.747,20	276.747,20	0,00	276.747,20	276.747,20	
26230	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	424.854,19	0,00	0,00	0,00	424.854,19	0,00	424.854,19	424.854,19	58.860,75
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	228.167,40	0,00	0,00	0,00	228.167,40	0,00	228.167,40	228.167,40	42.294,50
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	244.646,39	0,00	0,00	0,00	244.646,39	0,00	244.646,39	244.646,39	4.604,73
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	77.920,00	0,00	77.920,00	77.920,00	77.920,00	0,00	77.920,00	77.920,00	
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	139.110,56	0,00	2.800,00	2.800,00	139.110,56	0,00	139.110,56	139.110,56	
26413	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	309.016,31	316,46	283.376,64	283.376,64	309.016,31	0,00	308.699,85	308.699,85	60.590,44
26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	622.745,60	0,00	935.367,18	935.367,18	622.745,60	0,00	622.745,60	622.745,60	258.223,19
26417	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	48.701,95	0,00	0,00	0,00	48.701,95	0,00	48.701,95	48.701,95	6.460,00
26435	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	271.470,60	0,00	0,00	0,00	271.470,60	0,00	271.470,60	271.470,60	
26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	264.005,26	3.330,18	189.410,08	189.410,08	264.005,26	0,00	260.675,08	260.675,08	185.917,28
26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	43.334,38	0,00	300,00	300,00	43.334,38	0,00	43.334,38	43.334,38	
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	419.886,96	0,00	0,00	0,00	1.434.960,00	1.015.073,04	419.886,96	419.886,96	131.623,39
Total:		50.173.084,94	806.476,09	10.113.236,16	10.113.236,16	51.188.157,98	1.015.073,04	49.366.608,85	49.366.608,85	6.909.059,61

Exercício: 2010
Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade)

monetária)

Tipo de Valor

Saldo Atual

Mês de Referência

MES 14

Órgão da UO

26291

Projeto/Atividade

20CV FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA

Fonte de Recurso Detalhada

0112915012

Gestão Executora		Créditos Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	20.012,45	20.012,45	20.012,45	17.092,45
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	42,00	42,00	42,00	42,00
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	130.000,00	130.000,00	130.000,00	0,00
15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	53.125,71	53.125,71	53.125,71	13.292,56
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	22.687,52	22.687,52	22.687,52	22.687,52
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	100.000,00	55.014,64	55.014,64	22.081,50
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	60.000,00	60.000,00	60.000,00	43.412,00
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	5.485,02	5.485,02	5.485,02	4.212,57
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	42.043,74	42.043,74	42.043,74	39.568,74
15265	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	6.314,30	6.314,30	6.314,30	6.314,30
15266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	12.035,00	12.035,00	12.035,00	1.700,00
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	4.593,24	4.393,14	4.393,14	740,64
15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	33.513,07	33.513,07	33.513,07	3.515,49
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	14.054,90	14.054,90	14.054,90	0,00
26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	30.138,40	30.138,40	30.138,40	25.299,75

26416	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	32.020,00	32.020,00	32.020,00	24.530,00
26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	2.449,87	2.449,87	2.449,87	2.449,84
26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	31.719,92	31.719,92	31.719,92	6.267,45
26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	26.545,95	26.545,95	26.545,95	0,00
Total:		626.781,09	581.595,63	581.595,63	233.206,81

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 4019 FOMENTO A POS-GRADUACAO
Fonte de Recurso Detalhada 0112915044

Gestão Executora		Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
110407	DEPARTAMENTO DE PLANEJ. ORCAMENT. FINANCEIRO	22.412,30	22.412,30	22.412,30	0,00
240105	INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA - MCT	273.886,80	273.886,80	273.886,80	69.461,98
240106	INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT	88.040,00	88.040,00	88.040,00	0,00
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.667.484,16	1.666.936,73	1.666.936,73	0,00
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.925.715,24	1.925.715,24	1.925.715,24	0,00
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	1.087.314,94	1.087.314,94	1.087.314,94	0,00
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	1.476.725,95	1.476.725,95	1.476.725,95	0,00
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.999.997,83	1.999.997,83	1.999.997,83	1.551.211,74
15228	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	799.507,23	799.507,23	799.507,23	443.318,19
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.969.948,64	1.969.948,64	1.969.948,64	1.639.775,50
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	1.484.400,79	1.484.400,79	1.484.400,79	0,00
15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.471.224,59	1.471.224,59	1.471.224,59	0,00
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
15233	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.998.872,23	1.998.872,23	1.998.872,23	0,00
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.988.084,36	1.988.084,36	1.988.084,36	70.000,00

15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.995.562,54	1.995.562,54	1.995.562,54	1.270.884,57
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	83.080,00
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.999.988,58	1.999.988,58	1.999.988,58	0,00
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	976.285,31	976.285,31	976.285,31	155.500,00
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	790.405,01	790.405,01	790.405,01	0,00
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	500.000,00	500.000,00	500.000,00	37.000,00
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	299.229,41	299.229,41	299.229,41	0,00
15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	297.968,50	297.968,50	297.968,50	0,00
15244	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	286.289,01	286.289,01	286.289,01	0,00
15245	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	299.970,00	299.970,00	299.970,00	0,00
15246	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	298.389,99	298.389,99	298.389,99	0,00
15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	149.700,00	149.700,00	149.700,00	0,00
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	295.427,58	295.427,58	295.427,58	0,00
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	1.454.863,00	1.454.863,00	1.454.863,00	0,00
15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	799.999,98	799.999,98	799.999,98	567.340,98
15252	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - RN	178.692,78	178.692,78	178.692,78	0,00
15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	272.118,70	269.187,80	269.187,80	0,00
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	999.999,99	999.999,99	999.999,99	0,00
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.999.999,02	1.961.028,41	1.961.028,41	82.169,91
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	498.037,07	498.037,07	498.037,07	278.472,73
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	405.776,04	405.776,04	405.776,04	0,00
15260	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	773.865,93	773.865,93	773.865,93	89.908,00
15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	134.672,00	134.672,00	134.672,00	0,00
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	796.139,47	796.139,47	796.139,47	2.968,99
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	787.644,53	787.615,53	787.615,53	54.329,10
15264	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	182.151,80	182.151,80	182.151,80	0,00
15265	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	759.193,38	759.193,38	759.193,38	178.277,57
15266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	887.624,82	887.624,82	887.624,82	0,00
15267	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	463.865,82	463.865,82	463.865,82	83.000,00

15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	905.154,49	905.154,49	905.154,49	24.972,69
15269	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	495.023,61	495.023,61	495.023,61	368.513,77
15270	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	121.883,18	121.883,18	121.883,18	0,00
15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI	499.940,00	499.940,00	499.940,00	122.124,01
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	221.829,61	221.829,61	221.829,61	0,00
15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00
15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	458.173,00	458.173,00	458.173,00	0,00
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	435.586,98	191.742,98	191.742,98	1.789,00
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	287.094,18	287.094,18	287.094,18	0,00
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	299.381,08	299.381,08	299.381,08	43.523,00
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	298.570,61	298.570,61	298.570,61	0,00
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	259.474,22	259.474,22	259.474,22	200.712,38
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	148.820,00	148.820,00	148.820,00	0,00
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	142.495,00	142.495,00	142.495,00	0,00
26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	149.993,25	149.993,25	149.993,25	0,00
26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	134.128,44	134.128,44	134.128,44	0,00
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	126.000,00	126.000,00	126.000,00	0,00
26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	148.000,00	148.000,00	148.000,00	0,00
Total:		47.534.683,87	47.248.361,93	47.248.361,93	7.348.872,13

Exercício: 2010
Base: 31-JAN-2011
Moeda: REAL (Em unidade)

monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência MES 14
Órgão da UO 26291
Projeto/Atividade 0487 CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS
Fonte de Recurso Detalhada 0112915410

		Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
<u>Gestão Executora</u>					
11302	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	864.000,00	864.000,00	864.000,00	560.000,00
36201	CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLOGICO	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	3.765.271,59
Total:		4.864.000,00	4.864.000,00	4.864.000,00	4.325.271,59

Projeto/Atividade 20CV FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA
Fonte de Recurso Detalhada 0112000051

		<u>Item de Informação</u>			
		Dot. Descentralizada Líquida	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
<u>Gestão Executora</u>					
36201	CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLOGICO	2.977.837,43	2.977.837,43	2.977.837,43	426.225,75
Total:		2.977.837,43	2.977.837,43	2.977.837,43	426.225,75

Projeto/Atividade 20CV FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA
Fonte de Recurso Detalhada 0112915410

		Créditos Recebidos 2b	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas	Valores Pagos
Gestão Executora					
26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	324.023,60	324.023,60	324.023,60	150.897,60
Total:		324.023,60	324.023,60	324.023,60	150.897,60

ANEXO 3

ANEXO 3 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	001/2010	11/1/2010	Devolução de auxílios	1) somos pela devolução da mensalidade excedente, referente ao mês de fevereiro, uma vez concluído o estágio em janeiro de 2010.	CGCI	BEX 2561/09-3	Atendida	
				2) somos pela devolução proporcional do auxílio-instalação e seguro-saúde relativos aos 7 meses não utilizados.	CGCI		Atendida	
				3) numerar as folhas do processo, nos moldes da Portaria STLI/MPOG n.º 05/2002.	CGCI		Atendida	
Parecer	002/2010	15/1/2010	Licitação para Contratação de Serviços de Limpeza	Não há recomendações				
Parecer	003/2010	26/1/2010	Emissão de passagem aérea para servidor aposentado	1)Elaboração de editais normativos em futuras chamadas para participação de programas da DRI/CAPES; no caso específico, para o Programa de Intercâmbio Científico de Curta Duração CAPES/DAAD, para fins de detalhamento e a respeito da mencionada atividade.	CGCI	23038.000641/2010-12	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				2) Caso a natureza do pagamento na modalidade do Programa de Cooperação entre a CAPES e o DAAD (em anexo) em que o interessado objetiva candidatar-se, for de bolsa de estudo, informar ao mesmo que ele deverá suspender a bolsa recebida pelo CNPq, no período em que porventura estiver sendo beneficiário de recursos no âmbito do programa CAPES/DAAD, com vistas a evitar acúmulos de bolsas, em atenção a reiteradas recomendações da Controladoria-Geral da União/CGU-PR.	CGCI		Atendida	
Parecer	004/2010	26/1/2010	Devolução do auxílio (SAUX – 1269/2005)	Somos pela devolução dos recursos, cujo valor atualmente perfaz o valor de R\$ 264.202,20 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dois reais e vinte centavos), atualizados por meio do “Sistema Débito” do Tribunal de Contas da União	AUD		Atendida	
Parecer	005/2010	1/2/2010	Repactuação Poliedro	Não há recomendações				
Parecer	006/2010	2/2/2010	Prorrogação de convênios anteriores a Portaria Interministerial nº 127/08	Não há recomendações				
Parecer	007/2010	9/2/2010	Repactuação de Contrato	À DCON: adicionar colunas referentes ao retroativo a partir de maio/2009 na Planilha de Custos e Formação de Preços.	DCON	23038.028276/2006-24	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	010/2010	22/2/2010	Parcelamento de mensalidades	INFORMAÇÃO (1): somos pelo ressarcimento em 10 (dez) parcelas de R\$626,08 (seiscentos e vinte e seis reais e oito centavos), corrigidas mensalmente pelo IPCA, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.	GAB	23038.051542/2009-65	atendida	
Parecer	011/2010	18/2/2010	Parcelamento na devolução de bolsa	Não há recomendações				
Parecer	012/2010	23/2/2010	Parcelamento de mensalidades	Não há recomendações				
Parecer	013/2010	23/2/2010	Parcelamento de mensalidades	Não há recomendações				
Parecer	014/2010	9/3/2010	Retroativo CTIS	Não há recomendações				
Parecer	015/2010	11/3/2010	Retroativo PH	Não há recomendações				
Parecer	016/2010	17/3/2010	Concessão de bolsa para bolsista em processo de aposentadoria	1) Caso não haja comprovação da atividade requerida, recomendamos o cancelamento da bolsa e devolução do seguro saúde e do auxílio instalação recebidos 2) Instruir o processo de acordo com a Portaria SLTI/MPOG n.º 005/2002, especialmente quanto à numeração dos documentos em ordem cronológica do mais antigo para o mais recente	CGCI CGCI	23038.017494/2009-86 (BEX 2587/09-2)	Atendida Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	017/2010	19/3/2010	Prorrogação de retorno ao país	1) À CGCI/DRI, submeter a solicitação, à apreciação da Diretoria Executiva da CAPES, tendo em vista a repercussão da decisão para casos análogos 2) À CGCI/DRI, se aprovada a prorrogação pela Diretoria Executiva, informar o ex-bolsista e acompanhar o seu retorno ao país após a data de término do pós-doutorado (abril de 2011), bem como sua permanência no Brasil, de forma a cumprir o Termo de Compromisso assumido com a CAPES, cobrando do mesmo os documentos comprobatórios 3) À CGCI/DRI, instruir o processo de acordo com a Portaria SLTI/MPOG n.º 005/2002, com a devida numeração do processo e organização dos documentos em ordem cronológica do mais antigo para o mais recente.	CGCI CGCI CGCI	23038.012018/2005-45 (1337/05-0)	Em andamento Em andamento Em andamento	
Parecer	018/2010	19/3/2010	Parcelamento de mensalidades	Não há recomendações				
Parecer	019/2010	23/3/2010	LOCAÇÃO IMÓVEL SBN P/ A CAPES	Não há recomendações				
Parecer	020/2010	26/3/2010		a) Caso os valores das bolsas sejam pagas ao bolsista pelo Coordenador do Projeto no âmbito do AUXPE ou por IES no âmbito de convênios, que estes devem fornecer declaração de pagamento ao bolsista, para que se possa efetuar a declaração. b) Caso o valor da bolsa seja repassado diretamente aos estudantes pela CAPES, que esta fundação forneça extrato a cada bolsista para fins de declaração.	CGSI CGSI	Mem. 127-32/2010/CQD/CGSI/DPB /CAPES	Em andamento Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				c) Considerando a natureza da matéria, em que pese o entendimento desta AUD, que seja solicitado ao Gabinete da Presidência da CAPES consulta formal à Receita Federal do Brasil-RFB acerca da declaração do AUXPE, a qual deverá ser formulada por escrito, conforme “Modelo de Petição da Consulta sobre a Interpretação da Legislação Tributária” constante no site da RFB.	CGSI		Em andamento	
Parecer	021/2010	30/3/2010	Aplicabilidade da IN/STN n.º 01/1997	Não há recomendações				
Parecer	022/2010	7/4/2010	Pedido de reativação de bolsa	1) caso a CGSI entenda que a ex-bolsista não descumpriu o Termo de Compromisso assumido com a CAPES, recomendamos submeter à análise do mérito do caso concreto à consultoria da área específica do conhecimento.	CGCI	23038.023342/2005-99	Atendida	
Parecer	023/2010	14/4/2010	Retroativo DF Cursos	Não há recomendações				
Parecer	024/2010	27/4/2010	Auxílio Indenizatório - Plano de Saúde	1) À CGGP: que abra processo individual por servidor beneficiário do auxílio onde conste: a) cópia do contrato com o plano de saúde; b) documentação que comprove que o plano de saúde atende as exigências contidas no termo de referência básico constante da Portaria Normativa SRH/MPOG nº 03/2009; e c) cópia dos comprovantes bancários de pagamentos mensais efetuados pelo servidor e do respectivo boleto ou, na ausência destes, de recibo ou extrato emitido pelo plano de saúde que comprove o pagamento e o mês de referência	CGGP	Memorando nº 86/2010-DSO/CDP/CGGP/DGES/CAPES	Atendida	
Parecer	025/2010	26/4/2010	Retroativo	Não há recomendações				

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
			Dinâmica					
Parecer	026/2010	3/10/2010	Resposta aos argumentos de defesa	1) somos pelo indeferimento do pedido de não pagamento do investimento efetuado e posterior envio do presente parecer à ex-bolsista e ao seu Procurador, informando-o que a Senhora Cristina Saenger Ximenes poderá concluir seu curso no exterior ou no país e permanecer no Brasil durante o prazo estipulado no Termo de Compromisso firmado com CAPES para que a dívida com esta Fundação seja extinta. Caso não seja enviado comprovante de matrícula em alguma instituição a fim de concluir o curso, deverá ser dado prosseguimento ao processo de Tomada de Contas Especial-TCE.	GAB	23038.051490/2009-27 (BEX 1436/02-3)	Atendida	
Parecer	027/2010	3/5/2010	Falta de prestação de contas nos processos PAEX	1) que a CGBE verifique se houve a utilização ou não das passagens concedidas, tendo em vista a possibilidade de tal confirmação, conforme CI CGBE nº 60/2009, além de juntar os documentos ao processo; 2) que a CGBE faça uma busca na internet utilizando o nome de cada professor/pesquisador e o nome do evento, a fim de verificar a participação dos beneficiados nos eventos solicitados, anexando o resultado da pesquisa ao processo em caso de sucesso. Ou ainda, que verifique a referida participação junto aos promotores dos eventos. 3) que a CGBE solicite os relatórios referentes às atividades desenvolvidas e em caso de insucesso remeta o processo a esta Auditoria Interna-AUD.	CGBE CGBE CGBE	CI CGBE 60/2009	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	028/2010	6/5/2010	Acúmulo de bolsas Mestrado e Doutorado no País e bolsas da UAB e outros esclarecimentos	Não há recomendações				
Parecer	029/2010	11/5/2010	Parcelamento de devolução de bolsa	Não há recomendações				
Parecer	030/2010	13/5/2010	Devolução Proporcional	À PF: acerca da possibilidade de devolução proporcional ao período em que o ex-bolsista residiu no Brasil, ou seja, 40 meses, para efeito de cálculo dos valores devidos.	PF	BEX 1908/00-6	Atendida	
Parecer	031/2010	13/5/2010	Advertência Empresa ENTERPOL ADM E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1) Considerar a “Defesa Prévia” apresentada pela empresa às fls. 151/157 como recurso previsto no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93 e efetuar a análise do mérito das alegações apresentadas, motivando a manutenção ou não da penalidade aplicada. 2) Dar ciência à empresa deste parecer (questão procedimental) e da decisão da quanto ao mérito das alegações apresentadas.	CGLOG CGLOG	23038.026998/2009-97 – ADM 2305/09-7	Atendida Atendida	
Parecer	032/2010	14/5/2010	Valor a ser restituído - PROF	1) que a CDS encaminhe o presente parecer a UnB para ciência, informando sobre a obrigatoriedade de ressarcimento dos valores aos cofres da CAPES no prazo de 30 dias a contar do recebimento, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no	CGSI	Memorando nº 104/2010- CDS/CGSI/DPB/CAPES de 18.03.2010	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				regulamento do Regulamento do PROF. 2) caso não haja comprovação da devolução no prazo previsto, devolver a documentação à Auditoria, para nova atualização monetária e encaminhamento de comunicação à Auditoria Interna da IES.	CGSI		Atendida	
Parecer	033/2010	14/5/2010	Reparcelamento de débito	Considerando a necessária interpretação jurídica acerca da possibilidade de aplicação Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2009, para resolução do caso concreto, recomendamos consultar a Procuradoria Federal da CAPES.	CGSI	BEX 1445/96-0	Atendida	
Parecer	034/2009	24/5/2010	Parcelamento de devolução de bolsa de Doutorado	INFORMAÇÃO: somos pelo ressarcimento conforme proposto pela ex-bolsista em 8 (oito) parcelas de R\$ 1.033,15 (mil e trinta e três reais e quinze centavos), corrigidas mensalmente pelo IPCA, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.	GAB	23038.001648/2010-51	Atendida	
Parecer	034/2010	28/5/2010	Encerramento de processo em virtude de doença	1) Diante do posicionamento da Corte de Contas e desta Auditoria em casos análogos de doenças impossíveis de prevenir e determinantes no insucesso de bolsistas, somos pelo encerramento do processo, por considerar o caso como fortuito (fl.115).	GAB	BEX 2179/07-5	Atendida	
Parecer	035/2010	25/5/2010	Devolução de mensalidades	1) Encaminhar o processo ao Gabinete da Presidência da CAPES, sugerindo, submeter o mérito da decisão à Diretoria Colegiada da CAPES.	GAB	BEX 1478/99-0	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	037/2010	8/6/2010	Vínculo empregatício com bolsa no Programa Demanda Social	2) Em caso de entendimento acerca da possibilidade da devolução parcial, devolver o processo a esta Auditoria Interna para que se instrua o processo com os comprovantes de realização de atividade de docência no país. 1) À DPB, que solicite à bolsista a comprovação da autorização proveniente da Universidade Federal do Piauí, bem como a anuência do orientador para atuar como docente em instituição de nível superior, conforme § 2º do art. 1º da Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1. 2) Em face da natureza jurídica da questão, que seja encaminhado o questionamento para parecer da Procuradoria Federal/CAPES, para análise acerca aplicação da Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1 ao caso da bolsista Odaléia Alves da Costa. 3) Uma vez que está sendo solicitado o posicionamento institucional da CAPES a respeito da questão e caso o posicionamento da Procuradoria Federal seja pela possibilidade de manutenção da bolsa, que seja submetido o mérito da questão à decisão da Diretoria Colegiada da CAPES.	GAB CDS CDS CDS	Memo 131/2010 CDS/CGSI/DPB	Atendida Atendida Atendida	
Parecer	038/2010	8/6/2010	Parcelamento de devolução de bolsa	Não há recomendações				
Parecer	039/2010	10/6/2010	Parcelamento de devolução de mensalidade	Não há recomendações				

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	040/2010	16/6/2010	Doença em ex-bolsista	1) somos pelo acompanhamento do doutorado do Sr. Ravi Figueiredo Passos pela CGBE, cobrando periodicamente informações sobre o curso e envio de correspondência ao ex-bolsista, na qual será informado que a dívida ficará suspensa e o que o processo somente será encerrado após o envio do diploma de doutorado ou após comprovado por meio de laudo médico a incapacidade de conclusão dos estudos. Caso não ocorra as duas hipóteses descritas para o encerramento, o processo deverá retornar a esta AUD para a cobrança do investimento efetuado pela CAPES.	CGBE	BEX 0197/09-2	Atendida	
Parecer	041/2010	18/6/2010	Devolução de bolsa	1) que a Coordenação de Programas de Indução e Inovação-CII cobre o ressarcimento, de R\$ 17.281,57 (dezessete mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos) do ex-bolsista, referente às mensalidades recebidas indevidamente.	CII	Memorando nº 108/2010 – CII/CGPE/DPB/CAPES	Atendida	
Parecer	042/2010	21/6/2010	Parcelamento de devolução de mensalidade	Não há recomendações				
Parecer	043/2010	24/6/2010	Retroativo CTIS	Não há recomendações				
Parecer	044/2010	1/7/2010	Parcelamento de dívida de ex-bolsista da Universidade Federal de Campina Grande	À CDS: efetue a cobrança da devolução integral e imediata do valor atualizado pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, cabendo, se for o caso, o direito de cobrança regressiva pela UFCG ao ex-bolsista.	CDS	Memorando nº: 361/2010-CDS/CGSI/DPB/CAPES	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	045/2011	8/7/2010	Parcelamento de devolução de bolsa de Doutorado	INFORMAÇÃO: somos pelo ressarcimento conforme proposto pela ex-bolsista em 6 (seis) parcelas de R\$ 648,66 (seiscentos e quarenta e oito reais), corrigidas mensalmente pelo IPCA, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.	GAB	23038.002828/2010-51	Atendida	
Parecer	046/2010	9/7/2010	Parcelamento de dívida de ex-bolsista da Universidade Federal de Campina Grande	À CDS: efetue a cobrança da devolução integral e imediata do valor atualizado pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, cabendo, se for o caso, o direito de cobrança regressiva pela UFCG aos ex-bolsistas.	CDS	Memorando nº: 363/2010-CDS/CGSI/DPB/CAPES	Atendida	
Parecer	047/2010	23/7/2010	Retenção tributária sobre o pagamento retroativo	Efetuar a retenção dos tributos federais sobre os pagamentos relativos ao período de setembro/2009 a junho/2010.	DCON	Mem. 140/2010-DCON/COF/CGOF/DGES	Atendida	
Parecer	048/2010	27/7/2010	Abatimento de dívida	1) efetuar a cobrança da devolução parcial da bolsa, referente aos meses de janeiro a fevereiro/2010 (EUR 2.123,33), com abatimento do valor da passagem aérea de retorno (US\$ 1.693,00), caso conste nos arquivos dessa Coordenação justificativas do ex-bolsista quando ainda no exterior (antes de interromper o programa) e autorização por escrito pela CGCI, conforme item 05 do Termo de Aceitação e Comprometimento, juntando por conseguinte a respectiva documentação ao processo. Não havendo justificativas apresentadas pelo ex-bolsista e autorização expressa da CAPES, efetuar a cobrança de todo valor investido nos estudos do ex-bolsista em questão.	CGCI	23038.033931/2009-17 (BEX 4705/09-2)	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	049/2010	3/8/2010	Repactuação e Retroativo Empresa PH	Não há recomendações				
Parecer	050/2010	10/8/2010	Extravio de Processo de Prestação de Contas	À CEX: com auxílio do beneficiário, faça gestões junto: a) ao Banco do Brasil, no sentido de buscar o extrato dos pagamentos que comprovem o recebimento das diárias pelas pessoas listadas na relação de pagamentos; b) ao Hotel Transamérica Flat Perdizes e demais prestadores de serviços, para solicitar cópia autenticada (por cartório ou por servidor público federal) À CEX: em parceria com a CPCC e SPE, faça novas buscas nas dependências da CAPES, com vistas a localizar a referida documentação À Presidência da CAPES: para instauração de procedimento administrativo para apurar eventual responsabilidade pelo extravio da Prestação de Contas caso não se logre êxito na localização da documentação nas dependências da CAPES ou na busca de comprovações alternativas das despesas realizadas.	CEX CEX GAB	23038.001253/2009-15 – PAEP 0046/09-4	Atendida	
Parecer	051/2010	10/8/2010	Acúmulo de Bolsa DPB	À DPB: para cancelamento da bolsa RH-TVD, caso ainda esteja em vigência, devendo a bolsista ressarcir ao erário todos os valores recebidos para esse programa. Atualmente o valor devido é de R\$ 21.346,66 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos), À DGES (CGIN e CGOF): por ter a bolsista descumprido a cláusula V do Termo de Compromissos assinado quando da concessão da bolsa, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios à referida bolsista pelo período de 5 anos	DPB CGIN/CGOF	Memorando nº 129/2010 – CII/CGPE/DPB	Atendida Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				À DED: para efetuar o cancelamento da bolsa UAB, considerando o descumprimento da Resolução CD/FNDE nº 26/2009 c/c com o termo de compromisso assumido pela bolsista.	DED		Atendida	
Parecer	052/2010	10/8/2010	Parcelamento de dívida de ex-bolsista da Universidade de São Paulo-USP	1) que a CDS efetue a cobrança da devolução integral e imediata do valor atualizado à Universidade de São Paulo – USP, cabendo, se for o caso, o direito de cobrança regressiva pela USP ao ex-bolsista.	CDS	Memorando nº: 408/2010-CDS/CGSI/DPB/CAPES	Atendida	
Parecer	053/2010	11/8/2010	Parcelamento de dívida de ex-bolsista da Universidade Federal da Bahia - UFBA	1) que a CDS efetue a cobrança da devolução integral e imediata do valor atualizado à Universidade Federal da Bahia - UFBA, cabendo, se for o caso, o direito de cobrança regressiva pela UFBA ao ex-bolsista.	CDS	Memorando nº: 435/2010-CDS/CGSI/DPB/CAPES	Atendida	
Parecer	054/2010	13/8/2010	Doença de ex-bolsista	1) somos pelo acompanhamento do Doutorado do Sr. Francisco Eduardo Caparroz pela CGBE, cobrando periodicamente informações sobre o curso e envio de correspondência ao ex-bolsista, na qual será informado que a dívida ficará suspensa e o que o processo somente será encerrado após o envio do diploma de Doutorado ou após comprovado por meio de laudo médico a incapacidade de conclusão dos estudos. Caso não ocorra as duas hipóteses descritas para o encerramento, o processo deverá retornar a esta AUD para a cobrança do investimento efetuado pela CAPES.	CGBE	BEX 1713/02-7	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	055/2010	20/8/2010	Falta de prestação de contas nos processos BEX/DAAD/CNPQ	1) tendo em vista que não consta na maioria dos processos a cobrança da DAE acerca do encaminhamento dos relatórios de atividades desenvolvidas e/ou diploma de conclusão, sugerimos que a DAE junte a documentação citada aos respectivos processos, caso os mesmos constem de seus arquivos. 2) que a DAE, esgote todos os meios de localização dos bolsistas (como, por exemplo, buscas em lista telefônica, pesquisa na internet, rede de relacionamentos etc.) com vistas à cobrança do relatório de atividades aos beneficiários inadimplentes e verificação de residência dos mesmos, juntando todas as notificações e eventuais respostas ao processo. 3) que faça constar nos futuros termos de compromisso, a obrigação de ressarcimento dos valores atualizados a esta agência em caso de permanência do bolsista no exterior, mesmo em casos de concessão de outros tipos de auxílios. 4) que nas futuras prestações de contas que envolvam apenas a concessão de passagens pela CAPES, que a DAE efetue a cobrança dos bilhetes e do relatório de atividades e, em caso de insucesso, encaminhe os processos tempestivamente a esta Auditoria Interna para adoção das medidas pertinentes, caso haja previsão de devolução no Termo de Compromisso.	CGBE CGBE CGBE	CI CGBE 080/2008	Em andamento Em andamento Em andamento	
Parecer	056/2010	31/8/2010	Retroativo Empresa Interativa DED. Higienização e Conservação	1) anexar à documentação complementar a ser apresentada pela empresa Interativa no processo	CGLOG	23038.000803/2010-12	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
			Ltda.					
Parecer	057/2010	14/9/2010	Acúmulo de bolsa e atividade remunerada por servidora da CAPES	1) A instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme parágrafo 10, para apuração de responsabilidade da servidora, conforme art. 146 da Lei n.º 8112/1990. 2) A suspensão imediata do pagamento das bolsas e apuração no âmbito do PAD sobre a necessidade de devolução parcial/total das bolsas percebidas, sem prejuízo da atualização monetária. 3) Solicitação à IFES do termo de compromisso assumido pela servidora, para instrução do PAD.	GAB	23038006993/2010	Atendida Atendida Atendida	
Parecer	058/2010	16/9/2010	Repactuação Empresa Zepim	Não há recomendações				
Parecer	059/2010	21/9/2010	Termo de referência – convênios PAFOR com as IES	Não há recomendações	CGDOC			
Parecer	060/2010	30/9/2010	Procedimento a ser adotado para pagamento de taxas escolares à PUC/RS	Não há recomendações				

[illegible]

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	065/2010	13/10/2010	Auxílio (SAUX - 1269/2005)	Emissão de nova notificação ao Sr. Anselmo Baganha Raposo, concedendo o prazo de 30 dias para a devolução dos recursos, cujo valor atualmente perfaz o valor de R\$ 290.371,50 (duzentos e noventa mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), antes do envio do processo à Controladoria-Geral da União/CGU-PR, com vistas ao devido encaminhamento ao Tribunal de Contas da União-TCU		23038.032245/2005-97 e 23038.004980/2009-34	Atendida	
Parecer	066/2010	3/11/2010	Repactuação Empresa CTIS	Excluir da Planilha de Custos e Formação de Preços o item “Treinamento”, uma vez que estes custos devem já estar englobados nas despesas administrativas.	CGLOG	23038.028276/2006-24	Em andamento	
Parecer	067/2010	5/11/2010	Consulta acerca do pagamento às empresas que apresentem irregularidades junto ao SICAF	1) À Chefe da Divisão de contabilidade para que autorize os pagamentos, com a anexação da mensagem SIAFI em anexo, e sempre encaminhe os processos na situação em tese ao gestor do contrato, para providências listadas no item seguinte. 2) Aos gestores dos contratos para que sempre notifique as empresas na situação em tese consultada, com advertência para regularização de sua situação no SICAF, sob pena de rescisão do contrato, conforme Parecer PGFN/CJU 401/2000	DCON CGLOG	MEMO nº 204/2010 – DCON/COF/CGOF/DGES	Atendida Atendida	
Parecer	068/2010	17/11/2010	Acúmulo de bolsas.	1) à DED, que comunique a UNIRIO que proceda imediatamente à realocação da bolsista para a função de Tutora, para que suas atividades possam ser retomadas.	DED	Memorando nº 184/2010 – CII/CGPE/DPB	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				2) à DPB, que reative a bolsa da aluna no respectivo programa de pós-graduação, caso se verifique que há autorização para atuação da aluna como tutora do sistema UAB, conforme exigência do parágrafo 1º, artigo 1º da Portaria Conjunta n.º 01 CAPES/CNPq, de 12/12/2007	DPB		atendida	
Parecer	069/2010	30/11/2010	Repactuação Empresa PH Serviços e Administração Ltda	1) à DCON: excluir da Planilha de Custos e Formação de Preços o item “<u>Anexo II-A, Tabela II – Insumos de Mão-de-Obra, item F – Treinamento</u>”, uma vez que este custo deve estar englobado na despesa administrativa, e desmembrar o item 11 em “<u>Anexo II-B, Grupo A, itens 11 – licença maternidade e 12 – licença paternidade</u>”, uma vez que os respectivos custos estão previstos no normativo em vigor; 2. à DCON: ajustar os valores devidos à empresa pela competência, ou seja, o valor devido a cada mês deve ser calculado com o custo do posto após a primeira repactuação e considerando o efetivo serviço prestado, não deixando para ajustar nos meses que a empresa ajustou as cobranças; 3. à DEF: incluir no processo cópia da consulta no SICAF, uma vez que nos meses de Março/2010 e Outubro/2010 a Certidão Negativa do FGTS na data do pagamento estava vencida, e no mês de Abril/2010 não consta nem a consulta nem as Certidões legais; 4. ao GESTOR DO CONTRATO: quando forem apuradas divergências nas folhas de ponto dos recepcionistas com a relação do faturado, indicar a glosa do valor no pagamento do mês em comentário; e	DCON DCON DEF Gestor	23038.006824/2009-16	Em andamento Em andamento Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				5. à empresa PH: a exclusão dos itens “Anexo II-A, Tabela II – Insumos de Mão-de-Obra, item F – Treinamento” e “Anexo II-D, item E – Reserva Técnica” da Planilha de Custos e Formação de Preços e o encaminhamento de uma nova Planilha de Custos e Formação de Preços.	PH			
Parecer	070/2010	29/11/2010	PIBID 2007 e PIBID 2009	1) à DEB: justificar a falta de convênio específico/acordo de cooperação/termo de cooperação entre a instituição federal de educação superior e a CAPES, para ambos os casos, na forma do art. 2º, da Portaria Normativa MEC n.º 38, de 12 de dezembro de 2007, e do art. 4º da Portaria nº 122 de 16 de setembro de 2009 e do Decreto nº 61670, de 25 de julho de 2007. 2) à DEB: justificar e apresentar memória de cálculo da verba de custeio nos valores de R\$ 120.000,00 (fl. 93) e R\$ 150.000,00 (fl. 396), referentes à UFV e à UFPE, respectivamente, sendo que os projetos foram aprovados com 4 (UFV) e 6 áreas de conhecimento (UFPE) e o edital contempla o valor de R\$ 15.000,00 por área. Cabe ressaltar que o SAUX de concessão do custeio da UFV tem vigência de 18/09/2009 a 30/11/2010 e que o AUXPE da UFPE tem vigência de 05/10/2009 a 30/11/2010. Os auxílios das duas instituições estão com vigência de aproximadamente 14 meses. 3) à DEB: justificar e apresentar memória de cálculo da verba de custeio, objeto do AUXPE Nº 912/2009 (UFV), no valor de R\$ 160.500,00, bem como a documentação relativa à proposta complementar, objeto do item 2.2.2 do edital CAPES/DEB n.º 02/2009	DEB DEB DEB	23038.034286/2008-61 23038.031978/2008-57 23038.014986/2008-39 23038.040097/2008-27	Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				4) à DEB e à CGOF: Justificar a falta de cadastro dos convênios/termos de cooperação/acordo de cooperação, entre as IFES e a CAPES, para fins de controle contábil no SIAFI. Cumpre ressaltar que há cadastro na conta contábil 199120900 - Auxílios a Pesquisa a Comprovar, no que se refere ao AUXPE de custeio, porém não há controle do instrumento que respalde tanto as verbas de custeio como o valor global das bolsas concedidas por instituição.	DEB e CGOF		Em andamento	
				5) à DEB: Apresentar os gastos totais dos convênios/termos de cooperação/Acordo de Cooperação da UFV e UFPE, referente a custeio e bolsas de estudo, durante a vigência dos projetos sobre o égide do edital MEC/CAPES/FNDE n.º 01/2007, para fins de análise do limite de R\$ 1.000.000,00, item 4, do edital supra.	DEB		Em andamento	
				6) à CPCC: Solicitar a prestação de contas dos Auxílios no âmbito da UFV, que venceu no dia 17/09/2010 e com prazo de entrega até 17/10/2010; e dos da UFPE, que venceu no dia 04/10/2010 e com prazo de entrega até 04/11/2010.	CPCC		Em andamento	
				7) à DGES/CGIN: que inclua todas os bolsistas dos Programas da DEB no Sistema de Acompanhamento de Concessões/SAC – novo.	DGES/CGIN			
				8) à DEB: que exija dos coordenadores dos programas, para fins de solicitação de pagamento de bolsas, lista dos nomes dos beneficiários com o número da matrícula do aluno na instituição e o respectivo curso.	DEB			

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	071/2010	29/11/2010	Descumprimento do Termo de Compromisso	1) Em face da natureza jurídica da defesa apresentada pelo procurador da ex-bolsista, principalmente, da alegação de que no caso concreto (convênio com a Fiocruz) a bolsa se trata de uma prestação de serviços, ou seja, “remuneração por trabalho efetivamente prestado” e da repercussão da decisão para casos análogos, recomendamos o envio do assunto para parecer da Procuradoria Federal/CAPES, a fim de subsidiar a decisão a ser tomada pelos Dirigentes desta instituição. 2) Após análise da Procuradoria Federal/CAPES, que o processo seja devolvido à Auditoria Interna para que se dê continuidade aos procedimentos devidos	AUD PF	23038.009216/2007-93	Atendida Atendida	
Parecer	072/2010	2/12/2010	Troca de coordenador operacional (DINTER)	1) formalizar o desligamento do primeiro coordenador, Prof. Valene da Silva Amarante Júnior, ao projeto Dinter em Zootecnia, com vistas a evitar a existência formal nos sistemas informatizados de controle de dois instrumentos com o mesmo objeto 2) nas futuras trocas de coordenadores observar o item 2 do Anexo I da Portaria nº 28, de 29 de janeiro de 2010 (Regulamento de Concessão do AUXPE), com vistas a evitar a interrupção formal/financeira do projeto.	DPB	23038.037349/2009-11	Em andamento Atendida	
Parecer	073/2010	8/12/2010	Documento original para fins de pagamento	Cobrança dos referidos documentos fiscais em seus originais, contendo o nome da CAPES como endossatária, sob pena de glosa de pagamentos futuros.	CGGP	Memo. 222/2010-DCON/COF/CGOF/DGES – Sparq 85348/2010	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	074/2010	10/12/2010	Questionamentos a serem dirimidos antes da repactuação do contrato da empresa ORION	1) As despesas referentes à Reserva Técnica e Treinamento e Reciclagem de Pessoal devem ser retiradas da composição de custos, a menos que seja apresentada justificativa e detalhamento da composição quanto à primeira despesa e previsão legal quanto à segunda 2) Afastar a indexação ao IGP-M/FGV dos materiais nas Planilhas de Custo e Formação de Preço. 3) Seja reajustado o valor do Seguro de Vida em Grupo em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria 2010/2011 (fls. 1116 a 1129), conforme § 4.2, ou se apresente justificativa para os valores constantes da planilha. 4) As planilhas devem segregar o valor orçado para material, com fins de aplicar o BDI diferenciado para atender a Súmula TCU n.º 253/2010; que seja recalculado observando-se o exarado pelo Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (ibec.org.br) (§ 4.3); que o Valor Total Mensal também obedeça à metodologia de cálculo do instituto (§ 4.4).	ORION ORION ORION ORION		Atendida Atendida Atendida Em andamento	
Parecer	075/2010	20/12/2010	Prestação de Contas	1) efetuar a cobrança dos documentos necessários para a análise da prestação de contas. 2) analisar a prestação de contas, após o envio da documentação restante. 3) numerar as folhas do processo, conforme disposto na Lei 9784/99, art. 22, § 4º.	CPCC	23038.004671/2002-98	Atendida Em andamento Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Parecer	076/2010	22/12/2010	Consulta acerca de procedimentos a serem adotados em caso de acúmulo de bolsa de Doutorado no País (PROEX) e bolsa da UAB.	1) à DPB, para cancelamento da bolsa PROEX, caso ainda esteja em vigência, devendo o bolsista ressarcir ao erário todos os valores recebidos para esse programa. Atualmente, o valor devido perfaz o montante de R\$ 9.890,22 (nove mil, oitocentos e noventa reais e vinte e dois centavos), conforme demonstrativo de débito do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União, em anexo. 2) à DGES (CGIN e CGOF), por ter o bolsista descumprido a cláusula V do Termo de Compromissos assinado quando da concessão da bolsa, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios ao referido bolsista pelo período de 5 anos. 3) À DED, para efetuar o cancelamento da bolsa UAB, considerando o descumprimento da Resolução CD/FNDE nº 26/2009 c/c com o Termo de Compromisso assumido pelo bolsista.	DBP DGES (CGIN e CGOF) DED	23038.010442/2010-12	Em andamento Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	001/2010	7/1/2010	Admissão e Aposentadoria	Não há recomendações				
Relatório	002/2010	18/1/2010	Atos de pagamento e progressão funcional	Não há recomendações				

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	003/2010	19/1/2010	Suprimento de Fundos	a) Procurar sempre identificar, dentro do que for previsível pela Administração[1], os objetos de mesma natureza ou natureza similar a serem contratados ao longo do exercício financeiro, utilizando a modalidade pertinente ao somatório dos valores estimados de despesas com vistas a evitar o fracionamento de despesas, ressaltando que é possível dividir as contratações em tantas parcelas quantas forem econômica e tecnicamente viáveis, desde que respeitada a modalidade correspondente ao todo, nos termos do art. 23 e art. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93:	CGLOG	solicitação de auditoria 028/2009	Atendida	
Relatório	004/2010	25/2/2010	Avaliação da Gestão das Ações da Diretoria de Relações Internacionais	Não há recomendações				

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	005/2010	26/2/2010	Auditoria de Gestão na DRI	19.1 CGCI: Sanar todas as inconsistências formais descritas no parágrafo 11, na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002, bem como ajustar os demais projetos vigentes da coordenação da mesma forma, de forma a unificar os processos; 19.2 CGCI e CPCC: Ajustar a prestação de contas e a instrução processual à Portaria/CAPES n.º 015/2005, no tocante ao parágrafo 12; e 19.3 CPCC: Notificar quanto à necessidade de devolução dos recursos ora descritos nos parágrafos 10 e 13 por parte da ex-coordenadora e em caso de insucesso inscrever na conta de inadimplente no SIAFI e remeter a esta AUD para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. 20.1 CGCI: Sanar todas as inconsistências formais descritas no parágrafo 16, na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002, bem como ajustar os demais projetos vigentes da área na mesma forma; 20.2 CPCC: Solicitar os devidos ajustes na prestação de contas e providenciar a instrução processual conforme prevê a Portaria/CAPES n.º 015/2005, no tocante ao parágrafo 17; e 20.3 CPCC: Anexar ao processo a prestação de contas do aditivo ao SAUX 565/2008 e encaminhar o processo a AUD para análise.	CGCI CGCI e CPCC CPCC CGCI CPCC CPCC		Parcialmente Atendido. Não atendido. Após abertura de TCE e ocorreu a devolução dos recursos. Não atendido. Não atendido. Não atendido.	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	006/2010	1/3/2010	Auditoria de Gestão na DRI	19.1 CGCI: Sanar todas as inconsistências formais descritas nos parágrafos 10 e 16, na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002, bem como ajustar os demais projetos vigentes da coordenação da mesma forma, de forma a unificar os processos; 19.2 CGCI e CPCC: Ajustar a prestação de contas e a instrução processual à Portaria/CAPES n.º 015/2005, no tocante aos parágrafos 11, 12 e 17; e 19.3 CPCC: Notificar quanto à necessidade de devolução dos recursos ora descritos nos parágrafos 13 e 18 por parte da ex-coordenadora e em caso de insucesso inscrever na conta de inadimplente no SIAFI e remeter a esta AUD para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE.	CGCI CGCI e CPCC CPCC		Parcialmente Atendida. Não atendida. Não Atendida.	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	007/2010	22/3/2010	Auditoria de Gestão na DRI	12.1 À CGCI: Sanar todas as inconsistências formais descritas nos parágrafos 8 e 9, na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002 e do sistema Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq), bem como ajustar os demais projetos vigentes da coordenação da mesma forma, de forma a unificar os processos;12.2 À CGCI e CPCC: Ajustar a prestação de contas e a instrução processual de acordo com a Portaria/CAPES n.º 015/2005, no tocante ao parágrafo 10; e12.3 À CGCI: atentar ao princípio do vínculo ao instrumento convocatório, sendo que nos casos em que os projetos tiverem longa duração e necessitarem de ajustes ao longo de sua execução, a CGCI deverá aditar o edital destes projetos para promover os ajustes necessários.12.4 À CGCI: fazer constar em seus editais os itens de custeio em que podem ser efetuados dispêndios pelos beneficiários dos auxílios.12.5 À CGCI e CPCC: exigir para o pagamento de diárias e serviços prestados por pessoa física, cópia do documento de identidade e/ou passaporte do emissor do recibo.12.5 À CGCI e CPCC: que os servidores das áreas sejam instruídos a tirarem uma cópia Xerox dos recibos/cupons fiscais impressos em papel ThermoPrint (papeis com impressão pelo calor) e que esta cópia seja autenticada pelo servidor no momento da análise e permaneça anexa ao processo, visto que estes documentos tem durabilidade limitada.	CGCICGCI e CPCCCGCICG CIGCI e CPCCCGCI e CPCC		Atendidos os itens 12.1, 12.3 e 12.6.Parcialmente atendido o item 12.2.Para os itens 12.4 e 12.5 permanece as regras vigentes, portanto não atendidos .	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	008/2010			<u>ACHADO 1:</u> Encaminhar os processos de concessão e prestações de contas unificados, relativos ao processo AUX-PROEX-691/2007, para análise desta Auditoria			Não atendida	O processo de concessão não foi encontrado. Nos foi enviado apenas o processo de prestação de contas.
				<u>ACHADO 1:</u> O processo de concessão não está devidamente numerado, conforme IN SLTI/MPOG nº 05/2002 (AUX-PROEX-900/2007). Recomenda-se numerá-lo	CGSI	23038.025608/2007-88 e 23038.013042/2008-44	Atendida	
				<u>ACHADO 2:</u> Não consta no processo o Plano de Trabalho (Metas Acadêmicas) (AUX-PROEX-900/2007)	CGSI	23038.025608/2007-88 e 23038.013042/2008-44	Atendida	Recomendamos que consta o número do auxílio
				<u>ACHADO 3:</u> Não verificamos no processo nenhum Chamamento Público, conforme determina a IN nº 01/97, art. 2º e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 15 e 21. (AUX-PROEX-900/2007)	CGSI	23038.025608/2007-88 e 23038.013042/2008-44	Não atendida	A publicidade e ao ato de concessão do PROEX está sendo suprida

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
								com a divulgação trienal da avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES. A justificativa foi aceita pela AUD
				ACHADO 5: Não consta no processo a aprovação do Plano de Trabalho (Metas Acadêmicas) pela CCD/PROEX, antes da celebração do instrumento, conforme determina a IN nº 01/97, art. 4º, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 31 e Portaria CAPES 34/2006, art. 8º. (AUX-PROEX-900/2007)	CGSI	23038.025608/2007-88 e 23038.013042/2008-44	Atendida	Foi enviada documentação que comprova a aprovação. Recomendamos que consta o número do auxílio
				ACHADO 6: A Prestação de Contas não foi analisada no prazo de 90 dias, conforme determina Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 60 (fls. 02, 03 e 43 proc. Prestação de Contas). Recomenda-se elaborar os pareceres de aprovação no prazo de 90 dias do recebimento da prestação de contas	CPCC	23038.025608/2007-88 e 23038.013042/2008-44	Não atendida	A prestação de contas foi analisada e aprovada. Entretanto,

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
								o prazo de 90 dias para análise não foi atendido por falta de pessoal e devido à grande quantidade de processos a analisar (passivo). A justificativa foi aceita pela AUD
				ACHADO 1: O processo relativo à Prestação de Contas não está numerado, conforme IN SLTI/MPOG nº 05/2002. (PROEX-535/2008)	CPCC	23038.010654/2008-85	Atendida	
				ACHADO 2: Não verificamos no processo nenhum Chamamento Público, conforme determina a IN nº 01/97, art. 2º e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 15 e 21.	CGSI	23038.010654/2008-85	Não atendida	A publicidade e ao ato de concessão do PROEX está sendo suprida com a divulgação trienal da

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
								avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES. A justificativa foi aceita pela AUD
				<u>ACHADO 3</u> : Não consta no processo o Plano de Trabalho (Metas Acadêmicas)	CGSI	23038.010654/2008-85	Atendida	Foi enviada documentação que comprova a aprovação. Recomendamos que consta o número do auxílio
				<u>ACHADO 4</u> : Não consta no processo a aprovação do Plano de Trabalho (Metas Acadêmicas) pela CCD/PROEX antes da celebração do instrumento, conforme determina a IN nº 01/97, art. 4º, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 31 e Portaria CAPES 34/2006, art. 8º.	CGSI	23038.010654/2008-85	Atendida	Foi enviada documentação que comprova a aprovação. Recomendamos que consta o número do

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
								auxílio
				ACHADO 5: A publicação do auxílio no Diário Oficial ocorreu após o prazo de 20 dias, a contar da assinatura, previsto na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 33 (fls. 09, 33, 46, 66 e 90). Recomenda-se publicar o auxílio no prazo acima descrito.	CGSI	23038.010654/2008-85	Atendida	
				ACHADO 6: Na Nota de Empenho 2008NE006865 do dia 08/10/2008 não consta a assinatura do Ordenador de Despesa (fl. 32)	CGSI	23038.010654/2008-85	Atendida	
				ACHADO 7: Não consta no processo a análise da Prestação de Contas Parcial (tendo em vista a liberação de recursos em mais de 2 parcelas), bem como os pareceres de aprovação das áreas finalísticas e financeiras no prazo previsto na legislação vigente, ou seja, 90 dias contados da data do recebimento da prestação de contas (Janeiro/2009), conforme determina Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, art. 60. Recomenda-se elaborar os pareceres de aprovação da área finalística e financeira no prazo de 90 dias do recebimento da prestação de contas	CGSI e CPCC	23038.010654/2008-85	Não atendida	A CGSI/CEX sofre de escassez de recursos humanos, de modo que, devido à grande quantidade de processos, é inviável cumprir análise das 2.555 prestações

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
								de contas dentro do período de 90 dias. CPCC: O prazo não foi atendido por falta de pessoal e devido à grande quantidade de processos a analisar. As justificativas foram aceitas pela AUD
				ACHADO 8: Consta no processo a Ordem Bancária 2008OB905809 do dia 02/06/2008 no valor de 36.066,66 (fl. 11) e até essa data uma única Nota de Empenho 2008NE002287 do dia 10.04.2008 no valor de 31.214,00 (fl. 08). Dessa forma, não verificamos outra NE com a diferença entre dois valores (4.852,66), para a emissão da referida OB. Recomenda-se corrigir ou justificar as inconsistências	CGOF	23038.010654/2008-85	Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				ACHADO 9: Não consta no processo Nota de Empenho – NE correspondente a Ordem Bancária - OB 2008OB909969 do dia 05.08.2008 (fl. 17) Recomenda-se corrigir ou justificar as inconsistências	CGOF	23038.010654/2008-85	Atendida	
				ACHADO 10: Não foi possível verificar se as Notas de Empenhos 2009NE001151 do dia 02.01.2009 no valor de 31.214,00 (fl. 65) e 2009NE011853 no valor de 43.931,20 (fl. 119) estão vinculada ao Termo de Concessão ou a Aditivo. Recomenda-se corrigir ou justificar as inconsistências	CGOF	23038.010654/2008-85	Atendida	
Relatório	009/2010	12/4/2010	Auditoria de Gestão na DRI	Sanar todas as inconsistências formais descritas nos parágrafos 8 e 9, na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002 e do sistema Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq), bem como ajustar os demais projetos vigentes da coordenação da mesma forma, de forma a unificar os processos;	CGCI		Atendimento parcial.	Foi elaborado Termo de Juntada por Anexação pro Processo da Primeira PC, numerado, e o resto do Processo principal foi renumerado.
				Ajustar a prestação de contas e a instrução processual de acordo com a Portaria/CAPES n.º 015/2005, no tocante ao parágrafo 10; e	CGCI e CPCC		Não atendido.	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				Determinar aos beneficiários que apresentem justificativa formal quando diferenças na compra de passagens e pagamentos de diárias importem em excesso de gastos no orçamento previsto. Fazer constar em seus editais os itens de custeio em que podem ser efetuados dispêndios pelos beneficiários dos auxílios. Exigir para o pagamento de diárias e serviços prestados por pessoa física, cópia do documento de identidade e/ou passaporte do emissor do recibo. Solicitar justificativa para a compra de equipamentos de informática e seu uso no projeto; efetuar os ajustes orçamentários dos valores pagos como despesa de capital; anexar a prestação de contas final ao processo e executar as diligências, quando necessárias, para ajustar o processo à legislação pertinente (vide §§ 12.1. e 12.2.)	CGCI CGCI CGCI e CPCC CGCI e CPCC		Não atendido. Não atendido. Não atendido. Não atendido.	
Relatório	010/2010	1/6/2010	Auditoria nos pagamentos da UAB.	Bloquear o acesso através da rede CAPES ao endereço (s) de IP (s) da área restrita aos bolsistas UAB, com exceção das áreas fins da UAB que necessitam consultar tal endereço, com fins a evitar o uso do período laboral destinado a CAPES com atividades inerentes a UAB. Publicar norma vedando expressamente o recebimento de bolsas da UAB por parte de servidores da CAPES. (Portarias CAPES n.ºs 109/2009 e 043/2010) que informe a esta Auditoria Interna os resultados dos trabalhos de apuração.	CGIN Presidência Presidência das Comissões de PAD	23038.0033175/2009-18	Não atendido. Não atendido. Atendido.	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
Relatório	011/2010			PAEX 0814/09-1 _ Ana Cláudia Muniz Renno: apresentar justificativas para os pagamentos citados no ACHADO 1, SITUAÇÃO 1.	DRI		Atendida	
				PAEX 0333/09-3 _ Antônio Celso de Noronha Goyos: apresentar justificativas para os pagamentos citados no ACHADO 2, SITUAÇÃO 2.			Atendida	
				PAEX 4815/08-4 _ Floriano José Godinho de Oliveira: apresentar justificativas para os pagamentos citados no ACHADO 2, SITUAÇÃO 4.			Atendida	
				4 PAEX 1599/09-7_Gerard Emile Grimberg: solicitar o envio do relatório de atividades.			Em andamento	
				PAEX 4515/09-9 _ Germano de Souza Kienbaum: solicitar os comprovantes de ida ao exterior e retorno ao país (Edital DRI/CGBE nº 006/2009, itens 3.3 e 8.2)			Atendida	
				PAEX 0071/09-9 _ Ney Laert Vilar Calazans: apresentar justificativas para os pagamentos citados no ACHADO 3, SITUAÇÃO 9.			Atendida	
				Instruir os processos com documentos que comprovem a residência no país, nos casos em que o referido auxílio seja concedido a pessoas que não sejam servidores públicos. Não haverá essa necessidade aos servidores públicos, tendo em vista que para eles deverá haver publicação no DOU proveniente de seu órgão.			Em andamento	
				Efetuar pesquisa a fim de verificar se ocorreu financiamento da mesma natureza nos últimos dois anos antes de conceder o auxílio de forma a cumprir a exigência prevista no Edital DRI/CGBE nº 006/2009, item 1.10;			Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				Fazer constar no processo a comprovação do efetivo pagamento;			Atendida	
				Confeccionar campo, no formulário de inscrição, no qual seja possível indicar que órgão(ões) financiou(aram) ou está(ão) financiando auxílios de mesma natureza do Edital DRI/CGBE nº 006/2009, item 3.2.			Atendida	
				Instruir os processos com documentos que comprovem a nacionalidade brasileira ou visto permanente de residência no País (estrangeiros), nos casos em que o referido auxílio seja concedido a pessoas que não sejam servidores públicos.			Em andamento	
				Fazer pesquisa no site da Receita Federal do Brasil-RFB, a fim de verificar se os CPFs informados nas solicitações de apoio são do próprio beneficiado;			Em andamento	
				Efetuar o pagamento do auxílio em conformidade com o valor descrito na tabela constante dos editais vigentes;			Atendida	
				Incluir o campo destinado à inclusão da URL do Curriculum Vitae no formulário de inscrição, conforme previsão editalícia;			Em andamento	
				Cobrar a entrega do trabalho na íntegra quando da solicitação de inscrição, conforme exigência editalícia;			Atendida	
				Cobrar o envio do comprovante de aceitação da realizadora do evento;			Em andamento	
				Observar o cumprimento do calendário do programa, conforme previsão editalícia;			Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				Instruir os processos com a homologação da seleção final pela Diretoria de Relações Internacionais-DRI.			Atendida	
				Disponibilizar na internet a lista dos beneficiados com o apoio.			Em andamento	
				Registrar nos controles internos da CGBE, a data do envio dos relatórios de atividades, a fim de que seja verificado se a prestação de contas se deu no prazo aproximado de 60 dias.			Atendida	
				Cobrar os documentos não apresentados na prestação de contas e em caso de insucesso enviar o processo a esta Auditoria Interna-AUD, para instauração de TCE. Além disso, não enviar documento de regularização antes do recebimento de todos os documentos exigidos na prestação de contas.			Atendida	
Relatório	012/2010	27/9/2010	Suprimento de Fundos	Procurar sempre identificar, <u>dentro do que for previsível pela Administração</u> , os objetos de mesma natureza ou natureza similar a serem contratados ao longo do exercício financeiro, utilizando a modalidade pertinente ao somatório dos valores estimados de despesas com vistas a evitar o fracionamento de despesas, ressaltando que é possível dividir as contratações em tantas parcelas quantas forem econômica e tecnicamente viáveis, desde que respeitada a modalidade correspondente ao todo, nos termos do art. 23 e art. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93;	CGLOG		Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				Com pertinência aos processos de dispensa de licitação, adotar os seguintes procedimentos: a) indicar o crédito disponível para a cobertura da despesa; b) anexar mapa comparativo de preços; c) realizar pesquisa no Comprasnet, quando se tratar de compras; d) apresentar, em todos os processos, as solicitações e/ou requisições do material, serviço ou obra; e) verificar a regularidade fiscal das empresas, quando da realização dos pagamentos (item 1.5.1.8, TC-013.774/2008-5, Acórdão nº 5.582/2010-1ª Câmara).			Atendida	
Relatório	13/2010	18/11/2010	Auditoria de diárias e passagens	SITUAÇÃO 1-ACHADO 1:À DPAT, que exija nas prestações de contas maiores detalhes sobre os eventos, como objetivo e data exata de realização dos mesmos (convites e programação oficial de oficinas, encontros, avaliações, dentre outros, com exceção de reuniões de trabalho de rotina, as quais podem ser justificadas por convocações via correio eletrônico).	DPAT	não se aplica	Atendida	
				SITUAÇÃO 2 -ACHADO 1:Tendo em vista a alta incidência de solicitações de passagens e diárias com prazo inferior a 10 dias, que às Diretorias da CAPES realizem planejamento prévio das solicitações, uma vez que as passagens compradas na iminência do evento oneram o custo da viagem.	Todas as Diretorias		Em andamento	
				SITUAÇÃO 2 -ACHADO 2: À DPAT, que exija justificativa do solicitante quando o regresso ou ida ocorrer em fim de semana.	DPAT		Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				SITUAÇÃO 3 -ACHADO 1:À CGOF/DGES, que retome o procedimento de envio mensal de todos os beneficiários de diárias e passagens aéreas à DTI, para que este setor possa proceder à publicação em meio oficial, em atendimento ao art. 6º do Decreto 5.992/2006, corroborando assim, com a transparência das concessões dessa natureza.	CGOF		Não atendida	
				SITUAÇÃO 4 -ACHADO 1: : À DPAT, apurar o fato junto ao beneficiário e, se constatada a duplicidade de pagamentos e não devolução, que seja formalizado processo e remetido à Auditoria Interna para abertura de Tomada de Contas Especial.	DPAT		Não atendida	
				SITUAÇÃO 4 -ACHADO 2: À DPAT, quando da necessidade de devolução informar o beneficiário da necessidade de cumprimento do prazo de 05 dias, em atendimento ao art. 7º do Decreto 5.992/2006.	DPAT		Em andamento	
				SITUAÇÃO 5 -ACHADOS 1 a 9 : À DPAT, justificar o pagamento de dois adicionais de embarque e desembarque de forma repetida para as solicitações acima e, se constatado o recebimento indevido, cientificar o(a) beneficiário(a) acerca da necessidade de devolução dos valores pagos a maior.	DPAT		Em andamento	
				SITUAÇÃO 6 -ACHADO 1: : Tendo em vista a alta incidência de solicitações de passagens e diárias com prazo inferior a 10 dias, que às Diretorias da CAPES realizem planejamento prévio das convocações nacionais, uma vez que as passagens compradas na iminência do evento oneram o custo da viagem.	Todas as Diretorias		Em andamento	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				SITUAÇÃO 7 -ACHADO 1: À DPAT, que em casos análogos, o proposto apresente justificativa para a mudança de itinerário, sob pena de não aprovação de sua passagem pelo setor concedente, uma vez que a mudança injustificada pode acarretar em prejuízo ao erário. Recomenda-se ainda que, nas passagens em que o retorno for diferente da origem, sem haver justificativa plausível, a mudança somente deverá ocorrer às expensas do proposto.	DPAT		Em andamento	
				SITUAÇÃO 8 -ACHADO 1:À DPAT, efetuar o registro do valor das passagens igualmente ao que se verifica no bilhete de embarque e que os beneficiários sejam instruídos a prestarem contas com documentos legíveis. Caso não enviem documentos legíveis, solicitar que enviem cópias fornecidas pelas companhias aéreas. Ressaltamos ainda que, de acordo com o art. 13 da Portaria MEC 403/2009, em seu parágrafo primeiro, concomitantemente com o art. 14, “na impossibilidade do colaborador apresentar a prestação de contas de que trata o caput, a responsabilidade será do Proponente”, e que a “a apresentação inadequada (...) obriga o beneficiário de diárias e passagens à devolução dos recursos...” (grifo nosso).	DPAT		Atendida	
Relatório	014/2010	19/11/2010	Avaliação da Execução Orçamentária 2010	1) avaliar no caso das ações que estão com os recursos empenhados em níveis menores que o esperado, conforme relatado nos itens 9 e 12, as causas para uma eventual execução abaixo do esperado para andamento do exercício e, caso não seja possível reverter a tendência: 2) remanejar os créditos para programas/ações com capacidade de execução até o final do exercício.	DRI, DGES, DPB, DEB e DED	Não se aplica	Atendida (DRI e DPB) Atendida	

Tipo de documento	Nº	Data	Assunto	Teor	Área responsável	Número do processo	Situação	OBS
				3) avaliar as causas da tendência de baixa execução e estudar planejamento para 2011, com vistas a se evitar o comprometimento das metas dos programas/ações no próximo exercício.			Em andamento	

ANEXO 4



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

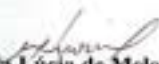
**DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO PLENA**

**FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siasf (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011


Maria Lúcia de Melo Amorim
CRC nº DF 014358/0-8

ANEXO 5

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação – Anexos I e II – 2º andar
Caixa Postal 385
70359-970 – Brasília, DF - Brasil
<http://www.capes.gov.br>



Ao Senhor
FRANCISCO GAETANI
Secretário-Executivo Adjunto do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios - Bloco K, 6º andar
Nesta

OFÍCIO Nº 0444/2008/PR/CAPES

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Senhor Secretário-Executivo Adjunto,

Desde sua criação, a CAPES efetua todos os repasses financeiros relativos ao pagamento das mensalidades de bolsas de estudo, dos recursos de custeio para a manutenção dos cursos de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior-IES, bem como dos auxílios a pesquisador por meio do instrumento 'Convênio'.

Em virtude da edição do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, bem como da Instrução Normativa 127, dessa pasta, de 29 de maio de 2008, esta sistemática de repasse de recursos às instituições estaduais, municipais, privadas e pessoa física encontra-se comprometida por não se adequar ao disposto nas referidas normativas, uma vez que não há como caracterizar esta rotina operacional como execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, conforme rege a definição de 'convênio' no referido Decreto.

Tendo em vista o risco iminente de significativa interrupção do funcionamento da pós-graduação e pesquisa, acarretado pela falta de amparo legal para efetivar novos repasses, solicito gestão dessa Secretaria Executiva no sentido instituir regimento peculiar ao procedimento tradicionalmente adotado por esta agência, assegurando aos bolsistas pós-graduandos e respectivos cursos das IES a continuidade das atividades.

Certo de contar com o empenho desse Ministério, informo que a equipe técnica da CAPES encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,


JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

RECEBI O ORIGINAL
Em 15/10/08 às 9:35h
Tegimila
Matr. 012030181

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ministério da Educação – Anexos I e II – 2º andar
Caixa Postal 250
70359-970 – Brasília, DF – Brasil
<http://www.capes.gov.br>



Ao Senhor
FRANCISCO GAETANI
Secretário Executivo Adjunto
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios Bloco "K – 6º andar"
Brasília/DF

OFÍCIO Nº 0 032/2009/PR/CAPES

Brasília, 29 de janeiro de 2009.

Senhor Secretário Executivo Adjunto,

Com referência à reunião agendada para o dia de hoje com o objetivo de dar continuidade ao encontro realizado na última quarta-feira dia 21, formalizamos abaixo os questões que têm afetado o funcionamento operacional da CAPES e que dependem de manifestação e decisão desse Ministério.

- a) Viabilidade de pagamento das bolsas de estudos das instituições Estaduais, Municipais e Privadas fora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV (Of. 0444/2008/PR/CAPES, anexo);
- b) Correção da impossibilidade de concessão de passagens e diárias para colaboradores sem vínculo com a esfera federal e de tarifa executiva para os convidados estrangeiros - Escola Altos Estudos (Of. 0391/2008/PR/CAPES, anexo);
- c) Adequação do sistema de passagens e diárias - SCDP para os bolsistas no exterior (Of. 0531/2008/PR/CAPES, anexo);
- d) Correção da estrutura organizacional da CAPES (Portal de Periódicos vinculado à Presidência), com alterações na Diretoria de Avaliação para melhorar o processo de planejamento interno na implementação dos editais referentes aos programas;
- e) Autorização para abertura de vagas específicas (área meio) para o próximo concurso público;
- f) viabilização do pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso para professores brasileiros em escola de altos estudos no Brasil. A CAPES precisa de autorização legal para utilizar determinada rubrica? A CAPES pode repassar esses recursos para as universidades efetuarem esse pagamento?

Esperando que nessas reuniões tenhamos esclarecido e justificado a necessidade de solução das pendências acima elencadas, agradecemos a atenção e a presteza com que temos sido agraciados por essa Pasta.

Atenciosamente,


JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

ANEXO 6



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06
CEP 70040-020 - Brasília, DF
(61) 2022-6532/cglog@capes.gov.br

DECLARAÇÃO RELATIVA À UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG

Atesto que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Brasília 30 de março de 2010



Weder Matias Vieira
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
CGLOG/DGES/CAPES



ANEXO 7

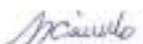


Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Setor Bancário Norte: Quadra 02, Bloco L
CEP: 70.040-020 - Brasília/DF-Brasil

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993

Informo que os responsáveis arrolados nas contas estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília 30 de março de 2011


LÚCIA ROBERTA PRADINES COELHO
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas/DGES/CAPES